

igfss



CONTA DA SEGURANÇA SOCIAL

2011

PARTE II



SEGURANÇA SOCIAL



FICHA TÉCNICA
Conta da Segurança Social 2011

Editor

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.
Av. Manuel da Maia, n.º 58
1049-002 Lisboa
Tel: 21 843 33 00
Fax: 21 843 37 20
Email: igfss@seg-social.pt

Conselho Diretivo

José Augusto Antunes Gaspar
Nelson da Silva Ferreira
Joaquina Maria Franco
Noémia Silva Goulart

Conceção Técnica

Departamento de Orçamento e Conta

Coordenação

Maria Isabel Duarte Barreiros
Maria Jesus Marques

Equipa Técnica

Alexandra Trouillet Pessoa
Filomena Gamito
Helena Maria M. Alves
Jorge Mesquita Borges
Maria Eunice Teixeira
Maria Matilde R. Carvalho
Nuno Borges
Nuno Miguel Martins
Nuno Santos
Rui Carlos Tacanho
Samuel C. Cerqueira

Tiragem

200 Exemplares

Periodicidade

Anual

Depósito Legal

Nº 88123/95



Índice	i
Siglas	v
PARTE I	
I – Enquadramento Macroeconómico – Portugal	1
II – Principais alterações legislativas ocorridas no exercício	13
III – Perímetro de Consolidação da Conta da Segurança Social	25
IV – Síntese Orçamental e Patrimonial	29
V – Orçamento e execução Orçamental	33
V.1 - Alterações Orçamentais	33
V.2 - Receitas por classificação económica - Sistema de Segurança Social (mapa X)	41
V.3 - Despesas por classificação funcional e económica - Sistema de Segurança Social (mapa XII)	79
V.3.1 – Despesa por classificação funcional	79
V.3.2 - Despesas por classificação económica	81
V.4 – Execução orçamental por sistemas e subsistemas de segurança social (Mapas XIII e XIV)	105
V.5 – Execução orçamental das receitas por origem e das despesas por aplicação e por sistemas e subsistemas de segurança social (mapa LBSS)	111
V.6 – Saldo orçamental global final e saldo orçamental na ótica da Contabilidade Pública - Sistema de Segurança Social	115
V.7 – Financiamento – Desdobramento do saldo orçamental por fontes de financiamento	125
VI – Balanço e Demonstração de resultados consolidados	133
VI.1 – Consolidação da Conta da Segurança Social	133
VI.2 – Balanço consolidado	147
VI.2.1 – Composição do ativo	151
VI.2.2 – Composição do passivo	193
VI.2.3 – Composição dos fundos próprios	207

VI.3 – Demonstração de resultados consolidados	217
VI.3.1 – Resultados Operacionais	219
VI.3.2 – Resultados Financeiros	233
VI.3.3 – Resultados Extraordinários	239

VII - Anexos -

Mapas:

Balanço consolidado

Demonstração de resultados consolidados

Mapa de fluxos de caixa

Mapas de alterações orçamentais

Mapas de execução orçamental

Mapas elaborados nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental

Mapa X – Receitas do Sistema de Segurança Social por Classificação Económica

Mapa XI – Despesas da Segurança Social por Classificação Funcional

Mapa XII – Despesas da Segurança Social por Classificação Económica

Mapa XIII – Receitas dos Sistemas Previdencial-Repatrição e Capitalização e dos Subsistemas de Solidariedade, Proteção Familiar e Ação Social por Classificação Económica

Mapa XIV – Despesa dos Sistemas Previdencial-Repatrição e Capitalização e dos Subsistemas de Solidariedade, Proteção Familiar e Ação Social por Classificação Económica

Mapa XXI – Receitas tributárias cessantes da Segurança Social

Mapa XXII – Receitas e Despesas da Segurança Social por Classificação Económica

Despesas da Segurança Social por Classificação Cruzada – Funcional e Económica

Mapa XXVII A – Movimentos e saldos das contas na Tesouraria da Segurança Social

Mapa XXVII B – Movimentos e saldos nas Caixas da Tesouraria da Segurança Social

Elementos informativos referentes ao Sistema de Segurança Social

Mapas elaborados nos termos da Lei de Bases

Execução Orçamental pelos Sistemas Previdencial-Repatrição e Capitalização e dos Subsistemas de Solidariedade, Proteção Familiar e Ação Social

Outros mapas

Mapa IX – Execução Orçamental

Desdobramento dos Saldos Orçamentais Globais de 2010

Saldos: Correntes, Capital e Primário

Pensões

Ação Social

VIII – Anexos às demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas

PARTE II

IX – Evolução da execução da receita/despesa	247
IX.1 – Receitas e transferências	247
IX.2 – Despesas e transferências	251
X – Análise ao comportamento de algumas prestações sociais e outras despesas	257
X.1 – Pensões	257
X.2 – Prestações de desemprego	279
X.3 – Subsídio e complemento por doença e subsídio por tuberculose	303
X.4 – Prestações por parentalidade	321
X.5 – Prestações familiares	335
X.6 – Rendimento social de inserção	359
X.7 – Complemento solidário para idosos	379
X.8 – Ação Social	393
X.9 – Administração	421
XI – Execução Orçamental - Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira	433
XI.1 – Região Autónoma dos Açores	433
XI.2 – Região Autónoma da Madeira	443
XII – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)	451
XIII – Carteira de Ativos do IGFSS	501
XIV – Fundo de Certificados de Reforma (FCR)	511

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AFP/FSE	Ações de Formação Profissional / Fundo Social Europeu
APPC	Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
AS	Ação Social
ASEC-CP	Apoio Social aos Emigrantes Carenciados das Comunidades Portuguesas
ASIC-CP	Apoio Social aos Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesas
ATL	Atividades de Tempos Livres
BCE	Banco Central Europeu
CAAA	Comissão de Análise, Avaliação e Acompanhamento
CALB	Centro de Apoio Laboral de Benfica
CDSS	Centros Distritais de Segurança Social
CLDS	Contratos locais de desenvolvimento social
CE	Centros de Emprego
CECA	Convenção Europeia do Carvão e Aço
CES	Complemento Extraordinário de Solidariedade
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CIBE	Cadastro do Inventário dos Bens do Estado
CIT	Certificação de Incapacidades Temporárias
CLA/NLI	Comissão Local de Acompanhamento / Núcleo Local de Inserção
CLO	Centro de Leitura Ótica
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNP	Centro Nacional de Pensões
CNPRP	Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais
CPCJR	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CPL	Casa Pia de Lisboa
CSI	Complemento Solidário para Idosos
CSS	Conta da Segurança Social
DAFSE	Departamento dos Assuntos do Fundo Social Europeu
DGACCP	Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGT	Direção-Geral do Tesouro
DLD	Desempregados de Longa Duração
DR	Declarações de Remunerações
EFSF	Fundo Europeu de Estabilidade Financeira
ESAA	Estabelecimentos Sociais com Autonomia Administrativa
EUROSTAT	Statistical Office of the European Commission
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCR	Fundo dos Certificados de Reforma
FEDER	Fundo Europeu Desenvolvimento Regional
FEFSS	Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social
FGADM	Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores
FGS	Fundo de Garantia Salarial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social Europeu

FSS	Fundo de Socorro Social
GOP	Grandes Opções do Plano
GR	Gestão de Remunerações
GT	Gestão de Tesouraria
IAS	Indexante dos apoios sociais
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público
IGFCSS	Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social
IGFSE	Instituto de Gestão Fundo Social Europeu
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
II, IP	Instituto de Informática, IP
INATEL	Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INOFOR	Instituto para a Inovação na Formação
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRS	Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares
ISS	Instituições de Segurança Social
ISS, IP	Instituto de Segurança Social, IP
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LBSS	Lei de bases da Segurança Social
MAMAOT	Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território
ME	Ministério da Educação
MES	Ministério do Equipamento Social
MFC	Mapa de Fluxos de Caixa
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MSSS	Ministério da Solidariedade e Segurança Social
MSST	Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NRAU	Novo Regime do Arrendamento Urbano
OE	Orçamento de Estado
OP	Orçamento-Programa
OSS	Orçamento da Segurança Social
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PAFAC	Programa de Apoio à Família e à Criança
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais
PAII	Programa de Apoio Integrado a Idosos
PAIPS	Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social
PAPI	Programa de Apoio à Primeira Infância
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PCGE	Parecer da Conta Geral do Estado
PCISS	Plano de Contas das Instituições de Segurança Social
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PEPS	Programa de Emprego e Proteção Social
PEPT	Plano de Educação para Todos
PERE	Processo Especial de Recuperação
PIB	Produto Interno Bruto

PIDDAC	Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIEC	Programa para a Inclusão e Cidadania
PILAR	Programa de Idosos em Lar
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
POAT	Programa Operacional de Assistência Técnica
POC	Plano Oficial de Contas
POCISSSS	Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
POEFDS	Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POSI	Programa Operacional para a Sociedade da Informação
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de referencia Estratégico Nacional
R.A. / RA	Regiões Autónomas
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RCCI	Rede de Cuidados Continuados Integrados
REF	Regime Especial dos Ferroviários
RESSAA	Regime Especial de Segurança Social das Atividades Agrícolas
RGSS	Regime Geral de Segurança Social
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RNAP	Reposições Não Abatidas ao Pagamento
RNCE	Regimes não Contributivos ou Equiparados
RSI	Rendimento Social de Inserção
RTR	Regime Transitório dos Rurais
SAMA	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SD	Subsídio de Desemprego
SEF	Sistema de Execuções Fiscais
SGC	Sistema de Gestão de Contribuição
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIF	Sistema de Informação Financeira
SMN	Salário Mínimo Nacional
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNRIPD	Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa Deficiente
SSD	Subsídio Social de Desemprego
SSV	Seguro Social Voluntário
TI	Trabalhadores Independentes
TSU	Taxa Social Única
UE	União Europeia

IX – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA / DESPESA

IX.1. RECEITAS E TRANSFERÊNCIAS

As alterações legislativas, no âmbito do Sistema de Segurança Social¹, que ocorreram em 2007, estabeleceram os princípios do financiamento do Sistema de Segurança Social, entre os quais, os princípios da diversificação das fontes de financiamento e da adequação seletiva e regulamentaram as suas formas de financiamento.

De acordo com a referida legislação, constituem formas de financiamento da segurança social, as seguintes:

- Financiamento por quotizações dos trabalhadores por conta de outrem, por contribuições dos trabalhadores independentes, por contribuições das entidades empregadoras, devidas no âmbito dos regimes gerais de segurança social e, bem assim, por outras contribuições, devidas no âmbito de outros regimes de segurança social, ainda que de inscrição facultativa;
- Financiamento por transferências do Orçamento do Estado;
- Financiamento por consignação de receitas.

IX.1.1 - Evolução a preços correntes

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS EFETIVAS TOTAIS												
A preços correntes												
2007 - 2011												
Mapa X												
(milhares de euro)												
Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011-2007	
	Valor	Var. anual	Valor	%								
Receitas correntes	20.084.070,6	4,0	21.449.647,1	6,8	22.677.032,3	5,7	23.628.302,6	4,2	23.268.073,1	(1,5)	3.184.002,5	15,9
Receitas de capital	55.036,0	60,0	30.995,7	(43,7)	17.113,9	(44,8)	28.076,6	64,1	6.713,9	(76,1)	-48.322,0	(87,8)
Outras receitas	174.947,2	20,5	169.269,4	(3,2)	155.004,3	(8,4)	201.020,9	29,7	267.805,5	33,2	92.858,3	53,1
Total das receitas	20.314.053,8	4,3	21.649.912,2	6,6	22.849.150,6	5,5	23.857.400,2	4,4	23.542.592,5	-1,3	3.228.538,8	15,9

Da análise do quadro destaca-se o aumento de 15,9% das *Receitas efetivas totais* no quinquénio 2011/2007 (que corresponde a variação média anual de 3,8 %), em consequência de idêntico crescimento das *Receitas correntes*. As *Receitas correntes* constituem a principal rubrica das receitas da Segurança Social, representando 98,8% do total das receitas efetivas em 2011, com um crescimento de -1,5% entre 2010 e 2011.

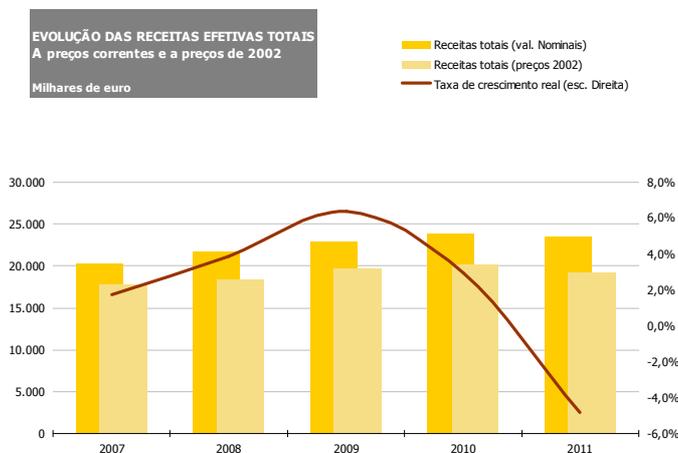
A rubrica *Outras receitas*, constituída nomeadamente por *reposições não abatidas ao pagamento*, têm tido um peso muito pouco significativo no total das receitas sendo que, de 2007 para 2011 o seu peso relativo aumentou ligeiramente, passando de 0,9% em 2007 para 1,1% em 2011. A taxa média anual de crescimento destas receitas no quinquénio é de 11,2%.

A rubrica com menor peso nas *Receitas efetivas totais* é a das *Receitas de capital*, que atingindo apenas 6.713,9 milhares de euro em 2011, registam um decréscimo de 48.322,0 milhares de euro no quinquénio considerado, o que corresponde a uma taxa de variação negativa de 87,8%.

Para uma análise mais detalhada destas receitas ver o capítulo V.2 – *Receitas por classificação económica*.

¹ Lei 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social e, o Decreto-Lei n.º 367/2007, de 2 de novembro, que estabelece o quadro genérico do financiamento do sistema da segurança social

IX.1.2 - Evolução a preços constantes



O gráfico acima mostra a evolução das *Receitas efetivas* totais a preços constantes de 2002, revelando um crescimento real de 8,3% das receitas no quinquénio 2011/2007, correspondendo a uma taxa média anual de 2,0%. Esta evolução positiva das receitas no quinquénio encontra-se retratada igualmente no quadro seguinte:

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS EFETIVAS TOTAIS
A preços de 2002
2007 - 2011
Mapa X

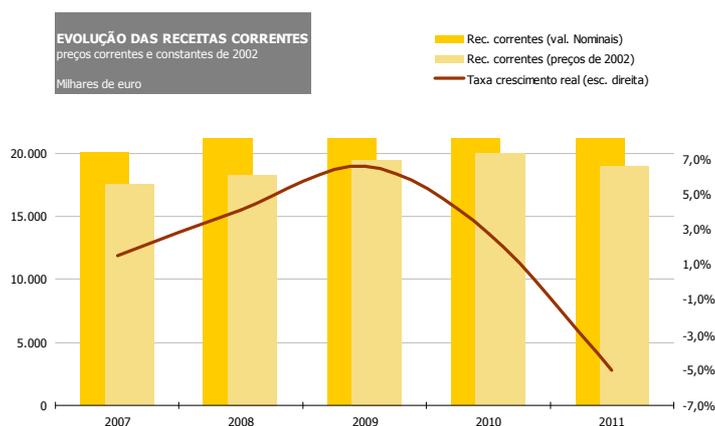
(milhares de euro)

Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011-2007	
	Valor	Var. anual	Valor	%								
Receitas correntes	17.562.781,4	1,5	18.281.606,1	4,1	19.483.579,3	6,6	20.020.600,3	2,8	19.011.931,1	(5,0)	1.449.149,7	8,3
Receitas de capital	48.126,9	56,1	26.417,7	(45,1)	14.703,9	(44,3)	23.789,7	61,8	5.485,8	(76,9)	-42.641,1	(88,6)
Outras receitas	152.984,9	17,5	144.268,9	(5,7)	133.176,1	(7,7)	170.327,9	27,9	218.819,2	28,5	65.834,3	43,0
Total	17.763.893,3	1,7	18.452.292,7	3,9	19.631.459,3	6,4	20.214.717,9	3,0	19.236.236,1	-4,8	1.472.342,9	8,3

O quadro acima revela que, em termos reais, as *Receitas correntes* cresceram a uma taxa média anual de 2,0% no quinquénio 2011/2007 (ou seja, mais 1.449.149,7 milhares de euro) e que as *Outras receitas* revelaram uma evolução positiva entre 2007 e 2011 apurada em 65.834,3 milhares de euro, o que corresponde a uma taxa média anual de 9,4%. Para o crescimento das *Receitas correntes*, concorre a variação das *Contribuições* (-1,7% face a 2010 e 0,95% em média, no período 2011/2007), que representam 58,4% do total da *Receita Total Efetiva*, em 2011 e das *Transferências correntes* (-10,6 % face a 2010 e 3,5% em média, no quinquénio 2011/2007), com um peso relativo de 37,9% no total da *Receita Total Efetiva* de 2011.

Por sua vez, as *Receitas de capital*, depois de deduzidos os ativos e passivos financeiros, registaram em 2011 uma redução de 76,9%, face a 2010 (contrariando a tendência do biénio anterior). Contudo, no quinquénio 2011/2007 verificou-se uma redução média anual de 41,9% (menos 42.641,1 milhares de euro) nestas receitas.

No cômputo das *Receitas efetivas*, as *Receitas correntes* são, tal como supracitado, a principal fonte de financiamento do sistema. Do gráfico seguinte, observa-se que no biénio 2011/2010 as receitas correntes reduziram-se 5,0% em termos reais (o que compara com 2,8%, 6,6%, 4,1% e 1,5% em 2010, 2009, 2008 e 2007, respetivamente).



A evolução da execução orçamental das *Receitas correntes*, no quinquénio 2011/2007, pode ser observada no gráfico supra.

No quadro abaixo é possível verificar a evolução das componentes da receita corrente, no mesmo período.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS CORRENTES
A preços de 2002
2007 - 2011
Mapa X (milhares de euro)

Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011-2007	
	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Conta	Var. anual	Conta	Var. anual	Valor	%
Contribuições	10.816.861,4	4,0	11.149.952,5	3,1	11.282.475,4	1,2	11.424.620,4	1,3	11.231.872,6	(1,7)	415.011,2	3,8
Taxas, multas e outras penalidades	69.530,9	2,5	88.677,9	27,5	85.883,2	(3,2)	91.782,9	6,9	90.272,5	(1,6)	20.741,6	29,8
Rendimentos da propriedade	289.927,3	22,4	350.065,6	20,7	310.598,8	(11,3)	317.298,4	2,2	368.676,6	16,2	78.749,3	27,2
Transferências correntes	6.361.571,9	(2,7)	6.665.231,7	4,8	7.778.116,1	16,7	8.164.654,9	5,0	7.296.168,7	(10,6)	934.596,8	14,7
Vendas de bens e serviços correntes	9.727,8	8,7	7.250,8	(25,5)	7.609,3	4,9	12.947,9	70,2	14.492,9	11,9	4.765,1	49,0
Outras receitas correntes	15.162,1	(64,7)	20.427,7	34,7	18.896,7	(7,5)	9.295,7	(50,8)	10.447,8	12,4	-4.714,3	(31,1)
Total	17.562.781,4	1,5	18.281.606,1	4,1	19.483.579,3	6,6	20.020.600,3	2,8	19.011.931,1	-5,0	1.449.149,7	8,3

Do total das *Receitas correntes*, as *Contribuições* das entidades empregadoras e as *Quotizações* dos trabalhadores, efetivamente cobradas, continua a representar mais de 50% da receita corrente efetiva.

As *Contribuições* efetivamente arrecadadas cresceram anualmente, em média, 0,95%, em termos reais, no quinquénio 2011/2007, tendo registado uma diminuição de 2,5 p.p. do seu peso relativo nas despesas correntes entre 2007 e 2011 (representavam 61,6% em 2007 e 59,1% em 2011). Esta perda de peso relativo, por parte da receita de *Contribuições*, é compensada pelo aumento do peso relativo das *Transferências correntes*, que representam 38,4% das *Receitas correntes* em 2011 (ou seja, um aumento do seu peso relativo em 2,2 p.p. no quinquénio 2011/2007).

IX.2. DESPESAS E TRANSFERÊNCIAS

IX.2.1. Evolução a preços correntes

A Despesa efetiva total ultrapassou, em 2011, os 23 mil milhões de euros, o que representou um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, evidenciando uma variação de -65,1 milhões de euros face a 2010, o que representa um crescimento de -0,3%. O crescimento no último quinquénio reflete, principalmente, a forte variação ao nível das Despesas correntes (+20,8%) que representaram, anualmente, mais de 99% das Despesas totais, mas também, o decréscimo das Despesas de capital (-9,8%).

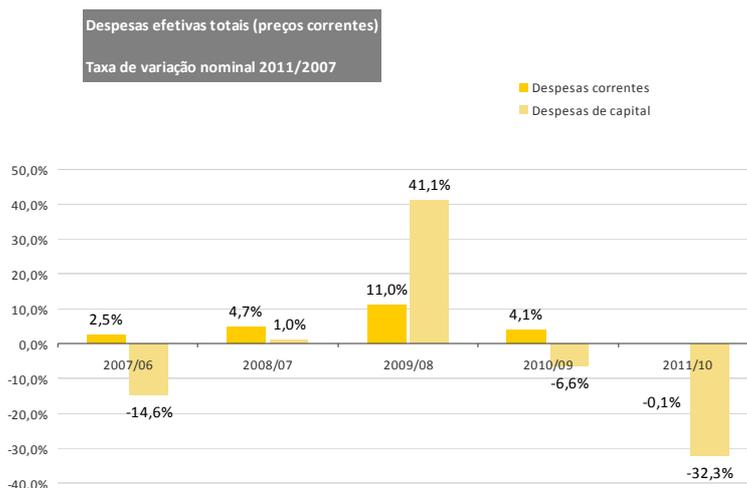
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS EFETIVAS TOTAIS

A preços correntes
2007 - 2011
Mapa XII

(milhares de euro)

Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011-2007	
	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	%
Despesas correntes	19.069.384,9	2,5	19.964.903,3	4,7	22.165.840,4	11,0	23.071.151,7	4,1	23.037.400,5	(0,1)	3.968.015,6	20,8
Despesas de capital	72.915,7	(14,6)	73.640,2	1,0	103.933,8	41,1	97.099,5	(6,6)	65.758,5	(32,3)	-7.157,3	(9,8)
Total da despesa	19.142.300,6	2,4	20.038.543,5	4,7	22.269.774,2	11,1	23.168.251,3	4,0	23.103.159,0	(0,3)	3.960.858,4	20,7

Verifica-se ainda que a importância relativa das Despesas correntes tem-se mantido relativamente constante no período em análise (99,6%, em média). O respetivo valor variou entre os 19,1 mil milhões de euro em 2007 e os 23,0 mil milhões em 2011, registando uma taxa anual média de crescimento de 4,8%.



As Despesas de capital diminuíram 7,1 milhões de euro (-9,8%) entre 2007 e 2011, tendo registado um significativo acréscimo em 2009/2008 (resultado do aumento de 82,4% das transferências de capital para Instituições sem fins lucrativos e para transferências para as Sociedades e quase sociedades não financeiras no valor de 6,6 milhões de euro), assim como uma significativa redução em 2011/2010, evidenciando uma redução de 32,3%.

IX.2.2. Evolução a preços constantes (2002)

O quadro abaixo ilustra a evolução das Despesas efetivas a preços constantes de 2002, revelando um ritmo de crescimento das mesmas no quinquénio 2011/2007 de 12,8%, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual média de 3,1%.

Pode ainda verificar-se que, entre 2008 e 2010, as Despesas efetivas registaram taxas de crescimento reais positivas, sendo que, em 2009, a Despesa efetiva total apresentou uma taxa de crescimento acima de dois dígitos, pela única vez nos últimos cinco anos (aumentou 10 p.p. face ao biénio 2008/2007). Em 2010, a taxa de crescimento real da despesa total efetiva ascendeu a 2,6% sendo que em 2011 se verificou uma redução real da despesa efetiva da Segurança Social, com uma variação de -3,8%.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS EFETIVAS TOTAIS

A preços de 2002

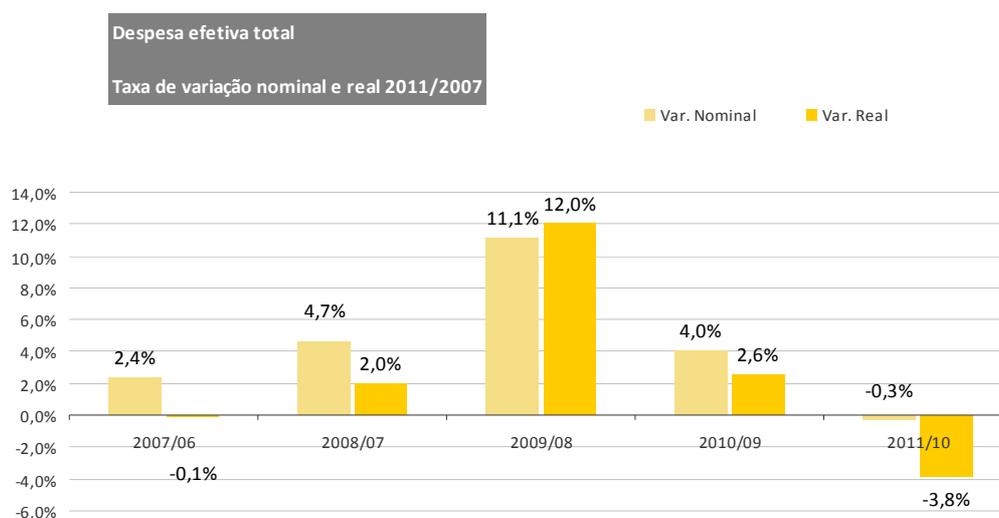
2007 - 2011

Mapa XII

(milhares de euro)

Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		2011-2007	
	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	%
Despesas correntes	16.675.476,1	(0,0)	17.016.154,0	2,0	19.044.375,1	11,9	19.548.518,3	2,6	18.823.452,6	(3,7)	2.147.976,6	12,9
Despesas de capital	63.762,1	(16,6)	62.763,8	(1,6)	89.297,5	42,3	82.273,8	(7,9)	53.730,1	(34,7)	-10.032,0	(15,7)
Total da despesa	16.739.238,2	(0,1)	17.078.917,8	2,0	19.133.672,6	12,0	19.630.792,1	2,6	18.877.182,7	(3,8)	2.137.944,5	12,8

O gráfico seguinte apresenta a evolução das *Despesas efetivas*, em termos nominais e reais:



IX.2.2.1. Despesas correntes

O gráfico seguinte apresenta a evolução das Despesas correntes em termos reais, observando-se que, em 2011, evidenciaram uma redução de 3,7% face a 2010.

Das Despesas correntes, destacam-se as Transferências correntes, não só por representarem 95% do total em 2011 (17,9 milhões de euro), mas também por ser uma das três componentes que, no último quinquénio, apresentaram uma taxa de crescimento real positiva (+14,5%), contribuindo diretamente para a variação positiva das Despesas correntes nesse período.

A outra rubrica com uma taxa de crescimento real positiva no mesmo período correspondeu aos os Juros e Outros encargos, cuja taxa de crescimento real atingiu 23,1% mas, que representa, apenas, 0,01% do total das Despesas correntes.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS CORRENTES

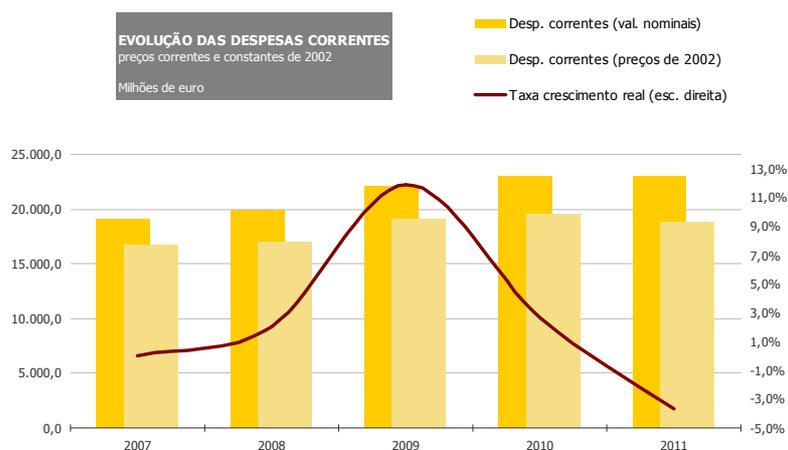
A preços de 2002

2007 - 2011

Mapa XII

(milhares de euro)

Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011 - 2007	
	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	%
Despesas com o pessoal	319.052,9	(8,3)	310.256,8	(2,8)	314.891,5	1,5	286.083,9	(9,1)	246.788,4	(13,7)	-72.264,5	(22,6)
Aquisição de bens e serviços	88.708,6	7,4	91.392,1	3,0	96.398,5	5,5	102.709,6	6,5	79.696,6	(22,4)	-9.012,0	(10,2)
Juros e outros encargos	1.587,5	3,6	2.124,8	33,8	2.512,6	18,3	2.471,6	(1,6)	1.953,7	(21,0)	366,2	23,1
Transferências correntes	15.625.969,2	1,7	16.076.592,5	2,9	17.729.181,0	10,3	18.548.636,1	4,6	17.889.005,4	(3,6)	2.263.036,2	14,5
Subsídios	622.888,2	(28,0)	511.150,5	(17,9)	889.502,5	74,0	599.636,5	(32,6)	598.808,4	(0,1)	-24.079,7	(3,9)
Outras despesas correntes	17.269,7	30,7	24.637,4	42,7	11.888,9	(51,7)	8.980,6	(24,5)	7.200,1	(19,8)	-10.069,6	(58,3)
Total das despesas correntes	16.675.476,1	(0,0)	17.016.154,0	2,0	19.044.375,1	11,9	19.548.518,3	2,6	18.823.452,6	(3,7)	2.147.976,6	12,9



Das restantes rubricas, registe-se a redução de 72,3 milhões de euro com as Despesas de pessoal entre 2007 e 2011 (-22,6%), de 9,0 milhões de euros com Aquisição de bens e serviços (-10,2% e que representou em 2011, apenas, 0,4% do total), assim como a diminuição de 24,1 milhões de euro na Despesa com subsídios.

Face ao ano anterior, verificou-se em 2011 uma redução real em todas as rubricas consideradas, mais evidente ao nível das despesas com pessoal (-13,7%), aquisição de bens e serviços (-22,4%), juros e outros encargos (-21%) e outras despesas correntes (19,8%). Também ao nível da rubrica relativa a transferências correntes se verificou uma redução 3,6% face a 2010.

IX.2.2.2. Transferências correntes

O gráfico seguinte apresenta a evolução das Transferências correntes em termos reais, destacando-se as principais transferências para as famílias: Pensões e complementos, Subsídio de desemprego e apoio ao emprego, Subsídio e complemento por doença, Abono de família e Rendimento social de inserção.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

A preços de 2002

2007 - 2011

Mapa IX

(milhares de euro)

Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Δ 2011-2007	
	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	Var. anual	Valor	%
Transferências correntes para as famílias	14.013.653,1	2,0	14.386.040,4	2,7	15.923.899,6	10,7	16.360.493,0	2,7	16.316.501,4	(0,3)	2.302.848,3	16,4
Pensões e complementos	10.592.457,9	3,5	10.924.953,9	3,1	11.568.514,8	5,9	11.872.494,9	2,6	12.242.619,7	3,1	1.650.161,8	15,6
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1.473.307,9	(10,1)	1.335.195,9	(9,4)	1.757.175,4	31,6	1.882.000,4	7,1	1.782.574,5	(5,3)	309.266,6	21,0
Subsídio por doença e complemento por doença	394.463,4	(3,3)	365.662,3	(7,3)	387.289,4	5,9	378.687,9	(2,2)	381.725,2	0,8	-12.738,3	(3,2)
Abono de família	580.612,5	3,4	701.672,8	20,9	859.197,2	22,4	820.369,0	(4,5)	571.416,8	(30,3)	-9.195,7	(1,6)
Rendimento Social Inserção (ex-RMG)	325.821,9	8,6	362.843,5	11,4	436.211,7	20,2	440.526,1	1,0	351.113,1	(20,3)	25.291,2	7,8
Outras transferências para as famílias	646.989,5	9,8	695.712,0	7,5	915.511,1	31,6	966.414,7	5,6	987.052,1	2,1	340.062,7	52,6
Outras transferências correntes	1.612.316,2	(1,3)	1.690.552,1	4,9	1.805.281,5	6,8	2.188.143,1	21,2	2.234.397,2	2,1	622.081,0	38,6
Total das transferências correntes	15.625.969,2	1,7	16.076.592,5	2,9	17.729.181,0	10,3	18.548.636,1	4,6	18.550.898,6	0,0	2.924.929,4	18,7

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

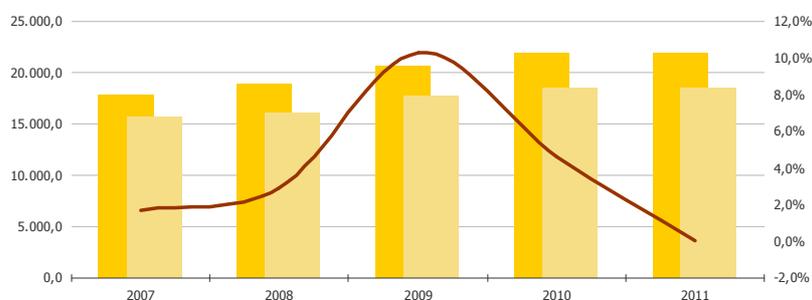
preços correntes e constantes de 2002

Milhões de euro

Transf. correntes (val. nominais)

Transf. correntes (preços de 2002)

Taxa crescimento real (esc. direita)



Do quadro evidencia-se a despesa com *Pensões e complementos*, que ultrapassou os 12 mil milhões de euro em 2011 e que corresponde a 75% do total das *Transferências correntes para as famílias*. No período 2007-2011 esta despesa cresceu 15,6%, em termos reais.

Face a 2010, verifica-se que determinadas rubricas evidenciam um decréscimo bastante acentuado em consequência das alterações legislativas² efetuadas ao longo de 2010. Deste modo, a despesa global com abono de família apresenta em 2011 uma variação negativa real de 30,3%, enquanto que o Rendimento Social de inserção apresenta, por seu turno, uma variação também negativa de 20,3%.

Também a despesa com subsídio de desemprego e medidas de apoio ao emprego se reduz em 2011, face ao ano anterior (-5,3%), em consequência, entre outros fatores, das alterações a nível da condição de recursos no caso do subsídio social de desemprego, da suspensão em 2010 de medidas temporárias no subsídio de desemprego³, assim como também em função da redução do desemprego registado (média mensal do desemprego registado) no ano. Se tomarmos em consideração o último quinquénio, verifica-se entre 2007 e 2011 um aumento real das despesas com subsídio de desemprego e medidas de apoio ao emprego de 21%.

Entre 2007 e 2011, o *Subsídio e complemento por doença* apresentou uma redução da despesa real de 3,2%.

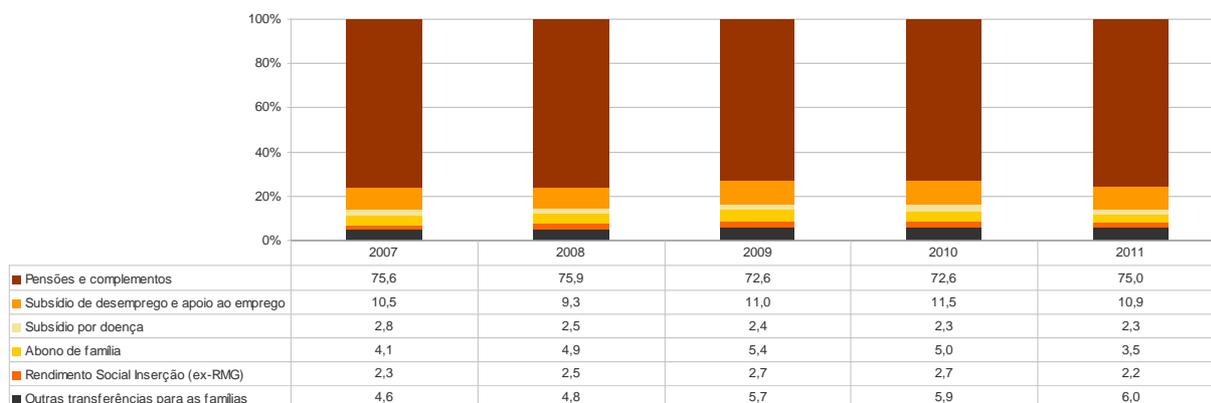
² Nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, que estabeleceu novas as regras para a determinação da condição de recursos e o Decreto-lei n.º 116/2010, de 22 de outubro, que cessa a atribuição do abono de família ao 4.º e 5.º escalões e elimina a majoração de 25% para o 1.º e 2.º escalões

³ Decreto-Lei n.º 77/2010, de 24 de junho.

As alterações ao nível do abono de família levam a que a despesa assinala em 2011 uma variação de -1,6% face a 2007. Esta variação tem subjacente um movimento ascendente, de reforço bastante significativo da despesa com abono de família até 2009 (+20,9% em 2008 e +22,4% em 2009), seguido da redução desta entre 2010 e 2011 (-4,5% em 2010 e -30,3% em 2011).

O gráfico seguinte traduz a evolução da importância relativa da despesa com as prestações sociais mais significativas, em termos financeiros, no cômputo global das *Transferências correntes para as famílias* (principais rubricas), no período 2007-2011.

Peso relativo da despesa real com as principais transferências correntes para as famílias (em %) 2007-2011



Globalmente, e tomando por base o ano de 2011, a despesa com pensões representa cerca de 75% do total da despesa associada a transferências correntes para as famílias. O peso da despesa com pensões apresentou, fruto de um maior peso relativo de outras prestações, em particular o abono e as prestações de desemprego, uma ligeira redução em 2009 e 2010.

X. ANÁLISE DE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

X.1. PENSÕES E COMPLEMENTOS

X.1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

As pensões constituem o principal agregado da despesa do Sistema de Segurança Social, representando cerca de 62,5% da despesa efetiva do sistema (que compara com 60,5% em 2010). São por isso um fator determinante da evolução da despesa no setor.

Em 2011, despendeu-se com pensões 14,4 mil milhões de euro, dos quais 74,9% (10,8 mil milhões de euro) estão afetadas ao *sistema Previdencial – componente repartição*, cujo financiamento é assegurado, nomeadamente, por quotizações dos trabalhadores e contribuições das entidades empregadoras (ver quadro seguinte).

A proteção concedida no âmbito do *subsistema de Solidariedade*, financiado, fundamentalmente, por transferências do Orçamento do Estado, concretizou-se, entre outras prestações, através da concessão de pensões nas eventualidades de invalidez, velhice e sobrevivência, dos regimes não contributivo ou equiparados, assim como de complementos sociais de pensão atribuídos por insuficiência dos valores regulamentares das pensões (tendo por referência valores mínimos legalmente fixados). Em 2011, representaram no conjunto 22,5% do total da despesa com pensões, ou seja, 3,3 mil milhões de euro.

A despesa realizada no âmbito do *subsistema de Proteção Familiar*, igualmente financiado por transferências do Orçamento do Estado e pela consignação de receitas fiscais, representa apenas 2,6% da despesa total com pensões (370,1 milhões de euro), concretizou-se pela concessão de complementos por dependência e por cônjuge a cargo.

A aprovação do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro procedeu à extinção da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e à sua integração no regime geral de segurança social, a partir de 1 de janeiro de 2011 (art. 9º), dos trabalhadores da PT Comunicações, S.A., ativos e pensionistas, da PTC oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A.⁴. No seu artigo 11º, decreta-se a gestão das pensões regulamentares de invalidez e de velhice, das pensões de sobrevivência, dos complementos por cônjuge a cargo e por dependência, do subsídio por morte e do reembolso por despesas de funeral relativos a trabalhadores da PTC abrangidos pela Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, que se encontrem em pagamento a 31 de dezembro de 2010, é transferida para o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I.P.).

Nestes termos, as pensões pagas no ano de 2011, no âmbito do sistema previdencial aos pensionistas da Marconi ascenderam a 16 milhões de euro (0,15% do total da despesa do sistema), abrangendo menos de 1.200 pensionistas. Os complementos por dependência e por cônjuge a cargo pagos aos pensionistas da Marconi ascenderam, em 2011, a 94 milhares de euro, o que representa 0,03% da despesa total do *subsistema de Proteção Familiar*. Assim, em 2011, o pagamento de pensões e complementos aos pensionistas da Rádio Marconi representa apenas 0,11% do total da despesa com Pensões e complementos.

⁴ Fundo de Pensões Regulamentares da CPRM, o Fundo de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S. A., constituído em 30 de junho de 1997, destinado a suportar os encargos com as pensões regulamentares de invalidez e de velhice, complemento por cônjuge a cargo, complemento por dependência e subsídio por morte e reembolso de despesas de funeral, a cargo da Caixa de Previdência, dos trabalhadores admitidos na Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S. A., até 31 de janeiro de 1998.

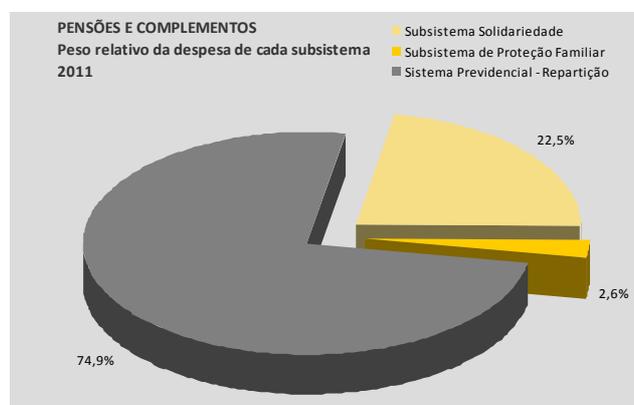


Despesa com pensões e complementos por subsistema do Sistema de Segurança Social

Segundo as formas de financiamento

Continente e Regiões Autónomas, em 2011

		(euro)	Peso relativo
Financiamento Transferências do OE (incluindo as transferências de outras entidades ou fundos públicos) Consignação de receitas fiscais Outras receitas	Subsistema Solidarietà	3.250.067.457,78	22,5%
	Subsistema de Proteção Familiar	370.112.898,33	2,6%
	Sistema Previdencial - Repartição	10.828.553.399,67	74,9%
Financiamento Quotizações dos trabalhadores e contribuições de beneficiários Contribuições das entidades empregadoras Outras receitas			
		TOTAL	14.448.733.755,78
			100,0%



Do total da despesa com pensões, sessenta e três virgula sete por cento diz respeito a pensões de velhice do regime geral (mais 1,9 p.p. do que em 2010), num valor global de 9.200,3 milhões de euro (mais 540,7 milhões do que no ano transato).

Para além dos fatores sócio-demográficos, que condicionaram o crescimento da despesa com pensões e complementos nos últimos anos (no período 2002-2011 a despesa cresceu 71,3%, com uma variação média anual de 6,2%), o ano e 2011 ficou marcado pelas medidas implementadas no âmbito do processo de consolidação orçamental que implicou o congelamento do valor do IAS e das pensões e complementos. Resultando daqui que, o crescimento observado em 2011 foi explicado, principalmente, pelo efeito volume e pela variação do valor das pensões médias (impacto do valor de pensão mais elevado dos novos pensionistas).

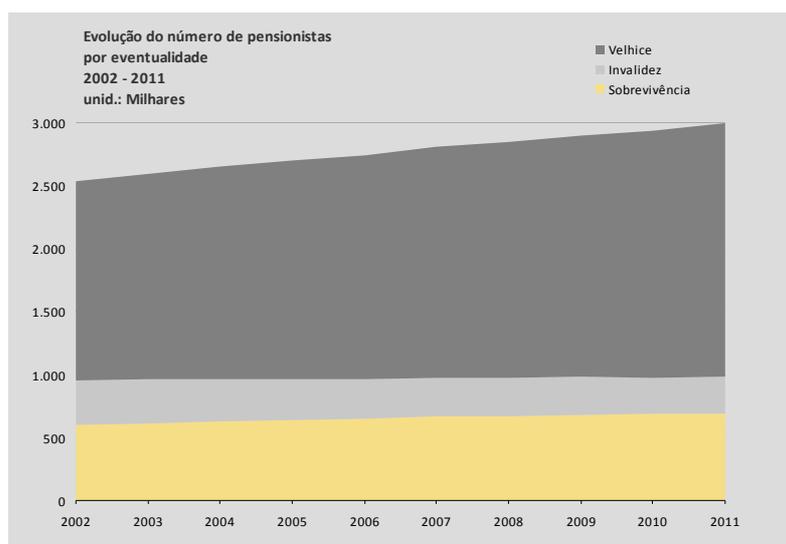
X.1.2. NÚMERO DE PENSIONISTAS

X.1.2.1. Número de pensionistas por eventualidade: sobrevivência, invalidez e velhice, em dezembro de 2011

O número total de pensionistas em dezembro de 2011 foi de cerca de 2,9 milhões, mais 54,0 mil do que em 2010 (+1,8%), e mais 456 mil beneficiários do que em 2002 (+18,0%), o que representa um crescimento médio anual de 1,9% do número de pensionistas, entre 2002 e 2011.

Como se pode ver no gráfico seguinte, para este comportamento tem contribuído essencialmente o acréscimo dos pensionistas de *velhice*, computado em 27,6% no período 2002-2011, ou seja, mais 434,6 mil pensionistas (o que representa 95,38% do aumento do número de pensionistas, mais 0,5 p.p. face a 2010), traduzindo as características demográficas de envelhecimento da população.

A eventualidade *sobrevivência* tem registado também uma tendência de crescimento, no mesmo período em análise, embora menos acentuada do que na *velhice* (taxa média de crescimento anual de 1,57% dos pensionistas de sobrevivência, que compara com o crescimento médio de 2,74% registado no número de pensionistas de velhice), sendo que os pensionistas de invalidez têm vindo a diminuir sucessivamente (menos 19,5% entre 2002 e 2011, ou seja, uma diminuição de 69,1 mil pensionistas).



Fonte: CNP / ISS, IP.

Número de pensionistas de Sobrevivência, Invalidez e Velhice

Dezembro 2002 - Dezembro 2011

(Em milhares)

Rubricas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sobrevivência	601	612	626	636	646	662	669	677	684	691
<i>Tx var anual</i>	-2,2%	1,9%	2,3%	1,6%	1,5%	2,6%	1,0%	1,3%	1,0%	1,1%
Invalidez	354	346	339	320	317	313	304	299	292	285
<i>Tx var anual</i>	-0,9%	-2,2%	-2,0%	-5,5%	-1,2%	-1,2%	-2,7%	-1,6%	-2,6%	-2,4%
Velhice	1.576	1.635	1.682	1.738	1.774	1.833	1.868	1.914	1.957	2.010
<i>Tx var anual</i>	1,2%	3,8%	2,9%	3,3%	2,1%	3,3%	1,9%	2,4%	2,3%	2,7%
TOTAL	2.530	2.593	2.647	2.694	2.736	2.808	2.841	2.891	2.933	2.986
<i>Tx var anual</i>	0,1%	2,5%	2,1%	1,8%	1,6%	2,6%	1,2%	1,7%	1,5%	1,8%

Fonte: CNP / ISS, IP.

Como se pode confirmar no quadro supra, o número total de pensionistas em 2011 aumentou 1,8% face a 2010, o que compara com um crescimento de 1,5% em 2010 relativamente a 2009 (ou seja, uma aceleração de 0,37 p.p. no ritmo de crescimento dos beneficiários de pensões.

Numa análise mais detalhada por tipo de pensão, conclui-se que, em dezembro de 2011:

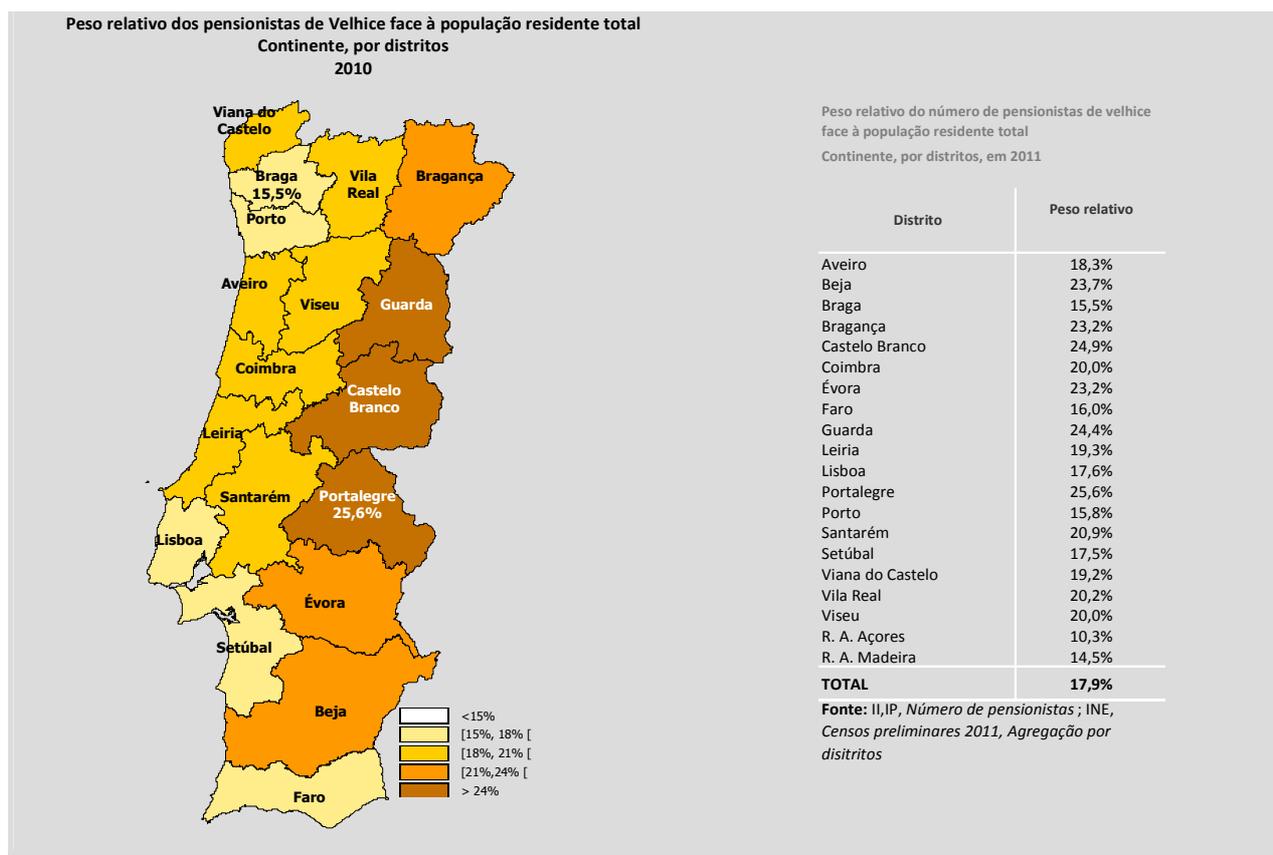
- Os *pensionistas de velhice*, em número de 2.010 milhares, representam 67,3% do total de pensionistas, mais 0,6 p.p. do que em 2010, traduzindo-se em mais 53,1 mil beneficiários face ao ano anterior (+2,7%);
- Cerca de 691 mil beneficiários usufruíam em 31 de dezembro de 2011 de *pensão de sobrevivência*, ou seja, cerca de mais 7,5 mil do que em 2010, registando um crescimento de 1,1% face ao ano anterior (que compara com 1,0% em 2010 e 1,3% em 2009);
- No caso da *pensão de invalidez*, 285 mil beneficiários encontravam-se a receber este tipo de pensão em 31 de dezembro de 2011, menos 7,0 mil do que no ano anterior, registando-se uma diminuição consecutiva do número de pensionistas ao longo da última década (-17,9% no período 2002-2011).

Refira-se que o número de pessoas a receber pensão de invalidez diminuiu pelo facto do número de pensionistas entrados não compensar o fluxo de saída, não só por situação de morte mas também por, automaticamente, transitarem para a pensão de velhice ao completarem 65 anos de idade.

X.1.2.2. Número de pensionistas de velhice no total da população residente, por distrito do Continente, em 31 de dezembro 2011

Dada a relevância da despesa com pensões de velhice da Segurança Social, apresenta-se de seguida a distribuição geográfica destes pensionistas no total da população residente, por distrito do Continente.

De referir que se assinalam os distritos em que se verificou o maior peso relativo (Portalegre) e menor (Braga).



Constata-se que os distritos do Continente onde, em 2011, a expressão relativa do número de pensionistas de velhice face à população residente é mais elevada se concentraram nas regiões do interior do país, à semelhança do que ocorre já em anos anteriores, destacando-se Portalegre, em que $\frac{1}{4}$ da população residente no distrito usufrui de pensão de velhice, enquanto os distritos de Castelo Branco (24,9%), Beja, Guarda, Évora e Bragança (23,2%) registam mais de 23% de pensionistas.

Também, tal como em 2008, 2009 e 2010, a região Norte inclui os dois distritos do país em que aquela expressão relativa atingiu os valores mais baixos em 2011, isto é, no Porto e em Braga (respetivamente, 15,8% e 15,5%). De relevar que estes dois distritos viram o número de pensionista aumentar mais de 3% entre 2010 e 2011, o que contribuiu para um aumento do peso dos pensionistas na população residente (respetivamente, mais 0,7 p.p. e mais 0,6 p.p.).

Os distritos de Braga, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal apresentaram um peso relativo inferior ao valor médio continental, ou seja, inferior ou igual a 17,9%.

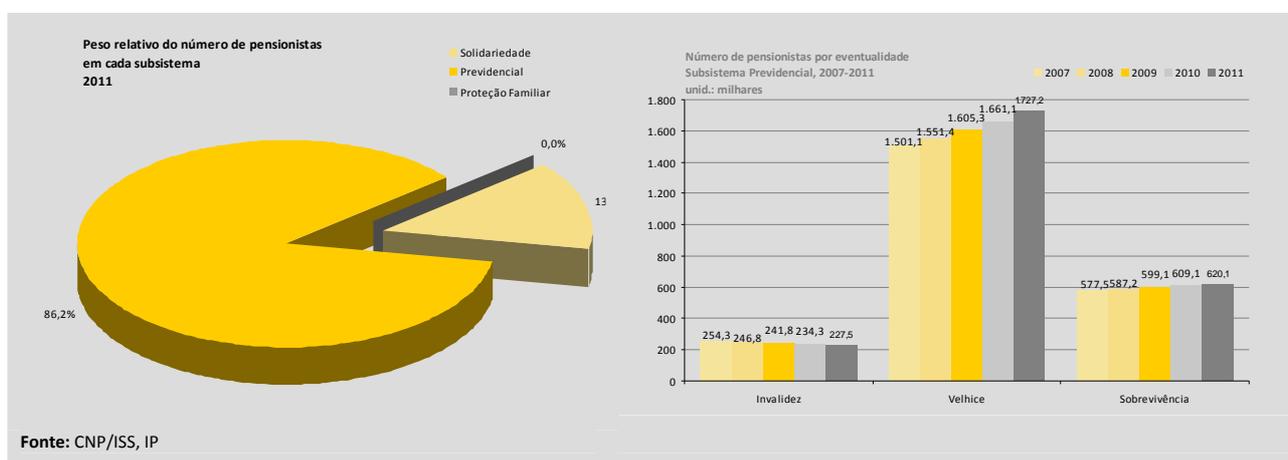
Em síntese, face a 2010, verifica-se um aumento de 0,6 p.p. no peso relativo do número de pensionistas de velhice da Segurança Social face à população residente no Continente, que passou de 17,4% em 2010 para 17,9% em 2011. A maior variação absoluta ocorreu nos distritos do Porto e de Setúbal, que registaram +10,6 e +5,0 mil pensionistas de velhice em 2011 do que no período homólogo de 2010. Enquanto nos distritos de Beja, Bragança e Portalegre houve uma redução de, respetivamente, 209, 112 e 30 pensionistas.

X.1.2.3. Número de pensionistas por Subsistemas do Sistema de Segurança Social, em 31 de dezembro 2011

Da aplicação da lei de bases da segurança social (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro), resultou uma reafecção das rubricas da despesa por subsistemas, sendo que, as pensões por antecipação da idade da reforma transitaram do subsistema de proteção familiar para o subsistema de solidariedade e o subsistema de proteção familiar passa a incluir a totalidade da despesa referente aos complementos por dependência, seja qual for o regime de segurança social por que estejam abrangidos.

Assim, a desagregação do número de pensionistas passa a realizar-se entre aqueles que pertencem ao regime geral, integrados no sistema Previdencial e os pensionistas dos regimes não contributivos e equiparados que se integram no subsistema de solidariedade.

O gráfico seguinte ilustra a distribuição do peso relativo do número de pensionistas entre o Sistema Previdencial e o Subsistema de Solidariedade, podendo constatar-se que o Sistema Previdencial absorve a esmagadora maioria dos pensionistas, 86,2% em 31 de dezembro de 2011. Enquanto o Subsistema de Solidariedade incorporou 13,8% do total de pensionistas na mesma data (menos 0,8 p.p. do que em 2010).



Da análise ao gráfico da direita em cima, que representa o número de pensionistas por eventualidade no Sistema Previdencial, verifica-se que 67,1% dos pensionistas recebiam pensão de velhice em 31 de dezembro de 2011 (mais 0,8 p.p. do que em 2010), em número de 1,7 milhões de beneficiários.

Dos restantes pensionistas do Sistema Previdencial, 620,1 mil correspondiam a pensionistas de sobrevivência e 227,5 mil recebiam pensão de invalidez, sendo que na sobrevivência se assistiu a um aumento de 10,9 mil pensionistas de 2010 para 2011, enquanto que na invalidez ocorreu uma diminuição de 6,8 mil no mesmo período.

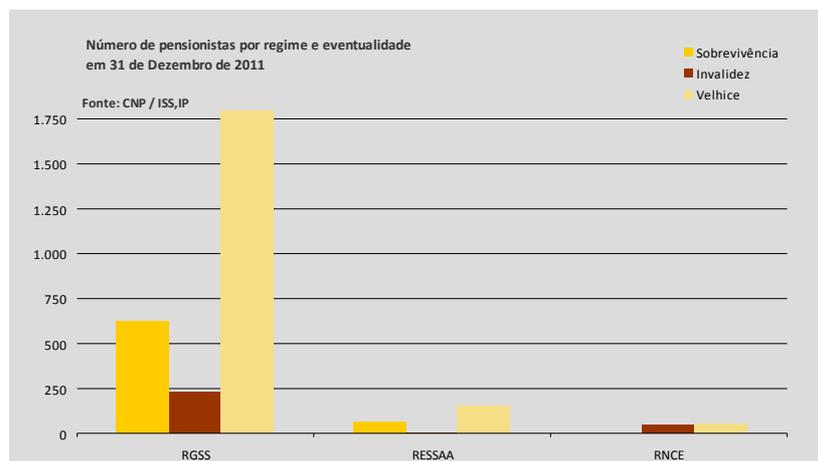
X.1.2.4. Número de pensionistas por regime e eventualidade, em 31 de dezembro de 2011

A evolução do número de pensionistas em 31 de dezembro de cada ano, no período de 2002 a 2011 distribuiu-se da seguinte forma, por regimes e eventualidades:

Evolução do número de pensionistas, em 31 de Dezembro de cada ano, por regime e eventualidade												
2002 - 2011												
Regimes / eventualidades	Em milhares										Taxas variação (%)	
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011/2010	2011/2002
RGSS	1.995	2.093	2.171	2.243	2.307	2.400	2.454	2.522	2.584	2.657	2,8%	33,2%
Sobrevivência	511	527	542	555	567	586	595	607	616	627	1,7%	22,6%
Invalidez	289	283	277	260	257	254	247	242	234	228	-2,9%	-21,3%
Velhice	1.195	1.283	1.351	1.428	1.483	1.560	1.612	1.674	1.734	1.803	4,0%	50,9%
RESSAA	395	374	354	333	313	295	275	257	239	222	-7,1%	-43,8%
Sobrevivência	85	83	82	79	77	74	71	68	65	62	-4,9%	-27,1%
Invalidez	17	15	13	12	10	9	8	7	7	7	-3,7%	-59,1%
Velhice	293	276	259	242	226	211	196	181	167	153	-8,1%	-47,8%
RNCE	140	126	123	118	116	114	112	111	109	107	-2,1%	-23,5%
Sobrevivência	4	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3,3%	-44,0%
Invalidez	48	48	48	49	49	49	49	50	50	50	0,1%	4,9%
Velhice	88	76	72	67	64	62	61	59	57	54	-4,2%	-38,0%
TOTAL	2.530	2.593	2.647	2.694	2.736	2.808	2.841	2.891	2.933	2.986	1,8%	18,0%

Fonte: ISS/CNP.

Notas: RGSS – Regime Geral da Segurança Social; RESSAA – Regime Especial de Segurança Social das Actividades Agrícolas; RNCE – Regime Não Contributivo e Equiparados; O RGSS inclui os Desalojados e o Regime Especial dos Ferrovíarios.



Fonte: CNP/ISS, IP

Como pode observar-se no quadro anterior, 2.657 mil pensionistas, isto é, 89,0% do total (mais 0,9 p.p. acima de 2010), encontravam-se, em 31 de dezembro 2011, enquadrados no Regime Geral da Segurança Social, o que traduz uma representatividade crescente desde 2002 (em 2002 representava 78,8%, crescendo a uma taxa média anual de 1,4%), 222 mil estavam no RESSAA e apenas 107 mil estavam enquadrados nos Regimes Não Contributivos e Equiparados:

- Quanto aos pensionistas do *RGSS*, estes registaram um aumento de 2,8% em 2011, principalmente na eventualidade velhice, que sofreu um acréscimo de 4,0% relativamente ao período homólogo de 2010 (mais 0,4 p.p. do que a taxa de crescimento verificada nesse ano);
- Os pensionistas do *RESSAA*, por constituírem um universo fechado, têm vindo continuamente a diminuir, sendo que em 2011 eram já menos 7,1% do que em 2010 (que compara com menos 7,0%, menos 6,7% e menos 6,5%, respetivamente, em 2010, 2009 e 2008);
- Os pensionistas do *RNCE* enquadraram um menor número de pensionistas em 2011 (-2,1% do que em 2010), refletindo nomeadamente a redução registada ao nível da eventualidade velhice (-4,2%).

X.1.3. EVOLUÇÃO DAS PENSÕES

X.1.3.1. Evolução das pensões mínimas

Em 2007 foram introduzidas alterações legislativas, nomeadamente, a nova Lei de Bases do Sistema de Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro), o indexante de apoios sociais (IAS) (Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro) e o novo regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social (Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio), que fixaram novas regras para o cálculo e a atualização de pensões e de outras prestações atribuídas pelo sistema de segurança social.

Neste enquadramento, o valor das pensões mínimas atualizado em dezembro de 2006, manteve-se inalterado ao longo do ano de 2007, vindo a atualização a ocorrer, retroactivamente, em 2008. Em 2009, o valor mínimo de pensão dos pensionistas de invalidez e velhice foi atualizado em 2,9% relativamente ao ano de 2008, correspondendo à atualização anual do IAS no valor de 419,22 euro (Portaria n.º 1514/2008, de 24 de dezembro).

Os artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, que estabelecem o mecanismo de atualização do indexante dos apoios sociais (IAS) e das pensões e outras prestações de segurança social, determinam a possibilidade de se verificar uma diminuição do valor nominal do IAS e do montante das pensões e de outras prestações a este indexadas, em situações especiais. Situações como a que se verificou, nomeadamente, no ano de 2009, em que observou uma desaceleração da economia portuguesa, com um crescimento negativo do PIB e da inflação.

Assim, tendo em vista o reforço da proteção social e garantir aos pensionistas com pensões mais baixas o aumento do poder de compra, o Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de dezembro, ao suspender o regime de atualização anual do indexante dos apoios sociais (IAS), das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, estabeleceu um regime excepcional e transitório de atualização daquelas prestações para o ano de 2010. Ao abrigo deste diploma, os valores mínimos das pensões e de outras prestações sociais indexadas ao IAS, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2010, foram atualizados em 1,25 % (ver quadro seguinte).

No âmbito do processo de consolidação orçamental, o Orçamento do Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro) procedeu à suspensão do regime de atualização do valor do indexante dos apoios sociais, das pensões e outras prestações sociais (artigo 67º) e ao congelamento do valor nominal das pensões (artigo 68º), pelo não houve alteração no valor das pensões mínimas no ano de 2011.

EVOLUÇÃO DAS PENSÕES MÍNIMAS							
2007-2010							
Euro							
Regimes	2007	2008	2009	2010	Evolução % (Dez.)		
					2008/ 2007	2009/ 2008	2010/ 2009
Regime Geral	230,16	236,47	243,32	246,36	2,74%	2,90%	1,25%
RESSAA	212,46	218,29	224,62	227,43	2,74%	2,90%	1,25%
RNCE	177,05	181,91	187,18	189,52	2,74%	2,90%	1,25%

X.1.3.2. Pensões médias e duração média de atribuição das pensões de Invalidez e Velhice, Regime Geral

A pensão média mensal nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral situou-se, em dezembro de 2011, em 399,33 euro e 481,69 euro, respetivamente (+1,8% e +1,0% do que em 2010), tal como se pode constatar no quadro seguinte:

Pensão média mensal do regime geral, em 31 de Dezembro de cada ano										
2002 - 2011										
(euro)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Invalidez	289,36	302,15	318,00	335,11	351,21	365,07	377,47	389,08	392,43	399,33
<i>Tx var anual</i>	5,3%	4,4%	5,2%	5,4%	4,8%	3,9%	3,4%	3,1%	0,9%	1,8%
Velhice	334,02	351,51	373,72	394,73	417,86	436,72	454,24	472,08	477,03	481,69
<i>Tx var anual</i>	6,2%	5,2%	6,3%	5,6%	5,9%	4,5%	4,0%	3,9%	1,0%	1,0%

Fonte: ISS/CNP

Pensão média mensal	Variação Dez. 2011/Dez. 2002	
	Valor absol.	Var. %
Regime Geral		
Invalidez	109,97	38,0%
Velhice	147,67	44,2%

Fonte: CNP / ISS, IP

A evolução positiva da pensão média traduz, entre outros fatores, o aumento do número de anos da carreira contributiva considerado para efeitos de atribuição da pensão e o crescimento verificado ao nível do valor da pensão média dos novos pensionistas.

Relativamente à duração das pensões do regime geral em 2011, em média, estes pensionistas recebem pensão de velhice durante 8,6 anos e pensão de invalidez durante 17,5 anos, tal como apresentado no seguinte quadro:

**Duração média em anos das pensões do regime geral
(por data de início da pensão)
2002 - 2011**

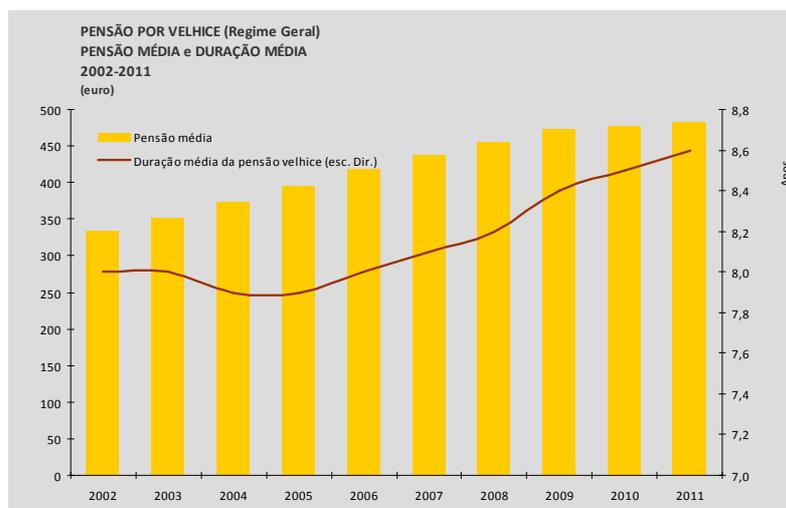
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Invalidez	14,9	15,0	15,4	15,8	16,1	16,4	16,7	17,0	17,3	17,5
Velhice	8,0	8,0	7,9	7,9	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,6

Fonte: CNP/ISS, IP

Duração média pensões (anos) Regime Geral	Variação Dez. 2011/Dez. 2002	
	Valor absol.	Var. %
Invalidez	2,60	17,4%
Velhice	0,60	7,5%

Fonte: CNP / ISS, IP

Estas duas variáveis – pensão média e duração média da pensão – encontram-se representadas simultaneamente no gráfico seguinte, apenas para a pensão de velhice, à qual foi dada algum destaque por representar cerca de 77,4% do total da despesa do regime geral.



Conclui-se que a pensão média de velhice do regime geral tem registado um crescimento contínuo desde 2001, com uma desaceleração e estabilização nos últimos dois anos, enquanto que a respetiva duração média evidencia uma estabilidade ao longo do período em análise, com um ligeiro acréscimo nos últimos quatro anos. Em média, no ano de 2011, as pensões de velhice do regime geral foram pagas durante um período superior aos verificados entre 2001 e 2007 (que variaram entre os 7,9 e os 8,1 anos) e durante mais de 6 meses do que em 2002.

X.1.3.3. Idade média e número médio de anos de carreira contributiva de invalidez e velhice, Regime Geral

A idade média dos pensionistas do regime geral situou-se, em 2011, em 73,1 anos na pensão de velhice e 56,3 anos na pensão de invalidez, mantendo-se naquela uma tendência ascendente de um mês por ano ao longo dos últimos seis anos (entre 2002 e 2011 registou-se um aumento de apenas 6 meses na idade média dos pensionistas de velhice).

Idade média dos pensionistas do regime geral - em anos (por mês de referência) 2001-2011										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Invalidez	56,4	56,5	56,4	56,0	56,0	56,1	56,1	56,2	56,3	56,3
Velhice	72,5	72,6	72,6	72,5	72,6	72,7	72,8	72,9	73,0	73,1

Fonte: ISS/CNP

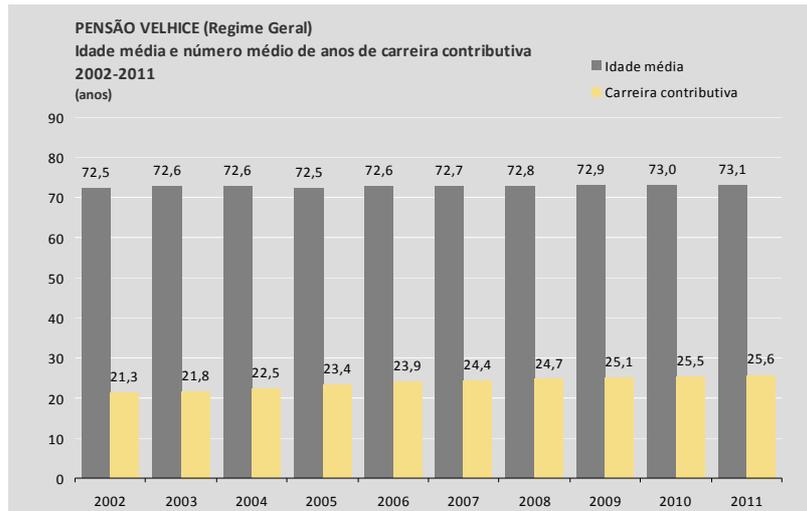
Nota: A informação constante neste quadro corresponde à evolução da média de idades desde a data de início da pensão até ao mês de referência.

Relativamente ao número médio de anos de carreira contributiva dos pensionistas de cada uma das eventualidades em 2011, este foi de 25,6 anos para a velhice e 17,7 anos para a invalidez. Nos últimos anos, este número médio subiu ligeiramente no caso da invalidez (registou-se um aumento de 1,4 anos entre 2002 e 2011). Sendo que, no caso da velhice, o número médio de anos de carreira contributiva registou um aumento mais significativo, em torno de quatro anos e quatro meses entre 2002 e 2011 (o que representa um crescimento médio anual de 2,06%), como pode observar-se no quadro e gráfico seguintes:

Número médio de anos de carreira contributiva do regime geral (por data de início da pensão) 2002-2011										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Invalidez	16,3	16,3	16,5	16,8	17,0	17,2	17,3	17,5	17,6	17,7
Velhice	21,3	21,8	22,5	23,4	23,9	24,4	24,7	25,1	25,5	25,6

Fonte: CNP/ISS, IP

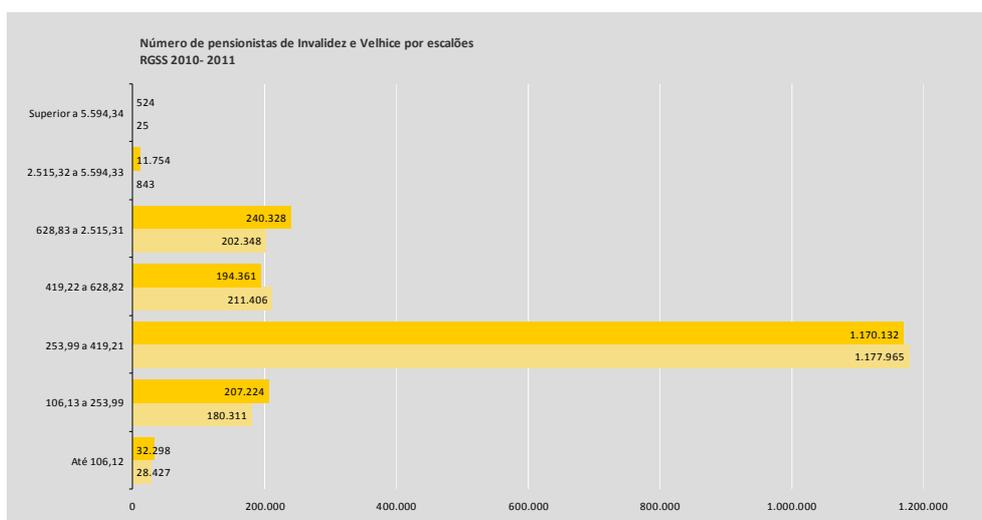
A evolução destas duas variáveis, na eventualidade de velhice, pode ser observada graficamente:



Fonte: CNP/ISS, IP

X.1.3.4. Pensionistas de invalidez e velhice, segundo os escalões de pensões, Regime Geral

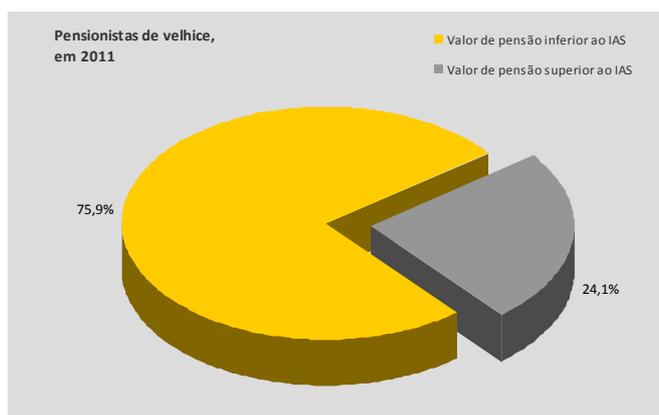
Em dezembro de 2011, e como pode observar-se no gráfico seguinte, a distribuição dos pensionistas de invalidez e velhice do regime geral por escalões de pensões, revela que a maioria destes (63,0%) se encontra no escalão entre 253,99 euro e 419,21 euro – um escalão intermédio que agrega os pensionistas que recebem entre 60% e 100% do IAS. Comparativamente a 2010, este escalão de pensões regista uma redução de 2,37 p.p. em termos de peso relativo, sendo que o escalão seguinte (419,22 a 628,82 euro) perde 1,27 p.p. em relação a 2010 (ano em que se tinha verificado um reforço de 2,01 p.p. em termos de peso relativo). Todos os outros escalões, à semelhança de 2010, veem o seu peso relativo aumentar em 2011 (com o escalão de pensionistas no intervalo entre 628,83 euro e 2.515,31 euro a ver o seu peso relativo aumentado em 1,71 p.p. e o escalão 106,13 a 253,99 euro reforçou o seu peso relativo em 1,15 p.p.).



Fonte: CNP/ISS, IP

De referir ainda que o número de pensionistas inseridos no escalão mais elevado, superior a 5.594,34 euro, apresenta uma expressão relativa muito reduzida face ao universo considerado (0,03%), contemplando 524 pensionistas em dezembro de 2011.

Como se pode constatar no seguinte gráfico, 75,9% dos pensionistas de velhice auferem um valor de pensão inferior ao valor do IAS (419,22 euro), o que compara com 77,0% em 2010 (representando uma redução de 1,1 p.p. em termos de expressão relativa).



Fonte: CNP/ISS, IP

X.1.4. REFORMAS ANTECIPADAS DO SUBSISTEMA DE SOLIDARIEDADE

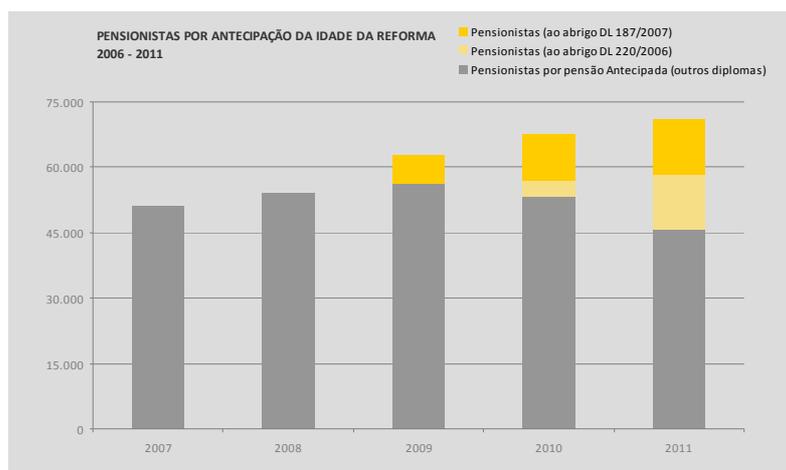
A despesa com reformas antecipadas, do âmbito do subsistema de solidariedade, atingiu 627.501,4 milhares de euro em 2011, mais 1,8% do que em 2010, revelando uma desaceleração de 23,4 p.p. no ritmo de crescimento face ao biénio anterior (ver quadro seguinte). Entre 2002 e 2010, a despesa com o pagamento de reformas antecipadas cresceu 2,8 vezes (uma variação de 175,1%, que representa um acréscimo médio anual de 11,9%).

Pensões por antecipação da idade de reforma											Taxa variação (%)									
Subsistema de Solidariedade																				
em milhares de euro																				
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011		2003/2002	2004/2003	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010	
228.096,5	248.978,5	268.259,3	290.129,2	381.106,0	425.122,7	450.320,1	492.132,8	616.353,3	627.501,4	9,2%	7,7%	8,2%	31,4%	11,5%	5,9%	9,3%	25,2%	1,8%		

As pensões pagas no âmbito do Subsistema de Solidariedade englobam pensões antecipadas por desemprego e por outros motivos ao abrigo de vários diplomas, nomeadamente:

- Pensões antecipadas por desemprego ao abrigo do n.º 2 do art. 44.º do Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de abril;
- Pré-reforma dos trabalhadores dos setores da siderurgia e do carvão (CECA) (Decreto-Lei n.º 402/90, de 21 de dezembro);

- Situações de pré-reforma por dificuldades de adaptação a modificações tecnológicas e a novos processos de gestão que alterem as condições e o ambiente de trabalho (DL 261/91, de 25 de julho);
- Reforma Antecipada dos Despachantes (Decreto-Lei n.º 25/93, de 5 de fevereiro);
- Reforma Antecipada dos Mineiros – Protocolo com a Empresa Carbonífera do Douro (E.C.D.) (Decreto-lei n.º 195/95, de 28 de julho);
- Pensão Extraordinária atribuída aos trabalhadores portugueses ao serviço do destacamento das Forças Armadas dos Estados Unidos instalado na Base das Lajes e àqueles que prestaram serviço na Estação de Telemedidas da República Francesa (Lei n.º 32/96, de 16 de agosto);
- Reforma Antecipada dos Mineiros – Protocolo com a Empresa Pirites Alentejanas;
- Reforma Antecipada das Bordadeiras (Decreto-Lei n.º 55/99, de 26 de fevereiro);
- Pensões Antecipadas por Desemprego c/ Redução, n.º 3 e 4 do art. 44º Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de abril;
- Em 2009 passou a incluir as Pensões Antecipadas por Desemprego para Desempregados Longa Duração, abrangidos pelos Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro e n.º 187/2007, de 10 de maio), que explicam o forte crescimento da despesa nos anos de 2009 e 2010, conforme se pode constatar no gráfico abaixo.



Fonte: CNP/ISS, IP

X.1.5. DESPESA PAGA COM PENSÕES

No exercício de 2011, a despesa com pensões, bem como os diversos complementos de pensão, ascenderam no conjunto a 14.448.362,9 milhares de euro, mais 3,1% do que no ano anterior.

X.1.5.1. Análise da despesa por áreas sociais

O quadro seguinte evidencia, por áreas sociais, a evolução da despesa com pensões e complementos de pensão no período 2002-2011.

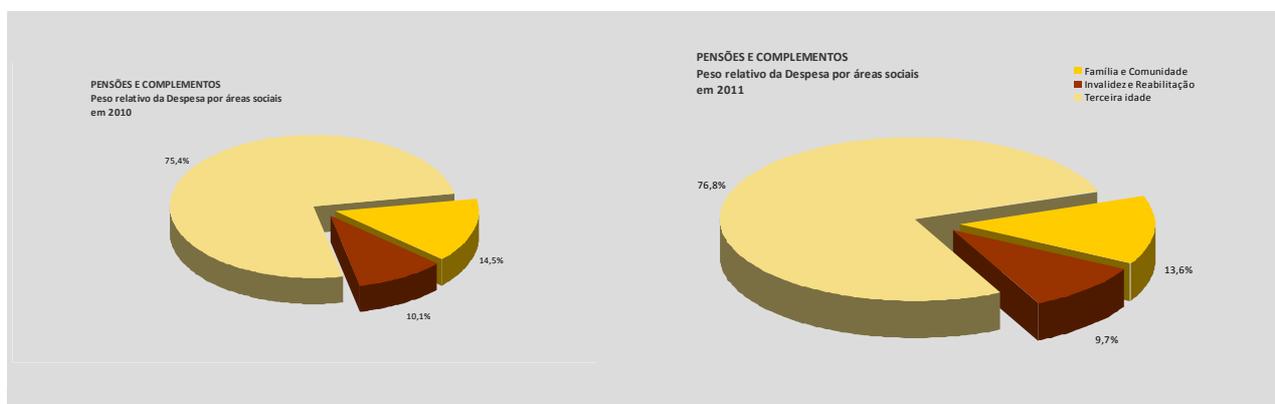
Constata-se que a área da terceira idade absorveu, em 2011, 11.091.716,6 milhares de euro, isto é, 76,8% do total da despesa com pensões, sendo que 91,3% desta despesa diz respeito a pensões de velhice.

Execução Orçamental										
Evolução da despesa com pensões e complementos - (milhares de euro)										
2002-2011										
RUBRICAS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Família e Comunidade	1.253.846,1	1.344.477,3	1.490.518,8	1.546.607,9	1.643.359,3	1.737.067,2	1.840.565,4	1.956.820,4	2.030.888,8	1.958.370,6
Pensões de sobrevivência	1.238.605,6	1.327.999,3	1.472.570,7	1.526.248,5	1.621.767,4	1.707.297,6	1.808.130,8	1.921.614,1	1.993.168,3	1.928.642,7
Complemento dependência	15.240,5	16.478,0	17.593,3	19.007,8	20.056,9	27.407,0	30.023,5	32.810,3	34.510,8	26.462,1
Complemento especial dos antigos combatentes			354,8	1.351,6	1.535,0	2.362,5	2.411,1	2.396,1	3.209,8	3.265,7
Invalidez e Reabilitação	1.267.197,0	1.290.470,0	1.335.386,4	1.340.685,6	1.377.474,5	1.427.977,7	1.426.259,4	1.421.228,0	1.411.109,8	1.398.275,8
Pensões de invalidez	1.224.021,6	1.244.095,1	1.282.906,0	1.282.951,6	1.316.605,9	1.364.044,2	1.360.170,7	1.352.780,5	1.340.210,2	1.325.943,8
Complemento dependência	32.884,4	35.918,3	38.956,7	41.941,4	44.586,8	46.855,6	49.437,8	52.630,9	55.003,8	56.936,6
Complemento por cônjuge a cargo	1.835,5	1.588,8	1.361,3	1.176,2	1.014,9	875,2	755,0	648,1	545,1	437,8
Complemento extra-solidariedade	8.455,4	8.867,9	9.602,1	10.078,2	10.561,8	10.893,5	11.259,5	11.712,8	11.960,6	12.199,2
Complemento especial dos antigos combatentes			2.560,2	4.538,3	4.705,0	5.309,2	4.636,5	3.455,8	3.390,1	2.758,4
Terceira idade	5.912.919,5	6.407.902,3	7.039.037,7	7.800.977,9	8.402.537,9	8.948.052,0	9.551.327,2	10.086.602,0	10.569.914,0	11.091.716,6
Pensões de velhice	5.496.993,1	5.957.572,0	6.550.864,1	7.266.090,8	7.758.378,5	8.245.500,9	8.807.074,1	9.285.820,6	9.634.149,0	10.130.869,1
Complemento dependência	155.471,7	169.312,7	185.034,0	205.157,4	221.192,6	231.266,3	244.537,6	260.320,8	267.214,3	277.419,5
Complemento por cônjuge a cargo	14.753,6	14.435,1	14.020,5	13.426,7	12.789,6	12.118,7	11.460,1	10.725,2	9.887,2	8.856,9
Pensões antecipadas (Subsistema Solidariedade)	228.096,5	248.978,5	268.259,3	290.129,2	381.106,0	425.122,7	450.320,1	492.132,8	616.353,3	627.501,4
Complemento extra-solidariedade	17.604,6	17.604,0	18.048,4	18.001,3	18.223,1	18.517,9	19.018,0	19.635,2	19.722,1	18.823,1
Complemento especial dos antigos combatentes			2.811,4	8.172,4	10.848,1	15.525,4	18.917,2	17.967,4	22.588,1	28.246,5
Total das pensões	8.433.962,6	9.042.849,6	9.864.942,9	10.688.271,3	11.423.371,7	12.113.096,8	12.818.152,0	13.464.650,4	14.011.912,6	14.448.362,9

Nota: Despesas com pensões incluem a parcela da pensão de aposentação (Decreto-Lei nº 278/82), complemento de pensão (Portaria 193/79), complementos sociais (pensão social) e montante provisório de pensão.

Execução Orçamental										
Evolução da despesa com pensões e complementos - taxas de variação anuais										
2002-2011										
RUBRICAS	2003/ 2002	2004/ 2003	2005/ 2004	2006/ 2005	2007/ 2006	2008/ 2007	2009/ 2008	2010/ 2009	2011/ 2010	
Família e Comunidade	7,2%	10,9%	3,8%	6,3%	5,7%	6,0%	6,3%	3,8%	-3,6%	
Pensões de sobrevivência	7,2%	10,9%	3,6%	6,3%	5,3%	5,9%	6,3%	3,7%	-3,2%	
Complemento dependência	8,1%	6,8%	8,0%	5,5%	36,6%	9,5%	9,3%	5,2%	-23,3%	
Complemento especial dos antigos combatentes			281,0%	13,6%	53,9%	2,1%	-0,6%	34,0%	1,7%	
Invalidez e Reabilitação	1,8%	3,5%	0,4%	2,7%	3,7%	-0,1%	-0,4%	-0,7%	-0,9%	
Pensões de invalidez	1,6%	3,1%	0,0%	2,6%	3,6%	-0,3%	-0,5%	-0,9%	-1,1%	
Complemento dependência	9,2%	8,5%	7,7%	6,3%	5,1%	5,5%	6,5%	4,5%	3,5%	
Complemento por cônjuge a cargo	-13,4%	-14,3%	-13,6%	-13,7%	-13,8%	-13,7%	-14,2%	-15,9%	-19,7%	
Complemento extra-solidariedade	4,9%	8,3%	5,0%	4,8%	3,1%	3,4%	4,0%	2,1%	2,0%	
Complemento especial dos antigos combatentes			77,3%	3,7%	12,8%	-12,7%	-25,5%	-1,9%	-18,6%	
Terceira idade	8,4%	9,8%	10,8%	7,7%	6,5%	6,7%	5,6%	4,8%	4,9%	
Pensões de velhice	8,4%	10,0%	10,9%	6,8%	6,3%	6,8%	5,4%	3,8%	5,2%	
Complemento dependência	8,9%	9,3%	10,9%	7,8%	4,6%	5,7%	6,5%	2,6%	3,8%	
Complemento por cônjuge a cargo	-2,2%	-2,9%	-4,2%	-4,7%	-5,2%	-5,4%	-6,4%	-7,8%	-10,4%	
Pensões antecipadas (Subsistema Solidariedade)	9,2%	7,7%	8,2%	31,4%	11,5%	5,9%	9,3%	25,2%	1,8%	
Complemento extra-solidariedade	0,0%	2,5%	-0,3%	1,2%	1,6%	2,7%	3,2%	0,4%	-4,6%	
Complemento especial dos antigos combatentes			190,7%	32,7%	43,1%	21,8%	-5,0%	25,7%	25,1%	
Total das pensões	7,2%	9,1%	8,3%	6,9%	6,0%	5,8%	5,0%	4,1%	3,1%	

Tal como exposto no sectograma seguinte, e comparativamente a 2010, a área Terceira Idade viu reforçada a sua importância relativa em 2011, em 1,3 p.p., diminuindo a representatividade da área Invalidez e Reabilitação (de 10,1% em 2010 para 9,7% em 2011) e da família e comunidade (de 14,5% em 2010 para 13,6% em 2011).



Da análise do quadro supra, conclui-se ainda que:

- A despesa total com os pensionistas de velhice – *Terceira Idade* – evidenciou em 2011 um crescimento de 5,2% face a 2010, que compara com 3,8% em 2010, 5,4% em 2009, 6,8% em 2008 e 6,3% em 2007, inferior ao crescimento médio verificado no período 2002/2011 de 7,0%;
- No que concerne às pensões de sobrevivência, a evolução anual da despesa registou, em 2011, uma redução de 3,2% relativamente ao período homólogo de 2010 (compara com 3,7% em 2010, 6,3% em 2009, 5,9% em 2008 e 5,3% em 2007), o que acontece pela primeira vez no período em análise;
- A despesa com pensões de invalidez em 2011 com uma diminuição de 1,1% face a 2010, manteve a tendência de redução observada nos três anos anteriores (que compara com -0,9% em 2010, -0,5% em 2009 e -0,3% em 2008);
- Destaque ainda para os complementos de dependência, em particular para os da área da terceira idade, que ascenderam a 277.419,5 milhares de euro, significando uma subida de 3,8% em relação ao ano anterior (representando um aumento de 1,2 p.p. em relação ao crescimento verificado em 2010);
- Na *Família e Comunidade* a despesa com complementos por dependência (26.461,1 milhares de euro) corresponde a 7,3% do total da despesa realizada com complementos de dependência, e representa uma redução de 23,3% face a 2010 (o que sucede pela primeira vez no período em análise e compara com crescimento de 5,2% em 2010, 9,3% em 2009 e 9,5% em 2008);
- Em 2011, mantém-se a tendência de desaceleração do crescimento da despesa com complementos por dependência nas áreas da Invalidez e reabilitação verificada em 2010 (3,5%), que compara com um crescimento de 4,5% em 2010, 6,5% em 2009, 5,5% em 2008 e 5,1% em 2007, o que constitui um ritmo de crescimento inferior em 2,8 p.p. ao verificado no período 2002-2011;
- A despesa com complemento especial de pensão dos antigos combatentes (no total das três áreas) registou em 2011 um crescimento positivo de 17,4%, que compara com um crescimento de 22,5% em 2010 e uma redução de 8,3% em 2009 (a variação média anual para o período 2004/2011 é de +29,1%).

X.1.5.2. Análise da despesa por regime e por eventualidade

No âmbito de cada um dos regimes de segurança social, a despesa com pensões, apresentou a seguinte evolução:

Execução Orçamental																			
Evolução da despesa com pensões e complementos, por eventualidade, em cada regime																			
2002-2011																			
REGIME GERAL (RGSS)	Em milhares de euro										Taxas variação (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003/2002	2004/2003	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010
Sobrevivência	1.075.380	1.155.507	1.282.278	1.319.683	1.401.337	1.482.097	1.573.801	1.682.772	1.749.867	1.673.546	7,5%	11,0%	2,9%	6,2%	5,8%	6,2%	6,9%	4,0%	-4,4%
Invalidez	961.842	968.374	986.434	964.374	973.229	1.013.465	1.007.224	1.025.974	1.015.053	1.012.316	0,7%	1,9%	-2,2%	0,9%	4,1%	-0,6%	1,9%	-1,1%	-0,3%
Velhice	4.525.761	4.973.501	5.495.474	6.146.172	6.615.509	7.102.050	7.638.949	8.199.472	8.659.484	9.200.257	9,9%	10,5%	11,8%	7,6%	7,4%	7,6%	7,3%	5,6%	6,2%
TOTAL	6.562.983	7.097.382	7.764.185	8.430.229	8.990.075	9.597.612	10.219.974	10.908.218	11.424.404	11.886.118	8,1%	9,4%	8,6%	6,6%	6,8%	6,5%	6,7%	4,7%	4,0%
RESSAA	Em milhares de euro										Taxas variação (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003/2002	2004/2003	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010
Sobrevivência	124.999	128.568	133.370	137.095	137.283	136.157	135.368	129.174	124.594	120.546	2,9%	3,7%	2,8%	0,1%	-0,8%	-0,6%	-4,6%	-3,5%	-3,2%
Invalidez	46.709	42.901	40.199	37.381	34.501	31.678	29.161	25.167	24.237	22.928	-8,2%	-6,3%	-7,0%	-7,7%	-8,2%	-7,9%	-13,7%	-3,7%	-5,4%
Velhice	786.851	777.719	776.935	769.385	748.964	718.928	694.503	595.280	555.842	498.422	-1,2%	-0,1%	-1,0%	-2,7%	-4,0%	-3,4%	-14,3%	-6,6%	-10,3%
TOTAL	958.559	949.189	950.503	943.861	920.748	886.764	859.032	749.621	704.673	641.896	-1,0%	0,1%	-0,7%	-2,4%	-3,7%	-3,1%	-12,7%	-6,0%	-8,9%
RNCE	Em milhares de euro										Taxas variação (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003/2002	2004/2003	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010
Sobrevivência	53.467	60.402	74.871	89.830	104.740	118.813	131.396	144.874	156.428	164.279	13,0%	24,0%	20,0%	16,6%	13,4%	10,6%	10,3%	8,0%	5,0%
Invalidez	258.646	279.195	308.754	338.930	369.744	382.834	389.875	370.088	371.821	363.032	7,9%	10,6%	9,8%	9,1%	3,5%	1,8%	-5,1%	0,5%	-2,4%
Velhice	600.307	656.682	766.629	885.421	1.038.065	1.127.074	1.217.875	1.291.849	1.354.588	1.393.037	9,4%	16,7%	15,5%	17,2%	8,6%	8,1%	6,1%	4,9%	2,8%
TOTAL	912.420	996.279	1.150.254	1.314.181	1.512.549	1.628.721	1.739.146	1.806.811	1.882.836	1.920.349	9,2%	15,5%	14,3%	15,1%	7,7%	6,8%	3,9%	4,2%	2,0%
TOTAL - REGIMES	Em milhares de euro										Taxas variação (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2003/2002	2004/2003	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010
Sobrevivência	1.253.846	1.344.477	1.490.519	1.546.608	1.643.359	1.737.067	1.840.565	1.956.820	2.030.889	1.958.371	7,2%	10,9%	3,8%	6,3%	5,7%	6,0%	6,3%	3,8%	-3,6%
Invalidez	1.267.197	1.290.470	1.335.386	1.340.686	1.377.474	1.427.978	1.426.259	1.421.228	1.411.110	1.398.276	1,8%	3,5%	0,4%	2,7%	3,7%	-0,1%	-0,4%	-0,7%	-0,9%
Velhice	5.912.920	6.407.902	7.039.038	7.800.978	8.402.538	8.948.052	9.551.327	10.086.602	10.569.914	11.091.717	8,4%	9,8%	10,8%	7,7%	6,5%	6,7%	5,6%	4,8%	4,9%
TOTAL	8.433.963	9.042.850	9.864.943	10.688.271	11.423.372	12.113.097	12.818.152	13.464.650	14.011.913	14.448.363	7,2%	9,1%	8,3%	6,9%	6,0%	5,8%	5,0%	4,1%	3,1%

Notas: RGSS – Regime Geral da Segurança Social; RESSAA – Regime Especial de Segurança Social das Atividades Agrícolas; RNCE – Regime Não Contributivo e Equiparados; O RGSS inclui os Desalojados e o Regime Especial dos Ferrovários.

Das três eventualidades em análise, a despesa registada nas pensões de “Velhice” é a que apresenta maior peso relativo em todos os regimes, representando, em 2011, cerca de 77,4% no RGSS, 77,6% no RESSAA e 72,5% no RNCE.

Por regime, verifica-se que:

- No RGSS, a despesa com *pensões de velhice* cresceu +6,2% relativamente a 2010, mais 0,6 p.p. do que no biénio anterior. Verifica-se que o crescimento registado em 2011 é o mais baixo desde 2002.

A despesa com *pensões de invalidez* no RGSS diminuiu em 2011 (-0,3%), à semelhança do sucedido em 2010 (em que se verificou uma redução de 1,1%).

A variação da despesa com *pensões de sobrevivência* em 2011 representou uma redução de 4,4%, o que sucede pela primeira vez no período em análise (compara com crescimento de 4,0%, 6,9%, 6,2% e 5,8%, respetivamente, em 2010, 2009, 2008 e 2007);

- No RESSAA, assistiu-se, em 2011, a uma diminuição da despesa total, na ordem dos -8,9%, que compara com a variação de -6,0% em 2010, -12,7% em 2009 e -3,1% em 2008. Esta diminuição é, em boa parte, explicada pela incidência das *pensões de velhice* (-10,3%), dado o seu peso no total. Há semelhança do que aconteceu nos quatro biénios anteriores, este foi o único regime em que se verificou uma diminuição em todas as eventualidades.

Por eventualidade, em 2011, a *sobrevivência* registou uma redução de despesa na ordem dos -3,2%, ou seja, variação da despesa inferior em 0,3 p.p. à verificada em 2010 (que compara com -3,5% em 2010, -4,6% em 2009, -0,6% em 2008 e -0,8% em 2007), acentuando a tendência de diminuição da despesa verificada a partir

de 2007, enquanto a *invalidez* regista uma desaceleração da despesa, na ordem dos -5,4% (o que compara com crescimentos negativos de -3,7% em 2010, -13,7% em 2009, -7,9% em 2008 e -8,2% em 2007 e com uma redução média de -7,6% no período 2002-2011);

- No *RNCE*, à semelhança do sucedido em anos anteriores, a *sobrevivência* é a eventualidade cuja despesa tem vindo a crescer de forma mais significativa, com um aumento de 5,0% em 2011 face a 2010 e um crescimento médio anual na ordem dos 13,3% desde 2002. Em 2011, à semelhança do sucedido em 2009 (ano em que se reduziu 5,1%), a *invalidez* decresceu 2,4%. No período em análise constata-se uma tendência de abrandamento desta despesa no período 2002-2011. A taxa de crescimento da *velhice* em 2011 tem vindo a desacelerar há cinco biénios, sendo a mais baixa desde 2002 (+4,9%) e menos 2,0 p.p. do que o registado em 2010 (que compara com 4,9% em 2010, 6,1% em 2009, 8,1% em 2008, 8,6% em 2007 e 17,2% em 2006).

De todos os regimes, o Regime Geral de Segurança Social foi, tal como sucedido no ano anterior, aquele que apresentou um maior crescimento da despesa em 2011, na ordem dos 4,0%. Reforça-se, assim, a inversão de tendência registada no período 2002-2008, em que os Regimes Não Contributivo e Equiparados, cresceram a taxas mais elevadas do que os outros regimes, facto que é observável pela comparação das taxas de crescimento médio anual, que nestes se situa nos 8,6%, contra os 6,8 no Regime Geral. A despesa com o Regime Especial de Segurança Social das Atividades Agrícolas diminuiu, em média 4,4% no período de 2002 a 2011.

Em termos de eventualidades, e no total dos regimes, verificaram-se crescimentos na eventualidade de *velhice* com uma taxa de crescimento de 4,9% em 2011 (que compara com 4,8% em 2010, 5,6% em 2009 e 6,7% em 2008). A *sobrevivência* apresentou, pela primeira vez no período em análise, uma taxa de crescimento negativa de -3,6% (que compara com os crescimentos observados em 2010, 2009 e 2008, respetivamente, 3,8%, 6,3% e 6,0%). A *invalidez* manteve a linha descendente que se iniciou em 2008 (-0,1%) e que se foi acentuando em 2009 (-0,4%), em 2010 (-0,7%) e em 2011 (-0,9%).

X.1.5.3. Análise da despesa por subsistemas

A despesa com pensões e complementos é desagregada, no quadro seguinte, por sistemas e subsistemas do Sistema de Segurança Social:

Despesa com pensões e complementos por subsistema de Segurança Social, segundo a forma de financiamento
 Continente e Regiões Autónomas, em 2011

		(euro)	Peso relativo
Financiamento Transferências do OE Consignação de receitas fiscais Outras receitas legalmente previstas	Sistema de Proteção Social de Cidadania [1]	3.620.180.356,11	25,1%
	Subsistema Proteção Familiar	370.112.898,33	2,6%
	<i>Regime contributivo</i>		
	Complementos por cônjuge a cargo	9.294.700,82	0,1%
	Complementos por dependência	360.818.197,51	2,5%
	Subsistema Solidariedade	3.250.067.457,78	22,5%
	<i>Regime Não Contributivo (RNC)</i>		
	Complementos sociais	1.555.068.287,21	10,8%
	Pensões	271.689.987,93	1,9%
	Complemento Extraordinário Solidariedade	28.440.346,53	0,2%
	<i>Regime Transitório dos Rurais (RTR)</i>		
	Pensões	27.057.631,82	0,2%
	Complemento Extraordinário Solidariedade	2.581.918,23	0,0%
	<i>Regime Especial de Seg. Social das Atividades Agrícolas (RESSAA)</i>		
	Pensões	641.895.865,30	4,4%
	<i>Regime Especial de Segurança Social dos Ferroviários</i>		
	Pensões	47.038.592,56	0,3%
Pensões - desalojados das ex-colónias	14.522.729,35	0,1%	
Complemento Especial de Pensão dos Antigos Combatentes	34.270.652,56	0,2%	
Pensões por antecipação da idade de reforma	627.501.446,29	4,3%	
Financiamento Cotizações dos trabalhadores Contribuições das entidades empregadoras e dos beneficiários Outras receitas	Sistema Previdencial - Repartição [2]	10.828.182.575,94	74,9%
	Montante provisório de pensão	0,00	0,0%
	Pensões	10.826.571.504,62	74,9%
	Equivalência actuarial	370.823,73	0,0%
	Complemento de Pensão (Portaria 193/79)	1.240.247,59	0,0%
	TOTAL [1]+[2]	14.448.362.932,05	100%

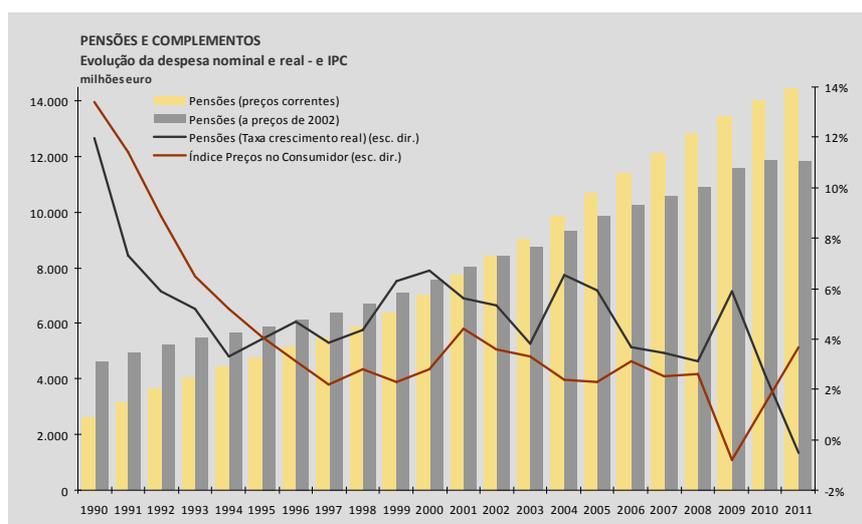
Pode concluir-se que:

- O sistema previdencial regista o maior valor da despesa total com pensões e complementos (74,9%), num valor global de 10.828.182,6 milhares de euro;
- O sistema de proteção social de cidadania representa 25,1% da despesa total com pensões e complementos, em 2011, com um valor global de 3.620.180,4 milhares de euro. Desagregando por subsistemas constata-se que:
 - O subsistema de solidariedade representa 89,8% da despesa do sistema de proteção social de cidadania e, ainda, um valor significativo de 22,5% do total da despesa (3.250.067,5 milhares de euro), destacando-se os complementos sociais de pensões do RNCE e as pensões do RESSAA, com um peso relativo no total da despesa com pensões e complementos de 10,8% e 4,4%, respetivamente;
 - O subsistema de proteção familiar é o que apresenta o menor peso relativo, 2,6%, do total da despesa com pensões e complementos, salientando-se a despesa com complementos de dependência do regime contributivo, que representam 97,5% do total do subsistema e 2,5% da despesa total (360.818,2 milhares de euro).

X.1.5.4. Evolução real e nominal da despesa com pensões e complementos

No gráfico seguinte representa-se a evolução da despesa com pensões e complementos entre 1990 e 2011, em termos nominais e reais (a preços de 2002).

Pode constatar-se uma desaceleração do ritmo de crescimento da despesa nominal com pensões e complementos entre 1990 e 1997 (variando entre os elevados 27,0% em 1990 e os 6,2% em 1997), seguindo-se um aumento desse mesmo ritmo de crescimento entre 1998 e 2001 (7,3% em 1998 e 10,3% em 2001), para se retomar um ritmo de abrandamento do crescimento até 2010 (ver quadro infra).



Fonte: CSS e INE (IPC)

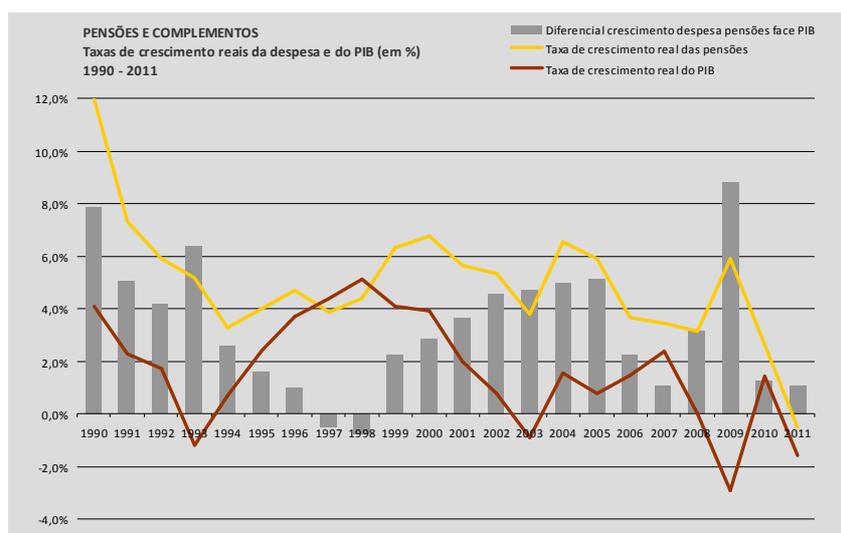
Anos	Despesa Pensões Preços Correntes	Variação (%)	IPC	Despesa Pensões Preços 2002	Variação real (%)	Taxa Cresc. Real PIB	Diferencial Pensões - PIB (p.p.)
1990	2.631,0	27,0%	13,4%	4.586,5	12,0%	4,1%	7,9
1991	3.145,2	19,5%	11,4%	4.921,9	7,3%	2,3%	5,0
1992	3.626,3	15,3%	8,9%	5.210,9	5,9%	1,7%	4,2
1993	4.061,8	12,0%	6,5%	5.480,4	5,2%	-1,2%	6,4
1994	4.413,4	8,7%	5,2%	5.660,6	3,3%	0,7%	2,6
1995	4.777,7	8,3%	4,1%	5.886,4	4,0%	2,4%	1,6
1996	5.156,1	7,9%	3,1%	6.161,7	4,7%	3,7%	1,0
1997	5.473,6	6,2%	2,2%	6.400,2	3,9%	4,4%	-0,5
1998	5.873,4	7,3%	2,8%	6.680,6	4,4%	5,1%	-0,8
1999	6.387,5	8,8%	2,3%	7.102,0	6,3%	4,1%	2,2
2000	7.008,7	9,7%	2,8%	7.580,5	6,7%	3,9%	2,8
2001	7.728,0	10,3%	4,4%	8.006,2	5,6%	2,0%	3,6
2002	8.434,0	9,1%	3,6%	8.434,0	5,3%	0,8%	4,6
2003	9.042,8	7,2%	3,3%	8.754,0	3,8%	-0,9%	4,7
2004	9.864,9	9,1%	2,4%	9.326,0	6,5%	1,6%	5,0
2005	10.688,3	8,3%	2,3%	9.877,1	5,9%	0,8%	5,1
2006	11.423,4	6,9%	3,1%	10.239,1	3,7%	1,4%	2,2
2007	12.113,1	6,0%	2,5%	10.592,5	3,5%	2,4%	1,1
2008	12.818,2	5,8%	2,6%	10.925,0	3,1%	0,0%	3,1
2009	13.464,7	5,0%	-0,8%	11.568,5	5,9%	-2,9%	8,8
2010	14.011,9	4,1%	1,4%	11.872,5	2,6%	1,4%	1,2
2011	14.448,4	3,1%	3,7%	11.810,1	-0,5%	-1,6%	1,1

Em termos médios, pode verificar-se que no período de 1990 a 1997 a taxa de crescimento nominal da despesa foi de 11,0%, reduzindo-se significativamente para 9,6% entre 1998 e 2001, sendo que apenas em 2001 as pensões cresceram a uma taxa nominal de dois dígitos, mais concretamente, 10,3%. Entre 2002 e 2011 assiste-se a uma desaceleração na taxa de crescimento anual das pensões nominais, crescendo 6,2%, em média, neste período (sendo que a partir de 2008 as taxas de crescimento são inferiores a 6,0%). Desde 2002 a despesa com pensões desacelera a um ritmo médio anual de -0,7 p.p..

Já em termos reais, registou-se um crescimento negativo da despesa real com pensões e complementos de -0,5% (o que sucede pela primeira vez desde, pelo menos, 1990), tendo registado uma variação média anual real de 4,6% nos anos de 1990 a 2011 (o crescimento percentual máximo alcançado foi de 12,0% em 1990).

Neste contexto, e em comparação com o PIB, pode verificar-se que o crescimento real das pensões acompanha a tendência do crescimento real do PIB, com exceção do ocorrido em 2009. Numa análise retrospectiva de longo prazo, e visualizando o gráfico seguinte, pode verificar-se que desde 1990 até 2011, apenas em 1997 e 1998 a despesa com pensões cresceu, em termos reais, menos do que o PIB, tendo apresentado em todos os restantes anos em análise taxas de crescimento superiores.

Verifica-se também que em 2011, à semelhança do sucedido em 2010, se reduziu o diferencial de crescimento real entre as pensões e o PIB (um diferencial de 1,1 p.p. que compara com 1,2 p.p. em 2010) (ver gráfico seguinte):



Fonte: IGFSS, IP (dados de pensões); INE (PIB).

X.2. PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO

X.2.1. ENQUADRAMENTO

X.2.1.1. Enquadramento legislativo

A economia mundial assistiu, em 2009, a uma importante recessão da sua história recente, fruto do contágio à economia real da crise financeira iniciada em 2007. O abrandamento geral da economia a nível mundial refletiu-se numa forte contração da atividade económica em Portugal, que provocou uma redução do emprego, fez disparar o desemprego e, conseqüentemente, o número de beneficiários destas prestações.

Esta conjuntura levou ao reforço dos mecanismos de proteção social, tendo em vista minorar os seus efeitos no nível de vida dos cidadãos mais afetados pela crise, nomeadamente os desempregados de longa duração. Nesse sentido, para minimizar os efeitos decorrentes do desemprego foi adotado um conjunto de medidas excecionais e transitórias, nomeadamente, ao nível das prestações sociais substitutivas dos rendimentos do trabalho, que se iniciaram em 2009 mas cujo impacto se estendeu para 2010:

- O prolongamento, em seis meses, do subsídio social de desemprego a quem terminasse o prazo de concessão da prestação durante 2009 (Decreto-Lei n.º 68/2009, de 29 de março). Este regime foi alargado aos beneficiários que esgotassem o período de concessão em 2010 (Decreto-Lei n.º 15/2010, de 9 de março);
- O alargamento da condição de recursos do subsídio social de desemprego de 80 % para 110 % do valor do indexante de apoios sociais (IAS), por um prazo de 12 meses (Decreto-Lei n.º 150/2009, de 30 de junho);
- A redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, de 450 para 365 dias, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2010 (Decreto-Lei n.º 324/2009, de 29 de dezembro);
- A majoração de 10% no valor do subsídio de desemprego para cada um dos beneficiários integrantes no agregado familiar (Lei n.º 5/2010, de 5 de maio).

Contudo, face aos impactos adversos da crise económico-financeira sobre a economia portuguesa, em linha com o sucedido noutros países europeus, sentidos na deterioração das contas públicas, o Governo aprovou o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, onde foram definidas, para além de políticas para a promoção do crescimento económico e emprego, um conjunto de medidas de consolidação orçamental, visando conter, de forma sustentada, o crescimento da despesa pública e redefinindo as condições de acesso aos apoios sociais.

Neste âmbito, foram publicados vários diplomas com impacto ao nível das prestações de desemprego, nomeadamente:

- O Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, que estabeleceu as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade, nomeadamente, do subsídio social de desemprego;
- O Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho, que estabeleceu medidas para reforçar a empregabilidade dos beneficiários de prestações de desemprego e alterou o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro;
- O Decreto-Lei n.º 77/2010, de 24 de junho, que revogou os regimes excecionais e transitórios das prestações de desemprego, nomeadamente, os Decretos-Lei n.º 324/2009, de 29 de dezembro, 15/2010, de 9 de março e a Lei n.º 5/2010, de 5 de maio.

Em 2011, não tendo existido qualquer alteração legislativa com repercussão sobre as prestações de desemprego, fizeram-se sentir, de forma mais evidente, os impactos decorrentes das alterações legais introduzidas ao longo de 2010, assim como os efeitos associados à dinâmica do mercado de trabalho e da conjuntura macroeconómica nacional em 2011.



O processo de ajustamento estrutural em curso na economia portuguesa repercutiu-se numa diminuição de 1,6% do produto em 2011, em termos reais, de acordo com os dados do INE, quando em 2010 se tinha registado em crescimento de 1,4%.

O emprego em Portugal no ano de 2011 contraiu-se 1,5%, o que representa 4.837 milhares de pessoas empregadas, ou seja, menos 141 mil indivíduos empregados do que em 2010. A taxa de desemprego situou-se nos 12,7%, mais 1,9 p.p. em relação ao ano de 2010, encontrando-se sem emprego mais de 706 mil pessoas.

A queda do emprego ao longo do ano de 2011, acompanhando o agravamento da situação económica portuguesa, contribuiu para este aumento expressivo do número de desempregados, e consequentemente da despesa associada a prestações de desemprego e apoio ao emprego.

X.2.1.2. Evolução da despesa total

A despesa total paga pelas Instituições de Segurança Social⁵ com prestações de desemprego: *subsídio de desemprego* (SD), *subsídio social de desemprego* (SSD) e *outras prestações de desemprego*, cifrou-se em 2.103.793,5 milhares de euro em 2011, o que representou um decréscimo de 5,3% face a 2010, no seguimento de dois anos em que se verificaram, fruto da crise económica, crescimentos muito acentuados das despesas com prestações de desemprego e apoio ao emprego (30,6% em 2009 e 8,6% em 2010).

Despesa com prestações de desemprego no Continente e Regiões Autónomas 2007 - 2011					
(milhares de euro)					
	2007	2008	2009	2010	2011
Prestações - Desemprego					
Subsídio de desemprego (SD) ¹⁾	1.216.058,8	1.055.580,0	1.363.581,5	1.524.474,1	1.565.911,9
Indemnizações compensatórias para salários em atraso (SD)	23.212,4	25.640,1	40.349,1	56.907,8	56.169,6
Total Subsídio de Desemprego (1)	1.239.271,2	1.081.220,1	1.403.930,6	1.581.381,9	1.622.081,4
<i>Variação percentual</i>	-10,9%	-12,8%	29,8%	12,6%	2,6%
Prestação - Social de Desemprego (2)	312.796,9	325.474,2	436.162,4	426.731,2	278.481,5
<i>Variação percentual</i>	2,3%	4,1%	34,0%	-2,2%	-34,7%
Outros apoios ao desemprego (3)	132.745,9	159.879,3	205.091,9	213.022,9	203.230,6
<i>Variação percentual</i>	0,4%	20,4%	28,3%	3,9%	-4,6%
TOTAL [(1)+(2)+(3)]	1.684.814,0	1.566.573,6	2.045.184,9	2.221.136,0	2.103.793,5
<i>Variação percentual - total</i>	-7,8%	-7,0%	30,6%	8,6%	-5,3%

¹⁾ Inclui o montante único, ou seja, o pagamento, por uma só vez, do montante global das prestações de desemprego com vista à criação do próprio emprego.

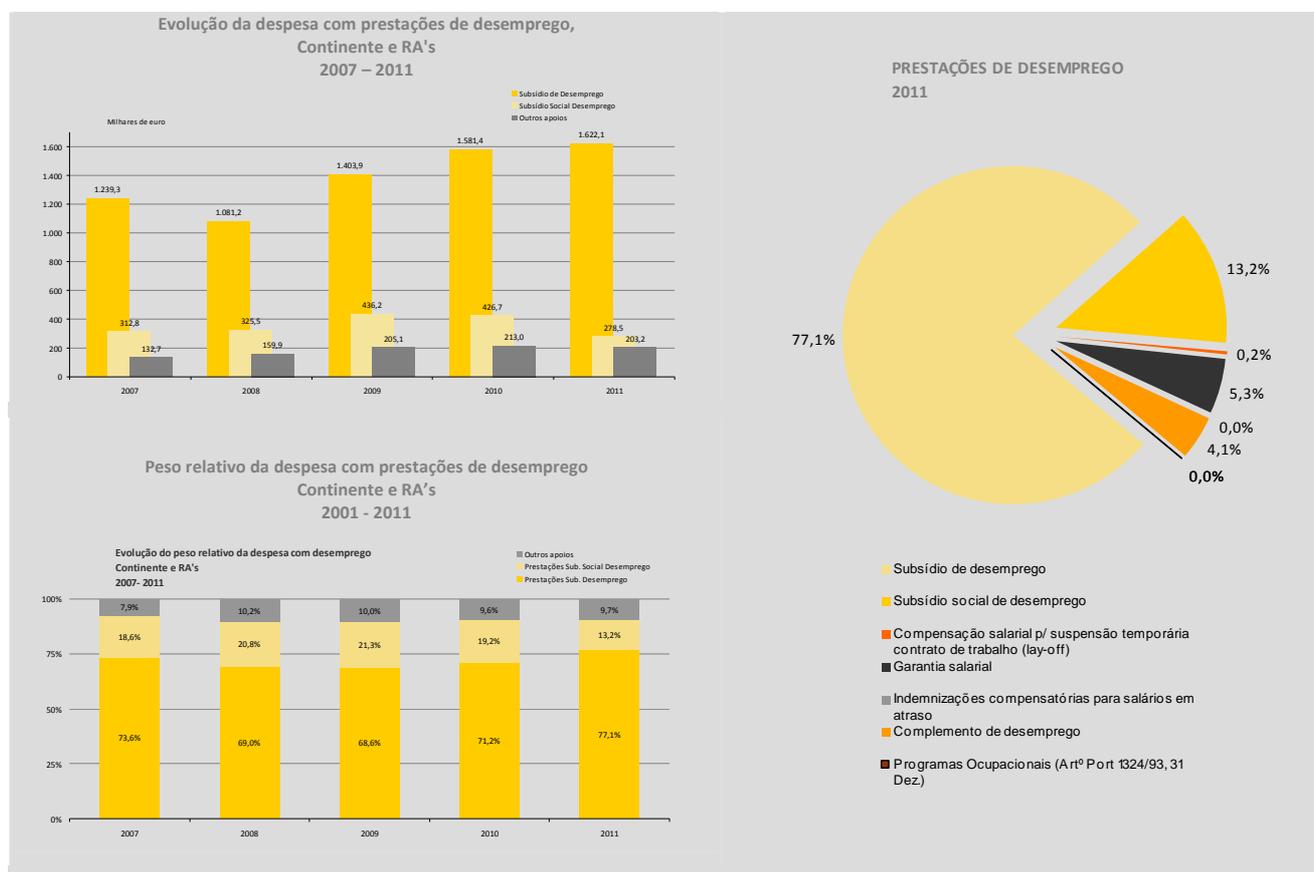
Da análise do quadro acima verifica-se que, em 2011, se despendeu globalmente menos 117.342,5 milhares de euro do que em 2010. Contudo, assiste-se em 2011 a um aumento ligeiro, de 2,6% face a 2010, com a despesa associada ao subsídio de desemprego.

A despesa com *subsídio social de desemprego*, no valor de 278.481,5 milhares de euro em 2011, reduziu-se -148.249,8 milhares de euro face a 2010, o que representa uma variação homóloga de aproximadamente -35%. Esta redução tão significativa da despesa com subsídio social de desemprego em 2011 é a condicionante que mais concorre para a variação global das despesas com prestações de desemprego e apoio ao emprego neste último ano.

⁵ Incluídas no perímetro de consolidação do OSS e da CSS.

Quanto às *outras prestações de desemprego*, com um total de 203.230,6 milhares de euro em 2011, estas reduziram-se em 9.792,2 face à verba gasta 2010 (o que representa um crescimento de -4,6%).

O gráfico seguinte permite visualizar o comportamento das diferentes componentes da despesa com desemprego no último quinquénio.



Em 2011, a despesa com *subsídio de desemprego* absorveu 77,1% da despesa global com prestações de desemprego, o que representa um ganho de 5,9 p.p. no seu peso relativo em relação a 2010. Ao longo do período em análise verifica-se uma redução do peso relativo do subsídio de desemprego até 2009. A partir de 2010 verifica-se um aumento relativo do peso do subsídio de desemprego, particularmente em 2011, resultado da redução significativa da despesa com subsídio social de desemprego neste último ano.

A despesa com *subsídio social de desemprego* diminuiu 34,7% em 2011, quando em 2010 havia evidenciado uma variação negativa de 2,2%. A evolução da despesa com subsídio social de desemprego nestes dois últimos anos expressa, para além das próprias dinâmicas intrínsecas ao mercado de trabalho, um conjunto de alterações legislativas com impactos bastante acentuados no universo de beneficiários elegíveis a esta prestação.

As *outras prestações de apoio aos desempregados*, que incluem a compensação salarial por suspensão temporária de contrato de trabalho (*lay-off*), a garantia salarial, as indemnizações compensatórias para salários em atraso (SSD), o complemento de desemprego e os subsídios pagos no âmbito dos programas ocupacionais (ver o capítulo VI.2.2.), pesaram 9,7% em 2011 (o que representa um aumento de 0,1 p.p. em termos de peso relativo face a 2010). Verifica-se que o montante despendido com estas prestações teve um crescimento médio anual de 9,5% no quinquénio em análise.

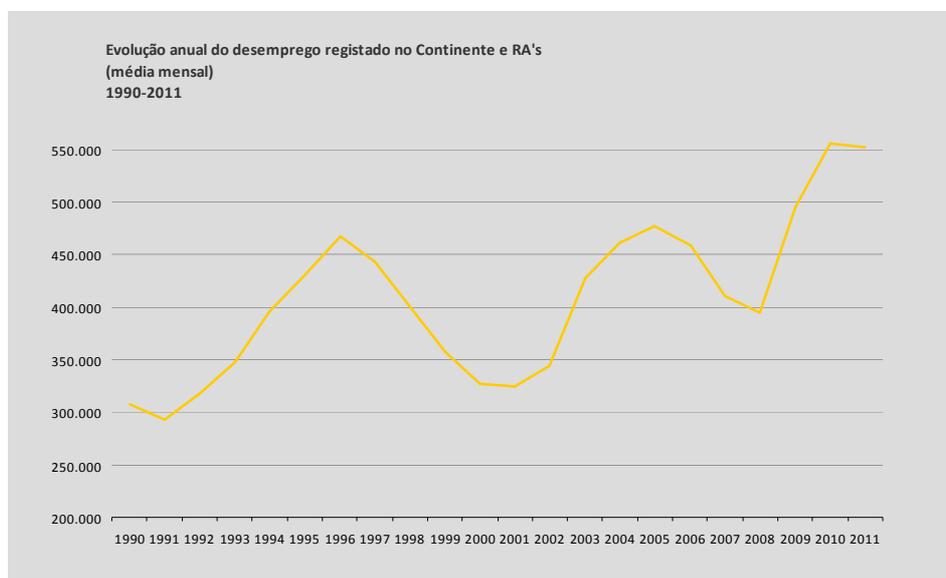
A despesa suportada em 2011 com prestações de desemprego e apoio ao emprego financiadas no âmbito do Sistema Previdencial – Repartição representaram 11,0 % da despesa corrente desse Sistema, evidenciando uma diminuição face ao peso evidenciado em 2010 (11,2%). Globalmente, e tomando em consideração o peso global da despesa com a totalidade de prestações de desemprego e apoio ao emprego, tem-se que estas despesas representam cerca de 10,0% da despesa corrente e 9,1% da despesa efetiva do Orçamento da Segurança Social (10,5% e 9,6% respetivamente em 2010).

X.2.1.3. Evolução Anual do desemprego registado no país, 2000 a 2011

O comportamento da despesa com prestações de desemprego e de apoio ao emprego resulta em grande medida da dinâmica associada ao desemprego na economia. Assim, em termos médios anuais, a taxa de desemprego, medida pelo Instituto Nacional de Estatística, IP, atingiu os 12,7% em 2011, o que compara com 10,8% em 2010, 9,5% em 2009 e 7,6% em 2008.

Consultando as estatísticas do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP, observa-se que, em dezembro de 2011, se encontravam inscritos nos Centros de Emprego 605,1 mil desempregados, sendo que 559,2 mil são desempregados à procura de novo emprego (universos dos potenciais beneficiários de prestações de desemprego). Este número representa um aumento de 11,7% face ao período homólogo de 2010 (que compara com um aumento de 3,3% entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010), traduzindo um aumento de 63,3 mil inscrições de candidatos a emprego.

O gráfico seguinte evidencia, em termos médios mensais, a evolução anual do desemprego registado no país entre 1990 e 2011. Entendendo-se por desemprego registado o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego.



Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais*, Dez. 2011

Na evolução do desemprego desde 1990, distinguem-se os anos de 2009 e 2010 com o maior número médio mensal de desempregados inscritos, acima dos valores registados nos dois máximos anteriores, os anos de 1996 e 2005 (*lag* de 9 anos), em que se registaram 468 mil e 477 mil desempregados, respetivamente. Em contrapartida, os valores mínimos do desemprego registaram-se em 1991 e 2001, respetivamente, 293 mil e 325 mil desempregados inscritos mensalmente no país.

Destaca-se a forte amplitude do desemprego registado em 2003, +24,3% do que em 2002. Nos dois anos seguintes ocorreu já uma desaceleração do crescimento do desemprego registado, acompanhando a recuperação, embora ligeira e ainda pouco sustentada, da economia portuguesa.

Em termos anuais, ou seja, tomando em consideração o valor médio mensal de desemprego registado, verifica-se que em 2011 o desemprego registado apresentou uma variação, face a 2010, de -0,7%, o que corresponde a uma diminuição de 3,9 mil desempregados. Contudo, ao valor médio registado no ano está subjacente uma evolução mensal particularmente assimétrica. No primeiro semestre verificou-se a um crescimento homólogo do número de desempregados de -3,6%, que compara com 2,3% no segundo semestre. No último trimestre a variação homóloga do número de desempregados ascendeu a 5,7%.

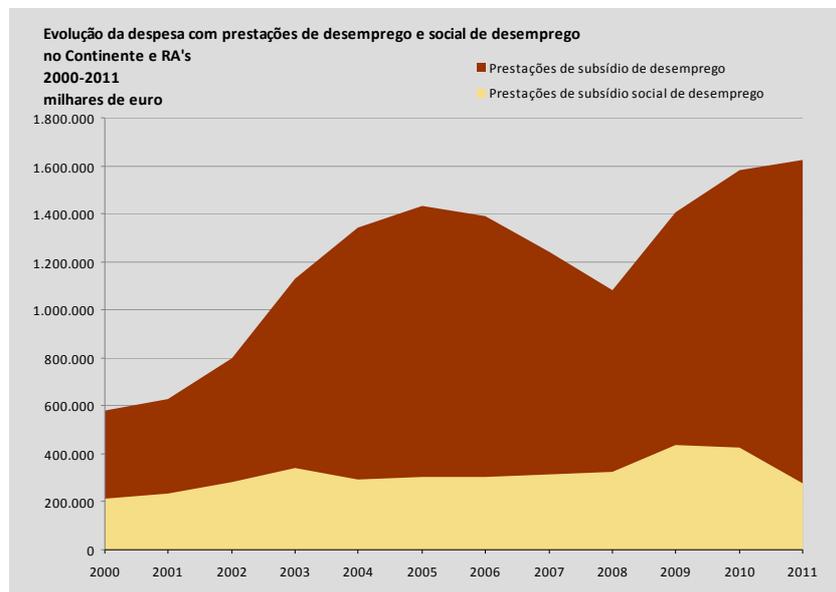
X.2.2. SUBSÍDIO DE DESEMPREGO E SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO

X.2.2.1. Análise da Despesa

X.2.2.1.1. Análise evolutiva – 2007 a 2011

Como referenciado acima, o *subsídio de desemprego (SD)* e o *subsídio social de desemprego (SSD)* representaram 77,2% e 13,2% do total da despesa com prestações de desemprego em 2011.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da despesa com subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego para o período de 2000 a 2011:



Relativamente ao *subsídio de desemprego*, pode sintetizar-se que, após um crescimento da despesa entre os anos de 2000 e 2005, a mesma reduziu-se no triénio 2008/2006. Esta fase descendente é interrompida em 2009 e 2010, com a aceleração da despesa, atingindo em 2010 um valor 10,4% acima do pico verificado em 2005 (ano em que se registou uma despesa de 1.432,1 milhares de euro). Em 2011 assiste-se a uma estabilização do ritmo de crescimento evidenciado nos dois anos anteriores. A despesa neste último ano verifica um aumento de 2,6% face a 2010, apesar desse facto, a despesa com subsídio de desemprego atinge em 2011 o valor mais elevado em termos históricos.

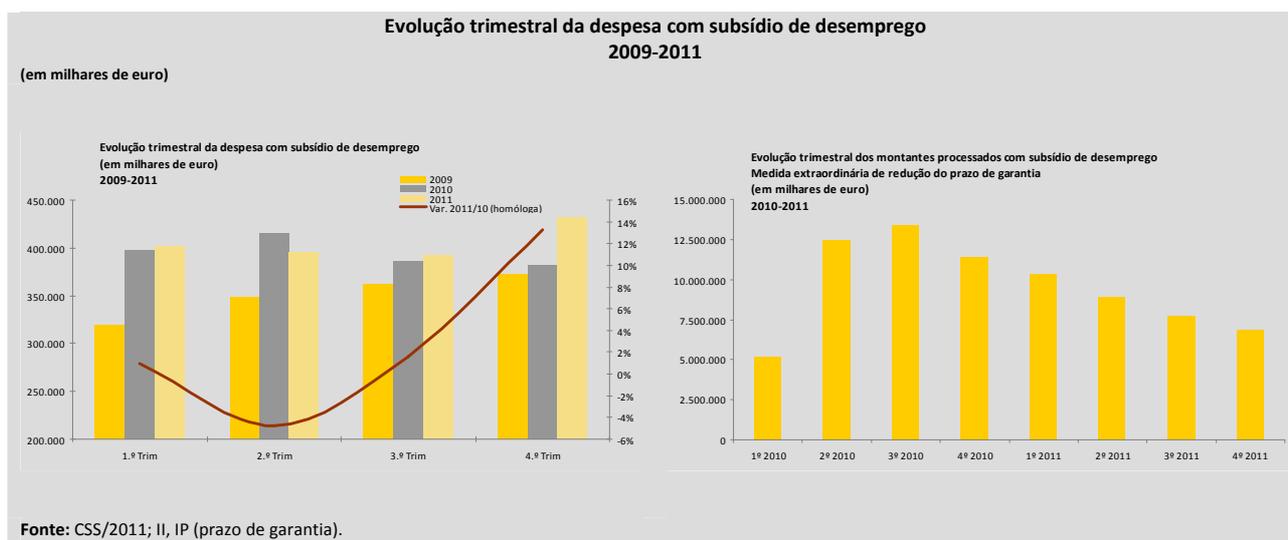
As *indemnizações compensatórias para salários em atraso*, relativas ao subsídio de desemprego, registaram, em 2011, uma despesa de 56.169,6 milhares de euro, menos 1,3% do que em 2010. No quinquénio 2011/2007 estas indemnizações cresceram a uma taxa média anual de 25% (o que representa um aumento de despesa na ordem dos 32.957,2 milhares de euro).

Da análise da evolução intra-anual da despesa em 2010 com o subsídio de desemprego, observa-se uma desaceleração do ritmo de crescimento homólogo da despesa (a despesa do primeiro semestre de 2010 cresceu 21,7% face a igual período de 2009, enquanto no segundo semestre esse crescimento queda-se nos 4,4%). Numa análise intra-anual, a despesa do segundo semestre de 2010 é 5,5% inferior à do primeiro.

Em 2011 a despesa com subsídio de desemprego evidenciou até ao final do 3º trimestre uma variação homóloga acumulada de -0,8%. Contudo, no último trimestre do ano, fruto do agravamento do desemprego, verifica-se um crescimento homólogo de 13,2%.

Realça-se que a despesa processada no âmbito da medida extraordinária de redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego (que esteve em vigor durante o primeiro semestre de 2010), tem vindo gradualmente a perder a sua expressão. Em 2011 o valor processado associado a esta medida ascendeu a 33,9 milhões de euro, que compara com 42,5 milhões de euro em 2010.

Os gráficos seguintes mostram a evolução desta despesa:



A variação da despesa no biénio 2011/10 é ainda explicável pelas alterações legislativas tomadas em 2010, que revogaram a redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, de 450 para 365 dias e a majoração de 10% no valor do subsídio de desemprego para cada um dos beneficiários integrantes no agregado familiar (esta majoração não teve impacto ao nível da despesa uma vez que só vigorou durante um mês).

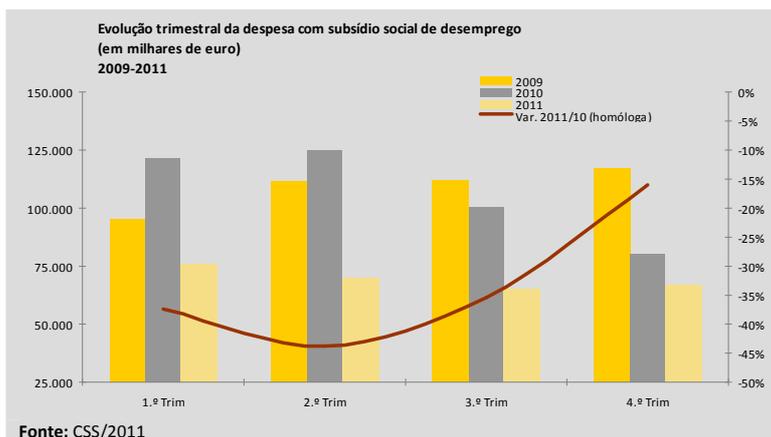
Também as alterações ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho, introduziram limites, com impacto no valor do subsídio de desemprego atribuído (que não pode ser superior a 75 por cento do salário líquido recebido pelo desempregado quando no ativo), e nas situações em que os desempregados têm que aceitar as ofertas de trabalho, sob pena de perderem o subsídio (esta medida influi no número de beneficiários a receber a prestação).

Da análise intra-anual de despesa com subsídio social de desemprego observa-se um aumento da despesa em todos os trimestres de 2009 e até ao segundo trimestre de 2010, para se assistir a uma queda abrupta nos dois últimos trimestres deste ano. A variação homóloga do primeiro semestre de 2010 relativamente ao período

homólogo de 2009 foi de +19,0%, enquanto a variação homóloga do segundo semestre se cifrou nuns negativos 21,2%.

Em 2011 manteve-se esta tendência de uma redução bastante acentuada da despesa com subsídio social de desemprego. Esta tendência foi particularmente evidente nos três primeiros trimestres do ano, assim, até ao final do terceiro trimestre do ano verificava-se uma variação homóloga acumulada de -39,1%. No último trimestre de 2011 verifica-se uma inversão dessa tendência, sendo que a variação homóloga do 4.º trimestre atinge um valor de -16%.

O gráfico seguinte mostra a evolução desta despesa:



Importa referir que em 2011 não se verificaram, ao contrário do evidenciado em 2009 e 2010, pagamentos significativos associados às medidas de reforço de proteção social no desemprego, em particular na medida extraordinária de prolongamento do prazo de atribuição do subsídio social de desemprego (Decreto-Lei n.º 68/2009, de 29 de março e Decreto-Lei n.º 15/2010, de 9 de março), cujos processamentos atingiram o valor de 44.485,5 milhares de euro em 2010 (em 2009, o montante processado por esta medida foi de 37.769,9 milhares de euro, correspondendo a 8,7% do total). O montante processado até maio de 2011 relativamente a esta medida foi de 353,5 mil euro.

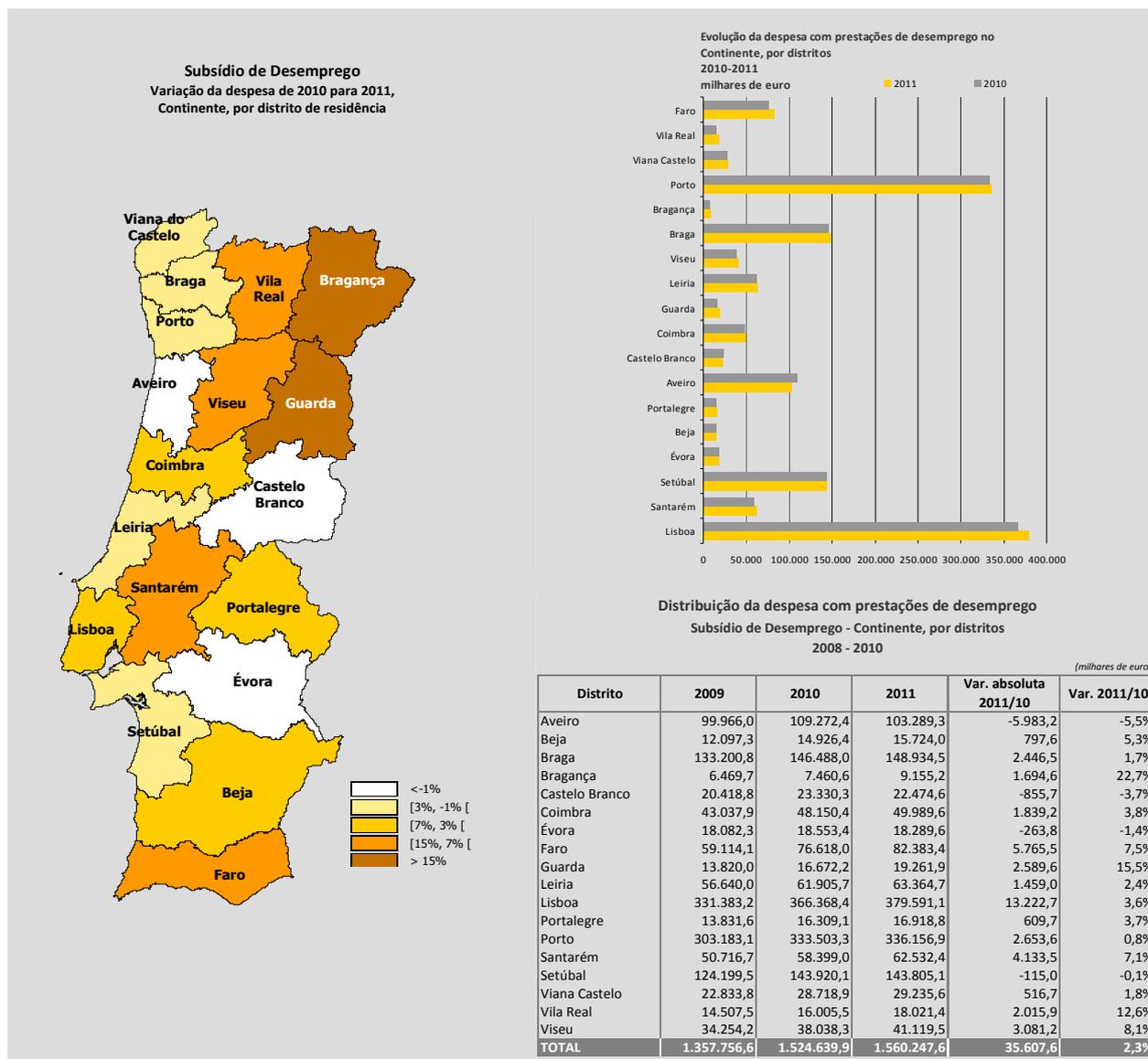
A evolução em 2011 da despesa com subsídio social de desemprego é também explicada, não só pela revogação das medidas extraordinárias, pela entrada em vigor, a partir de agosto de 2010, dos Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, e Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho, que determinaram a redução do número de beneficiários e do número médio de dias subsidiados (vide ponto seguinte).

X.2.2.1.2. Análise da despesa por distritos no Continente

A análise da decomposição da despesa por distritos do Continente foi realizada quer para o subsídio de desemprego quer para o subsídio social de desemprego.

PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO, NO CONTINENTE

A decomposição da despesa com subsídio de desemprego, por distritos, assim como a respetiva variação no período 2011/2009, é apresentada nos gráficos seguintes. De referir que se distinguiram os distritos em que se verificou o maior aumento percentual da despesa (Bragança) e o menor aumento (Aveiro):



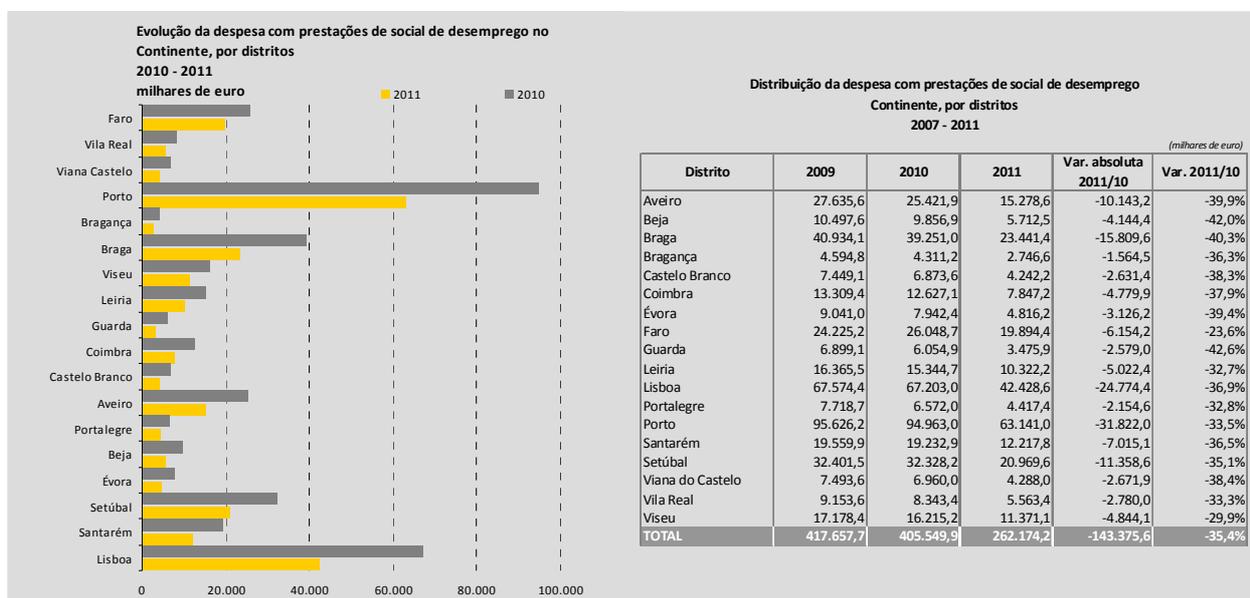
Da decomposição do crescimento médio anual registado com prestações de desemprego no Continente, em 2011 relativamente ao período homólogo de 2010 (+2,3%), constata-se que:

- Ao contrário de 2010, em que todos os distritos do Continente registaram um aumento de despesa, assistiu-se territorialmente a uma distribuição variada da evolução das despesas com subsídio de desemprego. Apesar do aumento global da despesa com subsídio de desemprego no Continente, verifica-se um conjunto de distritos que evidencia uma redução global da despesa face a 2010;
- Os distritos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Évora, Porto, Setúbal e Viana do Castelo apresentam uma taxa de variação inferior à média do Continente, situando-se entre -5,5% (Aveiro) e 1,8% (Viana do Castelo);
- A despesa registado nos distritos de Bragança, Guarda e Vila Real cresceu mais de 10% (variando entre 22,7%, 15,5% e 12,6% respetivamente);

- O distrito de Lisboa despendeu o valor mais elevado com subsídio de desemprego, 379.591,1 milhares de euro em 2011, registando em 2001 uma variação da despesa em termos absolutos de 13.222,7 milhares de euro (para um crescimento de 3,6%). Juntamente com o distrito do Porto, o segundo maior em volume de despesa, os dois distritos representam 45,9% da despesa paga com subsídio de desemprego em 2011;
- A despesa paga com prestações de desemprego no Continente apresentou um acréscimo de 2,3% face ao valor registado em 2010, que compara com um aumento de 12,3 % em 2010 e um aumento de 29,4% em 2009.

PRESTAÇÕES DE SOCIAL DE DESEMPREGO, NO CONTINENTE

A decomposição da despesa com subsídio social de desemprego no Continente, por distritos, assim como a respetiva variação no período 2011/2009, é apresentada nos gráficos seguintes:



Da decomposição da variação média anual registado com o subsídio social de desemprego no Continente, em 2011 relativamente ao período homólogo de 2010 (-35,4%), constata-se que:

- A despesa com subsídio social de desemprego diminuiu em todos os distritos do Continente;
- Os distritos com maior redução da despesa com subsídio social de desemprego foram a Guarda (-42,6%), Beja (-42,0%), Braga (-40,3%), Aveiro (-39,9%) e Évora (-39,4%);
- Os distritos em que se verificou um menor ritmo de redução da despesa com subsídio social de desemprego foram Viseu (-29,9%) e Faro (-23,6%);
- Foi no distrito do Porto que se registou o maior volume de despesa com 63.141,0 milhares de euro em 2011, em resultado de uma redução de 31.822,0 milhares de euro face a 2010 (corresponde a uma variação de -33,5%);

X.2.2.1.3. Análise da despesa nas Regiões Autónomas

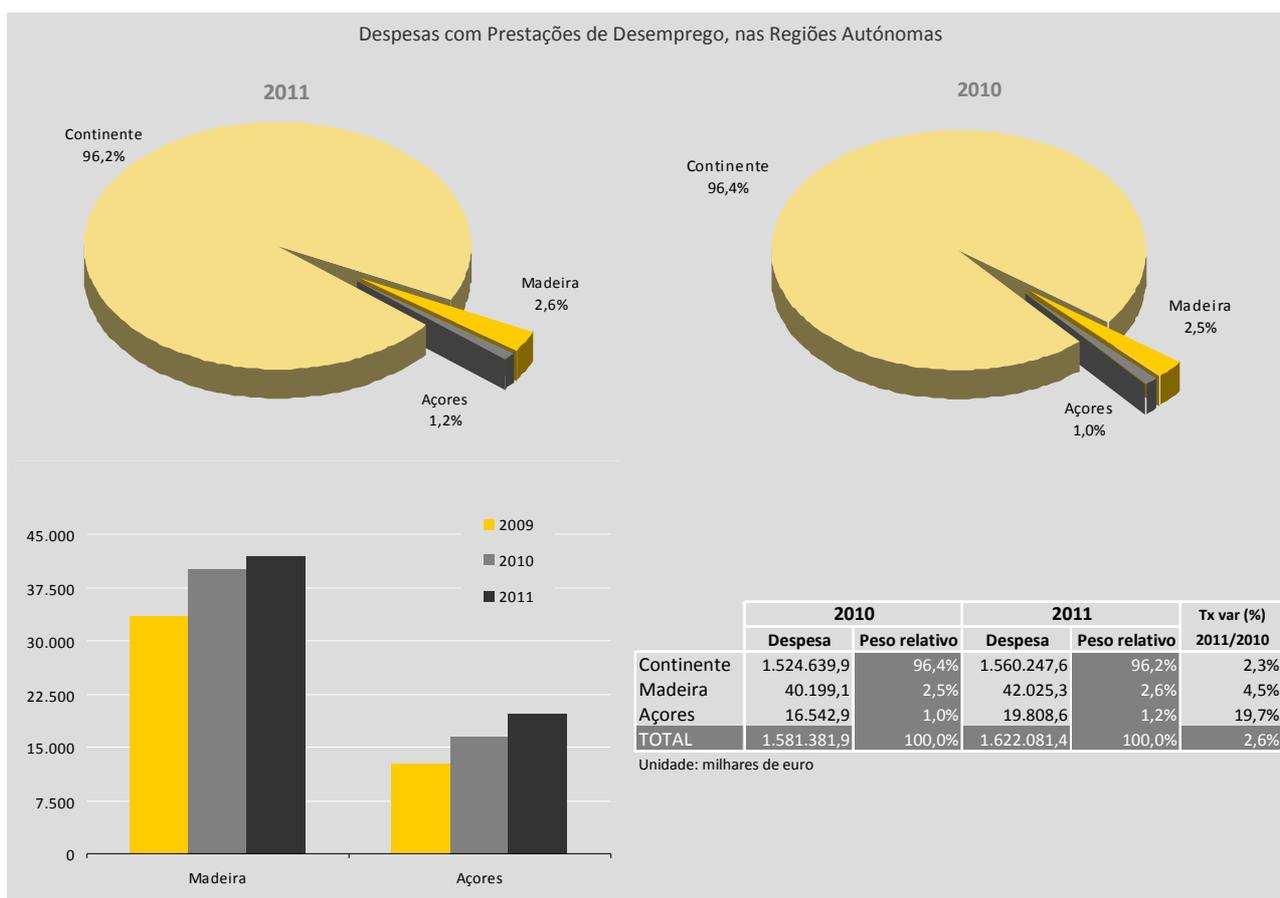
A RA da Madeira despendeu 42.025,3 milhares de euro com prestações de desemprego e 10.197,6 milhares de euro com prestações associadas ao social de desemprego. Relativamente à na RA dos Açores registaram-se valores de despesa mais baixos, na ordem dos 19.808,6 e 6.109,7 milhares de euro com prestações de desemprego e social de desemprego, respetivamente.

A evolução desta despesa nas RA's, no período 2011/2010, é evidenciada nos dois pontos seguintes, em que se desagregou a análise pelos dois tipos de prestação.

PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO, NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

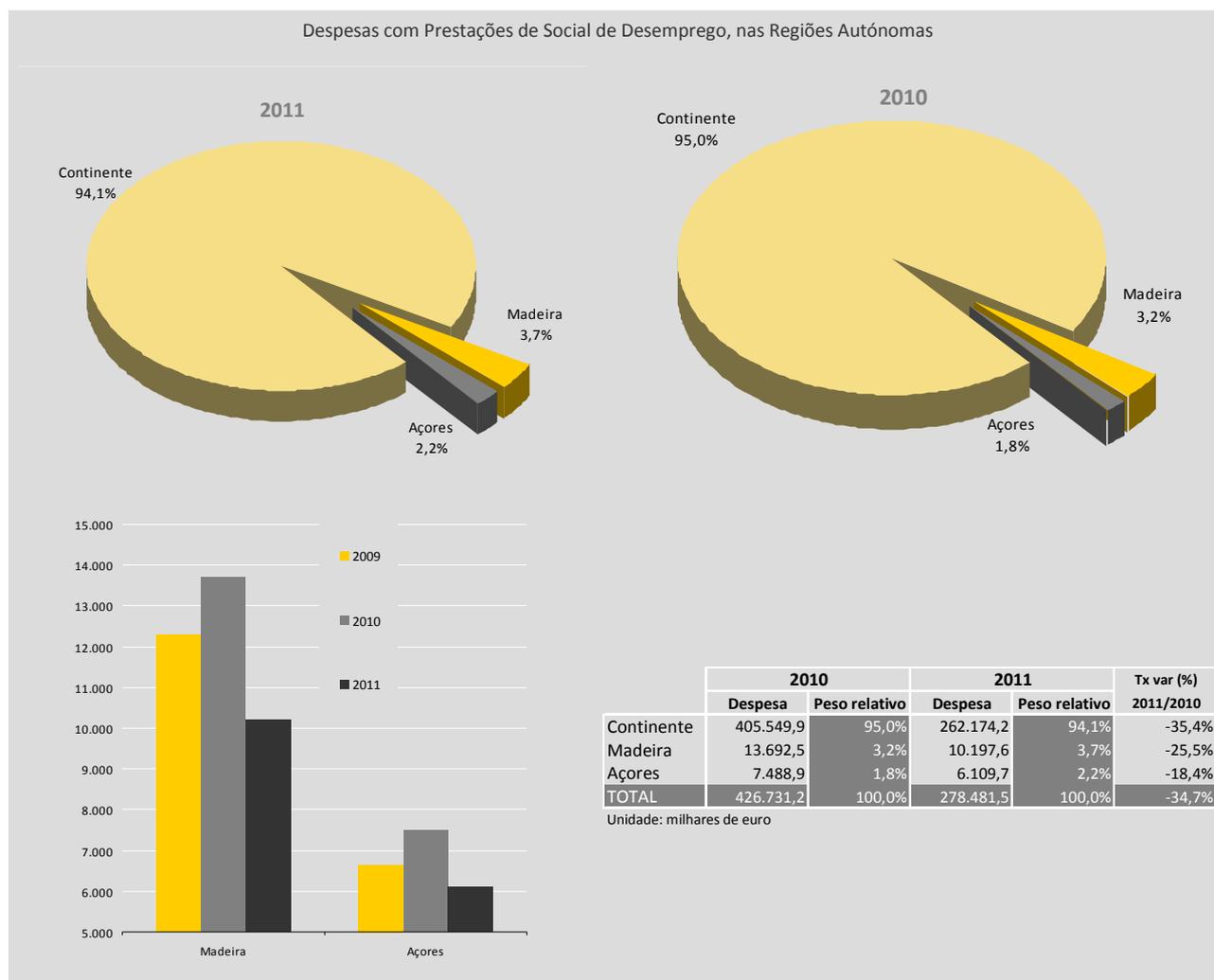
Em 2011, a RA da Madeira e dos Açores representaram, individualmente, cerca de 2,6% e 1,2%, respetivamente, do total da despesa processada com prestações de desemprego no país (ver gráficos seguintes), tendo a respetiva despesa apresentado um crescimento mais acentuado nos Açores (19,7%) do que na Madeira (4,5%).

O menor crescimento da despesa no Continente (2,3%), face às Regiões Autónomas, fez com que o peso relativo destas no total da despesa de desemprego do país crescesse 0,1 p.p. na RAM e 0,2 p.p. na RAA, de 2010 para 2011.



PRESTAÇÕES DE SOCIAL DE DESEMPREGO, NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

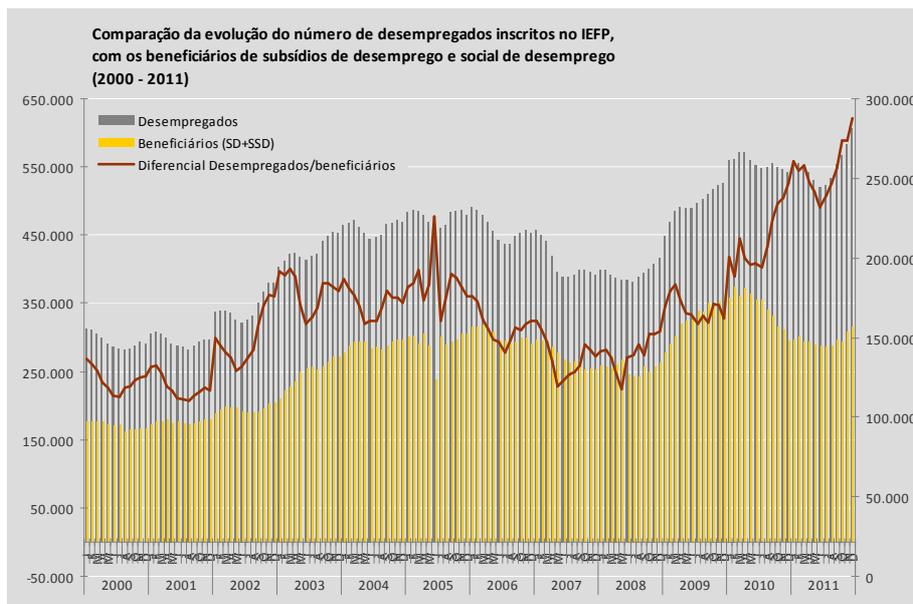
No caso das prestações associadas ao subsídio social de desemprego, à semelhança do sucedido relativamente ao subsídio de desemprego, o peso das RA's no total do país aumentou (0,5 p. p. na RAM e 0,4 p. p. na RAA). Este facto é explicado pela redução de despesa na RAM (-25,5%) e na RAA (-18,4%) que evidenciam uma redução de despesa inferior à registada no Continente em 2011 (-35,4%) (ver gráficos seguintes).



X.2.2.2. Beneficiários de Subsídio de Desemprego e Social de Desemprego, 2000 a 2011

X.2.2.2.1. Evolução comparativa dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego com os beneficiários das prestações de desemprego (SD+SSD)

O comportamento da despesa depende da evolução do número de beneficiários a usufruir de prestações de desemprego. Comparando a evolução do número de desempregados registado nos Centros de Desemprego com o universo dos beneficiários do subsídio do desemprego, fica patente que não estamos perante universos coincidentes (conforme se pode observar no gráfico seguinte). Uma vez que os desempregados podem não reunir as condições de acesso ao subsídio, ou podem eventualmente ter ultrapassado o período máximo para a sua atribuição, entre outras situações.



Fonte: IEFP, IP (Desempregados inscritos nos CE); II, IP (Beneficiários de SD e SSD).

Da análise do gráfico acima constata-se que o diferencial entre o número de desempregados totais e aqueles a receber prestações de desemprego, reduziu-se entre 2005 e final de 2007. Porém, entre 2007 e 2010 esse diferencial foi-se agravando, significando que um número maior de desempregados não se encontrava a receber prestações de desemprego. Este *lag* acentuou-se em 2009 e 2010, a que não será alheio as alterações legislativas que introduziram limites e restrições à atribuição das respetivas prestações. No primeiro semestre de 2011 assiste-se a uma ligeira redução do volume de desempregados não subsidiados, contudo, o aumento do desemprego no 2º semestre do ano de 2011 é também acompanhado por um aumento do número de desempregados não subsidiados.

Evolução do peso relativo do número de beneficiários do SD e SSD em relação ao número de desempregados registados nos Centros de Emprego 2000 - 2011												
Média mensal	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Desempregados registados (Centros de Emprego)	327.434	324.684	343.845	427.296	461.015	477.198	459.490	410.201	394.488	495.546	555.827	551.944
Beneficiários (SD+SSD)	170.610	176.132	195.208	248.199	289.219	292.809	302.880	272.600	254.261	327.436	344.390	295.974
Peso relativo (benef. SD e SSD/desemp. registados)	52,1%	54,2%	56,8%	58,1%	62,7%	61,4%	65,9%	66,5%	64,5%	66,1%	62,0%	53,6%

Fonte: II, IP (beneficiários); IEFP (emprego registado).

Da análise do quadro acima, observa-se que:

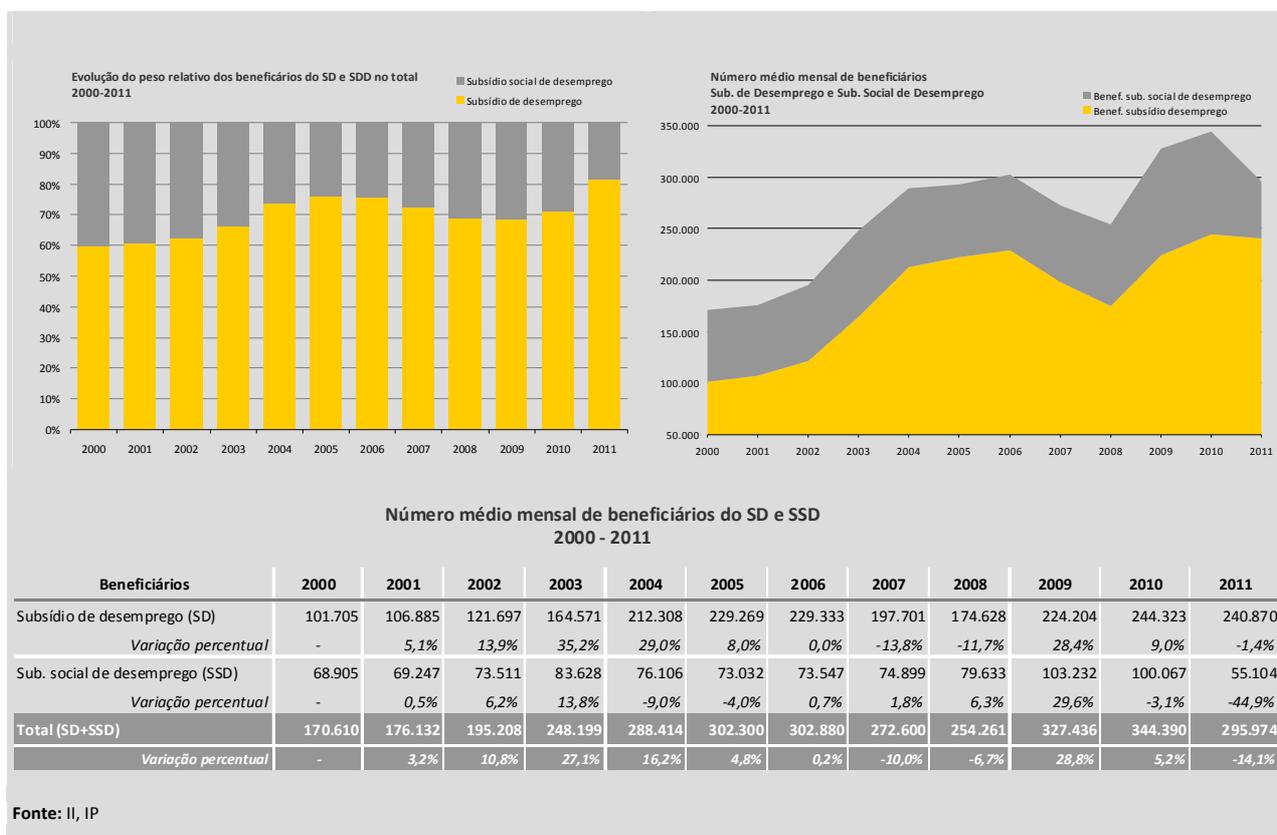
- Por mês e em média, no período 2000-2011, encontram-se a beneficiar das prestações de desemprego mais de metade dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego;
- A partir de 2010 verifica-se uma tendência de perda do peso relativo do número de beneficiários da segurança social a receber prestações de desemprego no total de desempregados inscritos, que se regista desde 2007, com uma quebra de 5,7 p.p. face a 2009 (a variação positiva registada em 2009 ficou a dever-se ao aumento de beneficiários abrangidos pelas medidas transitórias e excecionais a vigorar nesse ano).
- Em 2011 verifica-se uma redução significativa do peso dos desempregados a beneficiar de prestações de desemprego, passando de 62% em 2010 para 53,6% em 2011.

X.2.2.2.2. Evolução do número de beneficiários das prestações de desemprego (SD+SSD)

Em 2011, o número médio mensal de beneficiários a receber subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego foi de 296 mil, aproximadamente menos 48 mil do que no ano anterior. Destes, cerca de 240,9 mil beneficiaram do subsídio de desemprego e 55,1 mil usufruíram de subsídio social de desemprego.

Em 2011 verifica-se um aumento da expressão relativa do número de beneficiários do subsídio de desemprego, acentuando-se a tendência já evidenciada em 2010. Com efeito, esta percentagem aumentou em 2,5 p.p. em 2010 face a 2009, situando-se nos 70,9%. Em 2011 o peso relativo dos beneficiários de subsídio de desemprego aumenta para 81,4%, verificando-se, deste modo, um aumento face a 2010 de 10,4 p.p. (como se pode ver no gráfico da esquerda).

A evolução do número médio mensal de beneficiários desde 2000, desagregada para os dois tipos de subsídios, é apresentada no gráfico da direita.



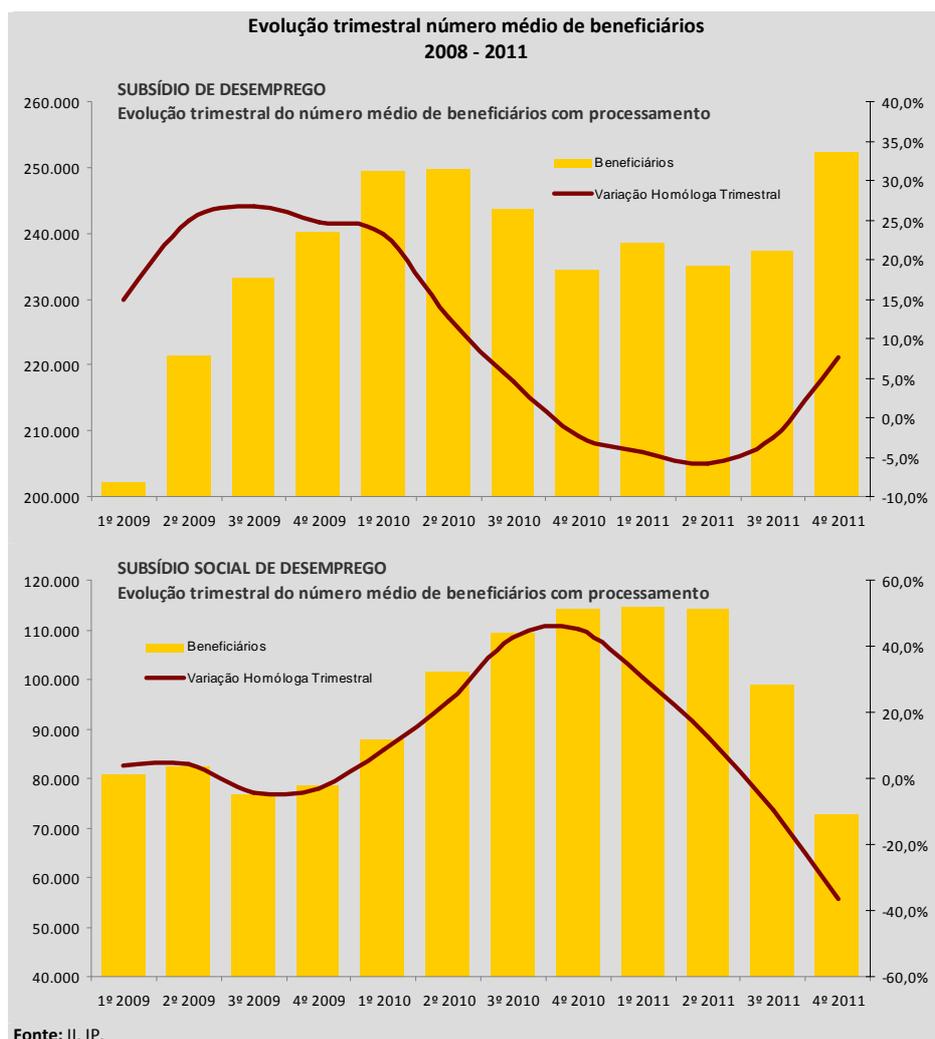
Do quadro supra constata-se que, em 2011, o número de beneficiários total (SD mais SSD) diminuiu face a 2010 (-14.1%), nomeadamente no que diz respeito aos beneficiários do subsídio de social de desemprego, que diminuiu 44,9%, atingindo os 55,1 mil.

Em 2011 a diminuição dos beneficiários do subsídio social de desemprego reflete, à semelhança do evidenciado em 2010, não só, a revogação das medidas transitórias e excecionais de apoio aos desempregados de longa duração, aprovadas pelos Decreto-Lei nº 15/2010, de 9 de março (que prolongou a vigência do Decreto-Lei nº 68/2009, de 20 de março para o ano de 2010), mas também a entrada em vigor dos Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho e 72/2010, de 18 de junho.

A análise intra-anual permite observar com maior detalhe a evolução do número de beneficiários de prestações de desemprego (ver gráficos seguintes).

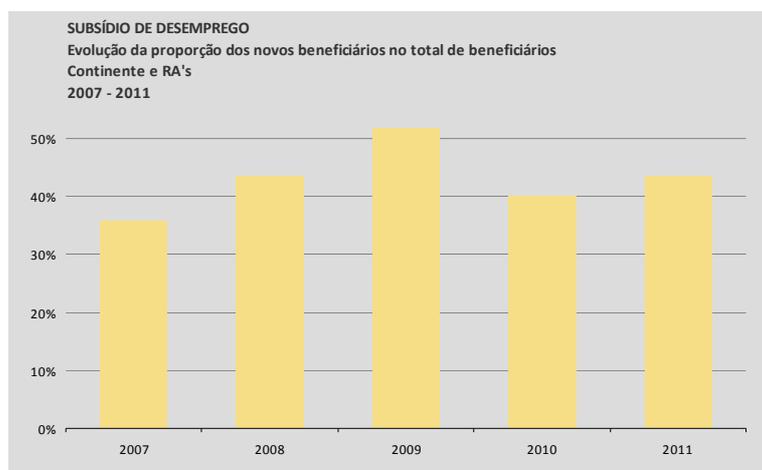
Constata-se que, em 2010, o número médio de beneficiários do subsídio de desemprego registou uma forte desaceleração ao longo de todos os trimestres do ano, tendência esta que se mantém até ao 3º trimestre de 2011 (embora de forma menos acentuada). No 4º trimestre de 2011 verifica-se um crescimento bastante acentuado do número de beneficiários de subsídio de desemprego, com uma variação homóloga, face ao 4º trimestre de 2010, de 7,6%, o que simultaneamente representa um aumento de 14,1 mil beneficiários face ao 3º trimestre de 2011.

Por seu turno, no que diz respeito ao subsídio social de desemprego verificou-se uma acentuada redução do número de beneficiários no 3º e 4º trimestre de 2011, atingindo nesses trimestres variações homólogas de -9,6% e -36,3% respetivamente.



Interessa também analisar a evolução dos novos beneficiários que anualmente passaram a usufruir de prestações de desemprego, nomeadamente do subsídio de desemprego, o principal gerador de despesa deste universo de prestações.

Como se pode visualizar no gráfico seguinte, a proporção de novos beneficiários no total dos beneficiários do subsídio de desemprego aumentou entre 2007 e 2009, atingindo os 51,8%, que contrasta com o mínimo de 35,7% em 2007. Em 2010, assistiu-se a uma diminuição do número de novos beneficiários, representando apenas 40,1% do universo dos beneficiários do subsídio de desemprego. Em 2011 verifica-se um ligeiro aumento desta proporção, passando para 43,6%.



Fonte: II, IP.

X.2.2.2.3. Número médio de dias subsidiados com desemprego (SD) e social de desemprego (SSD), 2007 a 2011

Em média, os beneficiários de prestações de desemprego foram subsidiados em 198 dias pelo subsídio de desemprego e em 166 dias pelo subsídio social de desemprego, o que representa um diferencial de 32 dias entre os dois subsídios, que compara com 27 dias em 2010 e 13 dias em 2009, como se pode constatar no quadro seguinte:

Número médio de dias subsidiados com SD e SSD, Continente e RA's, entre 2007 e 2011							2011/2010	
		2007	2008	2009	2010	2011	Var absol.	Var %
Subsídio Desemprego (SD)	Continente	202	190	200	210	198	-12	-5,8%
	RA Açores	173	165	179	188	188	0	-0,1%
	RA Madeira	198	189	210	227	218	-9	-3,8%
	Total	201	190	200	210	198	-12	-5,6%
Subsídio Social de Desemprego (SSD)	Continente	160	163	196	183	166	-17	-9,4%
	RA Açores	144	148	185	171	160	-12	-6,7%
	RA Madeira	156	161	205	195	173	-22	-11,1%
	Total	160	163	197	183	166	-17	-9,4%

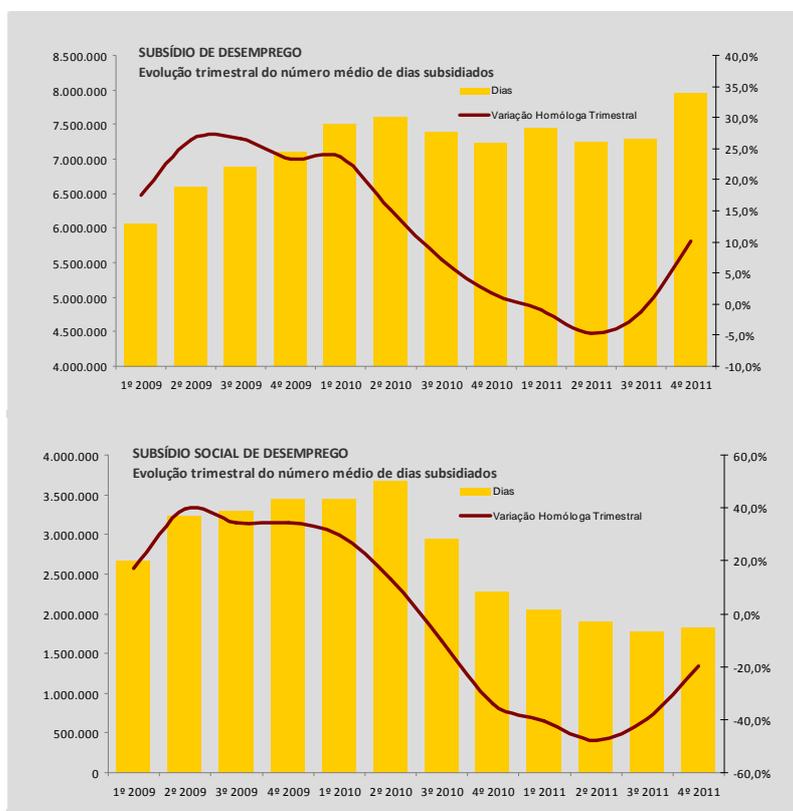
Fonte: II, IP.

Verifica-se ainda que, em 2011:

- O número de dias subsidiados no subsídio de desemprego diminuiu face a 2010 quer no Continente (-5,8%) quer nas RA (-0,1% e -3,8% nos Açores e na Madeira, respetivamente). Ao nível do SSD registou-se também uma diminuição generalizada de dias subsidiados (-9,4% no Continente, -6,7% na RAA e -11,1%, na RAM);
- No SD o número de dias subsidiados na RA dos Açores em 2011 (188 dias) é inferior à média no Continente, contrariamente ao número médio de dias subsidiados na RA da Madeira (218 dias). No caso do SSD, o número de dias subsidiados no Continente (166 dias, em média), é superior ao praticado na RA dos Açores (160 dias), mas inferior aos dias subsidiados na RA da Madeira (173 dias).

Numa análise intra-anual, e seguindo a evolução registada ao nível do número de beneficiários do SD e SSD (ver ponto X.2.2.2.1.), verifica-se uma desaceleração do crescimento do número de dias subsidiados com subsídio de

dsemprego entre o 2º trimestre de 2010 e o 2º trimestre de 2011. Posteriormente, ou seja, a partir do 3º trimestre de 2011 denota-se um crescimento (particularmente evidente no 4º trimestre de 2011) mais acentuado do número de dias processados de subsídio de desemprego.



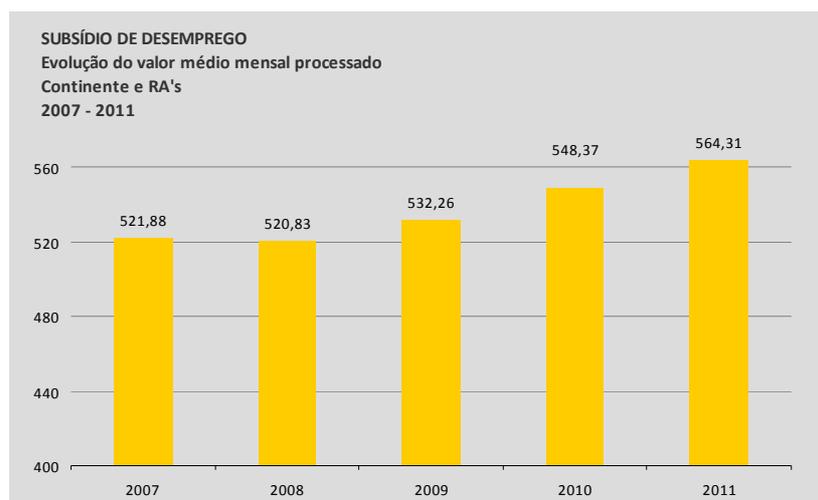
Fonte: II, IP.

Ao nível do subsídio social de desemprego, em coerência com os elementos já apresentados sobre a evolução trimestral dos beneficiários com processamento, verifica-se uma redução muito acentuada, a partir do 2º trimestre de 2010, do número de dias processados do subsídio social de desemprego. Este processo apresenta uma tendência de reversão do ritmo de quebra a partir do 3º trimestre de 2011, contudo, e mesmo considerando qualquer um dos dois últimos trimestres de 2011, a variação homóloga de dias processados de subsídio social de desemprego continua a evidenciar quebras assinaláveis (-39,7% no 3º trimestre de 2011 e -19,7% no 4º trimestre).

X.2.2.2.4. Evolução do valor médio mensal processado por beneficiário do subsídio de desemprego de 2007 a 2011

Em média, aos beneficiários do subsídio de desemprego foi processado em 2011 um valor médio mensal de 564,31 euro (mais 16,26 euro que em 2010), o que representa um crescimento de 3% face ao valor médio processado em 2010. Em 2010 a prestação média havia já evidenciado um crescimento idêntico em termos relativos (3%).

Existem algumas diferenças entre os valores médios processados de subsídio de desemprego no Continente e nas Regiões Autónomas. Assim, e para 2011, o valor médio mensal processado de beneficiários da Região Autónoma da Madeira foi de 569,35 euro, enquanto que o valor médio para beneficiários da Região Autónoma dos Açores foi de 508,31 euro. O valor médio processado para beneficiários do Continente cifrou-se em 564,96 euro.



Fonte: II, IP.

X.2.3. Outras Prestações de Desemprego no Continente e Regiões Autónomas

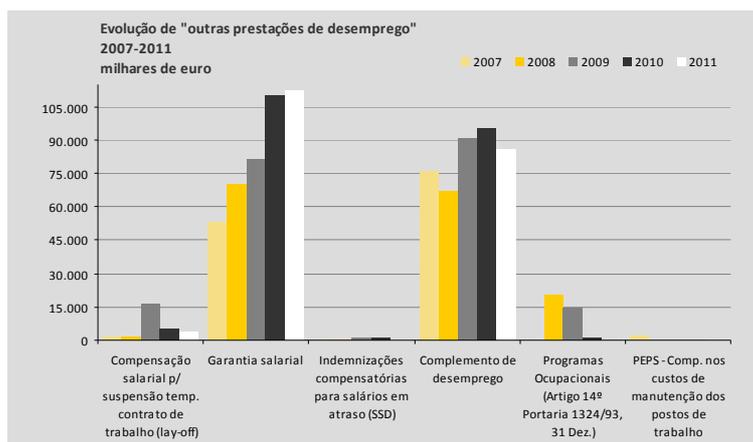
Para além do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego, em 2011, as prestações de desemprego incluem ainda:

- A compensação salarial por redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho em situações de crise empresarial (*lay-off*);
- A garantia salarial;
- As indemnizações compensatórias para salários em atraso (SSD);
- Complemento de desemprego;
- Programas Ocupacionais
- PEPS – Compensação nos custos de manutenção de postos de trabalho.

A evolução da despesa verificada com estas componentes no período de 2007 a 2011, encontra-se desagregada no quadro e gráfico seguintes:

Despesa com outras prestações de desemprego no Continente e Regiões Autónomas
2007-2011

	(milhares de euro)					Taxa de Variação (%)	
	2007	2008	2009	2010	2011	2010	2011
Compensação salarial p/ suspensão temp. contrato de trabalho (<i>lay-off</i>)	1.502,4	1.661,9	16.696,4	5.580,5	3.989,8	-66,6%	-28,5%
Garantia salarial	52.988,1	70.476,0	81.568,2	110.374,2	112.490,6	35,3%	1,9%
Indemnizações compensatórias para salários em atraso (SSD)	367,4	567,4	984,0	902,3	564,9	-8,3%	-37,4%
Complemento de desemprego	75.900,6	66.974,5	91.296,9	95.092,0	85.670,0	4,2%	-9,9%
Programas Ocupacionais (Artigo 14º Portaria 1324/93, 31 Dez.)	0,0	20.199,6	14.546,3	1.073,9	167,8	-92,6%	-84,4%
PEPS - Comp. nos custos de manutenção dos postos de trabalho	1.987,4	0,0	0,0	0,0	347,5	0,0	n.a.
TOTAL	132.745,9	159.879,3	205.091,9	213.022,9	203.230,6	3,9%	-4,6%



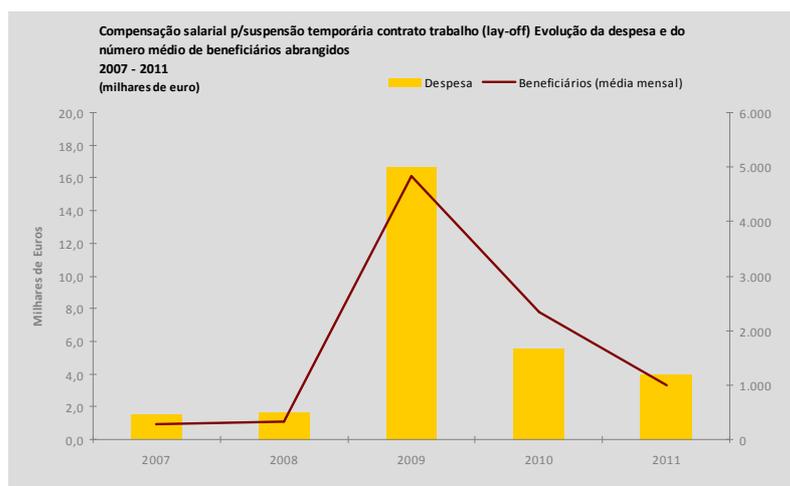
A despesa com as outras prestações sociais de apoio a desempregados, atingiu um crescimento de 80.859,3 milhares de euro no quinquénio 2011/2007, denotando uma variação média anual na ordem dos 12%, fruto do elevado aumento da despesa verificado de 2008 e 2009 (respetivamente, 20,4% e 28,3%). No conjunto destas despesas, o crescimento verificado em 2010 resulta, do aumento da despesa com o pagamento de créditos no âmbito do *Fundo de Garantia Salarial*, em resultado da desaceleração da atividade económica e consequente aumento das dificuldades económicas e financeiras por parte das empresas portuguesas, e ainda do aumento da despesa com complemento de desemprego. Em 2011 verifica-se um decréscimo de 4,6% da despesa global com estes apoios, pese embora o ligeiro aumento da despesa associada ao Fundo de Garantia Salarial (+1,9%) que é atualmente a rubrica com maior peso no computo destas despesas.

X.2.3.1. Compensação salarial por suspensão temporária do contrato de trabalho (*lay-off*)

A compensação salarial tem por objetivo permitir que o empregador reduza, temporariamente, os períodos normais de trabalho ou suspenda os contratos de trabalho, por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos, catástrofes ou outras ocorrências que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa, desde que tal medida seja indispensável para assegurar a viabilidade económica da empresa e a correspondente manutenção dos postos de trabalho.

Desde a sua criação, o *lay-off* foi um instrumento pouco utilizado pelas empresas portuguesas, mas a crise económica de 2009 obrigou muitas empresas a recorrer a este mecanismo de redução de horário de trabalho e a suspensão de contrato. O gráfico abaixo revela que, em 2009, houve um crescimento pronunciado, quer ao nível da despesa quer no número de trabalhadores abrangidos pela medida, representando um crescimento de 904,7% da despesa entre 2008 e 2009 (ou seja, uma despesa de 16.696,9 milhares de euro, que compara com 1.661,9 milhares despendidos em 2008).

Em 2010, a despesa com esta rubrica reduziu-se em 66,6% relativamente a 2009, correspondendo a uma redução de despesa na ordem dos 11.115,9 milhares de euro. Em 2011 verificou-se também uma redução da despesa associada a *lay-off*, assim, e face a 2010 verifica-se uma variação negativa de 28,5%, para esta variação contribuiu a forte quebra (-57,9%) no número médio de trabalhadores abrangidos em 2011.



Fonte: CSS/2011 e II, IP

X.2.3.2. Garantia salarial

A garantia salarial, constituída sob a forma do Fundo de Garantia Salarial (FGS)⁶, tem por objetivo assegurar o pagamento dos créditos emergentes do contrato de trabalho e da sua violação ou cessação, que não possam ser pagos pelo empregador por motivo de insolvência ou de situação económica difícil, aos trabalhadores que reunindo os requisitos legais estabelecidos o solicitarem.

Tendo sido criado em 15 de junho pelo Decreto-Lei n.º 219/99, posteriormente alterado e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 139/2001 de 24 de abril e pela Lei n.º 96/2001 de 20 de agosto, com a aprovação e posterior revisão do Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), a garantia de pagamento de créditos laborais, assumida e suportada pelo FGS, passou a estar prevista no seu artigo 336º e ficou regulamentada nos artigos 316º a 326º da Lei n.º 35/2004, de 29 de julho.

A despesa com *garantia salarial* apresentou em 2011 um crescimento de 1,9% face a 2010, que compara com um crescimento de 35,3% em 2010. Entre 2007 e 2011 a despesa com esta componente cresceu 59.502,5 milhares de euro, o que representou um crescimento médio anual de 21,5% neste quinquénio. Em termos de peso relativo, em 2007 a garantia salarial representava 3,1% do total das prestações de desemprego, passando a representar 5,3% em 2011 (um ganho de 2,2 p.p. no quinquénio 2011/2007).

Em 2011, para uma despesa paga de 112.490,6 milhares de euros, foram deferidos 20.858 requerimentos⁷, menos 2.094 do que em 2010 (o que representa um crescimento de -9,1%). No quinquénio 2011/2001 o número de requerimentos aumentou 1,7 vezes, enquanto a despesa cresceu 2,1 vezes, indiciando um aumento do valor médio pago por requerimento no período em análise. Como se pode observar no quadro seguinte, em média, foram pagos 5,4 mil euro por requerimento deferido (um aumento de 0,6 mil euro pago por requerimento, relativamente a 2010, ou seja, mais 12,1%).

⁶ FGS é dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa, patrimonial e financeira e é gerido por um Conselho de Gestão, de natureza tripartida (composto por representantes do Estado, dos trabalhadores e dos empregadores), sendo presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

⁷ O número de requerimentos coincide, regra geral, com o número de trabalhadores inscritos, salvo em casos pontuais, quando por exemplo o mesmo trabalhador formula pedidos parciais de pagamento de créditos (apresentando por isso mais do que um requerimento).

Despesa do Fundo de Garantia Salarial entre 2007 e 2011

	(milhares de euro)					
	2007	2008	2009	2010	2011	Δ % 2011/2010
Nº requerimentos deferidos	12.220	14.120	18.265	22.952	20.858	-9,1%
Montante pago	52.988,1	70.476,0	81.568,2	110.374,2	112.490,6	1,9%
Média anual*	4,3	5,0	4,5	4,8	5,4	12,1%

* Pagamento/Requerimento

Fonte: Relatório de Gestão 2011, Fundo de Garantia Salarial.

Da análise do quadro seguinte constata-se que, em 2011:

- No distrito do Porto foram pagos créditos salariais ao maior número de trabalhadores, 5.845 pessoas, o que representa um aumento de 10% face ao registado em 2010, seguindo-se, por ordem decrescente, o distrito de Braga (que registou uma redução de 48,7% do número de trabalhadores apoiados em relação a 2010) e os distritos de Aveiro (que registou um crescimento de 55,7% face a 2010) e Lisboa com, respetivamente, 3.248, 3.166 e 2.762 trabalhadores;
- Do total dos distritos e Regiões Autónomas, verifica-se que na maioria dos casos se verificou uma tendência na redução de trabalhadores apoiados. Apesar disso, assistiu-se um aumento no número de beneficiários nos distritos de Aveiro, Beja, Bragança, Coimbra, Évora, Leiria, Portalegre, Porto e Santarém. O distrito com um maior aumento do número de trabalhadores apoiados foi Aveiro (aumento de 1.132 trabalhadores). Em termos relativos, o distrito que evidenciou um maior aumento do número de trabalhadores foi Santarém, com um aumento de 681 trabalhadores, o que corresponde a uma variação de aproximadamente 163% face a 2010.

Distribuição do número de trabalhadores abrangidos pelo FGS entre 2007 e 2011
Continente, Açores e Madeira, por Distrito

Distritos	2007	2008	2009	2010	2011	□ 2011/2010	
						absoluta	%
Aveiro	1.197	1.890	1.073	2.034	3.166	1.132	55,7%
Beja			5	9	16	7	77,8%
Braga	3.519	3.212	4.139	6.332	3.248	-3.084	-48,7%
Bragança	6	9	5	23	26	3	13,0%
Castelo Branco	212	98	471	471	300	-171	-36,3%
Coimbra	652	315	367	263	1.047	784	298,1%
Évora	11	90	57	44	70	26	59,1%
Faro	6	31	997	1.374	157	-1.217	-88,6%
Guarda	166	80	480	447	128	-319	-71,4%
Leiria	570	1.292	2.645	1.226	1.820	594	48,5%
Lisboa	874	1.193	2.003	3.188	2.762	-426	-13,4%
Portalegre	567	239	10	16	20	4	25,0%
Porto	3.655	4.935	4.990	5.314	5.845	531	10,0%
Santarém	254	96	34	418	1.099	681	162,9%
Setúbal	95	238	201	330	184	-146	-44,2%
Viana Castelo	265	44	148	599	345	-254	-42,4%
Vila Real	31	23	31	63	52	-11	-17,5%
Viseu	126	157	553	564	373	-191	-33,9%
Madeira	14	166	28	154	130	-24	-15,6%
Açores		12	28	83	70	-13	-15,7%
TOTAL	12.220	14.120	18.265	22.952	20.858	-2.094	-9,1%

O quadro abaixo apresenta a distribuição geográfica, por distrito e Regiões Autónomas, dos montantes pagos em 2011, verificando-se que a maior percentagem, cerca de 80,4% da despesa paga, foi dirigida para os distritos de Braga, Porto, Lisboa, Aveiro e Coimbra. Destes, o Porto é o distrito com um maior peso na estrutura de despesa com 31.374,1 milhares de euro, evidenciando um crescimento de 22,4%.

A despesa de ambas as Regiões Autónomas representa apenas 1,1% da despesa global com Garantia Salarial. Por seu turno, o distrito que verificou um maior aumento da despesa em 2011 foi Aveiro, evidenciando um aumento de 9.109,9 milhares de euro (o que corresponde a uma variação de 75,4%). Em termos relativos, o distrito que verificou um crescimento mais acentuado da despesa foi Coimbra, apresentando um crescimento homólogo de 283,2%.

Da comparação entre os dois quadros apresentados, e tal como sucedido em anos anteriores, os distritos com o maior número de trabalhadores abrangidos são genericamente aqueles com maior valor de despesa paga, embora não correspondam aos distritos com a despesa média por trabalhador mais elevada, que ocorreu nos distritos de Bragança, Portalegre e Aveiro.

A diferença registada entre o valor médio pago por trabalhador pode ser explicado, entre outros fatores, pelo setor e/ou subsector de atividade das empresas envolvidas, bem como o tipo e a fase do processo – de falência, especial de recuperação (PERE) ou procedimento extrajudicial de conciliação (PEC) – e consequente valor médio pago por requerimento e por setor.

Despesa paga pelo Fundo de Garantia salarial, por distrito e RA's
2007 - 2011

	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 2011/2010	
						absoluta	%
Aveiro	6.021,1	10.442,2	5.009,3	12.074,3	21.184,2	9.109,9	75,4%
Beja			31,1	51,8	46,5	-5,3	-10,2%
Braga	15.358,5	16.645,0	22.719,4	31.018,1	17.916,8	-13.101,3	-42,2%
Bragança	24,5	52,3	23,8	123,3	188,5	65,2	52,9%
Castelo Branco	1.060,3	539,0	2.623,9	2.713,4	1.880,5	-832,9	-30,7%
Coimbra	2.237,7	1.519,5	1.729,6	1.478,9	5.666,9	4.188,1	283,2%
Évora	62,2	341,4	346,6	308,5	438,5	130,0	42,1%
Faro	39,5	185,9	2.847,3	1.584,2	1.002,2	-582,0	-36,7%
Guarda	668,5	336,0	3.238,4	3.166,6	681,5	-2.485,1	-78,5%
Leiria	1.831,1	5.220,9	4.470,0	4.739,6	5.262,5	522,9	11,0%
Lisboa	4.137,7	5.977,2	9.180,4	14.856,4	14.251,3	-605,1	-4,1%
Portalegre	790,9	384,9	40,5	99,2	143,8	44,6	44,9%
Porto	16.481,0	25.236,5	24.390,0	25.627,1	31.374,1	5.747,0	22,4%
Santarém	1.490,3	423,3	159,0	2.257,2	5.515,0	3.257,8	144,3%
Setúbal	540,6	1.419,8	1.189,2	2.003,4	1.152,4	-851,0	-42,5%
Viana Castelo	1.346,6	200,3	809,8	3.465,5	1.985,6	-1.479,9	-42,7%
Vila Real	54,2	126,5	165,7	336,3	275,9	-60,5	-18,0%
Viseu	756,3	922,2	2.363,6	2.949,7	2.322,1	-627,6	-21,3%
RA Madeira	86,9	460,1	87,2	1.075,8	832,6	-243,2	-22,6%
RA Açores		42,9	143,5	444,9	369,8	-75,0	-16,9%
TOTAL	52.988,1	70.476,0	81.568,2	110.374,2	112.490,6	2.116,4	1,9%

X.2.3.3. Indemnizações compensatórias por salários em atraso

As indemnizações compensatórias para salários em atraso (SSD) são garantidas aos trabalhadores com salários em atraso que rescindiram ou suspenderam o seu contrato de trabalho com base no incumprimento das empresas das suas obrigações salariais, equiparando a sua situação à dos desempregados involuntariamente. Representam pouco mais de 0,3% do total das outras prestações de desemprego, com perda relativa face ao ano anterior (regista uma despesa de pouco mais de 564,9 milhares de euro em 2011, ou seja, menos 337,4 milhares de euro do que no ano de 2010).

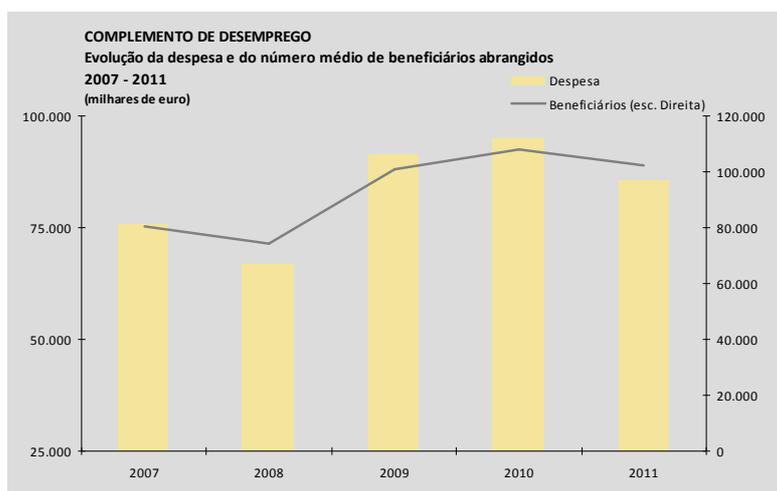


X.2.3.4. Complemento de Desemprego

Nos termos do art. 29º do Decreto-Lei nº 220/2006 de 3 de novembro, o montante do subsídio de desemprego não pode ser inferior ao valor do indexante de apoios sociais (IAS). Porém, nos casos em que 75% do valor líquido da remuneração de referência (VLRR)⁸ resulte num valor inferior ao IAS, o montante mensal do subsídio de desemprego será igual ao IAS ou ao VLRR se este valor for inferior àquele. A diferença entre o valor do subsídio de desemprego (igual a 65% da remuneração de referência do beneficiário) e o IAS ou o VLRR constitui o complemento de desemprego.

A crise obrigou a que, ao longo dos anos de 2009 e 2010, as empresas despedissem trabalhadores com salários mais baixos, refletindo-se na despesa com o complemento de desemprego. Assim, em 2010, os complementos pagos ascenderam a 95.092,0 milhares de euro, o que correspondeu a um crescimento de 4,2% face à despesa de 2009 e compara com um crescimento de 36,3% no biénio 2009/08.

Em 2011 assistiu-se a uma redução da despesa associada ao complemento de desemprego. Os complementos pagos ascenderam a 85.670 milhares de euro, o que representa uma variação de -9,9% face a 2010. Verifica-se ainda que esta rubrica representa 42,2% do total das *outras prestações de desemprego* e tem uma expressão relativa de 4,1% no total da despesa com prestações de desemprego.



Fonte: CSS/2011 e II, IP

X.2.3.5. Programa de Emprego e Proteção Social (PEPS)

No âmbito do Programa de Emprego e Proteção Social (PEPS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/2003, de 24 de abril, foram instituídas medidas temporárias de emprego e formação profissional pela aprovação do pelo Decreto-Lei n.º 168/2003, de 29 de julho, que a Portaria n.º 1252/2003, de 31 de outubro veio regulamentar. Porém, com a aprovação com Decreto-lei n.º 220/2006, de 3 de novembro foi revogado o Decreto-Lei n.º 84/2003, de 24 de abril. Em 2011, ao contrário do sucedido em desde 2008, registou-se despesa associada a este Programa, no caso 347,5 milhares de euro.

⁸ O valor líquido da remuneração de referência obtém-se pela dedução à remuneração de referência ilíquida do valor da taxa contributiva para segurança social a cargo do trabalhador e da taxa de retenção do IRS (n.º 4 do art. 29º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de junho).

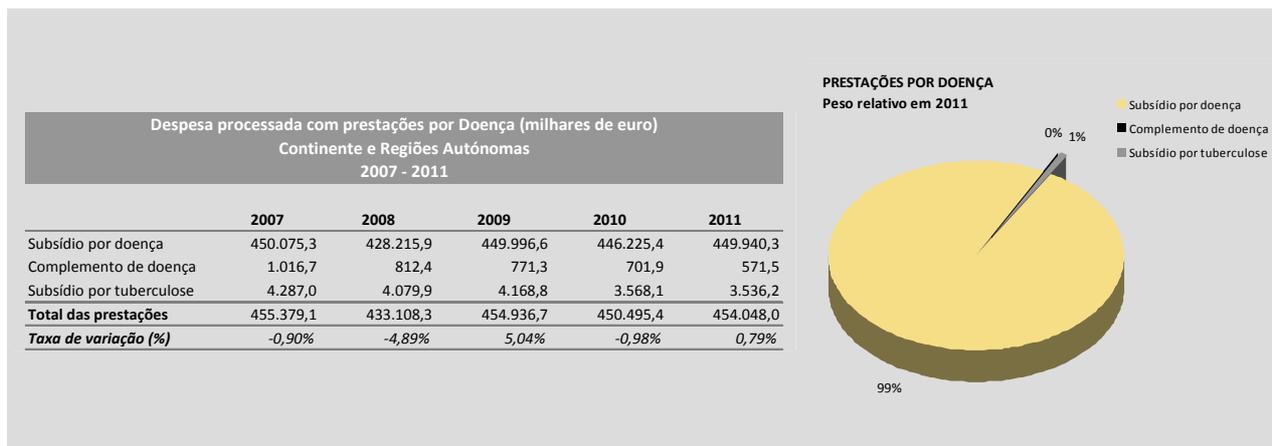
X.2.3.6. Programa Ocupacionais

A despesa com *Programas Ocupacionais* encontra-se em queda ao longo dos últimos anos, pelo facto de este apoio ter sido revogado pela entrada em vigor da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro. A despesa associada a Programas Ocupacionais ascendeu em 2011 a 167,8 milhares de euros, evidenciando uma variação de -84,4% face a 2010.

X.3. SUBSÍDIO E COMPLEMENTO POR DOENÇA, SUBSÍDIO POR TUBERCULOSE

X.3.1. NOTA INTRODUTÓRIA

As prestações sociais pagas no âmbito da eventualidade de doença destinam-se a compensar a perda de rendimentos do trabalhador, temporariamente incapacitado para trabalhar, por se encontrar doente⁹. Em 2011, o total destas prestações ascendeu a 454.048,0 milhares de euro, o que representou um aumento de 0,79% face a 2010, conforme quadro seguinte.



Da análise do gráfico acima, que apresenta a distribuição por componentes em 2011, observa-se que a quase totalidade da despesa (99,1%) é despendida com o *subsídio de doença*, enquanto o *subsídio por tuberculose* representa 0,8% do total e o *complemento de doença* apenas 0,1%.

Os montantes atribuídos ao abrigo destas prestações são calculados pela aplicação à remuneração de referência¹⁰ de uma percentagem variável em função da duração do período de incapacidade para o trabalho ou da natureza da doença.

Nos termos do n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 146/2005, de 26 de agosto (que revoga o n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 28/2004, de 4 de fevereiro), a *duração do período de incapacidade para o trabalho*, constitui-se como variante relevante para a determinação do valor do subsídio por doença, passando os montantes do subsídio a ser concedidos, a partir de setembro de 2005, de acordo com os critérios apresentados nos quadros seguintes.

Em caso de Doença		Em caso de Tuberculose	
% REMUNERAÇÃO DE REFERÊNCIA	DURAÇÃO DA DOENÇA	% REMUNERAÇÃO DE REFERÊNCIA	AGREGADO FAMILIAR
65%	até 90 dias	80%	até 2 familiares a cargo
70%	de 91 a 365 dias	100%	mais de 2 familiares a cargo
75%	mais de 365 dias		

A partir de setembro/2005
NOTA: Nos termos do D.L. n.º 146/2005, de 26 de agosto.

⁹ As prestações por eventualidade de doença foram regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 146/2005, de 26 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 302/2009, de 22 de outubro.

¹⁰ A remuneração de referência é determinada pelo rácio do total de remunerações (sem subsídios) – registadas nos seis meses civis que precedem o 2º mês anterior ao do início da doença – pelo número total de dias desse período (180).

Relativamente aos doentes de *tuberculose*, o n.º 3 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 146/2005, de 26 de agosto, refere que aqueles passam a receber um montante correspondente a 80 ou 100% da remuneração de referência, consoante o número de dependentes do seu agregado familiar (até dois ou mais familiares a cargo).

Refira-se finalmente que o período de concessão do subsídio tem duração máxima de três anos para trabalhadores por conta de outrem, podendo chegar a um ano para os trabalhadores independentes (artigo 23º do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro).

O n.º 1 do art. 19º do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, impõe que o montante diário do subsídio de doença não pode ser inferior a 30% do valor diário do Indexante de Apoios Sociais¹¹. Caso a remuneração de referência seja inferior ao valor mínimo estabelecido na legislação acima, o valor a receber por cada beneficiário é a diferença entre a sua remuneração de referência e o valor mínimo garantido legalmente¹². Esta diferença constitui o *complemento de doença*, cuja despesa se integra no subsistema de Solidariedade (regime não contributivo).

X.3.2. SUBSÍDIO E COMPLEMENTO POR DOENÇA

X.3.2.1. Evolução da despesa paga, 2007 – 2011

A despesa a nível nacional com *subsídio e complemento por doença* ascendeu, em 2011, a 450.511,8 milhares de euro, registando um aumento de 3.584,6 milhares de euro relativamente à despesa realizada em 2010 (o que representa um incremento de 0,8%).

Do quadro abaixo extrai-se que o *subsídio de doença*, que é uma prestação do Sistema Previdencial-Repatrição¹³, representa 99,9% do total da despesa total com “doença”. Sendo que os restantes 0,1% foram consumidos com o pagamento do *complemento de doença*, uma prestação do regime não contributivo.

Despesa com subsídio e complemento de doença 2011	
Subsídio por doença	
449.940,3 milhares de euro	99,9% do total
Complemento	
571,5 milhares de euro	0,1% do total
Despesa total 2011	
450.511,8 milhares de euro	

A evolução da despesa em 2011 contraria a redução da despesa verificado em 2010 (ano em que se registou uma diminuição de 0,9%), e retoma o crescimento do biénio 2009/2008, sendo que, no quinquénio 2011/2007 se verificou uma redução média anual de 0,03%.

A despesa com subsídio de doença diminuiu 135,0 milhares de euro no quinquénio em análise, mas atingiu o seu valor mais baixo em 2008 com 428.215,9 milhares de euro, representando uma variação média anual de -0,01%

¹¹ Tal como está definido no n.º 1 do art. 2º da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro (que Cria o Indexante dos Apoios Sociais).

¹² Para o ano de 2011 manteve-se o valor diário mínimo aplicado em 2010, ou seja, 4,19€.

¹³ Nos termos da Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro).

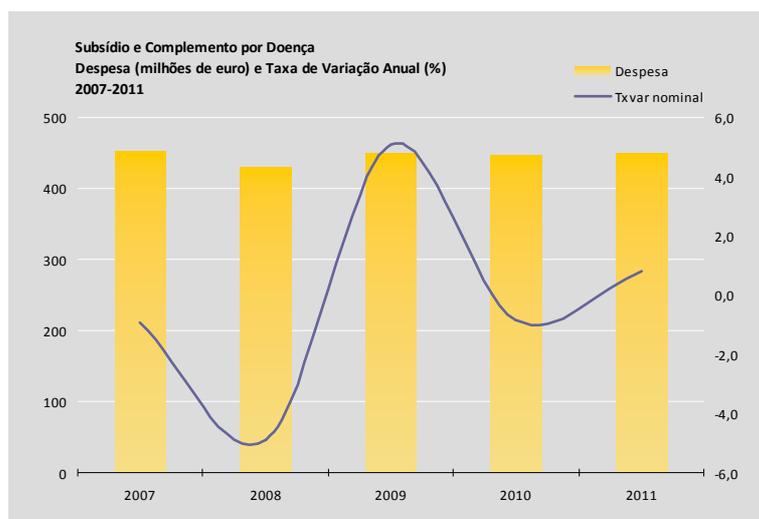
entre os anos de 2007 e 2011. Em 2011, o aumento de despesa situou-se nos 0,8% face a 2010. Esta variação de despesa reflete número de beneficiários e das baixas processadas nesse período.

A análise da evolução da despesa com *complemento de doença* permite reter uma redução consistente em todos os anos que constituem o período em análise. Nos anos de 2007 e 2011 as taxas de redução anuais situaram-se acima dos -15%, que comparam com taxas mais baixas observadas em 2009 e 2010, respetivamente, -5,1% e -9,0% (obtendo-se, assim, uma redução média anual na ordem dos 13,4% entre 2007 e 2011). No ano de 2011 a despesa com o complemento quedou-se nos 571,5 milhares de euro (menos 130,4 milhares de euro do que em 2010 e menos 445,2 milhares de euro do que a despesa de 2007).

Subsídio e complemento por doença Continente e Regiões Autónomas Despesa no período 2007-2011 (milhares de euro)					
	2007	2008	2009	2010	2011
Subsídio por doença ^[1]	450.075,3	428.215,9	449.996,6	446.225,4	449.940,3
Complemento por doença ^[2]	1.016,7	812,4	771,3	701,9	571,5
Total	451.092,1	429.028,4	450.768,0	446.927,3	450.511,8
Taxa de variação (%)	-0,9	-4,9	5,1	-0,9	0,8

^[1] Incluído no actual *Sistema Previdencial* (Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro);

^[2] Incluído no actual *Subsistema de Solidariedade* do *Sistema de Protecção Social de Cidadania* (regime não contributivo).



Verifica-se que a despesa registada com subsídio por doença¹⁴ absorveu, em 2011, 2,8% da despesa total do *Sistema Previdencial*¹⁵ (menos 0,1 p.p. do que no ano anterior) e 1,5% da despesa total do *Sistema de Segurança Social*, um peso relativo ligeiramente superior face à evolução registada no biénio anterior (+0,1 p.p.).

Pela importância relativa do subsídio por doença no total da despesa, será dado particular destaque a essa prestação.

¹⁴ Com complemento.

¹⁵ Componente de repartição (sem incluir as transferências internas para outros subsistemas e o saldo do Subsistema Previdencial – Repartição).

X.3.2.2. Decomposição da despesa – Continente e Regiões Autónomas

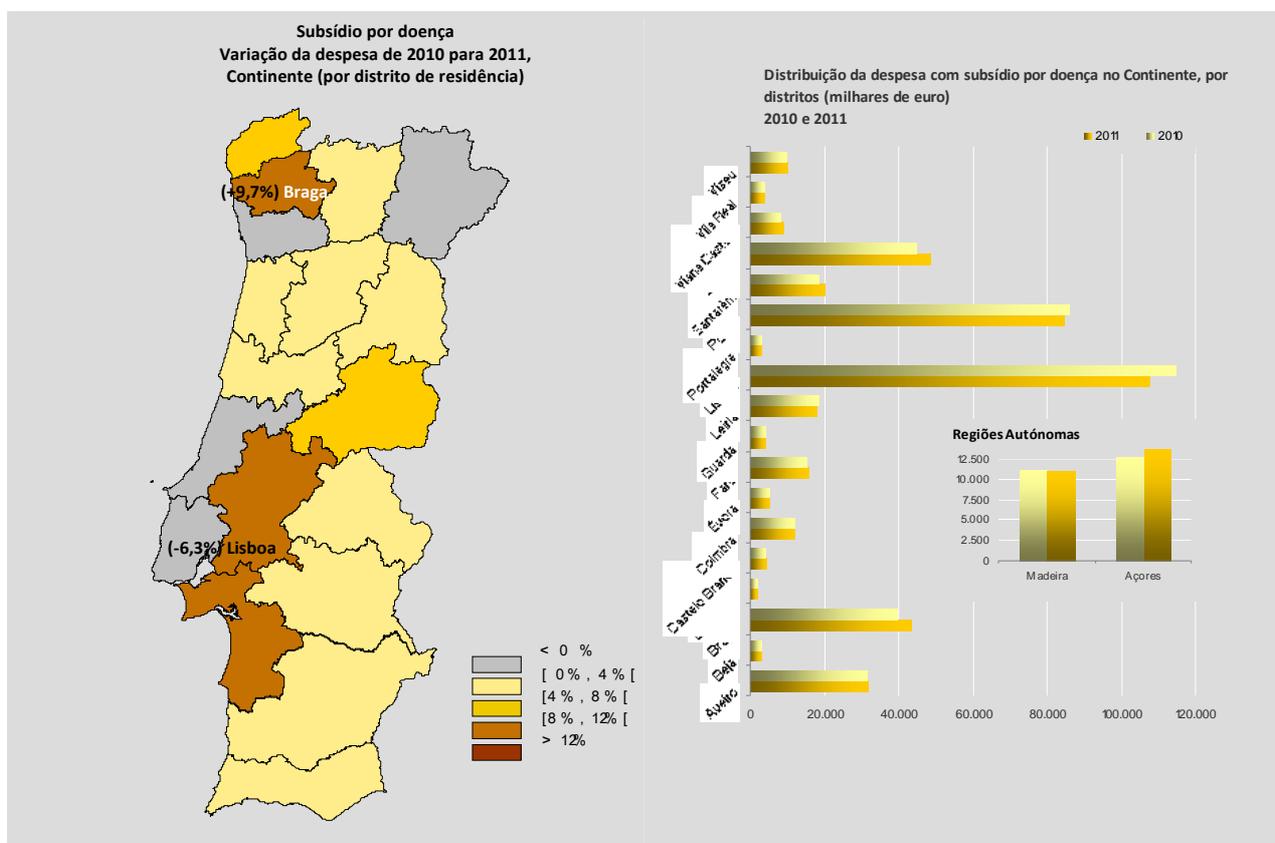
A decomposição da despesa com subsídio por doença no Continente, por distritos, assim como a respetiva variação no período 2011/2010, é apresentada nos gráficos seguintes.

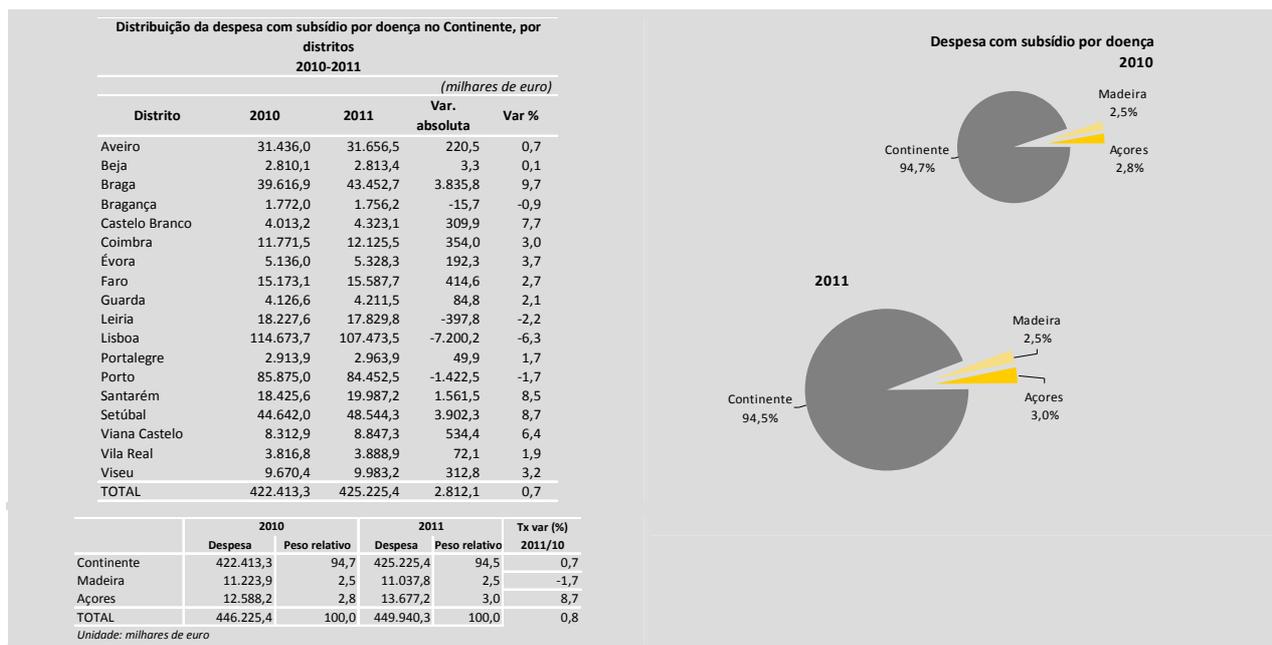
De referir que se distinguiram os distritos em que se verificou uma redução da despesa (cor cinza) dos distritos em que se registou um acréscimo de despesa em 2010 (cor amarela). Referenciam-se ainda os distritos em que se verificou a variação máxima da despesa (Braga) e mínima (Lisboa).

Da decomposição do crescimento médio anual registado no subsídio por doença no Continente, em 2011 face a período homólogo de 2010, constata-se que o mesmo foi positivo (+0,7%), e que um grande número de distritos registaram também crescimentos positivos da despesa, nomeadamente, Braga (+9,7%), Setúbal, Santarém, Castelo Branco, Viana Castelo, Évora, Viseu, Coimbra, Faro, Guarda, Vila Real, Portalegre e Aveiro, com crescimento igual ou superior à média do Continente.

Os distritos de Lisboa, Porto, Leiria e Bragança, registaram uma diminuição da despesa face a 2011, respetivamente de, -6,3%, -1,7% e -2,2% e -0,9% sendo que, juntos representarem cerca de metade do total da despesa (49,7%). A despesa em Lisboa ascendeu aos 107.473,5 milhares de euro, enquanto o Porto, Leiria e Bragança despenderam, respetivamente, 84.452,5 milhares de euro, 17.829,8 milhares de euro e 1.756,2 milhares de euro, representando em conjunto menos 9.036,2 milhares de euro do que em 2010.

O distrito de Bragança continua a ser o distrito com um menor volume de despesa (1.756,2 milhares de euro), tendo ainda sofrido uma diminuição de 0,9% face ao ano anterior.





Os distritos de Bragança, Beja, Portalegre, Vila Real, Castelo Branco, Guarda, Évora, Viana Castelo e Viseu apresentaram um volume de despesa que variou entre um milhão e os dez milhões de euro, sendo que Bragança despendeu 1.756,2 milhares de euro e Viseu 9.983,2 milhares de euro. Porém, estes distritos juntos representam apenas 10,4% do total da despesa com subsídio de doença no Continente. Destes distritos apenas Bragança viu a sua despesa reduzir-se de 2010 para 2011, em 15,7 milhares de euro.

Os distritos de Santarém (19.987,2 milhares de euro), Leiria, Faro e Coimbra (12.125,5 milhares de euro) gastaram entre 10 e 20 milhões de euro no ano de 2011, sendo que todos eles, com exceção de Leiria (-2,2%), viram a sua despesa aumentar de 2010 para 2011, com taxas de crescimento entre os 2,7% (Faro) e os 8,7% (Santarém).

Relativamente às Regiões Autónomas, estas evidenciaram uma despesa total de 24.715,0 milhares de euro em 2011 (ver gráficos acima), representando 5,5% do total da despesa paga com subsídio por doença no país, isto é, um peso relativo ligeiramente superior ao do ano anterior (+0,2 p.p.);

Destaca-se a RA dos Açores, que despendeu, em 2011, mais 8,7% com subsídio por doença do que em 2010, que compara com um acréscimo de 14,6% entre 2009 e 2010, que contrasta com o crescimento de 5,1% em 2010/2009 e a redução de 1,7% em 2011, registados na RA da Madeira. A RAA vê, assim, reforçado, pelo segundo ano consecutivo, um maior volume de despesa com subsídio de doença que a RAM.

X.3.2.3. Número de beneficiários do subsídio por doença¹⁶, 2007-2011

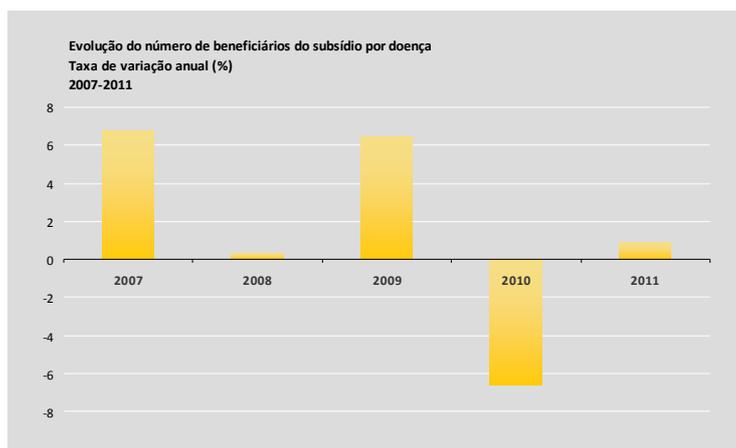
Em 2011, beneficiaram do *subsídio por doença* perto de 550 mil pessoas, mais 5 mil do que em igual período de 2010 (+0,9%). A variação positiva contraria a redução verificado nos anos de 2010/2009 e segue em linha com crescimento observado no período 2007/2009. Contudo no quinquénio em 2011/2007 o número de beneficiários desta prestação registou um crescimento médio anual de 0,2%.

¹⁶ Corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

SUBSÍDIO POR DOENÇA
Número anual de beneficiários no período 2007 - 2011
Continente e Regiões Autónomas

	2007	2008	2009	2010	2011
Beneficiários	546.809	548.458	583.912	545.307	550.270
Taxa variação (%)	6,8	0,3	6,5	-6,6	0,9

Fonte: II, IP; Nota: o número anual de beneficiários corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.



Fonte: II, IP

Nos anos de 2007 e 2008 a variação do número de beneficiários é de sinal contrário à da despesa, parcialmente explicável pela substituição da *RMMG* pelo *IAS* como referência para cálculo do montante diário mínimo do subsídio. Em 2009 e 2010 assiste-se a uma variação de sinal igual entre a evolução da despesa e do número de beneficiários, sendo que a quebra no número de beneficiários em 2010 foi muito mais acentuada do que a da despesa (respetivamente, menos 6,6% que compara com menos 0,9%). Mas em 2011, o aumento verificado no número de beneficiários (+0,9%) volta a ser acompanhado por idêntico aumento da despesa (+0,8%).

Continente e RA's, em 2011

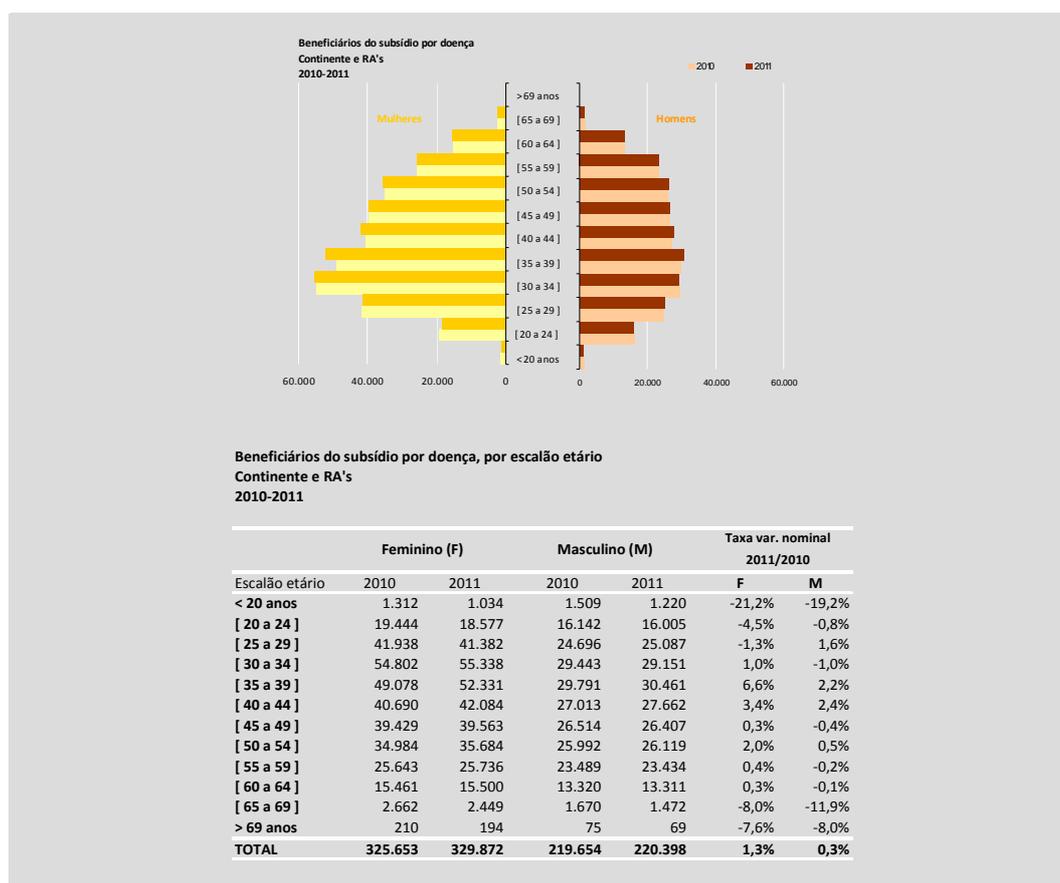
	N.º beneficiários	Peso relativo
Continente	528.719	96,1
RA dos Açores	11.605	2,1
RA da Madeira	9.946	1,8
TOTAL	550.270	100,0

Fonte: II,IP

Nas Regiões Autónomas (ver quadro supra), pode concluir-se que o número de beneficiários desta prestação representa, em 2011, cerca de 3,9% do universo nacional, sendo superior na RA dos Açores (11,6 mil beneficiários, relativamente a 9,9 mil na RA da Madeira). Comparativamente a 2010, o número de beneficiários na RA dos Açores manteve-se praticamente inalterado (menos 8 beneficiários em 2011 do que em 2010), enquanto na RA da Madeira o número de beneficiários diminuiu 11,6% entre 2010 e 2011 (o que representa uma redução de 1.310 pessoas).

X.3.2.4. Caracterização dos beneficiários do subsídio por doença¹⁷, segundo o sexo e escalão etário (2011/2010)

Na caracterização do universo de beneficiários do subsídio por doença (vide gráfico seguinte), constata-se que, em 2011, praticamente 60% correspondem a mulheres (59,9%), um peso ligeiramente superior a 2010¹⁸. O número de beneficiários do sexo masculino representou 40,1% do total em 2011.



Constata-se ainda que, nesse ano, mantendo a tendência dos anos anteriores, o subsídio por doença foi requerido essencialmente por adultos com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos, para ambos os sexos (ver pirâmide etária anterior).

A estrutura da pirâmide etária em 2011 manteve-se relativamente idêntica à observada entre 2007 e 2010, denotando-se uma redução de beneficiários nas idades mais jovens, com idade inferior a 20 anos (neste escalão etário o número de beneficiários reduziu-se 20,1% entre 2010 e 2011) e nas idades mais avançadas, a partir dos 69 anos para os dois sexos (entre 2010 e 2011 o número de beneficiários neste escalão reduziu-se 7,7%).

¹⁷ Corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

¹⁸ De 2010 para 2011 registou-se um aumento de 0,2 p.p. no peso relativo das mulheres beneficiárias do subsídio de doença (em 2010 as mulheres representaram 59,7% do total de beneficiários do subsídio por doença).

O gráfico e quadro supra evidenciam que, em 2011:

- O escalão “30-34 anos” inclui 55.338 beneficiários do sexo feminino (16,8% das mulheres) e 29.151 beneficiários do sexo masculino (13,2% dos homens), em que a distribuição dos beneficiários por escalões é bastante mais homogénea;
- Uma posição reforçada das idades entre os “25-39 anos” no caso feminino, que, no conjunto, abrange um total de 149.051 beneficiárias (representando 45,2% dos beneficiários do sexo feminino). Os beneficiários do sexo masculino integrados neste intervalo representam 38,4%, ou seja, 84.699 beneficiários;
- Em 2011, cerca de 1,0 milhares de beneficiários do sexo feminino com idade inferior a 20 anos receberam subsídio por doença, menos 186 pessoas do que os beneficiários masculinos inseridos neste mesmo escalão;
- Para os grupos etários com idade superior a 65 anos, salienta-se que, dos 4,2 mil beneficiários, 2,6 milhares são do sexo feminino e apenas 1,5 milhares são do sexo masculino, refletindo a pirâmide etária da população. Face ao ano anterior, este escalão diminuiu 8,0%, no setor feminino, enquanto no sexo masculino a redução foi de 11,7%.

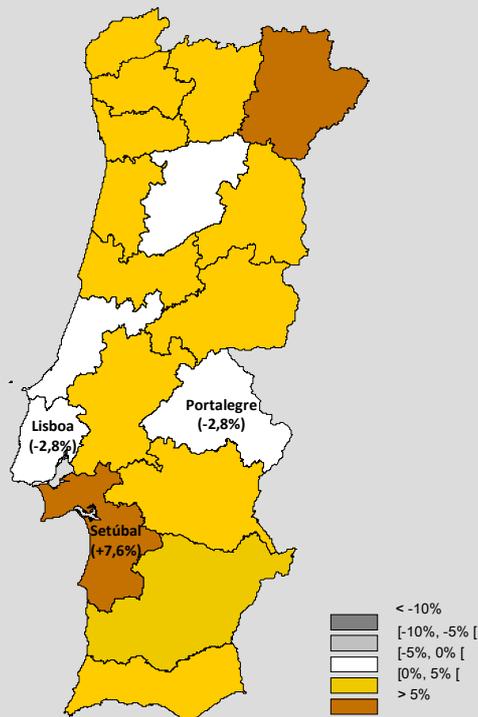
X.3.2.5. Número de beneficiários do subsídio por doença, por distritos do Continente (2011/2010)

Da análise da distribuição do número de beneficiários a receber subsídio por doença em 2011 pelos distritos no Continente e pelas Regiões Autónomas (ver gráficos e quadros seguintes), verifica-se:

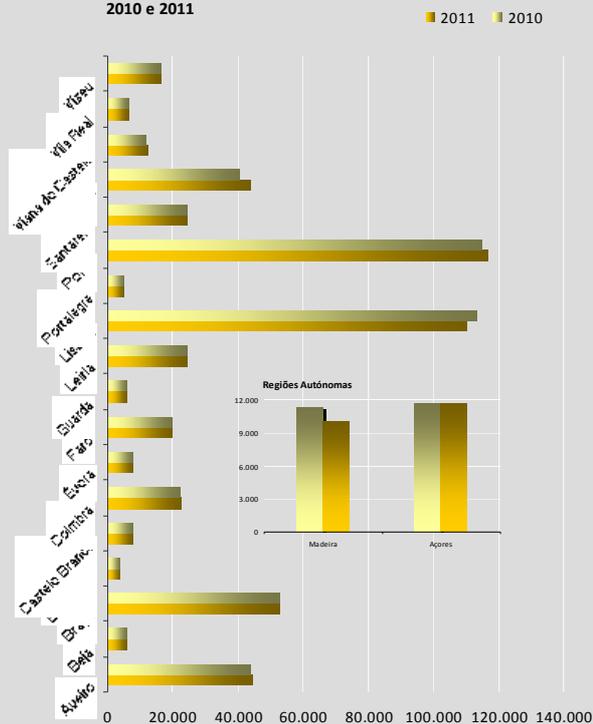
- Um ligeiro aumento do número de beneficiários do subsídio por doença no Continente, na ordem dos 0,7%, excetuando-se os distritos de Lisboa, Portalegre, Leiria e Viseu que registaram uma redução no número de beneficiários que oscilou entre -2,8% em Lisboa e Portalegre, e -0,1% em Leiria e Viseu.
- De entre os distritos que registaram aumentos, destacam-se Setúbal com o maior aumento percentual (+7,6%) e o Porto com o maior número de beneficiários registados no ano com cerca de 116 mil (o que representou um aumento de 1,5% entre 2010 e 2011), seguido por Lisboa que registou cerca de 110 mil beneficiários em 2011. Os dois maiores pólos metropolitanos do país absorveram, conjuntamente, cerca de 227 mil beneficiários desta prestação, o que representou 41,2% do universo nacional (que compara com 228 mil beneficiários e uma representatividade de 41,6%, em 2010).
- Além de Setúbal, os distritos que assinalaram os maiores aumentos foram Bragança (+7,3%), Viana do Castelo (+2,3%) e Évora (+2,1%).
- Os distritos de Braga e Aveiro têm ainda uma importância significativa a nível nacional, representando em conjunto mais de 17,0% do total de beneficiários (9,6% e 8,1%, respetivamente), apresentando, à semelhança do sucedido no biénio 2010/2009, uma variação no mesmo sentido em 2011/2010 (+9,6% em Braga e +8,0% em Aveiro);
- No que concerne à RA da Madeira e à RA dos Açores, estas assumem um peso relativo de 1,8% e 2,1% (9,9 mil e 11,6 mil beneficiários de “doença”) respetivamente, no universo de beneficiários do subsídio por doença no país. Contrariamente ao sucedido em 2010, em 2011, a RA da Madeira registou uma redução mais forte de beneficiários em 2011, de -11,6% contra uma redução de -0,1% de variação registada na RA dos Açores.



Subsídio por doença
Varição do número de beneficiários de 2010 para 2011,
Continente (por distrito de residência)



Distribuição do n.º de beneficiários com subsídio por doença
no Continente, por distritos
2010 e 2011



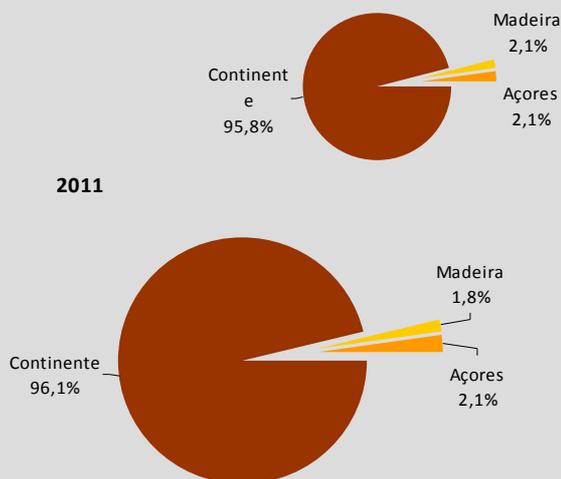
Distribuição do n.º de beneficiários de subsídio por doença
no Continente, por distritos
2010-2011

Distrito	2010	2011	Var. absoluta	Var %
Aveiro	43.830	44.599	769	1,8
Beja	5.876	5.941	65	1,1
Braga	52.600	52.732	132	0,3
Bragança	3.455	3.708	253	7,3
Castelo Branco	7.633	7.739	106	1,4
Coimbra	22.263	22.470	207	0,9
Évora	7.623	7.783	160	2,1
Faro	19.788	20.008	220	1,1
Guarda	5.960	5.988	28	0,5
Leiria	24.114	24.090	-24	-0,1
Lisboa	113.501	110.369	-3.132	-2,8
Portalegre	4.954	4.815	-139	-2,8
Porto	114.687	116.386	1.699	1,5
Santarém	24.311	24.489	178	0,7
Setúbal	40.673	43.754	3.081	7,6
Viana do Castelo	11.852	12.121	269	2,3
Vila Real	6.444	6.455	11	0,2
Visu	16.027	16.012	-15	-0,1
TOTAL	525.591	529.459	3.868	0,7

	2010		2011		Tx var (%)
	Beneficiários	Peso relativo	Beneficiários	Peso relativo	
Continente	525,6	95,8	529,5	96,1	0,7
Madeira	11,3	2,1	9,9	1,8	-11,6
Açores	11,6	2,1	11,6	2,1	-0,1
TOTAL	548,5	100,0	551,0	100,0	0,5

Unidade: milhares

Número de beneficiários de subsídio por
doença, em 2010



Fonte: II, IP; **Notas:** Pelo facto de um beneficiário poder ter processamentos de baixas em mais de um centro distrital e por mais de um tipo de subsídio, os dados do II, IP por distrito foram calibrados pelo total de beneficiários distribuídos por escalão etário; o número anual de beneficiários corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

X.3.2.6. Número de baixas processadas com subsídio por doença, 2007-2011

Conforme evidenciado no gráfico seguinte, o número de baixas concedidas no âmbito do subsídio por doença tem aumentado no período 2007-2011, tendo registado um crescimento médio anual de 1,4%. A exceção foi o ano de 2010, em que se assistiu a uma inversão de tendência, com uma redução de 7,4% no número de baixas concedidas entre 2009 e 2010 (ou seja, cerca de menos 56 mil baixas). Em 2011 verificou-se um crescimento de 3,0% no número de baixas, face a 2010 (cerca de mais 21 mil baixas).

O número de baixas por beneficiário tem-se mantido relativamente estável, denotando-se no entanto uma trajetória ligeiramente crescente entre 2007 e 2011. O ano de 2010 volta a ser a exceção, com uma redução de 0,9% face a 2009. Em média, no ano de 2011, cada beneficiário requereu 1,30 baixas por doença.

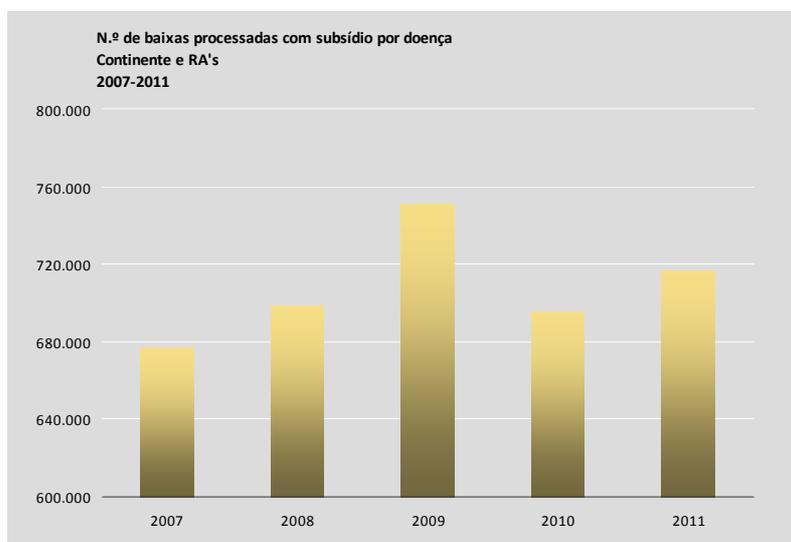
Número médio anual de baixas por beneficiário do subsídio por doença

Continente e RA's

2007 - 2011

	2007	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/2007
Número de beneficiários (sub. doença)	546.809	548.458	583.912	545.307	550.270	0,6
N.º de baixas	676.641	698.325	751.365	695.498	716.343	5,9
N.º de baixas por beneficiário (média anual)	1,24	1,27	1,29	1,28	1,30	

Fonte: II, IP



Fonte: II, IP

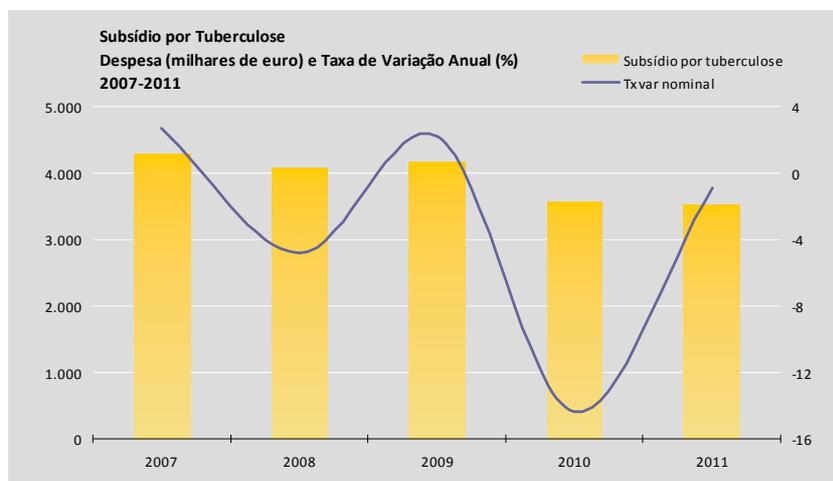
X.3.3. SUBSÍDIO POR TUBERCULOSE

X.3.3.1. Evolução da despesa paga, 2007 – 2011

Em 2011, a despesa com *subsídio de tuberculose*, no Continente e Regiões Autónomas, ascendeu a 3.536,2 milhares de euro, registando uma redução de 31,9 milhares de euro relativamente à despesa realizada em 2010 (o que representa uma diminuição de 0,9%).

Subsídio por Tuberculose					
Despesa no período 2007-2011 (milhares de euro)					
Continente e Regiões Autónomas					
	2007	2008	2009	2010	2011
Subsídio por tuberculose	4.287,0	4.079,9	4.168,8	3.568,1	3.536,2
Taxa de variação (%)	2,7	-4,8	2,2	-14,4	-0,9

A evolução da despesa com *subsídio de tuberculose*, no quinquénio 2011/2007, seguiu uma tendência decrescente, com exceção do biénio 2009/2008, em que a despesa com subsídio de tuberculose aumentou 2,2%. Comparativamente à doença, a redução média no período em análise foi mais acentuada (redução média na doença foi de 0,03%), resultado do menor aumento verificado em 2009 (2,2% que compara com 5,7% na doença) e, essencialmente, da redução significativa ocorrida em 2010 (-14,4% que compara com -0,9% na doença).



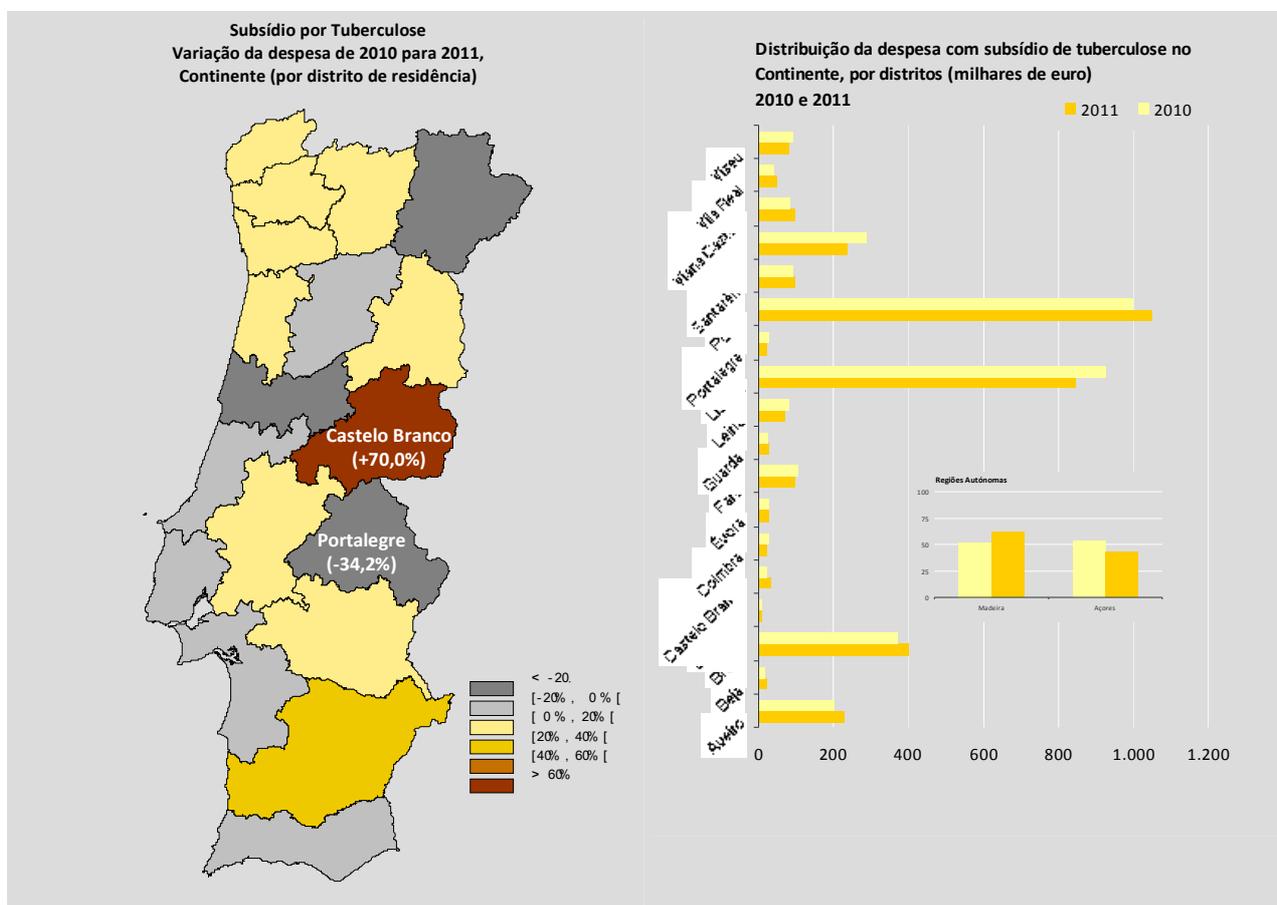
A análise da despesa ao longo do quinquénio 2011/2007 permite constatar uma oscilação de sinal no ritmo de crescimento anual (a redução de despesa nos anos de 2008, 2010 e 2011, foi contrariada pelo aumento de despesa em 2009), apesar de manter uma tendência de redução da despesa (no período em análise a despesa registou uma diminuição média anual de 4,7%). Destacando-se, ainda, que a despesa contabilizada em 2011 representa um menor valor registado nos anos em consideração.

Esta tendência de evolução da despesa reflete a descida consistente da incidência da tuberculose em Portugal. A incidência de novos casos de tuberculose em Portugal, em 2011, apresentou uma redução de 9,6% relativamente à taxa de incidência definitiva em 2010, mantendo-se a tendência para a redução que se observa desde 2002¹⁹. Não é de estranhar, por isso, a diminuição do número de beneficiários desta prestação que se tem verificado sucessivamente desde 2005.

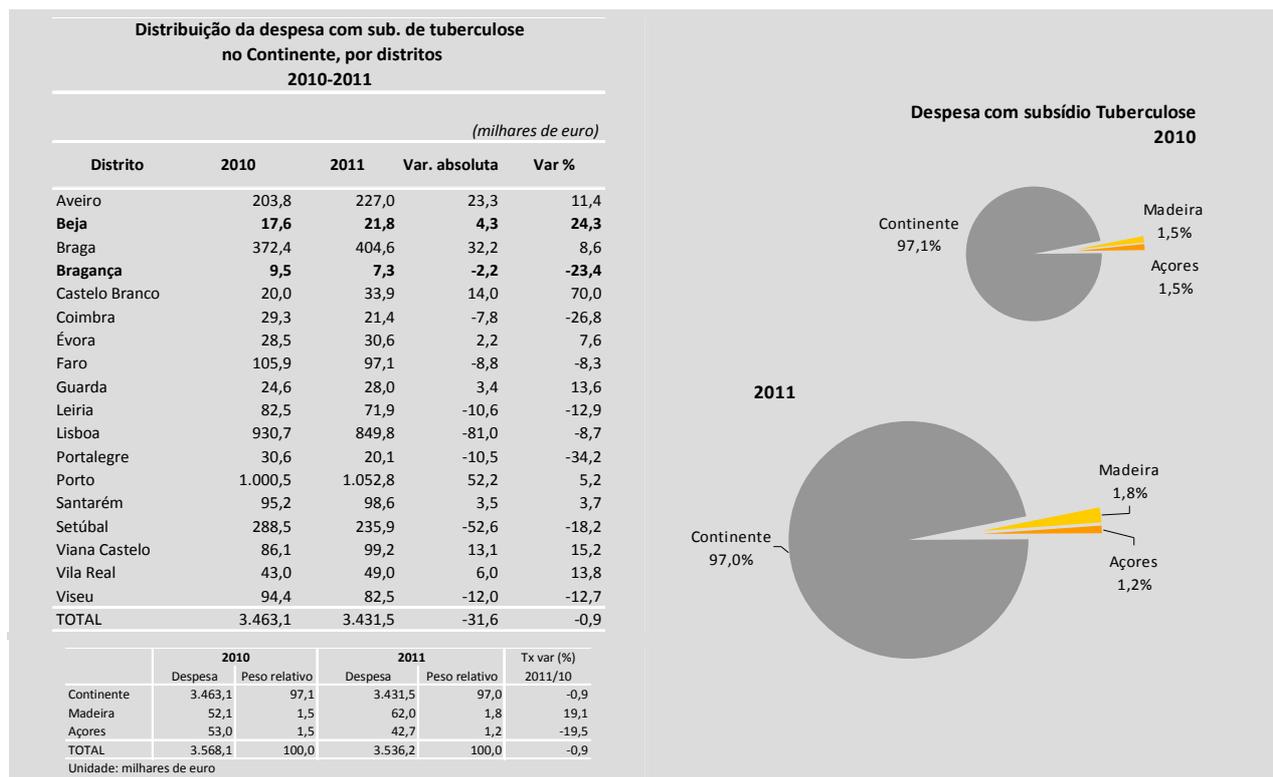
X.3.3.2. Decomposição da despesa – Continente e Regiões Autónomas

A decomposição da despesa com subsídio por tuberculose no Continente, por distritos, assim como a respetiva variação no período 2011/2010, é apresentada nos gráficos seguintes.

De referir que se distinguiram os distritos em que se verificou uma redução da despesa (cor cinza) dos distritos em que se registou um acréscimo de despesa com subsídio por tuberculose em 2011 (cor amarela). Referenciam-se ainda os distritos em que se verificou a variação máxima da despesa (Castelo Branco) e mínima (Portalegre):



¹⁹ Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose, Ponto da Situação Epidemiológica e de Desempenho, Stop TB 2012, Relatório para o Dia Mundial da Tuberculose, março 2012



Da decomposição do crescimento médio anual registado no subsídio por Tuberculose no Continente, em 2011 face a período homólogo de 2010, constata-se que, apesar de este ter sido negativo (-0,9%), aumentou significativamente o número de distritos que registaram crescimento da despesa entre 2010 e 2011: Castelo Branco (+70,0%), Beja, Viana do Castelo, Vila Real, Guarda, Aveiro, Braga, Évora, Porto, Santarém (+3,7%). Estes dez distritos representaram 59,6% da despesa do ano com subsídio de tuberculose.

Dos distritos que viram a sua despesa diminuir em 2011 destacam-se Lisboa (-8,7%) e Setúbal (-18,2%), que representam juntos 31,6% da despesa total com este subsídio (os dois distritos gastaram 1.085,6 milhares de euro, sendo que Lisboa registou o maior volume de despesa com 849,8 milhares de euro). Os distritos com redução na despesa, face a 2010, apresentaram todas reduções superiores à média nacional (-0,9%), sendo que a sua despesa se reduziu em 185,5 milhares de euro entre 2010 e 2011.

Dos cinco distritos com um volume de despesa superior a 200 milhares de euros (Porto, Lisboa, Braga, Setúbal e Aveiro), apenas Lisboa e Setúbal, com um desembolso, respetivamente, de 849,8 milhares de euro e 235,9 milhares de euro, registaram uma redução de despesa em 2011 (o decréscimo de 133,6 milhares de euros, representa uma redução de cerca de 11% face a 2010).

O distrito de Bragança foi o que despendeu menos com o subsídio de tuberculose (7,3 milhares de euro), reduzindo-se em praticamente vinte e cinco por cento face a 2010 (-23,4%), o que representou uma redução de despesa na ordem dos 2,2 milhares de euro.

Relativamente às Regiões Autónomas, estas evidenciaram uma despesa total de 104,7 milhares de euro em 2011, representando 3,0% do total da despesa paga com subsídio por tuberculose no país, não chegando a mais 0,1 p.p. do que em 2010. A manutenção do peso relativo das RA's no total do país, entre 2010 e 2011, deve-se essencialmente à redução da despesa nos Açores (-19,5%), que praticamente compensa o aumento da despesa na Madeira (+19,1%).

Em 2011, a RA da Madeira despendeu com “tuberculose” 62,0 milhares de euro (mais 10,0 milhares do que em 2010), enquanto que a RA dos Açores, apresentou uma despesa de 42,7 milhares de euro (menos 10,3 milhares do que em 2010).

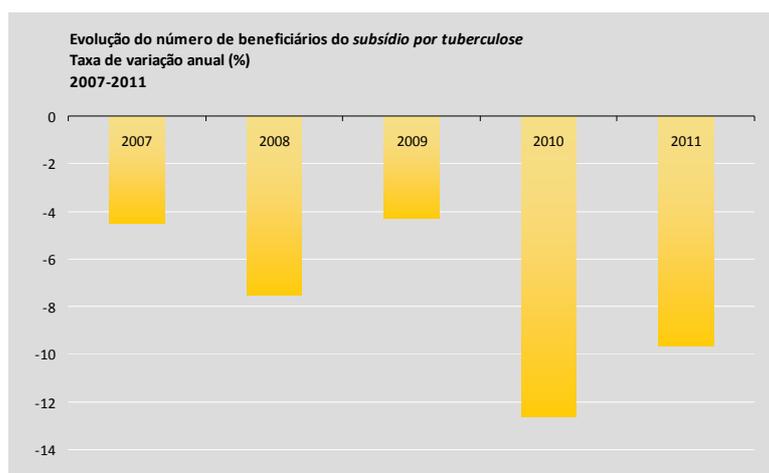
X.3.3.3. Número de beneficiários do subsídio por tuberculose²⁰, 2007-2011

Em 2011 beneficiaram do subsídio por tuberculose 1,2 mil pessoas, um número que diminuiu face ao período homólogo de 2010 (-9,7%), mantendo-se a tendência decrescente dos anos anteriores. No período 2007-2011 registou-se uma redução média anual de 8,6% no número de beneficiários de “tuberculose”, ou seja, em 2011 receberam prestação por tuberculose menos 500 beneficiários do que em 2007.

SUBSÍDIO POR TUBERCULOSE					
Número anual de beneficiários no período 2007 - 2011					
Continente e Regiões Autónomas					
	2007	2008	2009	2010	2011
Beneficiários	1.659	1.534	1.468	1.283	1.159
Taxa variação (%)	-4,5	-7,5	-4,3	-12,6	-9,7

Fonte: II, IP

De acordo com Relatório para o Dia Mundial da Tuberculose, de março de 2012, a incidência dos casos novos foi de $21/10^5$ habitantes em 2011, “dando continuidade à evolução para uma diminuição consistente desde 2002” em que se observa “um decréscimo médio anual de 6,4%. É uma tendência que coloca o país numa situação mediana relativamente à taxa média de decréscimo nos países da UE, fazendo-o convergir para a média europeia e aproximando-o da fasquia dos 20 casos por 100 mil habitantes, limite que define os países de baixa incidência. Por enquanto, Portugal continua entre os países de incidência intermédia, o único na Europa Ocidental”.²¹



Fonte: II, IP

²⁰ Corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

²¹ Convenciona-se que são países de baixa incidência os 23 países da UE que têm taxa de incidência inferior a $20/10^5$, e de alta ou incidência intermédia os 6 países que têm superior a $20/10^5$ – Roménia, Lituânia, Letónia, Bulgária, Estónia e Portugal. Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose, Ponto da Situação Epidemiológica e de Desempenho, Stop TB 2012, Relatório para o Dia Mundial da Tuberculose, março 2012.

No quadro infra pode constatar-se que o número de beneficiários do subsídio por tuberculose na RA dos Açores e na RA da Madeira representam cerca de 2,7% do total do país (o que representa uma quebra de 0,1 p.p. face a 2010). Em 2011, beneficiaram do subsídio por tuberculose 15 pessoas na RA dos Açores (menos 4 do que em 2010), menos uma do que na RA da Madeira (na RAM houve menos um beneficiário em 2011 do que em 2010)²².

Beneficiários do subsídio por tuberculose Continente e RA's, em 2011		
	N.º beneficiários	Peso relativo
Continente	1.128	97,3
RA dos Açores	15	1,3
RA da Madeira	16	1,4
TOTAL	1.159	100,0

Fonte: II, IP

De referir que, tal como no subsídio por doença, o número de beneficiários com subsídio processado por tuberculose é objeto de registo estatístico, segundo informação do II, IP, tendo em conta o lançamento de pelo menos um dia de doença no ano para o beneficiário (no caso de este ter sido requerido duas vezes pelo mesmo beneficiário, no mesmo ano, apenas é contabilizado uma única vez).

X.3.3.4. Número de beneficiários do subsídio por tuberculose²³, por distritos do Continente (2011/2010)

Da análise da distribuição do número de beneficiários a receber subsídio por tuberculose em 2011 pelos distritos no Continente e pelas Regiões Autónomas (ver gráficos e quadro seguinte), verifica-se:

- Uma redução do número de beneficiários do subsídio por tuberculose em treze distritos do Continente. De entre estes, Bragança (-42,9%), Leiria, Faro, Portalegre, Évora, Viseu, Coimbra, Braga, Setúbal e Guarda, (-10,0%) decresceram a um ritmo superior à média nacional (-9,3%);
- Os distritos que registaram um acréscimo foram: Santarém (+20,0%), Beja, Vila Real e Castelo Branco (+10,0%). Contudo a média de beneficiários abrangidos nestes quatro distritos ronda as 18 pessoas, oscilando entre as 30 pessoas em Santarém e as 10 em Beja;
- Os distritos do Porto e de Lisboa concentraram mais de metade dos beneficiários de “tuberculose” do país (56,9%), tendo atingido o valor máximo de 359 no Porto. Estes dois distritos apresentaram uma evolução no mesmo sentido face aos dois últimos biénios: Lisboa viu diminuir os beneficiários em 9,3% e o Porto em 5,3%. Estes dois distritos, juntamente com Setúbal (-11,8%) e Braga (-15,2%), fazem parte do grupo dos distritos com maior incidência da doença. *“Notável tem sido a evolução na última década, dos distritos que à partida*

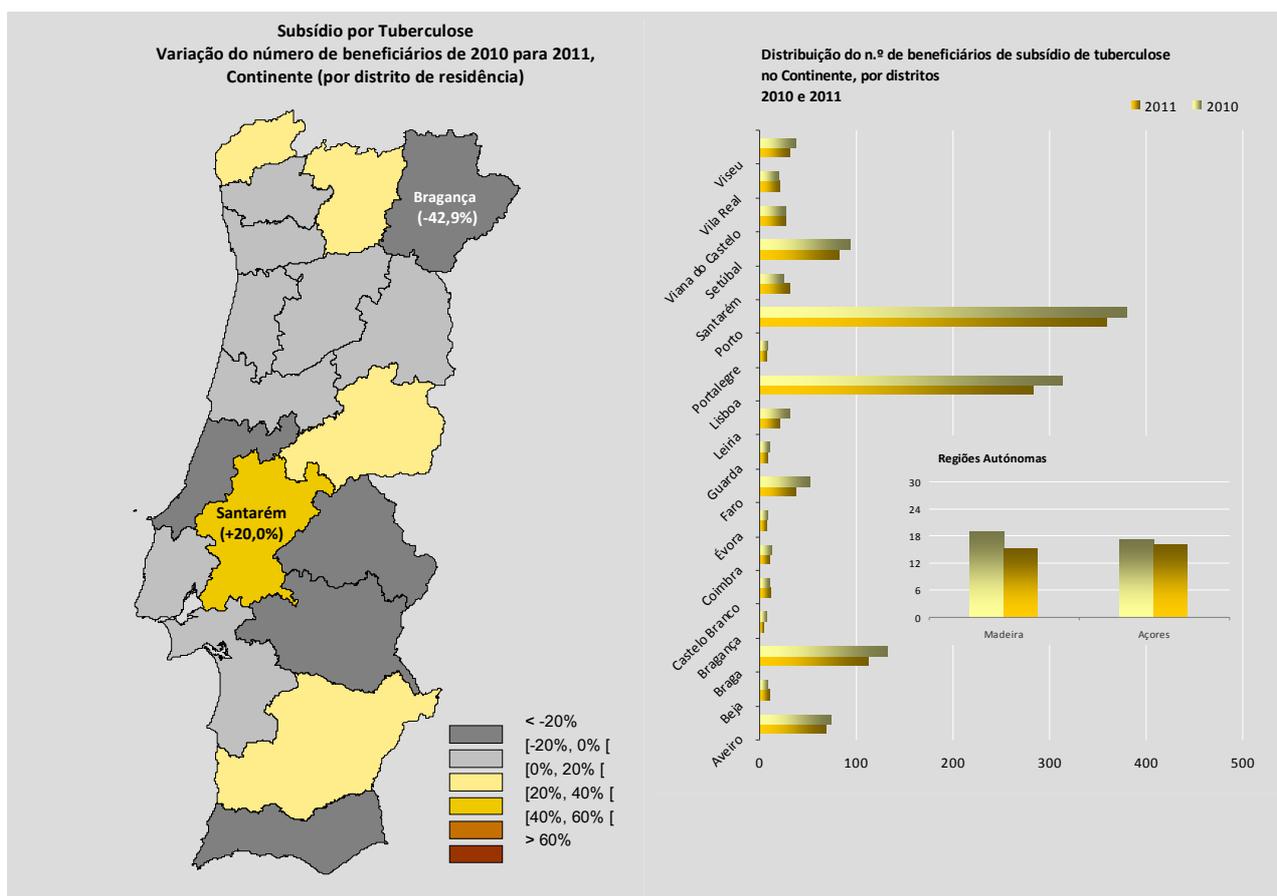
²² Em 2011, estes números voltaram ao nível de 2008, após o acentuado aumento verificado em 2009 (com 26 e 23 beneficiários na RA dos Açores e na RA da Madeira, respetivamente).

²³ O número anual de beneficiários corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

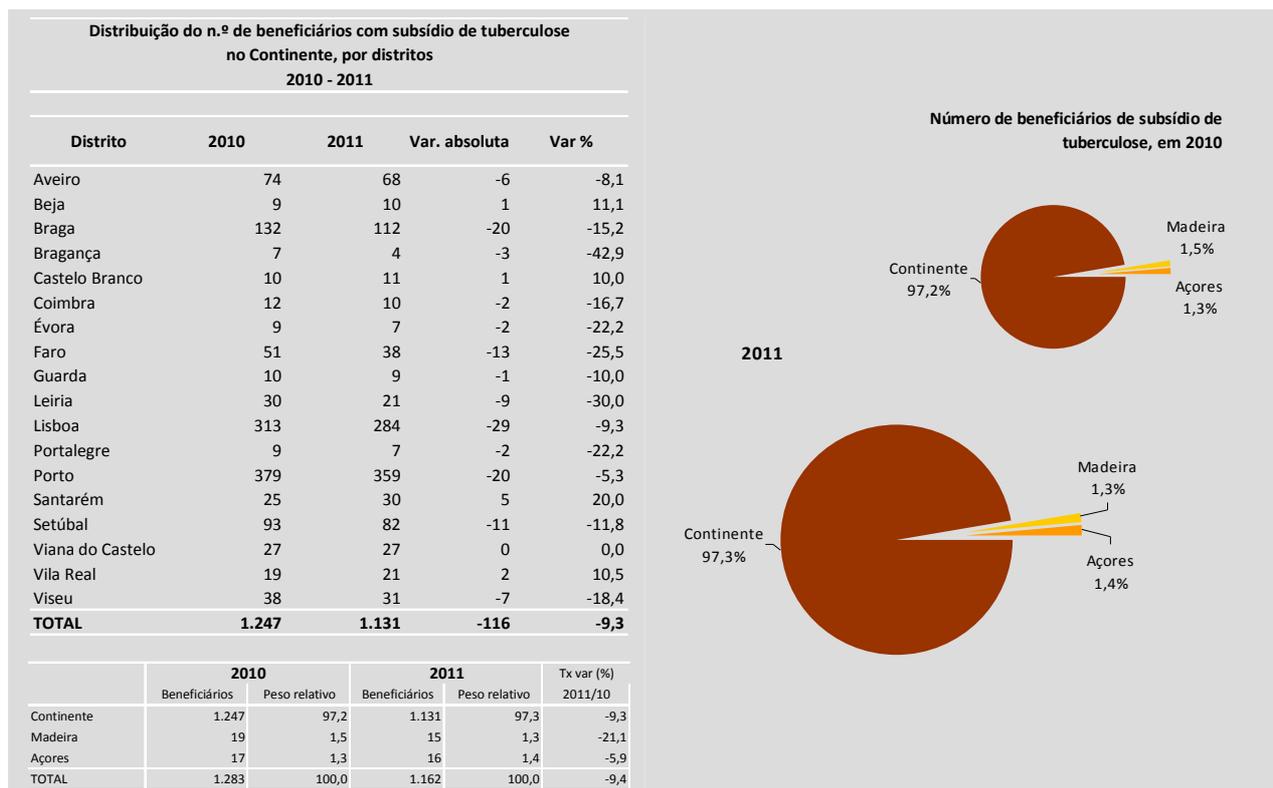
tinham os mais elevados índices de morbilidade e que apresentam um declínio da incidência muito acentuado e consistente – trata-se dos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Braga, que assim refletem o impacto das medidas de controlo, apesar da elevada prevalência dos principais fatores de risco”²⁴;

- O distrito de Viana do Castelo com 27 beneficiários não sofreu variação entre 2010 e 2011;
- As RA's dos Açores e da Madeira representam, em conjunto, menos 0,1 p.p. em termos de peso relativo no total do país do que representavam em 2010, fruto da diminuição de 5 beneficiários de “tuberculose” nas duas Regiões. A RAM com uma redução de 21,1% (menos 4 beneficiários) explica o grosso da diminuição;

Comparando a distribuição dos beneficiários da tuberculose com os de doença, observa-se que o distrito de Braga apresenta a um peso relativo menor nos beneficiários por “tuberculose” (9,9%) do que nos beneficiários de doença (11,8%). Os restantes distritos apresentam, grosso modo, uma distribuição idêntica à identificada no caso do subsídio por doença.



²⁴ Programa Nacional de Luta Contra a Tuberculose, Ponto da Situação Epidemiológica e de Desempenho, Stop TB 2012, Relatório para o Dia Mundial da Tuberculose, março 2012.



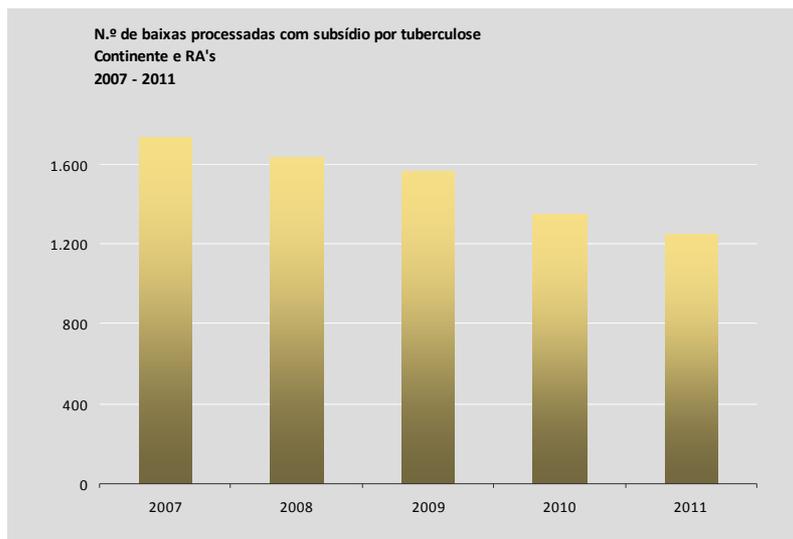
Fonte: II, IP; Notas: Pelo facto de um beneficiário poder ter processamentos de baixas em mais de um centro distrital e por mais de um tipo de subsídio, os dados do II,IP por distrito foram calibrados pelo total de beneficiários distribuídos por escalão etário; o número anual de beneficiários corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

X.3.3.5. Número de baixas processadas com subsídio por tuberculose, 2007-2011

De uma forma global, o número de baixas concedidas no âmbito da “tuberculose” tem diminuído consecutivamente desde 2005, conforme evidencia o quadro seguinte:

Número médio anual de baixas por beneficiário do subsídio por tuberculose Continente e RA's 2007 - 2011						
	2007	2008	2009	2010	2011	Var. % 2011/2007
Número de beneficiários (sub. tuberc.)	1.659	1.534	1.468	1.283	1.159	-30,1
N.º de baixas	1.728	1.630	1.563	1.349	1.251	-27,6
N.º de baixas por beneficiário (média anual)	1,04	1,06	1,06	1,05	1,08	

Fonte: II, IP



Fonte: II, IP

Em 2011, foram concedidas 1,3 mil *baixas* por “tuberculose”, menos 477 *baixas* do que as registadas em 2007, isto é, menos 27,6%.

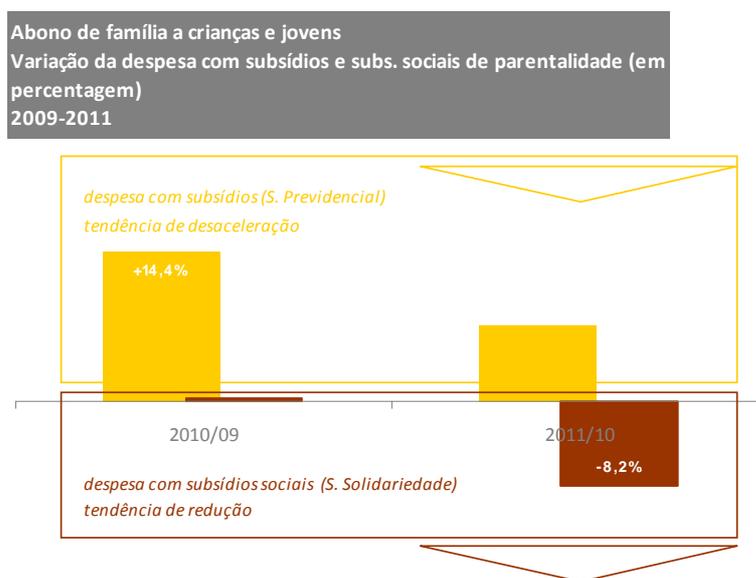
Por beneficiário, verifica-se que o número de *baixas* tem-se mantido relativamente estável no período em análise. Em 2011, cada beneficiário requereu, em média, 1,08 *baixas* por tuberculose.

X.4. PRESTAÇÕES DE PARENTALIDADE

X.4.1. Enquadramento

Em 2011 verificou-se uma contenção na despesa com as prestações de parentalidade, não só devido a uma desaceleração da despesa com os subsídios pagos no âmbito do sistema Previdencial, como também pela forte redução dos montantes despendidos com os subsídios sociais, enquadrados no subsistema de Solidariedade.

A quebra registada ao nível do regime não contributivo (subsídios sociais) resultou da entrada em vigor, a partir de agosto de 2010, do Decreto-Lei n.º 70, de 16 de junho²⁵²⁶, e em que a prova da “condição de recursos” se tornou obrigatória para garantir o acesso a estas prestações do Subsistema de Solidariedade.



Os dados disponíveis permitem concluir que a implementação desta medida conduziu, ainda em 2010, a uma redução média da despesa mensal em cerca de 20% face à registada nos primeiros meses do ano. Em 2011, a redução da despesa anual ultrapassou os 8%.

X.4.2. Prestações incluídas na “Parentalidade”

As prestações de parentalidade são registadas no âmbito de dois *Sistemas de Segurança Social* distintos - o Sistema Previdencial e o *Sistema de Proteção Social de Cidadania (Subsistema de Solidariedade)* - consoante o tipo de financiamento é *contributivo* ou *não contributivo*, respetivamente. No Sistema Previdencial enquadram-se os *subsídios*, sendo que os *subsídios sociais* e o *complemento* são pagos no âmbito do Subsistema de Solidariedade. Estes apoios encontram-se discriminados, por *Sistema de Segurança Social*, no quadro seguinte:

²⁵ Este Decreto-Lei veio harmonizar as condições de acesso às prestações sociais não contributivas, estendendo ainda a sua aplicação a todos os apoios sociais concedidos pelo Estado, cujo acesso tenha subjacente a verificação da condição de rendimentos. Neste contexto, o referido diploma estabelece as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação da *condição de recursos*;

²⁶ Nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho.

PRESTAÇÕES POR PARENTALIDADE ^[1]

Subsídios	Complemento	Subsídios sociais
Subsídio por risco clínico durante a gravidez Subsídio por interrupção da gravidez Subsídio por riscos específicos Subsídio parental, com as seguintes modalidades: -> Inicial -> Inicial exclusivo da mãe -> Inicial exclusivo do pai -> Inicial de um progenitor em caso de impossibilidade de outro Subsídio parental alargado Subsídio por adoção Subsídio por adoção em caso de licença alargada Subsídio para assistência a filho [2] Subsídio para assistência a filho com deficiência ou doença crónica Subsídio para assistência a neto [2], com as seguintes modalidades: -> Por nascimento de neto -> Para assistência a neto menor ou com deficiência ou doença crónica	Complemento de parentalidade	Subsídio social por risco clínico durante a gravidez Subsídio social por interrupção da gravidez Subsídio social por riscos específicos Subsídio social parental, com as seguintes modalidades: -> Inicial -> Inicial exclusivo da mãe -> Inicial exclusivo do pai -> Inicial de um progenitor em caso de impossibilidade de outro Subsídio social por adoção
Sistema Previdencial		Sistema de Proteção Social de Cidadania Subsistema de Solidariedade

[1] Nos termos do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril - Regime jurídico de protecção social na parentalidade;

[2] Subsídios não atribuídos aos trabalhadores independentes.

A proteção social na parentalidade - garantida aos *trabalhadores por conta de outrem* - consiste na atribuição de **subsídios** nas situações de *risco clínico durante a gravidez, interrupção da gravidez, nascimento de filhos, adoção, riscos específicos, e assistência a filho e netos*, sendo que estes apoios destinam-se a substituir os rendimentos de trabalho perdidos por impedimento temporário para a atividade profissional.

Por sua vez, a proteção social na parentalidade - garantida às *peças em situação de carência* - consiste na atribuição de **subsídios sociais** nas situações de *risco clínico durante a gravidez, interrupção da gravidez, nascimento de filhos, adoção e riscos específicos*. A atribuição destes subsídios iniciou-se em 2008, traduzindo o alargamento da proteção social ao universo da população que, por não se encontrar inserida no mercado de trabalho ou apresentar insuficiência de carreira contributiva (numa comprovada situação de vulnerabilidade económica), não tem direito à proteção no domínio do Sistema Previdencial.

No novo regime de proteção social, implementado a partir de maio de 2009 pelo Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, fixaram-se ainda como prioridades o *incentivo à natalidade, à igualdade de género* (através do reforço dos direitos do pai) e ainda à *partilha da licença pelos dois progenitores*. Outros objetivos prenderam-se com a *conciliação entre a vida profissional e familiar*, assim como a *melhoria dos cuidados às crianças na primeira infância*.

Das alterações introduzidas por esse diploma, destacam-se o *reforço dos direitos de pai por nascimento de filho*, quer no que se refere aos direitos de gozo obrigatório, quer no que se refere aos direitos de gozo facultativo,



aumentando-se o período de licença parental no caso de partilha da licença parental por ambos os progenitores, e ainda a possibilidade de *prolongamento da licença parental inicial* por mais seis meses adicionais subsidiados pela segurança social.

Nos pontos de análise seguintes irá dar-se particular destaque ao *subsídio parental inicial e exclusivo da mãe*, por representar mais de 60% da despesa global com “parentalidade”.

X.4.3. Número e caracterização dos beneficiários do subsídio parental inicial e outras prestações no âmbito da “parentalidade”

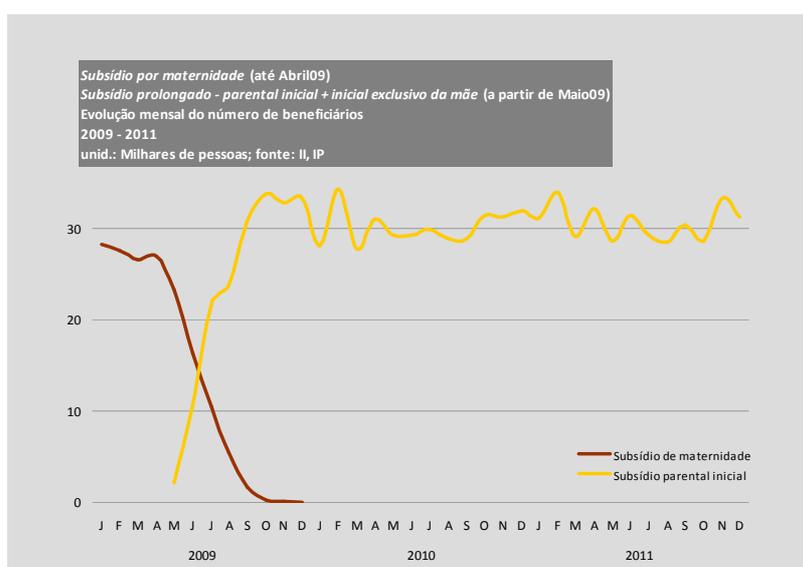
X.4.3.1. Número de beneficiários (2006-2011)

A transição do número de beneficiários do anterior âmbito da “maternidade” para a “parentalidade”, por introdução do novo diploma em 2009, ocorreu de forma gradual e alargada, refletindo-se ainda no decorrer de 2010, embora de forma mais residual. Já em 2011, foram titulares do *subsídio parental inicial* perto de 153 mil beneficiários, o que representou um acréscimo de +2,3% face a 2010. Refira-se que o forte crescimento no biénio anterior (+14,1%) refletiu ainda o alargamento do âmbito da medida.

No período 2006-2008, o número anual de titulares do subsídio de maternidade situou-se, em média, em cerca de 75 mil, com uma taxa de variação anual inferior a 4%, em termos absolutos.

Subsídio de Maternidade (2006-2009) Subsídio Parental Inicial (2009-2011) Número anual de beneficiários no período 2006-2011 Continente e Regiões Autónomas										
	2006	2007	2008	2009			2010			2011
	Subsídio de maternidade			Sub. mater.	Sub. parental inicial	Total	Sub. mater.	Sub. parental inicial	Total	Sub. parental inicial
				[1]	[2]	[1]+[2]	[1]	[2]	[1]+[2]	[1]+[2]
Beneficiários	73.114	75.298	75.128	50.194	80.752	130.946	361	149.012	149.373	152.856
Taxa variação (%)	-4,0	3,0	-0,2	-	-	-	-99,3	84,5	14,1	2,3%

Fonte: II, IP; **Notas:** o número anual de beneficiários corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano; dada a alteração de legislação a partir de 1 de maio de 2009 (DL n.º91/2009, de 9 de abril), que motivou o alargamento do âmbito do anterior subsídio de maternidade, a série de dados não é comparável, pelo que se discriminaram os respetivos dados físicos.



Mensalmente, pode constatar-se a relativa oscilação do número de beneficiários (ver gráfico), refletindo a irregularidade dos processamentos da despesa. No entanto, uma análise mais detalhada permite concluir que esse número parece compensar-se, contribuindo para uma relativa estabilidade do número de beneficiários.

No quadro seguinte é indicado o número de beneficiários que tiveram direito às novas prestações enquadradas na “parentalidade”. A forte variação no biénio 2010/09 traduz a deslocação progressiva dos titulares abrangidos para o âmbito do novo diploma, sendo que, por esse facto, a evolução registada não é diretamente interpretável.

Para além do *subsídio parental inicial*, destacam-se, nos subsídios enquadrados no Sistema Previdencial, o *subsídio para assistência a filho* (74,3 mil beneficiários em 2011) e o *subsídio por risco clínico durante a gravidez* (34,3 mil titulares, um número que cresceu 4,2% em 2011/10). Nos subsídios sociais (Subsistema Solidariedade), o *subsídio social parental inicial* absorveu a quase totalidade dos titulares, em número de 25,5 mil, ainda assim menos 10,8% do que no ano anterior.

Prestações no âmbito da parentalidade					
Número de beneficiários no Continente e RA's					
2009 - 2011					
	N.º beneficiários			Var. %	
	2009	2010	2011	2010/09	2011/10
Subsídios (Sist. Previdencial)					
Subsídio por risco clínico durante a gravidez	18.467	32.895	34.263	78,1	4,2
Subsídio por interrupção da gravidez	2.981	4.802	4.728	61,1	(1,5)
Subsídio por riscos específicos	80	186	211	132,5	13,4
Subsídio parental inicial	80.752	149.012	152.856	84,5	2,6
Subsídio parental alargado	1.214	2.179	2.415	79,5	10,8
Subsídio por adoção	217	353	368	62,7	4,2
Subsídio por adoção alargado	2	7	5	250,0	(28,6)
Subsídio para assistência a filho	41.048	75.673	74.312	84,4	(1,8)
Subsídio para assistência a filho com deficiência ou doença crónica	435	974	1.165	123,9	19,6
Subsídio por assistência a neto	36	62	70	72,2	12,9
Subsídios (Sub. Solidariedade)					
Subsídio social por risco clínico durante a gravidez	195	267	161	36,9	(39,7)
Subsídio social por interrupção da gravidez	52	56	38	7,7	(32,1)
Subsídio social por riscos específicos	2	1	1	(50,0)	0,0
Subsídio social parental inicial	15.309	28.569	25.492	86,6	(10,8)
Subsídio social por adoção	3	11	2	266,7	(81,8)

Fonte: II, IP; **Nota:** o número anual de beneficiários corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

X.4.3.2. Número de beneficiários do subsídio parental inicial, por período de licença escolhido (2009 - 2011)

No quadro seguinte é indicado o número de beneficiários do *subsídio parental inicial*, considerando o período de licença escolhido pelos progenitores.

Refira-se que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 12.º do DL n.º 91/2009, de 9 de abril, o *subsídio parental inicial* é concedido pelo período até 120 ou 150 dias consecutivos, consoante opção dos pais, cujo gozo podem partilhar após o parto, sem prejuízo dos direitos da mãe. Estes períodos são acrescidos de 30 dias consecutivos nas situações de partilha da licença, no caso de cada um dos progenitores gozar, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo de licença parental inicial exclusiva da mãe, correspondente a seis semanas após o parto.

Tal como referido num ponto de análise anterior, e de acordo com as alíneas a, b e c do artigo 30.º do diploma atrás indicado, no período correspondente à licença de 120 dias o montante diário é igual a 100% da remuneração

de referência do beneficiário, sendo que, no caso de *opção pelo período de licença de 150 dias*, o montante diário é igual a 80% da remuneração de referência do beneficiário. Pelo impacto direto na despesa, interessa por isso discriminar os respetivos dados físicos.

Prestações no âmbito da parentalidade
Desagregação do número de beneficiários do subsídio parental inicial e subsídio social parental inicial
Continente e RA's
2009 - 2011

N.º beneficiários

Subsídios (Sist. Previdencial)

	Subsídio parental inicial														
	Mãe					Pai					Exclusivo do pai				
	2009	2010	2011	Var 2010/09	Var 2011/10	2009	2010	2011	Var 2010/09	Var 2011/10	2009	2010	2011	Var 2010/09	Var 2011/10
120 dias	18.008	33.242	32.570	84,6	(2,0)	614	876	939	42,7	7,2	-	-	-	-	-
150 dias	24.191	48.668	50.473	101,2	3,7	599	743	672	24,0	(9,6)	-	-	-	-	-
10 dias facultativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.551	49.708	52.254	74,1	5,1
5 dias após parto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.530	56.954	60.585	69,9	6,4
5 dias primeiro mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.561	57.010	60.587	69,9	6,3

Subsídios (Sub. Solidariedade)

	Subsídio social parental inicial														
	Mãe					Pai					Exclusivo do pai				
	2009	2010	2011	Var 2010/09	Var 2011/10	2009	2010	2011	Var 2010/09	Var 2011/10	2009	2010	2011	Var 2010/09	Var 2011/10
120 dias	9.479	18.000	16.019	89,9	(11,0)	14	15	11	7,1	(26,7)	-	-	-	-	-
150 dias	1.792	3.230	2.703	80,2	(16,3)	11	11	3	0,0	(72,7)	-	-	-	-	-
10 dias facultativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.838	5.324	5.364	87,6	0,8
5 dias após parto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.780	6.509	6.294	72,2	(3,3)
5 dias primeiro mês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.729	6.560	6.357	75,9	(3,1)

Fonte: II, IP; **Nota:** o número anual de beneficiários corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

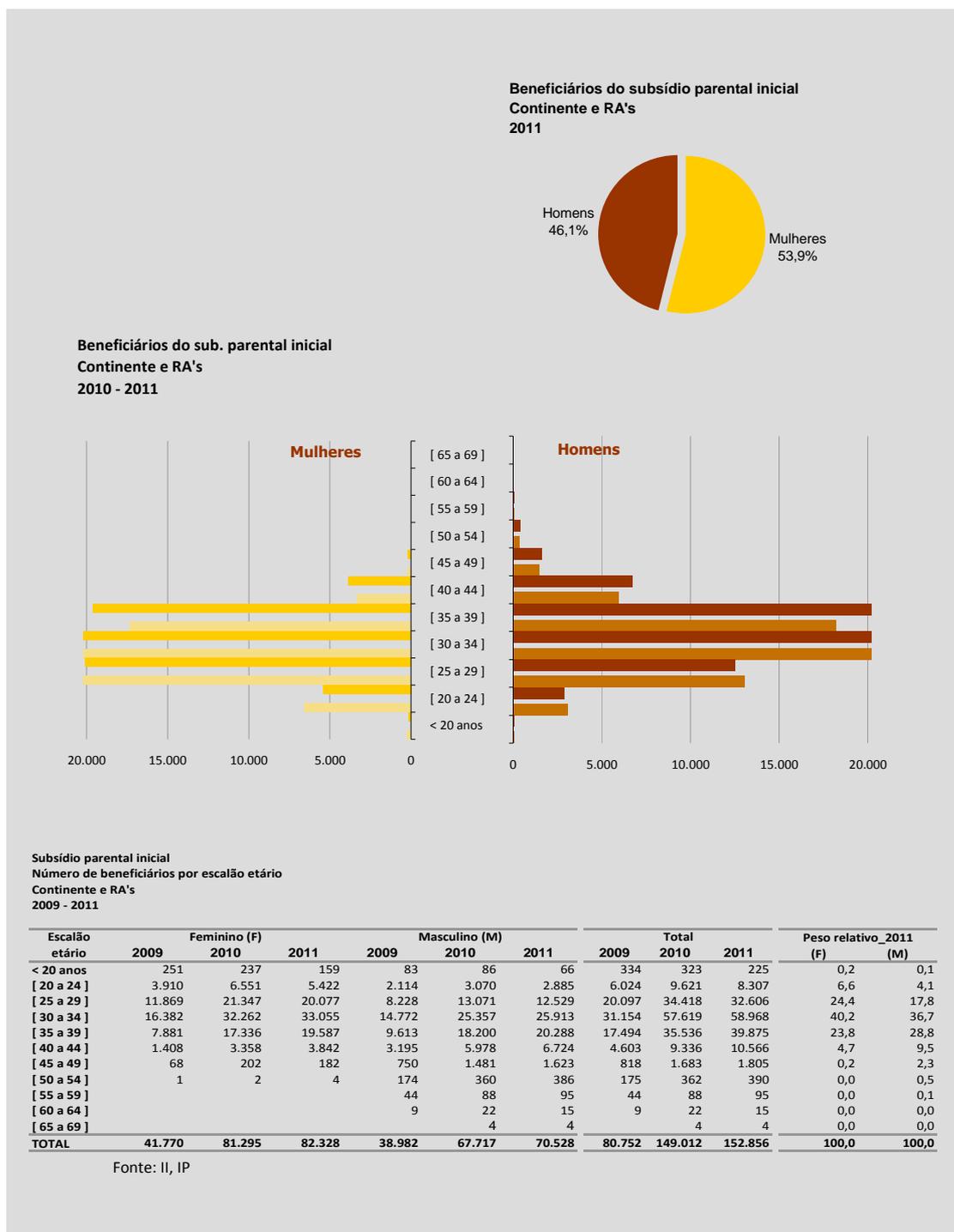
O quadro evidencia que, no *subsídio parental inicial*, a opção da mãe sobre o período de licença de 150 dias (50,5 mil mulheres em 2011) prevaleceu relativamente à opção dos 120 dias (32,6 mil), sendo que, no caso do *subsídio social parental*, esta relação ocorreu no sentido inverso e bastante mais reforçada (seis vezes mais).

X.4.3.3. Caracterização do número de beneficiários do subsídio parental inicial, por sexo e escalão etário (2009 - 2011)

O alargamento do âmbito das *prestações de parentalidade* é evidente em 2011, nomeadamente quando se efetua a desagregação do número de beneficiários do subsídio parental inicial por sexo.

Como se pode constatar no gráfico seguinte, embora a maioria dos beneficiários corresponda, como esperado, ao setor feminino (53,9%), o contingente masculino é já bastante representativo (46,1% do total), reforçando mesmo o peso relativo face ao ano anterior (45,4%).



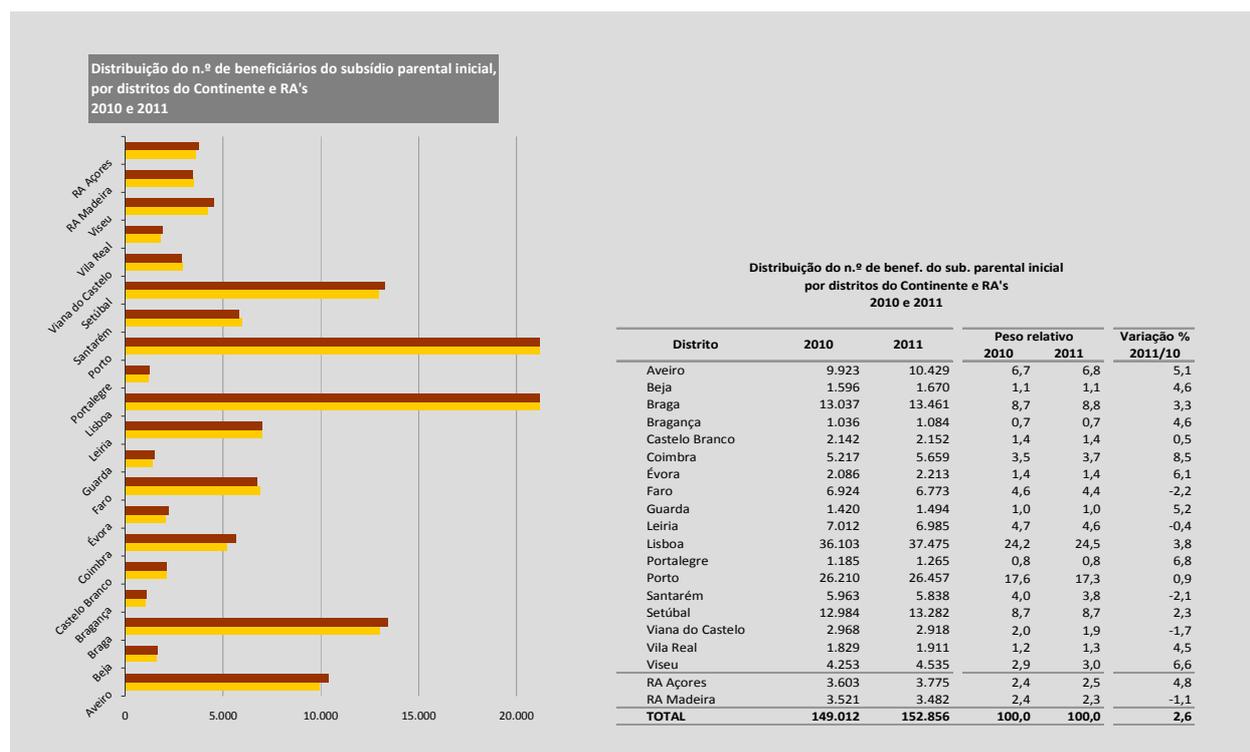


Na distribuição do número de beneficiários por escalão etário nos dois sexos, é visível a maior concentração dos beneficiários no setor feminino até aos 50 anos, sendo que, no setor masculino, se verificou uma maior dispersão dos beneficiários. Este facto resulta, obviamente, de fatores associados ao fenómeno da maternidade.

Para os dois sexos, verifica-se que, em 2011, cerca de 40% do número total de beneficiários a receber *subsídio parental inicial* se enquadrava no escalão etário dos "30-34 anos" (33,1 mil mulheres e 25,9 mil homens).

X.4.3.4. Número de beneficiários do subsídio parental inicial, por distritos do Continente e Regiões Autónomas (2010 e 2011)

A decomposição dos beneficiários do subsídio parental inicial por distritos do Continente e também nas RA's é apresentada no gráfico e quadro seguintes:



Fonte: II, IP; **Nota:** o número anual de beneficiários corresponde ao lançamento de pelo menos um dia no ano para o beneficiário, ou seja, ao número de ocorrências no ano.

Os distritos de Lisboa e do Porto destacam-se dos restantes distritos do país, pelo volume de beneficiários que concentraram (41,8% do total do país): em Lisboa, mais de 37 mil pessoas usufruíram do subsídio parental inicial em 2011, mais 11,0 mil do que no distrito do Porto (26,5 mil beneficiários). Os restantes distritos do país registaram um número de beneficiários que não ultrapassou os 14 mil.

Do conjunto, refiram-se ainda os distritos de Aveiro, Coimbra, Évora, Guarda, Portalegre e Viseu, pela variação positiva no biénio 2011/10, que superou os 5%.

Quanto às RA's da Madeira e dos Açores, estas assumiram, em 2011, um peso relativo de cerca de 2% no universo de beneficiários do *subsídio parental inicial* no país, com uma representatividade ligeiramente mais forte na RA dos Açores, devido à redução do número de beneficiários na RA da Madeira. Em termos absolutos, usufruíram do apoio, em cada uma dessas unidades territoriais, perto de 4 mil pessoas.

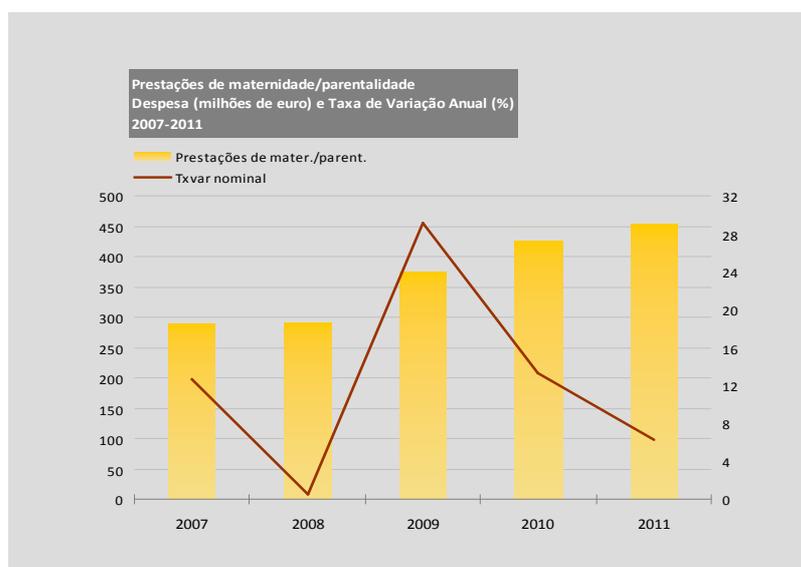
X.4.4. Despesa paga (2007-2011)

No último quinquénio, o crescimento nominal da despesa com prestações de parentalidade traduz sobretudo a introdução de novas prestações, nomeadamente os *subsídios sociais* a partir de 2008 e as *novas prestações de "parentalidade"* a partir de maio de 2009.

Nas figuras abaixo pode constatar-se que a introdução dos *subsídios sociais* aparentemente não se refletiu na evolução da despesa no biénio 2008/07 (+0,5%). Este facto deve-se a que os respetivos montantes foram compensados pela redução da despesa com *subsídios* pagos no âmbito do Sistema Previdencial, e que constituem o principal agregado da despesa. Em contrapartida, o forte crescimento da despesa no biénio 2009/08, perto de 30%, traduz o alargamento do âmbito pessoal e material das prestações de "parentalidade".

Nos dois últimos anos, a evolução da despesa manteve uma trajetória ascendente, no entanto, registou-se uma tendência de desaceleração. Em 2011, o montante despendido com prestações de "parentalidade" cifrou-se em 452,5 milhões de euro, mais 26,9 milhões do que em igual período do ano anterior (+6,3%).

Prestações de maternidade/parentalidade Despesa no período 2007-2011 (milhares de euro) Continente e Regiões Autónomas					
	2007	2008	2009	2010	2011
Prestações de mater./parent.	289.422,9	290.939,9	375.817,1	425.658,9	452.547,7
Taxa de variação (%)	12,6	0,5	29,2	13,3	6,3



Adicionalmente, refira-se um novo impacto a partir de 2010, por introdução da prova da "condição de recursos" (ver nota introdutória). Este efeito restritivo refletiu-se nas prestações atribuídas no âmbito do *Subsistema de Solidariedade*, nomeadamente nos *subsídios sociais*, sendo que a evolução da despesa nesta componente será analisada de forma mais detalhada no ponto de análise seguinte.

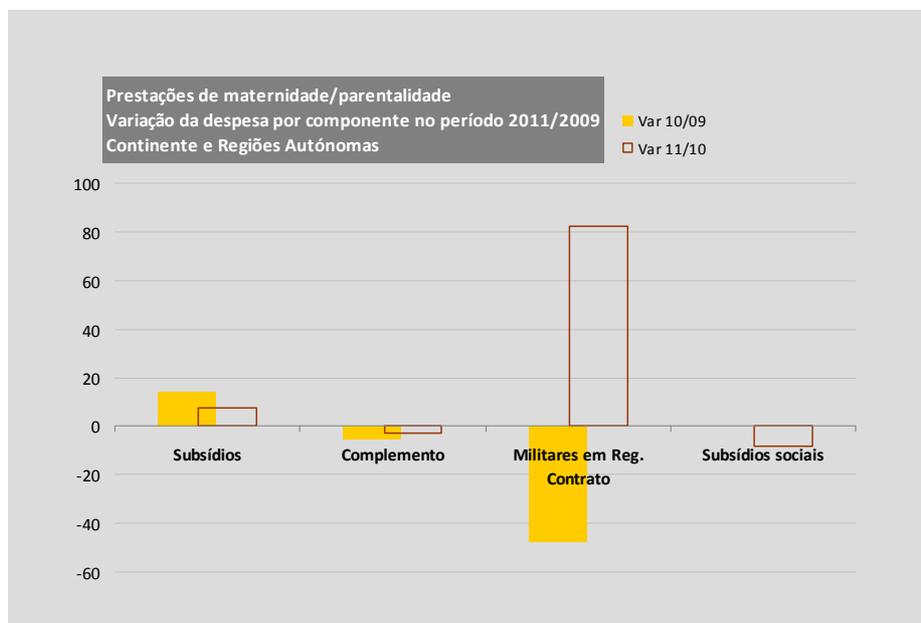
Acrescenta-se ainda que, do total da despesa em 2011, cerca de 803,2 milhares de euro reportou-se ainda a prestações pagas no âmbito do anterior diploma (0,2% do total).

X.4.5. Despesa paga por componente e por prestação (2008-2011)

Da despesa total com “parentalidade”, mais de 90% diz respeito ao pagamento de *subsídios* incluídos no Sistema Previdencial, uma percentagem que tem vindo a ser reforçada desde 2010. Isto mesmo se pode constatar no quadro seguinte, em que a despesa é desagregada por sistema de Segurança Social e tipo de prestação - *subsídios*, *subsídios sociais* e *complemento* (discrimina-se ainda a verba atribuída aos militares em Regime de Contrato, nos termos do Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio).

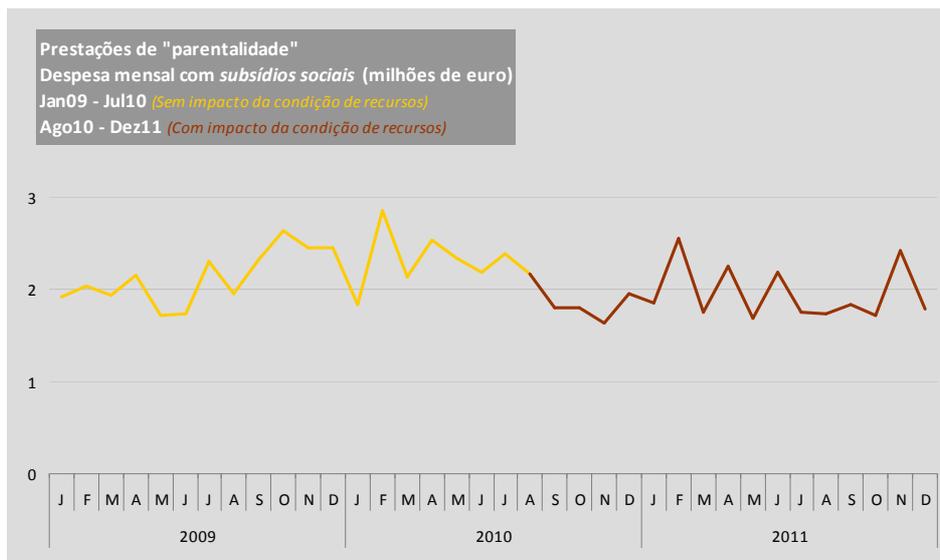
Proteção na parentalidade Despesa por componente no período 2008-2011 Continente e Regiões Autónomas		Despesa				Peso relativo				Var. %		
		2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011	09/08	10/09	11/10
		290.939.885	375.817.056	425.658.903	452.547.700	100,0	100,0	100,0	100,0	29,2	13,3	6,3
Subsídios	Sistema Previdencial	280.306.422	346.132.041	396.119.766	425.212.837	96,3	92,1	93,1	94,0	23,5	14,4	7,3
	Sistema de Proteção Social de Cidadania	10.633.463	29.685.015	29.539.137	27.334.863	3,7	7,9	6,9	6,0	0,7	0,0	-0,7
Complemento		2.928.239	4.091.106	3.886.361	3.765.371	1,0	1,1	0,9	0,8	39,7	-5,0	-3,1
Militares em Reg. Contrato		80.996	46.019	23.972	43.754	0,0	0,0	0,0	0,0	-43,2	-47,9	82,5
Subsídios sociais		7.624.226	25.547.892	25.628.804	23.525.737	2,6	6,8	6,0	5,2	235,1	0,3	-8,2

(eum) (percentagem)



A execução com a principal componente, os subsídios do “Previdencial”, atingiu em 2011 um valor superior a 400 milhões de euro, o que representou um crescimento de 7,3% face ao ano anterior. A desaceleração deste tipo de despesa face a anos anteriores reflete uma maior maturação das prestações introduzidas pelo novo diploma em 2009.

Nesse período, é ainda evidente a contenção da despesa com as prestações enquadradas no *Subsistema de Solidariedade*. Esta evolução traduz, entre outros fatores, a entrada em vigor do diploma referente à “condição de recursos, com efeito direto sobre a atribuição dos *subsídios sociais*. Em 2011 este foi já bastante significativo, devido ao impacto anual da medida, como se pode constatar no gráfico seguinte:



Em média, entre janeiro e julho de 2010 foram despendidos mensalmente 2,3 milhões de euro com *subsídios sociais*, sendo que a partir de agosto de 2010 até dezembro de 2011, por entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 70, de 16 de junho, este valor reduziu-se para 1,9 milhões. Pode por isso concluir-se que, em termos médios, o impacto da “condição de recursos” ao nível dos *subsídios sociais* representou uma diminuição mensal da despesa de cerca de 17%.

Quanto ao *complemento de parentalidade*, este representou apenas 0,8% do montante global despendido em 2011 (3,8 milhões de euro), menos 3,1% face ao ano anterior. Este facto confirma que a despesa com as prestações enquadradas no sistema não contributivo foi mais agravada comparativamente às do Sistema Previdencial. Refira-se ainda que a verba despendida no âmbito dos militares contrariou a evolução fortemente negativa dos dois últimos anos, atingindo em 2011 um valor muito próximo da execução de 2009, 43,8 milhares de euro.

A despesa executada em cada uma destas componentes, desagregadas por tipo de prestação, é indicada no quadro seguinte, destacando-se a cor “amarela” as prestações atribuídas no âmbito do novo diploma.

Do quadro, destaca-se, em 2011:

No âmbito do Sistema Previdencial,

- A representatividade do *subsídio parental inicial e exclusivo da mãe*, que consumiu mais de 60% da despesa total: 277,0 milhões de euro, mais 7,9% do que em 2010. Esta evolução segue em linha com o crescimento do número de beneficiários nesse período;
- O *subsídio parental inicial exclusivo do pai*, implementado pela primeira vez em 2009, assumiu já uma importância significativa de 9,7% na despesa total (43,8 milhões de euro), mais 0,3 pontos percentuais do que no ano anterior;
- Destaca-se ainda a despesa com *subsídio de risco clínico durante a gravidez*, no valor de 79,2 milhões de euro, isto é, 17,5% do montante global. Segundo dados do II, IP, o número de beneficiários deste subsídio atingiu os 34,3 mil em 2011.

Os restantes subsídios enquadrados neste Sistema apresentam níveis de despesa mais residuais, com uma importância relativa inferior a 3% do total.

**Protecção social na maternidade/parentalidade
Despesa por componente no período 2007-2011
Continente e Regiões Autónomas**

	2007	2008	2009	2010	2011	Peso relativo		Var. %	
						2010	2011	2010/09	2011/10
						100,0	100,0	13,3	6,3
Despesa total (em euros)	289.422.948,96	290.939.884,73	375.817.056,42	425.658.902,78	452.547.699,90	93,1	94,0	14,4	7,3
Subsídios	288.404.213,07	280.306.422,43	346.132.040,50	396.119.766,09	425.212.837,38				
Subsídio por maternidade	246.912.977,76	236.335.951,05	119.755.379,66	1.281.437,23	469.116,04	0,3	0,1	-98,9	-63,4
Subsídio por paternidade	10.099.141,45	10.451.864,02	4.848.370,76	80.558,53	74.494,24	0,0	0,0	-98,3	-7,5
Subsídio por adoção	1.025.885,95	950.362,35	324.405,95	13.871,08	8.965,00	0,0	0,0	-95,7	-35,4
Subsídio para assistência a menores ou deficientes	7.445.640,94	8.505.608,14	5.570.576,10	56.431,49	14.546,19	0,0	0,0	-99,0	-74,2
Subsídio parental para assistência a filho ou adotado	19.736.864,67	20.907.416,29	9.626.148,91	88.852,50	32.271,01	0,0	0,0	-99,1	-63,7
Subsídio p ^a assistência a def. profundos e doentes crónicos	2.007.997,30	1.847.491,92	1.598.720,76	478.962,91	169.426,16	0,1	0,0	-70,0	-64,6
Subsídio por faltas especiais dos avós	3.175,96	7.176,67	3.978,04	-	-	-	-	-	-
Subsídio por riscos específicos	940.358,30	720.189,83	451.798,33	9.978,29	5.768,28	0,0	0,0	-97,8	-42,2
Subsídio de gravidez	99.392,82	293.668,31	58.284,07	-	346,00	-	0,0	-	-
Subsídio de risco clínico durante a gravidez	-	-	37.271.167,18	73.853.774,68	79.218.356,10	17,4	17,5	98,2	7,3
Subsídio por interrupção de gravidez	-	-	2.065.321,52	3.586.460,25	3.606.590,26	0,8	0,8	73,7	0,6
Prolongado (parental inicial e exclusivo da mãe)	-	-	133.000.484,53	256.854.901,18	277.046.521,36	60,3	61,2	93,1	7,9
Parental inicial exclusivo do pai	-	-	22.267.433,06	40.002.710,68	43.801.441,23	9,4	9,7	79,6	9,5
Por impossibilidade do outro progenitor	-	-	218.553,99	131.606,04	273.619,78	0,0	0,1	-39,8	107,9
Subsídio parental alargado	-	-	617.343,92	1.629.008,42	1.612.469,70	0,4	0,4	163,9	-1,0
Subsídio por adoção	-	-	934.457,93	1.417.904,01	1.378.683,00	0,3	0,3	51,7	-2,8
Subsídio por riscos específicos	-	-	354.740,84	894.044,59	977.786,24	0,2	0,2	152,0	9,4
Subsídio por doença ou acidente	-	-	6.546.162,55	13.073.747,84	12.976.681,40	3,1	2,9	99,7	-0,7
Subsídio por deficiência ou doença crónica	-	-	578.791,39	2.577.806,01	3.475.969,31	0,6	0,8	345,4	34,8
Subsídio por assistência a neto	-	-	6.448,89	16.421,62	21.071,48	0,0	0,0	154,6	28,3
Outros	132.777,92	286.693,85	33.472,12	71.288,74	48.714,60	0,0	0,0	113,0	-31,7
Complemento	1.006.623,98	2.928.239,40	4.091.105,51	3.886.360,69	3.765.371,17	0,9	0,8	-5,0	-3,1
Complemento maternidade	1.006.623,98	2.928.239,40	1.977.876,37	19.428,76	6.824,07	0,0	0,0	-99,0	-64,9
Complemento de parentalidade	-	-	2.112.657,57	3.866.232,19	3.756.639,52	0,9	0,8	83,0	-2,8
Complementos sociais	-	-	571,57	605,99	1.907,58	0,0	0,0	6,0	214,8
Outros	-	-	-	93,75	-	0,0	-	-	-
Militares em Regime de Contrato	12.111,91	80.996,43	46.018,72	23.972,49	43.754,41	0,0	0,0	-47,9	82,5
Maternidade	10.985,91	80.996,43	45.725,62	19.437,29	39.383,21	0,0	0,0	-57,5	102,6
Paternidade	1.126,00	-	293,10	4.535,20	4.371,20	0,0	0,0	1.447,3	-3,6
Subsídios sociais	-	7.624.226,47	25.547.891,69	25.628.803,51	23.525.736,94	6,0	5,2	0,3	-8,2
Subsídio social de maternidade	-	7.562.852,09	11.472.565,76	69.453,02	19.088,76	0,0	0,0	-99,4	-72,5
Subsídio social de paternidade	-	57.030,38	62.893,54	1.429,40	440,80	0,0	0,0	-97,7	-69,2
Subsídio social de adoção	-	4.344,00	4.451,84	-	-	-	-	-	-
Subsídio social de risco clínico durante a gravidez	-	-	144.969,77	235.909,17	128.637,70	0,1	0,0	62,7	-45,5
Subsídio social por interrupção de gravidez	-	-	13.919,10	15.965,04	10.989,94	0,0	0,0	14,7	-31,2
Subsídio social parental inicial	-	-	13.837.754,83	25.294.215,28	23.360.604,58	5,9	5,2	82,8	-7,6
Subsídio social por adoção	-	-	4.024,80	10.824,40	2.683,20	0,0	0,0	168,9	-75,2
Subsídio social por riscos específicos	-	-	4.539,08	324,22	693,16	0,0	0,0	-92,9	113,8
Outros	-	-	2.772,97	682,98	2.598,80	0,0	0,0	-75,4	280,5

No âmbito do Subsistema de Solidariedade,

- *O subsídio social parental inicial* mantém a hegemonia – 23,4 milhões de euro, com uma representatividade de 5,2% na despesa global e de 99,3% na despesa total com subsídios sociais. Face a 2010, os valores registados da despesa diminuiram 7,6%;
- A despesa com *complemento* diminuiu 121,0 milhares de euro face a igual período do ano anterior, assumindo um valor total de 3,8 milhões de euro, ainda assim, um valor superior ao registado no período 2007-2008;
- Com valores residuais, a verba despendida com os militares em *Regime de Contrato* registou um crescimento significativo em 2011 (+82,5%), atingindo os 43,8 milhares de euro, um valor muito próximo da verba paga em 2009. Deste modo, foi invertida a trajetória de desaceleração da despesa que se tinha vindo a verificar desde o biénio 2009/08 com esta componente.

X.4.6. Decomposição da despesa – Continente e Regiões Autónomas

A decomposição da despesa com prestações por maternidade/parentalidade no Continente, por distritos, e nas Regiões Autónomas, assim como a respetiva variação no período 2011/2010, é apresentada nos gráficos seguintes.

De referir que se distinguiram os distritos em que se verificou uma redução da despesa (cor cinza) dos distritos em que se registou um acréscimo de despesa (cor amarela). Referenciam-se ainda os distritos em que se verificou a variação máxima da despesa (Beja) e mínima (Santarém).

Da decomposição do crescimento médio anual registado nas prestações por parentalidade no Continente, em 2011 relativamente ao período homólogo de 2010 (+6,2%), constata-se que:

- Os distritos de Castelo Branco, Faro, Leiria, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real apresentaram uma taxa de variação inferior à média do Continente, situando-se entre +1,2% (Santarém) e +5,7% (Porto);
- Os distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Guarda, Lisboa, Portalegre, Setúbal e Viseu apresentam uma taxa de variação superior à média do Continente, situando-se entre +6,3% (Lisboa) e +13,2% (Beja).

Observa-se ainda que:

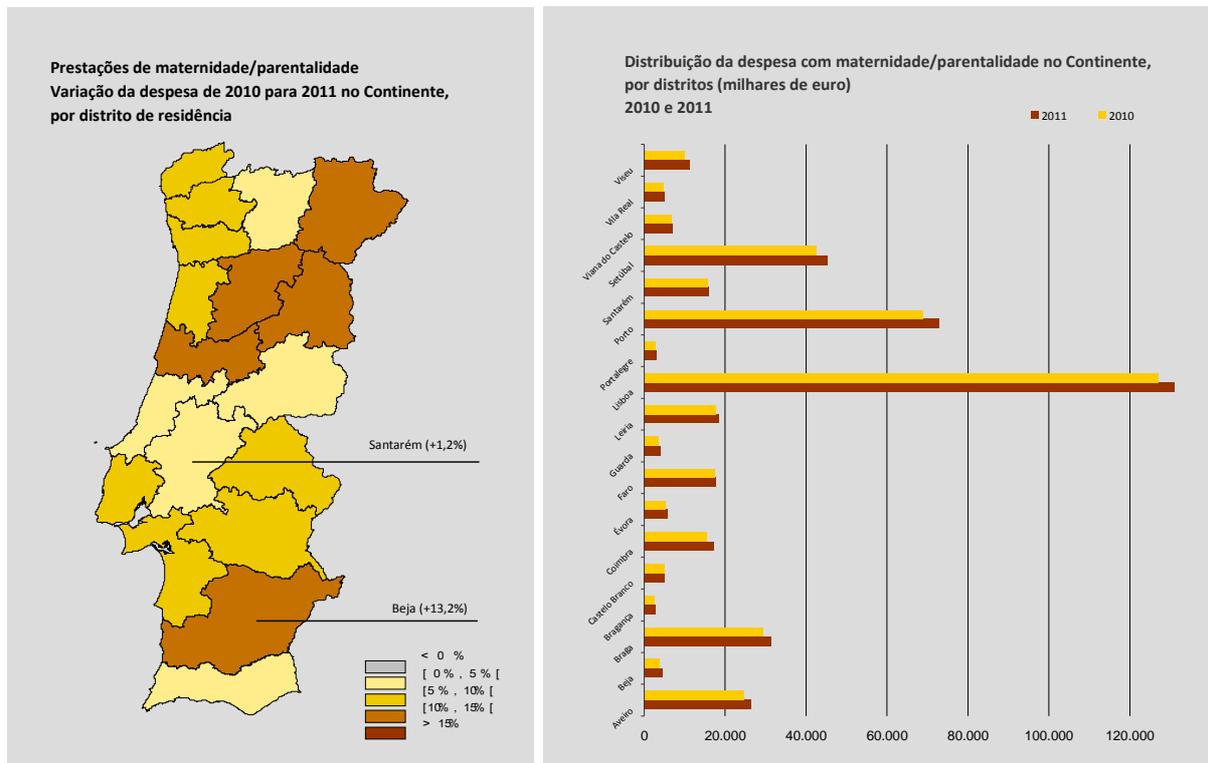
- O crescimento da despesa com prestações de parentalidade em 2011, no país, refletiu o aumento que se registou em todos os distritos do Continente, sendo que cinco registaram mesmo um acréscimo superior a 10% (Beja, Bragança, Coimbra, Guarda e Viseu);
- O distrito de Lisboa surge destacado dos restantes distritos, despendendo com estas prestações 135,2 milhões de euro, cerca de 31,5% do total da despesa no Continente (um valor idêntico a 2010 e inferior ao período 2007-2009: 36,7% em 2007, 33,5% em 2008 e 32,6 em 2009). O montante despendido em Lisboa representa mais 62 milhões do que o valor registado no Porto (72,8 milhões de euro).

Verifica-se ainda que os dois maiores distritos do país (Lisboa e Porto) registaram, em 2011, uma evolução positiva, na mesma ordem de grandeza (cerca de 6%). Tal como referido atrás, Lisboa registou uma despesa com “parentalidade” de mais 8,0 milhões de euro que em 2010 (+6,3%), sendo que o Porto despendeu com estas prestações um valor superior em 3,9 milhões de euro (+5,7%);

- No que concerne aos distritos de Aveiro, Braga e Setúbal, os valores despendidos ultrapassaram os 26 milhões de euro e não atingiram os 45 milhões de euro em 2011. Estes distritos apresentaram um crescimento nominal de +7,5%, +7,2% e +6,5% no biénio 2011/10, respetivamente;
- Os restantes distritos apresentaram uma despesa inferior a 19 milhões de euro, destacando-se o distrito de Leiria, que despendeu 18,5 milhões de euro (+3,3% do que em 2010);
- A despesa com prestações de “parentalidade” atingiu o valor mínimo em Bragança, perto de três milhões de euro em 2011, registando também um crescimento acima dos dois dígitos no biénio 2011/10 (+10,8%);

Prestações por Parentalidade

Varição da despesa de 2010 para 2011, no Continente (por distrito de residência) e RA's



Distribuição da despesa com prestações de mater/parent. no Continente, por distrito 2010-2011

(milhares de euro)

Distrito	2010	2011	Var. absoluta	Var %
Aveiro	24.648,6	26.485,2	1.836,6	7,5
Beja	3.934,4	4.453,4	519,0	13,2
Braga	29.344,5	31.471,0	2.126,5	7,2
Bragança	2.675,1	2.965,1	290,1	10,8
Castelo Branco	5.046,7	5.215,2	168,5	3,3
Coimbra	15.599,2	17.200,8	1.601,6	10,3
Évora	5.306,8	5.742,6	435,8	8,2
Faro	17.537,0	17.757,7	220,7	1,3
Guarda	3.538,0	3.981,7	443,8	12,5
Leiria	17.870,6	18.463,2	592,6	3,3
Lisboa	127.180,6	135.152,4	7.971,8	6,3
Portalegre	2.934,2	3.195,2	261,0	8,9
Porto	68.848,6	72.790,0	3.941,3	5,7
Santarém	15.685,5	15.869,6	184,1	1,2
Setúbal	42.586,2	45.350,5	2.764,2	6,5
Viana do Castelo	6.687,4	7.021,0	333,6	5,0
Vila Real	4.850,5	5.059,0	208,6	4,3
Viseu	10.062,3	11.301,1	1.238,8	12,3
TOTAL_Continente	404.336,2	429.474,8	25.138,6	6,2
RA dos Açores	10.872,1	12.117,6	1.245	11,5
RA da Madeira	10.450,6	10.955,3	505	4,8
TOTAL_RA's	21.322,7	23.072,9	1.750	8,2
TOTAL_País	425.658,9	452.547,7	26.889	6,3

- Relativamente às RA's da Madeira e dos Açores, estas evidenciaram uma despesa total de 23,1 milhões de euro em 2011, representando 5,1% do total da despesa no país, mais 0,1 pontos percentuais do que em 2010. Em 2011, a RA da Madeira despendeu com estas prestações 11,0 milhões de euro, mais 4,8% do que em 2010, sendo que a RA dos Açores aumentou em 11,5% a respetiva despesa, isto é, atingiu 12,1 milhões de euro. Nos Açores, o crescimento mais forte nos dois anos anteriores fez com que a despesa de "parentalidade" neste arquipélago superasse a registada na RA da Madeira, de modo ainda mais evidente em 2011;
- Para finalizar, refira-se que a execução da despesa com parentalidade no que diz respeito aos militares em *Regime de Contrato* registou valor em apenas dois distritos do Continente, nomeadamente em Lisboa e Braga, nos montantes de 18,1 e 25,7 milhares de euro, respetivamente.

X.5. – PRESTAÇÕES FAMILIARES

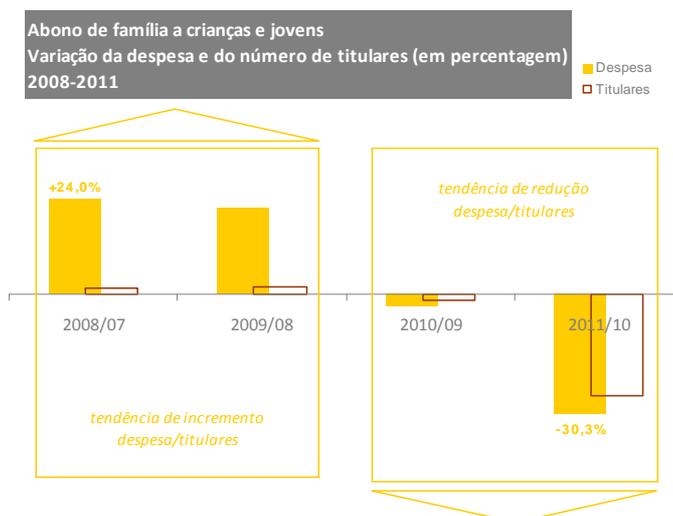
X.5.1. Enquadramento

Em 2011, a evolução da despesa no âmbito da proteção nos *encargos familiares* - no sentido da redução - traduziu ainda o impacto das medidas implementadas no decorrer de 2010, nomeadamente ao nível do abono de família.

As medidas, que se enquadraram sobretudo num esforço de otimização de recursos, dado o contexto macroeconómico do país, consistiram na prova obrigatória da “*condição de recursos*”²⁷ (a partir de agosto de 2010), na suspensão do pagamento do *montante adicional* para os escalões subsequentes ao primeiro²⁸ (em setembro), na eliminação do *aumento extraordinário de 25%* do abono de família no 1.º e 2.º escalões (também a partir de setembro) e, finalmente, na cessação da atribuição do *abono* aos 4.º e 5.º escalões de rendimento²⁹ (a partir de novembro do mesmo ano).

Já em 2011, a partir de janeiro, procedeu-se a uma alteração relativa às *bolsas de estudo*, no que diz respeito ao montante atribuído. Com efeito, o valor da bolsa passou a ser igual ao valor do “abono de família para crianças e jovens” que o aluno esteja a receber e não à duplicação do seu valor, tal como ocorreu até dezembro de 2010³⁰.

O impacto deste conjunto de medidas é evidenciado no gráfico seguinte, em que se representa a variação da despesa e do número de titulares abrangidos pelo abono no último quadriénio. Facilmente se conclui que, depois de uma trajetória de crescimento da despesa e de maior abrangência de titulares no período 2008-2009, se inverteu esta tendência nos dois anos seguintes. Dado que grande parte das medidas foi implementada apenas no último semestre de 2010, o seu impacto efetivo nesse ano foi ainda residual, sendo que em 2011 a quebra da despesa e do número de descendentes abrangidos ultrapassou já os dois dígitos.



²⁷ Nos termos do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho – estabelece regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação das condições de recursos;

²⁸ No âmbito do número 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 77/2010, de 24 de junho;

²⁹ Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de outubro - Elimina o aumento extraordinário de 25 % do abono de família nos 1.º e 2.º escalões, instituído pela Portaria n.º 425/2008, de 16 de junho, e cessa a atribuição do abono de família aos 4.º e 5.º escalões de rendimento, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto (institui o abono de família para crianças e jovens e define a proteção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de proteção familiar);

³⁰ Nos termos da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro Artigo 64.º, que alterou o disposto no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto. Com efeito, o artigo 15.º-B do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 11-G/2003, de 26 de outubro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 41/2006, de 21 de fevereiro, 87/2008, de 28 de maio, 245/2008, de 18 de dezembro, 201/2009, de 28 de agosto, 70/2010, de 16 de junho, e 77/2010, de 24 de junho, passou a ter a seguinte redação: «Artigo 15.º-B [...] O montante da bolsa de estudo é igual ao valor do abono de família para crianças e jovens que esteja a ser atribuído ao seu titular.»

X.5.2. Prestações incluídas nos encargos familiares

A proteção nos encargos familiares concretiza-se principalmente pela atribuição do *abono de família*, que representa mais de 83% da despesa total com prestações familiares, mas também pela concessão de apoios que visam proteger socialmente as *peçoas portadoras de deficiência e/ou em situação de dependência*. A atribuição do *subsídio de funeral* inclui-se ainda nestas prestações, como se pode constatar no quadro seguinte:

PRESTAÇÕES POR ENCARGOS FAMILIARES		
Abono de família	Abono de família pré-natal [1]	Com majoração nas <i>famílias monoparentais</i> [2]
	Abono de família a crianças e jovens	Com majoração nas <i>famílias mais numerosas</i> [3] Com majoração nas <i>famílias monoparentais</i> [2] Montante adicional (em Setembro) [4]
	Bolsa de estudo [5]	
Prestações por dependência e deficiência	Bonificação por deficiência [6]	Com majoração nas <i>famílias monoparentais</i> [2]
	Subsídio vitalício [7]	
	Subsídio por assistência de 3.ª pessoa [8]	
	Subsídio de educação especial [9]	
Subsídio de funeral	Subsídio de funeral	

[1] A partir de Setembro de 2007

[2] A partir de Julho de 2008, com retroactivos a Abril

[3] A partir de Outubro de 2007

[4] Alargado a todos os escalões de rendimento em 2009. Em 2010 foi suspenso o alargamento

[5] A partir do ano lectivo 2009/2010, abrangendo de forma progressiva o 10.º, 11.º e 12.º anos

[6] Acresce ao abono de família

[7] Ao qual acresce o complemento extraordinário de solidariedade

[8] Inclui a componente "crianças e jovens" e "adultos"

[9] Mantém-se em vigor o regime de protecção previsto no DL n.º 133/B/97, de 30 de Maio

O quadro explicita ainda as componentes incluídas em cada um dos três eixos, destacando-se - no *abono de família pré-natal*, *abono de família* e *bonificação por deficiência* - a atribuição de uma majoração a *famílias mais numerosas e/ou a famílias monoparentais*. Estas majorações foram introduzidas no final de 2007 e a partir de abril de 2008, respetivamente.

A componente mais recente do abono corresponde às *bolsas de estudo*, um apoio que surgiu em setembro de 2009, no início do ano escolar. Estas bolsas foram criadas com o objetivo de combater o abandono escolar, de melhorar a qualificação dos jovens em idade escolar, procurando ainda compensar os encargos acrescidos com a frequência obrigatória deste nível, ou equivalente, de ensino. Os apoios foram atribuídos de forma progressiva aos alunos do 10.º, 11.º e 12.º anos, desde que enquadrados nos dois escalões de rendimentos mais baixos do abono de família. Nesse sentido, a partir de setembro de 2011 passaram a estar incluídos, para efeito de atribuição das bolsas de estudo, os três anos do período complementar.

Pela sua importância relativa, o abono de família será seguidamente analisado de forma destacada, sendo que, num ponto posterior, se procederá à análise conjunta das restantes prestações familiares.

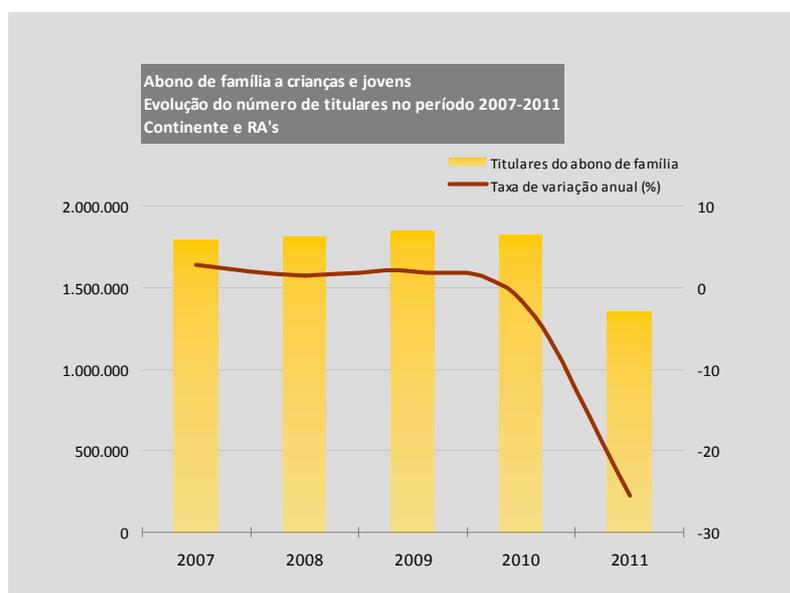
X.5.3. Número de titulares das prestações familiares

X.5.3.1. Abono de família a crianças e jovens

X.5.3.1.1. Número de titulares do abono de família no país: total, desagregado por escalões etários do titular e desagregado por escalão de rendimentos do agregado familiar

Número de titulares - total e por escalão etário

Em 2011 foram abrangidas pelo abono de família 1,4 milhões de crianças e jovens em todo o país. Este número, significativamente abaixo do valor registado em 2010 (-25,5%), representa uma redução de praticamente 500 mil efetivos face ao ano anterior, traduzindo diretamente o impacto restritivo das medidas legislativas implementadas em 2010 (ver capítulo introdutório). Nos últimos dois anos foi assim invertida a tendência de crescimento registada entre 2007 e 2009, conforme se pode visualizar no seguinte gráfico:



Fonte: II, IP; Nota: a estatística corresponde ao número de ocorrências no ano.

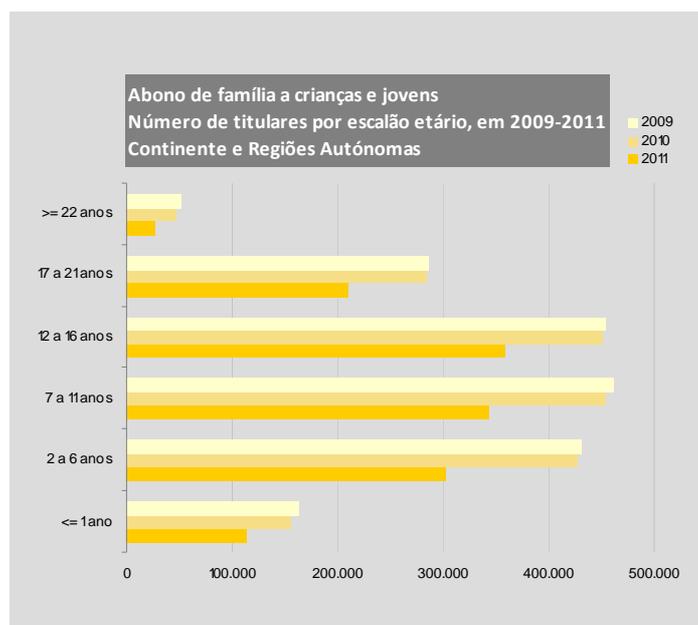
Evolução do número de titulares do abono de família no período 2007-2011 Continente e RA's					
	2007	2008	2009	2010	2011
Titulares do abono de família ⁽¹⁾	1.789.230	1.814.243	1.849.587	1.821.857	1.357.575
Taxa de variação anual		2,7	1,4	1,9	-1,5

⁽¹⁾ Corresponde ao número de ocorrências no ano

Evolução do número de titulares do abono de família no período 2008-2011 Continente e RA's					
		2008	2009	2010	2011
Desagregação por idade do descendente	Idade inferior a 1 ano	155.271	163.288	155.577	112.914
	Idade superior a 1 ano	1.658.972	1.686.299	1.666.280	1.244.661
Tx var. anual	i < 1ano	-	5,2	-4,7	-27,4
	i > 1ano	-	1,6	-1,2	-25,3
Peso relativo	i < 1ano	8,6	8,8	8,5	8,3
	i > 1ano	91,4	91,2	91,5	91,7

Fonte: II, IP

No quadro acima verifica-se ainda que, embora mais de 90% dos jovens titulares possua idade superior a 1 ano, a maior redução no biénio 2011/2010 ocorreu para os descendentes com idade inferior a 1 ano (-27,4%). Este facto tem particular impacto na despesa, uma vez que nesse escalão etário são atribuídos os montantes mais elevados do abono. Por exemplo, para os dois primeiros escalões de rendimento de referência do agregado familiar, os mais significativos em termos de volume - como se irá ver seguidamente - o montante do abono atribuído ao escalão etário “i < 1 ano” corresponde a mais de quatro vezes o fixado para o escalão “i > 1 ano”³¹. A distribuição do número de titulares do abono por escalão etário mais desagregado é a seguinte:



Abono de família a crianças e jovens Número de titulares por escalão etário, em 2009-2011								
	2009	2010	2011	Variação %		Peso relativo (%)		
				10/09	11/10	2009	2010	2011
<= 1 ano	163.288	155.577	112.914	-4,7	-27,4	8,8	8,5	8,3
2 a 6 anos	432.380	427.895	302.943	-1,0	-29,2	23,4	23,5	22,3
7 a 11 anos	462.074	454.369	343.373	-1,7	-24,4	25,0	24,9	25,3
12 a 16 anos	453.999	451.531	359.160	-0,5	-20,5	24,5	24,8	26,5
17 a 21 anos	285.929	285.364	211.245	-0,2	-26,0	15,5	15,7	15,6
>= 22 anos	51.917	47.121	27.940	-9,2	-40,7	2,8	2,6	2,1
Total	1.849.587	1.821.857	1.357.575	-1,5	-25,5	100,0	100,0	100,0

Fonte: II, IP; Nota: a estatística corresponde ao número de ocorrências no ano.

Sendo a distribuição idêntica para os dois sexos, constata-se a maior abrangência das crianças e jovens com idades compreendidas entre os 2 e os 16 anos (mais de 300 mil por escalão nesse intervalo). No total, estes concentram 1,0 milhões de descendentes em 2011, ainda assim, menos 328,3 mil do que em 2010. Pode constatar-se que esta diminuição resultou principalmente da redução verificada ao nível do escalão “2-6 anos”, que se traduziu em menos 125,0 mil descendentes face a 2010 (-29,2%). Os três escalões etários atrás referidos assumem, unitariamente, uma importância relativa superior a 22% no total de descendentes do país.

Do conjunto, destaca-se ainda a forte variação negativa do grupo de jovens inseridos no escalão “idade superior a 22 anos”, que registou uma redução de perto de 20 mil efetivos face ao ano anterior (-40,7%).

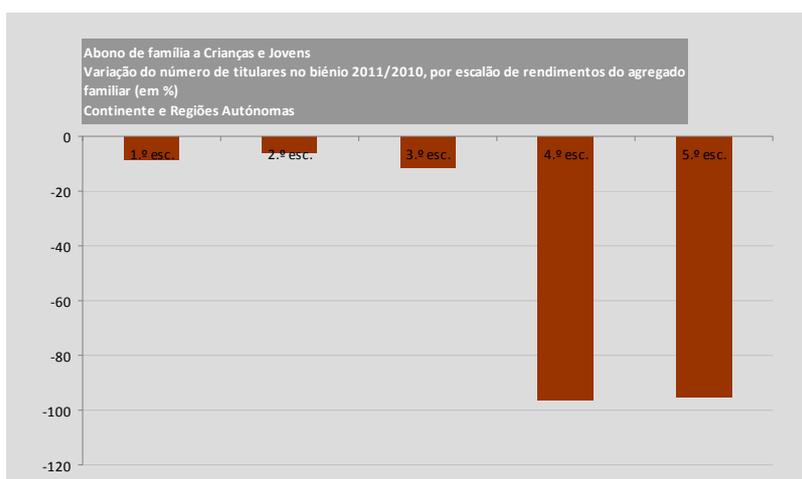
³¹ A partir de novembro de 2010, para o 1.º escalão: 140,76 euros (i < 12 meses) e 35,19 euros (i > 12 meses); para o 2.º escalão: 116,74 euros (i < 12 meses) e 29,19 euros (i > 12 meses).

Número de titulares - por escalão de referência do agregado familiar

Mais de metade do número de titulares do abono encontra-se enquadrado nos dois primeiros escalões de referência do agregado familiar, num valor total que ultrapassa um milhão (ver quadro seguinte). Estando repartido de forma idêntica pelos dois escalões, este número evoluiu de forma diferenciada no último triénio, fazendo com que, pela primeira vez em 2010 e 2011, o 2.º escalão incluisse o maior número de titulares.

O quadro evidencia ainda a forte redução do número de titulares no 4.º e 5.º escalões, refletindo a cessação do apoio a partir de novembro de 2010.

Número de titulares do abono de família por escalão de rendimentos do agregado familiar 2009-2010					
Escalões de rendimento	2009	2010	2011	Peso relativo 2011	Tx var. anual 2011/2010
1.º esc.	582.783	522.824	479.588	35,3	-8,3
2.º esc.	538.995	549.890	518.253	38,2	-5,8
3.º esc.	323.152	387.615	344.442	25,4	-11,1
4.º esc.	260.001	225.541	8.872	0,7	-96,1
5.º esc.	144.656	135.987	6.420	0,5	-95,3
Total	1.849.587	1.821.857	1.357.575	100,0	-25,5



Fonte: II, IP; Nota: a estatística corresponde ao número de ocorrências no ano.

X.5.3.1.2. Número de titulares do abono de família pré-natal, das majorações - famílias mais numerosas e famílias monoparentais - e do montante adicional (total e por escalão de rendimentos do agregado familiar)

Seguindo a tendência registada ao nível da prestação continuada, o *abono de família pré-natal* e o total das *majorações* registaram uma diminuição do número de titulares em 2011 (-29,1% e -3,6%, respetivamente, conforme os quadros seguintes). No entanto, uma análise mais detalhada permite concluir que, no caso de *pré-natal*, a redução resultou principalmente da componente relativa à “prestação” (-33,2%), uma vez que o menor agregado, relativo à “majoração monoparental”, viu reduzir os seus titulares em apenas 6,7%.

No caso das *majorações*, a componente “monoparental” foi a única a apresentar um crescimento em 2011/10, cujos titulares aumentaram 1,2% face a 2010. Ao nível da *majoração para famílias mais numerosas* ocorreu uma redução do número de titulares, que atingiu os 16,9% no último biénio.

Número de titulares do abono de família pré-natal, desagregado por componente					
Continente e Regiões Autónomas					
	2009	2010	2011	Tx var. %	
				2010/09	2011/10
Abono de família pré-natal					
Prestação	110.747	106.669	71.244	-3,7	-33,2
Majoração monoparental	13.897	19.291	18.004	38,8	-6,7
Total	124.644	125.960	89.248	1,1	-29,1
Número de titulares da majoração para famílias mais numerosas e da majoração monoparental, desagregado por componente					
Continente e Regiões Autónomas					
	2009	2010	2011	Tx var. %	
				2010/09	2011/10
Majoração para famílias numerosas					
Abono de família					
2.º titular	101.293	98.031	77.664	-3,2	-20,8
3.º titular e seguintes	35.430	34.904	32.766	-1,5	-6,1
	136.723	132.935	110.430	-2,8	-16,9
Majoração monoparental					
Abono de família					
Pré-natal	261.288	387.104	391.695	48,2	1,2
	13.897	19.291	18.004	38,8	-6,7
	275.185	406.395	409.699	47,7	0,8
Majorações - total	411.908	539.330	520.129	30,9	-3,6

Fonte: II, IP; Nota: a estatística corresponde ao número de ocorrências no ano.

Detalhando um pouco, verifica-se que, em 2011, beneficiaram de *majoração monoparental* – componente abono de família – cerca de 392 mil indivíduos, sendo que os titulares da *majoração para famílias mais numerosas* representaram apenas 110,4 mil. Nesta prestação, destaca-se a componente relativa à *integração de um 2.º titular* no agregado familiar, que representou, no último ano, 70,3% do total. Relativamente à variação do número de titulares das duas majorações, pode concluir-se que a *majoração monoparental* foi a única componente a crescer, embora apenas ligeiramente (+0,8%).

Para efeitos comparativos com a prestação continuada, o número de titulares destas prestações será seguidamente desagregado por escalão de rendimentos do agregado familiar.

Por análise dos quadros seguintes, torna-se evidente a maior incidência de titulares nos dois primeiros escalões, uma percentagem que é reforçada face à verificada no caso do abono de família (prestação continuada). Nas *famílias mais numerosas* e nas *famílias monoparentais* este facto é ainda mais destacado, sendo que esses dois escalões agregaram 80,5% e 85,2% do número total de titulares da prestação (88,9 e 333,6 mil descendentes, respetivamente).

Adicionalmente, salienta-se o crescimento do número de titulares das majorações monoparentais (componente relativa ao abono de família), sistematicamente acima dos 3%.

Abono de família					
Número de titulares em 2011, por escalão de rendimentos do agregado familiar					
Continente e Regiões Autónomas					
Escalões de rendimento do agregado familiar	Número de titulares				Montante adicional
	Abono pré-natal	Famílias numerosas	Famílias monoparentais (abono família)	Famílias monoparentais (pré-natal)	
1.º escalão	24.958	46.571	199.292	8.541	279.688
2.º escalão	26.040	42.307	134.265	5.614	269
3.º escalão	17.618	20.821	49.292	2.333	165
4.º escalão	1.600	461	5.935	1.088	81
5.º escalão	1.028	270	2.911	428	33
Total	71.244	110.430	391.695	18.004	280.236

Abono de família					
Taxa de variação % do número de titulares em 2011/10, por escalão de rendimentos do agreg. familiar					
Continente e Regiões Autónomas					
Escalões de rendimento do agregado familiar	Número de titulares				Montante adicional
	Abono pré-natal	Famílias numerosas	Famílias monoparentais (abono família)	Famílias monoparentais (pré-natal)	
1.º escalão	-20,4	-6,6	6,0	-6,7	-16,9
2.º escalão	-9,3	0,9	5,9	-2,3	-96,8
3.º escalão	-7,6	-3,9	3,9	0,6	-97,8
4.º escalão	-90,8	-96,1	-65,0	-29,2	-98,5
5.º escalão	-89,8	-96,5	-62,9	-19,5	-98,9
Total	-33,2	-16,9	1,2	-6,7	-22,3

Fonte: II, IP; Nota: a estatística corresponde ao número de ocorrências no ano.

Refira-se ainda que o número de titulares do montante adicional relativos ao 2.º - 5.º escalão correspondem a valores residuais, uma vez que, tal como referido anteriormente, em 2010 ocorreu suspensão deste apoio para os escalões subsequentes ao primeiro.

X.5.3.1.3. Bolsas de estudo – enquadramento e número de titulares

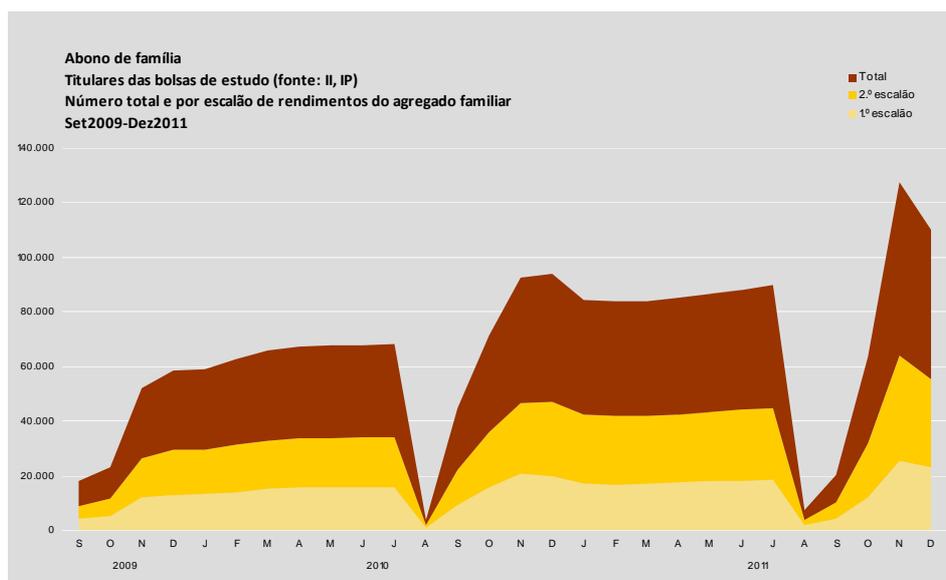
As *bolsas de estudo*³² incluíram, pela primeira vez em 2011 (a partir de setembro), os alunos inscritos no 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, depois de no ano letivo 2009/2010 terem sido atribuídas aos jovens que pela primeira vez se inscreveram no 10.º ano e de em 2010/2011 aos que se inscreveram no 10.º e 11.º anos³³.

A evolução do número de titulares das bolsas de estudo desde o início da atribuição do apoio, em setembro de 2009, até dezembro de 2011 encontra-se descrito no gráfico seguinte:

³² Correspondem a uma prestação pecuniária mensal, de concessão continuada, sendo que o respetivo montante é igual ao valor do *abono de família para crianças e jovens* que esteja a ser atribuído ao seu titular;

³³ Desde que enquadrados no 1.º ou do 2.º escalões de referência do abono de família, conforme o disposto no DL n.º 201/2009, de 28 de agosto.





O gráfico traduz a forte sazonalidade da atribuição das bolsas de estudo, decorrente do início de cada ano letivo. Com efeito, a redução do número de titulares em agosto denuncia o final do período escolar, ocorrendo uma gradual recuperação de processos nos meses seguintes, que inclui também o já referido alargamento do universo de atribuição do apoio. Este efeito é notório quando são comparadas as médias do número de titulares para os dois anos letivos (ver quadro seguinte).

Com efeito, a partir de setembro de 2011 tiveram direito às bolsas de estudo cerca de 40 mil jovens mensalmente, mais 5,8% do que a média mensal registada no ano letivo anterior (Set10 – Ago11). A evolução mensal do número de titulares é evidenciada no quadro seguinte, assim como a sua desagregação por escalão de rendimentos do agregado familiar.

Abono de família				
Número mensal de titulares das bolsas de estudo (total e por escalão)				
Set2009-Dez2011				
Fonte: II, IP				
		Esc. rend. (agreg. familiar)		Total
		1.º escalão	2.º escalão	
2009	Set	3.946	4.927	8.873
	Out	5.165	6.412	11.577
	Nov	11.923	14.104	26.027
	Dez	12.938	16.371	29.309
2010	Jan	13.157	16.233	29.390
	Fev	13.998	17.410	31.408
	Mar	15.001	17.892	32.893
	Abr	15.462	18.118	33.580
	Mai	15.575	18.161	33.736
	Jun	15.707	18.250	33.957
	Jul	15.767	18.337	34.104
	Ago	914	1.006	1.920
	Set	9.261	12.966	22.227
	Out	15.623	20.166	35.789
	Nov	20.779	25.534	46.313
	Dez	19.603	27.415	47.018
2011	Jan	17.020	25.193	42.213
	Fev	16.771	25.147	41.918
	Mar	16.975	24.918	41.893
	Abr	17.307	25.192	42.499
	Mai	17.763	25.581	43.344
	Jun	18.096	25.899	43.995
	Jul	18.529	26.363	44.892
	Ago	1.625	2.036	3.661
	Set	4.085	5.938	10.023
	Out	12.144	19.626	31.770
	Nov	25.415	38.475	63.890
	Dez	22.839	32.220	55.059
Média mensal	Set09-Ago10	11.629	13.935	25.565
	Set10-Ago11	15.779	22.201	37.980
	Set11-Dez11	16.121	24.065	40.186
Variação (ano lectivo)	2010/09	35,7%	59,3%	48,6%
	2011/10	2,2%	8,4%	5,8%

Ano lectivo :	
	2009/10
	2010/11
	2011/12

Pode concluir-se que o segundo escalão de rendimentos do agregado familiar concentra o maior número de titulares das bolsas de estudo atribuídas no âmbito do abono de família (cerca de 60%), correspondendo ainda ao escalão que registou a maior variação entre os dois anos letivos (+8,4%).

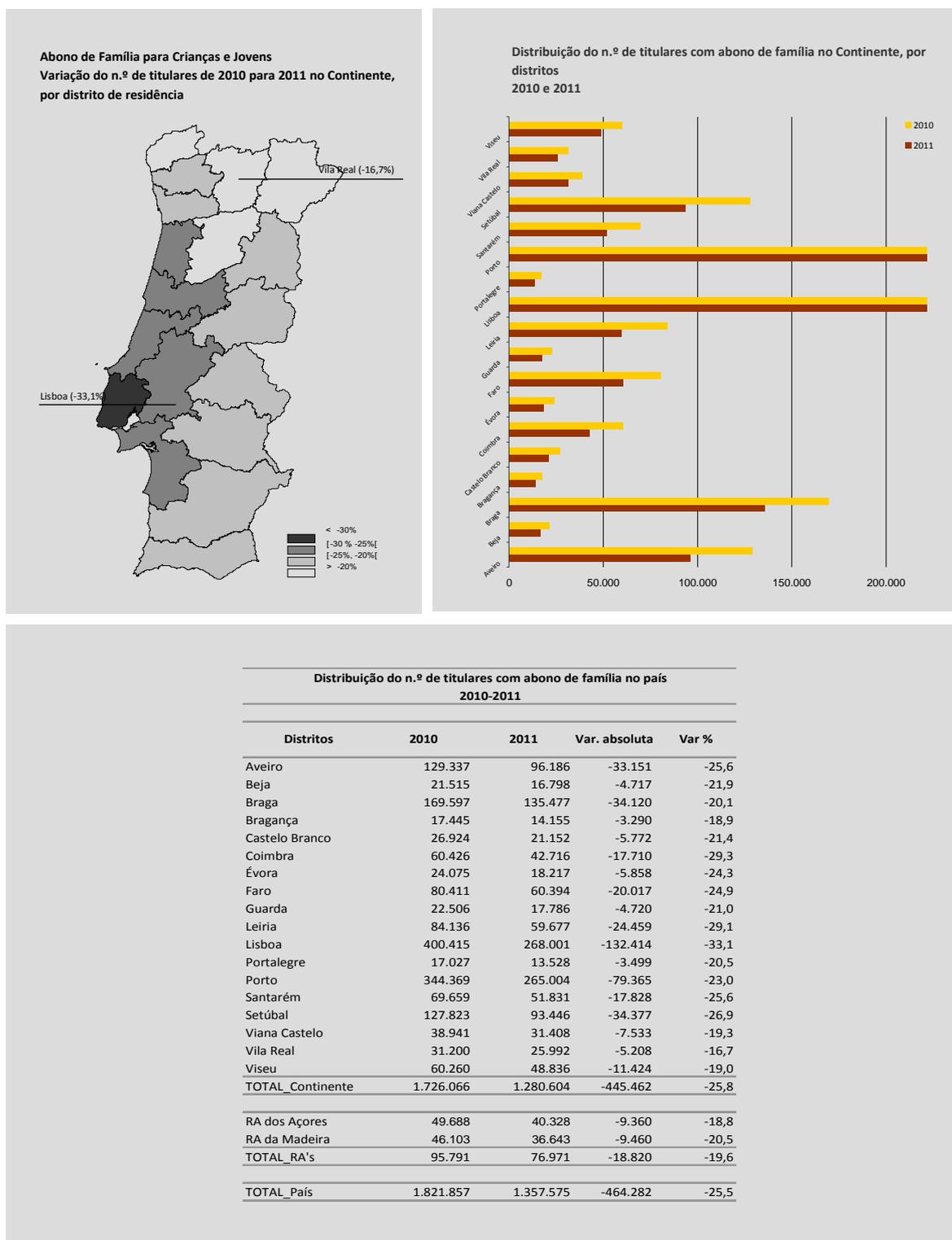
X.5.3.1.4. Variação do número de titulares por distrito do Continente e RA's

Por distritos do Continente e Regiões Autónomas, pode verificar-se que em todo o território nacional ocorreu uma diminuição do número de titulares do *abono de família a crianças e jovens*, como se pode constatar nos gráficos e quadro seguintes.

Do conjunto, destaca-se o distrito de Lisboa, por ter apresentado a maior redução do número de titulares do território nacional em 2011/10 (-33,1%), sendo abrangidos menos 132,4 mil jovens do que em igual período de 2010. Os restantes distritos do Continente apresentaram uma variação negativa que ultrapassou os dois dígitos, com uma incidência mais forte no centro e sul do país, e do litoral para o interior.



Nas Regiões Autónomas, o crescimento do número de descendentes do abono de família seguiu a tendência de redução do Continente, sendo no entanto inferior à média do Continente (menos 18,8% na RA dos Açores e menos 20,5% na RA da Madeira). O número total de titulares nos dois arquipélagos não atingiu os 80 mil.



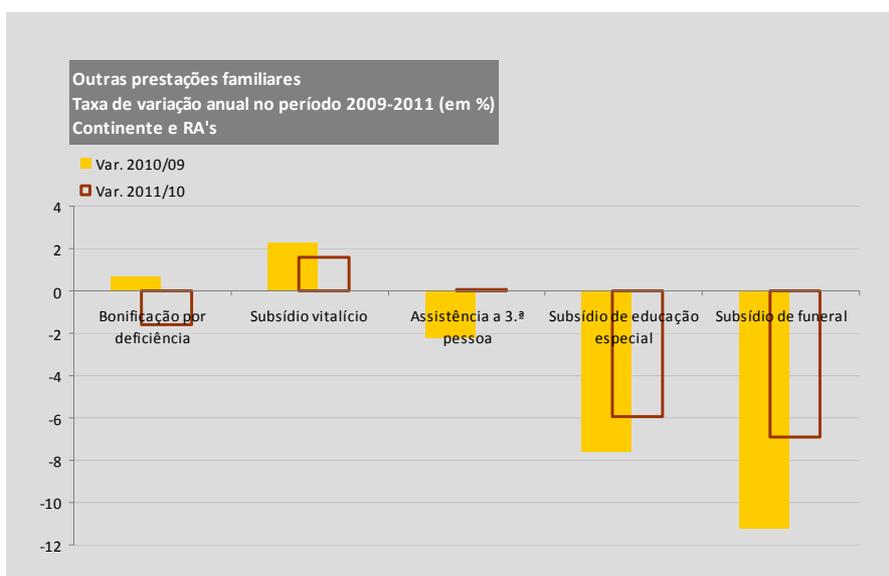
Fonte: II, IP; Nota: a estatística corresponde ao número de ocorrências no ano.

X.5.3.2. Outras prestações familiares

Das outras prestações familiares (se excluirmos o abono de família), a *bonificação por deficiência* é a mais significativa, com 81,2 mil titulares em 2011. As restantes – *subsídio vitalício*, *subsídio por assistência a terceira pessoa*, *subsídio de educação especial* e *subsídio de funeral* – evidenciaram um número de titulares na mesma ordem de grandeza, no entanto, inferior a 15 mil.

No biénio 2011/10 verificou-se uma redução do número de titulares na “bonificação por deficiência” (-1,6%) e, mais fortemente, na “educação especial” e subsídio de funeral (acima dos 6%). Nesta última prestação, a redução tem sido contínua no último triénio. Contrariando esta tendência, o subsídio vitalício e o subsídio por assistência a terceira pessoa atingiram taxas de crescimento positivas no último biénio, ainda assim em desaceleração face ao período anterior, no primeiro caso, e com uma ligeira recuperação, no segundo. Isto mesmo se pode visualizar no quadro e gráfico seguintes:

Outras prestações familiares Número de titulares e taxa de variação anual 2008-2011							
	2008	2009	2010	2011	Var 09/08	Var 10/09	Var 11/10
Bonificação por deficiência	72.694	81.934	82.520	81.189	12,7	0,7	-1,6
Subsídio vitalício	11.937	12.372	12.653	12.853	3,6	2,3	1,6
Assistência a 3.ª pessoa	12.815	13.477	13.175	13.187	5,2	-2,2	0,1
Subsídio de educação especial	10.176	13.371	12.356	11.620	31,4	-7,6	-6,0
Subsídio de funeral	19.312	18.156	16.111	14.997	-6,0	-11,3	-6,9
Total	107.622	121.154	120.704	118.849	12,6	-0,4	-1,5



Fonte: II, IP; Nota: a estatística corresponde ao número de ocorrências no ano.

X.5.4. Taxa de atualização anual das prestações familiares (2005 a 2011)

Decorrente da conjuntura nacional, em 2010 e 2011 não ocorreu atualização anual das prestações, mantendo-se em vigor os montantes atribuídos durante o ano de 2009. Refira-se que, a partir de novembro de 2010, os valores relativos ao primeiro e segundo escalão de rendimentos foram alterados, por eliminação do aumento

extraordinário de 25%³⁴, nos termos do Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de outubro. Para além desta alteração, evidenciada no quadro seguinte, destaca-se ainda, a partir da mesma data, a cessação do abono para o 4.º e 5.º escalões, nos termos do mesmo diploma.

Analisando o montante atribuído por escalão e idade do descendente pode concluir-se que a diferenciação da taxa aplicada aos diferentes escalões de rendimentos beneficia os escalões de menores rendimentos. Esta distinção tem como base o *princípio da diferenciação positiva* das prestações face às situações consideradas de maior vulnerabilidade e risco. São assim concretizadas as prioridades sociais definidas ao nível das situações de maior carência económica, de deficiência e de dependência.

Resta referir os critérios de atualização do *subsídio vitalício* e do *subsídio por assistência de terceira pessoa*, sendo que enquanto o *subsídio mensal vitalício* acompanha a percentagem de atualização adotada para a pensão social, o valor fixado para o *subsídio por assistência de terceira pessoa* baseia-se no valor correspondente ao 1º grau do complemento por dependência atribuído aos pensionistas do regime geral.

ATUALIZAÇÃO DAS PRESTAÇÕES FAMILIARES															
2005 a 2011															
Escalão rend. do agregado familiar	Escalão etário do descendente	2005	2006	2007	2008	2008	2009	2010	2011	Taxa de actualização					
										2006/05	2007/06	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
						(Actualização extraordinária)									
											(Eliminação do aumento extraordinário)				
												(a)			
PRESTAÇÕES POR ENCARGOS FAMILIARES															
<i>Abono de família para crianças e jovens - montante mensal por descendente (euros)</i>															
1.º Escalão						A partir de Julho		A partir de Novembro							
	i ≤12 meses	123,00	126,69	130,62	135,84	169,80	174,72	140,76	140,76	3,0%	3,1%	4,0%	2,9%	-19,4%	0,0%
	i >12 meses	30,75	31,67	32,65	33,96	42,45	43,68	35,19	35,19	3,0%	3,1%	4,0%	2,9%	-19,4%	0,0%
2.º Escalão															
	i ≤12 meses	102,50	105,58	108,85	112,66	140,83	144,91	116,74	116,74	3,0%	3,1%	3,5%	2,9%	-19,4%	0,0%
	i >12 meses	25,63	26,40	27,22	28,17	35,21	36,23	29,19	29,19	3,0%	3,1%	3,5%	2,9%	-19,4%	0,0%
3.º Escalão															
	i ≤12 meses	82,00	84,46	87,08	89,69	-	92,29	92,29	92,29	3,0%	3,1%	3,0%	2,9%	0,0%	0,0%
	i >12 meses	23,58	24,29	25,04	25,79	-	26,54	26,54	26,54	3,0%	3,1%	3,0%	2,9%	0,0%	0,0%
4.º Escalão															
	i ≤12 meses	51,25	52,43	53,79	55,13	-	56,45	n.a.	n.a.	2,3%	2,6%	2,5%	2,4%	n.a.	n.a.
	i >12 meses	20,50	20,97	21,52	22,06	-	22,59	n.a.	n.a.	2,3%	2,6%	2,5%	2,4%	n.a.	n.a.
5.º Escalão															
	i ≤12 meses	30,75	31,46	32,28	33,09	-	33,88	n.a.	n.a.	2,3%	2,6%	2,5%	2,4%	n.a.	n.a.
	i >12 meses	10,25	10,49	10,76	11,03	-	11,29	n.a.	n.a.	2,3%	2,6%	2,5%	2,4%	n.a.	n.a.
<i>Subsídio de funeral (montante único)</i>		191,87	197,63	203,76	208,85	-	213,86	n.a.	n.a.	3,0%	3,1%	2,5%	2,4%	n.a.	n.a.
PRESTAÇÕES POR DEFICIÊNCIA E DEPENDÊNCIA - montante mensal por beneficiário (euros)															
<i>Bonificação por deficiência</i>															
	até aos 14 anos	52,34	53,91	55,88	57,80	-	59,48	59,48	59,48	3,0%	3,7%	3,4%	2,9%	0,0%	0,0%
	dos 14 aos 18 anos	76,22	78,51	80,94	84,18	-	86,62	86,62	86,62	3,0%	3,1%	4,0%	2,9%	0,0%	0,0%
	dos 18 aos 24 anos	102,04	105,10	108,36	112,69	-	115,96	115,96	115,96	3,0%	3,1%	4,0%	2,9%	0,0%	0,0%
<i>Subsídio mensal vitalício</i>		155,53	160,20	165,17	171,78	-	176,76	176,76	176,76	3,0%	3,1%	4,0%	2,9%	0,0%	0,0%
<i>Sub. por assist. de 3.ª pessoa</i>		77,77	80,10	82,58	85,88	-	88,37	88,37	88,37	3,0%	3,1%	4,0%	2,9%	0,0%	0,0%

NOTAS:

Os valores reportam-se a 1 de Janeiro de cada ano, com excepção da actualização extraordinária do abono (para o 1.º e 2.º escalões de rendimento) em Julho/2008 e da respectiva eliminação em 2010 (a partir de Novembro);

(a) Nos termos da Portaria n.º 1113/2010, de 28 de Outubro – Fixa os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e das respectivas majorações do segundo titular e seguintes e situações de monoparentalidade.

n.a. -> não aplicável

³⁴ Instituído pela Portaria nº 425/2008, de 16 de junho

X.5.5. Despesa com prestações familiares

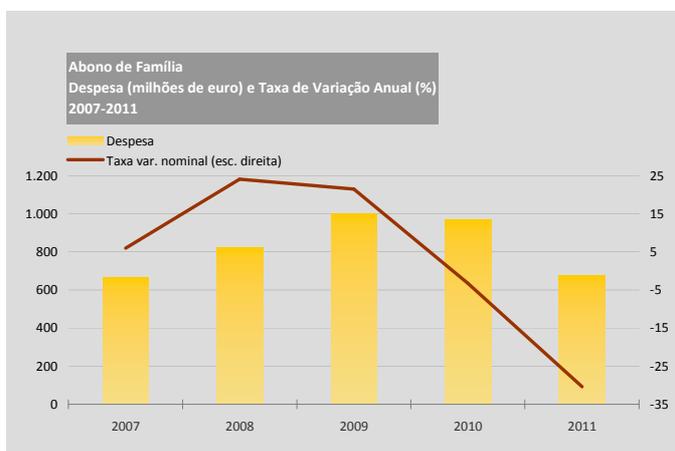
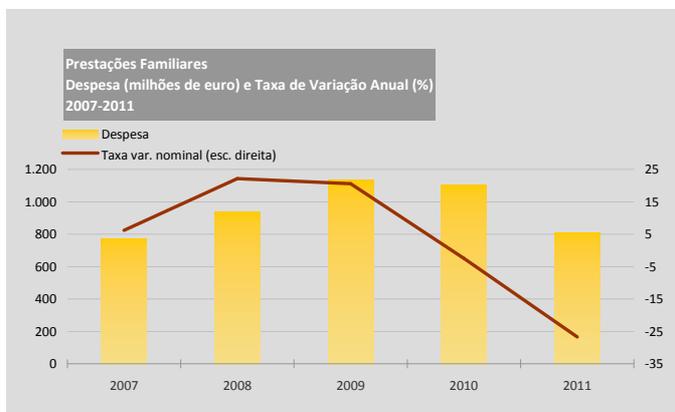
X.5.5.1. Total e por prestação familiar

Em 2011, a despesa com prestações familiares atingiu, pela primeira vez desde 2009, um valor inferior a 1 mil milhão de euro (812,0 milhões), situando-se num valor muito próximo do registado em 2007 (ver gráficos laterais).

A forte redução da despesa face ao ano anterior (-26,7%) traduziu o decréscimo nos montantes despendidos em praticamente todas as prestações familiares, com exceção do subsídio vitalício (ver quadros infra).

Do conjunto das prestações, destaca-se a evolução negativa registada na componente “abono de família”, que constitui o principal agregado da despesa (83,1% do total), e cujo valor decresceu 30,3% em 2011. O reforço da tendência de redução da despesa face ao ano anterior traduz o impacto anual da implementação de medidas restritivas em 2010, nomeadamente a obrigatoriedade da prova da “condição de recursos”, a suspensão do alargamento do *montante adicional*, a eliminação do *aumento extraordinário ao 1.º e 2.º escalões* (25%) e ainda a cessação do pagamento do *abono ao 4.º e 5.º escalões de rendimento do agregado familiar*.

Das restantes prestações familiares, seguiram ainda uma tendência de contração na despesa a “*bonificação por deficiência*” (-2,8%), o “*subsídio por assistência de terceira pessoa*” (-0,9%), o “*subsídio de educação especial*” (-3,5%) e o “*subsídio de funeral*” (-5,7%). Destaque para a bonificação, uma vez que a redução da despesa surge pela primeira vez no último quinquénio.

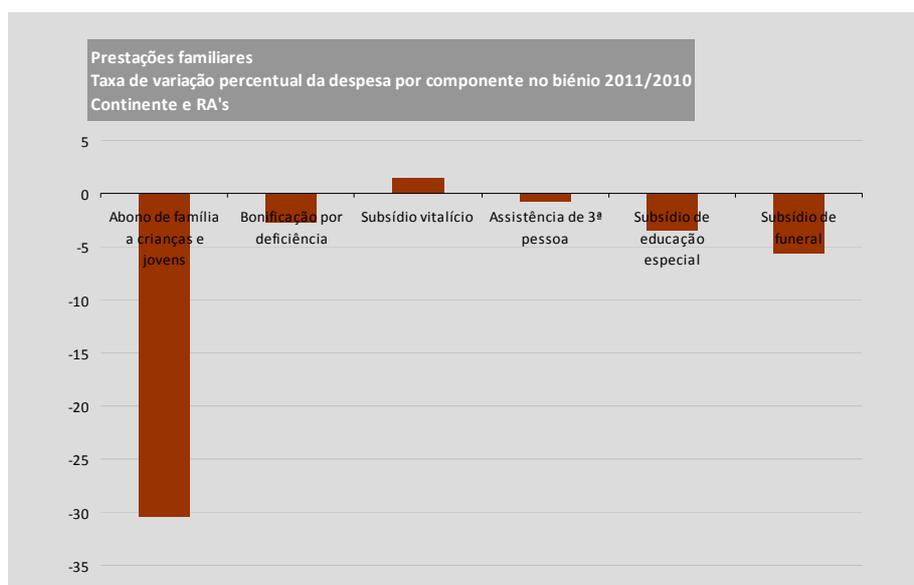


Prestações Familiares Despesa no período 2007-2011 (milhares de euro) Contínente e Regiões Autónomas					
	2007	2008	2009	2010	2011
Abono de família a crianças e jovens ⁽¹⁾	663.964,5	823.266,5	1.000.023,8	968.199,1	674.385,9
Bonificação por deficiência	49.405,6	55.489,9	66.998,5	70.851,6	68.873,2
Subsídio vitalício	25.217,3	27.346,2	28.845,1	29.304,5	29.722,3
Assistência de 3ª pessoa ⁽²⁾	11.791,3	12.504,1	13.515,5	13.498,1	13.382,8
Subsídio de educação especial	17.862,0	20.349,5	23.678,9	23.163,6	22.349,7
Subtotal	768.240,7	938.956,2	1.133.061,9	1.105.016,8	808.713,9
Subsídio de funeral	3.780,8	3.807,0	3.922,7	3.506,8	3.308,1
TOTAL	772.021,5	942.763,2	1.136.984,5	1.108.523,6	812.022,1

⁽¹⁾ Inclui: o *montante adicional*, *abono pré-natal* e *majorações* a partir de 2007; as *bolsas de estudo* a partir de 2009. A despesa com abono encontra-se desagregada por componente no ponto de análise seguinte; ⁽²⁾ Inclui crianças, jovens e adultos.

Taxa de variação da despesa com prestações familiares no Continente e RA's 2011/2007					
	Taxa variação anual				
	2007/06	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
Abono de família a crianças e jovens ⁽¹⁾	6,0	24,0	21,5	-3,2	-30,3
Bonificação por deficiência	10,0	12,3	20,7	5,8	-2,8
Subsídio vitalício	11,3	8,4	5,5	1,6	1,4
Subsídio por assistência de 3ª pessoa ⁽²⁾	6,0	6,0	8,1	-0,1	-0,9
Subsídio de educação especial	-2,3	13,9	16,4	-2,2	-3,5
Subtotal	6,2	22,2	20,7	-2,5	-26,8
Subsídio de funeral ⁽²⁾	0,9	0,7	3,0	-10,6	-5,7
TOTAL	6,2	22,1	20,6	-2,5	-26,7

⁽¹⁾ Inclui: o *montante adicional*, *abono pré-natal* e *majorações* a partir de 2007; as *bolsas de estudo* a partir de 2009. A despesa com abono encontra-se desagregada por componente no ponto de análise seguinte; ⁽²⁾ Inclui crianças, jovens e adultos.



Contrariando esta evolução, o “subsídio vitalício” consumiu mais verba em 2011 (+1,4%), seguindo em linha com a evolução do número de beneficiários no mesmo período (+1,6%). No entanto, verificou-se uma tendência de desaceleração consecutiva desde 2007.

Em síntese, da decomposição da despesa com prestações familiares observa-se que os pagamentos realizados no âmbito de(o):

- Abono de família a crianças e jovens, representando, em 2011, cerca de 83% do total da despesa com prestações familiares (ver gráfico seguinte), atingiram os 674,4 milhões de euro, isto é, menos 30,3% do que no ano anterior. Para esta redução da despesa contribuiu, entre outros, a seguinte conjugação de efeitos:

Um **efeito volume**, pela:

1. Diminuição do número de descendentes/titulares do *abono de família a crianças e jovens* (-25,5%);
2. Redução do número de beneficiários do *abono de família a crianças e jovens* com idade inferior a 1 ano (-27,4%);

3. Diminuição do número de beneficiários da *majoração para famílias numerosas* (-16,9%) e pelo aumento da *majoração para famílias monoparentais* (+0,8%);
4. Menor abrangência de beneficiários a receber *montante adicional*, por suspensão do apoio aos seguintes escalões de rendimento do agregado familiar: 2.º ao 5.º (-22,3%);
5. Alargamento do universo de atribuição das *bolsas de estudo* ao 12.º ano - a partir de setembro, por início do novo ano letivo (+5,8%).

Um **efeito preço**, resultante:

1. Da não atualização do valor do abono em 2011;
2. Da eliminação do *aumento extraordinário de 25%* para o primeiro e segundo escalões de rendimentos do agregado familiar (ver ponto de análise anterior).

➤ *Outras prestações familiares*

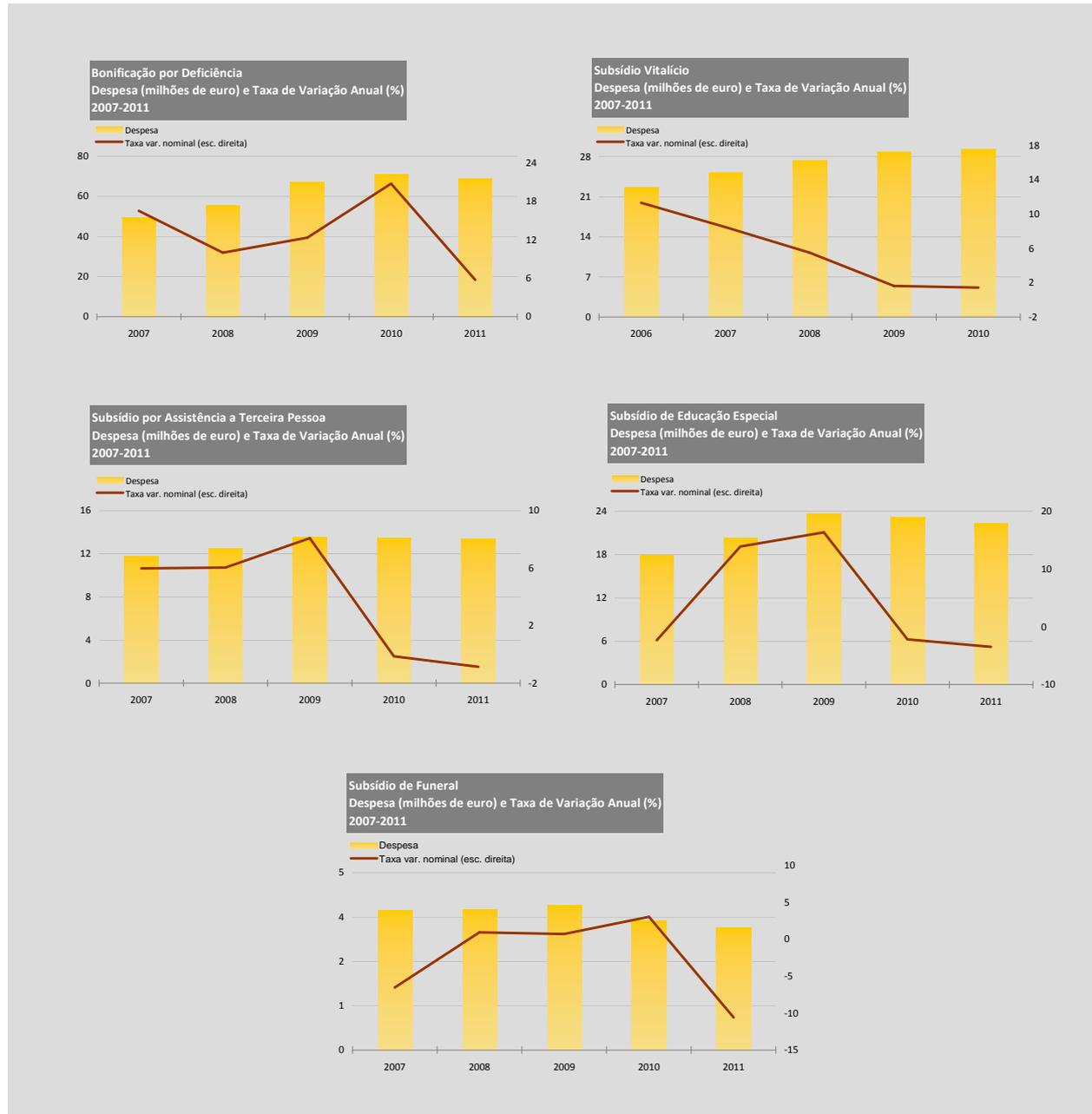
- *Bonificação por deficiência*: a despesa total atingiu os 68,9 milhões de euro em 2011. Corresponde à segunda prestação com maior peso relativo no total das prestações familiares (8,5%, um peso relativo significativamente acima dos anos anteriores), sendo que, pela primeira vez desde 2007, se operou uma redução da despesa anual com esta prestação (-2,8%). Este decréscimo reflete naturalmente o efeito da diminuição do número de beneficiários (-1,6%).

A *bonificação* é atribuída em montantes diferenciados, de acordo com o escalão etário do beneficiário, sendo que estes não registaram atualização anual desde 2009: *até aos 14 anos* os jovens tiveram direito a 59,48 euros, *entre os 14 e os 18 anos* a um montante de 86,62 euros e *entre os 18 e os 24 anos* a um valor superior a 100 euros (115,96);

- *Subsídio vitalício*, atingiu no país 29,7 milhões de euro em 2011, mais 1,4% do que em 2010, representando uma tendência de desaceleração que já se fazia sentir desde 2007. Em 2011, este subsídio aumentou em 1,1 pp. o seu peso relativo no total da despesa com prestações familiares (+3,7%). Também o aumento da despesa reflete designadamente o aumento do número de beneficiários desta prestação (+1,6%), uma vez que não ocorreu a atualização anual do valor da prestação (que se manteve nos 176,76 euros);
- A despesa com *assistência de terceira pessoa* não ultrapassou os 13,4 milhões de euro em 2011, um valor inferior em 0,9% face ao ano anterior. Esta variação reflete não só a relativa estabilização do número de beneficiários (+0,1%), como também a não atualização da prestação (que se manteve em 88,37 euros). Mais de 70% da despesa com esta prestação foi despendida com a componente “crianças e jovens” (9,4 milhões de euro), sendo que foram pagos 4,0 milhões com a componente “adultos”;
- O *subsídio de educação especial* reforçou, em 2011, a tendência de redução da despesa que se verificou no biénio anterior (-3,5%), sendo que a despesa total não atingiu os 22,4 milhões nesse ano. Este facto traduz uma redução do montante médio atribuído por beneficiário, assim como uma redução do número de titulares (-6,0%);
- A despesa com *subsídio de funeral* diminuiu também em 2011 (-5,7%), atingindo 3,3 milhões de euro. Esta variação encontra-se em linha com a tendência decrescente do número de beneficiários abrangidos (-6,9% em 2011).



Para cada uma das prestações familiares representou-se graficamente a despesa anual no último quinquénio, assim como as respetivas taxas de variação nominal (em percentagem):



X.5.5.2. Por componente da despesa com abono de família, por escalão de rendimentos do agregado familiar e por escalão etário do descendente

A despesa global com *abono de família* inclui o pagamento de três componentes principais – o *abono de família pré-natal*, o *abono de família a crianças e jovens*, e ainda as *bolsas de estudo*.

O *abono de família a crianças e jovens* corresponde naturalmente ao maior agregado da despesa, sendo que em 2011 representou mais de 89% da verba total despendida com abono (605,4 milhões de euro). O *abono pré-natal* assumiu 6,9% do total (46,4 milhões de euro), e as *bolsas de estudo* 3,3% (22,5 milhões de euro). Refira-se que a redução da despesa com esta última componente em 2011 se deve sobretudo a uma alteração quanto ao montante atribuído (efetivo a partir de janeiro), uma vez que o âmbito de atribuição das bolsas foi ainda alargado ao 12.º ano a partir de setembro. Com efeito, tal como referido anteriormente, o valor da bolsa passou a ser igual ao valor do “abono de família para crianças e jovens” que o aluno esteja a receber e não à duplicação do seu valor, tal como ocorreu até dezembro de 2010.

Despesa com abono de família									
Abono de família - total e por componente		Despesa (euros)			Peso relativo (%)			Variação %	
		2009	2010	2011	2009	2010	2011	2010/09	2011/10
Abono de família - total		1.000.023.813	968.199.060	674.385.881	100,0	100,0	100,0	-3,2	-30,3
Abono de família - por componente	Abono de família pré-natal [1]	69.735.350	67.989.486	46.429.148	7,0	7,0	6,9	-2,5	-31,7
	<i>Famílias nucleares</i>	67.665.025	66.024.764	44.513.517	6,8	6,8	6,6	-2,4	-32,6
	Com majoração nas <i>famílias monoparentais</i> [2]	2.070.325	1.964.723	1.915.632	0,2	0,2	0,3	-5,1	-2,5
	Abono de família a crianças e jovens	922.597.220	863.686.862	605.438.757	92,3	89,2	89,8	-6,4	-29,9
	Prestação continuada e majoração a <i>famílias nucleares</i>	815.988.615	773.682.229	533.017.135	81,6	79,9	79,0	-5,2	-31,1
	Com majoração nas <i>famílias mais numerosas</i> [3]	45.809.999	44.986.254	33.596.885	4,6	4,6	5,0	-1,8	-25,3
	Com majoração nas <i>famílias monoparentais</i> [2]	27.213.053	29.783.326	29.086.692	2,7	3,1	4,3	9,4	-2,3
	Montante adicional (em Setembro) [4]	33.585.552	15.235.053	9.738.044	3,4	1,6	1,4	-54,6	-36,1
	Bolsa de estudo [5]	7.691.244	36.522.712	22.517.976	0,8	3,8	3,3	374,9	-38,3

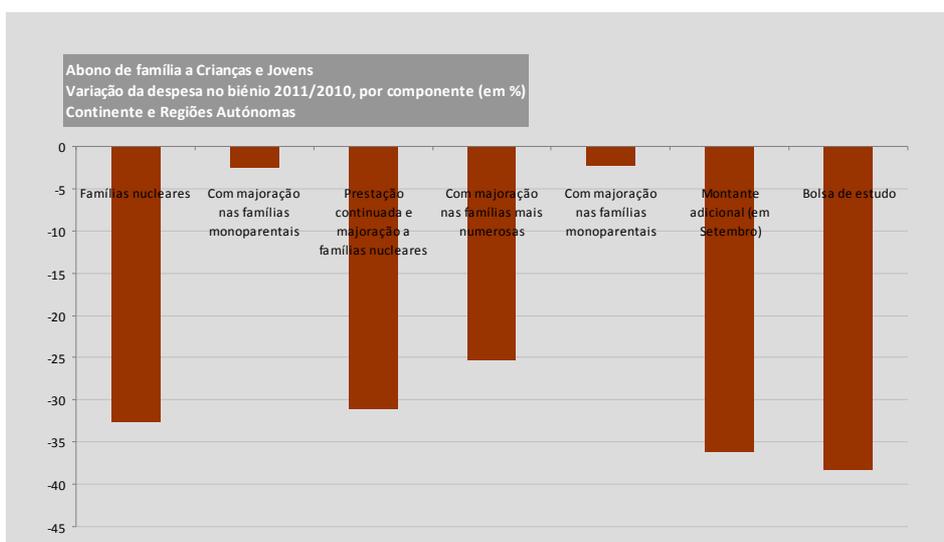
[1] A partir de Setembro de 2007

[2] A partir de Julho de 2008 (com retroactivos a Abril)

[3] A partir de Outubro de 2007

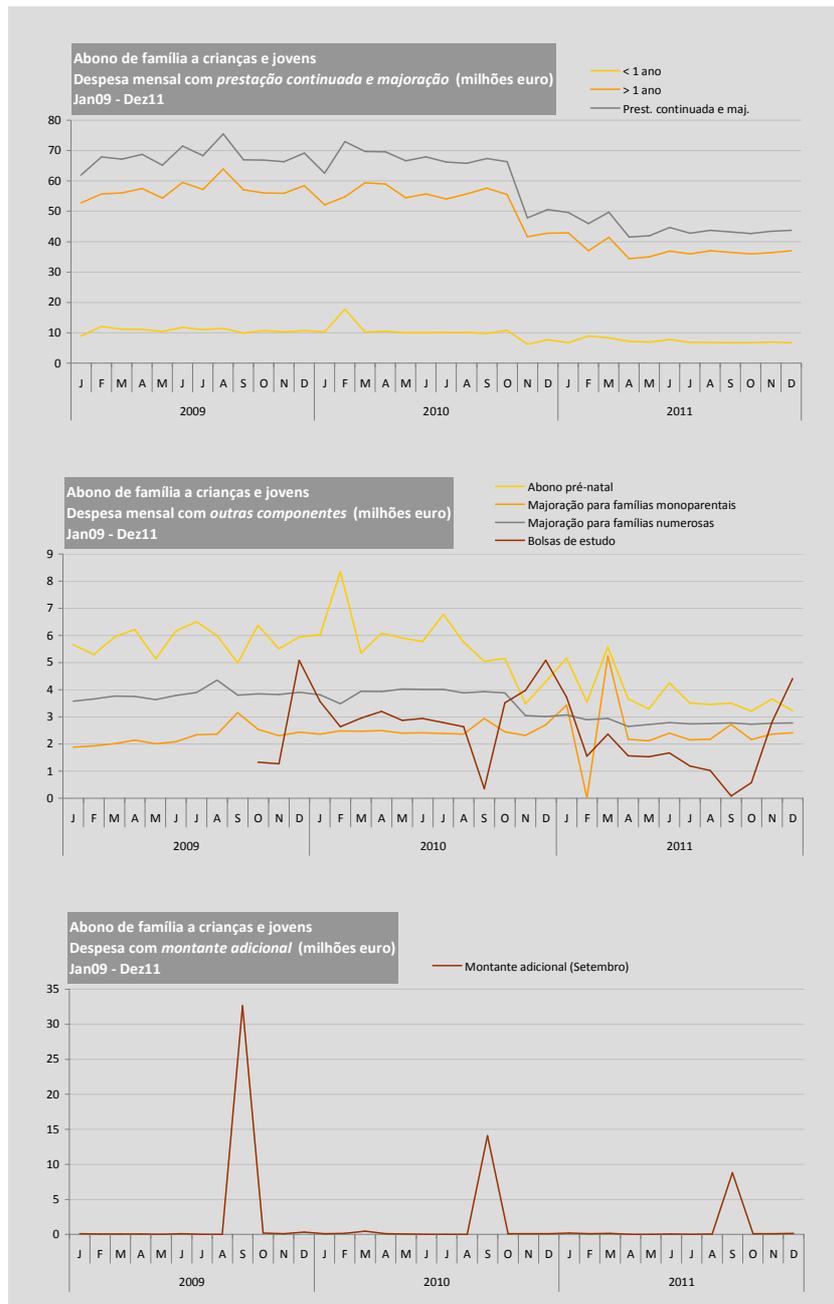
[4] O alargamento do apoio em 2009 (a todos os escalões de referência do agregado familiar) foi suspenso em 2010

[5] A partir de Setembro de 2009, por início do ano lectivo 2009/2010



Como se pode constatar no quadro anterior, no biénio 2011/10 verificou-se uma forte redução da despesa nas três componentes do abono, na ordem dos 30%.

Os gráficos seguintes evidenciam que a redução mais significativa da despesa mensal se iniciou a partir dos últimos meses de 2010, refletindo diretamente a entrada em vigor, não só da aplicação da “*prova de condição de recursos*” (a partir de agosto), cujo impacto apresentou um relativo *lag* temporal, como também a suspensão do alargamento do *montante adicional* (em setembro), a eliminação do *aumento extraordinário ao 1.º e 2.º escalões (25%)*, e ainda a cessação do *abono ao 4.º e 5.º escalões* (a partir de novembro). Naturalmente que a redução mais forte em 2011 traduz o impacto anual destas medidas.

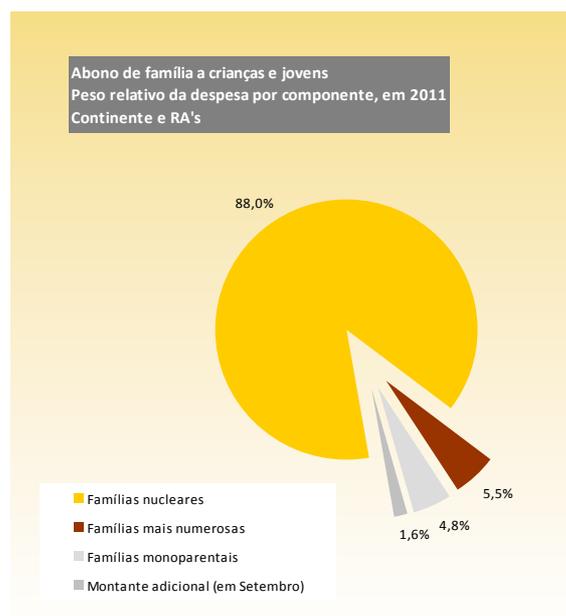


Na componente “*abono de família a crianças e jovens*”, para além da prestação continuada, que representa a maior importância relativa, destaca-se a verba despendida com as *majorações* e com o *montante adicional*.

Quanto às *majorações*, estas apresentaram evoluções no mesmo sentido no biénio 2011/10: a despesa com *majoração para famílias numerosas* diminuiu 25,3%, não atingindo os 33,6 milhões de euro; a execução com *majoração para famílias monoparentais* cifrou-se num valor inferior (29,1 milhões), diminuindo 2,3% face ao ano anterior. Refira-se ainda que, desta verba, uma ínfima parte se reporta aos descendentes com idade inferior a 1 ano.

A despesa com *montante adicional*, atribuído em setembro de cada ano civil, reflete a restrição do apoio em 2010, passando novamente a abranger apenas o primeiro escalão de rendimentos do agregado familiar, ainda assim, o mais representativo. Por este facto, a despesa com este agregado diminuiu cerca de 5 milhões de euro no biénio 2011/10, assumindo um valor total de 9,7 milhões de euro.

A desagregação da despesa por escalão de rendimentos é apresentada nos quadros seguintes (por componente), sendo que a despesa imputada aos 4.º e 5.º escalões refere-se a valores residuais, nomeadamente por regularizações, dado que o abono cessou para esses escalões a partir de novembro de 2010. Este facto justifica a forte redução da despesa nesses escalões.

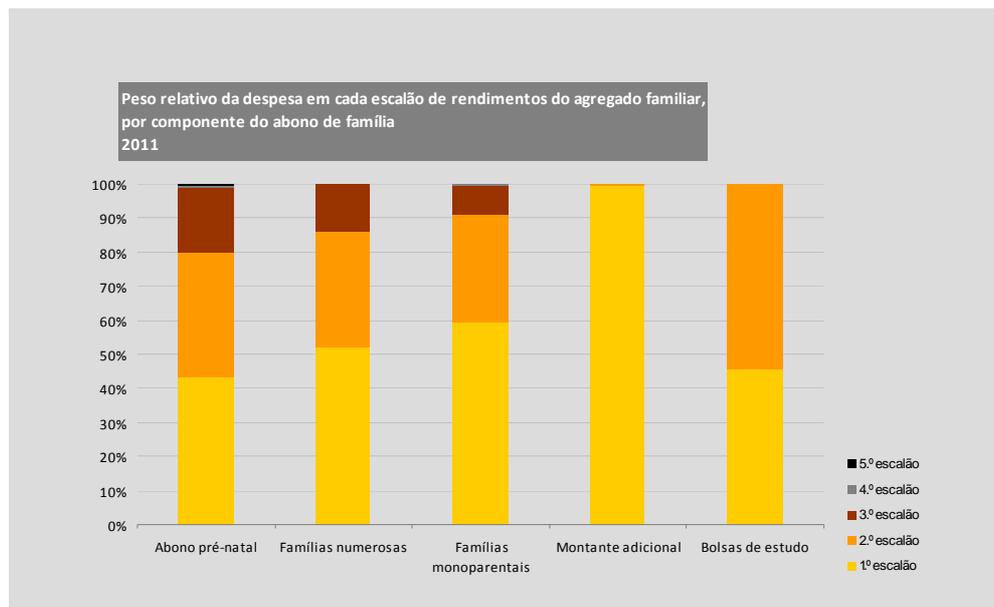


Abono de família - prestação continuada e majoração a famílias nucleares
Despesa em 2011, por escalão de rendimentos do agregado familiar e escalão etário do descendente (euros)
Continente e Regiões Autónomas

Escalão rendimentos do agregado familiar	Escalão etário do descendente				Despesa	Peso relativo	Var. 11/10
	< 1 ano	Var. 11/10	> 1 ano	Var. 11/10			
1.º escalão	35.691.353	-33,5	182.460.721	-32,1	218.152.074	40,9	-32,3
2.º escalão	32.763.376	-19,7	170.060.293	-19,6	202.823.669	38,1	-19,6
3.º escalão	17.708.968	0,3	92.428.089	-3,9	110.137.057	20,7	-3,2
4.º escalão	332.826	-96,2	1.187.740	-97,9	1.520.566	0,3	-97,7
5.º escalão	112.229	-96,8	271.541	-98,4	383.770	0,1	-98,1
TOTAL	86.608.752	-30,4	446.408.383	-31,2	533.017.135	100,0	-31,1

Abono de família - outras componentes
Despesa em 2011, por escalão de rendimentos do agregado familiar (euros)
Continente e Regiões Autónomas

Escalão rendimentos do agregado	Despesa									
	Abono pré-natal	Var. 11/10	Famílias numerosas	Var. 11/10	Famílias monoparentais	Var. 11/10	Montante adicional	Var. 11/10	Bolsas de estudo	Var. 11/10
1.º escalão	20.138.737	-32,9	17.398.825	-28,5	17.324.968	-6,2	9.717.779	-33,1	10.289.246	-43,9
2.º escalão	16.986.729	-22,2	11.603.492	-10,9	9.167.188	5,8	12.549	-96,4	12.228.730	-32,7
3.º escalão	8.724.480	-5,8	4.547.592	1,3	2.513.910	44,2	5.094	-97,5		
4.º escalão	420.877	-91,6	37.583	-98,4	68.412	-91,7	2.193	-98,2	n.a.	-
5.º escalão	158.326	-91,7	9.394	-98,7	12.215	-85,7	429	-98,5		
TOTAL	46.429.148	-31,7	33.596.885	-25,3	29.086.692	-2,3	9.738.044	-36,1	22.517.976	-38,3



Do quadro supra pode concluir-se que 40,9% da despesa total com *prestação continuada do abono de família* - cerca de 218,2 milhões de euro - foi efetuada com o primeiro escalão de referência, a que correspondem rendimentos do agregado familiar inferiores a metade do valor do IAS. Desta verba, 83,6% refere-se a titulares com idade superior a 1 ano (182,5 milhões de euro).

Acrescente-se ainda que o peso relativo da despesa no primeiro escalão justifica-se não só pelo maior volume de descendentes abrangidos, como também pelo maior valor atribuído nesse escalão - 140,76 euro para um descendente com idade inferior a 1 ano e 35,19 euro se este tiver mais do que 1 ano de idade³⁵.

Dos três escalões em pagamento no abono, verifica-se que apenas para os descendentes com idade inferior a um ano enquadrados no terceiro escalão se registou um acréscimo da despesa em 2011/10 (+0,3%).

O gráfico supra evidencia ainda que a majoração para famílias monoparentais é atribuída maioritariamente no 1.º escalão de rendimentos (cerca de 60%), com uma relevância superior à majoração para famílias mais numerosas. Este facto indicia a associação da monoparentalidade com os eventuais menores recursos do agregado familiar.

Tal com esperado, o montante adicional reportou-se apenas ao primeiro escalão de rendimentos (os restantes valores são residuais, correspondendo a regularizações do ano anterior), sendo que as bolsas de estudo foram atribuídas de forma bastante equitativa pelos dois primeiros escalões do agregado familiar.

³⁵ Valores em vigor a partir de novembro de 2010, por eliminação do aumento extraordinário (25%). Os montantes anteriores correspondiam a 174,72 euro para um descendente com idade inferior a 1 ano e 43,68 euro se este tivesse mais do que 1 ano de idade.

X.5.5.3. Por distritos do Continente

A decomposição da despesa com abono de família por distritos no Continente, assim como a respetiva variação no período 2011/2010 é apresentada nos gráficos seguintes.

De referir que se distinguiram os distritos em que se verificou uma redução da despesa (cor cinza), sem ocorrências neste caso, dos distritos em que se registou um acréscimo de despesa com prestações familiares em 2011 (cor amarela). Referenciam-se ainda os distritos em que verificou a variação máxima da despesa (Portalegre) e mínima (Lisboa).

Da decomposição do crescimento médio anual registado com abono de família no Continente, em 2011 relativamente ao período homólogo de 2010 (-30,6%), constata-se que:

- ▀ Os distritos de Coimbra, Leiria e Lisboa apresentaram uma taxa de variação inferior ou igual à média do Continente, situando-se entre -36,4% (Lisboa) e -32,3% (Coimbra);
- ▀ Os distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu apresentaram uma taxa de variação superior à média do Continente, situando-se entre -29,6% (Setúbal) e -24,8% (Portalegre).

Observa-se ainda:

- Uma forte diminuição da despesa com abono de família em todo o território nacional, que atingiu valores próximos de 30% em todos os distritos do Continente e também nas Regiões Autónomas. Esta evolução reflete diretamente a redução do número de beneficiários no país em 2011/10 (-25,5%, conforme ponto de análise anterior);

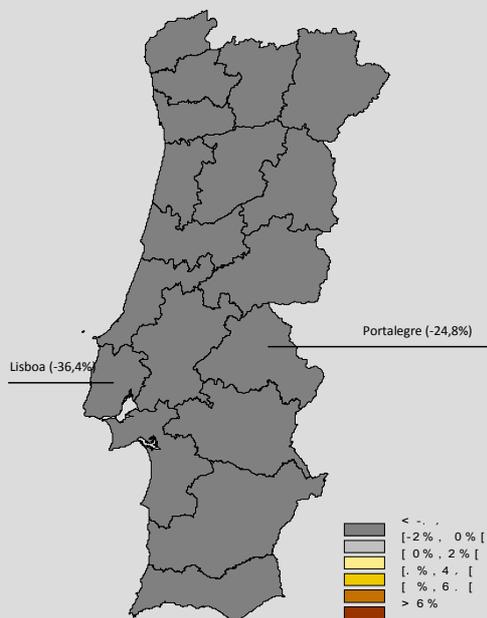
A redução generalizada da despesa reflete necessariamente o impacto das medidas restritivas anteriormente enunciadas, nomeadamente a prova obrigatória da “*condição de recursos*”, a suspensão do pagamento do *montante adicional* para os escalões subseqüentes ao primeiro, a eliminação do *aumento extraordinário de 25%* do abono de família nos 1.º e 2.º escalões, e ainda a cessação da atribuição do *abono* correspondente aos 4.º e 5.º escalões de rendimento, implementadas em 2010 e com um impacto anual em 2011;

- Em termos absolutos, Lisboa foi o distrito que registou a maior variação negativa em 2011, com uma redução de 78,7 milhões de euro face ao ano anterior. Os montantes despendidos neste distrito, no valor total de 137,5 milhões de euro em 2011, representaram mais 6,6 milhões de euro do que o montante gasto no distrito do Porto (130,9 milhões), diminuindo esta diferença face aos anos anteriores (16,2 milhões em 2007, 26,8 milhões em 2008, 37,1 milhões em 2009 e 33,3 milhões em 2010). A maior redução da despesa em Lisboa (-36,4% face a -28,4% no Porto) determinou esta convergência;
- Relativamente às RA's da Madeira e dos Açores (ver quadro seguinte), estas evidenciaram uma despesa total de 39,3 milhões de euro em 2011, evidenciando, ainda assim, uma redução inferior à média do Continente. Em 2011, as RA's representaram 5,8% do total da despesa paga com abono de família no país, mais 0,3 pp. do que em 2010;

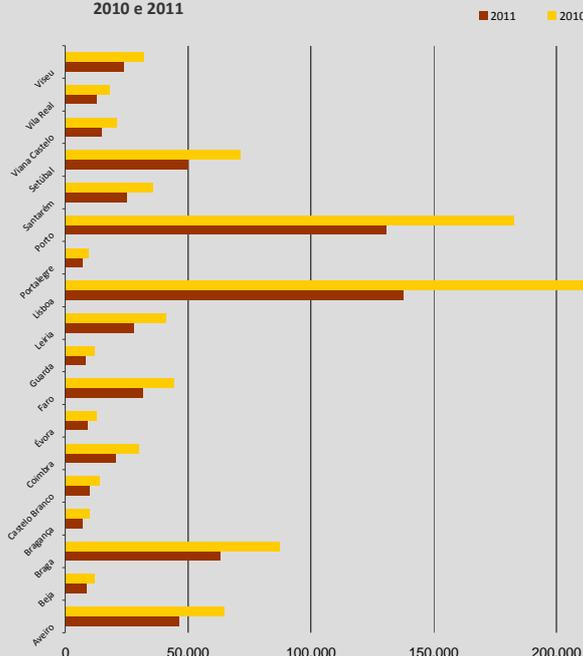
Nas RA's, a despesa com abono é superior nos Açores, abrangendo cerca de 40 mil descendentes. Em 2011, a redução da despesa nas duas RA's atingiu, em termos absolutos, a mesma ordem de grandeza (menos 6,8 milhões de euro).



Abono de Família para Crianças e Jovens
Varição da despesa de 2010 para 2011 no Continente,
por distrito de residência



Distribuição da despesa com abono de família no Continente, por
distritos (milhares de euro)
2010 e 2011



Distribuição da despesa com abono de família no país
2010-2011

(milhares de euro)

Distrito	2010	2011	Var. absoluta	Var %
Aveiro	64.839,2	46.138,6	-18.700,6	-28,8
Beja	11.887,5	8.632,0	-3.255,5	-27,4
Braga	87.518,6	63.298,0	-24.220,6	-27,7
Bragança	9.782,6	6.919,9	-2.862,7	-29,3
Castelo Branco	14.032,0	10.050,2	-3.981,8	-28,4
Coimbra	30.080,3	20.374,6	-9.705,8	-32,3
Évora	12.674,1	9.245,4	-3.428,7	-27,1
Faro	44.499,8	31.544,5	-12.955,3	-29,1
Guarda	11.918,6	8.441,7	-3.476,9	-29,2
Leiria	41.255,7	27.798,4	-13.457,2	-32,6
Lisboa	216.195,7	137.533,8	-78.661,9	-36,4
Portalegre	9.401,7	7.068,2	-2.333,5	-24,8
Porto	182.871,5	130.888,8	-51.982,7	-28,4
Santarém	35.756,2	25.300,2	-10.456,0	-29,2
Setúbal	71.276,0	50.166,5	-21.109,5	-29,6
Viana Castelo	20.977,6	14.960,6	-6.017,0	-28,7
Vila Real	18.018,5	12.951,7	-5.066,8	-28,1
Viseu	32.205,0	23.729,9	-8.475,2	-26,3
TOTAL_Continente	915.190,8	635.043,2	-280.147,6	-30,6
RA dos Açores	28.006,1	21.182,3	-6.824	-24,4
RA da Madeira	25.002,2	18.160,4	-6.842	-27,4
TOTAL_RA's	53.008,3	39.342,7	-13.666	-25,8
TOTAL_País	968.199,1	674.385,9	-293.813	-30,3

X.5.5.4. No Continente e Regiões Autónomas

Da análise desagregada por outras prestações familiares, para o Continente e Regiões Autónomas (ver gráficos seguintes), pode concluir-se que, em 2011:

- Na área da deficiência, nomeadamente com a “bonificação por deficiência” e o “subsídio vitalício”, a RA da Madeira apresentou, em 2011, uma despesa que superou de forma evidente a despendida na RA dos Açores.

Em concreto, a despesa com *bonificação por deficiência* ultrapassou os 1,5 milhões de euro na RA da Madeira, sendo que esta se fixou em 1,4 milhões de euro nos Açores, um valor significativamente superior ao ano anterior - acima dos 5% nos dois arquipélagos.

No caso do *subsídio vitalício*, os Açores despenderam com esta prestação apenas cerca de 1/3 da verba registada na RA da Madeira, que, por sua vez, representou 4,2% da despesa global no país. Esta importância relativa manteve-se face ao ano anterior. O valor financeiro despendido com esta prestação foi de 1.236,7 milhares de euro na Madeira e de apenas 402,0 milhares de euro nos Açores. Comparativamente a 2010, a despesa cresceu de forma mais forte na RA dos Açores (+1,9%), mas em forte desaceleração face aos anos anteriores (+14,4% em 2009 e +3,8% em 2010);

- Quanto ao *subsídio por assistência de terceira pessoa*, as RA's apresentaram um peso relativo idêntico de 4% no total, assumindo níveis de despesa similares (cerca de 520 milhares de euro). No entanto, pode constatar-se que a redução da despesa na RA da Madeira em 2011 contribuiu para um valor despendido inferior à RA dos Açores, contrariamente ao ocorrido no ano anterior;
- A despesa com *subsídio de educação especial* não teve qualquer registo nas RA's em 2011;
- A despesa com *subsídio de funeral* apresentou uma evolução positiva nas duas RA's (nos Açores esta praticamente estabilizou face a 2010), contrariando a média do Continente. Esta variação diminuiu a diferença entre os dois arquipélagos, sendo que nos Açores a despesa atingiu os 93,3 milhões de euro com esta prestação, cerca do dobro do montante despendido na RA da Madeira (51,1 milhões).

Despesa com bonificação por deficiência 2011



	2010		2011		Tx var (%)
	Despesa	Peso relativo	Despesa	Peso relativo	2011/10
Continente	67.633,6	95,5	65.472,2	95,1	-3,2
Madeira	1.862,8	2,7	1.975,1	2,9	6,0
Açores	1.355,2	1,9	1.425,9	2,1	5,2
TOTAL	70.851,6	100,0	68.873,2	100,0	-2,8

Unidade: milhares de euro

Despesa com subsídio vitalício 2011



	2010		2011		Tx var (%)
	Despesa	Peso relativo	Despesa	Peso relativo	2011/10
Continente	27.683,8	94,4	28.083,6	94,5	1,4
Madeira	1.226,0	4,2	1.236,7	4,2	0,9
Açores	394,6	1,3	402,0	1,4	1,9
TOTAL	29.304,5	100,0	29.722,3	100,0	1,4

Unidade: milhares de euro

Despesa com subsídio por assistência de terceira pessoa 2011



	2010		2011		Tx var (%)
	Despesa	Peso relativo	Despesa	Peso relativo	2011/10
Continente	12.447,9	92,1	12.336,5	92,2	-0,9
Madeira	527,2	4,0	518,6	3,9	-1,6
Açores	523,0	4,0	527,7	3,9	0,9
TOTAL	13.498,1	100,0	13.382,8	100,0	-0,9

Unidade: milhares de euro

Despesa com subsídio de educação especial 2011



	2010		2011		Tx var (%)
	Despesa	Peso relativo	Despesa	Peso relativo	2011/10
Continente	23.163,6	100,0	22.349,7	100,0	-3,5
Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Açores	0,0	0,0	0,0	0,0	-
TOTAL	23.163,6	100,0	22.349,7	100,0	-3,5

Unidade: milhares de euro

Despesa com subsídio de funeral 2011



	2010		2011		Tx var (%)
	Despesa	Peso relativo	Despesa	Peso relativo	2011/10
Continente	3.366,8	96,1	3.163,8	95,6	-6,0
Madeira	47,0	1,5	51,1	1,5	8,6
Açores	92,9	2,4	93,3	2,8	0,4
TOTAL	3.506,8	100,0	3.308,1	100,0	-5,7

Unidade: milhares de euro

X.6. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI)

X.6.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

A despesa com RSI em 2011 reflete ainda o impacto das diversas alterações legislativas que ocorreram a partir de agosto de 2010, por entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho³⁶. Das alterações introduzidas destacam-se condições de acesso mais restritivas e a suspensão de alguns apoios, nomeadamente dos *apoios especiais* (que acresciam ao montante atribuído do RSI) e dos *apoios complementares*, atribuídos no âmbito dos programas de inserção.

No que diz respeito às condições de acesso ao RSI, o novo diploma tornou obrigatória a prova da “condição de recursos”, tal como estabelecido para as restantes prestações sociais inseridas no Subsistema de Solidariedade. Como se irá ver posteriormente, a implementação desta medida conduziu a uma diminuição média de 10% no número de beneficiários abrangidos mensalmente, que se traduziu diretamente na despesa, com um impacto na componente “prestação de RSI” a superar essa ordem de grandeza (-18%). Por sua vez, a suspensão dos apoios especiais e complementares resultou num impacto financeiro de menos 3 milhões de euros mensalmente a partir de agosto de 2010.

X.6.2. COMPONENTES INCLUÍDAS NO RSI

Até julho de 2010, a medida RSI - atribuída no âmbito do Subsistema de Solidariedade - incluiu diversas componentes, discriminadas no gráfico lateral: uma *prestação pecuniária* (eventualmente acrescida de um *apoio à maternidade* ou outros *apoios especiais*) e ainda *apoios complementares* à realização dos programas de inserção, uma componente obrigatória nos termos da legislação que regulou esta prestação³⁷. A partir de agosto de 2010, por entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, os artigos que previam estes apoios foram revogados.

Para além da componente pecuniária, a despesa com RSI inclui ainda verbas despendidas com estruturas de apoio local, nomeadamente as *Comissões Locais de Acompanhamento* (CLA's), que posteriormente deram origem aos *Núcleos Locais de Inserção* (NLI's).

Com estas duas vertentes – a *prestação pecuniária* e um *programa de inserção*, que se adequa à situação pessoal de cada beneficiário – pretendeu-se não só assegurar às pessoas e seus agregados familiares os recursos que satisfaçam as suas necessidades básicas, mas também favorecer a sua progressiva integração laboral, social e comunitária.



^[1] Apoios suspensos a partir de Agosto de 2010, nos termos do Decreto-Lei n.º 70, de 16 de Junho.

³⁶ Este Decreto-Lei veio harmonizar as condições de acesso às prestações sociais não contributivas, estendendo ainda a sua aplicação a todos os apoios sociais concedidos pelo Estado, cujo acesso tenha subjacente a verificação da condição de rendimentos. Neste contexto, o referido diploma estabelece as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação da *condição de recursos*;

³⁷ A medida RSI, implementada a partir de junho de 2003, veio substituir o anterior Rendimento Mínimo Garantido (RMG), tendo sido instituída pela Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, mais tarde republicada (29 de maio), e alterada pela Lei n.º 45/2005, de 29 de agosto. O Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de novembro, que regulamenta o RSI, foi alterado em 2006 pelo Decreto-Lei n.º 42/2006 de 23 de fevereiro.

X.6.3. NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS E FAMÍLIAS, COM OCORRÊNCIA³⁸, ABRANGIDAS PELO RSI EM 2007-2011, CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS

O número de pessoas abrangidas pelo RSI atingiu, em 2011, os 448 mil beneficiários e 173 mil famílias em todo o país, o que representou uma redução de cerca de 15% face a 2010. Esta variação negativa traduz o impacto da introdução do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho (ver ponto de análise VI.5.1.).

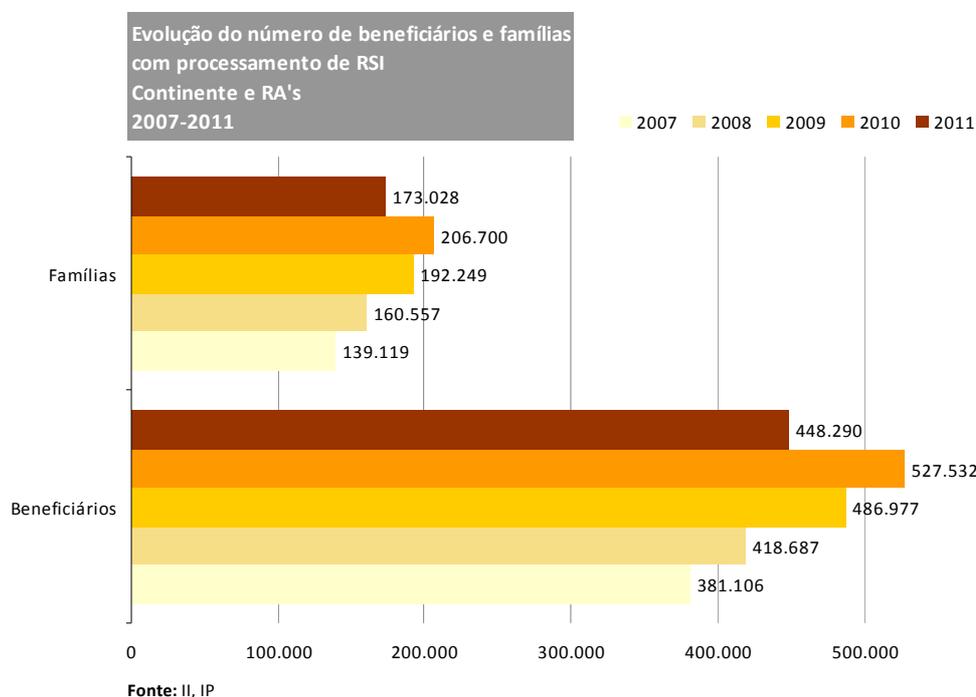
A distribuição do número de beneficiários e de famílias abrangidas pelo RSI no Continente e Regiões Autónomas foi a seguinte:

**Número de beneficiários e famílias com processamento de RSI
2007 - 2011**

	Beneficiários					Famílias					Peso relativo (2011)	
	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011	Benef	Famílias
Continente	348.949	387.797	452.539	489.466	415.392	129.499	150.782	181.141	194.805	163.096	92,7%	94,3%
RA Açores	22.542	21.994	24.662	26.869	23.658	6.282	6.480	7.497	8.004	6.901	5,3%	4,0%
RA Madeira	9.615	8.896	9.776	11.196	9.240	3.338	3.295	3.611	3.892	3.031	2,1%	1,8%
TOTAL	381.106	418.687	486.977	527.532	448.290	139.119	160.557	192.249	206.700	173.028	100,0%	100,0%
Var anual (%)	12,4%	9,9%	16,3%	8,3%	-15,0%	12,6%	15,4%	19,7%	7,5%	-16,3%		

Fonte: II, IP

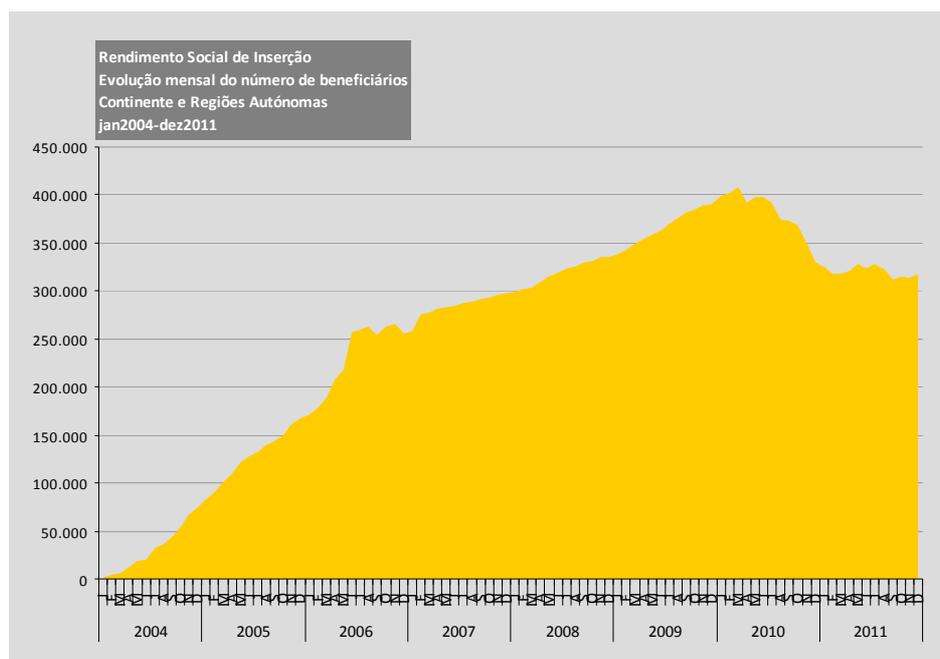
Nota: Procedeu-se à atualização dos dados referentes a 2010, conforme informação disponibilizada pelo II, IP. Os dados foram ainda calibrados pelo peso relativo de cada Centro Distrital no total do país, dados os valores imputados à classe "Desconhecidos".



³⁸ Corresponde ao número de ocorrências no ano, ou seja, aos beneficiários com o lançamento de pelo menos um dia no ano.

O quadro evidencia que no Continente estão concentrados 92,7% do total de beneficiários do RSI no país, cerca de 415 mil, percentagem que é ainda reforçada no caso das famílias abrangidas (94,3%), em número de 163 mil. Das Regiões Autónomas, verifica-se que a RA dos Açores apresenta um maior número de beneficiários abrangidos, cerca de 24 mil (5,3% do total), mais 14,4 mil do que na RA da Madeira. Destaca-se ainda o nível das famílias abrangidas nos Açores (7,0 mil), mais do dobro do número registado na RA da Madeira (4,0% do total).

De modo a poder aferir com maior rigor o impacto do novo diploma, é seguidamente apresentada a evolução mensal do número de beneficiários do RSI entre janeiro de 2004 e dezembro de 2011:



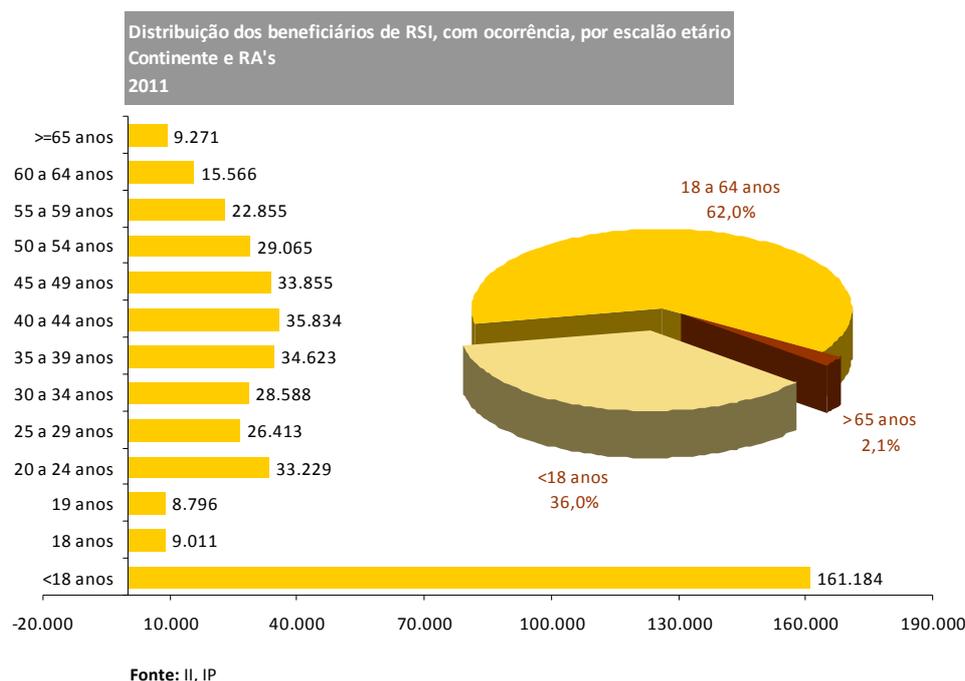
Fonte: II, IP

O gráfico evidencia o crescimento praticamente contínuo do número de beneficiários do RSI até ao início de 2010, sendo que, depois de uma relativa estabilidade entre janeiro e julho de 2010 (cerca de 400 mil por mês), o número decresce significativamente entre agosto e dezembro (menos 40 mil efetivos, em média). O ponto de inflexão em 2010 coincide, tal como esperado, com o mês da entrada em vigor do novo diploma (agosto).

Em conclusão, as alterações introduzidas na atribuição do RSI conduziram, em média, a uma redução de cerca de 17% no número mensal de beneficiários (comparando o período *janeiro a julho de 2010* com o intervalo de tempo *agosto de 2010 a dezembro de 2011*).

X.6.4. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE RSI, COM OCORRÊNCIA, POR ESCALÃO ETÁRIO, EM 2011, CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS

A população beneficiária do RSI caracteriza-se por ser na sua maioria do sexo feminino (52,2%), traduzindo os maiores fragilidades económico-sociais desta população-alvo. A distribuição etária é evidenciada no gráfico seguinte:

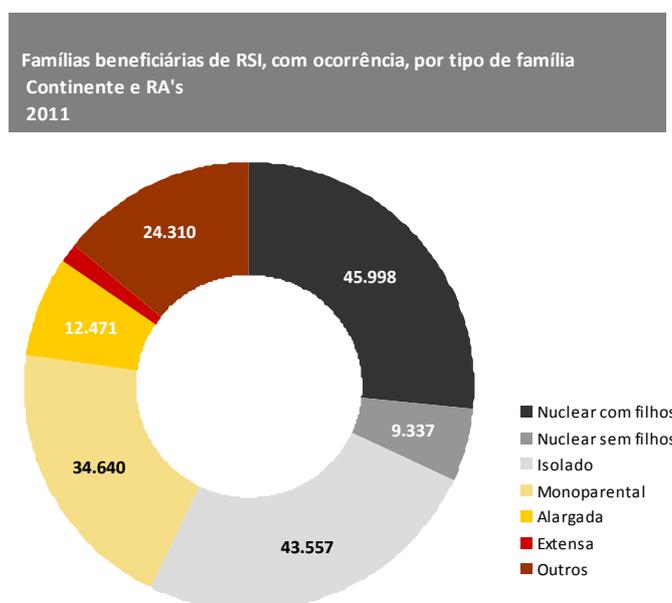


Da análise do gráfico pode concluir-se:

- Uma elevada percentagem de crianças e jovens com idade inferior a 18 anos que se encontram abrangidos por esta medida (36,0%, em número de 161 mil), sendo esta a principal faixa etária dos beneficiários. Verifica-se que esta importância relativa, sensivelmente idêntica a 2010 (35,6%), decresceu sucessiva e ligeiramente entre 2007 e 2009 (37,5% em 2007, 37,3% em 2008 e 36,4% em 2009);
- O número de pessoas com mais de 65 anos beneficiárias do RSI tem vindo a reduzir-se (cerca de 2,1% do total em 2011, que compara com 2,8% em 2010, 3,6% em 2009, 5,0% em 2008 e 6,2% em 2007). Em 2011, estavam inseridos neste escalão etário 9,3 mil beneficiários do RSI (menos 5,0 mil do que em 2010);
- Mais de metade dos beneficiários do RSI (62,0%) encontra-se em idade ativa, ou seja, entre os 18 e os 64 anos. No último quinquénio assistiu-se a um reforço do peso relativo deste grupo etário no total dos beneficiários do RSI (56,4% em 2007, 57,6% em 2008, 60,0% em 2009 e 61,6% em 2010). Apesar deste grupo integrar pessoas potencialmente disponíveis para o trabalho, existem, no entanto, situações em que a inserção profissional não se revela a resposta de inclusão mais adequada – nomeadamente por motivos de doença prolongada, incapacidade permanente para o trabalho ou apoio indispensável a membros do seu agregado familiar – que justificam dispensa das condições específicas de atribuição da prestação, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de novembro;
- No agregado atrás referido (18-64 anos), destacam-se as idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos, que conjuntamente representam mais de 70 mil beneficiários da medida de RSI (que compara com os 83 mil em 2010).

X.6.5. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE RSI, COM OCORRÊNCIA, POR TIPO, EM 2011, CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS

Relativamente à identificação das famílias abrangidas pelo RSI quanto à sua tipologia, pode concluir-se, pela análise do seguinte gráfico, que:



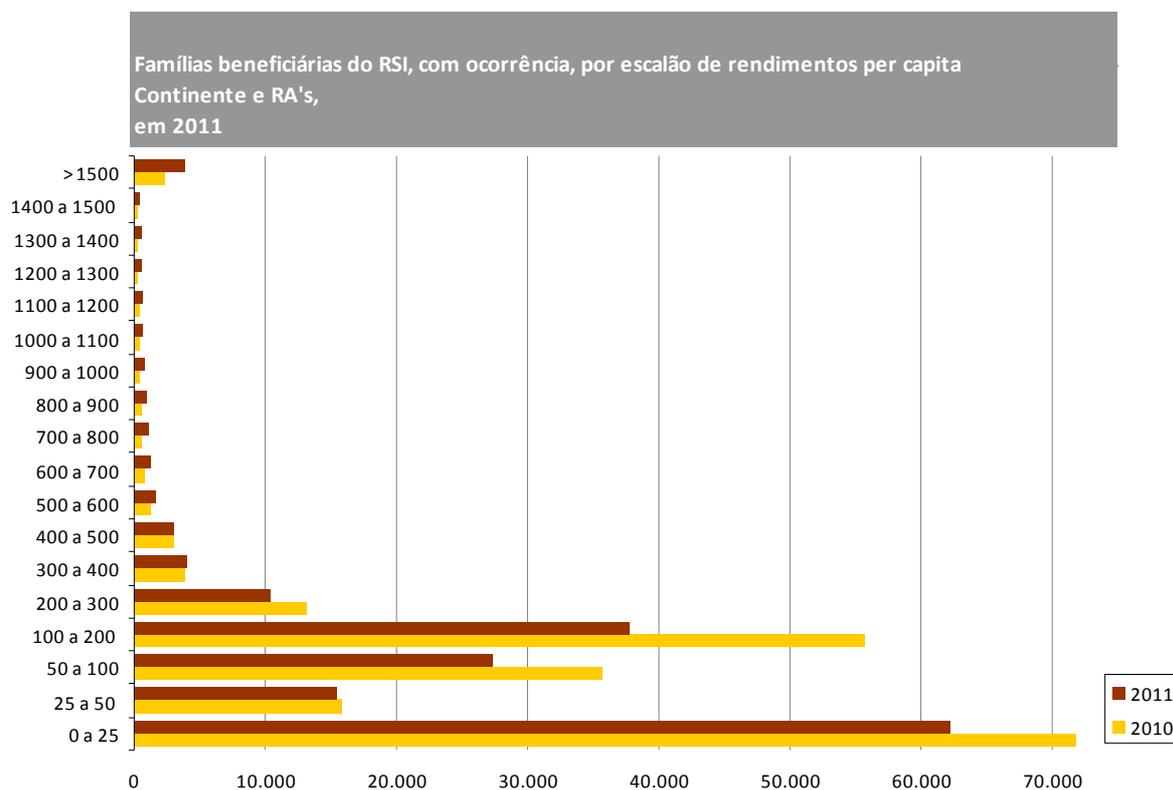
Fonte: II, IP

- o Das 173 mil famílias abrangidas pelo RSI, a família nuclear com filhos – família constituída pelo casal e seus filhos, demonstra maior preponderância a nível nacional, com uma expressão relativa de 26,6%;
- o As famílias isoladas (indivíduo isolado, homem ou mulher que vive sozinho) e as famílias monoparentais (um único progenitor e seus descendentes) representam uma percentagem significativa do universo nacional, respetivamente, 25,2% e 20,0%;
- o Refira-se que o conceito de *família extensa* atribui-se quando não existe relação de parentesco com o titular, mas existe relação de parentesco com algum dos elementos do agregado familiar. Em 2011, em todo o país, usufruíram do RSI perto de 3 mil famílias com estas características (1,6% do total).

Para além dos tipos de família referenciados, incluem-se no campo “Outros” as famílias compostas (quando existe pelo menos um elemento que não tem relação de parentesco com qualquer dos elementos do agregado familiar), e as famílias constituídas por avós e netos, que assumem contudo uma representatividade mínima no total. Inclui-se ainda neste campo a categoria “desconhecidos”, em número significativo, pois, segundo o II, IP, a informação *tipo de família* deixou de ser preenchida na base de dados de RSI, daí o crescimento desta categoria.

X.6.6. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO RSI, COM OCORRÊNCIA, POR ESCALÕES DE RENDIMENTO PER CAPITA EM 2010 E 2011, CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS

No Continente e Regiões Autónomas, a distribuição das famílias beneficiárias do RSI em função dos níveis de rendimento *per capita* operou-se da seguinte forma:



Fonte: II, IP

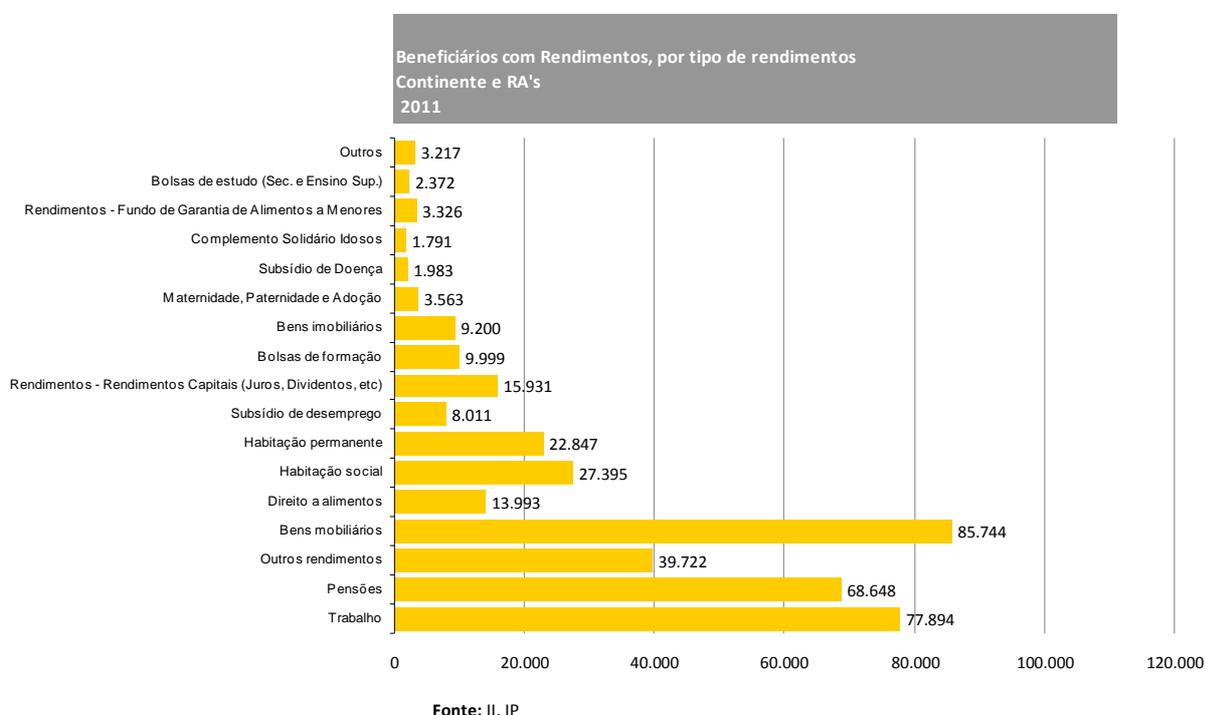
Como pode observar-se no gráfico supra:

- O maior número de famílias a receber RSI praticamente não auferem rendimentos, declarando em média menos de 25 euros mensalmente, per capita. Encontravam-se nestas condições mais de 62 mil famílias beneficiárias de RSI em 2011, isto é, cerca de 36% do total, uma importância relativa que foi ainda reforçada face a 2010 (mais 1,2 p.p.);
- Do número total de famílias beneficiárias do RSI, mais de 90% (cerca de 157 mil) apresentou um rendimento per capita inferior ao valor do *Indexante de Apoios Sociais* (IAS), que assumiu em 2011 o valor de 419,22 euros;
- As famílias que apresentaram um rendimento per capita superior a 500 euro foram em número de 12,7 mil, 7,3% do total, o que representou um acréscimo de 5 mil famílias face a 2010 (mais 3,7 p.p. em termos de peso relativo);
- Em 2011, cerca de 4% das famílias abrangidas pela medida RSI auferiram, no ano transato, de um rendimento per capita superior a 1.000 euro (6,9 mil famílias), uma percentagem bastante mais elevada do que a registada

no ano anterior (apenas 1,9% do total). Este facto indicia eventualmente uma alteração do perfil sócioeconómico dos requerentes ao RSI decorrente, entre outros fatores, do agravamento dos indicadores macroeconómicos do país, nomeadamente da taxa de desemprego.

X.6.7. CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RSI COM RENDIMENTOS, COM PROCESSAMENTO POR TIPO DE RENDIMENTO, EM 2011, CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS

Relativamente aos beneficiários com rendimentos registados, com ocorrência por tipo de rendimentos, a tendência nacional demonstrou que, no final de 2011, 19,7% viviam principalmente de rendimentos do trabalho, 17,4% de rendimentos de pensões e 10,0% de outros rendimentos.

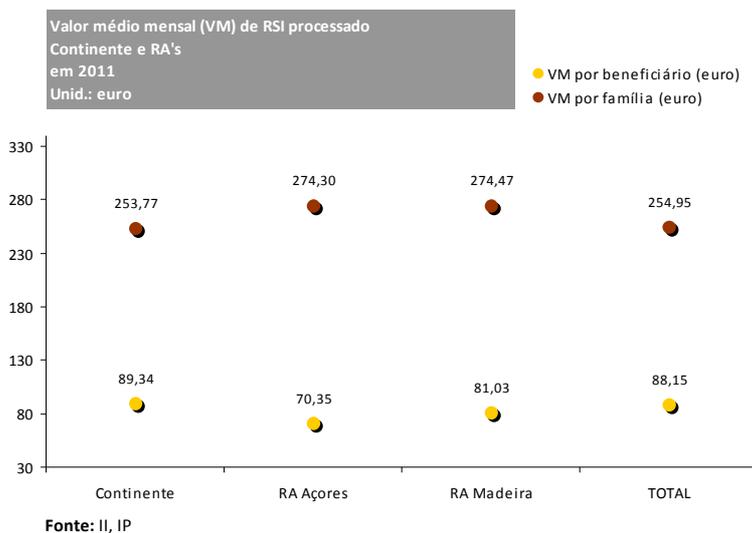


Os dados indiciam a existência de um contingente de pessoas pobres em Portugal, que mesmo trabalhando, necessitam da complementaridade do RSI. Também ao nível da população idosa esta prestação representa uma importância acrescida, a que não é estranho o facto de existirem 1.791 beneficiários do RSI que são também pensionistas beneficiários do *Complemento Solidário para Idosos* (CSI).

Comparativamente a 2010, destaca-se ainda a introdução da categoria “Bolsas de estudo”, sendo que esta inclui os jovens que se inscreveram pela primeira vez no ensino secundário e que tiveram direito às bolsas atribuídas no âmbito dos escalões mais carenciados do abono de família. Dos cerca de mil bolseiros beneficiários do RSI, cerca de 30% enquadram-se no ensino superior.

X.6.8. VALOR MÉDIO MENSAL DE PRESTAÇÃO DE RSI POR BENEFICIÁRIO E FAMÍLIA, EM 2011

Em 2011, os beneficiários e famílias de RSI receberam, em média no país, 88,15 e 254,95 euro/mês, respetivamente, tal como se evidencia no seguinte quadro, desagregado pelo Continente e Regiões Autónomas:



VALOR MÉDIO MENSAL DA PRESTAÇÃO DE RSI POR FAMÍLIA E BENEFICIÁRIO

	VM por beneficiário (euro)						VM por família (euro)					
	2007	2008	2009	2010	2011	Var. 11/10 (%)	2007	2008	2009	2010	2011	Var. 11/10 (%)
Continente	82,70	87,76	92,53	92,10	89,34	-3,0	255,58	254,72	257,88	249,38	253,77	1,8
RA Açores	65,14	68,00	73,85	73,46	70,35	-4,2	251,86	257,44	279,95	275,72	274,30	-0,5
RA Madeira	83,93	89,26	90,77	89,21	81,03	-9,2	258,36	263,13	291,94	279,19	274,47	-1,7
TOTAL	81,73	86,74	91,53	91,07	88,15	-3,2	255,47	255,01	259,38	250,96	254,95	1,6

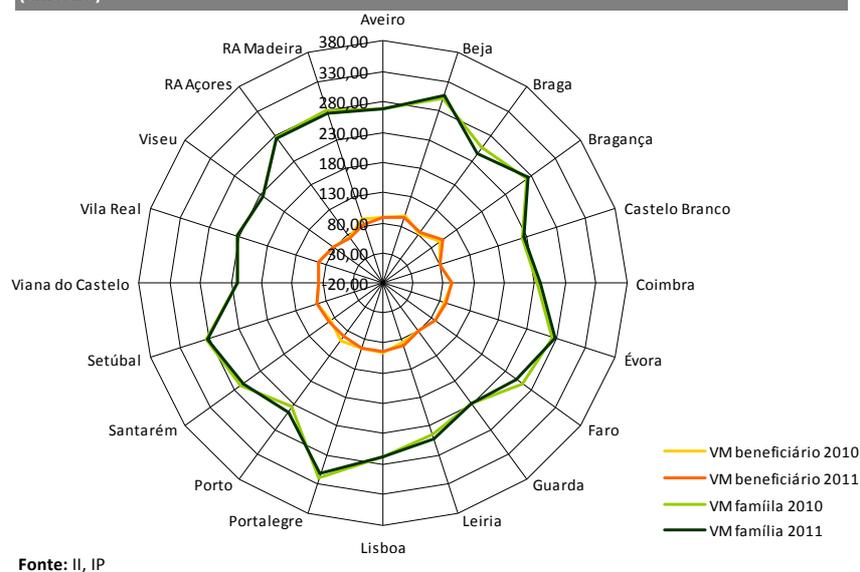
Fonte: II, IP

Verifica-se que:

- No período 2011/2010, os valores médios de RSI atribuídos por beneficiário evoluíram negativamente no Continente e Regiões Autónomas, traduzindo, entre outros fatores, a aplicação da “condição de recursos” a partir de agosto de 2010. Na componente “família”, registou-se um crescimento dos valores médios pagos no Continente e uma redução nas Regiões Autónomas;
- No Continente, os valores despendidos com RSI atingiram mensalmente, em média, os 89,34 e 253,77 euro por beneficiário e família, respetivamente. Estes valores representaram uma redução de 3,0% e um aumento de 1,8% face a 2010;
- Nas RA’s constata-se que a RA da Açores correspondeu à região do país onde se pagou, em média, um valor mais baixo de RSI por beneficiário (70,35 euro em 2011). Em contrapartida, a RA da Madeira apresentou o valor médio pago por família mais elevado (274,47 euro), sendo também nesta região do país que se registaram as maiores quebras de valores – menos 9,2% e menos 1,7% nos agregados “beneficiário” e “família”, respetivamente.

A evolução do valor médio mensal de RSI, por beneficiário e família no biénio 2011/2010, desagregado por distritos e Regiões Autónomas, é indicado no gráfico e quadro seguintes:

Evolução do valor médio mensal de RSI (VM) processado por beneficiário e por família por distrito do Continente e RA's 2010-2011
(em euro)



Fonte: II, IP

Evolução do valor médio mensal de RSI (VM) processado por beneficiário e por família por distrito do Continente e RA's, em 2010 e 2011

	VM por beneficiário (euro)		VM por família (euro)		Var. 11/10 (%)	
	2010	2011	2010	2011	Benef	Fam
Aveiro	87,77	89,03	265,97	268,13	1,4	0,8
Beja	95,39	92,98	299,51	306,26	-2,5	2,3
Braga	81,28	83,04	253,87	243,14	2,2	-4,2
Bragança	94,72	99,03	271,71	273,52	4,6	0,7
Castelo Branco	78,60	79,32	219,40	222,42	0,9	1,4
Coimbra	93,79	93,58	232,78	236,70	-0,2	1,7
Évora	85,95	87,19	272,53	277,38	1,4	1,8
Faro	85,76	85,02	262,25	250,03	-0,9	-4,7
Guarda	78,83	77,44	225,78	224,28	-1,8	-0,7
Leiria	84,03	87,05	241,47	249,40	3,6	3,3
Lisboa	95,27	91,89	266,08	266,71	-3,6	0,2
Portalegre	93,50	91,68	317,74	312,09	-2,0	-1,8
Porto	96,96	90,29	233,85	244,45	-6,9	4,5
Santarém	85,92	87,08	266,35	262,08	1,3	-1,6
Setúbal	92,86	91,95	283,67	282,73	-1,0	-0,3
Viana do Castelo	84,67	84,41	218,58	218,37	-0,3	-0,1
Vila Real	90,97	89,53	230,48	229,98	-1,6	-0,2
Viseu	81,71	80,11	222,18	221,95	-2,0	-0,1
RA Açores	73,46	70,35	275,72	274,30	-4,2	-0,5
RA Madeira	89,21	81,03	279,19	274,47	-9,2	-1,7
TOTAL	91,07	88,15	250,96	254,95	-3,2	1,6

Fonte: II, IP

O gráfico e quadro evidenciam que, em 2011:

- O valor médio pago de RSI por beneficiário situou-se, no país, entre os 70,35 e os 99,03 euro, enquanto que o valor médio pago por família representou cerca do triplo, situando-se no intervalo [218,37; 312,09] euro;
- No período 2011/2010 destaca-se o crescimento negativo no valor médio processado por beneficiário e por família na maioria dos distritos do Continente e ainda nas RA's. No entanto, na componente "beneficiário" foram exceção os distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Évora, Leiria e Santarém, que registaram um acréscimo do valor médio de RSI em 2011. Na componente "família", os distritos de Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa e Porto viram também aumentar o valor atribuído;
- No Continente, o valor médio da prestação por beneficiário atingiu o maior valor no distrito de Bragança, 99,03 euro (mais quatro euro face ao ano anterior), enquanto que o valor por família assumiu o máximo no distrito de Portalegre, 312,09 euro (ainda assim quase menos seis euro do que o valor máximo pago em 2010, que ocorreu no mesmo distrito);
- Os distritos que registaram o maior crescimento face a 2010 foram Bragança (valor médio por beneficiário) e Porto (valor médio por família), +4,6% e +4,5%, respetivamente. O distrito da Guarda assumiu, no Continente, o menor valor de RSI ao nível dos beneficiários (77,44 euro), sendo que na componente família o mínimo foi atingido em Viana do Castelo (218,37 euro);
- O valor médio de RSI por família foi, em 2011, relativamente elevado nas Regiões Autónomas, que se destacaram por apresentarem um valor pago superior à média do Continente: 274,30 e 274,47 na RA dos Açores e na RA da Madeira, respetivamente. Em 2011 verificou-se ainda uma aproximação dos valores atribuídos nas duas Regiões Autónomas, praticamente idênticos (em 2010, apenas mais 3 euro na RA da Madeira, comparativamente aos 12 euro em 2009).

X.6.9. COMPONENTE INSERÇÃO

A medida RSI, para além de incluir o direito a uma prestação pecuniária de subsistência, exige também o compromisso formal de subscrever e prosseguir um programa de inserção com vista à progressiva integração social e autonomia económica do titular.

O programa de inserção consiste num conjunto articulado e coerente de ações faseadas no tempo, sendo estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar beneficiário de RSI. Este programa é acordado entre o agregado familiar e o núcleo local de inserção (NLI), de modo a promover a criação das condições necessárias à sua gradual autonomia e conseqüente integração social.

A formalização e aceitação do programa de inserção é concretizada através da celebração de um acordo de inserção, subscrito pelo coordenador do NLI, pelos representantes dos organismos que integram responsáveis pelo desenvolvimento das ações de inserção estabelecidas, bem como pelo titular da prestação e pelos maiores de 16 anos que integram o respetivo agregado familiar.

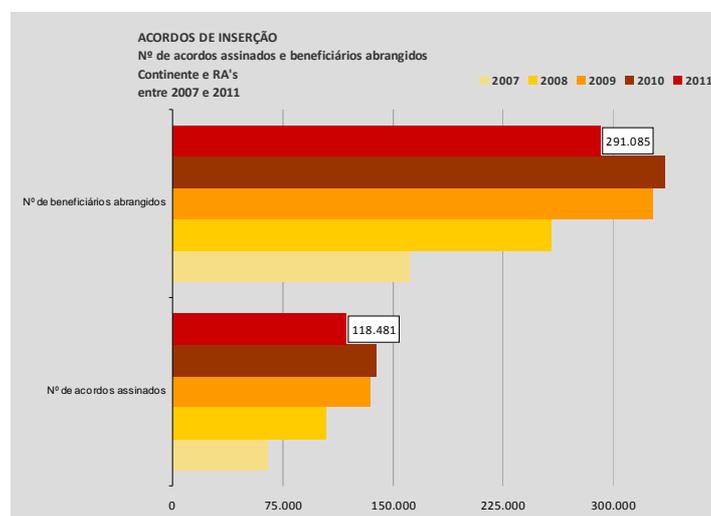
O programa de inserção deve ser elaborado e subscrito mediante acordo, sendo celebrado entre o NLI e o titular do direito ao RSI no prazo máximo de 60 dias após a atribuição da prestação pecuniária.

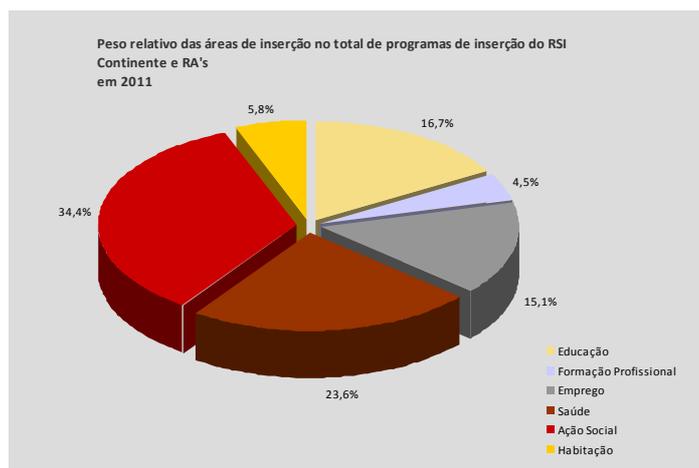
As ações do *programa de inserção* incluem:

- Aceitação de trabalho ou de formação profissional;

- Frequência de sistema educativo ou de aprendizagem;
- Participação em programas de ocupação, ou outros de carácter temporário, que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais e comunitárias;
- Cumprimento de ações de orientação vocacional, de formação e reabilitação profissional;
- Cumprimento de ações de prevenção, tratamento e reabilitação na área da toxicodependência;
- Desenvolvimento de atividades no âmbito das instituições de solidariedade social;
- Utilização de equipamentos de apoio social;
- Apoio domiciliário;
- Incentivos à criação de atividades por conta própria ou à criação do próprio emprego.

No quadro apresentado em seguida, elaborado de acordo com a informação extraída do relatório anual do RSI de 2011, elaborado pelo ISS, IP, relativos aos distritos do Continente e das Regiões Autónomas, observa-se uma diminuição no número de beneficiários abrangidos por ações de inserção em 2011, cerca de 291 mil de um universo de cerca de 118 mil acordos assinados (uma variação de menos 14,5% em relação a 2010). Refira-se que só no distrito do Porto foram assinados mais de 38 mil acordos de inserção que abrangeram mais de 89 mil beneficiários, destacando-se fortemente a nível nacional (quase mais 50% do que o número registado no distrito de Lisboa).





As áreas predominantes de ações de inserção são essencialmente a área da *Ação Social* e a área da *Saúde*, que assumiram 34,4% e 23,6% do total, respetivamente. Destaca-se ainda a área da *Educação* (16,7%) e do *Emprego* (15,1%), sendo que a *Habitação* e a *Formação Profissional* mantêm-se como as áreas de ação menos representativas deste conjunto (5,8% e 4,5% do total, respetivamente).

Face ao ano anterior, a distribuição pelas diferentes áreas alterou-se ligeiramente, com um reforço das áreas de inserção menos representativas, nomeadamente da *Habitação*, que registou um crescimento de 1,6 p.p. face a 2010.

X.6.10. DESPESA PAGA

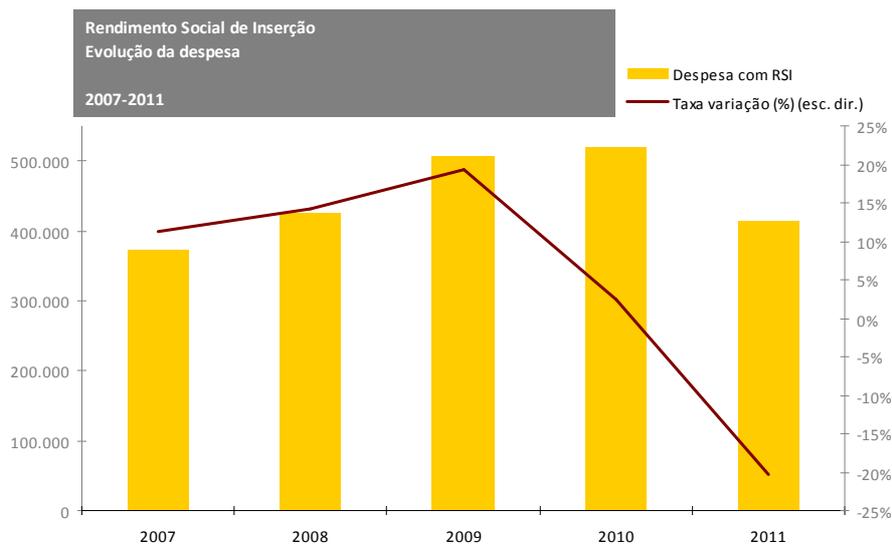
X.6.10.1. ANÁLISE EVOLUTIVA (2007 A 2011)

A despesa com *Rendimento Social de Inserção* (RSI) atingiu, em 2011, para o Continente e Regiões Autónomas, o montante de 414.383,5 milhares de euro, menos 20,3% do que em 2010, traduzindo o impacto anual da alteração da legislação que ocorreu em 2010. A evolução da despesa com esta prestação no último quinquénio foi a seguinte:

Despesa com Rendimento Social de Inserção no Continente e RA's
2007-2011

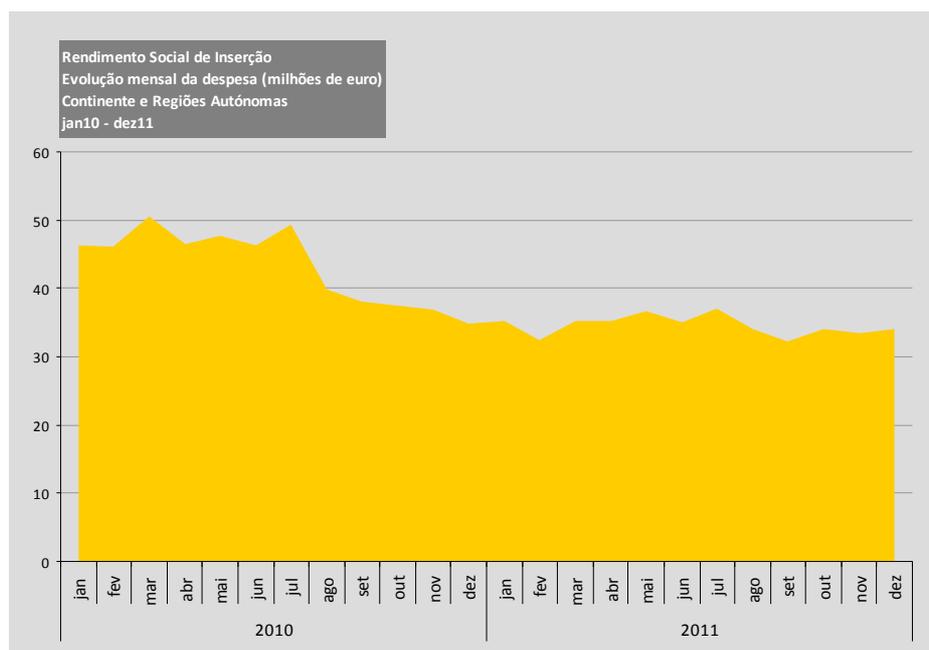
(milhares de euro)

	2007	2008	2009	2010	2011
RMG/RSI	372.596,4	425.721,0	507.708,9	519.908,7	414.383,5
Taxa variação (%)	11,3%	14,3%	19,3%	2,4%	-20,3%



Do gráfico depreende-se o forte e contínuo crescimento da despesa entre 2006 e 2009, na ordem dos 55%. No entanto, pode constatar-se que, depois de um período em que a taxa de variação anual se situou sempre acima dos dois dígitos (2006-2009), refletindo nomeadamente o impacto da alteração de legislação que regulou o RSI, em 2010 assistiu-se a uma significativa desaceleração da despesa, e, já em 2011, a uma redução que ultrapassou os 20%. Esta tendência prendeu-se com o impacto do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, nomeadamente com as novas condições de acesso ao RSI e com a suspensão de apoios específicos, formalmente designados por “apoios especiais” e “apoios complementares”.

Isto mesmo é confirmado no gráfico seguinte, em que se apresenta a evolução mensal da despesa com RSI no decorrer de 2010 e 2011. A redução da despesa a partir de agosto de 2010, mês da entrada em vigor do novo diploma, é evidente, ocorrendo ainda uma ligeira e gradual diminuição da execução até dezembro do mesmo ano. Nesse período, a quebra mensal da despesa com RSI atingiu um valor médio de cerca de 21% face aos primeiros meses de 2010. Em 2011, o valor médio da despesa mensal reduziu-se ainda em cerca de 8% face aos últimos cinco meses de 2010.

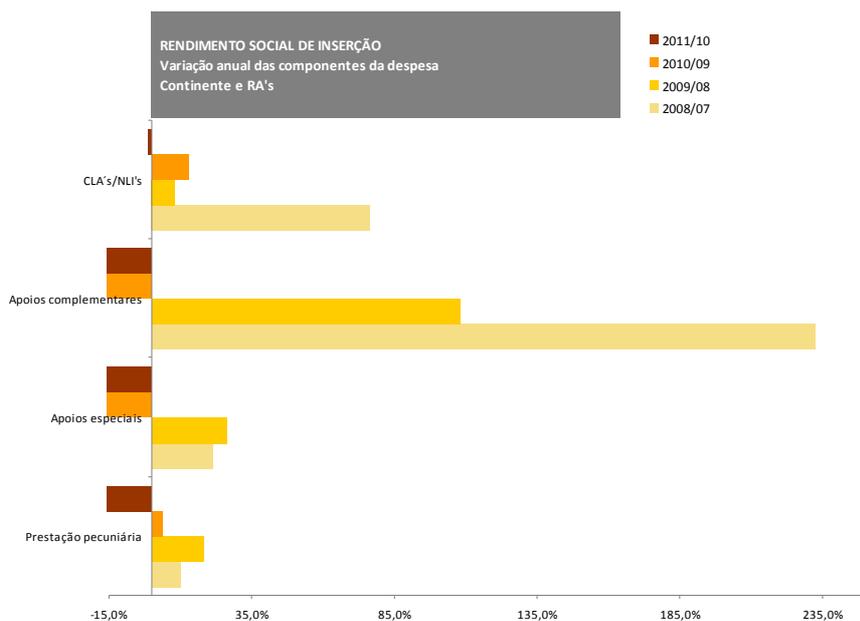


Neste sentido, a redução da despesa com RSI em 2011 traduz ainda a diminuição do número de beneficiários e famílias abrangidas no ano (-15,0% e -16,3%, respetivamente), refletindo ainda a diminuição do valor médio atribuído aos beneficiários (-3,2%). Este facto prende-se com a alteração das condições de acesso e atribuição da prestação, assim como da suspensão dos outros apoios.

A despesa com RSI para o Continente e Regiões Autónomas encontra-se discriminada, por componente, no seguinte quadro:

Despesa com RSI no Continente e Regiões Autónomas
Apoios Especiais, Apoios Complementares e CLA's/NLI's
2007-2011

	(euro)					Var %				Peso relativo				
	2007	2008	2009	2010	2011	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10	2007	2008	2009	2010	2011
Prestação de RMG/RSI	346.060.356,71	381.298.415,80	450.589.676,27	467.374.258,18	382.277.096,30	10,2	18,2	3,7	-18,2	92,9	89,6	88,7	89,9	92,3
Apoios especiais:	10.182.193,62	12.336.367,98	15.589.106,25	10.542.071,29	9.231,17	21,2	26,4	-32,4	-99,9	2,7	2,9	3,1	2,0	0,0
Compensação de despesas de habitação	8.808.292,85	10.724.038,47	13.890.416,87	9.489.463,43	9.231,17	21,7	29,5	-31,7	-99,9	2,4	2,5	2,7	1,8	0,0
Outras compensações	1.373.900,77	1.612.329,51	1.698.689,38	1.052.607,86	0,00	17,4	5,4	-38,0	-100,0	0,4	0,4	0,3	0,2	0,0
Apoios complementares (áreas):	2.067.973,38	6.876.432,77	14.301.156,43	11.232.647,53	1.655.324,99	232,5	108,0	-21,5	-85,3	0,6	1,6	2,8	2,2	0,4
Habitação	591.474,84	855.919,49	1.865.040,77	1.009.669,08	3.283,34	44,7	117,9	-45,9	-99,7	0,2	0,2	0,4	0,2	0,0
Saúde	1.213.191,90	1.482.522,27	2.107.558,93	1.117.647,36	27.542,52	22,2	42,2	-47,0	-97,5	0,3	0,3	0,4	0,2	0,0
Educação	80.553,21	100.064,31	196.333,90	94.139,08	1.273,73	24,2	96,2	-52,1	-98,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transportes	71.253,78	100.866,48	186.465,62	76.089,24	1.569,06	41,6	84,9	-59,2	-97,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	111.499,65	4.337.060,22	9.945.757,21	8.935.102,77	1.621.656,34	3.789,8	129,3	-10,2	-81,9	0,0	1,0	2,0	1,7	0,4
CLA's/NLI's:	14.285.911,72	25.209.820,60	27.228.998,32	30.759.722,86	30.441.892,47	76,5	8,0	13,0	-1,0	3,8	5,9	5,4	5,9	7,3
Protocolos com as IPSS	13.848.048,58	24.857.074,85	26.768.588,57	30.244.765,46	30.002.601,93	79,5	7,7	13,0	-0,8	3,7	5,8	5,3	5,8	7,2
CLA's/NLI's	437.863,14	352.745,75	460.409,75	514.957,40	439.290,54	-19,4	30,5	11,8	-14,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
TOTAL	372.596.435,43	425.721.037,15	507.708.937,27	519.908.699,86	414.383.544,93	14,3	19,3	2,4	-20,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0



Pode constatar-se que a redução registada na despesa global com RSI (-20,3%) resultou não só da suspensão dos apoios especiais e complementares, como também da diminuição da despesa com o pagamento das prestações pecuniárias (-18,2%), que representou 92,3% do total da despesa, e ainda do decréscimo de 1,0% com as estruturas físicas “CLA’s/NLI’s”.

Discriminando a análise:

- A suspensão dos apoios especiais e complementares a partir de agosto de 2010, com impacto anual em 2011, justificou a forte diminuição da despesa com estas prestações no biénio 2011/2010. Os valores residuais registados prendem-se com regularizações;
- O valor global despendido com RSI inclui também a despesa com os *Núcleos Locais de Inserção (NLI)*, e que serão objeto de análise mais detalhada no último ponto deste capítulo. Refira-se apenas que a despesa com CLA/NLI foi de 30.441,9 milhares de euro em 2011, menos 1,0% do que em 2010, sendo que a verba despendida com o estabelecimento de protocolos com as IPSS se manteve sensivelmente idêntica ao ano anterior (30,0 milhões de euro).

Em 2011, o valor da despesa com CLA/NLI representou 7,3% do total da despesa com RMG/RSI, um peso relativo significativamente superior aos últimos cinco anos, como se indica seguidamente:

Despesa com RSI e CLA/NLI no Continente e RA's
2007-2011

(milhares de euro)

		2007	2008	2009	2010	2011
Despesa com RMG/RSI (inclui CLA/NLI)	[1]	372.596,4	425.721,0	507.708,9	519.908,7	414.383,5
Despesa com CLA/NLI	[2]	14.285,9	25.209,8	27.229,0	30.759,7	30.441,9
Peso relativo da despesa com CLA/NLI no total da despesa com RMG/RSI	[2]/[1]	3,8%	5,9%	5,4%	5,9%	7,3%

NOTA: A medida RSI e as estruturas de apoio NLI passaram a vigorar a partir de junho/2003, substituindo progressivamente o RMG e as CLA, respectivamente.

A despesa com RSI representou, em 2011, cerca de 9% da despesa total realizada no Subsistema de Solidariedade, posicionando-se como uma importante prestação social no combate à pobreza e exclusão social.

Na totalidade da despesa do Sistema de Segurança Social, o montante despendido com RSI assume uma expressão relativa de 1,4%, o que representa uma diminuição do peso relativo após uma fase de relativa estabilização entre 2007 e 2010 (com oscilações anuais de mais ou menos 0,1 p.p.), tal como se indica no quadro seguinte:

Peso da despesa com RMG/RSI no total da despesa do Sistema de Segurança Social
2000-2011

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
2,2%	1,8%	1,3%	1,4%	1,3%	1,4%	1,6%	1,7%	1,6%	1,7%	1,7%	1,4%

X.6.10.2. DECOMPOSIÇÃO DA DESPESA COM RSI EM 2011/2010, CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS

A decomposição da despesa com RSI, por distritos, assim como a respetiva variação no período 2011/2010, é apresentada nos gráficos seguintes. De referir que se referenciam os distritos em que se verificou a variação máxima da despesa (Braga) e a mínima (Bragança).

Da decomposição do crescimento médio anual registado com prestações de RSI no Continente, em 2011 relativamente ao período homólogo de 2010 (-20,1%), constata-se que a despesa se reduziu em todos os distritos do Continente:

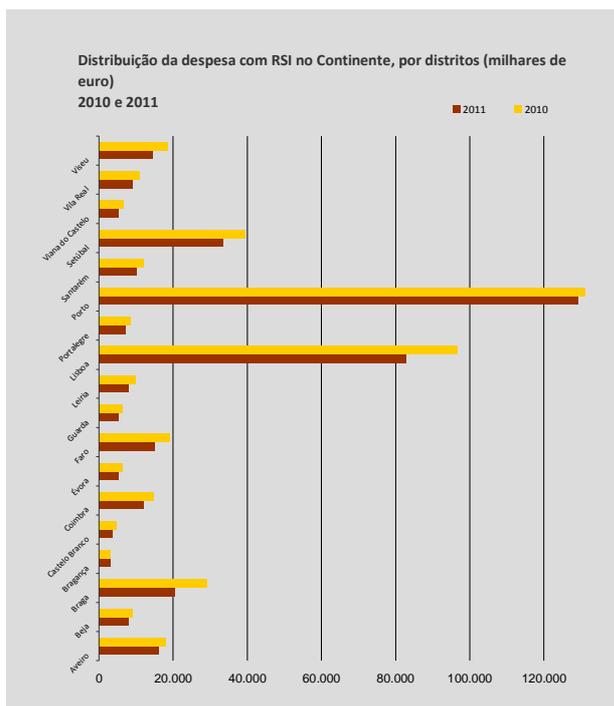
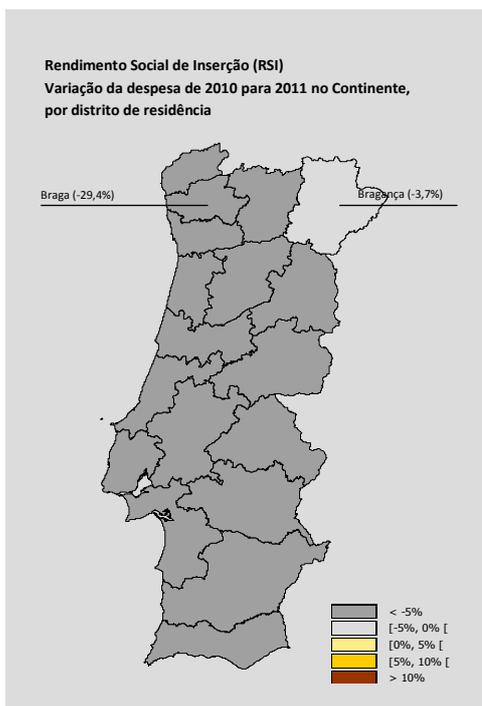
- Os distritos de Aveiro, Beja, Bragança, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal e Vila Real apresentaram uma taxa de variação superior à média do Continente, situando-se entre -20,1% (Faro), em que se registou um crescimento idêntico à média do continente, e -3,7% (Bragança);
- Por sua vez, os distritos de Braga, Castelo Branco, Porto, Viana do Castelo e Viseu apresentaram uma taxa de variação inferior à média do Continente, situando-se entre -29,4% (Braga) e -21,5% (Viseu);

- Em termos absolutos, o distrito do Porto dispendeu 129,3 milhões de euro, o valor mais elevado pago de RSI no Continente, ainda assim com uma redução de 43,9 milhões de euro face ao ano anterior (menos 25,3%);
- Os distritos do Porto e de Lisboa representaram, conjuntamente, 51,2% do total da despesa de RSI no Continente em 2011, sendo que a despesa realizada no Porto representou perto do dobro da verba despendida no distrito de Lisboa, que se ficou nos 82,9 milhões de euro. Ainda assim, dada a variação no biénio 2011/10 ter ocorrido no mesmo sentido e bastante mais forte no Porto (menos 25,3%), ocorreu uma aproximação da respetiva despesa.

Ao peso destes dois distritos no total do país não será alheio o facto de estes abrangerem 52,5% do número de beneficiários do RSI do Continente;

- Relativamente às Regiões Autónomas, pode observar-se que a despesa registada com RSI representou 6,1% do total da despesa no país, um peso relativo ligeiramente inferior ao registado no ano transato, menos 0,3 p.p., resultado da redução da despesa nas duas RA's ter sido superior à média do Continente.

Com efeito, a RA dos Açores registou um decréscimo da despesa em 2011, com 17,9 milhões de euro pagos, menos 4,6 milhões do que em igual período de 2010 (uma importância relativa idêntica ao ano anterior). Na RA da Madeira a despesa com RSI apresentou uma redução forte e ainda superior à registada na RA dos Açores (-30,7%), com um valor pago de 7,4 milhões de euro.



Distribuição da despesa com RSI no Continente, por distritos, e Regiões Autónomas
2010-2011

(milhares de euro)

Distrito	2010	2011	Var. absoluta	Var %
Aveiro	18.029,2	16.189,9	-1.839,4	-10,2
Beja	9.218,6	8.038,0	-1.180,5	-12,8
Braga	29.074,0	20.515,5	-8.558,5	-29,4
Bragança	3.260,4	3.140,5	-119,9	-3,7
Castelo Branco	4.792,6	3.711,1	-1.081,6	-22,6
Coimbra	14.664,6	11.970,8	-2.693,9	-18,4
Évora	6.244,7	5.198,5	-1.046,2	-16,8
Faro	18.989,9	15.168,7	-3.821,3	-20,1
Guarda	6.246,6	5.329,4	-917,2	-14,7
Leiria	9.891,1	8.064,6	-1.826,5	-18,5
Lisboa	96.636,7	82.911,2	-13.725,5	-14,2
Portalegre	8.547,6	7.152,4	-1.395,2	-16,3
Porto	173.209,6	129.338,0	-43.871,6	-25,3
Santarém	12.150,4	10.092,2	-2.058,2	-16,9
Setúbal	39.532,8	33.502,2	-6.030,6	-15,3
Viana do Castelo	6.638,2	5.196,3	-1.441,9	-21,7
Vila Real	11.078,0	9.016,7	-2.061,3	-18,6
Viseu	18.612,0	14.608,3	-4.003,7	-21,5
TOTAL Continente	486.817,1	389.144,3	-97.672,8	-20,1
RA dos Açores	22.457,3	17.874,2	-4.583,0	-20,4
RA da Madeira	10.634,4	7.365,0	-3.269,3	-30,7
TOTAL RA's	33.091,6	25.239,3	-7.852,4	-23,7
TOTAL País	519.908,7	414.383,5	-105.525,2	-20,3

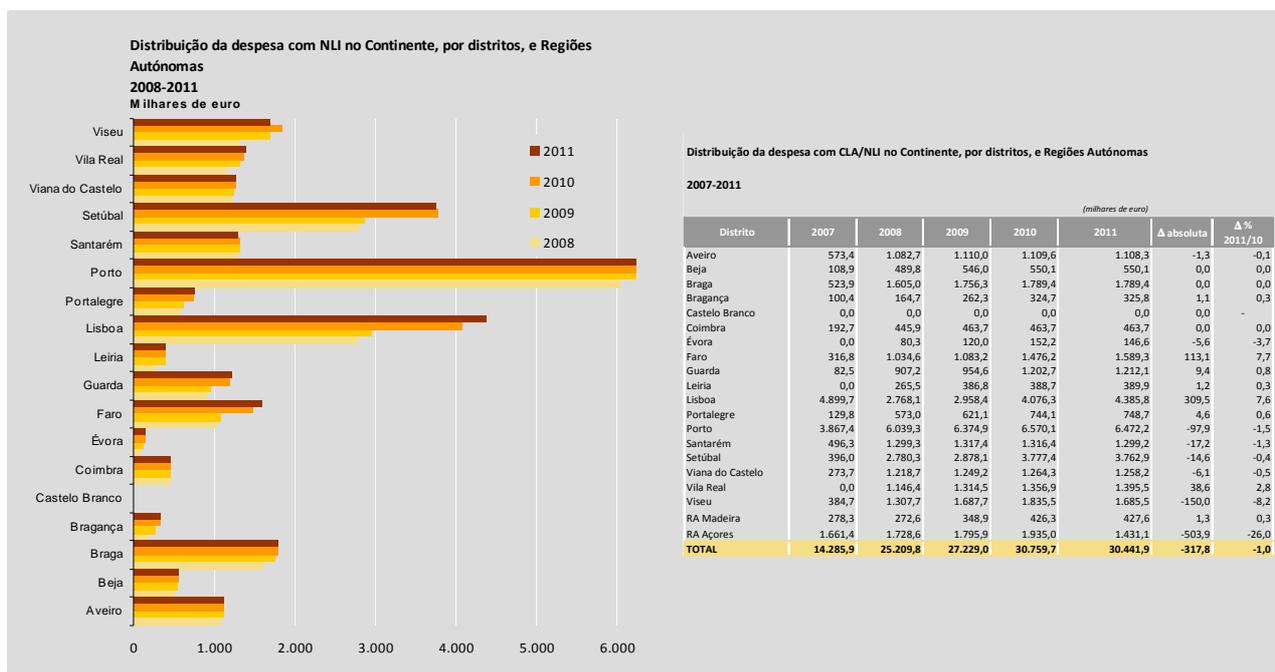
X.6.3. DESPESA COM NÚCLEOS LOCAIS DE INSERÇÃO (NLI)

Os NLI³⁹ são as entidades responsáveis, localmente, pela definição dos programas de inserção e planificação das ações inerentes aos mesmos, delimitados para cada família beneficiária⁴⁰. Os NLI têm uma base concelhia, sendo constituídos por:

- *Parceiros obrigatórios* – representantes dos organismos públicos responsáveis, na respetiva área de atuação, pelos setores da segurança social, do emprego e formação profissional, da educação, da saúde e das autarquias locais;
- *Parceiros não obrigatórios* – representantes de outros organismos, públicos ou privados, sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades na respetiva área geográfica de cada NLI.

No país, a despesa com NLI suportada pela segurança social foi de 30,4 milhões de euro em 2011, sendo que 28,6 milhões estão afetas ao Continente, que registou um crescimento de 0,7% face a 2010. Em 2011, da despesa gasta nesta rubrica, 98,6% refere-se ao pagamento dos protocolos celebrados entre os NLI e as IPSS, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI. O número de acordos de cooperação celebrados em 2011, no Continente, decresceu 15,8% (em 2010 tinham sido celebrados 138.542 acordos, que compara com os 116.599 em 2011). A despesa com estas estruturas de apoio local representou 7,3% do total da despesa com RSI em 2011, mais 1,4 p.p. do que em 2010.

A distribuição da despesa por distritos no Continente está representada no gráfico seguinte:



³⁹ Refira-se que a participação das IPSS no processo de desenvolvimento de ações de inserção inerentes ao RSI, assim como o de outras entidades que prossigam os mesmos fins, correspondeu a uma inovação do novo diploma. Esta participação concretizou-se mediante a celebração de protocolos específicos com as entidades distritais da segurança social, procurando-se assim criar um novo sistema de responsabilização. O objetivo final foi o de envolver a própria sociedade civil no processo de inclusão dos beneficiários.

⁴⁰ Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, republicada na Declaração de Retificação n.º 7/2003, em 29 de maio, e alterada pela Lei n.º 45/2005, de 29 de agosto.

Verifica-se que, em 2011:

- O ligeiro aumento da despesa com NLI no Continente (+0,7%), reflete sobretudo o acréscimo ao nível dos distritos de Faro e Lisboa onde se registaram os maiores aumentos de despesa com estas estruturas em 2011 (acima dos 7%);
- A capital do país registou também o maior crescimento de despesa, em termos absolutos, no ano de 2011, superior a 300 milhares de euro, o que representa um acréscimo do seu peso relativo em 1 p.p. entre 2010 e 2011 (que compara com mais 2,6 p.p. entre 2009 e 2010). Foi também no distrito de Lisboa que ocorreu uma das maiores variações percentuais da despesa, com um crescimento de 7,6% relativamente a 2010;
- Refira-se que, em 2011, tal como sucedido nos anos anteriores, o distrito de Castelo Branco não registou despesa com CLA/NLI;
- Relativamente às Regiões Autónomas, estas assumiram, conjuntamente em 2011, 6,1% da despesa com CLA/NLI no país (ver gráfico seguinte), um peso relativo que diminuiu face ao ano anterior (-1,6 p.p.). Esta despesa fixou-se em 1.858,7 milhares de euro no ano de 2011, que compara com 2.361,3 milhares de euro em 2010.

Em 2011, a RA dos Açores é a região com maior importância relativa no total, 4,7% relativamente a 1,4% da RA da Madeira, tendo estas assumido uma despesa de 1.431,1 e 427,6 milhares de euro com NLI, respetivamente.

X.7. COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS (CSI)

X.7.1. ENQUADRAMENTO

O *Complemento Solidário para Idosos (CSI)* é um apoio instituído em dezembro de 2005⁴¹ e criado com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social da população mais idosa. Esta medida constitui um complemento aos recursos que os idosos já possuem, nomeadamente as pensões, contribuindo para apoiar uma população – alvo muitas vezes económica e socialmente fragilizada.

O CSI concretiza-se pela atribuição de uma prestação pecuniária, de montante diferencial⁴², integrada no *Subsistema de Solidariedade do Sistema de Proteção Social de Cidadania*, podendo ainda incluir o pagamento de *benefícios adicionais de saúde*. Estes apoios consistem numa comparticipação financeira em medicamentos, óculos, lentes e próteses dentárias removíveis⁴³, competindo ao *Ministério da Saúde* a decisão de atribuição dos mesmos.



No ano de 2011, sexto ano de atribuição do CSI a despesa ascendeu a 272,7 milhões de euro, sendo que os benefícios na área da saúde correspondem a cerca de 1,6% do total da despesa, uma importância relativa que se tem mantido relativamente constante nos últimos três anos.

X.7.2. NÚMERO DE REQUERENTES E BENEFICIÁRIOS DE CSI (2006-2011)

X.7.2.1. Total e por Sexo

Desde o início de atribuição da medida CSI, em março de 2006, até dezembro de 2011, requereram este apoio perto de 425 mil pessoas, sendo que, destas, mais de metade (55,5%) viu o seu processo deferido, por satisfação das condições de atribuição. A evolução anual do número de processos de requerentes entrados, desagregado por sexo, assim como o número de beneficiários registados em 31 de dezembro de cada ano é indicado no quadro seguinte.

⁴¹ Nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro.

⁴² O montante do complemento solidário para idosos corresponde à diferença entre o montante de recursos do requerente, determinado nos termos dos artigos 6º e 7º do Decreto-Lei 232/2005, de 29 de dezembro, e o valor de referência do complemento, tendo como limite máximo este último valor.

⁴³ Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 252/2007, de 5 de julho (os benefícios incidem apenas sobre a parcela não comparticipada pelo Estado),

Medicamentos – participação financeira em 50% da parcela do preço não comparticipada pelo Estado;

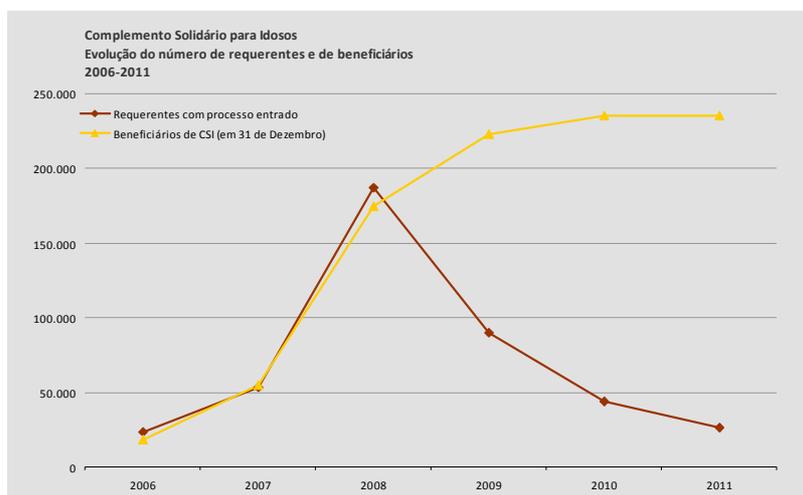
Óculos e Lentes – participação financeira em 75% da despesa, até ao limite de 100 euros, por cada período de dois anos;

Próteses dentárias removíveis – participação financeira em 75% da despesa na aquisição e reparação, até ao limite de 250 euros, por cada período de três anos.

No gráfico seguinte pode constatar-se que a partir de 2008 o número de requerimentos entrados iniciou uma trajetória descendente, sendo que nos três últimos anos este se reduziu consecutivamente para metade, atingindo os 26,6 mil em 2011 (um número próximo do registado em 2006, o primeiro ano de atribuição deste complemento).

Complemento Solidário para Idosos							
Evolução do número de requerentes e de beneficiários							
Continente e RA's							
2006-2011							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Requerentes com processo entrado [1]	23.489	53.686	187.251	89.966	43.604	26.624	424.620
Feminino	16.784	35.282	116.235	55.836	26.619	16.255	267.011
Masculino	6.705	18.404	71.016	34.130	16.985	10.369	157.609
Taxa de var. percentual (total)	-	128,6	248,8	-52,0	-51,5	-38,9	(soma)
Beneficiários de CSI (em 31 de Dezembro) [2]	18.017	54.612	174.372	222.958	235.061	235.726	235.726
Taxa de var. percentual	-	203,1	219,3	27,9	5,4	0,3	(valor acumul.)
						Peso relativo [2]/[1]	55,5%

Fonte: II, IP



Fonte: II, IP

Devido ao menor número de requerimentos entrados no período 2009-2011, o número de processos deferidos de CSI iniciou igualmente uma desaceleração, de três para dois dígitos no biénio 2009/2008 (+27,9%), para um dígito no biénio 2010/2009 (+5,4%) situando numa variação praticamente nula no biénio 2011/2010 (+0,3%). Esta evolução indicia que se terá atingido a maturidade do processo de atribuição deste apoio, seis anos após a sua implementação efetiva.

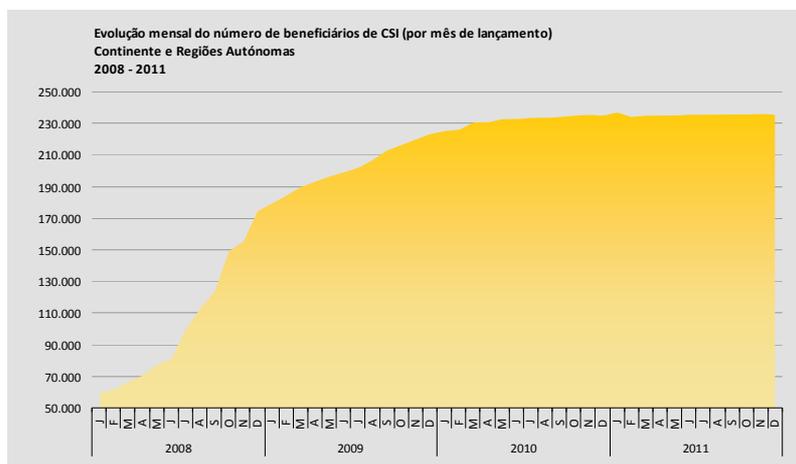
Da análise à evolução do número de beneficiários da prestação em análise desde 2006 pode constatar-se o aumento contínuo do seu número ainda que acusando uma diminuição do seu ritmo de crescimento, que se verifica a partir de janeiro de 2009, e uma quase estagnação desde março de 2010 (ver gráfico seguinte).

Refira-se que o crescimento mensal do número de beneficiários do CSI⁴⁴, especialmente evidente a partir do último semestre de 2008, resultou também da maior abrangência da medida – que passou, nesse ano, a incluir os idosos com idade superior a 65 anos. Outro facto que contribuiu para o maior volume de beneficiários foi a maior

⁴⁴ Por mês de lançamento, traduzindo o número de ocorrências do mês.

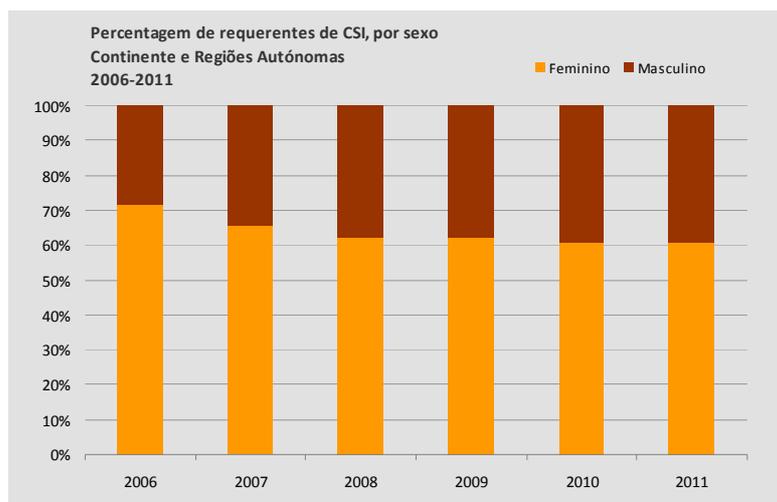
divulgação realizada junto da população idosa, com sucessivas sessões de esclarecimento, assim como a maior simplificação do processo de candidatura.

Em 31 de dezembro de 2011, beneficiaram de CSI um total de 235,7 mil pessoas, mais 0,3% do que em igual período do ano anterior.



Fonte: II, IP

Do quadro anterior depreende-se ainda que a grande maioria dos requerentes do CSI é do sexo feminino, mais de 60% do total, anualmente. Este facto traduz as maiores fragilidades económicas e de subsistência deste segmento da população, com rendimentos declarados inferiores, em média, ao da população masculina idosa. Verifica-se, no entanto, que esta percentagem tem vindo a perder importância relativa desde 2006, conforme se pode depreender do seguinte gráfico:

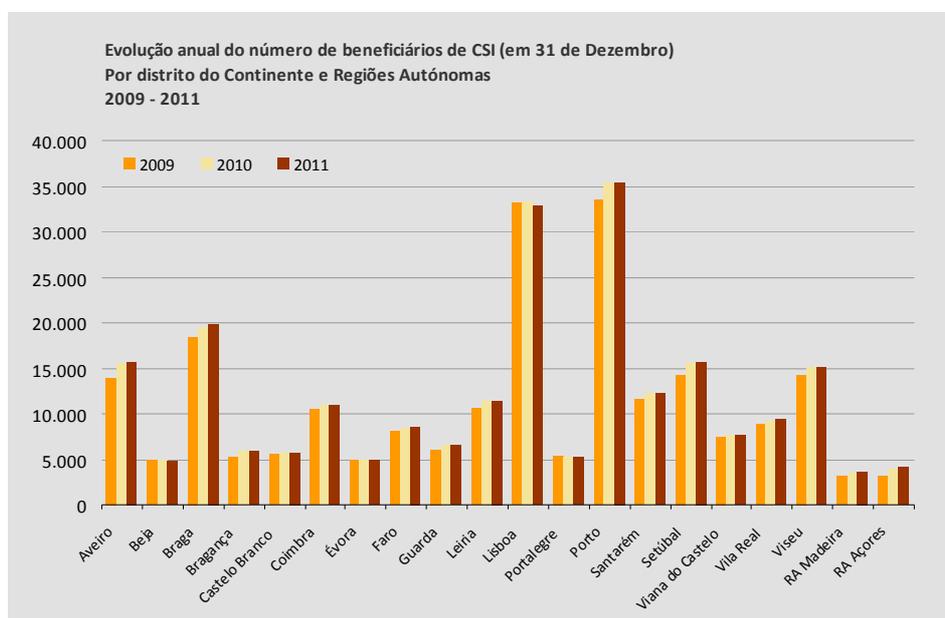


Fonte: II, IP

Em 2006, perto de 71,5% do número total de requerentes correspondia a pessoas do sexo feminino, sendo que em 2011 esta percentagem se reduziu para 61,1% do total.

X.7.2.2. Número de Beneficiários de CSI, por Distrito de Residência

Em 2011, os dois principais centros urbanos do país, *Lisboa* e *Porto*, concentraram quase 69 mil beneficiários de CSI (menos 361 do que em 2010), cerca de 29% do total, cobrindo, respetivamente, 7,7% e 12,2% da população idosa nestes dois distritos (ver ponto de análise seguinte). Dos restantes distritos, destacam-se *Aveiro*, *Braga*, *Setúbal* e *Viseu*, com um número de titulares superior a 15 mil.



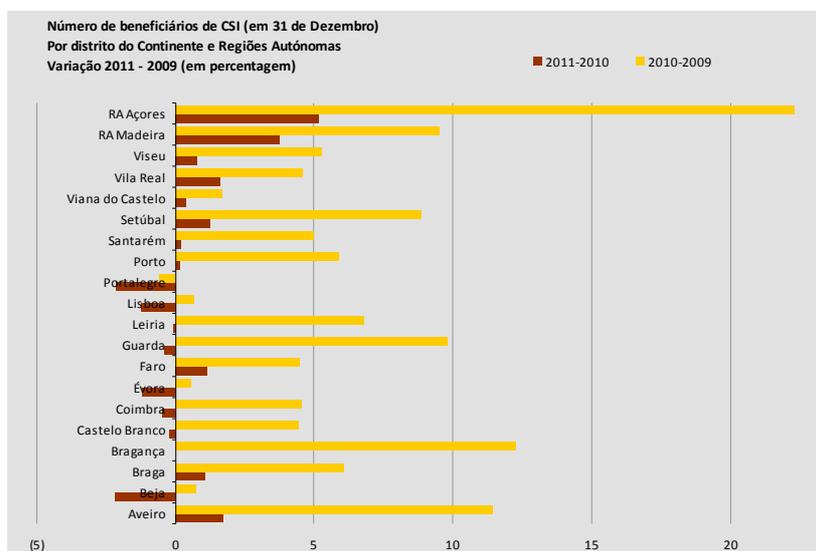
Fonte: II, IP

Nota: os dados foram calibrados tomando como referência o valor registado em 31 de dezembro.

Analisando a variação, por distrito, do número de beneficiários com lançamento de CSI no biénio 2011/2010 (ver gráfico seguinte), constata-se que nos distritos de *Portalegre* (-2,1%), *Beja* (-2,2%), *Lisboa* (-1,2%), *Évora* (-1,2%), *Guarda* (-0,4%), *Coimbra* (-0,5%), *Castelo Branco* (-0,2%) e *Leiria* (-0,1%) se operou um crescimento negativo (quando no biénio 2010/2009 apenas *Portalegre* tinha registado uma redução de 0,6%), o que contribuiu para uma variação média positiva de apenas 0,3% em 2011. Destacam-se, no entanto, as duas Regiões Autónomas, com os crescimentos mais elevados no biénio, na ordem dos 3,7% na RAM (que compara com 9,5% no biénio anterior) e de 5,2% na RAA (que compara com um crescimento de 22,3% no biénio 2010/2009).

Do conjunto, destaca-se ainda os distritos de *Guarda* e *Bragança* e a RAA que registaram as maiores desacelerações percentuais (com quebras no ritmo de crescimento acima dos 10 p.p. entre os dois últimos biénios). Ainda assim, como vimos, a RAA cresceu acima da média nacional.

Refira-se que, em termos absolutos, a maior variação no biénio 2011/2010 operou-se no distrito de *Aveiro*, que registou mais 265 beneficiários em 2011 do que em igual período do ano anterior, seguindo-se o distrito de *Braga* com mais 207 beneficiários e a *RAA* com um acréscimo de 202 beneficiários. Lisboa foi o distrito em que se registou a maior redução absoluta no número de beneficiários (com menos 410 do que em 2010).



Fonte: II, IP

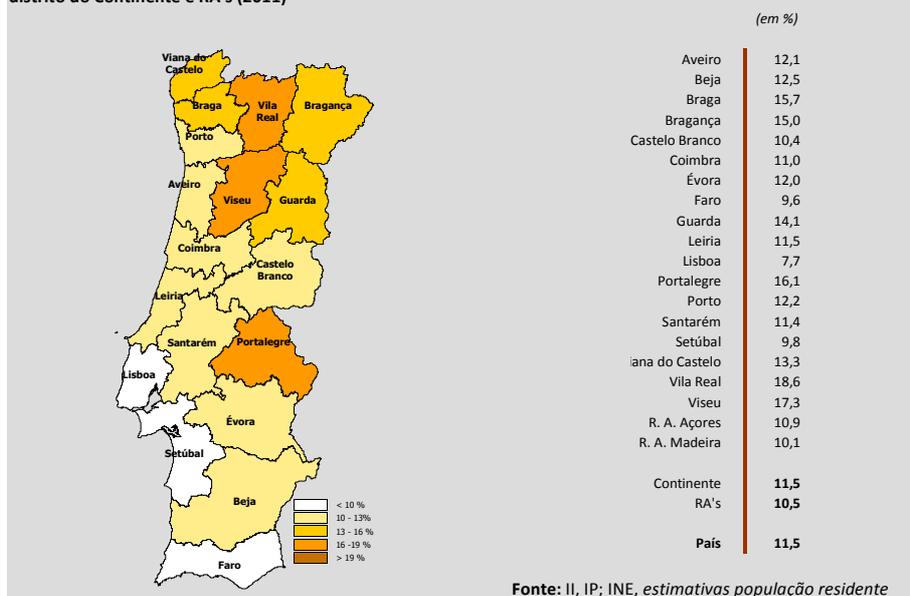
X.7.2.3. Peso relativo do número de Beneficiários de CSI no total da População Idosa, por distrito, em 31 de dezembro de 2011

Em 31 de dezembro de 2011, o número de pessoas que recebeu o CSI no território continental representou uma taxa de incidência de 11,5% no universo de pessoas idosas com mais de 65 anos.

Nas Regiões Autónomas este valor foi ligeiramente inferior, situando-se em 10,5% (10,1% na *RA dos Açores* e 11,5% na *RA da Madeira*).

Como se pode constatar no gráfico, as regiões do Continente que registaram uma maior cobertura da população idosa situaram-se principalmente no interior do país, nomeadamente na região norte e no Alentejo, sendo que o distrito de *Vila Real* foi o que apresentou o maior número de beneficiários do CSI no total da população idosa do distrito (18,6%).

Percentagem do número de beneficiários do CSI no total da população idosa (com idade superior a 65 anos), por distrito do Continente e RA's (2011)

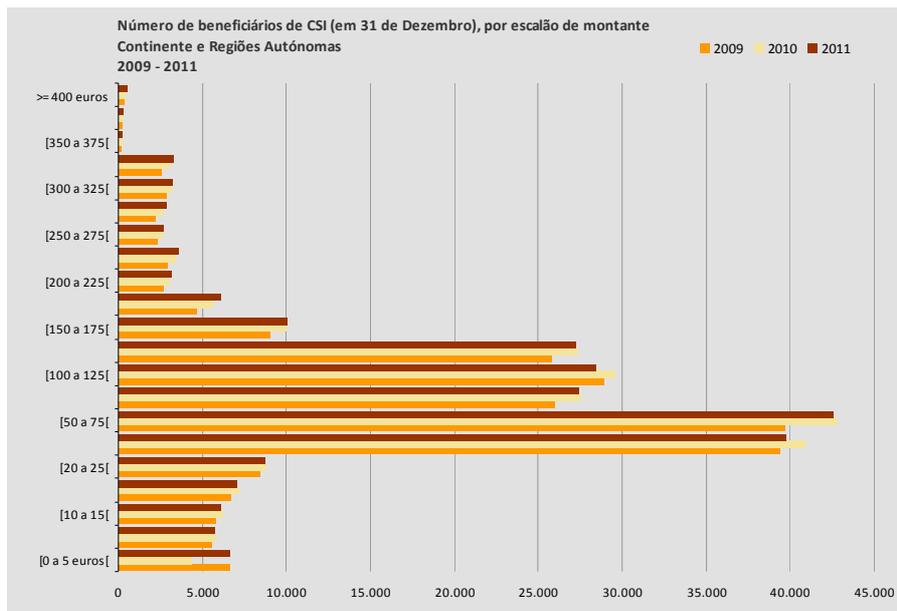


X.7.2.4. Número de Beneficiários com lançamento de CSI, por escalão de montante, em 2011

Em 2011, à semelhança do sucedido nos anos anteriores, um número maioritário de beneficiários de CSI recebeu um valor de complemento que se situou entre os 25 e os 75 euros: 82,4 mil pessoas, 34,9% do total (que compara com 35,6% em 2010).

Este número representa um decréscimo de 1,4 mil beneficiários face ao período homólogo do ano anterior, refletindo, entre outros fatores, para além da maturação da prestação, a atualização anual do valor de referência do complemento e também o nível de rendimentos apresentados pelos novos beneficiários.

Com valores extremos, verifica-se que 25,4 mil beneficiários receberam um complemento inferior a 20 euros (mais 2 mil do que em 2010) representando 10,8% do total (que compara com o peso relativo de 10,0% em 2010), enquanto 3,2% do total (mais 0,14 p.p. do que em 2010), cerca de 7,5 mil pessoas (mais 340 do que no ano anterior), receberam um valor de CSI superior a 300 euros.

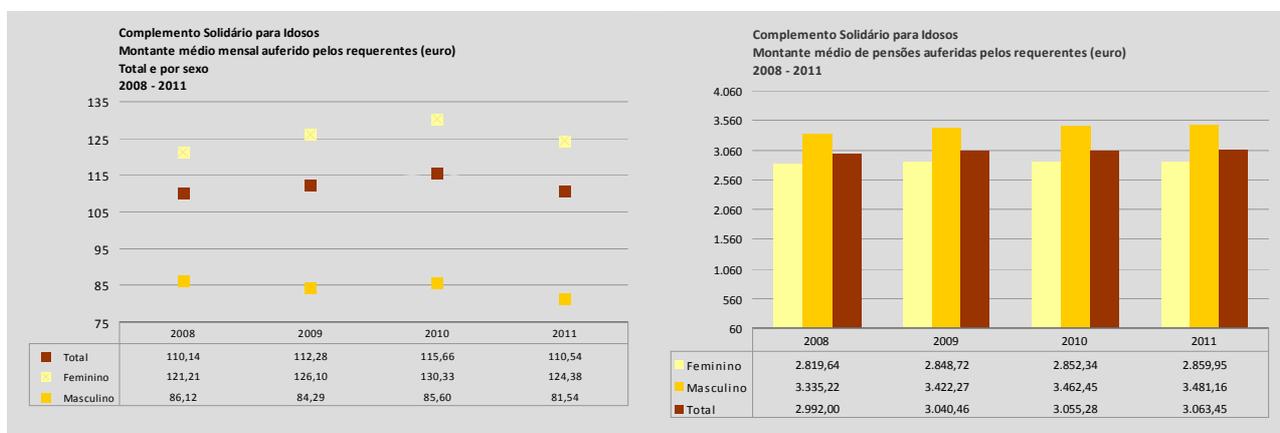


Fonte: II, IP

X.7.3. VALOR MÉDIO DE CSI E MONTANTE MÉDIO DE PENSÕES AUFERIDAS

X.7.3.1. Valor Médio de CSI e Montante Médio de pensões auferidas – total e por sexo (2008-2011)

Em 2011, um beneficiário de CSI recebeu, em média, 110,5 euros mensais, um valor inferior a 2010 e a 2009 em cerca de, respetivamente, menos 5,1 e 1,7 euros. Esta redução ficou a dever-se, não só aos rendimentos apresentados pelos beneficiários, mas também ao facto de não se ter procedido à atualização do valor de referência do CSI em 2011.



Verifica-se ainda que o valor recebido de CSI é significativamente distinto nos dois sexos: uma idosa recebeu, em média, mais 42,85 euros do que um indivíduo do sexo masculino, com uma prestação de valor correspondente a 124,38 euros/mês; por sua vez, o montante médio recebido por um idoso do sexo masculino reduziu-se em 4 euro face a 2010, situando-se em 81,54 euros em 2011.

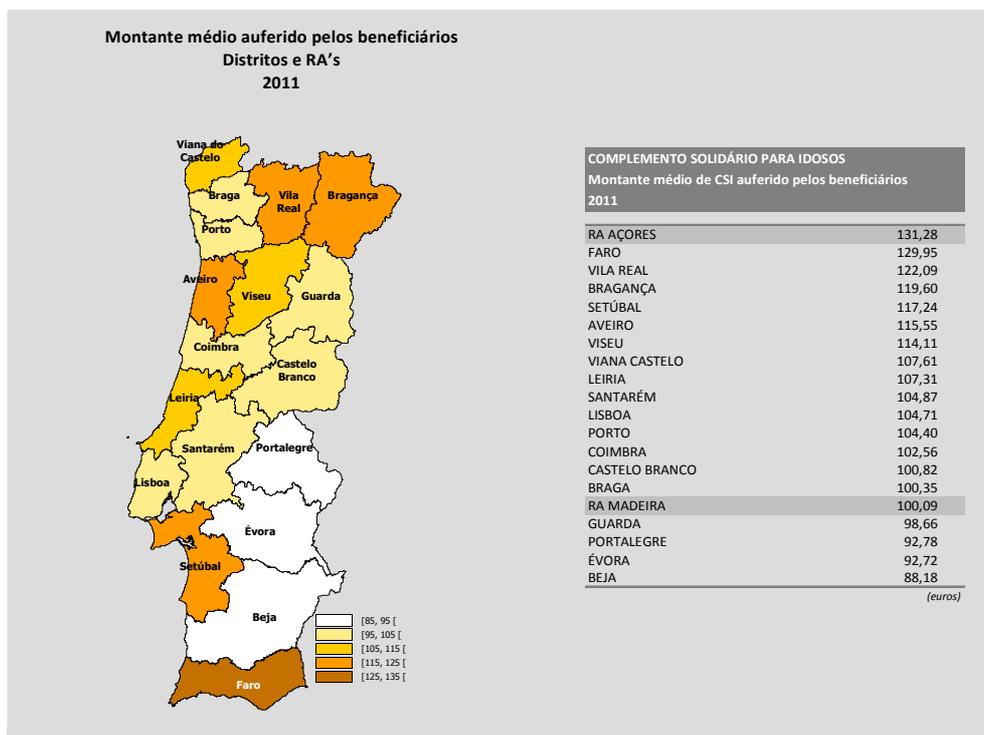
A análise dos montantes declarados dos beneficiários de CSI (ver gráfico da direita) revela que nos quatro anos em análise – 2008, 2009, 2010 e 2011, os requerentes ao CSI apresentaram um rendimento anual de pensões no montante de cerca de 3 mil euros anuais (com um crescimento que variou entre os 1,6% em 2009 e os 0,3% em 2011).

Tal como esperado e à semelhança do ocorrido em 2010, devido ao fator de atualização anual, a média dos rendimentos cresceu ligeiramente no biénio 2011/2010, destacando-se, ainda assim, um menor acréscimo ao nível do setor feminino (+7,61 euros, comparativamente a +18,72 euros na população masculina), que pode ser parcialmente explicado pela diferença de remunerações que existe entre os dois sexos. Refira-se que o limite máximo para atribuição de CSI 2011 foi, tal como em 2010, de 5.022 euros anuais.

Facilmente se depreende que o setor masculino, auferindo valores de pensão mais elevados, tem direito a um valor de CSI, em média, mais baixo.

X.7.3.2. Valor Médio de CSI – por distrito (2011)

As figuras seguintes evidenciam o montante médio de CSI auferido por beneficiário em cada distrito, sendo estes se encontram no quadro apresentado por ordem decrescente de valor.



Em 2011 constata-se que os montantes médios de CSI atribuídos por beneficiário no país atingiram um valor mínimo no distrito de Beja (88 euro) e um valor máximo na RA dos Açores (131 euro). No continente, destacam-se ainda os distritos de Faro e Vila Real, por apresentarem um valor médio auferido de cerca de 130 e 122 euros, respetivamente. Nos restantes distritos do Continente, o gráfico evidencia que na região do Alentejo foram atribuídos os valores médios de CSI mais baixos do país, que não atingiram os 93 euros por beneficiário.

Nas Regiões Autónomas, se nos Açores se pagou o valor médio mais elevado, na Madeira o valor médio pago por beneficiário situou-se nos 100 euro, abaixo do valor médio do país.

A distribuição, por distrito, do montante médio de CSI auferido por beneficiário no país é um indicador do grau de fragilidade económica e social da população idosa em cada unidade territorial, nomeadamente no que diz respeito ao nível de rendimentos e pensões auferidas.

X.7.4. NÚMERO DE PROCESSOS SUSPENSOS DE CSI, POR MOTIVO DE SUSPENSÃO (2006-2011)

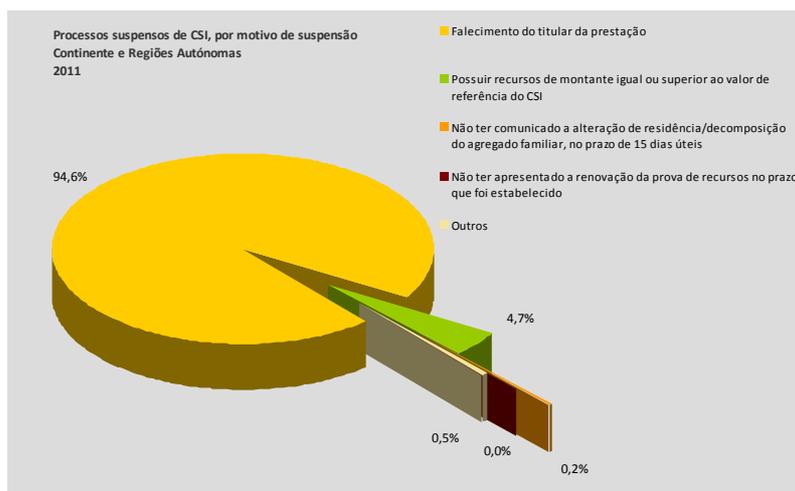
Do universo de processos CSI deferidos entre março de 2006 e dezembro de 2011, ocorreram posteriormente suspensões de pagamento, que se deveram, na sua grande maioria, a situações de falecimento, dado o segmento da população abrangido. Até 2011, verificaram-se 39,3 mil suspensões de CSI, cerca de 16,7% do total de processos deferidos até essa data. Destas suspensões, 57% ocorreram nos dois últimos anos (2010 e 2011).

PROCESSOS SUSPENSOS DE CSI						
Continente e RA's						
2006-2011						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	439	1.978	4.516	9.981	11.381	10.997
Taxa de variação (%)	-	350,6	128,3	121,0	14,0	-3,4
TOTAL (valor acumulado)						39.292
% suspensões / total processos deferidos						16,7%

Fonte: II, IP

Do total de suspensões ocorridas em 2011, 94,6% deveram-se ao *falecimento do titular da prestação*, menos 1,3 p.p. do que em 2010, invertendo a tendência crescente da sua representatividade que se verificava desde 2008 (ver quadro e gráfico infra). Destaca-se ainda o número de suspensões que decorreu do facto do *titular possuir recursos de montante igual ou superior ao valor de referência do CSI* com 4,7% do total (o que representa um acréscimo de 1,3 p.p. em termos de peso relativo, face a 2010).

No último ano verifica-se que triplicaram o número de suspensões pelo facto do *titular não ter apresentado os meios de prova que lhe foram solicitados no prazo que foi estabelecido*, de 11 casos em 2010 para 33 em 2011. Em sentido inverso, relevam o facto de não terem ocorrido suspensões por motivo de o *titular não ter apresentado a renovação da prova de recursos no prazo que foi estabelecido* (quando em 2010 tinham ocorrido 23 casos) e a diminuição em 30% do número de casos suspensos pelo facto do *titular não ter comunicado a alteração de residência/decomposição do agregado familiar no prazo estipulado (15 dias)*. Os restantes motivos são pouco significativos, representando um valor residual no universo considerado.



NÚMERO DE PROCESSOS SUSPENSOS DE CSI, por motivo de suspensão Continente e Regiões Autónomas 2008-2011								
Motivo de suspensão	2008	2009	2010	2011	Peso relativo			
					2008	2009	2010	2011
Falecimento do titular da prestação	3.929	9.079	10.916	10.408	87,0	91,0	95,9	94,6
Possuir recursos de montante igual ou superior ao valor de referência do CSI	457	764	384	512	10,1	7,7	3,4	4,7
Mudança de titularidade	66	75	5	3	1,5	0,8	0,0	0,0
Não ter entregue documentação obrigatória	17	9	4	3	0,4	0,1	0,0	0,0
Não ter comunicado a alteração de residência/decomposição do agregado familiar, no prazo de 15 dias úteis a contar da data de ocorrência dos factos ou da notificação PE	15	9	27	19	0,3	0,1	0,2	0,2
Não ter apresentado a renovação da prova de recursos no prazo que foi estabelecido	11	25	23		0,2	0,3	0,2	0,0
Não ter apresentado os meios de prova que lhe foram solicitados no prazo que foi estabelecido	11	9	11	33	0,2	0,1	0,1	0,3
Outros	10	11	11	19	0,2	0,1	0,1	0,2
Total	4.516	9.981	11.381	10.997	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: II, IP

X.7.5. DESPESA COM COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS (CSI)

X.7.5.1. Despesa anual com CSI, por componente (2006-2011)

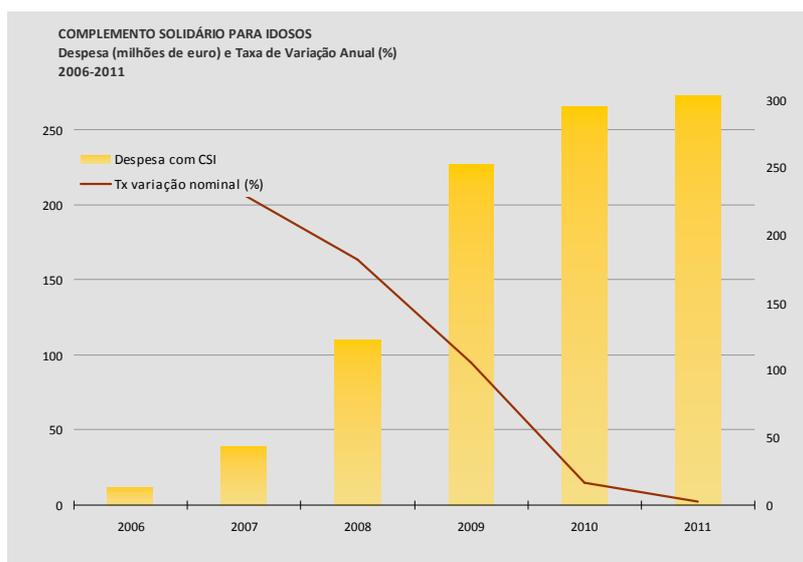
O ano de 2011 confirma a desaceleração do crescimento da despesa com CSI que se constatou em 2010, reforçando a ideia de que a medida está a atingir a maturação, depois de um período em que a variação nominal da despesa atingiu valores superiores a três dígitos.

Com efeito, o forte incremento da despesa no período anterior a 2010 (2006-2009) resultou não só da entrada significativa de novos requerimentos, que crescentemente foram reconhecendo o direito ao apoio, como também pelo facto de ter ocorrido uma abrangência gradual do número de titulares do apoio. Em 2006 foram abrangidos os *idosos com idade igual ou superior a 80 anos*, em 2007 o intervalo foi alargado para os *idosos a partir dos 70 anos*, sendo que a partir de 2008 todos os *idosos com idade superior ou igual a 65 anos*, desde que enquadrados nas restantes condições de atribuição, puderam requerer o apoio.

Como se pode constatar no quadro seguinte, a execução da despesa com CSI até dezembro de 2011 atingiu cerca de 913 milhões de euro, sendo que 29,4% desse valor reporta-se a 2011, com um montante despendido de 272,7 milhões de euro. Face ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de mais 2,8% (7,5 milhões de euro), seguindo em linha com a evolução do número de beneficiários (ver ponto de análise anterior).

O acréscimo da despesa em 2011 resultou, praticamente, do *efeito volume*, uma vez que não atualização anual do *complemento e valor de referência* do CSI (*efeito preço*). Mantendo-se assim o valor de referência do CSI de 5.022 euros estabelecido nos termos da *Portaria 1457/2009, de 31 de dezembro*.

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS (CSI)							
Evolução da despesa anual no Continente e Regiões Autónomas (euros)							
2006-2011							
Complemento Solidário para Idosos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2006-2011
Prestação de CSI	11.921.481,78	39.242.893,35	109.490.189,03	223.521.193,78	261.211.015,23	268.364.388,47	913.751.161,64
Benefícios adicionais de saúde	-	7.001,97	1.013.721,22	3.657.660,78	4.010.989,10	4.383.981,84	13.073.354,91
Total	11.921.481,78	39.249.895,32	110.503.910,25	227.178.854,56	265.222.004,33	272.748.370,31	926.824.516,55
Tx variação nominal (%)		229,24	181,54	105,58	16,75	2,84	2.187,87
Peso relativo dos benefícios adicionais no total da despesa	-	0,02%	0,92%	1,61%	1,51%	1,61%	1,41%



Tal como referido anteriormente, a despesa global com CSI inclui o pagamento de *benefícios adicionais* na área da saúde, pagos conjuntamente com a prestação mensal. Em 2011, a despesa com estes benefícios atingiu um valor superior a 4,3 milhões de euro, representando 1,6% do total da despesa⁴⁵. Esta despesa tem apresentado uma evolução crescente, contribuindo para o incremento da despesa total com CSI, ainda assim mais estável nos últimos dois anos.

Em síntese, para a forte evolução da despesa anual com CSI no período 2006-2011 contribuíram, entre outros, os seguintes fatores:

⁴⁵ Do total da despesa efetuada com *benefícios adicionais de saúde*, 50% é reembolsada pelo Ministério da Saúde.

- em 2007, a aprovação de *benefícios adicionais* para os titulares do apoio, no que se refere a despesas de saúde;
- em 2008, passaram a ter direito ao CSI todos os idosos com idade superior a 65 anos, desde que cumprindo as condições específicas de acesso⁴⁶. Antecipou-se assim em um ano o escalonamento inicialmente definido para o acesso à prestação;
- em 2008, procurou-se ainda agilizar o acesso à prestação, considerando-se que era possível diminuir os níveis de privação decorrentes da escassez de recursos económicos dos idosos, nomeadamente os que frequentam equipamentos sociais de carácter não residencial, e que continuam na sua maioria a suportar encargos fixos, como a habitação própria. Nessa data, aproveitou-se ainda para garantir uma melhor proteção dos idosos que são beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), salvaguardando-se que o efeito da consideração do montante de CSI, entretanto atribuído no recálculo do valor da prestação de RSI, não conduzisse a uma diminuição de ambas as prestações;
- em 2011 não foi atualizado o valor do complemento e valor de referência do CSI (logo não houve um efeito preço na variação da despesa);
- o crescimento do número de beneficiários do apoio (efeito volume). Desde o início da implementação da medida, em 2006⁴⁷, até ao final de 2011, requereram este apoio perto de 424 mil idosos e mais de 235 mil viram o seu pedido deferido, um número que representa uma taxa de incidência de cerca de 11,5% de entre o universo de pessoas com mais de 65 anos. No biénio 2011/2010 o número de beneficiários do CSI aumentou 0,3%.

X.7.5.2. Despesa mensal com CSI (2007-2011)

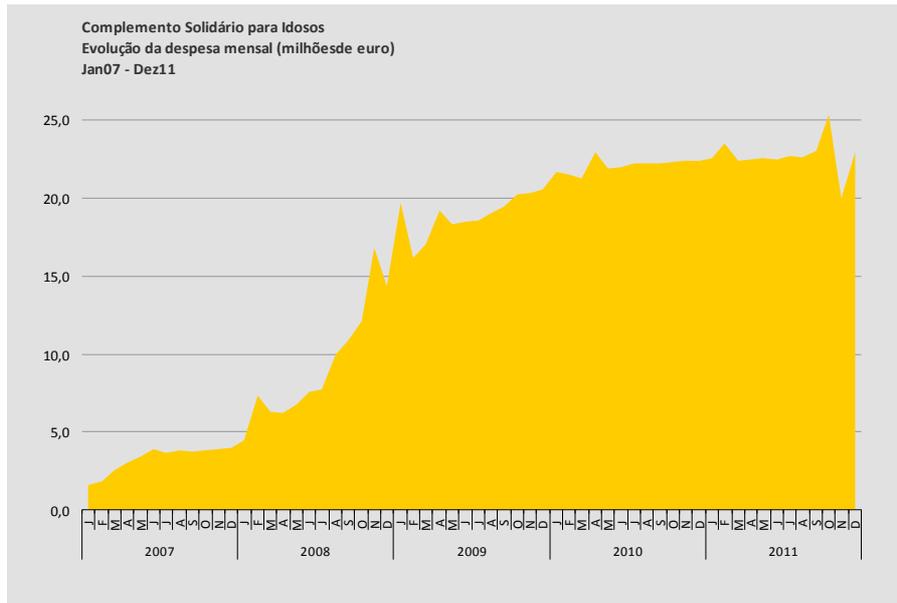
Em 2011, foram pagos com CSI cerca de 22,7 milhões de euro mensalmente, mais 627 milhares de euro do que em igual período do ano anterior, representando este valor cerca de um quinto relativamente à variação registada no biénio 2010/2009.

A evolução dos montantes pagos mensalmente é indicada no gráfico seguinte, evidenciando que a estabilidade da despesa que se fez sentir desde 2010 foi quebrada pela oscilação dos pagamentos mensais efetuados nos últimos três meses de 2011.

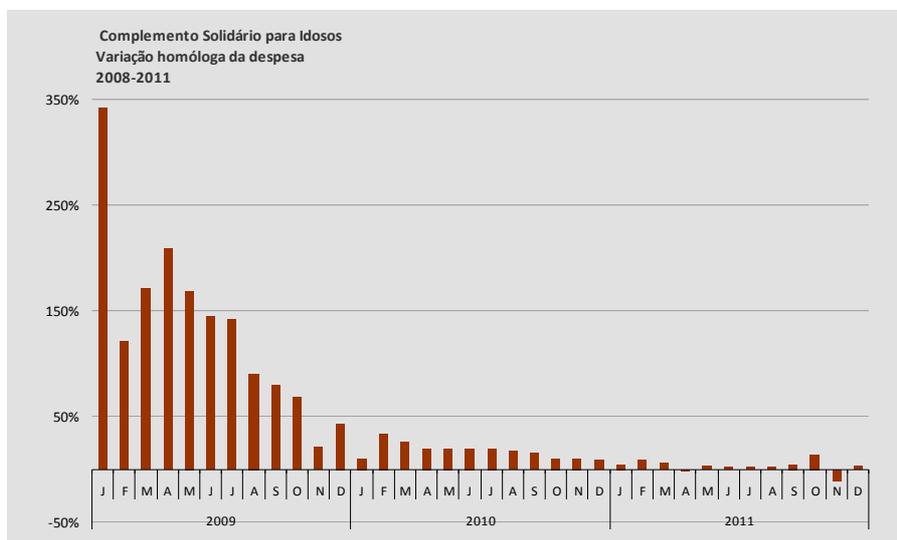
⁴⁶ Em 2008, ter idade igual ou superior a 65 anos e possuir recursos anuais inferiores ao valor limite do CSI; residir em território nacional pelo menos nos últimos seis anos imediatamente anteriores à data de apresentação do requerimento; estar numa das seguintes situações: ser beneficiário de pensão de velhice, de sobrevivência ou equiparada; ser beneficiário do subsídio mensal vitalício; ser cidadão nacional e não reunir condições de atribuição da pensão social por não preencher a respetiva condição de recurso; autorizar a Segurança Social a aceder à informação fiscal e bancária relevante para atribuição do CSI, extensível ao cônjuge ou pessoa a viver em união de facto; estar disponível para proceder ao reconhecimento de direitos e à cobrança de créditos, extensível ao cônjuge ou pessoa a viver em união de facto.

⁴⁷ A partir de março de 2006, no mês seguinte à entrada em vigor do Regulamento do CSI⁴⁷, sendo que ocorreu produção de efeitos a 1 de janeiro;





O gráfico seguinte, em que se representam as variações homólogas da despesa mensal com CSI nos últimos três anos, permite confirmar o exposto acima. Pode constatar-se a cada vez menor variabilidade homóloga da despesa em 2010 e 2011, que situou abaixo dos dois dígitos no último ano (registando uma variação negativa em abril de menos 2,0%). Esta evolução contrasta fortemente com os crescimentos mensais acima dos 100% observados nos anos de 2008 e 2009.



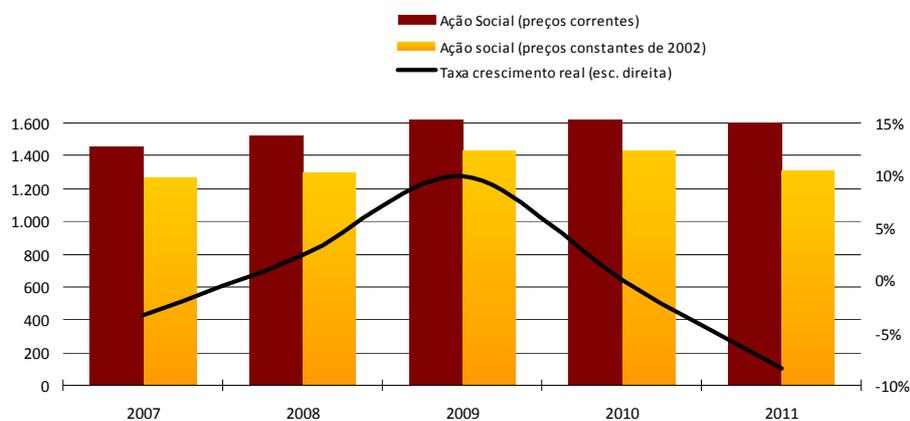
A evolução recente da despesa indicia uma estabilização do número de beneficiários que requer o apoio, assim como os valores atribuídos, que dependem obviamente da atualização anual do valor de referência do CSI.

X.8. AÇÃO SOCIAL

X.8.1. Despesa Global

Em 2011, as despesas efetuadas no âmbito do Sistema de Ação Social atingiram 1.600,1 milhões de euro⁴⁸, sendo que este valor representa uma redução de 5,0% face a 2010 porém, em termos reais, a redução é ainda mais acentuada (-8,4%), face ao ano anterior. Face ao biénio 2010/2009, verificou-se uma forte redução no crescimento da despesa, em termos reais (menos 8 pontos percentuais), mantendo-se a tendência de contenção neste tipo de despesa que se verifica a partir do biénio 2009/2008. A taxa de crescimento da despesa, em termos reais, atingiu os 0,8% no quinquénio 2011/2007.

Evolução das despesas e transferências correntes de Ação Social
A preços correntes e constantes de 2002 (em milhões de euro)
2007-2011



Nota: Sem despesas de administração

A despesa global com Ação Social inclui, de acordo com o artigo 30º da nova Lei de Bases (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro)⁴⁹, a concessão de:

- Serviços e equipamentos sociais;*
- Programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais;*
- Prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de exceção;*
- Prestações em espécie.*

Estes apoios destinam-se a minorar situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais e a promover a integração e promoção comunitária das pessoas, assim como o desenvolvimento das suas capacidades. As ações desenvolvidas têm como alvo principal as crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos mas, também as famílias consideradas como um todo e, regem-se pelo *princípio da subsidiariedade*, isto é, a intervenção é prioritariamente da responsabilidade das entidades com maior relação de proximidade com as pessoas.

⁴⁸ Não inclui despesas de administração.

⁴⁹ Face à anterior Lei de Bases (Lei 32/2002, de 20 de dezembro), o anterior Sistema de Ação Social passou a estar enquadrado no Sistema de Proteção Social de Cidadania, constituindo o Subsistema de Ação Social.

Na prossecução destes objetivos, a *ação social* é desenvolvida por diversas entidades – Estado, autarquias e instituições privadas sem fins lucrativos, podendo o apoio ser desenvolvido através de *subvenções, programas de cooperação e protocolos com as instituições particulares de solidariedade social (IPSS)*, ou ainda por *financiamento direto* às famílias beneficiárias.

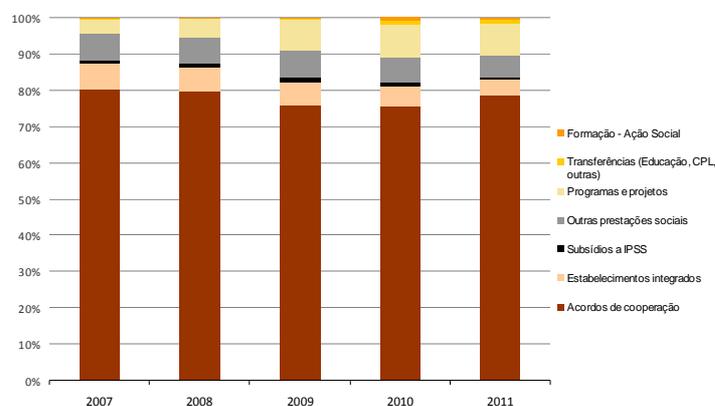
Como se pode constatar no quadro seguinte, em que se desagrega a despesa com prestações e programas sociais de ação social por rubrica no último quinquénio, para a diminuição desta despesa no biénio 2011/2010 contribuiu, principalmente, a variação negativa da verba despendida com os *acordos de cooperação* (-0,2%), por constituir o principal agregado das despesas com ação social (74,7% das despesas correntes em 2011). Contudo, é de notar que, todas as rubricas apresentam variações negativas no último biénio.

Execução orçamental, 2007 - 2011
Estrutura das despesas de Ação Social
Despesas e transferências correntes (sem despesas de administração)
(de acordo com o Mapa da Lei de Bases da Segurança Social - Sistema de Ação Social)

(milhares de euro)

Ação Social	2007		2008		2009		2010		2011			Variação (%)	
	Despesa	Peso relativo	Despesa	Despesa	Peso relativo	2011/2010	2011/2007						
Acordos de cooperação	1.094.113,6	75,4%	1.141.258,5	74,9%	1.189.478,4	71,6%	1.198.525,2	71,1%	1.195.533.194,64	1.195.533,2	74,7%	-0,2	9,3
Estabelecimentos integrados	95.042,7	6,6%	94.839,0	6,2%	95.110,8	5,7%	89.977,3	5,3%	68.192.094,42	68.192,1	4,3%	-24,2	-28,3
Subsídios a IPSS	14.495,6	1,0%	12.905,6	0,8%	22.705,3	1,4%	15.453,7	0,9%	9.295.954,45	9.296,0	0,6%	-39,8	-35,9
Outras prestações sociais	100.239,3	6,9%	106.290,7	7,0%	116.087,2	7,0%	111.884,8	6,6%	93.431.545,17	93.431,5	5,8%	-16,5	-6,8
Programas e projetos	51.466,0	3,5%	73.582,0	4,8%	132.752,6	8,0%	142.779,9	8,5%	133.861.668,05	133.861,7	8,4%	-6,2	160,1
Transferências (Educação, CPL, outras)	90.019,7	6,2%	92.153,7	6,0%	100.776,8	6,1%	111.974,6	6,6%	88.676.470,12	88.676,5	5,5%	-20,8	-1,5
Formação - Ação Social	4.934,3	0,3%	2.467,6	0,2%	4.743,4	0,3%	14.272,2	0,8%	11.095.616,92	11.095,6	0,7%	-22,3	124,9
Total	1.450.311,2	100,0%	1.523.497,1	100,0%	1.661.654,4	100,0%	1.684.867,6	100,0%	1.600.086.543,8	1.600.086,5	100,0%	-5,0	10,3

Evolução do peso relativo das despesas e transferências correntes com Ação Social, por rubricas 2007-2011



Como pode observar-se no quadro supra, da desagregação da despesa total em 2011 – sem incluir as despesas de administração imputadas, as despesas de capital e as transferências internas para o Sistema Previdencial – Repartição e Subsistemas de Solidariedade e Proteção familiar:

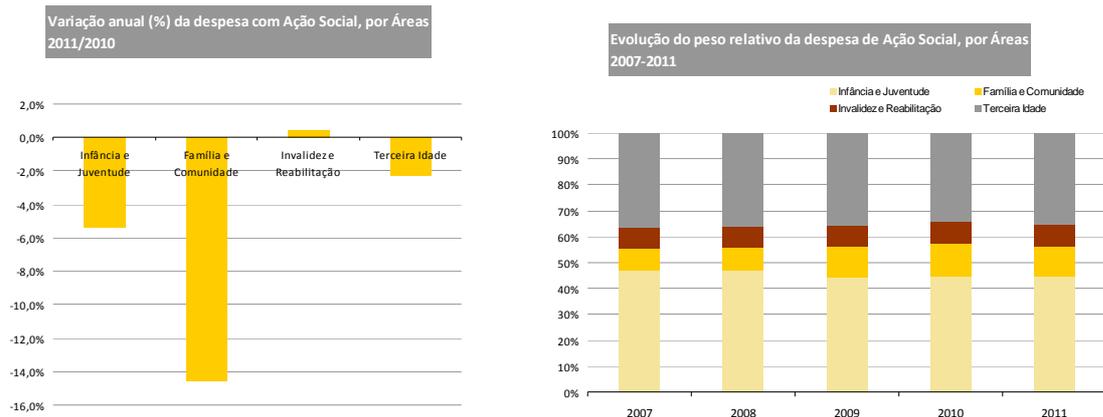
- Os *acordos de cooperação* com IPSS representam mais de 70% da despesa global com ação social, assumindo em 2011, uma expressão relativa superior ao ano anterior (mais 3,6 pontos percentuais), devido principalmente à redução do peso relativo da despesa com *transferências*, com *Estabelecimentos Integrados* e com *Outras Prestações Sociais*. A despesa com estes acordos, no âmbito da cooperação,

atingiu os 1,2 mil milhões de euro em 2011, evidenciando uma redução de 0,2% face a 2010, mas mantendo uma taxa de crescimento positiva (+9,3%) relativamente a 2007;

- Pelo terceiro ano consecutivo, a segunda rubrica mais representativa do conjunto correspondeu aos *programas e projetos*, com uma importância relativa de 8,4% na despesa global com ação social em 2011. Este agregado assumiu os 133,9 milhões de euro em 2011, menos 6,2% do que em 2010. Nesse período, destaca-se a execução em 2009 e 2010 – que incluiu a verba para alargamento da rede de equipamentos sociais no âmbito do PARES (55,1 e 58,9 milhões de euros, respetivamente). Esta rubrica registou o maior crescimento no último quinquénio, acima dos três dígitos (+160,1%).
- Em 2011, a verba despendida com *programas e projetos* ultrapassou a execução com *outras prestações sociais* (93,4 milhões de euro), tal como já tinha sucedido em 2010, que ainda assim representou um peso relativo de 5,8% no total das despesas e transferências correntes com ação social. Com idêntico peso relativo em 2011, surgem as *transferências* (88,7 milhões de euro), que apresentam uma redução de 20,8% face a 2010 e de 1,5% nos últimos cinco anos;
- Os *estabelecimentos integrados* apresentaram, em 2011, um peso relativo no total da despesa com ação social de 4,3%, ficando ligeiramente aquém dos 70 milhões de euro. Esta rubrica da despesa tem vindo a diminuir de importância relativa desde 2007, sendo que a verba despendida com os estabelecimentos integrados diminuiu 28,3% no último quinquénio, com a maior redução no último biénio (-24,2%), em consequência da transição da gestão dos estabelecimentos integrados do Centro Distrital de Lisboa para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Os *subsídios a IPSS* incorreram numa despesa de 9,3 milhões de euro em 2011, diminuindo 39,8% face a 2010. Esta rubrica foi a que registou a maior redução no último quinquénio (-35,9%), assumindo em 2009 o valor máximo (22,7 milhões de euro);
- As despesas de ação social com *formação* atingiram, em 2011, os 11,1 milhões de euro, menos 22,3% do que em igual período de 2010, sendo a rubrica que registou o segundo maior crescimento no último quinquénio, também acima dos três dígitos (+124,9%).

O quadro seguinte evidencia as despesas com prestações e programas sociais de ação social, ventiladas pelas áreas de intervenção tradicionais e abatidas das despesas de administração:

Despesas de Ação Social por áreas											
Despesas e transferências correntes (sem despesas administração)											
2007-2011											
Áreas	2007	2007	2008	2009	2010	2011	Variações percentuais				
							2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010
Infância e Juventude	684.022.832,5	684.022,8	719.899,7	735.851,9	752.824,7	712.440,3	2,3%	5,2%	2,2%	2,3%	-5,4%
Família e Comunidade	120.437.995,3	120.438,0	129.055,1	200.932,4	216.273,8	184.719,4	10,0%	7,2%	55,7%	7,6%	-14,6%
Invalidez e Reabilitação	119.944.249,4	119.944,2	126.722,1	133.749,9	137.628,1	138.236,4	-2,5%	5,7%	5,5%	2,9%	0,4%
Terceira Idade	525.906.166,1	525.906,2	547.820,2	591.120,2	578.102,8	564.690,4	-6,5%	4,2%	7,9%	-2,2%	-2,3%
Total	1.450.311.243,3	1.450.311,2	1.523.497,1	1.661.654,4	1.684.867,6	1.600.086,5	-0,9%	5,0%	9,1%	1,4%	-5,0%



Da análise do quadro supra extrai-se que a redução da despesa corrente com a ação social, no biénio 2011/2010, se deveu à diminuição registada em todas as áreas sociais, exceto na *invalidez e reabilitação*, que aumentou 0,4%. As áreas da *infância e juventude* e *terceira idade*, com reduções de 5,4% e 2,3%, respetivamente, representam em conjunto 79,8% da execução total em 2011, sendo que as suas variações, com o mesmo sinal, são responsáveis pela redução de 6,4 pontos percentuais na variação da despesa corrente.

O quadro e os gráficos supra evidenciam ainda a redução que se registou na área da *família e comunidade* no biénio 2011/2010 (-14,6%). Verifica-se ainda que, nesta área, tinham-se registado desde 2007, as maiores variações positivas da despesa.

A área da *invalidez e reabilitação*, a única a crescer no biénio 2011/2010 (+0,4%), representa uma importância relativa de 8,6% na despesa global (um aumento de 0,4 p.p. face a 2010/2009).

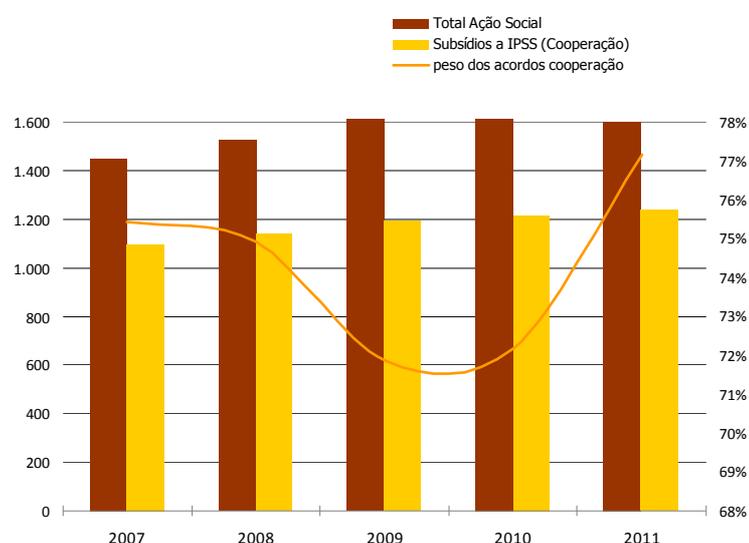
X.8.2. Acordos de Cooperação com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

A *cooperação*, como compromisso contratualizado entre o Estado e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), tem sido uma das formas privilegiadas do exercício da ação social, devido ao reconhecimento e valorização por parte do Estado do papel desempenhado por estas Instituições, enquanto expressão organizada da sociedade civil no desenvolvimento de atividades de apoio às crianças, jovens, portadores de deficiência, idosos e famílias.

Um dos princípios que a cooperação, no exercício da ação social, procura promover é o da subsidiariedade, pela prioridade concedida à intervenção das entidades com maior relação de proximidade com os cidadãos. É assim fomentada, simultaneamente, a constituição de parcerias e estimulado o voluntariado, tendo em vista a participação e responsabilização dos indivíduos, das famílias e das comunidades na prossecução do seu bem-estar social.

A análise do gráfico seguinte permite verificar que, em 2011, a despesa paga com acordos de cooperação, no montante de 1,2 mil milhões de euro, evidenciou, face ao período homólogo de 2010, um crescimento de 1,5%. Em simultâneo, as despesas correntes de ação social sofreram uma redução de 5,0%, o que se traduziu por um aumento no peso relativo da cooperação, passando de 72,2% em 2010 para 77,1% em 2011.

Evolução do peso dos acordos de cooperação com IPSS nas despesas e transferências correntes de Ação Social (em milhões de euro) 2007-2011



A *cooperação* estabelece-se através da celebração de acordos de cooperação, que garantem a comparticipação financeira do Estado. Esta comparticipação subsidia as despesas de funcionamento das IPSS e, por essa via, os utentes, pela utilização dos serviços e equipamentos sociais na prossecução de respostas sociais. O valor da comparticipação financeira do Estado é fixada anualmente, estabelecendo-se um quantitativo a atribuir, mensalmente e por utente, em função da resposta social praticada.

Refira-se ainda que a cooperação visa, através da expansão e qualificação da rede de equipamentos e serviços sociais, oferecer respostas adequadas às necessidades sentidas pelos diversos grupos da população – pessoas, famílias e comunidades – pelo que, para um melhor enquadramento e delimitação das diferentes respostas sociais, de acordo com as populações-alvo apoiadas, as mesmas têm sido agrupadas em diferentes áreas de intervenção – *infância e juventude, família e comunidade, invalidez e reabilitação e terceira idade*, a partir da qual se estrutura a análise que se segue.

De acordo com o quadro seguinte, as despesas com acordos de cooperação cresceram 12,8% no período entre 2007 e 2011, embora seja evidente a desaceleração do seu crescimento anual ao longo de todo o período, com especial incidência nos dois últimos anos:

Acordos de cooperação com IPSS
Decomposição e evolução por áreas
2007-2011

Áreas	(milhares de euro)										
	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽²⁾	2010 ⁽³⁾	2011 ⁽⁴⁾	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010	2011/2007
Infância e juventude	488.499,8	504.595,2	525.126,3	531.709,3	528.884,2	2,6	3,3	4,1	1,3	-0,5	8,3
Família e comunidade	56.465,7	59.763,6	62.484,2	63.064,4	66.086,9	7,6	5,8	4,6	0,9	4,8	17,0
Invalidez e reabilitação	102.623,1	108.753,6	114.362,7	119.092,4	122.064,9	6,3	6,0	5,2	4,1	2,5	18,9
Terceira idade	446.525,0	468.421,1	492.142,2	502.298,0	517.370,1	5,8	4,9	5,1	2,1	3,0	15,9
Total Cooperação	1.094.113,6	1.141.533,5	1.194.115,3	1.216.202,2	1.234.406,2	4,5	4,3	4,6	1,8	1,5	12,8

(1) Inclui a despesa com o programa *PARES*, no valor de 274.959,19 euros (referente aos acordos de cooperação no Continente e inscrita em *Orçamento Programa* na valência *creche*);

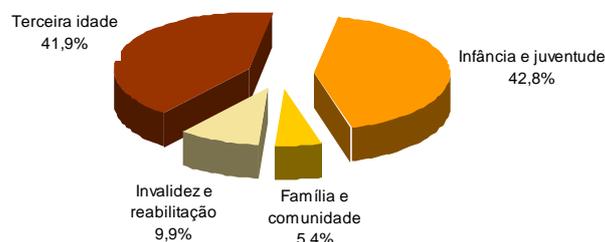
(2) Inclui a despesa com o programa *PARES*, no valor de 4,6 milhões de euro (referente aos acordos de cooperação no Continente e inscrita em *Orçamento Programa* e *Orçamento Corrente* nas áreas de *inf. e juv., inv. e reab., e terceira idade*);

(3) Inclui a despesa com o programa *PARES*, no valor de 17,6 milhões de euro (referente aos acordos de cooperação no Continente e inscrita em *Orçamento Programa* e *Orçamento Corrente* nas áreas de *inf. e juv., inv. e reab., e terceira idade*);

(4) Inclui a despesa com o programa *PARES*, no valor de 38,9 milhões de euro (referente aos acordos de cooperação no Continente e inscrita em *Orçamento Programa* e *Orçamento Corrente* nas áreas de *inf. e juv., inv. e reab., e terceira idade*).

Conclui-se ainda que as despesas de cooperação dirigidas às *crianças e jovens* têm registado as menores taxas de crescimento, 8,3% no quinquénio, ou seja, evidenciam uma taxa média anual de crescimento de 2,8%, enquanto as despesas com respostas sociais dirigidas às áreas da *família e comunidade*, e da *invalidez e reabilitação*, registaram os maiores crescimentos com 17,0% e 18,9%, respetivamente, no quinquénio, isto é, taxas médias anuais de crescimento de 4,0% e 4,4%, respetivamente. As despesas dirigidas à *terceira idade* cresceram 15,9% no período de 2011/2007, o que se traduz por uma taxa média anual de crescimento de 3,8%.

Peso relativo da despesa com Acordos de Cooperação com IPSS, por Áreas, em 2011



Da análise do quadro seguinte, constata-se que a partir de 2007 foram aplicadas taxas de crescimento das comparticipações idênticas a todas as respostas sociais típicas, variando a percentagem de atualização entre os 0,0% (em 2010) e os 3,1% (em 2007) – valores mínimo e máximo no quinquénio, respetivamente.

O Protocolo de Cooperação de 2011-12, celebrado entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade em 17 de janeiro de 2012, refere no n.º 1 da Cláusula I que, os valores da comparticipação financeira da Segurança Social são atualizados em 0,4% para 2011, face a 2010.

No último quinquénio, os valores das comparticipações *utente/mês* para as respostas sociais definidas em protocolo cresceram 5,6%, com exceção dos *Centro ATL ext. horário e int. letivas c/almoço* e *Centro ATL ext. horário e int. letivas s/almoço*, que cresceram 13,2% e 25,8%, respetivamente.

Acordos de cooperação com IPSS
Evolução do valor das comparticipações utente/mês definidas em Protocolo
Aplicáveis ao Continente
2007-2011

Respostas Sociais	2007	Varição 2007/2006	2008	Varição 2008/2007	2009	Varição 2009/2008	2010	Varição 2010/2009	2011	Varição 2011/2010	Varição 2011/2007
Infância e juventude											
Creche	228,07	3,1%	233,77	2,5%	239,85	2,6%	239,85	0,0%	240,81	0,4%	5,6%
Creche Familiar (1ª e 2ª criança em ama)	171,10	3,1%	175,38	2,5%	179,94	2,6%	179,94	0,0%	180,66	0,4%	5,6%
Creche Familiar (3ª e 4ª criança em ama)	191,64	3,1%	196,43	2,5%	201,54	2,6%	201,54	0,0%	202,35	0,4%	5,6%
Creche Familiar (1 criança deficiente em ama)	342,20	-	350,76	2,5%	359,88	2,6%	359,88	0,0%	361,32	0,4%	5,6%
Creche Familiar (mais de 1 criança ama, sendo 1 deficiente)	383,28	-	392,86	2,5%	403,07	2,6%	403,07	0,0%	404,68	0,4%	5,6%
Centro de ATL c/ almoço	73,36	3,1%	75,19	2,5%	77,14	2,6%	77,14	0,0%	77,45	0,4%	5,6%
Centro de ATL s/ almoço	58,83	3,1%	60,30	2,5%	61,87	2,6%	61,87	0,0%	62,12	0,4%	5,6%
Centro ATL ext. horário e int. letivas c/almoço	57,31	3,1%	63,00	9,9%	64,64	2,6%	64,64	0,0%	64,90	0,4%	13,2%
Centro ATL ext. horário e int. letivas s/almoço	32,79	3,1%	40,05	22,1%	41,09	2,6%	41,09	0,0%	41,25	0,4%	25,8%
Lar de Crianças/Jovens	446,07	3,1%	457,22	2,5%	469,11	2,6%	469,11	0,0%	470,99	0,4%	5,6%
Invalidez e reabilitação											
Lar de Apoio	635,08	3,1%	650,96	2,5%	667,88	2,6%	667,88	0,0%	670,55	0,4%	5,6%
Centro Actividades Ocupacionais	448,83	3,1%	460,05	2,5%	472,01	2,6%	472,01	0,0%	473,90	0,4%	5,6%
Lar Residencial	885,22	3,1%	907,35	2,5%	930,94	2,6%	930,94	0,0%	934,66	0,4%	5,6%
Terceira idade											
Lar Idosos	330,25	3,1%	338,51	2,5%	347,31	2,6%	347,31	0,0%	348,70	0,4%	5,6%
Centro de Dia	97,52	3,1%	99,96	2,5%	102,56	2,6%	102,56	0,0%	102,97	0,4%	5,6%
Centro de Convívio	47,44	3,1%	48,63	2,5%	49,89	2,6%	49,89	0,0%	50,09	0,4%	5,6%
Apoio Domiciliário	224,56	3,1%	230,17	2,5%	236,15	2,6%	236,15	0,0%	237,09	0,4%	5,6%
Acordos com cláusulas especiais		3,1%		3,1%		2,6%		0,0%		0,0%	

Na área das *Crianças e jovens*, e de forma a adaptar progressivamente as respostas sociais às necessidades das famílias portuguesas, o protocolo de cooperação contemplou, em 2006, alterações na forma de funcionamento de

algumas respostas sociais, nomeadamente no que diz respeito aos Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL), tendo em conta a oferta da escola pública de prolongamento de horário com atividades de enriquecimento curricular em espaço escolar. Neste âmbito, foram consideradas duas novas formas de financiamentos dos CATL, que contemplam estas novas alternativas de funcionamento (Centro de Atividades de Tempos Livres sem e com extensão de horário e interrupções letivas, incluindo a totalidade dos períodos de férias, com e sem almoço).

Igualmente com o objetivo de valorizar a ação desenvolvida pelas amas, como resposta às necessidades de apoio à conciliação da vida familiar e profissional, foi estabelecida uma diferenciação de valores retributivos diferenciados consoante o número de crianças acolhidas por ama (o valor da comparticipação da 3ª e 4ª crianças por ama é 12,0% superior ao valor da comparticipação da 1ª e 2ª crianças), no âmbito dos acordos de cooperação para creches familiares.

A Lei de Bases da Segurança Social contempla, no n.º 2 do artigo 87º, a possibilidade de as IPSS serem diferenciadas positivamente nos apoios a conceder, em função das prioridades de política social e da qualidade comprovada do seu desempenho⁵⁰.

Assim, o valor da comparticipação financeira da segurança social para os acordos de cooperação celebrados entre 2007 e 2011, foi atualizado de acordo com os valores definidos nas tabelas seguintes:

Comparticipação financeira da Segurança Social para creche 2007-2011							
Modalidade	Comparticipação utente/mês					Taxa	Encargos
	2007	2008	2009	2010	2011	crescimento 2011/2010	Educadora *
Isolada	201,15	206,18	211,54	211,54	212,39	0,4%	80%
Acoplada	166,15	170,30	174,73	174,73	175,43	0,4%	

* Percentagem de comparticipação financeira nos encargos com educadora.

Comparticipação financeira da Segurança Social para lar de idosos 2007-2011						
Escalação de idosos em situação de dependência	Comparticipação utente/mês					Taxa
	2007	2008	2009	2010	2011	crescimento 2011/2010
0<dependentes<20%	412,24	422,55	433,54	433,54	435,27	0,4%
20%≤dependentes≤40%	438,77	449,74	461,43	461,43	463,28	0,4%
40%≤dependentes≤60%	512,16	524,96	538,61	538,61	540,76	0,4%
60%≤dependentes≤80%	565,78	579,92	595,00	595,00	597,38	0,4%
dependentes>80%	583,27	597,85	613,39	613,39	615,84	0,4%

⁵⁰ O princípio da diferenciação positiva consiste na flexibilização e modulação das prestações em função dos rendimentos, das eventualidades sociais e de outros fatores, nomeadamente de natureza familiar, social, laboral e demográfica (art. 11º da Lei n.º 32/2002, de 20 de dezembro, que aprova as Bases da Segurança Social).

O quadro abaixo apresenta os acordos de creche que foram celebrados/revistos, aplicando o princípio da diferenciação positiva no último quinquénio.

Acordos de cooperação com diferenciação positiva entre 2007 e 2011 - Creche isolada e acoplada
Dados físicos em 31.Dez de 2007 a 2011

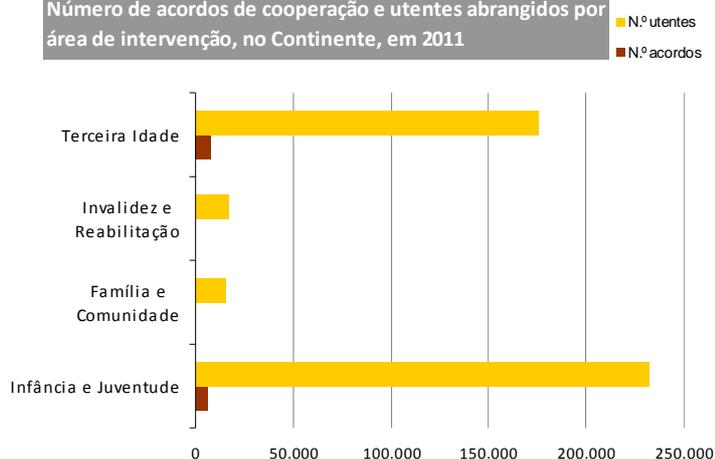
Valências	Número de acordos					Variação (%)				
	2007	2008	2009	2010	2011	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010
Creche	43	36	28	28	27	13,2%	-16,3%	-22,2%	0,0%	-3,6%
Isolada	10	7	7	7	7	25,0%	-30,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Acoplada	33	29	21	21	20	10,0%	-12,1%	-27,6%	0,0%	-4,8%

	nº utentes					Variação (%)				
	2007	2008	2009	2010	2011	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010
Creche	1.130	1.046	951	941	919	-0,9%	-7,4%	-9,1%	-1,1%	-2,3%
Isolada	241	219	228	228	228	5,2%	-9,1%	4,1%	0,0%	0,0%
Acoplada	889	827	723	713	691	-2,4%	-7,0%	-12,6%	-1,4%	-3,1%

Em 2011, foram celebrados 27 acordos na resposta de *creche* com diferenciação positiva (menos um que no ano anterior) abrangendo 919 utentes, o que representa uma diminuição de 2,3% face a 2010.

Considerando apenas os acordos de cooperação financiados, em 2011, no Continente (ver quadro seguinte), observa-se que foram financiados 14,6 mil acordos, que abrangeram cerca de 440 mil utentes. A distribuição por áreas revela que a *infância e juventude* e a *terceira idade* concentraram, conjuntamente, 91,4% do número total de acordos (mais 0,9p.p. face a 2010).

Número de acordos de cooperação e utentes abrangidos por área de intervenção, no Continente, em 2011



Quanto ao número de utentes, torna-se evidente a maior abrangência ao nível da *infância e juventude*, mais de 232 mil crianças e jovens, o que representa uma redução de 28,3% face ao ano anterior. Na área da terceira idade, foi ainda abrangido um número significativo de idosos (175,6 mil), com um aumento de 2,2% relativamente a 2010.

**Acordos de cooperação por área de intervenção
Continente - 2011**

Áreas	Valor ^(*) (euros)	Nº Acordos		Nº Utentes
		Total	Frequência Desconhecida ^(**)	
Infância e Juventude	499.030.830,16	5.893	455	232.470
Família e Comunidade	54.828.690,29	608	248	15.457
Invalidez e Reabilitação	116.794.307,91	655	39	16.780
Terceira Idade	496.522.145,52	7.460	187	175.643
Total	1.167.175.973,88	14.616	929	440.350

(*) Inclui a despesa com o programa PARES, no valor de 38,9 milhões de euro (referente aos acordos de cooperação no Continente e inscrita em Orçamento Programa e Orçamento Corrente nas áreas de inf. e juv., inv. e reab., e terceira idade);

(**) Número de acordos em que se desconhece o número de utentes.

O quadro abaixo evidencia que, face aos anos anteriores do último quinquénio, em 2011 registou-se uma redução significativa de acordos de cooperação. Face ao ano anterior, o decréscimo foi de mais de 1,5 mil, sendo que esta variação reflete sobretudo a forte redução ao nível da área da *infância e juventude* (menos 1,8 mil acordos). Nas áreas *família e comunidade* e *terceira idade*, o número de acordos de cooperação aumentou, face a 2010.

**Número de utentes e de acordos de cooperação por área de intervenção
Continente - 2007 a 2011**

Áreas	Nº Acordos						Nº Utentes					
	2007	2008	2009	2010	2011	Diferença 2011/2010	2007	2008	2009	2010	2011	Diferença 2011/2010
Infância e Juventude	6.011	5.462	5.929	7.740	5.893	-1.847	235.643	234.439	235.049	324.429	232.470	-91.959
Família e Comunidade	604	591	610	585	608	23	14.499	14.156	14.518	14.696	15.457	761
Invalidez e Reabilitação	627	643	662	660	655	-5	15.800	15.919	16.671	16.681	16.780	99
Terceira Idade	6.631	6.672	7.329	7.179	7.460	281	162.895	164.350	173.724	171.817	175.643	3.826
Total	13.873	13.368	14.530	16.164	14.616	-1.548	428.837	428.864	439.962	527.623	440.350	-87.273

Discriminando as principais valências incluídas na área da *infância e juventude* e da *terceira idade* (ver quadro seguinte), verificou-se, em 2011, uma redução do número de utentes dos ATL (-6,4% face a 2010) e, em sentido contrário, um aumento de 4,0% nos utentes das creches, que refletem o acréscimo de 5,1% no número de acordos assinados. Na população idosa verifica-se um aumento do nível de serviço face a 2010, nas três valências consideradas (*Centro de Dia, Lar de Idosos + Complemento* e *Serviço Apoio Domiciliário*).

Ao nível das respostas sociais do continente, constata-se que 6 das 75 valências consideradas em 2010 absorveram 75,7% da despesa em cooperação e deram cobertura a 76,1% dos acordos celebrados, protegendo 84,6% dos utentes participados (um valor ligeiramente superior ao ano transato⁵¹), como pode observar-se no quadro seguinte:

⁵¹ Em 2010, as valências deram cobertura a 76,3% da despesa em cooperação, protegendo 70,5% dos utentes participados e cobrindo 67,1% dos acordos celebrados.

Valências	Despesa (milhares de euro)	Dados físicos					
		Nº acordos	%	Nº utentes	%	Variação 2011/10 (%)	
						Nº acordos	Nº utentes
Educação Pré-escolar	181.810,4	1.448	9,9%	85.732	19,5%	-0,1	-1,7
Creches(*)	189.821,2	1.808	12,4%	66.952	15,2%	5,1	4,0
ATL	41.195,3	1.464	10,0%	61.343	13,9%	-5,2	-6,4
Infância e Juventude (parcelar)	412.826,9	4.720	32,3%	214.027	48,6%	0,1	-1,4
Centro de Dia	47.899,9	1.919	13,1%	40.686	9,2%	2,2	2,4
Lar de Idosos + Complemento	221.513,0	1.388	9,5%	52.021	11,8%	3,7	3,0
Serviço Apoio Domiciliário	200.816,3	3.100	21,2%	65.719	14,9%	6,2	2,0
Terceira Idade (parcelar)	470.229,2	6.407	43,8%	158.426	36,0%	4,4	2,4
Subtotal	883.056,1	11.127	76,1%	372.453	84,6%	2,6	0,2
Total Continente(**)	1.167.176,0	14.616	100,0%	440.350	100,0%	-9,6	-16,5

(*) Inclui complemento por horários superiores a 11 horas, creche acoplada e creche isolada (dif. positiva);

(**) Inclui a despesa com o programa PARES, no valor de 38,9 milhões de euro (referente aos acordos de cooperação no Continente e inscrita em *Orçamento Programa* e *Orçamento Corrente* nas áreas de *inf. e juv., inv. e reab., e terceira idade*).

O quadro seguinte apresenta a distribuição das verbas despendidas, assim como o número total de acordos e de utentes abrangidos no total das valências que foram objeto de acordo de cooperação em 2011, no Continente.

Da análise dos quadros pode concluir-se que, no Continente, na área da *infância e juventude*, os equipamentos para *creches* e *atividades de tempos livres* apresentaram o maior número de acordos celebrados (1.781 e 1.452, respetivamente), representando conjuntamente 54,9% do número total de acordos nessa área (mais 13,1 p.p. face a 2010), que abrangem mais de 127 mil utentes.

Refira-se que os *centros de atividades de tempos livres* são uma resposta social com custos de funcionamento mais baixos, pelo que a despesa efetuada com estas unidades representou apenas 4,0% da despesa total, uma expressão relativa inferior à verificada nos anos anteriores (6,2% em 2007, 5,0% em 2008, 5,1% em 2009 e 4,6% em 2010).

A resposta que registou a maior despesa na área da *infância e juventude* correspondeu à das *creches* (16,3% da despesa total com *cooperação*) seguindo-se a dos *estabelecimentos de educação pré-escolar* que, abrangendo 85.732 utentes da rede solidária e 19,5% do total dos utentes dos equipamentos e serviços de ação social, representou 15,6% da despesa total com *cooperação*.

Na área da *população idosa*, o *serviço de apoio domiciliário* representa um papel idêntico, sendo a resposta social que regista o maior número de acordos (3.100), 21,2% do total dos acordos de cooperação, e 65.719 utentes. Esta valência evidencia uma despesa de 200,8 milhões de euro, menor que a despesa realizada na resposta de *lar de idosos* (221,5 milhões de euro), com apenas 1.388 acordos e 52.021 utentes. Para este facto concorre a circunstância de o *lar de idosos* se tratar de uma resposta residencial, logo, com custos de funcionamento mais elevados. De referir ainda que, em ambas as valências se verificaram aumentos da despesa, face ao ano anterior (0,6% e 2,7%, respetivamente), refletindo os aumentos do número de acordos e do número de utentes abrangidos.

Acordos de Cooperação (Orçamento Corrente + Programa)
 Dados financeiros e físicos (em 31 de Dezembro de 2011)
 Continente - 2011

	Descrição da Valência	Despesa (euros)	Dados físicos em 31.Dez.2011		
			nº acordos	nº utentes	acordos freq. desconhecida
CRIANÇAS E JOVENS	CRECHES FAMILIARES	7.561.088,36	74	2.676	
	CRECHES		1.781	66.033	4
	CRECHE ISOLADA (DIF. POSITIVA)		7	228	
	CRECHE ACOPLADA (DIF. POSITIVA)	189.821.244,44	20	691	
	COMPLEMENTO P/ CRECHES HORÁRIO SUPERIOR 11 HORAS		588	399	410
	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ATIVIDADES EDUCATIVAS	113.153.680,18			
	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ATIVIDADES APOIO SOCIAL	64.366.375,14	1.448	85.732	1
	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - COMPENSAÇÃO SOCIO-ECONOMICA	218.805,76			
	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - COMPENSAÇÃO SALARIAL	4.071.517,76			
	CENTROS AT. TEMPOS LIVRES - MULTIATIVIDADES C/ALMOÇO	12.478.021,72	203	10.990	3
	CENTRO ATIVIDADES TEMPOS SEM ALMOÇO	5.962.864,16	177	8.101	
	LAR CRIANÇAS E JOVENS	37.831.879,78	190	5.793	4
	CENTRO ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO	24.618.700,12	125	2.176	2
	UNIDADE EMERGÊNCIA	3.723,29	2		
	CENTRO APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL	3.669.005,73	45	1.356	24
	ACOLHIMENTO FAMILIAR - INFÂNCIA JUVENTUDE	255.173,72	3	73	1
	INTERVENÇÃO PRECOCE	8.401.176,43	116	5.661	1
	LAR APOIO	2.631.236,37	23	292	1
	ATL C/ EXTENSÃO HORARIO C/ ALMOÇO	5.937.679,04	125	5.068	
	ATL C/ EXTENSÃO HORARIO S/ ALMOÇO	16.727.052,43	947	36.826	
	ATL CLÁSSICO 2º CICLO SEM ALMOÇO	89.639,71	12	358	
	EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	597.479,54	3		3
	TRANSPORTE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CRIANÇAS E JOVENS	487.680,12	1		1
	APARTAMENTOS DE AUTONOMIZAÇÃO	146.806,36	3	17	
	Total da Área	499.030.830,16	5.893	232.470	455
	FAM. E COMUNIDADE	CENTRO ATENDIMENTO ACOMPANHAMENTO SOCIAL	4.964.537,38	112	1.046
CENTRO ALOJAMENTO TEMPORÁRIO		3.935.106,64	32	973	2
COMUNIDADE DE INSERÇÃO		6.123.835,78	42	1.259	15
CENTRO COMUNITÁRIO		14.890.336,69	141	7.399	95
COLÓNIA DE FÉRIAS		4.212.525,64	7	49	5
REFEITÓRIO/ CANTINA SOCIAL		1.996.248,19	35	1.182	6
CASA ABRIGO		4.238.829,58	29	560	
AJUDA ALIMENTAR A CARENCIADOS		452.953,08	6	3	4
EQUIPAS INTERVENÇÃO DIRETA		1.397.213,87	26	410	14
APARTAMENTO REINserÇÃO SOCIAL		1.009.457,51	26	204	1
COMUNIDADE DE INSERÇÃO		167.914,26	3	45	1
CENTRO ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL		782.576,83	10	221	3
SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO - HIV		377.095,42	4	88	
RESIDÊNCIA (HIV)		181.925,08	4	28	
FÓRUM SÓCIO OCUPACIONAL		2.557.659,31	29	705	
UNIDADE VIDA APOIADA		398.656,44	4	67	
UNIDADE VIDA PROTEGIDA		862.476,70	19	112	
UNIDADE VIDA AUTÓNOMA		47.244,92	4	24	
APOIO FINANCEIRO ÀS UNIÕES		1.369.629,95	5		
CENTRO DE APOIO À VIDA		1.563.875,58	18	216	7
CENTRO DE RECURSOS E INVESTIGAÇÃO SOCIAL - REAPN	905.468,91	17	13	13	
CENTRO DE ATENDIMENTO - VITIMAS VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	652.865,39	14	161	8	
GRUPOS DE AUTO AJUDA	94.341,14	4	126		
APOIO DOMICILIÁRIO- PESSOAS SIT. DEPENDÊNCIA	1.645.916,00	17	566		
Total da Área	54.828.690,29	608	15.457	248	
INVAL. E REABILITAÇÃO	APOIO REGIME AMBULATORIO	2.975.137,98	10	997	1
	IMPRESSA BRAILE	236.765,64	1		1
	TRANSPORTE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	528.384,96	4	33	2
	CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS	62.256.381,93	366	10.672	3
	LAR RESIDENCIAL	43.642.557,90	214	3.961	3
	SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO - PESSOAS COM DEFICIENCIA	1.299.091,02	18	434	
	CENTRO ATENDIMENTO ACOMPANHAMENTO ANIMAÇÃO PESSOAS COM DEFICIENCIA	5.693.579,04	41	683	28
	ESCOLA DE CÃES-GUIA	162.409,44	1		1
Total da Área	116.794.307,91	655	16.780	39	
VELHICE	APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO	7.027.527,34	171	1.663	1
	UNIDADE APOIO INTEGRADO	927.573,29	8	141	
	CENTRO CONVIVIO	7.207.157,70	442	12.111	2
	CENTRO DE DIA	47.899.904,45	1.919	40.686	1
	LAR PARA IDOSOS		1.353	51.093	4
	LAR IDOSOS C/ DIF. POSITIVA (ATÉ 20% DEPENDENTES)		14	219	
	LAR IDOSOS C/ DIF. POSITIVA (DE 20% A 40% DEPENDENTES)		4	143	
	LAR IDOSOS C/ DIF. POSITIVA (DE 40% A 60% DEPENDENTES)	221.513.025,01	6	209	
	LAR IDOSOS C/ DIF. POSITIVA (DE 60% A 80% DEPENDENTES)		7	224	
	LAR IDOSOS C/ DIF. POSITIVA (MAIS DE 80% DEPENDENTES)		4	133	
	RESIDÊNCIA	619.549,08	5	111	
	SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO	200.816.298,44	3.100	65.719	178
	ACOLHIMENTO FAMILIAR - POP. IDOSA	35.279,04	1	8	
	CENTRO ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO DE EMERGÊNCIA PARA IDOSOS	537.191,40	6	90	
	CENTRO NOITE	490.015,83	16	148	
	COMPLEMENTO PARA LARES DE IDOSOS	2.660.359,24	378	2.751	
	EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO	423.818,16	2	95	1
	RESIDÊNCIA AUTÓNOMA	705.028,10	13	99	
	COMPLEMENTO P/ VAGAS RESERVADAS PARA A SS EM LARES DE IDOSOS	5.659.418,44	11		
	Total da Área	496.522.145,52	7.460	175.643	187
Total Global	1.167.175.973,88	14.616	440.350	929	

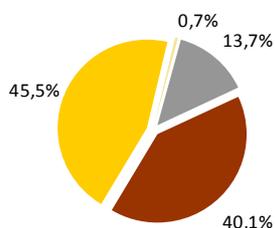
Nota: Inclui a despesa com o programa PARES, no valor de 38,9 milhões de euro (referente aos acordos de cooperação no Continente e inscrita em Orçamento Programa e Orçamento Corrente nas áreas de inf. e juv., inv. e reab., e terceira idade).

No capítulo da cooperação há ainda que realçar a celebração anual de novos acordos de cooperação e a revisão de acordos já existentes, no âmbito do Orçamento-Programa (OP), constituindo o instrumento de ampliação e melhoria da qualidade da rede de equipamentos e serviços sociais.

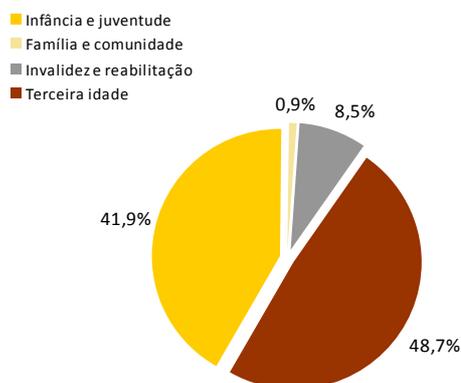
No quadro seguinte apresentam-se desagregadas as despesas de cooperação por áreas de intervenção e, em cada área de intervenção, por Orçamento Corrente e Orçamento Programa:

Distribuição das despesas de cooperação Orçamento Corrente e Orçamento Programa Continente e Regiões Autónomas - 2007 a 2011														
Áreas	2007		2008		2009		2010		2011		Variação 2011/2010		Variação 2011/2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%								
	(milhares de euro)													
Infância e juventude⁽¹⁾	488.499,8	44,6%	504.595,2	44,2%	525.126,3	44,0%	531.709,3	43,7%	528.884,2	42,8%	-2.825,2	-0,5%	40.384,3	8,3%
Orçamento Corrente	483.883,3	44,7%	498.417,7	44,2%	519.451,6	44,0%	526.324,3	43,7%	524.526,2	42,9%	-1.798,1	-0,3%	40.642,9	8,4%
Orçamento Programa	4.616,6	38,3%	6.177,6	45,2%	5.674,7	39,5%	5.385,1	45,5%	4.358,0	41,9%	-1.027,1	-19,1%	-258,6	-5,6%
Família e comunidade	56.465,7	5,2%	59.763,6	5,2%	62.484,2	5,2%	63.064,4	5,2%	66.086,9	5,4%	3.022,6	4,8%	9.621,3	17,0%
Orçamento Corrente	55.670,4	5,1%	59.159,0	5,2%	61.800,4	5,2%	62.979,9	5,2%	65.988,9	5,4%	3.009,1	4,8%	10.318,5	18,5%
Orçamento Programa	795,3	6,6%	604,6	4,4%	683,8	4,8%	84,5	0,7%	98,0	0,9%	13,5	16,0%	-697,2	-87,7%
Invalidez e reabilitação	102.623,1	9,4%	108.753,6	9,5%	114.362,7	9,6%	119.092,4	9,8%	122.064,9	9,9%	2.972,5	2,5%	19.441,8	18,9%
Orçamento Corrente	101.465,4	9,4%	107.650,6	9,5%	112.813,2	9,6%	117.466,1	9,8%	121.184,9	9,9%	3.718,8	3,2%	19.719,4	19,4%
Orçamento Programa	1.157,7	9,6%	1.103,0	8,1%	1.549,5	10,8%	1.626,3	13,7%	880,0	8,5%	-746,3	-45,9%	-277,7	-24,0%
Terceira idade	446.525,0	40,8%	468.421,1	41,0%	492.142,2	41,2%	502.298,0	41,3%	517.370,1	41,9%	15.072,1	3,0%	70.845,1	15,9%
Orçamento Corrente	441.043,3	40,8%	462.627,4	41,0%	485.700,7	41,2%	497.554,5	41,3%	512.306,6	41,9%	14.752,1	3,0%	71.263,3	16,2%
Orçamento Programa	5.481,7	45,5%	5.793,8	42,4%	6.441,5	44,9%	4.743,5	40,1%	5.063,5	48,7%	320,0	6,7%	-418,2	-7,6%
Total Cooperação	1.094.113,6	100,0%	1.141.533,5	100,0%	1.194.115,3	100,0%	1.216.202,2	100,0%	1.234.406,2	100,0%	18.204,0	1,5%	140.292,6	12,8%
Orçamento Corrente	1.082.062,4	100,0%	1.127.854,6	100,0%	1.179.765,9	100,0%	1.204.362,8	100,0%	1.224.006,6	100,0%	19.643,8	1,6%	141.944,2	13,1%
Orçamento Programa	12.051,2	100,0%	13.678,9	100,0%	14.349,4	100,0%	11.839,4	100,0%	10.399,6	100,0%	-1.439,8	-12,2%	-1.651,6	-13,7%

Execução do Orçamento Programa 2010
por Áreas de Intervenção



Execução do Orçamento Programa 2011
por Áreas de Intervenção



Da análise do quadro e gráfico precedentes, constata-se que quase metade dos acordos novos ou revistos, em 2011, dizem respeito a respostas sociais dirigidas à *terceira idade* (48,7%). Nesta área, a execução do Orçamento-Programa registou um aumento de 6,7% na despesa entre 2010 e 2011. No quinquénio 2011/2007, a despesa com novos acordos de cooperação, no âmbito dos serviços e equipamentos de apoio à população idosa, diminuiu 7,6%.

Com comportamento diferente, a despesa com os novos acordos para respostas sociais dirigidas às *crianças e jovens* diminuiu 19,1% de 2010 para 2011, o que representou uma diminuição de 3,6 p.p., em termos de peso

relativo, passando a representar 41,9% da despesa do Orçamento-Programa. Da análise da evolução ao longo do último quinquénio, constata-se uma redução de 5,6%.

Também, o Orçamento-Programa na área da *invalidez e reabilitação* diminuiu 45,9% no último biénio, reduzindo o seu peso relativo no Orçamento-Programa em 5,3 p.p. relativamente a 2010. Entre 2007 e 2011, a despesa do Orçamento-Programa com acordos de cooperação dirigidos a pessoas com deficiência decresceu 24,0%.

A *família e comunidade* foi a área de intervenção a registar um maior aumento na despesa com Orçamento Programa no biénio 2011/2010 (16,0%), fazendo com que o seu peso relativo subisse 0,2 p.p., passando a representar 0,9% do total da despesas do Orçamento-Programa em 2011. Porém, no quinquénio em análise, esta área de intervenção registou uma taxa de crescimento negativa da despesa com novos acordos de cooperação na ordem dos 87,7%, reflexo da redução verificada ao longo de praticamente todo o quinquénio.

Programa PARES

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) foi criado em 2006⁵², tendo como prioridade o reforço da proteção social no combate à pobreza e na proteção da família, investindo e apoiando os equipamentos necessários nas regiões e valências onde foram diagnosticadas necessidades mais prementes.

O PARES tem como objetivos aumentar em 50% o número de lugares em creches, aumentar o número de lugares em Centro de Dia e Lar de Idosos, reforçar os Serviços de Apoio Domiciliário, a rede de respostas Residenciais e de Centros de Atividades Ocupacionais para pessoas com deficiência, e criar mais de 15.000 postos de trabalho.

O programa teve o seu início em 2006, integralmente financiado por receitas dos jogos sociais. Em 2011, a despesa cifrou-se em 69,2 milhões de euro, resultado principalmente do aumento da despesa com *transferências correntes*, que correspondem ao programa PARES – Acordos de Cooperação (Programa e Corrente), e que registou um aumento de 21,2 milhões de euro face a 2010, a que equivale um peso relativo de 56,2% no total da despesa de 2011, mas também do aumento das *transferências de capital* registadas (no valor de 30,1 milhões de euro), que representaram 43,5% da despesa total, conforme exposto no quadro seguinte:

Despesas do Programa PARES por rubricas 2007-2011											
Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Variação 2011/2010
	Montante	Peso relativo	Montante	Peso relativo	Montante	Peso relativo	Montante	Peso relativo	Montante	Peso relativo	
Aquisição bens e serviços	171,7	6,5%	540,1	3,3%	564,2	0,9%	525,7	0,7%	210,3	0,3%	-60,0%
Transf. Correntes			275,0	1,7%	4.636,9	7,8%	17.677,0	23,1%	38.873,0	56,2%	119,9%
Aquisição bens de capital	191,7	7,2%	51,0	0,3%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
Transf. Capital	2.287,1		15.354,2	94,7%	54.525,3	91,3%	58.350,5	76,2%	30.118,1	43,5%	-48,4%
Total	2.650,5	100,0%	16.220,3	100,0%	59.726,5	100,0%	76.553,2	100,0%	69.201,4	100,0%	-9,6%

X.8.3. Subsídios Eventuais a IPSS

Em 2011, a despesa paga em *subsídios eventuais* atingiu o montante de 2,7 milhões de euro, sem incluir os subsídios concedidos através do Fundo de Socorro Social, o que representou uma redução de 45,1% face a 2010. No quinquénio 2011/2007, a despesa com subsídios a IPSS diminuiu 74,0%.

⁵² Através da Portaria n.º 426/2006, de 02 de maio.

Na desagregação da despesa com subsídios a IPSS por áreas de intervenção (ver quadro seguinte), constata-se que, da comparação de 2011 com 2007, a única área que registou um acréscimo foi a *família e comunidade* (+11,7%). Nesse período, destaca-se ainda a redução da despesa nas restantes áreas, que ultrapassou os dois dígitos. A maior quebra registou-se na *terceira idade* e na *invalidez e reabilitação*, com a despesa a reduzir-se em 92,9%, em ambas, entre 2007 e 2011.

Execução orçamental											
Evolução dos subsídios eventuais a IPSS por áreas											
2007-2011											
Subsídios eventuais	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)					
						2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010	2011/2007
Infância e Juventude	1.886,3	2.266,2	1.933,2	1.303,6	531,8	7,9	20,1	-14,7	-32,6	-59,2	-71,8
Subsídios eventuais	1.886,3	2.266,2	1.933,2	1.303,6	531,8	7,9	20,1	-14,7	-32,6	-59,2	-71,8
Família e Comunidade	1.505,7	3.471,8	3.945,1	2.485,4	1.681,3	-30,2	130,6	13,6	-37,0	-32,4	11,7
Subsídios eventuais	1.505,7	3.471,8	3.945,1	2.485,4	1.681,3	-30,2	130,6	13,6	-37,0	-32,4	11,7
Invalidez e Reabilitação	2.577,6	598,0	599,3	353,3	183,8	75,7	-76,8	0,2	-41,1	-48,0	-92,9
Prev. Reabilitação Deficientes	205,9	82,0	0,0	0,0	0,0	19,4	-60,2	-100,0	-	-	-100,0
Subsídios eventuais	2.371,7	516,0	599,3	353,3	183,8	83,2	-78,2	16,1	-41,1	-48,0	-92,2
Terceira Idade	4.472,9	2.525,3	2.591,7	805,5	317,8	12,6	-43,5	2,6	-68,9	-60,5	-92,9
Subsídios eventuais	4.472,9	2.525,3	2.591,7	805,5	317,8	12,6	-43,5	2,6	-68,9	-60,5	-92,9
Total	10.442,5	8.861,3	9.069,3	4.947,7	2.714,7	11,7	-15,1	2,3	-45,4	-45,1	-74,0

X.8.4. Casa Pia de Lisboa

As transferências correntes para a Casa Pia de Lisboa assumiram, em 2011, o montante de 36.306,8 milhares de euro, o que corresponde a um aumento de 2,1% face ao ano precedente.

X.8.5. Programas e Outras Despesas

Neste capítulo procede-se à análise das despesas de ação social não contempladas nos pontos anteriores, concernentes às prestações pecuniárias e/ou em espécie atribuídas às famílias e a grupos especiais, de caráter eventual e em condições de excecionalidade, bem como o apoio a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais⁵³.

X.8.5.1. Área da infância e juventude

A despesa paga em *prestações sociais* e com *programas e projetos* de ação social abrangidos pela área da *infância e juventude* atingiu um valor global de 125,5 milhões de euro em 2011, denotando um decréscimo de 10,7% relativamente a 2010.

Para esse decréscimo concorreu principalmente a redução das transferências para o *Ministério da Educação* (-31,1% face a 2010)⁵⁴, no âmbito do pagamento do pré-escolar. Este facto resulta do aumento excecional da despesa em 2010, associado a um reforço orçamental no valor de 20,0 milhões de euro, com o objetivo de salvaguardar os compromissos da Segurança Social no financiamento do ensino pré-escolar.

⁵³ Alínea d) do art. 84º da Lei 32/2002, de 20 de dezembro.

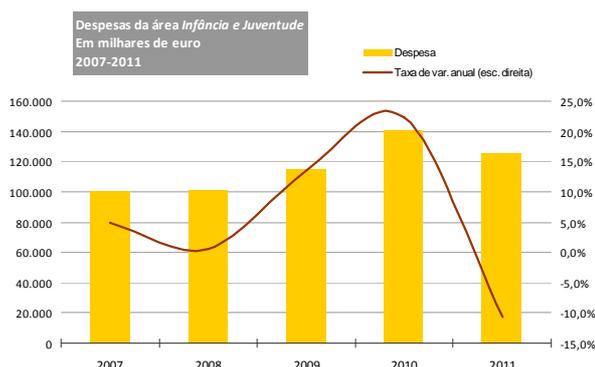
⁵⁴ Assumindo uma importância relativa de 36,5% na despesa global com *Infância e Juventude*.

Um comportamento contrário verificou-se na rubrica *prestação de alimentos a menores*, com um peso relativo na despesa de 20,2%, que apresentou um acréscimo de despesa de 9,3%, mas inferior ao registado no biénio 2010/2009 (menos 9,6 p.p). Também a despesa integrada na rubrica *Outras* cresceu 32,8% face ao período homólogo do ano anterior.

**Despesas da área da Infância e Juventude
2007-2011**

Áreas e Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)	
						2011/2010	2011/2007
Atividades tempos livres	454,5	467,5	533,9	339,9	58,0	-82,9	-87,2
Funcionamento atividade amas	8.193,3	8.464,8	8.257,8	7.166,2	6.150,4	-14,2	-24,9
Prestação alimentos a menores - FAGDM	12.780,3	15.573,3	19.485,1	23.159,4	25.314,7	9,3	98,1
Subsídios famílias acolhimento	16.068,8	12.288,4	5.083,8	3.944,8	3.241,2	-17,8	-79,8
Subsídios utentes lares lucrativos	260,5	8,2					
PEPS	0,8	0,8		0,1			
GEF do Ministério da Educação	42.789,7	43.663,5	49.921,1	66.425,2	45.780,2	-31,1	7,0
Programa Ser Criança	1.780,6	1.022,4	102,4				
Programa de Apoio à Primeira Infância (PAPI)	1.152,0	339,0	363,2	245,1	110,3	-55,0	-90,4
Programas Escolhas	5.750,0	5.750,0	5.750,0	5.000,0	5.000,0		-13,0
Com. Protec. Crianças e Jovens Risco / Protoc. municipais	10.717,9	12.415,0	11.389,8	11.460,0	9.679,6	-15,5	-9,7
Verbas do Euromilhões	420,9	210,8	16,8	2,7		-100,0	-100,0
Outras	214,0	914,0	13.988,9	22.713,8	30.161,9	32,8	13.992,4
TOTAL	100.583,3	101.117,6	114.892,9	140.457,4	125.496,3	-10,7	24,8

Numa análise quinquenal, constata-se que as despesas da área da *infância e juventude* cresceram 24,8% entre 2007 e 2011, sendo responsáveis por esta evolução nomeadamente a despesa com a *prestação de alimentos a menores* (mais do que duplicou) e as transferências para o *Ministério da Educação* (+7,0%). De salientar também, o forte aumento que se verificou na rubrica *Outras* (com uma taxa de crescimento acima dos três dígitos), que representa 24,0% das despesas com a *infância e juventude*, em 2011.



A discriminação das despesas que constituem a rubrica *Outras* em 2009 e 2011 (os anos em que os acréscimos foram mais significativos e crescentes) pode observar-se no quadro infra.

Constata-se que o aumento verificado no último biénio se deve especialmente ao aumento verificado no PARES (+125,3%), com um peso relativo de 57,8% no total da rubrica. Este crescimento teve origem no aumento no PARES Corrente, que passou de 4,1 milhões de euro em 2010, para 13,5 milhões de euro em 2011 (+232,3%). O PARES Programa aumentou 5,9% no mesmo período, passando de 3,7 para 3,9 milhões de euro de 2010 para 2011.

Discriminação das despesas integradas na rubrica "Outras" do quadro supra 2009-2011

Áreas e Rubricas	(euro)						
	2009	%	2010	%	2011	%	Var % (2011/10)
PARES (Alarg rede)			5.752,00	0,0%			
PARES (Programa+Corrente)	2.351.345,93	16,8%	7.732.918,18	34,0%	17.420.612,65	57,8%	125,3%
Ins. Soc. Fam. Cr e jovens em lares	5.975.953,63	42,7%	6.928.563,86	30,5%	5.742.159,39	19,0%	-17,1%
Programa P/ Inclusão e Cidadania	885.727,25	6,3%	3.416.915,91	15,0%	2.944.249,90	9,8%	-13,8%
Intervenções Estabelecimentos	273.513,70	2,0%	113.711,50	0,5%	1.064.798,51	3,5%	836,4%
Enc Temáticos Prom da Cidadania	28.418,50	0,2%			3.620,07	0,0%	
Progride	70.073,98	0,5%					
Ações apoio Toxicodependentes	15.004,56	0,1%					
Ações de acolhim e apoio domiciliár	66,30	0,0%					
Famílias - outras	37.107,43	0,3%					
Subsídios eventuais a famíl carência	1.168.091,11	8,4%			217,00	0,0%	
Outros programas	474.615,92	3,4%	27.500,00	0,1%	66.290,00	0,2%	141,1%
P. A. Meio Nat. Vida	2.708.991,26	19,4%	4.448.069,54	19,6%	2.843.397,33	9,4%	-36,1%
Outras			40.411,86	0,2%	76.594,49	0,3%	89,5%
Total	13.988.909,6	100%	22.713.842,8	100%	30.161.939,3	100%	33%

Nesta área merece ainda destaque os *subsídios a famílias de acolhimento*, com um peso relativo de 2,6% na despesa total em 2011 (um decréscimo de 0,2 p.p. em relação a 2010), e as despesas de *funcionamento com Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e celebração de protocolos com os municípios* (-15,5% face ao ano anterior) com um peso relativo de 7,7% na despesa total de 2011.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro, foi aplicado o *programa de apoio em meio natural vida*, que visa manter as crianças ou os jovens em risco, no seu meio natural, proporcionando condições adequadas ao seu desenvolvimento integral, através de apoio psicopedagógico e social e, quando necessário, de apoio económico. A despesa, em 2011, ascendeu a 2,8 milhões de euro, o que representou uma redução de 36,1% face a 2010.

➤ Prestação de alimentos a menores - FAGDM

O Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores, assegura o pagamento das prestações da pensão de alimentos, em substituição do progenitor faltoso, no caso de incumprimento desta obrigação.

Nos últimos cinco anos verifica-se um aumento crescente da despesa com esta rubrica, senda a taxa média anual de crescimento de 18,6% e culminando com uma despesa de 25,3 milhões de euro em 2011, como se pode observar no quadro seguinte.

Prestação de alimentos a menores 2007-2011

	(milhares de euro)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa anual	12.780,3	15.573,3	19.485,1	23.159,4	25.314,7

➤ Funcionamento da atividade das amas

Esta resposta social destina-se a crianças situadas na faixa etária dos 3 meses aos 3 anos e tem como objetivo assegurar o acolhimento das crianças durante o período de trabalho dos pais, garantindo as condições adequadas ao seu desenvolvimento integral.



Ao longo do último quinquénio, a despesa com esta rubrica não apresentou grandes oscilações contudo, nos dois últimos anos assistiu-se a um acentuar da diminuição da despesa, sendo a taxa média anual de crescimento neste período negativa (-6,9%) e a despesa paga em 2011 no valor de 6,2 milhões de euro.

Funcionamento da atividade das amas 2007-2011					
(milhares de euro)					
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa anual	8.193,3	8.464,8	8.257,8	7.166,2	6.150,4

Comissões de Proteção a Crianças e Jovens em Risco e Protocolos Municipais

O financiamento das despesas de *funcionamento das Comissões de Proteção a Crianças e Jovens em Risco (CPCJR)* processa-se através de uma comparticipação financeira, por parte da Segurança Social, no apoio logístico que as Câmaras Municipais asseguram às Comissões, através da celebração de protocolos de cooperação com os respetivos municípios.

Em 2011, a despesa efetuada com os protocolos de cooperação celebrados situou-se em 9,7 milhões de euro, registando uma redução de 15,5% face a 2010 e representando um valor inferior ao registado em 2007, conforme o quadro seguinte:

Com. Protec. Crianças Jovens em Risco / Protoc. Munic. 2007-2011					
(milhares de euro)					
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa anual	10.717,9	12.415,0	11.389,8	11.460,0	9.679,6
Taxa de crescimento	77,2%	15,8%	-8,3%	0,6%	-15,5%

Em 2011, as despesas com as CPCJ e com protocolos com os municípios, distribuíram-se pelas seguintes rubricas:

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Risco (e Protocolos municipais) 2007-2011											
(milhares de euro)											
Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Variação 2011/2010
	Montante	Peso relativo	Montante	Peso relativo							
Despesa com Pessoal	228,34	2,1%	387,31	3,1%	489,4	4,3%	553,8	4,8%	2.939,4	30,4%	430,8%
Aquisição de bens e serviços	4.568,54	42,6%	5.059,49	40,8%	4.720,5	41,4%	4.665,8	40,7%	338,2	3,5%	-92,8%
Transf. Correntes - Administ. Local	5.918,05	55,2%	6.964,75	56,1%	5.486,8	48,2%	5.531,8	48,3%	5.644,7	58,3%	2,0%
Transf.corren - Inst.s/fins lucrativ					555,4	4,9%	550,9	4,8%	594,5	6,1%	7,9%
Outras despesas correntes	1,93	0,0%	2,57	0,0%	137,7	1,2%	157,8	1,4%	162,8	1,7%	3,2%
Aquisição de bens de capital	1,00	0,0%	0,91	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
Total	10.717,9	100,0%	12.415,0	100,0%	11.389,8	100,0%	11.460,0	100,0%	9.679,6	100,0%	-15,5%

Programa ESCOLHAS

O *Programa ESCOLHAS* foi criado em 2001⁵⁵, com o objetivo de apoiar a integração das crianças e jovens provindos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos e problemáticos, numa perspetiva de maior equidade. A primeira fase de implementação, que decorreu entre janeiro/01 e dezembro/03, dirigiu-se aos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. O *Escolhas – 2ª Geração (E2G)*, já de âmbito nacional, decorreu entre maio/04 e setembro/06. Numa terceira fase, entre 2007 e 2009, o ESCOLHAS foi reforçado através de um aumento do investimento direcionado e do número de projetos a apoiar.

⁵⁵ Através da resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro.

Em 2010 iniciou-se a 4ª Geração do *Programa ESCOLHAS*, que se prolongará até 2012⁵⁶, com um reforço do seu financiamento global, de modo a possibilitar o aumento do número de projetos a apoiar.

As áreas de intervenção desta 4ª Geração serão:

- a) Medida I: Inclusão escolar e educação não formal;
- b) Medida II: Formação profissional e empregabilidade;
- c) Medida III: Dinamização comunitária e cidadania;
- d) Medida IV: Inclusão digital;
- e) Medida V: Empreendedorismo e capacitação.

Relativamente à despesa, foram despendidos com este programa 5,0 milhões de euro em 2011, um valor igual ao do ano anterior. Verifica-se ainda que a respetiva expressão relativa no total da despesa, na área da *Infância e juventude*, aumentou face a 2010 (de 3,6% para 4,0%) devido à redução da despesa total. A evolução da despesa com o *Programa ESCOLHAS*, desde 2006, é indicada no quadro seguinte:

Execução do Programa ESCOLHAS 2007-2011					
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa anual	5.750,0	5.750,0	5.750,0	5.000,0	5.000,0

(milhares de euro)

Programa PARES

O *Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)*, incluído na rubrica “Outras”, apresenta uma despesa de 17,4 milhões de euro na área *crianças e jovens*, o que corresponde a 25,2% do total de 2011 e um aumento de 125,3% face a 2010. Este aumento, consequência essencialmente da continuidade das respostas sociais que entraram em funcionamento em 2010, corresponde na totalidade no aumento da despesa com *creches*.

PARES 2009-2011			
	2009	2010	2011
Crianças e jovens	2.351.345,93	7.732.918,18	17.420.612,65

(euros)

⁵⁶ Resolução do Conselho de Ministros nº63/2009 de 23 de julho.



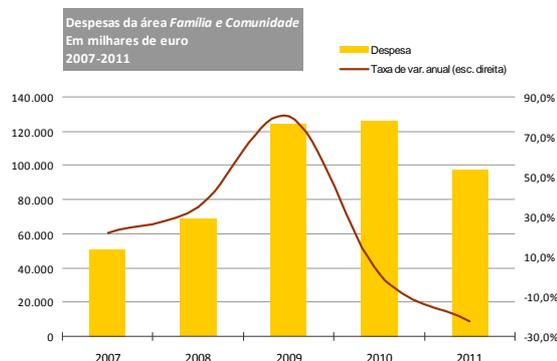
X.8.5.2. Área da família e comunidade

A despesa paga em prestações sociais e com programas e projetos de ação social, abrangidos pela área da *Família e comunidade*, atingiu os 97,7 milhões de euro em 2011, denotando uma redução da despesa na ordem dos 22,4% relativamente a 2010. Este decréscimo incidiu, principalmente, na rubrica do alargamento da rede de equipamentos sociais no âmbito do PARES que, com um peso relativo de 31% na despesa total desta área, sofreu uma redução de 48,3% face a 2010.

Da análise da evolução da despesa nesta área de intervenção para o quinquénio 2011/2007, verifica-se um aumento de 91,7%. Para essa evolução contribuíram diversos fatores, destacando-se pela

importância relativa que assumem no total da despesa desta área⁵⁷, o crescimento registado no alargamento da rede de equipamentos sociais no âmbito do PARES, com a *rede de cuidados continuados integrados* e com a rubrica *outros*, todos com taxas de crescimento acima de três dígitos. Também com taxas de crescimento acima dos três dígitos, mas com impacto menos significativo no crescimento da despesa, temos as *ações apoio refugiados*, o *programa comunitário ajuda alimentar a carenciados* e o *contrato desenvolvimento social*.

De sinal contrário foi a evolução da despesa com *subsídios eventuais a famílias situação carência* que, com um peso relativo de 12,6%, apresentou uma diminuição da despesa de 29,1% no quinquénio 2011/2007 (-17,0% face a 2010). Também a despesa com o *Programa Progride* apresentou uma redução de 83,8% face a 2010, consequência da conclusão de alguns projetos, não existindo novas candidaturas ao programa.



⁵⁷ O programa alargamento rede equipam. sociais (PARES) com 31,0%, a rede de cuidados continuados integrados com 25,8% e a rubrica *outros* com 19,4%, de um peso relativo na despesa.

Despesas da área da *Família e Comunidade* (*)
2007-2011

(milhares de euro)

Áreas e Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)	
						2011/2010	2011/2007
Ações acolhimento e apoio domiciliário	447,7	5,3	3,3				-100,0
Ações apoio candidatos a asilo	118,6	125,2	122,6	280,2	149,5	-46,7	26,1
Ações apoio desalojados	134,1	479,7	819,9	777,4		-100,0	-100,0
Ações apoio refugiados	154,8	257,0	426,1	659,5	764,2	15,9	393,8
Ações apoio refugiados timorenses							
Ações apoio toxicodependentes	3.469,1	3.288,8	3.303,3	3.021,1	2.347,4	-22,3	-32,3
Ajudas sociais pecuniárias (Hemofílicos)	530,9	503,8	474,1	460,7	447,7	-2,8	-15,7
Programa nacional luta contra SIDA	3.379,9	2.574,1	2.359,5	1.511,5	922,2	-39,0	-72,7
Subsídios eventuais famílias situação carência	17.359,4	17.103,1	19.262,5	14.844,3	12.315,0	-17,0	-29,1
Subsídios famílias acolhimento		124,2	0,1		28,1		
Subsídios a Famílias							
Programa de Luta Contra a Pobreza							
Programa Progrida	13.076,4	12.517,6	12.368,2	7.118,7	1.150,7	-83,8	-91,2
Programa de Apoio à Família e à Criança (PAFAC)	763,7	374,4	254,1	187,6		-100,0	-100,0
Plano de Emergência	2.533,6	3.452,3	3.616,5	3.054,5	2.828,1	-7,4	11,6
Plano de emergência - Calamidades/incêndios	0,8	7,8	146,7	2,8		-100,0	-100,0
Estrutura de missão contra a Violência Doméstica	413,0						
Programa Voluntariado	149,8	796,2	743,7	224,5	187,1	-16,7	24,9
Interreg III B	31,5	23,4	262,2	87,0	151,0	73,6	379,7
Programa Alargamento Rede Equip. Sociais (PARES)	2.650,5	16.220,3	55.089,5	58.717,3	30.328,4	-48,3	1.044,3
Programa Apoio Investimento Equip. Sociais (PAIES)		5,7	95,7	250,7	187,5	-25,2	
Rede Cuidados Continuados Integrados	1.737,4	9.891,1	14.845,8	19.571,6	25.207,7	28,8	1.350,8
Programa Comunitário Ajuda Alimentar a Carenciados	222,6	239,9	439,9	527,9	484,2	-8,3	117,5
Verbas do Euromilhões	3.346,0						
Contrato Desenvolvimento Social	349,3	675,9	1.148,4	3.330,0	1.227,6	-63,1	251,5
Outras	105,5	201,0	8.219,1	11.265,6	18.981,7	68,5	17.896,4
TOTAL	50.974,5	68.867,0	124.001,0	125.893,0	97.707,9	-22,4	91,7

(*) Não inclui despesas FSS.

Como se pode concluir do quadro seguinte, em que se discrimina a rubrica "Outras", 78,4% da verba total referem-se a subsídios por utilização de lares com fins lucrativos que passou de 8,3 para 14,9 milhões de euro de 2010 para 2011 (+79,0%).

Discriminação das despesas integradas na rubrica "Outras" do quadro supra

2009-2011

(euro)

Áreas e Rubricas	2010	%	2011	%	Var % (2011/10)
Outros programas	796.244,90	7,1%	1.081.527,20	5,7%	35,8%
Prev.reabil.-Aj.téc.			144.582,36	0,8%	
P. A. Meio Nat. Vida			808.524,94	4,3%	
Outras	125.454,52	1,1%	161.615,07	0,9%	28,8%
Prom Políticas de Apoio à Família	236.649,26	2,1%	170.141,79	0,9%	-28,1%
Programas Sociais - lares c fins luc	8.308.341,44	73,7%	14.873.666,52	78,4%	79,0%
Programa P/ Inclusão e Cidadania	1.708.430,52	15,2%	1.688.332,16	8,9%	-1,2%
Encontros Temáticos para a Promoção da	90.453,35	0,8%	53.341,79	0,3%	-41,0%
Total	11.265.574,0	100%	18.981.731,8	100%	68%

➤ **Subsídios eventuais a famílias em situação de carência**

Estas prestações destinam-se a agregados familiares em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de prevenir e reparar situações de carência e desigualdade socioeconómica, de exclusão ou vulnerabilidade social.

As prestações pecuniárias de carácter eventual destinam-se a:

- Colmatar as situações de carência económica, devidamente comprovada;

- Contribuir para a realização de despesas inadiáveis, como por exemplo despesas no âmbito da saúde;
- Contribuir para a aquisição de bens e serviços de primeira necessidade e neste sentido, estas prestações obedecem aos princípios de personalização, seletividade e flexibilidade de modo a abranger múltiplas áreas (alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, transportes, entre outros).

Subsídios eventuais famílias situação carência 2007-2011					
(milhares de euro)					
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa anual	17.359,4	17.103,1	19.262,5	14.844,3	12.315,0

No quadro supra, pode observar-se a evolução da despesa no quinquénio 2011/2007.

Programa PROGRIDE

O Programa PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento foi criado em 2004⁵⁸, dada a necessidade de se adequar e reformular o Programa de Luta Contra a Pobreza e de modo a contribuir para a concretização dos objetivos e das metas definidos no Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI). Este programa, incidindo sobre as problemáticas e os territórios onde urge particularmente intervir, privilegia a atuação concertada com as ações de outros programas e iniciativas já em curso.

O PROGRIDE tem como objetivos prioritários, por um lado, promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas e combater o isolamento, a desertificação e a exclusão em zonas deprimidas e, por outro lado, intervir junto dos grupos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes.

O programa, que teve início em 2005 (com uma execução de 1,9 milhões de euro), incorreu, no Continente, numa despesa de 1,2 milhões de euro em 2011, menos 83,8% do que em 2010.

Plano de emergência

A despesa paga no exercício 2011 no âmbito do Plano de emergência ascendeu a 2,8 milhões de euro, o que representou uma redução de 7,4% face a 2010, resultado da redução em aquisição de bens e serviços, que apresentou ainda, em 2011, uma expressão relativa de 53,8% do total. A despesa global distribui-se por rubricas, no quadro seguinte, constatando-se ainda que, em 2011, houve novamente registo de Transf. Correntes p/famílias e outras despesas correntes, tal como no ano anterior mas, não se registou despesa de aquisição de bens de capital.

Despesas do Plano de Emergência Social por rubricas 2007-2011											
(milhares de euro)											
Rubricas	2007		2008		2009		2010		2011		Variação 2011/2010
	Montante	Peso relativo									
Despesa com Pessoal	1.582,37	62,5%	1.454,36	42,1%	497,6	13,8%	484,6	15,9%	445,2	15,7%	-8,1%
Aquisição de bens e serviços	631,98	24,9%	1.582,42	45,8%	2.100,7	58,1%	1.657,5	54,3%	1.520,7	53,8%	-8,3%
Transf. corren - Inst.s/fins lucrativ					1.018,1	28,2%	876,8	28,7%	843,3	29,8%	-3,8%
Transf. Correntes p/famílias	13,24	0,5%	411,95	11,9%	0,0	0,0%	35,3	1,2%	12,5	0,4%	-64,6%
Outras despesas correntes	303,33	12,0%	3,19	0,1%	0,0	0,0%	0,3	0,0%	6,4	0,2%	1819,8%
Aquisição de bens de capital	2,69	0,1%	0,36	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
Total	2.533,6	100,0%	3.452,3	100,0%	3.616,5	100,0%	3.054,5	100,0%	2.828,1	100,0%	-7,4%

⁵⁸ Através da Portaria 730/2004, de 24 de junho.

➤ Programa PARES

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), cujo objetivo é o reforço da proteção social no combate à pobreza e na proteção da família, investindo e apoiando os equipamentos necessários nas regiões e valências onde foram diagnosticadas necessidades mais prementes, apresenta uma despesa de 30,3 milhões de euro na área *família e comunidade*, o que corresponde a 43,8% do total de 2011 e uma redução de 48,5% face a 2010.

PARES 2009-2011			
	2009	2010	2011
Família e comunidade	53.935.245,44	58.876.236,45	30.328.399,94

(euros)

➤ Rede Cuidados Continuados Integrados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) é constituída por um conjunto de instituições, públicas ou privadas, que prestam (ou virão a prestar) cuidados continuados de saúde e de apoio social a pessoas em situação de dependência, tanto na sua casa como em instalações próprias e resulta duma parceria entre os Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social (MTSS) e da Saúde (MS) e vários prestadores de cuidados de Saúde e de Apoio Social.

Nos Cuidados Continuados Integrados a pessoa em situação de dependência, independentemente da sua idade, recebe cuidados de saúde e apoio social. O objetivo é ajudar a pessoa a recuperar ou manter a sua autonomia e maximizar a sua qualidade de vida.

A RNCCI inclui:

- Unidades de internamento, que podem ser de:
- Cuidados continuados de convalescença
- Cuidados continuados de média duração e reabilitação
- Cuidados continuados de longa duração e manutenção
- Cuidados paliativos
- Unidades de ambulatório
- Equipas hospitalares de cuidados continuados de saúde e de apoio social
- Equipas domiciliárias de cuidados continuados de saúde e de apoio social.

A evolução da despesa, suportada pela Segurança Social no último quinquénio com a RNCCI, pode ser observada no quadro seguinte.

**Rede Cuidados Continuados Integrados
2007-2011**

	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa anual	1.737,4	9.891,1	14.845,8	19.571,6	25.207,7

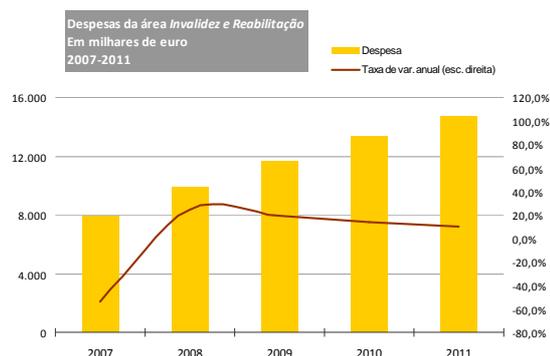
(milhares de euro)

O aumento da despesa face ao ano anterior (+28,8%) deveu-se ao aumento do número de contratos.

X.8.5.3. Área da invalidez e reabilitação

A despesa paga em prestações sociais e com programas e projetos de ação social abrangidos pela área da *Invalidez e reabilitação* atingiu 14,7 milhões de euro em 2011, o que traduz um aumento de 10,3% relativamente a 2010.

Este comportamento da despesa deve-se principalmente ao aumento da despesa com *ações de acolhimento e apoio domiciliário* (+30,3%). A despesa com este agregado constitui 16,9% da despesa global nesta área, sendo que a parcela mais importante da despesa (58,7%), constituída pela rubrica *outras*, aumentou 17% face a 2010. Mais de metade do valor desta rubrica (54,3%) é constituída pelas transferências para o *INR*⁵⁹, que assumiram, em 2011, um valor de execução ligeiramente inferior face ao ano anterior (4,7 milhões de euro).



Em contrapartida, os pagamentos de *ajudas técnicas*, que representam 24,0% da despesa em 2011, tiveram uma redução de 12,5% face ao ano anterior, com uma execução de 3,5 milhões de euro.

No quinquénio 2011/2007, verifica-se que a despesa nesta área de intervenção registou um aumento de 86,3%, destacando-se, o acréscimo da despesa com *ações de acolhimento e apoio domiciliário* (+555,5%) e na rubrica *outras* (+150,1%).

**Despesas da área da Invalidez e Reabilitação
2007-2011**

Áreas e Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)	
						2011/2010	2011/2007
Ações acolhimento e apoio domiciliário	379,9	439,3	1.708,5	1.910,6	2.490,1	30,3	555,5
Atividades tempos livres	11,8		4,2				
Subsídios famílias acolhimento		57,9	19,2	4,6	2,7	-42,1	
Prev. reabilitação - ajudas técnicas	3.790,8	3.987,5	4.058,4	4.029,2	3.525,4	-12,5	-7,0
Interreg III A							
Verbas do Euromilhões - deficientes				7,1	55,7	682,1	-14,2
Verbas do Euromilhões	65,0						
Rede Cuidados Continuados Integrados	195,7						
Outras	3.450,4	5.358,0	5.903,2	7.374,6	8.630,3	17,0	150,1
TOTAL	7.893,4	9.842,7	11.693,6	13.326,2	14.704,3	10,3	86,3

(milhares de euro)

⁵⁹ Instituto Nacional para a Reabilitação.

➤ Ações de acolhimento e apoio domiciliário

As *ações de acolhimento e apoio domiciliário* aumentaram 30,3% entre 2010 e 2011, representando, nesse último ano, 16,9% do total das despesas da área. A execução em 2011, pelo terceiro ano consecutivo, situou-se significativamente acima dos valores médios dos anos anteriores.

➤ Ajudas técnicas

As despesas com *ajudas técnicas* (3,5 milhões de euro em 2011) decresceram 12,5% no biénio 2011/2010 representando 24,0% da despesa total da área de invalidez e reabilitação.

➤ Outras

A rubrica *outras* é constituída maioritariamente, em 2011, pelas transferências para o *Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência*, num valor de execução que diminuiu ligeiramente face ao ano anterior (4,7 milhões de euro), representando 31,9% do total das despesas da área. De referir ainda que, a despesa com o PARES (Orçamentos Programa e Corrente), constitui 44,5% do total desta rubrica e ascendeu a 3,8 milhões de euro (+69,8% face a 2010).

Discriminação das despesas integradas na rubrica "Outras" do quadro supra

2009-2011

Áreas e Rubricas	(euro)				
	2010	%	2011	%	Var % (2011/10)
SNRIPD	5.030.089,00	68,2%	4.686.344,00	54,3%	-6,8%
PARES (Programa+Corrente)	2.261.646,05	30,7%	3.841.085,81	44,5%	69,8%
Programas Sociais - lares s fins luc			20.075,14	0,2%	
Outros programas	43.500,00	0,6%	44.587,50	0,5%	2,5%
Outras	39.387,15	0,5%	38.244,10	0,4%	-2,9%
Total	7.374.622,2	100%	8.630.336,6	100%	17%

➤ Programa PARES

O *Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)*, incluído na rubrica "Outros", apresenta uma despesa de 3,8 milhões de euro na área *invalidez e reabilitação*, o que corresponde a 5,6% do total de 2011 e um aumento de 163,0% face a 2010, em consequência da continuidade das respostas sociais que entraram em funcionamento no ano anterior.

Este aumento deveu-se essencialmente ao aumento da despesa com os lares residenciais que passaram de 1,5 milhões de euro em 2010, para 2,8 milhões de euro em 2011 (+86,6%).

PARES

2009-2011

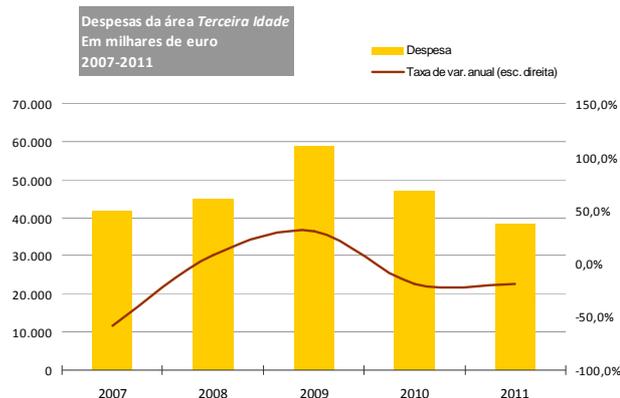
	(euros)		
	2009	2010	2011
Invalidez e reabilitação	555.175,37	2.261.646,05	3.841.085,81

X.8.5.4. Área da terceira idade

A despesa paga em prestações sociais e com programas e projetos de ação social abrangidos pela área da *terceira idade* atingiu 38,3 milhões de euro em 2011, denotando um decréscimo de 18,9% relativamente a 2010. Este decréscimo traduz principalmente a forte redução ao nível dos *subsídios aos utentes dos lares lucrativos* (-87,6%), cujo peso relativo baixo de 27,9% em 2010, para 4,3% em 2011.

Destaca-se ainda a variação negativa da despesa em *ações de acolhimento e apoio domiciliário* (-33,6% face a 2010) e com o programa PILAR (-49,5%), contrariada pelo acréscimo verificado na despesa com o *programa de apoio integrado a idosos – PAII* (+420,9%).

No quinquénio 2011/2007 a despesa da área da *terceira idade* diminuiu 8,0%, como pode constatar-se no seguinte quadro, discriminado por rubricas. Nesse período destaca-se, pelo seu peso na despesa, a redução da despesa com os *subsídios aos utentes dos lares lucrativos* (-90,4%) e com as *ações acolhimento e apoio domiciliário* (-6,2%), contrariada pelo aumento das verbas despendidas com o Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII) (+47,6%) e com a rubrica *outras*, com uma taxa média anual de crescimento de mais de três dígitos.

Despesas da área da Terceira Idade
2007-2011

Áreas e Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)	
						(milhares de euro)	
						2011/2010	2011/2007
Ações acolhimento e apoio domiciliário	8.136,1	10.534,9	12.362,4	11.497,5	7.630,1	-33,6	-6,2
Ações apoio desalojados	8,1		160,5				
Atividades tempos livres	3,8	13,2	14,0	8,6	5,8	-33,2	50,1
Apoio idosos residentes comunidades portuguesas	7.071,2	6.637,4	6.503,4	7.012,2	2.631,7	-62,5	-62,8
Subsídios famílias acolhimento		14,6	2,6				
Subsídios utentes lares lucrativos	17.017,6	18.457,7	19.900,4	13.168,1	1.638,7	-87,6	-90,4
Transferências para o INATEL	3.206,4	1.706,5	4.072,0	4.943,6	1.903,2	-61,5	-40,6
Santa Casa da Misericórdia Lisboa							
PILAR	333,7	238,0	774,5	634,8	320,8	-49,5	-3,9
Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)	3.497,8	5.673,1	11.483,6	991,3	5.163,6	420,9	47,6
PAIPS	253,2		184,0	121,2	92,3	-23,8	-63,5
Plano Avô							
Verbas do Euromilhões - idosos	1.519,7	226,7	173,0	8,6	824,6	9.492,2	-45,7
Verbas do Euromilhões - Transf. Minist. Saúde							
Prog. para conforto das hab. dos idosos	21,0	1.048,4	363,1	784,3	474,0	-39,6	2.157,0
Rede Cuidados Continuados Integrados	470,3	328,7	808,7	211,1			
Outras	100,5	52,2	1.814,9	7.835,6	17.619,4	124,9	17.425,2
TOTAL	41.639,6	44.931,5	58.617,0	47.217,0	38.304,2	-18,9	-8,0

Como se pode avaliar pelo quadro seguinte, a rubrica “Outras” é constituída quase integralmente pela despesa com o PARES, sendo 4,8 milhões de euro, referentes ao PARES Programa e 12,8 milhões de euro, referentes ao PARES Corrente. Face ao ano anterior, estas duas rubricas sofreram acréscimos de 36,7% e 207,6%, respetivamente.

Discriminação das despesas integradas na rubrica "Outras" do quadro supra

2009-2011

(euro)

Áreas e Rubricas	2010	%	2011	%	Var % (2011/10)
Sub.ev.fam.carência			8.118,58	0,0%	
PARES (Programa+Corrente)	7.682.417,80	98,0%	17.611.296,41	100,0%	129,2%
PARES (Alarg rede)	153.154,09	2,0%			
Total	7.835.571,9	100%	17.619.415,0	100%	125%

➤ Programa PARES

O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), incluído na rubrica "Outros", apresenta uma despesa de 17,6 milhões de euro na área terceira idade, o que corresponde a 25,4% do total de 2011 e um aumento de 219,0% face a 2010 em resultado da continuidade das respostas sociais que entraram em funcionamento no ano anterior.

PARES
2009-2011

(euros)

	2009	2010	2011
Terceira idade	1.730.407,73	7.682.417,80	17.611.296,41

O acréscimo de despesa verificado entre 2010 e 2011, deveu-se essencialmente ao aumento nas despesas referentes ao PARES Corrente, como atrás foi referido, impulsionado pelos aumentos verificados nas despesas com os centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário, todos com taxas de crescimento acima de três dígitos.

➤ Subsídios pela utilização de lares com fins lucrativos

Em 2011, os subsídios pela utilização de lares com fins lucrativos representaram 4,3% do total da despesa na área da terceira idade, registando uma forte redução no último biénio (-87,6%).

➤ Transferências para o INATEL

No âmbito dos programas Turismo Sénior, Turismo Solidário e Abrir Portas à Diferença, que se destinam a proporcionar o usufruto de férias por parte da população mais idosa, com deficiência e/ou carenciada, com o objetivo de combater o isolamento e a exclusão social, foram efetuadas transferências do IGFSS para o INATEL que ascenderam a 1,9 milhões de euro em 2011, um valor significativamente mais baixo que a execução de 2010 (menos 3,0 milhões de euro). No quinquénio 2011/2007, a despesa com esta rubrica diminuiu 40,6% (para maior detalhe ver capítulo V.3.2.).

A evolução anual desta despesa no último quinquénio foi a seguinte:

Transferências do IGFSS para o INATEL
2007-2011

(milhares de euro)

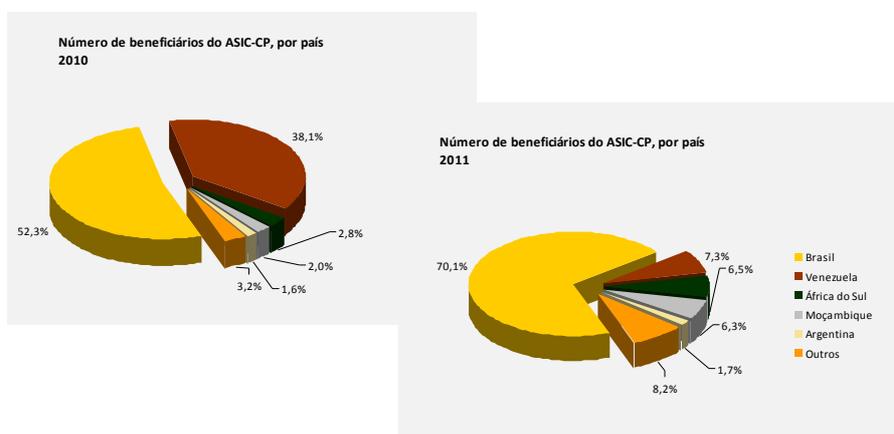
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa anual	3.206,4	1.706,5	4.072,0	4.943,6	1.903,2
Taxa crescimento	1,1%	-46,8%	138,6%	21,4%	-61,5%

➤ **Apoios sociais aos emigrantes carenciados das Comunidades Portuguesas (ASIC-CP e ASEC-CP)**

Trata-se de uma medida de apoio social destinada aos emigrantes nacionais residentes no estrangeiro – o apoio social aos idosos carenciados (ASIC-CP). Para aceder a esta medida, os emigrantes têm que ter mais de 65 anos e comprovar que se encontram em situação de carência económica e social. O ASIC-CP tem um carácter mensal, sendo o seu valor atualizado anualmente (em julho), por indexação da respetiva fórmula de cálculo ao valor das pensões sociais portuguesa e do país de emigração.

O ASEC-CP, com características distintas do ASIC-CP, é uma medida adicional para os cidadãos nacionais emigrantes – o apoio social aos emigrantes carenciados. Este apoio distingue-se do ASIC-CP em dois pontos essenciais: por não ter limite de idade e por ser atribuído pontualmente, em situações consideradas extraordinárias e de extrema gravidade.

No que se refere ao ASIC-CP, em dezembro de 2011 encontravam-se a receber o apoio 1.130 beneficiários, o que representa uma redução de 63,6% face ao período homólogo de 2010. É assim reforçada a tendência de diminuição do número de beneficiários registada a partir de 2008.



A despesa total com ASIC-CP ascendeu, até dezembro de 2011, a um valor acumulado de 52,3 milhões de euro. No último ano, a despesa com este apoio decresceu significativamente, contrariando a evolução verificada no ano anterior. Em 2011 a despesa assumiu um valor de 2,6 milhões de euro, menos 63,1% do que em 2010.

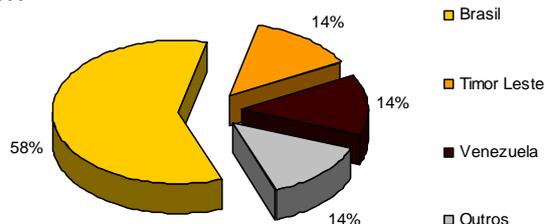
Despesa com ASIC-CP 2007-2011					
	milhares de euro				
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa	6.976,1	6.583,6	6.462,7	6.926,8	2.558,8

No que respeita ao ASEC-CP, em 2011, a execução fixou-se em 72,8 milhares de euro, o que representou uma redução de 14,7% face a 2010.

Despesa com ASEC-CP 2007-2011					
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa	95.146	53.818	40.723	85.383	72.845

euro

Número de beneficiários do ASEC-CP, por país - 2011



Programa de Apoio a Idosos em Lar (PILAR)

Em 2011, a despesa com o PILAR situou-se em 320,8 milhares de euro, registando uma redução para metade no último biénio (-49,5%).

Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)

O valor despendido em 2011 com este programa ascendeu a 5,2 milhões de euro, o que representou um aumento de 420,9% face a 2010, ano em que se registou o valor mais baixo do quinquénio 2011/2007 (+47,6% relativamente a 2007).

Execução do Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII) 2007-2011					
	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa anual	3.497,8	5.673,1	11.483,6	991,3	5.163,6

(milhares de euro)

Programa de Apoio Iniciativa Privada Social (PAIPS)

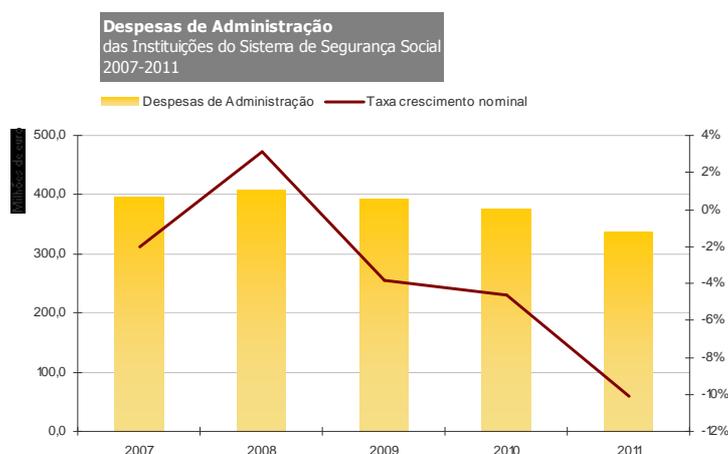
O montante da execução da despesa com o PAIPS, em 2011, foi 92,3 milhares de euro, o que corresponde a uma redução de 23,8% face a 2010.

X.9. ADMINISTRAÇÃO

X.9.1 Evolução das despesas de Administração

Em 2011 as despesas de administração das instituições do sistema de segurança social, atingem o montante de 337,6 milhões de euro⁶⁰, o que corresponde a uma redução de 10,1% face a 2010. De referir contudo que, em 2011, e à semelhança do efetuado em 2010, foram eliminadas as operações recíprocas relativas às contribuições a cargo da entidade patronal das instituições inseridas no perímetro de consolidação, no montante global de 10.930.277,45 euro em 2010 e 12.105.374,21 euro em 2011. Acentua-se em 2011 a tendência de diminuição verificada nos últimos 5 anos, com exceção do biénio 2008/2007, sendo de referir que o valor global da despesa de administração em 2011 é o mais baixo dos últimos cinco anos.

Como se pode verificar pelo gráfico, a despesa em 2011 atinge o valor mais baixo para o período de 2007 a 2011.



A principal componente das despesas de administração é o agrupamento Despesas com pessoal que, em 2011, representam 71,8% do total. Este agregado apresenta uma redução, face ao ano anterior, de 8,6%.

A maior contribuição para a diminuição das despesas de administração no último biénio, além das *Despesas com pessoal*, é dada pelos *Juros e outros encargos*, que regista uma diminuição no biénio 2011/2010 de 17,9%, assim como também da *Aquisição de bens e serviços*, que regista uma redução de 12,0% (o que corresponde a uma redução de aproximadamente 10,5 milhões de euro).

	(euro)					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesas de Administração	405.467.291,80	397.251.825,21	409.549.467,68	393.839.155,25	375.674.434,97	337.631.493,16
Taxa de crescimento nominal	2,3%	-2,0%	3,1%	-3,8%	-4,6%	-10,1%

⁶⁰ Relativamente à rubrica de *Administração* relevada no Mapa XI, não inclui as despesas com projetos de formação profissional, no valor de 1.294.675,51 euro e Despesas de Capital (ex-PIDDAC/OSS), no montante de 10.951.168,20 euro.

X.9.2 Decomposição das despesas de Administração por classificação económica

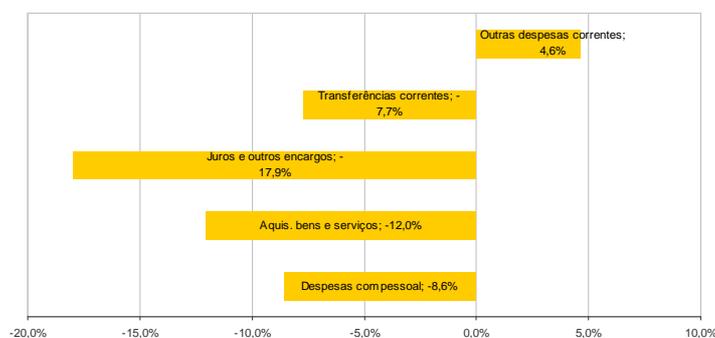
As despesas de administração, desagregadas por classificação económica, são apresentadas no quadro seguinte:

Decomposição das despesas de administração por classificação económica															
2007-2011 (milhares de euro)															
RUBRICAS	2007			2008			2009			2010			2011		
	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (07/06)	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (08/07)	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (09/08)	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (10/09)	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (11/10)
Despesas de administração	397.251,8	100%	-2,0%	409.549,5	100,0%	3,1%	393.839,2	100,0%	-3,8%	375.674,4	100,0%	-4,6%	337.631,5	100,0%	-10,1%
Despesas com pessoal	286.217,2	72,0%	-6,7%	283.422,7	69,2%	-1,0%	287.344,6	73,0%	1,4%	265.180,3	70,6%	-7,7%	242.496,3	71,8%	-8,6%
Aquis. bens e serviços	74.588,5	18,8%	9,0%	75.899,1	18,5%	1,8%	78.281,5	19,9%	3,1%	86.777,9	23,1%	10,9%	76.329,3	22,6%	-12,0%
Juros e outros encargos	1.815,4	0,5%	6,5%	2.486,9	0,6%	37,0%	2.920,3	0,7%	17,4%	2.914,0	0,8%	-0,2%	2.391,0	0,7%	-17,9%
Transferências correntes	16.111,8	4,1%	0,1%	18.317,3	4,5%	13,7%	14.457,4	3,7%	-21,1%	10.417,9	2,8%	-27,9%	9.616,1	2,8%	-7,7%
Administração Central	7.032,3	1,8%	-1,8%	9.165,3	2,2%	30,3%	6.918,8	1,8%	-24,5%	3.709,8	1,0%	-46,4%	2.928,5	0,9%	-21,1%
Administração Local	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-
Inst.s/fins lucrativos	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-
Resto do Mundo	9.079,5	2,3%	1,6%	9.152,0	2,2%	0,8%	7.538,6	1,9%	-17,6%	6.708,1	1,8%	-11,0%	6.687,6	2,0%	-0,3%
Subsídios		n.a.		2.787,2	0,7%	-	3.125,6	0,8%	12,1%	2.733,8	0,7%	-12,5%	2.686,5	0,8%	-1,7%
Outras despesas correntes	17.333,9	4,4%	46,3%	25.226,8	6,2%	45,5%	4.408,7	1,1%	-82,5%	3.763,7	1,0%	-14,6%	3.936,6	1,2%	4,6%
Diversas	17.333,9	4,4%	46,3%	25.226,8	6,2%	45,5%	4.408,7	1,1%	-82,5%	3.763,7	1,0%	-14,6%	3.936,6	1,2%	4,6%
Aq. Bens de Capital	1.185,1	0,3%	71,0%	1.409,5	0,3%	18,9%	1.812,0	0,5%	28,6%	1.567,1	0,4%	-13,5%	0,4	0,0%	-100,0%
Investimentos	1.185,1	0,3%	71,0%	1.409,5	0,3%	18,9%	1.812,0	0,5%	28,6%	1.567,1	0,4%	-13,5%	0,4	0,0%	-100,0%
Transferências de Capital	0,0	0,0%	-100,0%	0,0	0,0%	-	1.489,1	0,4%	-	2.319,7	0,6%	55,8%	175,3	0,1%	-92,4%
Resto do Mundo	0,0	0,0%	-100,0%	0,0	0,0%	-	1.489,1	0,4%	-	2.319,7	0,6%	55,8%	175,3	0,1%	-92,4%

Nota1: Em 2008 foi introduzida a rubrica "Subsídios", que se refere a "Subsídios a Instituições sem Fins Lucrativos – Administração – CCD's, Federação e Associação". As despesas, inscritas na económica D.05.07.04.01, incluem os *subsídios anuais por trabalhadores abrangidos* [1], a *participação por refeição* [2] e o *subsídio de atividades* [3]. Em anos anteriores, a respetiva despesa encontrava-se repartida nas económicas D.01.02.14 ([1] e [2]) e D.06.02.03 ([3]).

Nota2: Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores (como referido supra) deverá tomar-se em consideração a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, registadas nesses anos, nas despesas com pessoal (10.930.277,45 euro em 2010 e 12.105.374,21 euro em 2011).

Varição percentual das despesas com administração, por classificação económica 2011/2010



No quadro e no gráfico acima observa-se que a redução de 10,1% verificada em 2011 face a 2010, nas despesas de administração resultou de:

- ✓ Redução das *Aquisições de bens e serviços* em 12,0% o que diminuiu o seu peso relativo na despesa em 0,5 p. p., passando de 23,1% em 2010 para 22,6% em 2011, correspondendo a uma contração de 10,5 milhões de euro.
- ✓ Diminuição de *Juros e outros encargos* (-17,9%), das *Transferências Correntes* (-13,5%), *Transferências de Capital* (-92,4%), das *Aquisições de bens de capital* (-100%) e de *Subsídios* (-1,7%).
- ✓ Aumento da despesa associada a *Outras despesas correntes* (4,6%).

X.9.2.1 Despesas com pessoal

A desagregação das despesas com pessoal ao nível das *Remunerações certas e permanentes, Abonos variáveis ou eventuais* e das *Encargos com a Segurança Social* é apresentada no seguinte quadro:

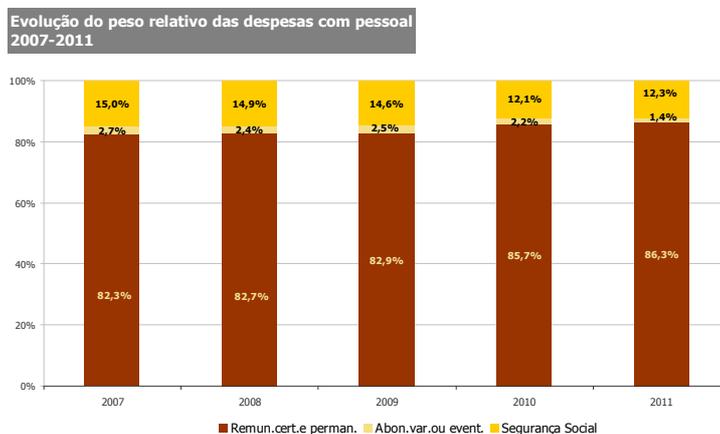
Despesa de administração consolidada das Instituições de Segurança Social																	
2007 a 2011																	
(milhares de euro)																	
Cod.	Económica	Descrição	2007			2008			TOTAL Consolidado			2010			2011		
			Valor Absol.	Peso relativo	Δ (2007/2006)	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (2008/2007)	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (2009/2008)	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (2010/2009)	Valor Absol.	Peso relativo	Δ (2011/2010)
D	Despesas		397.251,8	100,0%	-2,0%	409.549,5	100,0%	3,1%	393.839,2	100,0%	-3,8%	375.674,4	100,0%	-4,6%	337.631,5	100,0%	-10,1%
D.01	Despesas com pessoal		286.217,2	72,0%	-6,7%	283.422,7	69,2%	-1,0%	287.344,6	73,0%	1,4%	265.180,3	70,6%	-7,7%	242.496,3	71,8%	-8,6%
D.01.01	Remun.cert.e perman.		235.531,3	59,3%	-1,5%	234.446,3	57,2%	-0,5%	238.205,9	60,5%	1,6%	227.148,7	60,5%	-4,6%	209.264,3	62,0%	-7,9%
D.01.01.02	Órgãos sociais		1.462,0	0%	-54,2%	1.269,4	0%	-13,2%	1.262,2	0,3%	-0,6%	1.268,2	0,3%	0,5%	1.062,5	0,3%	-16,2%
D.01.01.03	Pess.quadros-Reg.Função Pública		138.250,9	35%	-2,6%	133.030,2	32%	-3,8%	25.024,8	6,4%	-81,2%	25.031,0	6,7%	0,0%	23.125,1	6,8%	-7,6%
D.01.01.04	P.q.R.contrato ind.trabalho		33.279,7	8%	8,0%	36.189,4	9%	8,7%	124.311,1	31,6%	243,5%	112.650,7	30,0%	-9,4%	105.190,3	31,2%	-6,6%
D.01.01.05	Pessoal além quadros		530,0	0%	50,8%	555,2	0%	4,8%	21.520,6	5,5%	3776,0%	25.631,7	6,8%	19,1%	23.884,8	7,1%	-6,8%
D.01.01.06	P.contratado a termo		93,8	0%	-37,7%	101,1	0%	7,8%	199,9	0,1%	97,6%	206,2	0,1%	3,2%	101,5	0,0%	-50,8%
D.01.01.07	P.r.tarefa ou avença		9.040,2	2%	12,8%	10.882,1	3%	20,4%	11.831,6	3,0%	8,7%	10.954,7	2,9%	-7,4%	8.745,8	2,6%	-20,2%
D.01.01.08	P.aguard.aposentação		723,4	0%	-15,8%	1.015,4	0%	40,4%	884,4	0,2%	-12,9%	1.134,4	0,3%	28,3%	927,4	0,3%	-18,2%
D.01.01.09	P.em qq out.situacão		2.314,7	1%	-36,4%	2.247,8	1%	-2,9%	3.176,1	0,8%	41,3%	3.325,9	0,9%	4,7%	2.674,0	0,8%	-19,6%
D.01.01.10	Gratificações		664,8	0%	171,4%	538,8	0%	-18,9%	1.424,9	0,4%	164,4%	1.418,4	0,4%	-0,5%	1.369,8	0,4%	-3,4%
D.01.01.11	Representação		409,7	0%	-0,1%	404,8	0%	-1,2%	374,9	0,1%	-7,4%	3.913,6	1,0%	943,9%	5.079,8	1,5%	29,8%
D.01.01.12	Suplement.e prémios		7.539,3	2%	5,3%	8.044,7	2%	6,7%	7.876,9	2,0%	-2,1%	3.114,6	0,8%	-60,5%	1.019,0	0,3%	-67,3%
D.01.01.13	Subsídio de refeição		10.617,2	3%	0,8%	10.324,6	3%	-2,8%	9.998,9	2,5%	-3,2%	9.459,2	2,5%	-5,4%	8.944,3	2,6%	-5,4%
D.01.01.14	Subs.férias e Natal		30.450,7	8%	-4,0%	29.732,5	7%	-2,4%	30.228,6	7,7%	1,7%	28.967,4	7,7%	-4,2%	27.062,9	8,0%	-6,6%
D.01.01.15	Re.doen.e mater/paternidade		154,9	0%	95,0%	110,3	0%	-28,8%	90,8	0,0%	-17,7%	72,8	0,0%	-19,8%	77,0	0,0%	5,8%
D.01.02	Abon.var.ou event.		7.861,0	2,0%	6,7%	6.813,8	1,7%	-13,3%	7.325,4	1,9%	7,5%	5.905,6	1,6%	-19,4%	3.475,1	1,0%	-41,2%
D.01.02.01	Grat.var.ou event.		0,0	0,0%	-100,0%	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,7	0,0%	-	0,0	0,0%	-
D.01.02.02	Horas extraordinár.		2.606,8	0,7%	5,2%	2.935,7	0,7%	12,6%	2.380,5	0,6%	-18,9%	1.568,5	0,4%	-34,1%	952,5	0,3%	-39,3%
D.01.02.03	Alimenta. e alojam.		35,2	0,0%	56,2%	7,8	0,0%	-77,9%	4,3	0,0%	-44,6%	7,0	0,0%	63,3%	4,5	0,0%	-35,9%
D.01.02.04	Ajudas de custo		1.780,8	0,4%	10,6%	1.703,4	0,4%	-4,3%	1.841,8	0,5%	8,1%	1.598,2	0,4%	-13,2%	1.125,1	0,3%	-29,6%
D.01.02.05	Abono para falhas		708,1	0,2%	-3,2%	700,7	0,2%	-1,0%	728,6	0,2%	4,0%	658,7	0,2%	-9,6%	628,7	0,2%	-4,6%
D.01.02.06	Formação		5,4	0,0%	-83,2%	16,8	0,0%	210,9%	1,3	0,0%	-92,0%	0,8	0,0%	-37,7%	2,9	0,0%	244,8%
D.01.02.08	Sub.ab.fix.res.e al		9,3	0,0%	1,5%	9,5	0,0%	2,1%	10,2	0,0%	7,5%	10,7	0,0%	4,7%	10,0	0,0%	-6,5%
D.01.02.09	Subsíd.de prevençã		24,9	0,0%	-60,3%	22,3	0,0%	-10,1%	21,3	0,0%	-4,6%	24,7	0,0%	15,8%	0,0	0,0%	-100,0%
D.01.02.10	Subsíd.de trabalho noturno		0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-
D.01.02.11	Subsídio de turno		116,5	0,0%	-63,1%	110,4	0,0%	-5,2%	115,0	0,0%	4,2%	108,9	0,0%	-5,3%	80,0	0,0%	-26,5%
D.01.02.12	Indemn.por cess.funç		2,0	0,0%	376,6%	5,0	0,0%	158,4%	27,2	0,0%	438,8%	8,3	0,0%	-69,4%	120,4	0,0%	1351,5%
D.01.02.13	Outr.supl.e prémios		8,6	0,0%	-33,5%	95,3	0,0%	1003,5%	1.359,3	0,3%	1326,8%	1.215,8	0,3%	-10,6%	0,2	0,0%	-100,0%
D.01.02.14	Out.ab.em num.ou esp		2.563,5	0,6%	22,8%	1.206,9	0,3%	-52,9%	835,8	0,2%	-30,7%	703,1	0,2%	-15,9%	550,6	0,2%	-21,7%
D.01.03	Segurança Social		42.825,0	10,8%	-28,9%	42.162,6	10,3%	-1,5%	41.813,3	10,6%	-0,8%	32.125,9	8,6%	-23,2%	29.756,8	8,8%	-7,4%
D.01.03.01	Encargos com a saúde		7.896,9	2,0%	-12,8%	6.956,0	1,7%	-11,9%	6.119,4	1,6%	-12,0%	5.648,2	1,5%	-7,7%	6.344,7	1,9%	12,3%
D.01.03.02	Outr.encarg.c/saúde		2,3	0,0%	-74,3%	3,5	0,0%	54,0%	2,3	0,0%	-34,4%	12,2	0,0%	433,9%	0,0	0,0%	-100,0%
D.01.03.03	Sub.fam.crian.e jov.		984,4	0,2%	-4,0%	1.088,7	0,3%	10,6%	1.122,9	0,3%	3,1%	971,6	0,3%	-13,5%	451,2	0,1%	-53,6%
D.01.03.04	Outras prest.famil.		148,9	0,0%	0,7%	163,7	0,0%	9,9%	192,3	0,0%	17,5%	245,7	0,1%	27,8%	236,0	0,1%	-4,0%
D.01.03.05	Contrib.seg.social		33.253,7	8,4%	-32,8%	33.539,6	8,2%	0,9%	34.103,7	8,7%	1,7%	22.542,9	6,0%	-33,9%	20.056,4	5,9%	-11,0%
D.01.03.06	Ac.serv.e doen.prof		197,7	0,0%	0,0%	136,1	0,0%	-31,2%	76,0	0,0%	-44,2%	70,1	0,0%	-7,7%	28,7	0,0%	-59,1%
D.01.03.08	Outras pensões		2,8	0,0%	7,2%	3,2	0,0%	14,7%	0,0	0,0%	-100,0%	0,0	0,0%	-	0,0	0,0%	-
D.01.03.09	Seguros		47,3	0,0%	-29,6%	40,3	0,0%	-14,8%	29,3	0,0%	-27,2%	2,4	0,0%	-91,8%	4,4	0,0%	83,6%
D.01.03.10	Out.desp.seg.social		290,9	0,1%	12,6%	231,6	0,1%	-20,4%	167,4	0,0%	-27,7%	2.632,8	0,7%	1472,8%	2.635,5	0,8%	0,1%

Nota1: No período até 2007 a económica D.01.02.14 inclui os subsídios anuais por trabalhadores abrangidos e a participação por refeição, no âmbito dos "Subsídios a Instituições sem Fins Lucrativos – Administração – CCD's, Federação e Associação". A partir de 2008 a respetiva despesa encontra-se registada na económica D.05.07.04.01.

Nota2: Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores (como referido supra) no valor das despesas com pessoal deverá tomar-se em consideração a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, na económica D.01.03.05. (10.930.277,45 euro em 2010 e 12.105.374,21 euro em 2011).

Na rubrica de *Despesas com pessoal*, observa-se uma redução de 8,6% em 2011 face a 2010 que resulta essencialmente de:

- ✓ Diminuição das *Remunerações certas e permanentes* de 7,9% em 2011, aumentando contudo o seu peso relativo no total das despesas de administração de 1,5 p. p. (62,0%, em 2010). Para esta redução contribuem as diminuições verificadas nas rubricas de *Pessoal com regime de contrato individual de trabalho* e *Subsídios de férias e de Natal* (-6,6% em ambas as rubricas) que, em conjunto, representam 39,2% das despesas administrativas.



- ✓ Redução dos *Abonos variáveis ou eventuais* em 41,2% face ao ano anterior, passando a representar 1,4% das despesas com pessoal em 2011 (redução de 0,8 p.p).

Deste agregado, destacam-se as reduções verificadas ao nível das *Horas extraordinárias* e das *Ajudas de Custo*, apuradas em -39,3% e -29,6% face ao ano anterior, respetivamente.

- ✓ Redução de 7,4% na despesa referente a encargos com a *Segurança Social* que, em 2010, passa a representar 12,3% das despesas com pessoal (+0,2 p. p.).

Para esta redução contribui essencialmente o decréscimo verificado nas Contribuições para a *Segurança Social* (-11,0%) e que, em 2011, constitui a rubrica com maior peso relativo nas despesas de administração deste agregado. Verifica-se ainda um aumento de 12,3% da rubrica associada a *Encargos com saúde*, o que representa um aumento de despesa de 696,5 milhares de euro, decorrente, no essencial, da introdução de uma contribuição de 2,5% das entidades empregadoras do setor público para a ADSE⁶¹.

Ainda no âmbito das despesas com pessoal, é possível verificar que a evolução dos quadros de efetivos foi no sentido da continuação da redução em 2011 (-9,3%), mantendo a tendência dos anos anteriores (-6,0% em 2006, -5,3% em 2007, -3,4% em 2008, -5,1% em 2009 e -6,7% em 2010).

Evolução do número global de efectivos 2011/2007

Cat. Profissionais	2007	Δ (2007/2006)	2008	Δ (2008/2007)	2009	Δ (2009/2008)	2010	Δ (2010/2009)	2011	Δ (2011/2010)
Pessoal Dirigente	1.169	4,0%	1.163	-0,5%	1.072	-7,8%	1.368	27,6%	1.260	-7,9%
Técnico Superior	4.724	-2,1%	4.695	-0,6%	4.228	-9,9%	3.791	-10,3%	3.601	-5,0%
Informático	358	-12,9%	339	-5,3%	345	1,8%	330	-4,3%	291	-11,8%
Assistente Técnico	6.572	-6,3%	6.242	-5,0%	6.425	2,9%	5.733	-10,8%	5.259	-8,3%
Assistente Operacional	3.413	-10,6%	3.233	-5,3%	3.023	-6,5%	2.842	-6,0%	2.386	-16,0%
Outro	293	14,0%	293	0,0%	50	-82,9%	60	20,0%	15	-75,0%
TOTAL	16.529	-5,3%	15.965	-3,4%	15.143	-5,1%	14.124	-6,7%	12.812	-9,3%

⁶¹ Alteração operada pelo Artigo 163.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro de 2010 (Orçamento do Estado para 2011).

Refira-se por fim, que em 2006 as remunerações foram atualizadas 1,5% (Portaria n.º 229/2006, de 10 de março), no ano seguinte a atualização foi também 1,5% (Portaria n.º 88-A/2007 de 18 de janeiro - atualizadas 1,5% - 2008), aumentando para 2,1% em 2008 (Portaria n.º 30-A/2008 de 10 de janeiro) e 2,9% em 2009 (Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro). Em 2010, os vencimentos dos gestores públicos sofreram uma redução de 5% a partir de julho, sendo que nesse ano as remunerações não foram atualizadas.

Em 2011, em resultado do processo de consolidação orçamental, e à semelhança de 2010, não se operou qualquer atualização das remunerações. Por seu turno, o Orçamento do Estado para 2011, introduziu um conjunto de reduções remuneratórias para os trabalhadores do setor público⁶². Assim, foi introduzido, para trabalhadores com remunerações superiores a 1.500 euro, uma taxa de redução remuneratória progressiva, variando entre 3,5% (sobre o valor de remunerações correspondido entre 1.500 euro e 2.000 euro) até 10% (sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165 euro).

X.9.2.2 Aquisição de bens e serviços

Relativamente à despesa com aquisição de bens e serviços (ver quadro seguinte), a sua redução em 2011 (-12,0%) é reflexo do crescimento registado na rubrica *Aquisição de Serviços*, que representa aproximadamente 95% do seu total. No último biénio, registaram-se variações:

- ✓ De menos 11,4 % na *Aquisição de Serviços*, destacando-se pelo seu peso relativo:

Os encargos com *Comunicações*, com *Outros trabalhos especializados* e com *Outros Serviços*, que registaram reduções de 9,6%, 4,1% e 8,9%, respetivamente em 2011.

- ✓ De menos 22,7% na *Aquisição de Bens*, destacando-se:

A redução de 30,6%, na despesa em *Material de escritório*. Na rubrica *Combustíveis e lubrificantes*, a despesa diminuiu 5,9% face a 2010.

Económica		TOTAL Consolidado																	
Cod.	Descrição	2006			2007			2008			2009			2010			2011		
		Valor Absoluto	Peso relativo	Δ (2006/2005)	Valor Absoluto	Peso relativo	Δ (2007/2006)	Valor Absoluto	Peso relativo	Δ (2008/2007)	Valor Absoluto	Peso relativo	Δ (2009/2008)	Valor Absoluto	Peso relativo	Δ (2010/2009)	Valor Absoluto	Peso relativo	Δ (2011/2010)
D	Despesas	405.467,3	100%	2,3%	397.251,8	100%	-2,0%	409.549,5	100%	3,1%	393.839,2	100%	-3,8%	375.674,4	100%	-4,6%	337.631,5	90%	-10,1%
D.02	Aquisição bens e serviços	68.428,8	16,9%	-0,3%	74.588,5	18,8%	9,0%	75.899,1	18,5%	1,8%	78.281,5	19,9%	3,1%	86.777,9	23,1%	10,9%	76.329,3	20,3%	-12,0%
D.02.01	Aquisição de bens	4.991,5	1,2%	8,6%	4.920,7	1,2%	-1,4%	5.341,7	1,3%	8,6%	5.733,8	1,5%	7,3%	4.977,0	1,3%	-13,2%	3.846,1	1,0%	-22,7%
D.02.01.02	Combust.e lubrificantes	964,5	0,2%	9,3%	1.015,5	0,3%	5,3%	1.234,8	0,3%	21,6%	1.024,5	0,3%	-17,0%	1.192,0	0,3%	16,3%	1.121,4	0,3%	-5,9%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	240,1	0,1%	6,8%	221,3	0,1%	-7,9%	245,6	0,1%	11,0%	342,2	0,1%	39,3%	242,2	0,1%	-29,2%	238,5	0,1%	-1,5%
D.02.01.08	Material de escritório	3.079,1	0,8%	8,8%	3.039,4	0,8%	-1,3%	3.299,8	0,8%	8,6%	3.743,0	1,0%	13,4%	3.070,0	0,8%	-18,0%	2.130,1	0,6%	-30,6%
D.02.01.21	Outros bens	362,2	0,1%	27,2%	368,0	0,1%	1,6%	311,6	0,1%	-15,3%	395,2	0,1%	26,8%	279,1	0,1%	-29,4%	229,5	0,1%	-17,8%
	Outras	345,6	0,1%	-7,8%	276,5	0,1%	-20,0%	249,9	0,1%	-9,6%	228,8	0,1%	-8,4%	193,7	0,1%	-15,3%	126,6	0,0%	-34,6%
D.02.02	Aquisição serviços	63.437,3	15,6%	-1,0%	69.667,8	17,5%	9,8%	70.557,4	17,2%	1,3%	72.547,7	18,4%	2,8%	81.800,9	21,8%	12,8%	72.483,2	19,3%	-11,4%
D.02.02.01	Encargos instalações	3.958,7	1,0%	1,9%	4.060,7	1,0%	2,6%	4.192,7	1,0%	3,2%	4.633,7	1,2%	10,5%	4.731,9	1,3%	2,1%	5.000,7	1,3%	5,7%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	4.034,8	1,0%	2,4%	4.078,6	1,0%	1,1%	4.456,4	1,1%	9,3%	4.942,9	1,3%	10,9%	4.962,4	1,3%	0,4%	4.117,3	1,1%	-17,0%
D.02.02.03	Conservação de bens	5.006,5	1,2%	12,6%	4.532,7	1,1%	-9,5%	3.775,2	0,9%	-16,7%	3.405,5	0,9%	-9,8%	3.866,4	1,0%	13,5%	3.312,3	0,9%	-14,3%
D.02.02.04	Locação de edifícios	7.041,9	1,7%	-1,2%	7.399,5	1,9%	5,1%	7.664,0	1,9%	3,6%	6.613,4	1,7%	-13,7%	6.814,5	1,8%	3,0%	6.777,0	1,8%	-0,5%
D.02.02.05	Locação material informática	1.152,2	0,3%	-48,2%	1.162,3	0,3%	0,9%	1.355,3	0,3%	16,6%	1.129,3	0,3%	-16,7%	1.133,3	0,3%	0,3%	1.116,6	0,3%	-1,5%
D.02.02.09	Comunicações	13.951,0	3,4%	8,7%	14.757,2	3,7%	5,8%	14.510,7	3,5%	-1,7%	14.737,1	3,7%	1,6%	20.316,6	5,4%	37,9%	18.367,8	4,9%	-9,6%
D.02.02.13	Deslocação e estadas	1.327,3	0,3%	22,1%	2.057,4	0,5%	55,0%	1.323,7	0,3%	-35,7%	1.509,7	0,4%	14,0%	1.071,9	0,3%	-29,0%	382,9	0,1%	-64,3%
D.02.02.14	Estudo, pareceres, projectos e consultadoria	2.570,9	0,6%	-4,5%	3.684,2	0,9%	43,3%	2.639,3	0,6%	-28,4%	2.543,7	0,6%	-3,6%	3.017,6	0,8%	18,6%	926,2	0,2%	-69,3%
D.02.02.17	Publicidade	505,2	0,1%	-1,7%	1.005,4	0,3%	99,0%	1.253,9	0,3%	24,7%	1.267,0	0,3%	1,0%	384,3	0,1%	-69,7%	206,5	0,1%	-46,3%
D.02.02.18	Vigilância e segurança	3.578,7	0,9%	3,5%	3.676,2	0,9%	2,7%	4.109,0	1,0%	11,8%	4.784,0	1,2%	16,4%	4.869,3	1,3%	1,8%	4.859,2	1,3%	-0,2%
D.02.02.19	Assistência técnica	5.646,3	1,4%	-23,3%	4.999,6	1,3%	-11,5%	4.708,3	1,1%	-5,8%	4.609,0	1,2%	-2,1%	4.528,4	1,2%	-1,7%	2.763,6	0,7%	-39,0%
D.02.02.20	Outros trabalhos especializados	1.968,3	0,5%	-4,7%	4.049,5	1,0%	105,7%	3.979,6	1,0%	-1,7%	6.851,3	1,7%	72,2%	9.013,0	2,4%	31,6%	8.640,3	2,3%	-4,1%
D.02.02.24	Encargo de cobrança de receitas	1.316,1	0,3%	56,7%	1.357,5	0,3%	3,1%	2.176,8	0,5%	60,4%	2.117,7	0,5%	-2,7%	2.727,9	0,7%	28,8%	3.059,0	0,8%	12,1%
D.02.02.25	Outros Serviços	9.696,6	2,4%	-3,2%	10.928,5	2,8%	12,7%	12.686,1	3,1%	16,1%	11.402,9	2,9%	-10,1%	12.812,1	3,4%	12,4%	11.670,6	3,1%	-8,9%
	Outras	1.682,9	0,4%	7,5%	1.918,6	0,5%	14,0%	1.726,4	0,4%	-10,0%	2.000,6	0,5%	15,9%	1.551,5	0,4%	-22,4%	1.283,3	0,3%	-17,3%

Nota: Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores (como referido supra) deverá tomar-se em consideração a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, registada nesses anos, nas despesas totais (12.694.694,08 euro em 2010 e 13.712.459,45 em 2011).

⁶² Artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

X.9.2.3 Outras despesas de Administração

As *Transferências Correntes* (9,6 milhões de euro em 2010) sofreram uma redução de 7,7% face ao ano anterior que, resultam essencialmente da redução (em 21,1%) das transferências para a Administração Central.

A despesa paga em *Juros e Outros Encargos* apresentou uma redução de 17,9% em 2010, assumindo um valor global de 2,4 milhões de euro. Esta despesa inclui os montantes das comissões de transação que dependem do volume de títulos transacionados e do tipo de instrumento financeiro utilizado (no IGFCSS, IP) e também os custos bancários associados aos meios de pagamento. De referir ainda que, no ano de 2011, o IGFCSS, IP não utilizou a linha de crédito não tendo, por esse motivo, sofrido encargos financeiros decorrentes de juros de empréstimos.

X.9.3 Despesas de Administração por Instituição

O quadro seguinte desagrega as despesas de administração por instituições:

Despesas de administração do sistema, por Instituição															
2007-2011															
Instituições	2007		2008		2009		2010		2011		Variação %				
	Valor	Peso relativo	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010								
ISS, IP	288.133,2	72,5%	288.600,8	70,5%	297.689,8	75,6%	281.292,3	74,9%	254.774,1	75,5%	-5,2%	0,2%	3,1%	-5,5%	-9,4%
IGFSS, IP	32.587,6	8,2%	44.633,2	10,9%	23.787,5	6,0%	24.499,2	6,5%	23.622,6	7,0%	31,6%	37,0%	-46,7%	3,0%	-3,6%
II, IP	21.729,4	5,5%	21.211,3	5,2%	20.116,0	5,1%	19.289,2	5,1%	15.631,0	4,6%	-2,8%	-2,4%	-5,2%	-4,1%	-19,0%
IGFCSS, IP (*)	3.603,3	0,9%	4.511,6	1,1%	5.160,2	1,3%	4.971,8	1,3%	4.246,6	1,3%	-0,4%	25,2%	14,4%	-3,7%	-14,6%
RA Madeira	9.890,5	2,5%	10.179,6	2,5%	10.720,5	2,7%	10.792,0	2,9%	10.287,0	3,0%	4,3%	2,9%	5,3%	0,7%	-4,7%
RA Açores	15.049,9	3,8%	15.709,1	3,8%	15.555,1	3,9%	15.261,5	4,1%	13.682,4	4,1%	3,6%	4,4%	-1,0%	-1,9%	-10,3%
Outras instituições (**)	26.257,9	6,6%	24.703,8	6,0%	20.810,0	5,3%	19.568,5	5,2%	15.387,9	4,6%	-2,0%	-5,9%	-15,8%	-6,0%	-21,4%
TOTAL	397.251,8	100,0%	409.549,5	100,0%	393.839,2	100,0%	375.674,4	100,0%	337.631,5	100,0%	-2,0%	3,1%	-3,8%	-4,6%	-10,1%

(*) Inclui encargos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

(**) Inclui transferências do IGFCSS para Cooperação e Outros Organismos da Segurança Social

Como referido inicialmente, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores, em 2010 e 2011 deveriam ser considerados os valores da *despesa de administração* e da *despesa com pessoal*, tendo em atenção a alteração resultante da anulação das operações recíprocas no valor de 10.930.277,45 euro em 2010 e 12.105.374,21 euro em 2011.

O quadro supra e os gráfico seguinte permitem concluir que:

- ✓ As despesas de administração concentraram-se maioritariamente e naturalmente no ISS, IP, que representa, em 2011, 75,5% do total das despesas de administração (254,8 milhões de euro). As despesas de administração neste organismo diminuíram 9,4% face ao ano anterior.
- ✓ Ao nível do IGFCSS, IP, que tem o segundo maior peso ao nível das despesas de administração (7,0%), verificou-se também uma redução de despesa de administração face a 2010 (-3,6%).
- ✓ Como se constata, verificou-se uma redução geral das despesas de administração em todas as instituições consideradas. Assim, o agregado "outras instituições" verifica uma redução de 21,4%, o II, IP apresenta também uma redução acima da média (-19,0%), como também do IGFCSS, IP (-14,6%) e a Região Autónoma dos Açores (-10,3%).

Variação percentual das despesas de administração do sistema, por instituição
 2011/2010


Relativamente às despesas com pessoal por instituição, estas são apresentadas no quadro seguinte:

 Despesas com pessoal, por Instituição
 2007-2011

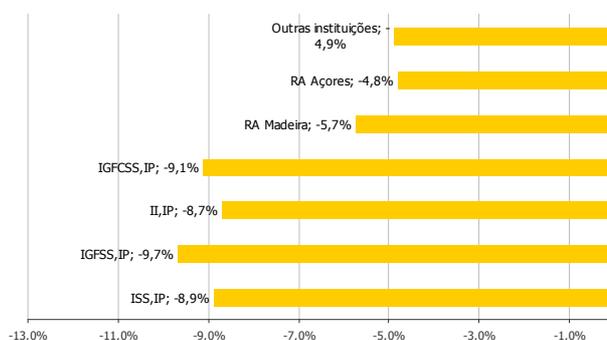
(milhares de euro)

Instituições	2007			2008			2009			2010			2011		
	Valor	Peso relativo	Δ % 2007/2006	Valor	Peso relativo	Δ % 2008/2007	Valor	Peso relativo	Δ % 2009/2008	Valor	Peso relativo	Δ % 2010/2009	Valor	Peso relativo	Δ % 2011/2010
ISS,IP	237.820,1	83,1%	-8,6%	234.374,4	82,7%	-1,4%	238.958,5	83,2%	2,0%	217.623,9	82,1%	-8,9%	198.327,4	81,8%	-8,9%
IGFSS,IP	12.471,5	4,4%	11,9%	13.222,7	4,7%	6,0%	13.071,0	4,5%	-1,1%	11.951,9	4,5%	-8,6%	10.796,1	4,5%	-9,7%
II,IP	8.937,4	3,1%	2,0%	8.942,6	3,2%	0,1%	10.775,5	3,8%	20,5%	9.831,7	3,7%	-8,8%	8.976,2	3,7%	-8,7%
IGFCCS,IP	1.213,5	0,4%	-4,5%	1.156,7	0,4%	-4,7%	1.352,3	0,5%	16,9%	1.217,6	0,5%	-10,0%	1.106,8	0,5%	-9,1%
RA Madeira	8.201,0	2,9%	5,1%	8.401,7	3,0%	2,4%	8.919,7	3,1%	6,2%	8.988,1	3,4%	0,8%	8.472,9	3,5%	-5,7%
RA Açores	11.432,9	4,0%	2,3%	11.559,3	4,1%	1,1%	11.944,7	4,2%	3,3%	11.759,8	4,4%	-1,5%	11.195,7	4,6%	-4,8%
Outras instituições (*)	6.140,8	2,1%	-3,3%	5.765,2	2,0%	-6,1%	2.322,8	0,8%	-59,7%	3.807,2	1,4%	63,9%	3.621,2	1,5%	-4,9%
TOTAL	286.217,2	100,0%	-6,7%	283.422,7	100,0%	-1,0%	287.344,6	100,0%	1,4%	265.180,3	100,0%	-7,7%	242.496,3	100,0%	-8,6%

(*) Inclui transferências do IGFSS para Cooperação e Outros Organismos da Segurança Social

Verifica-se, em 2011, uma redução nas *Despesas com pessoal* em todas as instituições, apresentando valores mais significativos no IGFSS, IP (-9,7%), no IGFCCS, IP (-9,1%), no ISS, IP (-8,9%) e no II, IP (-8,7%). Refira-se também a relativa estabilização do peso relativo das despesas com pessoal em todas as Instituições face aos anos anteriores.

Para esta redução generalizada das *Despesas com pessoal*, concorre não só a redução dos efetivos por passagem à situação de aposentação mas, também, a já referida alteração na contabilização das contribuições para a Segurança Social, operada em sede de consolidação, assim como as reduções remuneratórias estabelecidas no OE 2011 para trabalhadores do setor público com remunerações superiores a 1.500 euro.

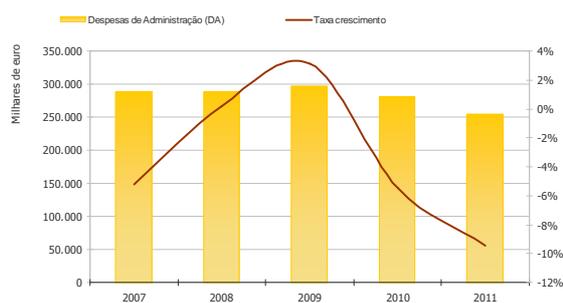
 Variação percentual das despesas com pessoal do sistema, por instituição
 2011/2010


X.9.3.1 Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP)

No ISS, IP pode verificar-se que a redução das despesas de administração registadas em 2011 (-9,4%), se deve ao decréscimo do valor das *Despesas com pessoal* (-8,9%), que tem um peso relativo de 77,8% nas despesas de administração do ISS, IP, mas também da redução na *Aquisição de bens e serviços* (-11,5%), com uma importância relativa de 20,5%, conforme é visível no seguinte quadro:

Decomposição das despesas de administração por classificação económica Instituto de Segurança Social, IP 2007-2011																
(milhares de euro)																
Cod.	RUBRICAS	2007		2008		2009		2010		2011		Variação %				
		Valor	Peso relativo	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010								
D	Despesas	288.133,2	100,0%	288.600,8	100,0%	297.689,8	100,0%	281.292,3	100,0%	254.774,1	100,0%	-5,2%	0,2%	3,1%	-5,5%	-9,4%
D.01	Despesas com pessoal	237.820,1	82,5%	234.374,4	81,2%	238.958,5	80,3%	217.623,9	77,4%	198.327,4	77,8%	-8,6%	-1,4%	2,0%	-8,9%	-8,9%
D.02	Aquis. bens e serviços	48.527,8	16,8%	47.624,2	16,5%	54.409,3	18,3%	58.884,3	20,9%	52.125,3	20,5%	15,0%	-1,9%	14,2%	8,2%	-11,5%
D.03	Juros e outros encargos	144,5	0,1%	80,7	0,0%	6,3	0,0%	44,3	0,0%	11,4	0,0%	511,7%	-44,1%	-92,2%	607,2%	-74,3%
D.04	Transferências correntes	0,0	0,0%	3.066,6	1,1%	530,0	0,2%	34,6	0,0%	0,0	0,0%	-	-	-82,7%	-93,5%	-
D.05	Subsídios	2.097,6	0,7%	2.440,9	0,8%	2.440,9	0,8%	2.114,7	0,8%	2.330,0	0,9%	16,4%	16,4%	16,4%	-13,4%	10,2%
D.06	Outras despesas correntes	1.540,9	0,5%	993,5	0,3%	961,9	0,3%	1.702,6	0,6%	1.980,0	0,8%	5,1%	-35,5%	-3,2%	77,0%	16,3%
D.06.02	Diversas	1.540,9	0,5%	993,5	0,3%	961,9	0,3%	1.702,6	0,6%	1.980,0	0,8%	5,1%	-35,5%	-3,2%	77,0%	16,3%
D.07	Aq. Bens de Capital	100,0	0,0%	363,7	0,1%	383,0	0,1%	887,8	0,3%	0,0	0,0%	85,2%	263,7%	5,3%	131,8%	-100,0%
D.07.01	Investimentos	100,0	0,0%	363,7	0,1%	383,0	0,1%	887,8	0,3%	0,0	0,0%	85,2%	263,7%	5,3%	131,8%	-100,0%

Nota: Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores (como referido supra) no valor das despesas com pessoal deverá ter-se em conta a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, no valor de 7.983.727,68 euro em 2010 e 9.147.097,31 euro em 2011.

 Evolução das despesas de Administração no ISS, IP
2007-2011


Por outro lado, em 2011 regista-se uma redução significativa em *Juros e outros encargos* (-74,3%) e em *Aquisições de bens e capital* (-100%). Por seu turno, os *Subsídios* e as *Outras Despesas Correntes* apresentam em 2011 um crescimento homólogo de 10,2% e 16,3% respetivamente.

 Despesa com Pessoal - Segurança Social
2007-2011

RUBRICAS	2007			2008			2009			2010			2011		
	Montante	%	Δ (2007/2006)	Montante	%	Δ (2008/2007)	Montante	%	Δ (2009/2008)	Montante	%	Δ (2010/2009)	Montante	%	Δ (2011/2010)
ISS, IP	36.224,3	84,6%	-34,0%	35.319,3	83,8%	-2,5%	34.910,0	83,5%	-1,2%	25.623,9	79,8%	-26,6%	23.341,3	78,4%	-8,9%
Outras Instituições	6.600,7	15,4%	23,4%	6.843,3	16,2%	3,7%	6.903,2	16,5%	0,9%	6.502,0	20,2%	-5,8%	6.415,5	21,6%	-1,3%
Total	42.825,0	100%	-28,9%	42.162,6	100%	-1,5%	41.813,3	100,0%	-0,8%	32.125,9	100,0%	-23,2%	29.756,8	100,0%	-7,4%

 Despesa com Pessoal - Segurança Social - Contribuições
2007-2011

RUBRICAS	2007			2008			2009			2010			2011		
	Montante	%	Δ (2007/2006)	Montante	%	Δ (2008/2007)	Montante	%	Δ (2009/2008)	Montante	%	Δ (2010/2009)	Montante	%	Δ (2011/2010)
ISS, IP	27.538,4	82,8%	-38,7%	27.543,0	82,1%	0,0%	27.838,5	81,6%	1,1%	19.163,4	85,0%	-31,2%	16.886,8	84,2%	-11,9%
Outras Instituições	5.715,3	17,2%	26,0%	5.996,5	17,9%	4,9%	6.265,2	18,4%	4,5%	3.379,5	15,0%	-46,1%	3.169,6	15,8%	-6,2%
Total	33.253,7	100,0%	-32,8%	33.539,6	100%	0,9%	34.103,7	100,0%	1,7%	22.542,9	100,0%	-33,9%	20.056,4	100,0%	-11,0%

X.9.3.2 Instituto de Informática, IP (II, IP)

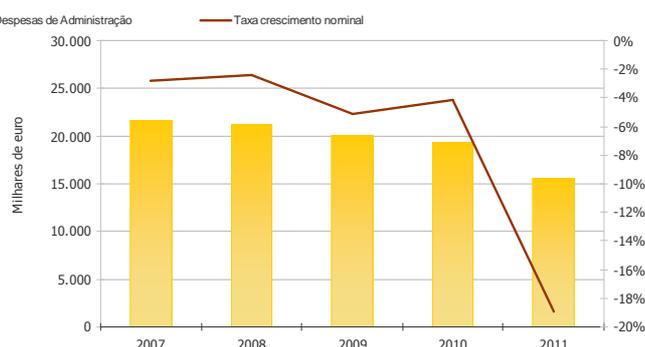
No II, IP identifica-se um decréscimo de 19,0% nas despesas de administração no biénio 2011/2010, com uma redução generalizada em todas as rubricas, apenas contrariada pelo aumento nas Outras despesas correntes, como se pode constatar no quadro seguinte:

Decomposição das despesas de administração por classificação económica Instituto de Informática, IP 2007-2011																
(milhares de euro)																
Cod.	RUBRICAS	2007		2008		2009		2010		2011		Variação %				
		Valor	Peso relativo	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010								
D	Despesas	21.729,4	100%	21.211,3	100%	20.116,0	100%	19.289,2	100%	15.631,0	81%	-2,8%	-2,4%	-5,2%	-4,1%	-19,0%
D.01	Despesas com pessoal	8.937,4	41,1%	8.942,6	42,2%	10.775,5	53,6%	9.831,7	51,0%	8.976,2	46,5%	2,0%	0,1%	20,5%	-8,8%	-8,7%
D.02	Aquis. bens e serviços	12.561,4	57,8%	12.014,9	56,6%	8.600,2	42,8%	9.156,8	47,5%	6.563,8	34,0%	-5,1%	-4,4%	-28,4%	6,5%	-28,3%
D.03	Juros e outros encargos	3,7	0,0%	3,6	0,0%	4,3	0,0%	4,3	0,0%	3,7	0,0%	4,5%	-1,7%	17,5%	0,7%	-14,3%
D.05	Subsídios			78,6	0,4%	84,2	0,4%	90,7	0,5%	83,9	0,4%			7,2%	7,7%	-7,5%
D.06	Outras despesas correntes	0,9	0,0%	1,3	0,0%	1,7	0,0%	0,6	0,0%	3,5	0,0%	69,7%	45,7%	32,7%	-63,9%	484,6%
D.06.02	Diversas	0,9	0,0%	1,3	0,0%	1,7	0,0%	0,6	0,0%	3,5	0,0%	69,7%	45,7%	32,7%	-63,9%	484,6%
D.07	Aq. Bens de Capital	226,0	1,0%	170,4	0,8%	650,1	3,2%	205,1	1,1%			-33,8%	-24,6%	281,6%	-68,5%	-100,0%
D.07.01	Investimentos	226,0	1,0%	170,4	0,8%	650,1	3,2%	205,1	1,1%			-33,8%	-24,6%	281,6%	-68,5%	-100,0%

Nota: Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores (como referido supra) o valor a considerar nas despesas com pessoal deverá ter em atenção a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, no valor de 1.380.464,94 euro em 2010 e 1.372.381,01 em 2011.

Destaca-se ainda, em 2011, as *despesas com pessoal* no valor de 9,0 milhões de euro, que representam perto de metade do total das despesas de Administração (46,5%) e que, sofreram uma redução de 8,7% face a 2010.

Evolução das despesas de Administração no II, IP
2007-2010



Verifica-se ainda uma redução significativa da despesa com *Aquisição de bens e serviços* (-28,3%) em 2011, ou seja, menos 2,6 milhões de euro face a 2010.

Despesas com Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria e Assistência Técnica
2007-2011

RUBRICAS	2007			2008			2009			2010			2011		
	Montante	%	Δ (2007/2006)	Montante	%	Δ (2008/2007)	Montante	%	Δ (2009/2008)	Montante	%	Δ (2010/2009)	Montante	%	Δ (2011/2010)
II, IP	5.002,8	57,6%	-14,3%	4.931,1	67,1%	-1,4%	3.991,8	55,8%	-19,0%	3.408,8	45,2%	-14,6%	466,8	12,7%	-86,3%
Outras Instituições	3.681,0	42,4%	54,6%	2.416,5	32,9%	-34,4%	3.161,0	44,2%	30,8%	4.137,2	54,8%	30,9%	3.222,9	87,3%	-22,1%
Total	8.683,8	100%	5,7%	7.347,5	100,0%	-15,4%	7.152,7	100,0%	-2,7%	7.546,0	100,0%	5,5%	3.689,7	100,0%	-51,1%

X.9.3.3 Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (IGFSS, IP)

No IGFSS, IP, as despesas com administração registam um decréscimo face a 2009 (-3,6%), atingindo 23,6 milhões de euro, em 2011. A redução da despesa resulta essencialmente aumento da redução verificada ao nível das *Despesas com pessoal* (-9,7%), reduzindo o seu peso relativo no cômputo das despesas totais de administração do IGFSS, IP de 48,8% em 2010 para 45,7% em 2011.

Decomposição das despesas de administração por classificação económica
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP (não inclui Gastos Comuns e Cooperação)
2007-2011

(milhares de euro)

Cod.	RUBRICAS	2007		2008		2009		2010		2011		Variação %				
		Valor	Peso relativo	2007/2006	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010								
D	Despesas	32.587,6	100,0%	44.633,2	100,0%	23.787,5	100,0%	24.499,2	100,0%	23.622,6	100,0%	31,6%	37,0%	-46,7%	3,0%	-3,6%
D.01	Despesas com pessoal	12.471,5	38,3%	13.222,7	29,6%	13.071,0	54,9%	11.951,9	48,8%	10.796,1	45,7%	11,9%	6,0%	-1,1%	-8,6%	-9,7%
D.02	Aquis. bens e serviços	6.517,8	20,0%	9.294,3	20,8%	8.264,3	34,7%	12.079,5	49,3%	12.129,7	51,3%	12,8%	42,6%	-11,1%	46,2%	0,4%
D.03	Juros e outros encargos	78,7	0,2%	80,5	0,2%	122,5	0,5%	64,0	0,3%	73,3	0,3%	-23,0%	2,3%	52,1%	-47,7%	14,4%
D.04	Transferências correntes		0,0%	9,7	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-	-	-	-	-
D.05	Subsídios			76,8	0,2%	67,4	0,3%	67,0	0,3%	66,7	0,3%	-	-	-12,2%	-0,7%	-0,4%
D.06	Outras despesas correntes	12.673,4	38,9%	21.532,6	48,2%	1.895,9	8,0%	262,1	1,1%	556,8	2,4%	70,3%	69,9%	-91,2%	-86,2%	112,5%
D.06.02	Diversas	12.673,4	38,9%	21.532,6	48,2%	1.895,9	8,0%	262,1	1,1%	556,8	2,4%	70,3%	69,9%	-91,2%	-86,2%	112,5%
D.07	Aq. Bens de Capital	846,1	2,6%	416,6	0,9%	366,4	1,5%	74,8	0,3%	0,0	0,0%	191,0%	-50,8%	-12,0%	-79,6%	-100,0%
D.07.01	Investimentos	846,1	2,6%	416,6	0,9%	366,4	1,5%	74,8	0,3%	0,0	0,0%	191,0%	-50,8%	-12,0%	-79,6%	-100,0%

Nota: Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores (como referido supra) no valor das despesas com pessoal deverá tomar-se em consideração a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, no valor de 1.016.239,17 euro em 2010 e 1.015.578,56 euro em 2011.

O quadro supra, evidencia que para a evolução das despesas de administração no IGFSS, IP em 2010, além da já referida redução das *Despesas com pessoal*, concorre também um ligeiro aumento da *Despesa com aquisição de bens e serviços* (0,4%), assim como um aumento 14,4% de despesa associada a *Juros e outros encargos financeiros*.

No agrupamento *Aquisição de bens e serviços*, destacam-se as evoluções verificadas nas seguintes rubricas:

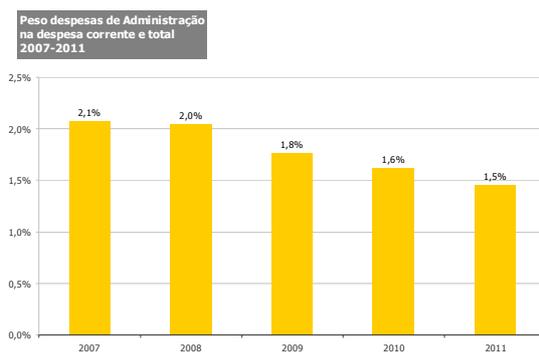
- ✓ *Conservação de bens*, com um decréscimo de 14,2% face a 2010, ou seja, menos 234,4 mil euro.
- ✓ *Comunicações*, (+30,2% face a 2010, ou seja, mais 616,0 mil euro) resultante, entre outros, do aumento da correspondência emitida pelo Instituto referente ao envio de citações aos contribuintes.
- ✓ *Publicidade*, com um decréscimo de 45,7% face a 2010, ou seja, menos 95,3 mil euro.
- ✓ *Outros trabalhos especializados* (+6,1% face a 2010), devido essencialmente à contratação de serviços de Outsourcing.
- ✓ *Encargos de cobrança de receita* (+12,3% face a 2010, ou seja, mais 334,0 mil euro), em consequência do aumento de registos no pagamento de contribuições; na Banca, nos terminais de pagamento automático e nos Correios.
- ✓ *Outros Serviços*, com um decréscimo de 20,7% face a 2010, ou seja, menos 474,2 mil euro.

X.9.4 Evolução do peso da administração

As despesas de administração situam-se, no exercício de 2011, em 337,6 milhões de euro⁶³, o que corresponde a 1,5% do total da despesa efetiva da Segurança Social, um valor inferior ao registado em 2010. Como pode observar-se no gráfico e quadro seguintes, este peso relativo tem diminuído gradualmente desde 2007:

O gráfico procura evidenciar a evolução do peso relativo das despesas de administração na despesa efetiva total entre 2007 e 2011, podendo constatar-se que nesse período as despesas de administração do sistema representaram, em média, 1,8% das despesas efetivas.

⁶³ Em 2010 e 2011, com já foi atrás referido, foram eliminadas as operações recíprocas relativas às contribuições a cargo da entidade patronal das instituições inseridas no perímetro de consolidação.



Numa análise interanual no período 2007-2011, verifica-se uma tendência decrescente e sustentada do peso relativo nas despesas de administração no total das despesas efetivas. Esta tendência é reveladora do esforço de racionalização e contenção que tem vindo a realizar-se neste tipo de despesa.

XI – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES E REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Com o objetivo de analisar a evolução da receita e despesa nas *Regiões Autónomas (RA's)* nos últimos cinco anos, com especial ênfase para a execução orçamental em 2011, foram construídos os quadros que adiante se apresentam, referentes a cada uma das RA's.

XI.1 – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

XI.1.1. Receitas

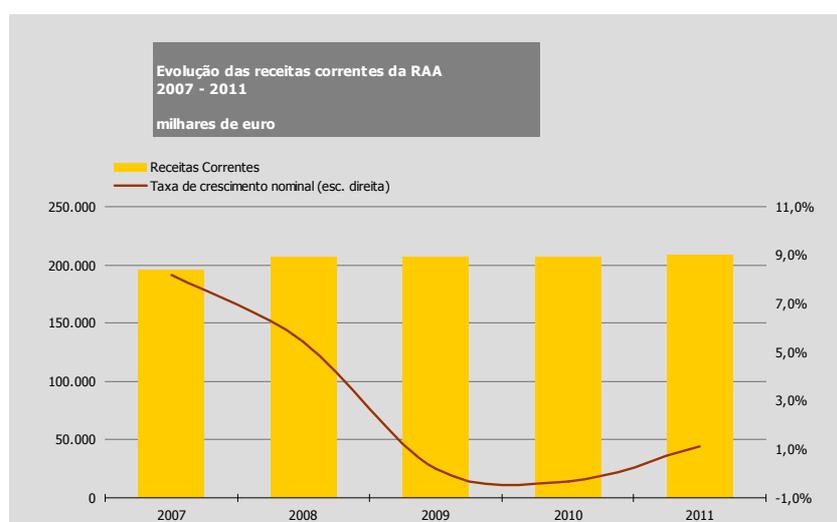
As receitas da *Região Autónoma dos Açores (RAA)* assumiram, em 2011, um montante total de 211.515,1 milhares de euro, o que representou um aumento de 1,4% face a igual período do ano anterior. Como se pode constatar no quadro seguinte, este aumento da receita em 2011 surge na sequência de uma evolução negativa em 2010, sendo que desde 2007 que se tem vindo a registar uma desaceleração contínua das verbas recebidas.

Execução orçamental das Receitas da Região Autónoma dos Açores
Análise evolutiva 2007-2011
Mapa X

(milhares de euro)

Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 2008/07	Δ 2009/08	Δ 2010/09	Δ 2011/10
Receitas correntes	195.721,6	206.378,3	206.844,5	206.077,2	208.371,5	5,4	0,2	-0,4	1,1
Contribuições e cotizações (*)	189.390,4	199.652,9	200.956,1	201.314,5	203.023,3	5,4	0,7	0,2	0,8
Taxas, multas e outras penalidades	1.548,4	1.692,5	1.939,2	2.571,5	2.403,8	9,3	14,6	32,6	-6,5
Rendimentos da Propriedade	3.619,6	4.706,5	3.598,1	2.089,0	2.680,2	30,0	-23,6	-41,9	28,3
Transferências Correntes (Adm. Central)	144,1	66,0	4,8	0,0	0,0	-54,2	-92,7		
Vendas de bens e serviços correntes	0,0	3,3	0,0	0,0	0,0				
Outras receitas correntes	1.019,1	257,1	346,3	102,3	264,1	-74,8	34,7	-70,5	158,3
Receitas de capital	773,4	824,4	1.947,4	110,5	142,5	6,6	136,2	-94,3	29,0
Transferências de capital	769,4	821,2	1.942,8	110,5	142,5	6,7	136,6	-94,3	29,0
Outras Receitas de Capital	4,0	3,2	4,6	0,0	0,0	-19,5	45,0		
Outras receitas	1.895,2	2.434,1	2.027,8	2.415,5	3.001,1	28,4	-16,7	19,1	24,2
Reposições não abatidas ao pagamento	1.895,2	2.434,1	2.027,8	2.415,5	3.001,1	28,4	-16,7	19,1	24,2
TOTAL	198.390,2	209.636,7	210.819,7	208.603,3	211.515,1	5,7	0,6	-1,1	1,4

(*) Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores deverá tomar-se em consideração a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, registadas nesses anos, nomeadamente a anulação de contribuições para a Seg. Social pagas pela própria ISS (91.923,49 euro em 2010 e 135.584,92 euro em 2011).



As *receitas totais* são, na sua quase totalidade, constituídas por *receitas correntes*, cerca de 98,5% em 2011, uma percentagem que se reduziu em 0,3 p. p. face a 2010, apesar do respetivo aumento em termos absolutos (+1,1%), correspondendo a uma verba recebida de 208.371,5 milhares de euros. Para o agregado total concorrem ainda as *receitas de capital* – no valor de 142,5 milhares de euro em 2011 (mais 29% do que no ano anterior), e *outras receitas* – no valor de 3.001,1 milhares de euro (um acréscimo de 24,2% face a 2010).

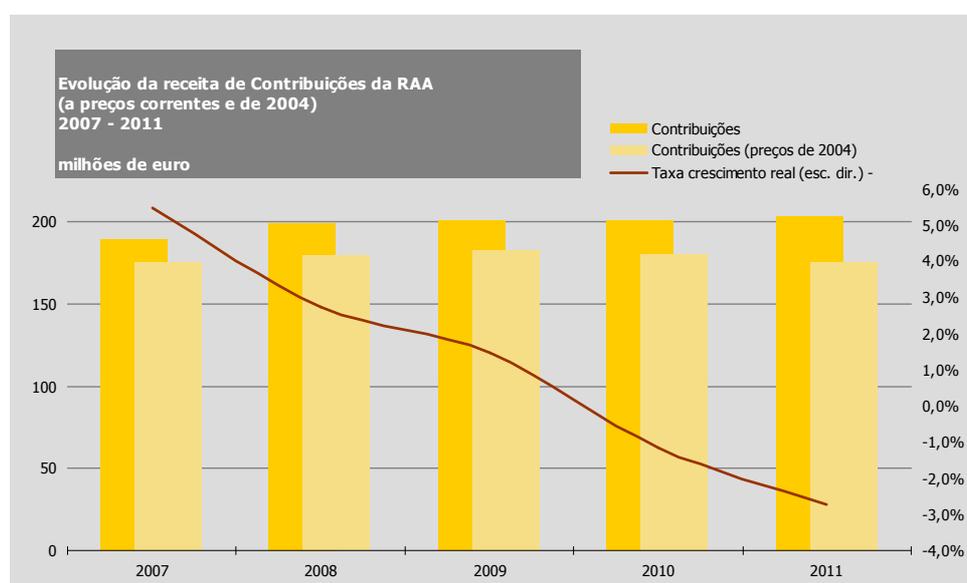
Em 2011 verificou-se um aumento de 1,4% nas receitas totais e de 1,1% nas receitas correntes face ao ano anterior, que contrariam a variação negativa registada a nível nacional (-1,3% e -1,5%, respetivamente).

❖ Contribuições

Em 2011, o crescimento das receitas correntes decorre em grande medida da própria dinâmica de evolução das *contribuições* cobradas na RAA, uma vez que esta rubrica representa 97,4% desse agregado. No último ano em análise, esta receita atingiu os 203.023,3 milhares de euro, aumentando 0,8% relativamente ao período homólogo de 2010.

O gráfico e o quadro seguintes permitem **comparar** a evolução da receita de contribuições no quinquénio 2011/2007, a preços correntes e a preços de 2004, constatando-se que a receita nominal de contribuições na RAA cresceu 7,2% nesse período, o que corresponde a uma variação real de 0,2%.

Evolução da receita de contribuições A preços correntes e de 2004 (milhares de euro)						
	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 2011/07
Contribuições	189.390,4	199.652,9	200.956,1	201.314,5	203.023,3	13.632,9
Taxa crescimento nominal	8,1%	5,4%	0,7%	0,2%	0,8%	7,2%
Contribuições (preços de 2004)	175.186,2	179.999,0	182.635,0	180.434,6	175.473,7	287,5
Taxa crescimento real (esc. dir.)	5,5%	2,7%	1,5%	-1,2%	-2,7%	0,2%



❖ Taxas, multas e outras penalidades

Esta rubrica, associada essencialmente à cobrança de *juros de mora de contribuições*, registou uma receita global de 2.403,8 milhares de euros, evidenciando deste modo uma redução de 167,7 milhares de euros face à receita arrecadada em 2010 (menos 6,5% face a 2010).

Devido a esta evolução negativa, a sua importância relativa diminuiu no último biénio para 1,1% da receita total da RAA (menos 0,1 p. p. face a 2010).

❖ Rendimentos

Relativamente à rubrica *rendimentos*, que, em média entre 2007 e 2011, tem representado cerca de 1,6% da receita total da RAA. Verifica-se que em 2011 os rendimentos da RAA ascenderam a 2.680,2 milhares de euro, representando cerca de 1,3% do total da receita, ou seja, mais 0,3 p.p que em 2010, evidenciando assim um crescimento homólogo de 28,3%. Esta rubrica inclui principalmente os *juros de depósitos a prazo* e os *juros de depósitos à ordem*.

❖ Receitas de capital

A evolução desta receita em 2010 traduziu o carácter extraordinário do valor registado em 2009, ano em que ocorreram *transferências de capital* referentes a participações da União Europeia no montante de 608,8 milhares de euros, no âmbito do financiamento do PIC – INTERREG III B, cooperação transnacional Açores/Madeira/Canárias.

Em 2011 as receitas de capital, inteiramente correspondentes a transferências de capital, ascenderam a 142,5 milhares de euro, o que corresponde a um crescimento de 29% face ao valor registado em 2010.

❖ Outras receitas

As *outras receitas* referem-se a “*Reposições não abatidas ao pagamento*” que, em 2011, ascenderam a 3.001,1 milhares de euro, mais 24,2% que em 2010, mantendo-se assim a tendência já evidenciada em 2010 (mais 19,1% do que em 2009). Esta componente da receita representou apenas 1,4% dos montantes totais recebidos na RAA, ainda assim mais 0,2 p.p. do que em 2010.

XI.1.2. Despesas

As despesas efetuadas na *Região Autónoma dos Açores* no período 2007-2011 encontram-se desagregadas, por componente, no quadro seguinte.

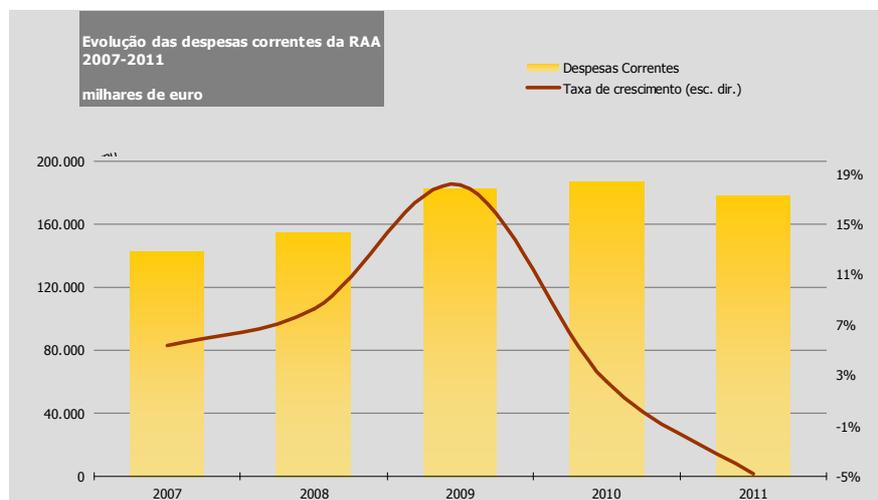
Em 2011, foram despendidos 185.658,8 milhares de euro na RAA com despesas correntes e de capital, menos 4,9% do que em igual período do ano anterior, registando-se, nesse ano, e pela primeira vez no quinquénio, um decréscimo face ao período homólogo de 2010, de 4,9%.

Execução orçamental Despesas e Transferências da Região Autónoma dos Açores										
Análise evolutiva 2007-2011										
Mapa XII										
(milhares de euro)										
RUBRICAS	2007	2008	2009	2010	2011	2007/06	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
DESPESAS CORRENTES	142.875,4	154.782,4	182.762,8	187.283,7	178.196,8	5,3	8,3	18,1	2,5	-4,9
Despesas com o pessoal	11.563,2	11.669,6	14.303,1	11.874,7	11.342,0	1,1	0,9	22,6	-17,0	-4,5
Aquisição de bens e serviços	1.770,2	1.612,2	2.153,6	1.732,5	1.195,5	5,0	-8,9	33,6	-19,6	-31,0
Juros e outros encargos	48,4	40,5	43,3	49,4	45,8	111,1	-16,4	6,9	14,0	-7,3
Transferências correntes	125.721,2	137.249,6	162.219,4	169.961,4	163.085,9	5,7	9,2	18,2	4,8	-4,0
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0					
Administração Regional (emprego e formação prof.)	7.856,0	8.321,9	10.686,4	9.907,5	9.907,5	15,4	5,9	28,4	-7,3	0,0
Pensões *	2.853,3	2.950,2	2.970,8	2.982,4	2.933,7	-0,2	3,4	0,7	0,4	-1,6
Rendimento Social de Inserção	17.799,8	18.694,8	21.551,1	22.457,3	17.874,2	-3,0	5,0	15,3	4,2	-20,4
Abono de família	19.453,5	24.357,2	30.379,3	28.006,1	21.182,3	1,7	25,2	24,7	-7,8	-24,4
Subsídio de Doença	8.591,8	9.361,4	11.002,0	12.608,2	13.697,0	2,0	9,0	17,5	14,6	8,6
Prestações de Desemprego	16.591,4	14.830,8	20.512,1	25.675,6	27.512,8	0,3	-10,6	38,3	25,2	7,2
Prestações de Maternidade/Parentalidade	5.938,7	6.571,9	8.804,6	10.872,1	12.117,6	23,6	10,7	34,0	23,5	11,5
Outras prestações	1.915,2	2.066,8	2.379,8	2.449,7	2.773,8	-1,3	7,9	15,1	2,9	13,2
Ação Social **	44.721,5	50.094,7	53.933,3	55.002,6	55.087,0	11,6	12,0	7,7	2,0	0,2
Subsídios	1.680,8	2.039,0	2.515,9	1.783,1	1.319,2	8,9	21,3	23,4	-29,1	-26,0
Outras despesas correntes	2.091,6	2.171,5	1.527,5	1.882,7	1.208,4	4,3	3,8	-29,7	23,3	-35,8
DESPESAS DE CAPITAL	2.925,9	4.111,8	5.819,4	8.039,9	7.462,0	4,7	40,5	41,5	38,2	-7,2
Aquisição de bens de capital	1.683,8	429,9	2.246,3	2.145,6	5.668,2	16,6	-74,5	422,5	-4,5	164,2
Transferências de capital	1.242,1	3.681,9	3.573,1	5.894,3	1.793,8	-8,1	196,4	-3,0	65,0	-69,6
TOTAL	145.801,3	158.894,1	188.582,2	195.323,7	185.658,8	5,3	9,0	18,7	3,6	-4,9

* Não inclui os elementos relativos às prestações processadas e pagas no Continente por conta da RAA.

** Não estão incluídos os subsídios eventuais a IPSS e famílias (incluídos em D.05 Subsídios), o Interreg (incluído em D.01 e D.02), a emergência social (D.01 e D.04), a formação profissional (D.01 e D.04).

*** Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores deverá tomar-se em consideração a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, registadas nesses anos, nomeadamente a anulação de despesa com pessoal associada a contribuições para a Seg. Social da própria ISS (91.923,49 euro em 2010 e 135.584,92 euro em 2011).



Da análise ao quadro acima constata-se que, no exercício de 2011, as *despesas correntes*, no montante de 178.196,8 milhares de euro, representaram 96,0 % do total da despesa (sem incluir as pensões processadas e pagas no Continente pelo CNP e as prestações atribuídas pelo CNPRP), evidenciando um crescimento nominal negativo de 4,9%, o que representa uma forte desaceleração face ao biénio anterior (+2,5%).

A evolução das despesas correntes em 2011 decorre principalmente da redução da despesa com as *transferências correntes*, o principal agregado da despesa, evidenciando uma redução de 4,5% face a 2010, o que equivale a uma

redução da despesa de 6.664,9 milhares de euro. Conjugado a este efeito, refira-se ainda a redução das *despesas com pessoal* (-4,5%) com *aquisição de bens e serviços* (-31,0%), com subsídios (-29,1%), com outras despesas correntes (-35,8%) e das despesas de capital (-7,2%).

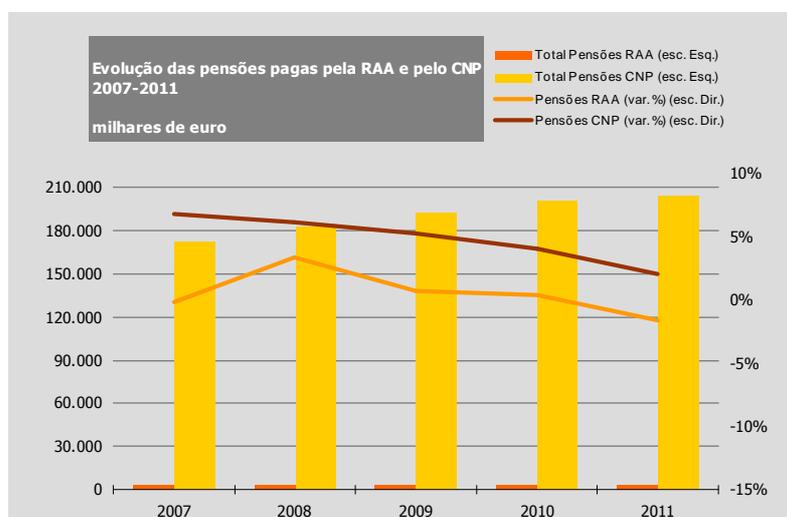
Das transferências correntes operadas em 2011, destaca-se a redução do valor transferido para o pagamento de rendimento social de inserção (-20,4%, o que corresponde a uma redução de despesa de 4.583,0 milhares de euro) e para pagamento do *abono de família* (-24,4%, o que corresponde a uma redução de despesa de 6.823,8 milhares de euro).

❖ Pensões

Da análise ao quadro anterior, constata-se ainda que as pensões de *velhice, invalidez e sobrevivência*, pagas pela RAA em 2011, reduziram-se 1,6% relativamente a igual período de 2010, mantendo-se assim a tendência de desaceleração deste tipo de despesa. Estas pensões representaram em 2011 apenas 1,4% do total das pensões pagas a beneficiários da RAA, uma vez que a grande maioria é paga no Continente (CNP) por conta da RAA.

O quadro seguinte discrimina, no período 2007-2011, o valor das pensões processadas e pagas pelo CNP por subsistema da segurança social, tipo de regime e eventualidade. Pode constatar-se que o valor total destas pensões ascendeu a 204.464,7 milhares de euro em 2011, traduzindo um acréscimo de 2,0% face a igual período do ano anterior. Por análise da evolução no quinquénio 2007-2011, verificou-se um aumento anual médio de cerca de 4,3% no valor das pensões pagas pelo CNP.

O gráfico seguinte ilustra a evolução das despesas pagas com pensões pela RAA e pelo CNP no último quinquénio:



Pensões pagas pelo CNP entre 2007 e 2011

(milhares de euro)

	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2011/2010	Varição 2011/2007
SUBSISTEMA DE SOLIDARIEDADE	22.044,9	21.384,0	20.613,5	19.448,5	15.628,6	-19,6%	-29,1%
Regime não contributivo	8.605,2	8.840,6	9.006,9	8.978,5	7.599,7	-15,4%	-11,7%
Pensões sociais	8.605,2	8.840,6	9.006,9	8.978,5	7.599,7	-15,4%	-11,7%
Invalidez	5.339,4	5.599,8	5.830,4	5.919,1	5.147,3	-13,0%	-3,6%
Velhice	3.265,9	3.240,8	3.176,5	3.059,5	2.452,4	-19,8%	-24,9%
Regime Transitório dos Rurais	993,4	925,0	855,4	794,0	628,3	-20,9%	-36,8%
Pensões	993,4	925,0	855,4	794,0	628,3	-20,9%	-36,8%
Invalidez	203,2	188,8	177,0	159,7	116,2	-27,2%	-42,8%
Velhice	740,3	687,4	635,7	591,6	478,4	-19,1%	-35,4%
Sobrevivência	49,9	48,8	42,8	42,7	33,6	-21,3%	-32,6%
RESSAA	12.446,3	11.618,4	10.751,1	9.675,9	7.400,6	-23,5%	-40,5%
Pensões	12.446,3	11.618,4	10.751,1	9.675,9	7.400,6	-23,5%	-40,5%
Invalidez	509,0	458,6	429,4	421,7	331,4	-21,4%	-34,9%
Velhice	7.482,0	6.856,7	6.238,5	5.465,3	4.057,7	-25,8%	-45,8%
Sobrevivência	4.455,3	4.303,1	4.083,2	3.789,0	3.011,4	-20,5%	-32,4%
SUBSISTEMA PROTEÇÃO FAMILIAR	6.592,5	7.005,7	7.593,7	7.915,5	6.891,6	-12,9%	4,5%
Regime Geral	4.174,9	4.548,4	5.108,2	5.523,3	4.951,6	-10,4%	18,6%
Complemento por Cônjuge a Cargo	442,0	413,7	381,4	345,7	264,4	-23,5%	-40,2%
Invalidez	40,8	34,9	30,4	26,1	18,9	-27,6%	-53,7%
Velhice	401,2	378,8	350,9	319,6	245,5	-23,2%	-38,8%
Complemento por Dependência	3.732,9	4.134,7	4.726,8	5.177,6	4.687,2	-9,5%	25,6%
Invalidez	479,1	521,9	574,1	629,4	579,5	-7,9%	21,0%
Velhice	2.465,9	2.720,0	3.107,9	3.358,4	3.003,3	-10,6%	21,8%
Sobrevivência	787,8	892,9	1.044,8	1.189,8	1.104,4	-7,2%	40,2%
RESSAA	1.031,2	997,4	971,9	867,6	648,9	-25,2%	-37,1%
Dependência	1.031,2	997,4	971,9	867,6	648,9	-25,2%	-37,1%
Complemento Por Dependência	1.031,2	997,4	971,9	867,6	648,9	-25,2%	-37,1%
Invalidez	31,8	29,8	29,6	32,4	25,6	-21,1%	-19,7%
Velhice	734,1	700,9	673,8	583,9	413,3	-29,2%	-43,7%
Sobrevivência	265,2	266,6	268,5	251,3	210,0	-16,4%	-20,8%
Regime Transitório dos Rurais	180,1	172,9	166,6	157,0	124,2	-20,9%	-31,1%
Dependência	180,1	172,9	166,6	157,0	124,2	-20,9%	-31,1%
Complemento Por Dependência	180,1	172,9	166,6	157,0	124,2	-20,9%	-31,1%
Invalidez	48,2	46,4	43,6	39,7	29,1	-26,7%	-39,6%
Velhice	128,9	122,7	120,4	114,2	92,9	-18,7%	-28,0%
Sobrevivência	3,0	3,7	2,7	3,1	2,2	-29,0%	-26,7%
Regime não Contributivo	1.206,3	1.287,1	1.347,0	1.367,6	1.167,0	-14,7%	-3,3%
Dependência	1.206,3	1.287,1	1.347,0	1.367,6	1.167,0	-14,7%	-3,3%
Complemento Por Dependência	1.206,3	1.287,1	1.347,0	1.367,6	1.167,0	-14,7%	-3,3%
Invalidez	834,5	895,4	951,1	971,6	857,7	-11,7%	2,8%
Velhice	371,8	391,7	395,9	396,1	309,4	-21,9%	-16,8%
SUBSISTEMA PREVIDENCIAL	143.241,1	153.633,4	163.384,1	171.792,4	180.768,3	5,2%	26,2%
Regime Geral	143.241,1	153.633,4	163.384,1	171.792,4	180.768,3	5,2%	26,2%
Pensões	143.241,1	153.633,4	163.384,1	171.792,4	180.768,3	5,2%	26,2%
Invalidez	28.565,1	30.781,3	31.257,2	31.690,5	33.693,2	6,3%	18,0%
Conta de Outrem	27.233,3	29.433,4	29.914,3	30.429,9	32.760,7	7,7%	20,3%
Independentes	1.331,8	1.347,9	1.342,9	1.260,6	932,5	-26,0%	-30,0%
Velhice	85.152,0	92.304,7	99.641,4	106.131,5	111.323,7	4,9%	30,7%
Conta de Outrem	81.915,6	88.724,4	95.750,3	101.981,4	107.578,6	5,5%	31,3%
Independentes	3.236,5	3.580,2	3.891,1	4.150,2	3.745,1	-9,8%	15,7%
Sobrevivência	29.524,0	30.547,5	32.485,5	33.970,3	35.751,4	5,2%	21,1%
Conta de Outrem	29.380,1	30.372,1	32.250,7	33.671,8	35.462,3	5,3%	20,7%
Independentes	144,0	175,3	234,7	298,5	289,1	-3,1%	100,8%
SUB-TOTAL	171.878,5	182.023,1	191.591,2	199.156,4	203.288,5	2,1%	18,3%
Complementos Vários (CGA, Montepio)	610,7	1.022,2	1.125,9	1.248,7	1.176,2	-5,8%	92,6%
TOTAL	172.489,2	183.045,3	192.717,1	200.405,1	204.464,7	2,0%	18,5%

Fonte: ISS,IP/CNP

❖ Prestações de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego

No que se refere à evolução da despesa com prestações sociais, importa salientar que a despesa paga com “*subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego*” em 2011, no montante de 27.512,8 milhares de euro, acusando um crescimento de 7,2% (ainda assim em desaceleração face ao período homólogo de 2010 – 25,2%), representando 15,4% do total das despesas correntes.

Esta variação traduz não só o impacto das alterações legislativas que ocorreram no ano de 2010 (vide capítulo X.2), como também a manutenção de níveis elevados da taxa de desemprego. Ainda assim, a RAA foi das regiões do país que registou uma taxa de desemprego mais baixa nos últimos anos (6,7% em 2009, 6,9% em 2010 e 11,5% em 2011, segundo dados do INE), estando ligeiramente abaixo da média anual registada no país (12,7% em 2011).

❖ Abono de família

A despesa com *abono de família* cifrou-se, em 2011, nos 21.182,3 milhares de euro, reduzindo-se 24,4% face a 2010. Esta evolução traduz as diversas alterações legislativas que ocorreram em meados de 2010, das quais se destacam o impacto da aplicação da “condição de recursos” (a partir de agosto de 2010) e a suspensão da atribuição do abono ao 4.º e 5.º escalões a partir de novembro de 2010 (ver capítulo relativo ao abono de família). Decorrente destes e outros efeitos, o montante despendido com esta prestação representou 11,9% do total das despesas correntes em 2011, menos 3,1 p. p. do que em 2010.

Apesar da diminuição do peso relativo no biénio 2011/09, a evolução da despesa com abono no quinquénio 2007-2011 quase atingiu 8,9%, traduzindo, entre outros fatores, a introdução de novos apoios nesse período – como o *abono pré-natal*, as *majorações* (para famílias numerosas e monoparentais) e ainda as bolsas de estudo.

❖ Subsídio e complemento de doença

O pagamento do *subsídio de doença e complemento de doença*, no valor total de 13.697,0 milhares de euro, aumentou 8,6% face a 2010, tendo crescido 59,4% no quinquénio 2011/2007 (mais 5,1 milhões de euro). Deste montante pago, 19,8 milhares de euro dizem respeito ao *complemento de doença*, estando o remanescente da despesa associado ao subsídio de doença.

❖ Prestações de maternidade/parentalidade

Em 2011, a despesa com *prestações de parentalidade – subsídios de parentalidade* (S. Previdencial), *complemento e subsídios sociais de parentalidade* (S. Solidariedade), no montante total de 12.117,6 milhares de euro, representou 6,8% do total das despesas correntes (aumento de 1 p. p. face a 2010), evidenciando um crescimento de 11,5% face a 2010. No período de 2007 a 2011 registou-se um crescimento de 104,0% na despesa com estes apoios (mais 6.178,9 milhares de euro), que traduziu, entre outros fatores, o alargamento do âmbito pessoal e material das prestações, por alteração de legislação.

Os *subsídios de parentalidade* são o principal agregado, consumindo 88,5% da despesa total em 2011 (10.724,1 milhares de euro). Por sua vez, despenderam-se 1.198,5 milhares de euro com *subsídios sociais* (9,9% do total) e apenas 1,6% com o *complemento de parentalidade* – 194,9 milhares de euro (vide capítulo X.4).



❖ Rendimento social de inserção

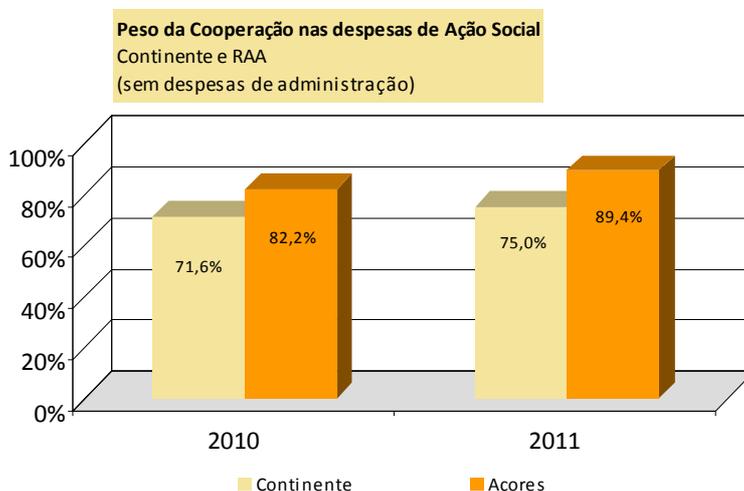
No que se refere ao *rendimento social de inserção*, a despesa com esta prestação atingiu os 17.874,2 milhares de euro, menos 20,4% do que em 2010.

Para esta evolução contribuíram diversas alterações legislativas introduzidas ao longo do ano 2010, e cujos efeitos se tornam mais evidentes em 2011, das quais se destacam (ver capítulo referente ao RSI) condições de acesso mais restritivas (com a prova obrigatória da “condição de recursos”) e ainda a suspensão de apoios específicos, nomeadamente do *apoio à maternidade*, *apoios especiais* (que acresciam ao montante atribuído do RSI) e dos *apoios complementares* atribuídos no âmbito dos programas de inserção.

Em 2011, a despesa com RSI representou cerca de 10,0% do total das despesas correntes, uma percentagem que aumentou ligeiramente face a 2010 (-2 p. p.). Entre 2007 e 2011, e fruto do efeito de redução de despesa em 2011, as despesas com o *rendimento social de inserção* cresceram apenas 0,4%, isto é, 74,4 milhares de euro (vide capítulo VII.6).

❖ Ação social

As despesas com *ação social* na RAA ascenderam a 58.478,4 milhares de euro em 2011, absorvendo 3,6% da despesa no país. Desse montante, destaca-se a despesa com *acordos de cooperação com as IPSS*, no valor de 52.298,2 milhares de euro, que representaram 89,4% da despesa total com ação social na RAA (um aumento de 7,2 p. p. relativamente a 2010).



Concorreram ainda para a despesa com ação social as prestações sociais, com um peso de 2,9% no total da despesa com ação social, as rubricas de *subsídios a IPSS*, no montante de 1.114,1 milhares de euro (1,8% do total da despesa de ação social), as outras despesas e transferências de capital, com 2.000,0 milhares de euros (3,4%), os *subsídios a famílias no âmbito do FSS* (79,2 milhares de euros, ou seja, 0,1% do total), entre outros.

É na RAA que a despesa com acordos de cooperação apresenta um maior peso no total das despesas correntes com ação social, atingindo um peso de 89,4% em 2011, em comparação, quer com o Continente (75%) quer com a

RAM (35,7%), relevando o papel que, na RAA, representam as instituições sem fins lucrativos na oferta de respostas sociais que atendam às necessidades das pessoas e das famílias daquela RA.

❖ Despesas de Administração

De destacar ainda as despesas de *Administração* que, em 2011, atingiram o montante de 13.682,4 milhares de euro (ver capítulo referente à *Administração*), ou seja, menos 1.579,1 milhares de euro face a 2010, representando cerca de 7,7% das despesas correntes processadas na RAA, o que significou uma redução de 0,5 p. p. do seu peso em relação a 2010.

❖ Transferências para emprego e formação profissional

Em 2011, as “*transferências correntes para emprego e formação profissional*”, no montante de 9.907,5 milhares de euro, mantendo o valor nominal face ao ano transato. Esta evolução nos dois últimos anos vem contrariar o forte crescimento registado entre 2007 e 2009.

❖ Despesas de capital

Relativamente às *despesas de capital*, que assumiram o montante de 7.462,0 milhares de euro em 2011, observou-se uma redução de 7,2% face ao ano anterior. Do total despendido, 5.668,2 milhares de euros referem-se a *despesas de capital* para aquisição de *equipamentos básico, informático e administrativo* (registando este sub agrupamento uma variação de 164,2% face a 2010) sendo que 1.793,8 milhares de euro dizem respeito a *transferências de capital* (-69,6%). Destas, cerca de 1.703,1 milhares de euro referem-se a *transferências de capital concedidas a IPSS*.

❖ Transferências da RAA para o IGFSS

No ano de 2011, à semelhança do sucedido nos anos anteriores, a RAA transferiu para o Continente (IGFSS, IP) excedentes no montante de 26.953,8 milhares de euro (valor não incluído nos quadros de despesa anteriormente apresentados).

XI.2 – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

XI.2.1. Receitas

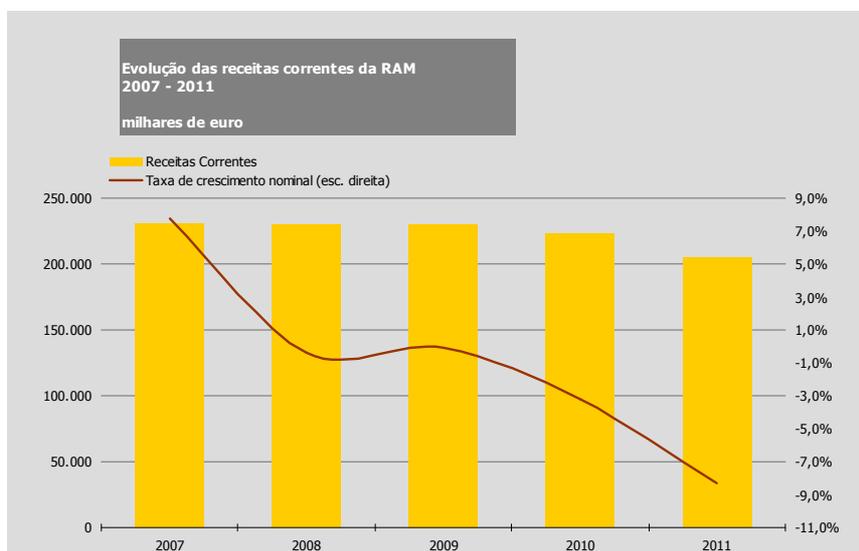
As receitas da *Região Autónoma da Madeira* (RAM) assumiram, em 2011, um montante de 207.342,2 milhares de euro, o que representou uma redução de 8,0% face a igual período do ano anterior. Esta evolução traduz principalmente a diminuição ao nível das *receitas correntes* (-8,4%), que constituem cerca de 98,3% da receita total cobrada.

Execução orçamental das Receitas da Região Autónoma da Madeira
Análise evolutiva 2007-2011
Mapa X

(milhares de euro)

Rubricas	2007	2008	2009	2010	2011	Var. 2008/07	Var. 2009/08	Var. 2010/09	Var. 2011/10
Receitas correntes	231.131,3	230.192,8	230.037,7	222.413,1	203.781,4	-0,4	-0,1	-3,3	-8,4
Contribuições e cotizações (*)	228.032,2	227.320,5	227.353,3	219.677,3	200.127,1	-0,3	0,0	-3,4	-8,9
Taxas, multas e outras penalidades	1.386,5	1.062,4	1.089,8	1.183,4	1.944,0	-23,4	2,6	8,6	64,3
Rendimentos da Propriedade	435,2	493,5	131,0	49,6	70,0	13,4	-73,5	-62,2	41,2
Transferências Correntes (Adm. Central)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Vendas de bens e serviços correntes	1.267,0	1.302,5	1.438,2	1.487,7	1.552,9	2,8	10,4	3,4	4,4
Outras receitas correntes	10,3	13,9	25,4	15,1	87,5	34,7	82,9	-40,6	479,7
Receitas de capital	31,1	251,0	0,0	5,6	0,0	705,9	-100,0	-	-
Vendas de bens de investimento	31,1	251,0	0,0	5,6	0,0	705,9	-100,0	-	-
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Outras receitas	2.177,4	2.182,1	2.573,5	2.903,0	3.560,8	0,2	17,9	12,8	22,7
Reposições não abatidas ao pagamento	2.177,4	2.182,1	2.573,5	2.903,0	3.560,8	0,2	17,9	12,8	22,7
TOTAL	233.339,9	232.625,8	232.611,2	225.321,7	207.342,2	-0,3	0,0	-3,1	-8,0

(*) Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores deverá tomar-se em consideração a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, registadas nesses anos, nomeadamente a anulação de contribuições para a Seg. Social pagas pela própria ISS (302.743,83 euro em 2010 e 366.727,37 euro em 2011).



No que diz respeito às *receitas correntes*, pode ainda constatar-se que nos quatro últimos biénios se verificou uma redução consecutiva desta componente, mais forte no último ano em análise, o que contraria a tendência de crescimento registada em 2007.

❖ Contribuições

No cômputo global das receitas da *Região Autónoma da Madeira*, as *contribuições* cobradas correspondem à principal rubrica das receitas correntes totais (98,2% em 2011), evidenciando um valor inferior ao registado no período homólogo de 2010, com uma quebra de 8,9%. Já em 2010 se havia verificado uma quebra na receita de contribuições (-3,4% face a 2009), para a evolução das contribuições nesse ano concorreu a dispensa do pagamento de contribuições a cerca de 700 contribuintes da RA da Madeira (por um período de três meses), devido à intempérie que assolou a região em 20 de fevereiro de 2010⁶⁴.

O quadro seguinte permite comparar a evolução da receita de contribuições no quinquénio 2011/2007, a preços correntes e a preços de 2004, constatando-se que a receita nominal de contribuições da RAM diminuiu 12,1%, apresentando uma taxa de variação real de menos 18,0% no mesmo período.

Evolução da receita de contribuições
A preços correntes e de 2004

	2007	2008	2009	2010	2011
Contribuições	228.032,2	227.320,5	227.353,3	219.677,3	200.127,1
Taxa crescimento nominal	8,0%	-0,3%	0,0%	-3,4%	-8,9%
Contribuições (preços de 2004)	210.929,9	204.943,0	206.625,5	196.892,9	172.970,5
Taxa crescimento real (esc. dir.)	5,3%	-2,8%	0,8%	-4,7%	-12,1%

❖ Taxas, multas e outras penalidades

A rubrica de “*taxas, multas e outras penalidades*” registou, em 2011, uma receita de 1.944,0 milhares de euro, o que representou um aumento de 64,3% relativamente ao ano anterior. A receita desta componente correspondeu a 0,9% da receita total da RAM, verificando assim um aumento de 0,4 p. p. face ao ano anterior.

Resta acrescentar que esta fonte de receita é constituída pelo recebimento de *juros de mora de contribuições* (94,9%), de *coimas e penalidades por contraordenações* (3,5%) e ainda por *taxas de justiça* (1,7%).

❖ Rendimentos

A rubrica de “*rendimentos da propriedade*”, no valor de 70,0 milhares de euro em 2011, aumentando cerca de 41,2%. Esta evolução bastante positiva vem contrariar a tendência de decréscimo evidenciada nos dois anos anteriores (-73,5% e -62,2% em 2009 e 2010, respetivamente).

Em 2011 esta receita foi constituída maioritariamente por *juros de depósitos bancários* (61,3%) e por *rendas de imóveis* (38,7%).

❖ Outras receitas

As *outras receitas* referem-se a *reposições não abatidas ao pagamento* que, em 2011, ascenderam a 3.560,8 milhares de euro, o que representou um crescimento de 22,7% face a 2010, evidenciando assim uma aceleração do ritmo de crescimento já evidenciado em 2010 (12,8% face a 2009).

Esta receita correspondeu a 1,7% do total da receita da RAM, um valor acima do seu peso relativo no quadriénio 2011/2007, que se situava em cerca de 1,2%.

⁶⁴ Nos termos do Despacho nº 4841/2010, de 11 março.

XI.2.2. Despesas

As despesas efetuadas na *Região Autónoma da Madeira* no período 2007-2011 encontram-se desagregadas, por componente, no quadro seguinte. Este evidencia um crescimento nominal contínuo das despesas totais até 2010, sendo que em 2011 se verifica uma redução de 7,5% face ao ano anterior.

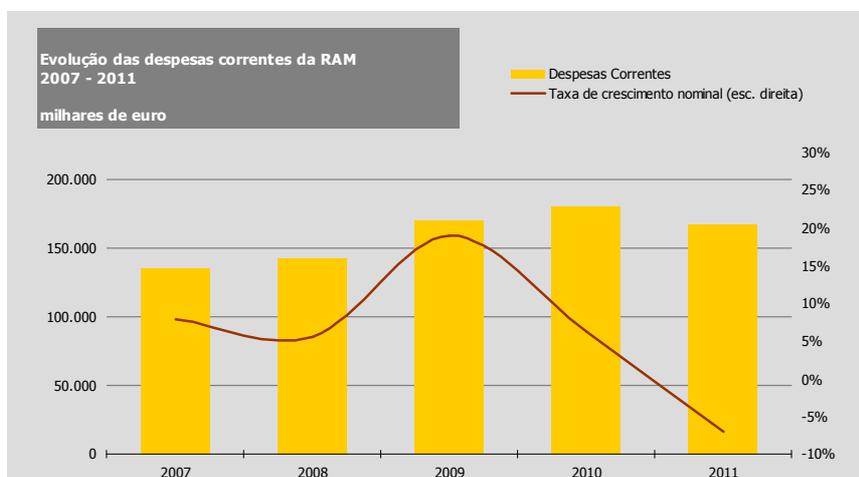
Em 2011, foram despendidos 169.656,8 milhares de euro na RAM com despesas correntes e de capital.

Execução orçamental Despesas e Transferências da Região Autónoma da Madeira										
Análise evolutiva 2007-2011										
Mapa XII										
(milhares de euro)										
RUBRICAS	2007	2008	2009	2010	2011	2007/06	2008/07	2009/08	2010/09	2011/10
DESPESAS CORRENTES	135.100,2	142.602,5	169.589,9	179.738,9	166.962,6	7,8	5,6	18,9	6,0	-7,1
Despesas com o pessoal	25.224,1	25.838,7	27.644,2	26.628,9	25.464,5	4,2	2,4	7,0	-3,7	-4,4
Aquisição de bens e serviços	5.067,4	5.347,9	5.346,6	5.520,3	5.580,7	-2,0	5,5	0,0	3,2	1,1
Juros e outros encargos	0,4	0,8	0,3	0,5	0,6	293,8	77,9	-64,8	76,8	23,3
Transferências correntes	104.423,8	110.985,5	136.237,2	146.916,8	135.303,2	9,3	6,3	22,8	7,8	-7,9
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0					
Administração Regional (emprego e formação profissional)	13.142,9	13.922,2	12.770,2	11.564,9	11.564,9	44,0	5,9	-8,3	-9,4	0,0
Pensões *	902,6	898,7	898,4	812,5	779,9	3,7	-0,4	0,0	-9,6	-4,0
Rendimento Social de Inserção	9.087,5	9.092,7	10.326,1	10.634,4	7.365,0	-2,1	0,1	13,6	3,0	-30,7
Abono de família	17.964,7	22.204,0	26.007,0	25.002,2	18.160,4	-0,8	23,6	17,1	-3,9	-27,4
Prestações de Doença	10.172,1	9.872,3	10.693,3	11.233,8	11.044,4	2,2	-2,9	8,3	5,1	-1,7
Prestações de Desemprego	30.905,9	31.080,2	47.302,7	56.002,2	54.057,9	14,2	0,6	52,2	18,4	-3,5
Prestações de Maternidade/Parentalidade	6.228,2	6.439,7	8.324,3	10.450,6	10.955,3	5,2	3,4	29,3	25,5	4,8
Outras prestações	3.128,0	3.319,3	3.696,1	3.732,2	3.865,4	1,0	6,1	11,4	1,0	3,6
Ação Social **	12.892,0	14.156,4	16.219,1	17.484,1	17.509,9	6,2	9,8	14,6	7,8	0,1
Subsídios	0,0	27,1	29,6	400,2	25,9			9,2	1.251,8	-93,5
Outras despesas correntes	384,4	402,5	332,0	272,2	587,7	9,1	4,7	-17,5	-18,0	115,9
DESPESAS DE CAPITAL	9.015,2	3.574,4	3.801,9	3.585,7	2.694,2	127,2	-60,4	6,4	-5,7	-24,9
Aquisição de bens de capital	1.591,8	3.310,8	2.394,6	2.583,8	2.582,2	116,8	108,0	-27,7	7,9	-0,1
Transferências de capital	7.423,4	263,5	1.407,3	1.001,9	112,0	129,6	-96,5	434,0	-28,8	-88,8
TOTAL	144.115,4	146.176,8	173.391,8	183.324,5	169.656,8	11,5	1,4	18,6	5,7	-7,5

* Não inclui os elementos relativos às prestações processadas e pagas no Continente por conta da RAM.

** Não inclui os subsídios eventuais a IPSS e famílias (incluídos em D.05 Subsídios), o Interreg (incluído em D.01 e D.02), a emergência social (D.01 e D.04), a formação profissional (D.01 e D.04).

*** Em 2010 e 2011, para efeitos de comparabilidade com os anos anteriores deverá tomar-se em consideração a alteração decorrente da anulação das operações recíprocas, registadas nesses anos, nomeadamente a anulação de despesa com pessoal associada a contribuições para a Seg. Social da própria ISS (302.743,83 euro em 2010 e 366.727,37 euro em 2011).



Da análise ao quadro supra, constata-se que no exercício de 2011, à semelhança do sucedido na RAA, as *despesas correntes*, no montante de 166.962,6 milhares de euro (sem incluir a despesa com pensões pagas no Continente), representaram o principal agregado das despesas efetuadas na RAM, cerca de 98,4% da despesa total, um peso relativo que tem vindo a aumentar ao longo de todo o período em análise (aumento de 0,4 p. p. em 2011 face a 2010).

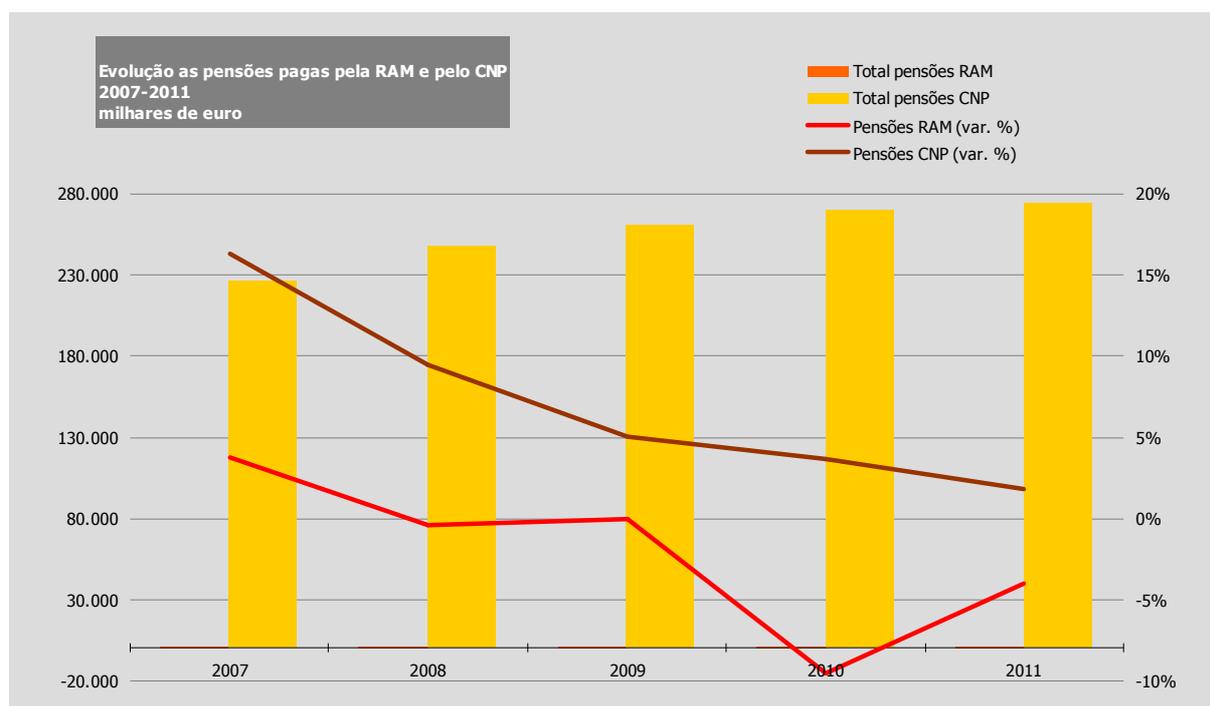
Das componentes incluídas nas despesas correntes, destacam-se as *transferências correntes*, nomeadamente para pagamento das prestações sociais. Destas, refira-se a redução bastante acentuada da despesa em 2011 com “rendimento social de inserção” e “abono de família”, contribuindo assim para a evolução negativa da despesa total na RAM em 2011.

❖ Pensões

Da análise ao quadro anterior, constata-se ainda que as pensões de *velhice, invalidez e sobrevivência*, pagas pela RAM em 2010, decresceram 4,0% relativamente a igual período de 2010, mantendo-se assim a tendência de redução deste tipo de despesa. Estas pensões representaram em 2011 cerca de 0,3% do total das pensões pagas a beneficiários da RAM, uma vez que a grande maioria é paga no Continente (CNP) por conta da RAM.

O quadro seguinte discrimina, no período 2007-2011, o valor das pensões processadas e pagas pelo CNP por subsistema da segurança social, tipo de regime e eventualidade. Pode constatar-se que o valor total destas pensões ascendeu a 274.846,6 milhares de euro em 2011, traduzindo um acréscimo de 1,8% face a igual período do ano anterior. Por análise da evolução no quinquénio 2007-2011, verificou-se um aumento anual médio de cerca de 5,0% no valor das pensões pagas pelo CNP.

O gráfico seguinte ilustra a evolução das despesas pagas com pensões pela RAM e pelo CNP no último quinquénio:



Pensões pagas pelo CNP entre 2007 e 2011

(milhares de euro)

	2007	2008	2009	2010	2011	Varição 2011/2010	Varição 2011/2007
SUBSISTEMA DE SOLIDARIEDADE	16.560,6	16.500,9	16.269,4	16.106,2	13.448,6	-16,5%	-18,8%
Regime não Contributivo	10.559,8	10.944,0	11.295,6	11.587,6	10.002,1	-13,7%	-5,3%
Pensões sociais	10.559,8	10.944,0	11.295,6	11.587,6	10.002,1	-13,7%	-5,3%
Invalidez	6.173,4	6.533,9	6.904,2	7.223,9	6.419,9	-11,1%	4,0%
Velhice	4.386,4	4.410,1	4.391,4	4.363,7	3.582,1	-17,9%	-18,3%
Regime Transitório dos Rurais	848,3	827,7	797,8	744,4	594,4	-20,2%	-29,9%
Pensões	848,3	827,7	797,8	744,4	594,4	-20,2%	-29,9%
Invalidez	250,3	233,7	209,2	184,2	135,3	-26,5%	-45,9%
Velhice	598,0	594,0	588,6	544,7	438,0	-19,6%	-26,8%
Sobrevivência				15,5	21,0	35,5%	
RESSAA	5.152,5	4.729,2	4.175,9	3.774,2	2.852,2	-24,4%	-44,6%
Pensões	5.152,5	4.729,2	4.175,9	3.774,2	2.852,2	-24,4%	-44,6%
Invalidez	116,4	112,0	100,1	97,6	74,2	-24,0%	-36,3%
Velhice	3.389,3	3.039,8	2.588,4	2.274,9	1.678,0	-26,2%	-50,5%
Sobrevivência	1.646,7	1.577,4	1.487,5	1.401,8	1.100,0	-21,5%	-33,2%
SUBSISTEMA PROTEÇÃO FAMILIAR	9.589,2	10.345,2	11.054,5	11.705,2	10.502,7	-10,3%	9,5%
Regime Geral	7.396,2	8.004,1	8.700,5	9.241,7	8.369,2	-9,4%	13,2%
Complemento por Cônjuge a Cargo	103,4	96,7	87,2	78,2	61,9	-20,8%	-40,1%
Invalidez	6,0	6,0	6,1	5,4	4,1	-23,8%	-31,1%
Velhice	97,4	90,7	81,1	72,8	57,8	-20,6%	-40,7%
Complemento por Dependência	7.292,8	7.907,4	8.613,4	9.163,6	8.307,3	-9,3%	13,9%
Invalidez	584,6	651,1	744,6	827,9	733,2	-11,4%	25,4%
Velhice	6.319,7	6.849,0	7.447,5	7.878,9	7.163,9	-9,1%	13,4%
Sobrevivência	388,5	407,4	421,3	456,8	410,2	-10,2%	5,6%
Regime Transitório dos Rurais	152,3	157,8	161,3	151,8	121,4	-20,0%	-20,3%
Dependência	152,3	157,8	161,3	151,8	121,4	-20,0%	-20,3%
Complemento Por Dependência	152,3	157,8	161,3	151,8	121,4	-20,0%	-20,3%
Invalidez	45,1	46,7	42,2	39,7	28,1	-29,3%	-37,8%
Velhice	107,2	111,1	119,1	111,2	92,3	-17,0%	-13,9%
Sobrevivência				0,9	1,0	20,2%	
RESSAA	662,9	632,3	554,4	521,2	394,3	-24,3%	-40,5%
Dependência	662,9	632,3	554,4	521,2	394,3	-24,3%	-40,5%
Complemento Por Dependência	662,9	632,3	554,4	521,2	394,3	-24,3%	-40,5%
Invalidez	17,2	18,2	17,0	17,5	13,2	-24,5%	-23,3%
Velhice	622,1	592,3	514,7	474,5	354,7	-25,3%	-43,0%
Sobrevivência	23,5	21,8	22,8	29,1	26,4	-9,2%	12,6%
Regime Não Contributivo	1.377,8	1.551,0	1.638,3	1.790,6	1.617,7	-9,7%	17,4%
Dependência	1.377,8	1.551,0	1.638,3	1.790,6	1.617,7	-9,7%	17,4%
Complemento Por Dependência	1.377,8	1.551,0	1.638,3	1.790,6	1.617,7	-9,7%	17,4%
Invalidez	944,5	1.042,2	1.163,2	1.288,6	1.200,6	-6,8%	27,1%
Velhice	433,3	444,0	447,7	442,3	364,7	-17,5%	-15,8%
Sobrevivência		64,9	27,4	59,6	52,5	-12,0%	
SUBSISTEMA PREVIDENCIAL	199.179,9	219.867,9	231.682,2	240.729,3	249.599,6	3,7%	25,3%
Pensões - Regime Geral	199.179,9	219.867,9	231.682,2	240.729,3	249.599,6	3,7%	25,3%
Invalidez	23.420,9	25.609,1	26.645,8	27.138,0	29.208,0	7,6%	24,7%
Conta de Outrem	23.311,3	25.495,2	26.542,9	27.047,1	29.135,7	7,7%	25,0%
Independentes	109,6	114,0	102,8	90,9	72,3	-20,5%	-34,0%
Velhice	139.446,7	154.304,5	163.313,1	170.282,2	175.655,0	3,2%	26,0%
Conta de Outrem	138.447,0	153.318,6	162.354,1	169.283,6	174.786,0	3,3%	26,2%
Independentes	999,7	986,0	959,0	998,6	869,0	-13,0%	-13,1%
Sobrevivência	36.312,3	39.954,2	41.723,3	43.309,2	44.736,6	3,3%	23,2%
Conta de Outrem	36.227,1	39.829,0	41.562,2	43.132,4	44.572,3	3,3%	23,0%
Independentes	85,3	125,1	161,1	176,8	164,4	-7,0%	92,8%
SUB-TOTAL	225.329,7	246.714,0	259.006,1	268.540,8	273.550,9	1,9%	21,4%
Complementos Vários (CGA, Montepio)	1.073,7	1.219,7	1.348,2	1.429,2	1.295,6	-9,3%	20,7%
TOTAL	226.403,4	247.933,7	260.354,3	269.970,0	274.846,6	1,8%	21,4%

Fonte: ISS, IP/CNP

❖ Prestações de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego

Ainda no que se refere à evolução da despesa com prestações sociais, importa salientar que a despesa paga com “*subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego*” em 2011, no montante de 54.057,9 milhares de euro, acusando uma redução de 3,5%, representando 32,3% do total das despesas correntes nesse ano.

Esta variação traduz, entre outros fatores, também o impacto das alterações legislativas que ocorreram no ano de 2010 (vide capítulo VII.2). A RAM foi a única região do país que registou uma diminuição da taxa de desemprego no biénio 2010/09 (de 7,6% para 7,4%, segundo dados do INE), estando também, para esse ano, abaixo da média anual registada no país, 10,8%. Em 2011 a taxa de desemprego na Região Autónoma da Madeira passa para 13,8%, já acima da média nacional para 2011 (12,7%).

❖ Abono de família

A despesa com *abono de família* cifrou-se, em 2011, nos 18.160,4 milhares de euro, reduzindo-se 27,4% face a 2010. Esta evolução traduz as diversas alterações legislativas que ocorreram no ano de 2010, mas cujos efeitos se fizeram sentir com maior ênfase em 2011, das quais se destacam o impacto da aplicação da “condição de recursos” (a partir de agosto de 2010) e a suspensão da atribuição do abono ao 4.º e 5.º escalões a partir de novembro de 2010 (ver capítulo relativo ao abono de família). Decorrente destes e outros efeitos, o montante despendido com esta prestação representou 10,9% do total das despesas correntes em 2011, menos 3,0 p. p. do que em 2010.

Apesar da diminuição do peso relativo em 2010 e 2011, a evolução da despesa com abono no quinquénio 2007-2011 quase atingiu 1,1%, traduzindo, entre outros fatores, a introdução de novos apoios nesse período – como o *abono pré-natal*, as *majorações* (para *famílias numerosas* e *monoparentais*) e ainda as *bolsas de estudo*.

❖ Subsídio e complemento de doença

O pagamento do *subsídio de doença e complemento de doença*, no valor total de 11.044,4 milhares de euro, verifica uma diminuição de 1,7% face a 2010, evidenciando ainda um crescimento de 8,6% no quinquénio 2011/2007 (mais 872,4 milhões de euro). Deste montante pago, a grande maioria diz respeito ao *subsídio de doença*, sendo que o *complemento de doença* corresponde apenas a 0,06% da despesa paga (vide capítulo X.3.1).

❖ Prestações de maternidade/parentalidade

Em 2011, a despesa com *prestações de parentalidade – subsídios de parentalidade* (S. Previdencial), *complemento e subsídios sociais de parentalidade* (S. Solidariedade), no montante total de 10.955,3 milhares de euro, representou 6,5% do total das despesas correntes, um aumento de 0,7 p. p. face a 2010. Entre 2007 e 2011 registou-se um crescimento de 75,9% na despesa com estes apoios (mais 4,7 milhões de euro), que traduziu, entre outros fatores, o alargamento do âmbito pessoal e material das prestações, por alteração de legislação (vide capítulo X.4).

Os *subsídios de parentalidade* são o principal agregado, consumindo 93,5% da despesa total em 2011 (10.239,4 milhares de euro). Por sua vez, despenderam-se 698,8 milhares de euro com *subsídios sociais* (6,4% do total) e apenas 0,2% com o *complemento de parentalidade* (17,2 milhares de euro).



❖ Rendimento social de inserção

No que se refere ao *rendimento social de inserção*, a despesa com esta prestação atingiu os 7.365,0 milhares de euro, menos 30,7% do que em 2010, ou seja, representando uma redução da despesa de 3.269,4 milhares de euro.

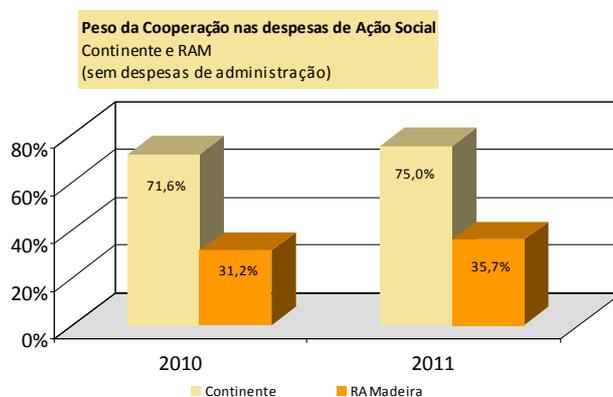
Para esta evolução contribuíram diversas alterações legislativas introduzidas em 2010, das quais se destacam (ver capítulo referente ao RSI) condições de acesso mais restritivas (com a prova obrigatória da “condição de recursos”) e ainda a suspensão de apoios específicos, nomeadamente do *apoio à maternidade*, *apoios especiais* (que acresciam ao montante atribuído do RSI) e dos *apoios complementares* atribuídos no âmbito dos programas de inserção.

Em 2011, a despesa com RSI representou cerca de 4,4% do total das despesas correntes, uma percentagem que diminuiu 1,5 p. p. face a 2010. Ainda assim, entre 2007 e 2011 as despesas com o *rendimento social de inserção* diminuíram cerca de 19,0%, isto é, 1.722,5 milhares de euro, traduzindo, no essencial, as medidas tomadas em 2010 (vide capítulo X.6).

❖ Ação social

As despesas com *ação social* na RAM assumiram o montante de 41.773,0 milhares de euro em 2011, absorvendo 2,6% da despesa total com ação social no país.

Do total da despesa, 51,2% refere-se ao pagamento do *funcionamento dos estabelecimentos integrados* e 35,7% a *acordos de cooperação* com IPSS. Estão ainda incluídas em despesas de ação social as *prestações sociais*, no montante de 2.535,9 milhares de euro (6,1% do total).



O peso das despesas de cooperação nas despesas correntes de ação social na RAM é bastante inferior ao registado no Continente, sendo que no último ano apresentou um peso de 35,7% contra um peso médio de 75,0% e 89,4% no Continente e na RAA, respetivamente.

A este facto não será alheio o papel desempenhado pelos estabelecimentos integrados na cobertura das necessidades e no desenvolvimento das respostas sociais na RAM, dado que para o país a despesa com o funcionamento destes estabelecimentos oficiais, em 2011, apenas representou cerca de 4,2% do total da despesa com ação social.

❖ Outras prestações

As rubricas incluídas nas *outras prestações* referem-se principalmente à despesa com as restantes prestações familiares (*bonificação por deficiência, subsídio vitalício, sub. assistência de terceira pessoa, sub. educação especial e sub. funeral*), destacando-se a despesa com a primeira prestação – 2,0 milhões de euro).

❖ Despesas de administração

De destacar ainda as despesas de *Administração* que, em 2011, atingiram o montante de 10.287,0 milhares de euro (ver capítulo referente à *Administração*), representando cerca de 6,0% das despesas correntes processadas na RAM, o que significou um aumento de 0,1 p. p. do seu peso em relação a 2010.

❖ Transferências correntes para emprego e formação profissional

Em 2011, as “*transferências correntes para emprego e formação profissional*”, no montante de 11.564,9 milhares de euro, verificando-se um congelamento nominal destas transferências face a 2010. O montante despendido situou-se em níveis inferiores aos registados no período 2007-2009.

No último quinquénio, pode constatar-se que este tipo de transferências diminuiu 12,0%, o que significou uma redução de 1.577,9 milhares de euro.

❖ Despesas de capital

Relativamente às *despesas de capital*, no valor de 2.694,2 milhares de euro em 2011, observa-se uma diminuição de cerca de 24,9% face ao biénio anterior, traduzindo principalmente a redução ao nível da componente “*transferências de capital*” para IPSS (-88,8%), que representou 4,2% do total da despesa nesse agregado (com uma redução de 23,8 p. p. face a 2010). Por seu turno, as aquisições de bens de capital ascenderam em 2011 a 2.582,2 milhares de euros, evidenciando um decréscimo de 0,1% face a 2010.

❖ Transferências da RAM para o IGFSS

No ano de 2011, a RAM transferiu para o Continente (IGFSS, IP) excedentes que atingiram o montante de 46.161,3 milhares de euros, um valor superior ao transferido no ano anterior (36.044,2 milhares de euro), valores não incluídos nos quadros de despesa anteriormente apresentados.

XII. FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL (FEFSS) (*)

XII.1. INTRODUÇÃO

O valor de mercado do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) no final de 2011 ascendia a 8,872,445,669.69⁶⁵ euros. Este valor integrava um montante adicionado às transferências recebidas desde a constituição do FEFSS de 1,529,619,750.08 euros. O FEFSS recebeu durante este ano 297,029,793.31 euros de transferências para capitalização.

A gestão estratégica do FEFSS foi orientada, desde julho de 2009, pela busca de uma rentabilidade superior à proporcionada por uma carteira de dívida pública Portuguesa, representada pelo índice de mercado EFFAS Portugal. Esta orientação estratégica emana da política de investimentos definida no regulamento de gestão do Fundo, publicado pela Portaria nº 1273/2004, de 7 de outubro.

A rentabilidade líquida do Fundo em 2011 foi de -11.0%, mas foi superior em 14.6% à proporcionada pelo índice EFFAS Portugal. A volatilidade do FEFSS cifrou-se em 8.30%, comparativamente à do EFFAS Portugal que atingiu os 19.15%.

O facto de o índice EFFAS Portugal ter registado uma desvalorização de mercado de 24.2% em 2011, conjugado com a obrigação do FEFSS investir pelo menos 50% em dívida garantida pelo Estado Português, resultou numa deterioração de todos os indicadores de longo prazo, nomeadamente, uma redução da representatividade do FEFSS face ao gasto anual com pensões, relação com o PIB e rentabilidade média anual desde a sua constituição, a qual caiu de 3.94% em 2010 para 2.22% no final de 2011.

Resultados	2011	2010	2009
Valor do FEFSS			
Gasto anual com pensões	85.71%	93.1%	97.8%
Proporção do PIB	5.1%	5.6%	5.8%
Rentabilidade nominal desde a constituição	+2.22%	+3.94%	+4.44%
Gestão do FEFSS			
Retorno nominal médio anual no último triénio	-1.92%	+0.93%	+2.18%
Variação anual face ao EFFAS Portugal (<i>FUNDING RATIO</i>) ⁶⁶	+14.6%	+8.49%	+1.38%
<i>Excess return</i> anual face a <i>benchmark</i> interno	-0.06%	-0.06%	-0.02%
Rentabilidade líquida	-11.00%	+0.08%	+6.25%
Volatilidade anualizada	8.30%	7.44%	4.24%
Custos de gestão, transação e custódia / MMG	0.049%	0.054%	0.062%

Dada a significativa subida das taxas de juro implícitas nos preços dos títulos de dívida pública Portuguesa, é de notar que o FEFSS beneficiou da opção estratégica de indexação a um índice com duração (4 anos) inferior à que resultaria da adoção do prazo de acumulação indicado pelas projeções da conta da segurança social (20 anos)⁶⁷.

⁶⁵ A diferença face ao valor de balanço deve-se à especialização das rendas recebidas adiantadamente.

⁶⁶ A implementação da política de gestão estratégica com o objetivo do *funding ratio* foi iniciada em 24.07.2009.

⁶⁷ No anexo ao relatório do orçamento de Estado para 2012, as projeções do saldo do subsistema previdencial indicam saldos positivos, pelo menos, até 2030.

Da análise ao último triénio é de sublinhar a variação acumulada positiva do FEFSS comparativamente com a do índice EFFAS Portugal, designado *funding ratio*, que se traduz numa rentabilidade 25% superior à que se teria obtido se o Fundo tivesse sido totalmente investimento em dívida garantida pelo Estado Português.

Todavia, a extrema redução das condições de liquidez do mercado secundário de dívida pública Portuguesa levou a que o Conselho Diretivo suspendesse, em 30.06.2011, a utilização do modelo de gestão estratégica indexada ao índice EFFAS Portugal. Criou também constrangimentos à gestão tática da carteira contra o benchmark interno, resultando num *excess return* negativo de 0.06%, equivalente, aos custos anual de gestão, transação e custódia.

XII.2. APRESENTAÇÃO DO FEFSS

XII.2.1. ESTATUTO LEGAL

O FEFSS é um património autónomo que tem por objetivo assegurar a estabilização financeira da Segurança Social, contribuindo para o ajustamento do regime financeiro do sistema público de segurança social às condições económicas, sociais e demográficas (art. 1º do Regulamento de Gestão do FEFSS aprovado pela Portaria 1273/2004, de 7 de outubro).

Nos termos do artigo 91º da Lei nº 4/2007 de 16 de janeiro que aprova as bases gerais do sistema de segurança social:

1. Reverte para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social uma parcela entre dois e quatro pontos percentuais do valor percentual correspondente às quotizações dos trabalhadores por conta de outrem, até que aquele fundo assegure a cobertura das despesas previsíveis com pensões, por um período mínimo de dois anos;
2. Os saldos anuais do Sistema Previdencial, bem como as receitas resultantes da alienação de património e os ganhos obtidos das aplicações financeiras, integram o fundo a que se refere o número anterior, sendo geridos em regime de capitalização;
3. Pode não haver lugar à aplicação do disposto no nº1, se a conjuntura económica do ano a que se refere ou a situação financeira do Sistema Previdencial justificadamente o não permitirem.

O FEFSS goza de todas as isenções fiscais concedidas ao Estado. O registo contabilístico do património do FEFSS é efetuado em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e Segurança Social (POCISSSS), com as seguintes adaptações (n.º 11, art. 14º do Decreto-Lei 216/2007, de 29 de maio):

- a) As receitas obtidas em operações de derivados financeiros são deduzidas das despesas decorrentes das mesmas operações, sendo o respetivo saldo sempre inscrito em rubrica orçamental de receita;
- b) Os juros corridos recebidos nas vendas de valores representativos de dívida são deduzidos dos juros corridos pagos na aquisição do mesmo género de valores, sendo o respetivo saldo sempre inscrito em rubrica orçamental de receita;
- c) O disposto nas alíneas anteriores não dispensa o registo contabilístico individualizado de todos os fluxos financeiros, ainda que meramente escriturais, associados às operações nelas referidas;
- d) O património do FEFSS é valorizado nos termos de um regulamento de valorimetria específico sujeito ao parecer do órgão de fiscalização do FEFSS baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro para a valorização de fundos de idêntica natureza e finalidade.



Adicionalmente, tratando-se de um fundo de capitalização administrado e gerido por uma instituição de Segurança Social, nos termos da alínea d) do nº1 do art. 9º do CIRC, os seus rendimentos estão totalmente isentos de IRC.

XII.2.2. LIMITES DE INVESTIMENTO

A carteira do FEFSS está legalmente sujeita a uma série de limites quanto à composição do seu ativo, bem como à definição de um conjunto de operações autorizadas e de exigências mínimas quanto ao risco das contrapartes do Fundo, os quais estão definidos na Portaria 1273/2004, de 7 de outubro (que aprova o Regulamento de Gestão do FEFSS).

Destacam-se, assim, os seguintes limites à composição do ativo do FEFSS:

- » Investimentos restringidos a ativos com origem em Estados membros da União Europeia ou da OCDE denominados em qualquer moeda com curso legal nesses países;
- » Mínimo de 50% investido em títulos de dívida pública Portuguesa ou outros garantidos pelo Estado Português;
- » Máximo de 40% investido em títulos representativos de dívida privada de emitentes com *rating* não inferior a “BBB-/Baa3” ou equivalente (*investment grade*);
- » Máximo de 25% investido em ações ou ativos de idêntica natureza de sociedades anónimas negociáveis em mercados regulamentados;
- » Máximo de 10% investido em unidades de participação em fundos de investimento misto;
- » Máximo de 10% investido em ativos imobiliários;
- » Máximo de 5% investido em títulos que compõem a reserva estratégica;
- » Máximo de 15% de exposição, não coberta, a moeda estrangeira com curso legal em países da UE ou da OCDE.

Na salvaguarda do critério de diversificação, a aplicação de valores em títulos emitidos por uma entidade ou as operações realizadas com uma mesma contraparte não pode ultrapassar 20% dos respetivos capitais próprios nem 5% do ativo do FEFSS.

Ao FEFSS é ainda permitida a utilização de instrumentos derivados quer para fins de cobertura de risco de ativos suscetíveis de integrar o seu património quer para a prossecução de uma gestão eficaz da carteira, designadamente para reprodução, não alavancada, da rentabilidade dos ativos subjacentes ao mesmo. O valor nominal das posições líquidas detidas em instrumentos financeiros derivados não pode exceder o valor líquido global do FEFSS, sendo que as operações destinadas a fixar o custo de aquisições futuras não podem exceder 10% do valor do FEFSS.

XII.2.3. RESERVA ESTRATÉGICA

O regulamento de gestão do FEFSS prevê ainda uma classe de ativos, designada de reserva estratégica, que pode representar até 5% do FEFSS. Esta classe refere-se a participações de longo prazo no capital de sociedades que poderão representar interesses estratégicos do Estado Português ou uma vertente complementar de investimento para a carteira, com um perfil temporal mais longo e um prémio de rentabilidade necessariamente superior.

XII.2.4. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Na sequência do início de novo mandato do Conselho Diretivo, em 2009, foi celebrado um Contrato de Gestão com a Tutela que define como objetivo “uma valorização da carteira do FEFSS que supere a sua utilização alternativa na amortização de uma carteira de dívida pública Portuguesa”. Para operacionalizar este objetivo foi definido como indicador do desempenho o rácio entre a valorização, ao longo do mandato, do FEFSS e do índice EFFAS Portugal que reflete a valorização da carteira de obrigações do Tesouro Português.

Em consequência foi implementado, após parecer do Conselho Consultivo do IGFSS, um modelo de alocação dinâmica. Trimestralmente, em função da expectativa da evolução da curva de rendimentos da zona euro, é fixado o nível de indexação ao índice EFFAS Portugal (> 1 ano), o qual pode variar entre 50% e 100%.

XII.2.5. PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Com base num modelo de alocação core-satélite, entre o índice EFFAS Portugal e um portfolio diversificado de ativos com origem nos mercados da OCDE, e com base em estimativas de correlações de mercado bem como do *funding ratio*⁶⁸ real, obtém-se uma composição de referência para a carteira do Fundo (benchmark interno).

A utilização de graus de discricionariedade na gestão tática da carteira do FEFSS implica um controlo eficaz do nível de risco, resultante das decisões de desvio da composição da carteira do FEFSS face à do seu *benchmark*. Pretende-se gerar uma rentabilidade superior do que aquela que se obteria se simplesmente se implementasse a composição do benchmark interno.

Antes do início de cada trimestre, o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimentos, fixa, em função da evolução expectável da curva de rendimentos da zona euro, o nível de indexação desejado ao índice EFFAS Portugal (> 1 ano), o qual pode variar entre 50% e 100% (70%-90% em condições normais).

Nos quadros seguintes apresentam-se os pesos de cada classe após as decisões de indexação e a metodologia de cálculo do benchmark interno.

⁶⁸ O referido rácio entre a valorização, ao longo do mandato, do FEFSS e do índice EFFAS Portugal que reflete a valorização da carteira de obrigações do Tesouro Português.

Data	Indexação	Ações	Dívida OCDE Excluindo Div. Pública Portuguesa em Euros	Dívida OCDE Excluindo Div. Pública Portuguesa e Excluindo Euro	Dívida Pública Portuguesa
		[AC]	[OB EUR]	[OB ex-DPP ex-EUR]	[DPP]
30-Jun09	70%	16.00%	15.00%	16.00%	53.00%
30-Set09	70%	14.00%	15.00%	16.00%	55.00%
31-Dez09	60%	16.50%	9.00%	21.50%	53.00%
31-Mar10	60%	13.00%	7.50%	26.50%	53.00%
30-Jun10	60%	17.50%	6.00%	23.50%	53.00%
30-Nov10	60%	22.00%	6.00%	21.00%	51.00%
11-Jan11	60%	23.22%	3.95%	20.31%	52.52%
28-Fev11	70%	22.00%	11.00%	16.00%	51.00%
9-Mar11	70%	23.67%	11.81%	9.52%	55.00% a)
16-Mar11	70%	22.12%	11.84%	9.50%	56.54% a)
1-Abr11	70%	19.94%	12.10%	9.72%	58.24% a)
5-Abr11	70%	21.21%	7.13%	10.34%	61.32% a)
15-Abr11	70%	21.40%	7.28%	10.66%	60.66% a)
30-Jun11	b)	24.99%	8.54%	12.67%	53.80% a)
31-Jul11	b)	27.09%	9.36%	14.16%	49.39% a)
07-Dez11	b)	21.49%	20.50%	-	48.58% a)

Notas:

a) Excluída a carteira de reinvestimento, constituída em 09.03.2011.

b) Em 30.06.2011 o Conselho Diretivo deliberou suspender a utilização do modelo de gestão estratégica dinâmica.

Benchmark FEFSS

	Peso	Ticker Bloomberg	Índice
Dív. Pública Portuguesa	[DPP]	PTGATR índice	EFFAS Portugal mais de 1 ano
Div OCDE exc Port.	[OB ex-DPP]	EFFAS Composto	
EUR	[OB EUR]	EUGATR index	EFFAS Euro mais de 1 ano
USD		USGAETR index	EFFAS USA mais de 1 ano
JPY	[OB ex DPP ex EUR]	JNGAETR index	EFFAS Japão mais de 1ano
GBP		UKGAETR index	EFFAS UK mais de 1 ano
Ações			
Europa			
EUR		SX5T Index	Dow Jones EuroStoxx 50 TR Index
UK		TUKXG Index	FTSE100 TR Index
CH	[AC-5.5%]	SMIC Index	SMI20 TR Index
Japão			
EUA		SPTR500N index	S&P 500 Net TR Index
EUA Hedged EUR	5.5%	SPXUXEN index	S&P Hedged EUR Net TR Index
	100.00%		

A atividade corrente centra-se no Comité de Investimento, realizado semanalmente, com tomada de decisões à 1ª e 3ª semanas de cada mês, onde se definem desvios à composição resultante daquela metodologia (Benchmark), dentro de limites pré-definidos e em conformidade com um *tracking error* limitado, fixado em 1% em 2011.

O propósito do Comité de Investimento (CI) é a tomada de decisões sobre o nível de indexação ao EFFAS Portugal e o posicionamento tático da carteira dos Fundos sob gestão do IGFCSS, IP face ao respetivo *benchmark*, tendo em vista a obtenção de *excess return* positivo, respeitando os limites do respetivo regulamento de gestão, política de investimento e modelo de controlo.

O CI é constituído pelos membros do Conselho Diretivo e pelos Diretores do Departamento de Investimento (DI) e do Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo (DEPC).

XII.2.6. REBALANCEAMENTOS AO LONGO DO ANO DE 2011

Conforme já referido por diversas vezes ao longo deste relatório, o mercado secundário de dívida pública Portuguesa sofreu ao longo de 2011 uma progressiva e extrema redução de condições de transaccionabilidade.

Este constrangimento obrigou o Conselho Diretivo a proceder, por diversas vezes, ao rebalanceamento extraordinário da composição do benchmark interno, por forma a acomodar recebimentos de cupões de juros ou a saída de emissões do índice EFFAS Portugal por passarem a ter um prazo de maturidade inferior a 1 ano, cujos montantes foram, a partir de 09.03.2011, por essas razões, transferidos para uma carteira de reinvestimento.

Pela mesma razão, o Conselho Diretivo decidiu também a suspensão da utilização do modelo de gestão estratégica indexada ao índice EFFAS Portugal a partir de 30.06.2011, tendo os rebalanceamentos posteriores, em 31.07.2011 e 07.12.2011, resultado, respetivamente, da aplicação de liquidez disponível na carteira de reinvestimento e da intenção de redução da volatilidade estimada da carteira.

XII.3. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2011

A súbita consciência do problema do excesso de dívida e sua demorada resolução

Num ano marcado por intensos conflitos sociais e políticos no Médio Oriente e Norte de África e pelas catástrofes naturais ocorridas no Japão, a atenção acabou por ser dominada pela crise das dívidas soberanas. O tema encontra-se em discussão há já vários anos devido aos crescentes custos das sociedades ocidentais com o envelhecimento populacional, essencialmente com cuidados de saúde e prestações associadas à reforma. A partir de crise financeira de 2008, os rácios de dívida pública face ao produto sofrem uma fortíssima degradação devido à quebra da atividade económica mas, também, à desatenção dos governos que não intervieram de forma atempada na contenção da problemática. A crise exacerba-se em maio de 2010 quando a situação da Grécia traz o problema para as luzes da ribalta.

O início de 2011 indiciava alguma acalmia do tema desenhando-se aparentemente a possibilidade de uma gestão da crise. Em fevereiro, os Ministros das Finanças da Zona Euro criavam o ESM (Mecanismo Europeu de Estabilidade) com uma capacidade de cerca de €500 mil milhões.

A atividade económica conferia apoio a estes desenvolvimentos com os indicadores a desenhar o que se afigurava ser o ponto mais elevado de um ciclo económico. Eram já perceptíveis sinais de abrandamento, acentuado pela perturbação provocada pelo movimento designado de primavera Árabe, no momento da ocorrência do terramoto no Japão. Para além do efeito devastador imediato, as catástrofes naturais ocorridas no Japão expuseram a fragilidade das economias dos EUA e da Zona Euro, fortemente dependentes do crescimento económico para ajudar a reequilibrar os seus défices orçamentais.

As atenções dos mercados financeiros direcionam-se para Portugal que mediante o agravamento das condições de financiamento no mercado solicita em abril a ajuda dos parceiros europeus no financiamento temporário do



Estado. É aprovado em maio um programa de assistência financeira a Portugal no montante de €78 mil milhões. A discussão em torno de uma possível saída da Grécia da Zona Euro começa a generalizar-se com a perceção das proporções gigantescas do ajustamento solicitado ao Estado grego. É aprovado em julho um novo programa de assistência à Grécia, de €109 mil milhões, com contrapartida em novas medidas de austeridade. No final do ano, discutia-se já o envolvimento do setor privado no plano de apoio à Grécia que consistiria numa assumpção definitiva de perdas superiores a 50% por parte de detentores privados de dívida, maioritariamente bancos franceses e alemães.

Em agosto, Espanha e Itália registam subidas muito acentuadas do rendimento exigido pelos investidores para deter a dívida soberana destes países. O Banco Central Europeu (BCE) vê-se compelido em agosto a iniciar a compra de dívida Italiana e Espanhola em mercado secundário, numa tentativa de contenção da progressão da taxa de mercado, mediante a ausência de resposta política à proliferação da crise. Itália e Espanha procedem à adoção de medidas de contenção orçamental que não impedem as agências de notação de risco de proceder a descidas da notação. De forma idêntica, a França adota medidas de austeridade preventivas que não impedem a descida do nível AAA por parte da S&P – já em 2012 – e a definição de possibilidade de revisão em baixa por parte das três principais agências de notação. Também os EUA veem a ameaça de descida da notação de risco consumada em agosto perdendo a classificação de AAA da agência de notação S&P.

Neste contexto, as instituições europeias tentam a adoção de medidas de contenção pontuais que não se revelam suficientes face à extensão e à velocidade de evolução da problemática:

- Em julho, os países membros da Zona Euro aumentam as garantias de capital do EFSF (Fundo Europeu de Estabilização Financeira) para €780 mil milhões, resultando numa capacidade total de empréstimo de €440 mil milhões;
- Em outubro, os ministros das finanças da Zona Euro definem critérios comuns para a reposição de níveis de capitais adequados para os bancos. Por seu lado, os líderes europeus obtêm um acordo com os bancos para a assumpção de perdas de 50% do valor nominal da dívida grega. São definidos mecanismos de aumento da capacidade de intervenção do EFSF que não conseguem, contudo, alcançar a capacidade almejada de 1 a 1.5 milhões de milhões de euros;
- A 9 de dezembro é adotado um Pacto Orçamental que reforça o Pacto de Estabilidade e Crescimento e prevê uma maior integração fiscal. O Pacto prevê ainda extensões e aumentos ao EFSF, reformas fiscais e estruturais, assim como a limitação, na legislação de cada estado membro, de défices excessivos.

Os bancos centrais dos EUA, Canadá, Japão e Zona Euro acordaram no final do mês de novembro mecanismos de facilitação de fornecimento de liquidez ao sistema bancário mediante o recrudescimento de tensões no mercado interbancário.

Estas medidas refletem a incapacidade política dos líderes europeus em chegarem a um consenso na definição de uma resposta atempada e cabal à atual crise, relegando no BCE o ónus de minimizar a probabilidade de ocorrência de falências desordenadas na Zona Euro. Em dezembro, o BCE decide – para além da segunda descida consecutiva da taxa de referência – alargar o horizonte temporal em que disponibiliza liquidez ilimitada ao setor bancário de um máximo de seis meses para três anos. A intenção do BCE consistiria na disponibilização de meios para os bancos refinanciar a própria dívida e concederem crédito à economia, ficando no entanto em aberto a possibilidade de utilizarem a liquidez para a aquisição de dívida governamental.

A Reserva Federal Americana (FED), por seu lado, decidiu dar ao mercado a indicação de manutenção da taxa de juro num nível muito baixo pelo menos até meados de 2013 – alargado para 2014 na primeira reunião do novo ano – enquanto o Banco de Inglaterra (BoE) reforçou o programa de compras de ativos em £75 mil milhões.

Adicionalmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) decidiu a constituição de um fundo de emergência, que se encontra ainda em fase de definição, para acudir aos riscos presentes na Zona Euro. Este desenvolvimento, somado às perspetivas de reforço dos mecanismos de apoio europeus, ao programa de compras do BCE e à liquidez disponibilizada por um prazo maior, permitem agora antever um horizonte temporal mais dilatado para a resolução do problema da redução de dívida.

Dos governos para os balanços dos bancos? Riscos e consequências

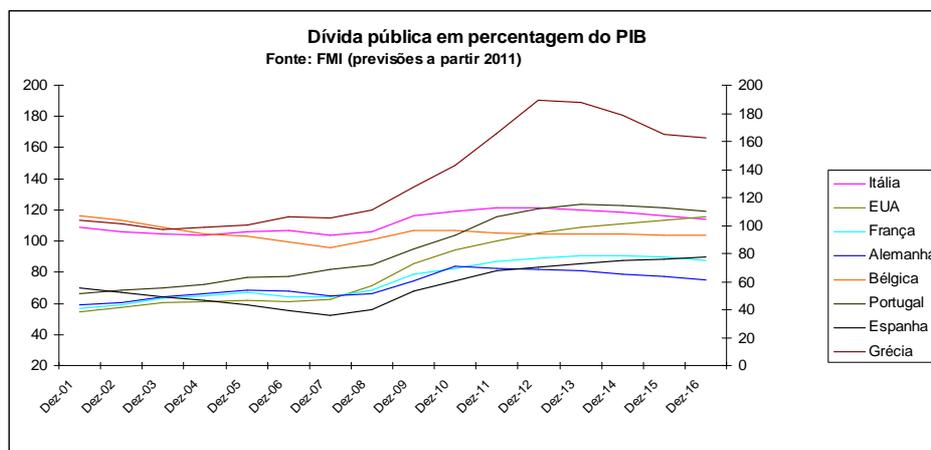
Nos mercados financeiros, este ambiente de extrema aversão ao risco resultou em taxas de rendimento anormalmente reduzidas dos ativos que conseguiram continuar a ser considerados como isentos de risco. Estas taxas de rendimentos são já globalmente negativas em termos reais, tendo inclusivamente ocorrido pontualmente emissões das quais resultou uma taxa nominal negativa devido à procura de ativos sem risco. Em consonância, os mercados acionistas apresentam prémios de risco elevados face ao padrão histórico, cuja persistência dependerá do posicionamento dos investidores face aos riscos percebidos e à incerteza económica e financeira.

Ainda com a crise financeira de 2008 em pano de fundo, os participantes no mercado ponderam a possibilidade de ocorrência de eventos extremos na gestão da crise soberana da Zona Euro agravada pela própria natureza de uma crise de crédito, cuja resolução – a redução de dívida – será sempre mais longa e penosa do que a de uma simples recuperação cíclica.

Neste enquadramento, os riscos que surgem de forma mais clara consistem na duração e na extensão da redução de dívida dos bancos e na possibilidade de ocorrência de uma forte contração indiscriminada de crédito – e consequentemente do produto – devido à interação negativa entre as necessidades de financiamento dos governos e do setor bancário.

Adicionalmente, a ausência de perspetivas de consolidação orçamental no médio prazo nos EUA mas também no Japão, poderia resultar no agravamento da incerteza na definição de ativos sem risco, assumindo potencial para gerar uma volatilidade elevada.

Afigura-se neste momento como improvável uma alteração significativa do comportamento dos investidores, que previsivelmente se manterão orientados para a prevenção de eventos extremos e para a preservação de capital, definindo perspetivas de rendibilidade para os ativos tradicionais muito condicionadas nos próximos anos.



Dívida Pública na Europa e EUA (% PIB)

XII.3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Produto

Depois de um ano de 2010 marcado por uma recuperação económica significativa da economia mundial, em 2011 ter-se-á assistido a alguma moderação no ritmo de crescimento, em grande medida associada à intensificação da crise da dívida na Europa, numa perspetiva mais estrutural, e aos acontecimentos trágicos no Japão que afetaram

a atividade produtiva nas principais economias, em meados do ano, com características mais transitórias. A continuação de um ambiente monetário extremamente acomodaticio, designadamente nos blocos desenvolvidos, foi acompanhado genericamente por medidas de contração fiscal, resultando num quadro de grande incerteza e forte volatilidade nos mercados financeiros, o que condicionou fortemente a atividade de consumo e de investimento, fazendo também desacelerar, ainda que apenas levemente, o comércio internacional de bens e serviços.

A economia mundial cresceu 4.0%, desacelerando face ao crescimento de 5.1% observado no ano anterior. Atendendo ao quadro vivido sobretudo na Europa, trata-se de um perfil de crescimento ainda bastante robusto e superior à média dos últimos 10 anos (em torno de 3.6%), mais uma vez conduzido pela excelente performance das economias emergentes e pelo aumento da divergência face às economias desenvolvidas. Dentro destas, a maior economia mundial – a dos EUA – moderou fortemente o crescimento, que passou de 3.0% em 2010 para 1.7% em 2011, posicionando-se claramente abaixo do seu crescimento potencial.

A necessidade de medidas de forte consolidação orçamental, com expressão mais visível na Europa e Reino Unido (retardada no caso americano), lançou estas economias numa crise de confiança significativa, com particular incidência na segunda metade do ano, ocasionando o início de um ciclo económico contractivo, designadamente nos países que partilham a moeda única. A falta de resolução política dos seus líderes e a contínua desconfiança dos investidores e das principais agências de rating colocavam, à saída do ano, grande incerteza sobre a prossecução da Zona Euro como a víamos até aqui, gerando, ao mesmo tempo, a necessidade de uma maior articulação orçamental e fiscal entre os países da União. Este novo enquadramento ocasionou um forte movimento de contração fiscal, antes iniciado pelos países da periferia da Europa, mas em 2011 prosseguido noutros blocos com maior peso no velho continente, nomeadamente na Itália e Espanha. Assim, para além dos fortes sacrifícios exigidos, prosseguiu o natural processo de desalavancagem das famílias, alimentado por uma política creditícia mais restritiva dos bancos, em grandes dificuldades devido à necessidade de ajustarem em alta os seus rácios de capital. O crescimento evidenciado nos países do G7 foi de apenas 1.3%, acompanhado pela manutenção de taxas de desemprego historicamente elevadas e de uma inflação não tão moderada quanto necessário.

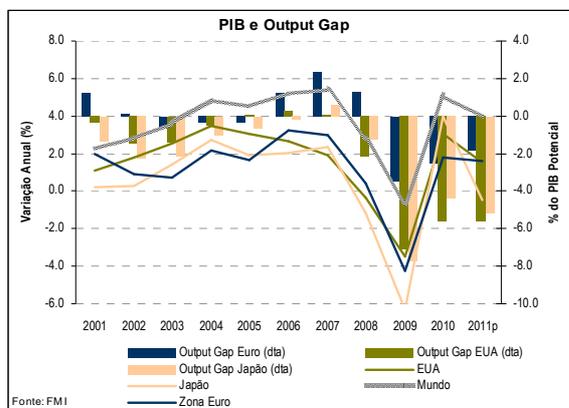
Ao contrário, os países emergentes mantêm-se os principais dinamizadores da presente recuperação, continuando a beneficiar de um crescimento sustentado das suas exportações, e de uma nova dinâmica de consumo interno decorrente de efeitos virtuosos no mercado de trabalho e de efeitos de *catching up* significativos no preço do fator trabalho. Adicionalmente, na mesma linha do que já havia acontecido em 2010, as políticas de *quantitative easing* levadas a cabo por alguns bancos centrais, nomeadamente o americano, continuam a libertar recursos que têm sido canalizados para as economias emergentes, aumentando o seu crescimento. Em 2011, o crescimento nos blocos emergentes foi de 6.4%, o que representa apenas uma ténue desaceleração face aos 7.3% de 2010. Aliás, tal desaceleração tem sido de alguma forma desejada pelas autoridades fiscais e monetárias destes países, atendendo à preocupação de sobreaquecimento e de controlo de pressões inflacionistas, tanto no mercado de bens e serviços como nos preços dos ativos, sobretudo no segmento imobiliário.

Neste contexto de desaceleração económica em 2011 face a 2010, o *output gap* negativo das principais economias desenvolvidas foi ligeiramente estreitado, mas permanece ainda uma enorme folga produtiva para ser fechada nos próximos anos. As taxas de utilização de capacidade produtiva têm vindo a subir, posicionando-se ainda na maioria das economias abaixo da sua média de longo prazo, enquanto as taxas de desemprego permanecem em valores historicamente elevados, ainda que com trajetórias diferentes. Nos EUA, em particular, a trajetória é de descida lenta e gradual. Na Europa, ao invés, o caminho tem sido de subida, espelhando as orientações de forte contração fiscal decorrentes do problema da sustentabilidade das finanças públicas.

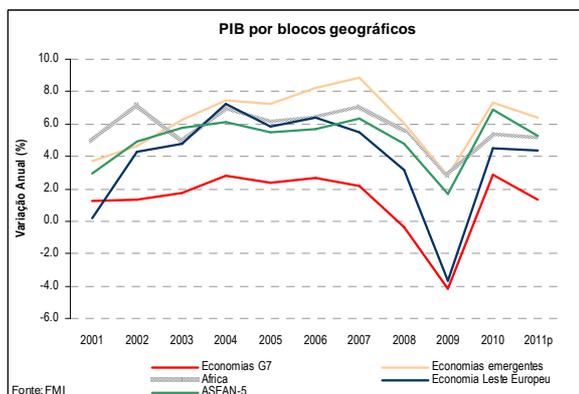
De facto, à saída de 2011, tornava-se evidente algum alargamento das divergências de comportamento em relação às principais economias desenvolvidas, ou seja, de uma atividade económica europeia não surpreendentemente debilitada pelos acontecimentos em torno da dívida dos seus governos, em contraposição a um economia norte-americana relativamente impermeável a esses eventos, mostrando uma forte resiliência e acentuando o tom da



recuperação económica nos últimos meses do ano, designadamente na atividade industrial e no mercado de trabalho.



PIB e Output Gap



Comparação de PIB

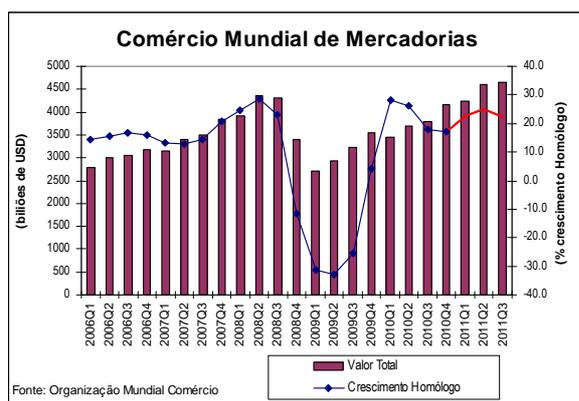
Comércio Mundial

Apesar de algum recuo no crescimento económico e do desastre natural do Japão ter condicionado temporariamente o normal circuito de produção e distribuição mundial, o comércio internacional de mercadorias manteve-se muito forte em 2011. De acordo com a Organização Mundial do Comércio, ter-se-á observado um crescimento nas trocas de mercadorias de cerca de 19.1% face a 2010, o que compara com um registo não muito superior de 21.9% no ano anterior. Desta forma, nos últimos trimestres de 2011, os níveis absolutos de comércio voltaram a subir acima do pico de 2008, atingindo máximos históricos.

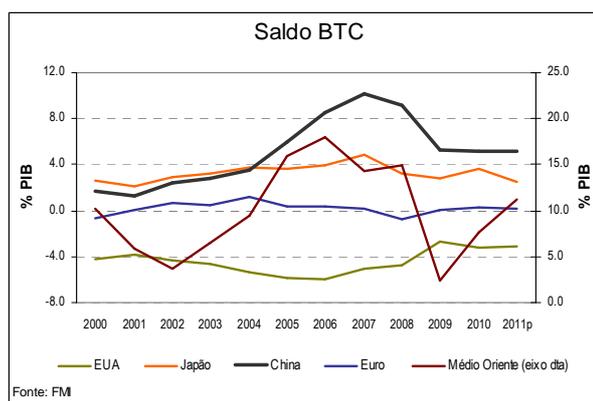
Assim sendo, com exceção do Japão, cuja estrutura produtiva demorou algum tempo a ser reatada depois dos enormes estragos provocados pelo terramoto/maremoto de março, os restantes países de características eminentemente exportadoras foram mais beneficiados, mantendo taxas de crescimento robustas. Terá sido esse o caso da Alemanha, que, mesmo num ambiente adverso provocado pela crise europeia, manteve um crescimento intenso sobretudo durante a primeira metade do ano. Também os EUA beneficiaram da trajetória favorável do comércio mundial, tirando partido do contínuo movimento de depreciação da sua moeda, designadamente contra as moedas asiáticas, que continuaram a ser afetadas por fluxos de capital oriundos do exterior.

O impacto destes movimentos não produziu, no entanto, grandes alterações ao perfil da balança de transações correntes das principais economias, evidenciando assim os tradicionais desequilíbrios. Os EUA permanecem amplamente deficitários (-3.1%), enquanto do outro lado, a China aparece ainda com um elevado superávit (5.2%). A Europa, com a Alemanha a liderar, consegue manter-se em território neutral (+0.1%).

Nos países exportadores de petróleo, um reequilíbrio em alta do preço desta matéria-prima ao longo do ano motivou um alargamento do superávit na balança de transações correntes para valores novamente acima dos 2 dígitos (+11.2%).



Comércio Mundial de Mercadorias

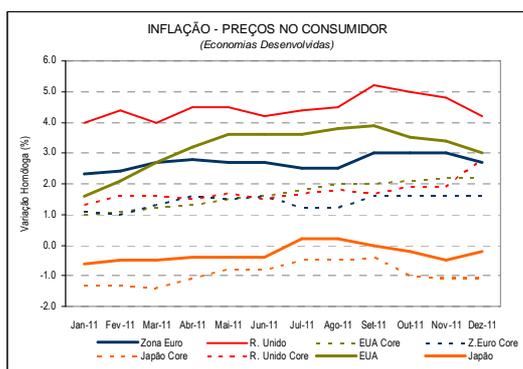


Balança de Transações Correntes

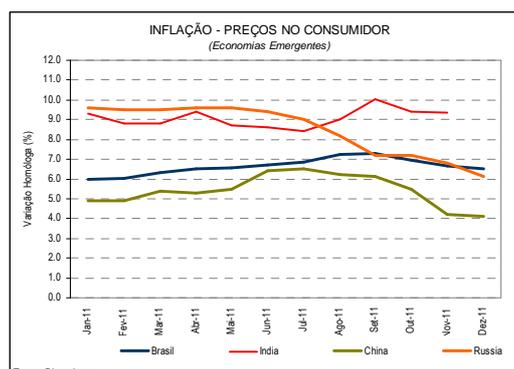
Inflação

O comportamento da inflação ao longo do ano caracterizou-se por alguma volatilidade, subindo no primeiro semestre, mas moderando significativamente no segundo. O movimento de alta nos primeiros seis meses decorreu da subida do preço do petróleo nesse período e ainda de efeitos base positivos motivados por valores baixos desta matéria-prima na primeira metade de 2010 e, para algumas economias em particular, do aumento de impostos administrativos associados à política de austeridade seguida, como foi o caso dos países da Zona Euro e Reino Unido. Na 2ª metade, no entanto, assistiu-se não só a um progressivo desvanecimento destes efeitos base, como também a uma descida expressiva no preço de alguns alimentos, como o trigo e a soja, o que veio a resultar num movimento descendente para níveis mais equilibrados. Mais importante, no entanto, a inflação core, manteve-se relativamente contida em quase todas as economias desenvolvidas, num contexto de uma fraca recuperação económica, taxas de desemprego relativamente elevadas e de crescimento muito contido dos salários. Mais uma vez, o Japão e o Reino Unido constituíram exceções dado que, no primeiro caso, o regime de deflação parece duradouro e estrutural, enquanto que no segundo caso, o fenómeno recolhe contribuições mais específicas da política fiscal seguida e de alguma resiliência das margens das empresas num ambiente de menor procura. Não obstante, no final do ano, eram já evidentes os sinais de desaceleração da inflação em todos os blocos, com expectativas redobradas na Zona Euro devido à entrada em contração no 4º trimestre.

Nos países emergentes, ao invés, as pressões inflacionistas continuam a ser alvo de preocupação por parte das autoridades monetárias, ainda que alguma moderação tenha ocorrido nos últimos meses do ano. Os sinais de sobreaquecimento económico continuam presentes e a especulação imobiliária é uma questão central, sobretudo nas principais cidades chinesas.



Inflação Países Desenvolvidos



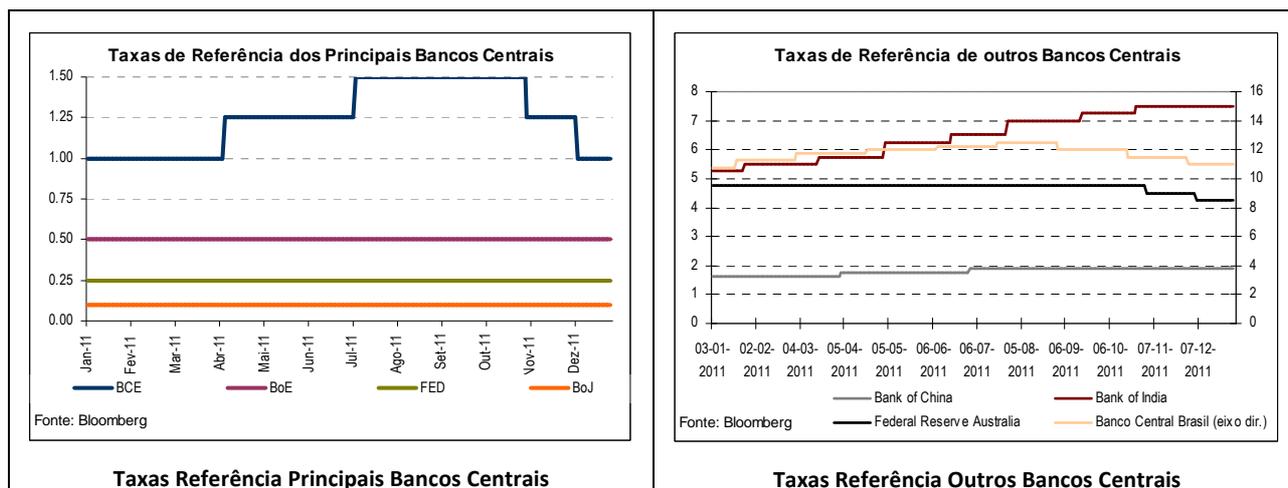
Inflação Países Emergentes

Bancos Centrais

Tal como já havia ocorrido no ano anterior, também em 2011 a atuação dos principais bancos centrais continuou marcada pelo reforço da expansão monetária. Nos EUA, Reino Unido e Japão novos programas de *Quantitative Easing* ou de *Credit Easing* foram lançados, com as taxas a manterem-se em níveis excecionalmente baixos, no sentido de fomentar o crescimento, demasiado lento e pouco sustentado para as expectativas criadas. A principal novidade consistiu na atuação do BCE que, após a intensificação da crise soberana e a saída de Jean Claude Trichet do cargo de governador, tem vindo a assumir uma postura mais ativa, não só pela descida das taxas de intervenção, a partir de metade do ano, como também através do aprofundamento de operações de concessão de liquidez aos bancos, permitindo moderar as tensões no mercado monetário interbancário e aliviar fenómenos de risco sistémicos. De facto, o debate sobre o papel do BCE numa altura tão crucial para a Europa está longe de estar finalizado, com alguns a defender intervenções ilimitadas, enquanto o eixo alemão permanece mais duro na defesa dos tratados e do mandato de defesa da estabilidade de preços como único objetivo de atuação.

Nos blocos emergentes, verificaram-se movimentos contrários, com a China e Índia a prolongarem a contração monetária de forma a conter a inflação, enquanto outros bancos centrais como o Brasil iniciaram na segunda metade do ano um movimento de descida de taxas atendendo ao potencial de enfraquecimento económico decorrente de eventuais efeitos de contágio da Europa para o resto do mundo.

Apesar de nos EUA a orientação sobre a trajetória futura das taxas de juro indicar que o próximo movimento de contração monetária só deverá ocorrer em finais de 2014, e de não existir nas restantes autoridades monetárias qualquer sinal próximo de início de remoção de acomodação monetária, um crescimento económico um pouco mais forte do que o verificado até aqui poderá desencadear mais cedo do que o previsto a necessidade de alteração da linguagem acomodatória que tem caracterizado a política monetária nos últimos anos e que, através da abundância de liquidez propiciada, poderá desencadear no futuro próximo fenómenos de inflação atípicos e indesejáveis.



ZONA EURO

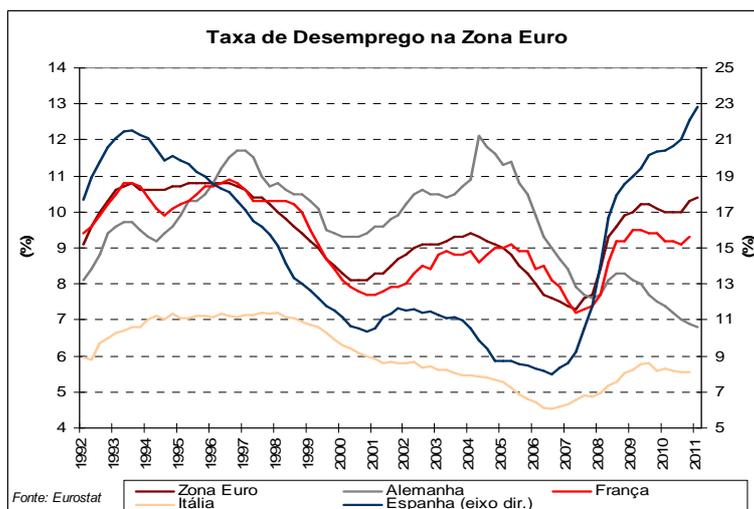
Depois do ano de 2010 ter já ficado marcado pelos acontecimentos em torno da crise da dívida soberana na Zona Euro, pelo anúncio de fortes medidas de contração fiscal adotadas pelo vários países e, em consequência, pelo desencadear de um impacto negativo sobre o crescimento da região, aumentando por sua vez o grau de incerteza quanto à resiliência da economia num contexto de continuação de recuperação de atividade no resto do mundo, verificamos que o ano de 2011 acabou por se constituir como um prolongamento do ano anterior. Ao longo do ano, os dados do PIB para a economia da Zona Euro refletiram um claro abrandamento da economia que viria em alguns países a entrar em recessão no último trimestre do ano. Um contexto de depressão foi sobretudo sentido em países periféricos, como Portugal e Grécia, mas a forte desaceleração foi também evidente nos países core, com particular destaque para a Itália e a França. Ainda assim, na desagregação da despesa observam-se alguns sinais algo encorajadores, como alguma resiliência demonstrada pelo consumo privado e o bom desempenho das exportações, que minimizaram o cenário da crise das finanças públicas. No geral, o ano de 2011 ficou marcado por um crescimento moderado da economia, com o PIB a crescer cerca de 1.5%, tendo este sido impulsionado sobretudo pelas exportações.

Componentes PIB (Ótica da Despesa)	Estrutura PIB 2011	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2011	Média 1995-2009
		2009	2010	2011	2011	2011	2011	2011		
					Q1	Q2	Q3	Q4		
Consumo Privado	57.6%	-1.2	0.9	0.2	0.9	0.3	0.3	-0.6	0.1	1.7
Gastos Públicos	22.0%	2.6	0.5	0.1	0.4	0.3	0.0	-0.3	0.0	1.9
FBCF	19.2%	-12.1	-0.5	1.4	3.5	1.5	1.0	0.6	0.3	1.6
Exportações	41.0%	-12.7	11.3	6.1	9.9	6.3	5.5	3.6	1.2	5.1
Importações	-39.7%	-11.7	9.6	3.9	8.1	4.2	3.3	0.6		5.1
PIB Real	100.00%	-4.2	1.9	1.5	2.4	1.6	1.3	0.7	1.5	1.8

Fonte: Eurostat

PIB Zona Euro 2011 por componentes (Ótica da Despesa)

Em 2011, o consumo privado não teve um desempenho robusto. Contudo, registou uma taxa de crescimento saudável tendo contribuído positivamente para a expansão do produto. No entanto, o comportamento do consumo privado evoluiu de forma pouca animadora principalmente no virar do ano, por via de uma confiança dos consumidores particularmente penalizada pelos efeitos recessivos da consolidação fiscal em curso e da continuação da instabilidade no mercado laboral.



Evolução da Taxa de Desemprego na Zona Euro

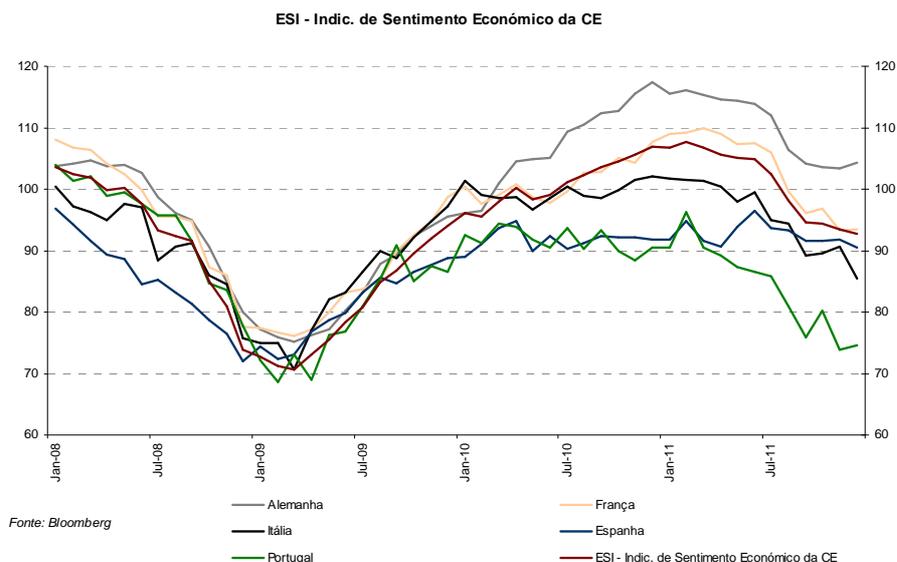
Depois de se ter verificado uma estabilização da taxa de desemprego em torno dos 10% no ano de 2010, com o ritmo de deterioração a ser muito mais lento do que no ano anterior, o ano de 2011 ficou marcado pela deterioração adicional do mercado de trabalho com a taxa de desemprego a acelerar, atingindo assim os 10.4% no final do ano. Contudo, é importante salientar que a evolução da taxa de desemprego foi distinta nos diversos países da Zona Euro, registando-se a continuação da degradação do mercado de trabalho nos países da periferia, o que contrasta com a recuperação/estabilização evidente da Alemanha.

Adicionalmente, as indicações menos negativas registadas em alguns indicadores da Zona Euro devem ser relativizadas, devendo-se predominantemente à Alemanha, constatando-se que também a França começa a dar sinais de se distanciar negativamente da economia germânica.

Apesar de o ritmo de expansão ter vindo a desacelerar ao longo do ano, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou uma expansão moderada, em torno do crescimento médio do produto. Esta desaceleração do ritmo de expansão fica a dever-se à debilidade da economia da Zona Euro aliada à enorme instabilidade e incerteza que se faz sentir. Apesar dos bons resultados empresariais apresentados, estes foram moderando no decurso do ano o que, em conjunto com a desaceleração do setor transformador e o ambiente de incerteza sentido, fizeram com que os empresários adiassem os seus projetos de investimento.

As exportações líquidas também desaceleraram ao longo de 2011, vislumbrando-se uma diminuição do ritmo de crescimento quer nas exportações quer nas importações. A procura externa líquida foi, ainda assim, o principal impulsionador de crescimento da região, explicando 80% da evolução do produto, num quadro de consumo privado ainda fragilizado e de continuação da recuperação do comércio internacional.

Um dos aspetos mais salientes do comportamento económico na Europa, já de alguma forma acima evidenciado na análise da taxa de desemprego, foi o aumento da divergência de crescimento entre os países da Zona Euro. Em 2011, não só se verificou uma trajetória de descida muito acentuada do sentimento dos agentes económicos, com os níveis a atingirem mínimos dos últimos 2 anos, como a análise por geografias permite constatar que as principais quedas se verificam nos países mais fragilizados pela sua situação de finanças públicas e que por isso tiveram de implementar medidas de austeridade mais duras e penalizadoras para a confiança. Nesse sentido, destacam-se os países periféricos que, desde o início do ano, desenham uma tendência abrupta de descida, que foi corroendo gradualmente as economias mais fortes, que viriam na segunda metade do ano a acompanhar a trajetória descendente. Neste campo, destaca-se de sobremaneira a grande discrepância dos vários países face à Alemanha, que apesar de ter visto uma quebra da confiança dos agentes económicos generalizada nos vários segmentos da atividade, se manteve em níveis elevados. Esta deterioração progressiva do sentimento na Europa foi sobretudo sentida nos setores que afetam o consumo das famílias, destacando-se pela positiva a estabilização verificada no setor industrial e a ligeira melhoria produzida no indicador que mede o clima dos negócios nos últimos meses do ano.



Evolução do Indicador de Sentimento Económico da CE

Ao longo do ano de 2011 verificou-se um aumento das pressões inflacionistas na Zona Euro, com a taxa de inflação a chegar a 3% em setembro. Esta aceleração da inflação deveu-se a efeitos base positivos decorrentes do aumento dos preços da energia, bem como do aumento dos preços das matérias-primas.

Uma vez que a taxa de inflação acentuou o ritmo de aumento, o Banco Central Europeu (BCE) viu-se obrigado no início do ano, e ainda na ausência de grande *stress* financeiro, a subir a taxa de juro de referência de forma a adereçar os riscos à estabilidade de preços no médio prazo, ancorando as expectativas de inflação abaixo, mas perto, de 2% evitando, desta forma, efeitos de segunda ordem por influência do crescimento salarial. A primeira subida foi em abril, seguindo-se uma outra em julho, mantendo a referência à continuação de uma monitorização muito apertada dos riscos para a estabilidade de preços.

Contudo, em novembro e em dezembro, perante os sinais evidentes de aumento do risco sistémico na região, o BCE (agora sob a presidência de Mário Draghi) reorientou a sua política monetária para um registo claramente mais acomodatório do que aquele que existia na vigência de Trichet, procedendo a novos recuos nas taxas justificados pela estimativa de um valor de inflação inferior a 2% no curso do ano de 2012 e alegando, adicionalmente, que a manutenção da taxa no nível anterior acentuaria o efeito em baixa nos salários e preços. No final do ano, o BCE anunciou ainda a adoção de novas medidas não convencionais de suporte ao sistema bancário, fornecendo liquidez a mais longo prazo e alargando o leque de ativos aceites pelo BCE como colateral dos instrumentos de liquidez. Esta atuação do BCE centrou-se na estabilização das condições do mercado monetário, garantindo liquidez ao sistema bancário por um período de tempo mais longo e aliviando a tensão nos momentos de renovação das operações de refinanciamento.

EUA

A maior economia do mundo teve em 2011, um ano de crescimento muito moderado de 1.7% prosseguindo a recuperação a um ritmo muito lento e gradual, o que veio a motivar medidas monetárias adicionais de estímulo ao crescimento económico. Ainda assim, apesar de ter visto a atividade afetada no primeiro semestre pelos acontecimentos externos no Japão, e de algumas dúvidas sobre a sustentabilidade da recuperação terem pairado em meados do ano, a economia acabaria por reagir na sua última metade de forma muito positiva, demonstrando uma certa imunidade à crise da dívida na Europa, reavivando o crescimento da sua atividade industrial e denotando francas melhorias no mercado de trabalho nos últimos meses do ano.

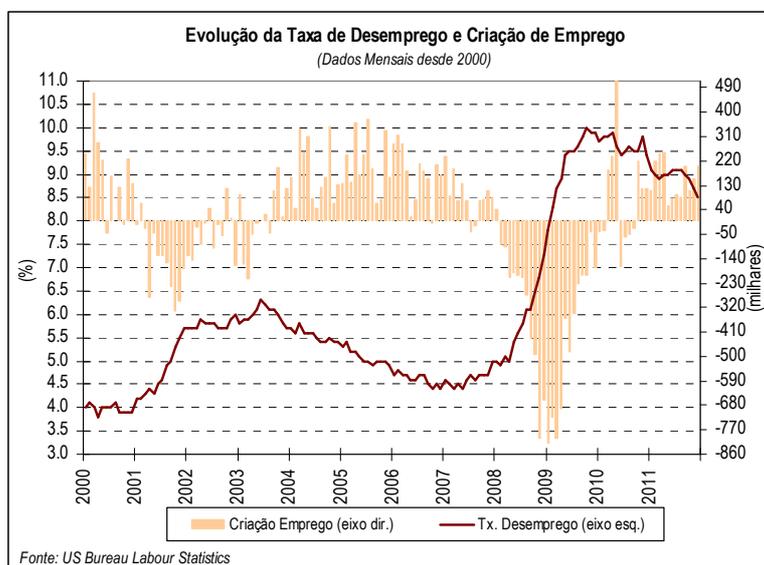
Componentes PIB (Ótica da Despesa)	Estrutura PIB 2011	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos PIB 2011	Média desde 1995
		2009	2010	2011	2011 Q1	2011 Q2	2011 Q3	2011 Q4		
Consumo Privado	70.6%	-1.9	2.0	2.2	2.8	2.2	2.0	1.6	1.53 p.p.	2.9
Gastos Públicos	20.5%	1.7	0.7	-2.1	-1.1	-2.2	-2.4	-2.9	-0.45 p.p.	2.0
Investimento não Resid.	9.6%	-25.0	17.9	4.7	10.0	8.0	9.1	7.3	0.82 p.p.	4.5
Varição Stocks	0.5%	-17.9	4.4	8.6	-	-	-	-	-0.20 p.p.	-
Investimento Residencial	2.3%	-22.2	-4.3	-1.4	-2.9	-6.8	1.3	3.3	-0.03 p.p.	0.5
Exportações	12.5%	-9.4	11.3	6.8	8.9	7.3	6.0	5.2	0.88 p.p.	5.4
Importações	-16.0%	-13.6	12.5	5.0	9.6	4.8	2.1	3.8	-0.82 p.p.	6.2
PIB Real	100.00%	-3.5	3.0	1.7	2.2	1.6	1.5	1.6	1.7	2.5

Fonte: BEA (Bureau Economic Analysis)

PIB EUA 2011 por componentes (Ótica da Despesa)

Em 2011, o consumo privado acelerou ligeiramente face ao ano anterior, crescendo 2.2%. Este ritmo, inferior ao crescimento médio histórico, reflete a continuação de uma elevada taxa de desemprego e níveis de confiança relativamente deprimidos, em razão do clima de incerteza e de forte volatilidade nos mercados financeiros que marcou parte do ano que passou. Ainda assim, o consumo das famílias terá sido de alguma forma beneficiado por um certo reequilíbrio no consumo de bens duradouros, com especial destaque para um novo ímpeto na indústria automóvel, que atingiu no último trimestre níveis de vendas idênticos aos verificados antes do despoletar da crise de 2008. Neste sentido, a previsível desalavancagem das famílias não se estará a processar ao ritmo estimado, até porque o rendimento disponível real apenas cresceu 0.9%, o que motivou uma redução da taxa de poupança de 5.3% em 2010 para 4.4% em 2011.

O mercado de trabalho registou alguma dinâmica no decurso do ano, ganhando uma expressão mais visível na sua segunda metade, ainda que o ritmo de criação de postos de trabalho continue a ser considerado mais lento do que seria desejável para absorver a população que regressa à procura ativa de emprego. A taxa de desemprego, recuando de níveis historicamente elevados acabou o ano num patamar alto, em torno de 8.5%, muito acima da taxa de desemprego de longo prazo que ronda os 5.5%.



Evolução da Taxa de Desemprego e Criação de Emprego EUA

Também o investimento das empresas contribuiu positivamente para a sustentabilidade da recuperação, beneficiando de estímulos fiscais ao investimento, por um lado, e do excesso de *cash* disponível por parte das empresas, que registaram aumentos de lucros significativos, ainda que a um ritmo muito inferior ao de 2010. O investimento residencial, até há pouco tempo extremamente debilitado pelo excesso de casas no mercado por

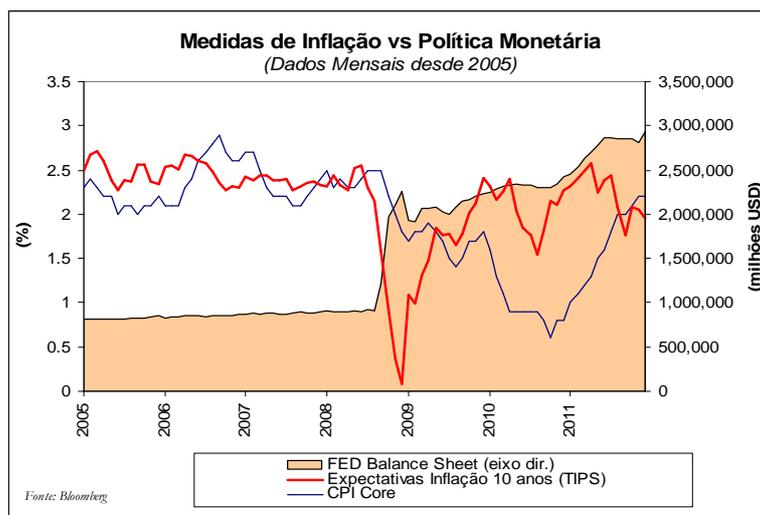
vender, refletindo ainda os problemas ocasionados pelo esvaziar da bolha imobiliária de 2008, apresentou alguns sinais de recuperação sobretudo no final do ano, ainda que os preços das casas não tenham ainda invertido a sua trajetória descendente.

A contribuição da procura externa líquida foi positiva, com os EUA a capitalizarem o investimento numa moeda fraca que tem rendido, em conjunto com a excelente dinâmica da procura por parte dos países emergentes, uma boa performance das exportações, perante níveis de importações ainda moderados.

O consumo público revelou-se um contribuidor negativo para o produto, contraindo 2.1%. Tal é o resultado da continuada consolidação das finanças públicas a nível local e regional, e que se seguirá nos próximos anos no governo federal. Um dos aspetos mais marcantes deste ano foi mesmo a necessidade de elevação do teto da dívida pública, e a falta de entendimento do Congresso/Senado quanto à forma de proceder à consolidação nos próximos 10 anos.

Neste ambiente de crescimento económico modesto, a trajetória do crescimento dos preços foi relativamente contida. O CPI Geral encetou um movimento de subida até meados do ano, devido a efeitos base positivos, registando na segunda metade a trajetória contrária, associada ao progressivo desvanecimento desses fatores nas componentes de energia e alimentação. A componente que exclui estas variáveis mais voláteis registou um percurso de normalização progressivo dos 1.0% com que iniciou o ano para 2.2% no seu final. Esta subida não traduz pressões inflacionistas, mas antes algum reequilíbrio em algumas rubricas que apareciam com crescimentos muito contidos no ano anterior, com especial destaque para a componente habitacional dos preços. A continuação de um crescimento contido dos salários, alguma estabilização nos preços de alimentação e no preço do petróleo, em conjunto com uma atividade económica modesta ajudavam a uma visão relativamente benigna para a inflação à entrada para 2012, comprovada com níveis estáveis e contidos nas expectativas de inflação preçadas pelo mercado.

A perceção de que o crescimento económico deverá continuar brando nos próximos anos, de descida previsível muito gradual da taxa de desemprego, da necessidade do país começar um processo necessário de consolidação orçamental, em conjugação com falta de pressões inflacionistas, conduziu os responsáveis monetários para novas decisões de acomodação monetária, como forma de estimular ainda mais o crescimento económico. Assim, ao 2º programa de compras de ativos por parte da Reserva Federal Americana (o denominado QE2), que consistiu na compra de 600 mil milhões de dólares de títulos do tesouro norte-americano entre novembro de 2010 e junho de 2011, seguiu-se uma nova operação (denominada de Operação Twist) que prevê a extensão da maturidade dos títulos detidos no balanço da SOMA, através da compra, até julho de 2012, de \$400 biliões em obrigações do tesouro com maturidades entre 6 e 30 anos, vendendo em igual montante obrigações de maturidade inferior a 3 anos. Na mesma altura ficou igualmente decidido o reinvestimento do reembolso do principal de *agency debt* e de *agency MBS* em *Agency MBS* e não em títulos do tesouro de longo-prazo, como tinha sido prática no último ano.



Evolução do Balanço da FED e Medidas de Inflação EUA

Apesar dos sinais de aceleração económica se terem intensificado no final do ano, a FED mantinha um discurso altamente acomodaticio, identificando finais de 2014 como o primeiro momento de contração monetária, naquilo que representou na prática uma nova medida expansionista, inserida nas novas orientações de comunicação da autoridade monetária.

JAPÃO

Apesar da atividade económica nos Estados Unidos e na Europa ter sido pautada pela continuação da recuperação, ainda que a ritmos distintos, a situação económica no Japão foi em 2011 um caso particular, associada aos trágicos acontecimentos que afetaram o nordeste do país em 11 de março. O terramoto seguido de maremoto, para além do lastro de destruição de importantes estruturas produtivas, fez pairar durante algum tempo a dúvida sobre um acidente nuclear com características imprevisíveis na central nuclear de Fukushima, relativamente perto de Tóquio. Em termos económicos, estes eventos geraram interrupções produtivas e na cadeia de distribuição, tendo um reflexo substancial no comércio externo, para além da descida significativa nos índices de confiança dos agentes económicos nos meses que se lhe seguiram.

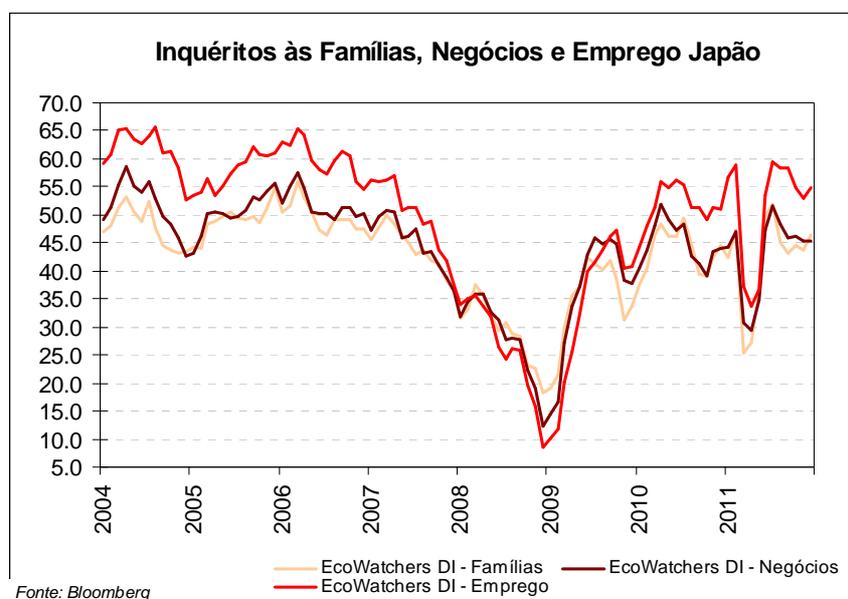
Neste contexto, a economia nipónica registou uma contração anual do seu produto de cerca de 0.7%, sendo penalizada sobretudo pela queda do investimento público e do comércio com o exterior.

Componentes PIB (Óptica da Despesa)	Estrutura PIB 2011	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2011	Média 1995-2010
		2009 CY	2010 CY	2011 CY	2011 1Q	2011 2Q	2011 3Q	2011 4Q		
Consumo Privado	60.4%	-0.7	2.6	0.0	-0.5	-0.4	0.5	0.6	0.0 p.p	0.9
Gastos Públicos	20.7%	2.3	2.1	2.1	2.6	2.0	1.9	1.9	0.4 p.p	2.1
Investimento Residencial	2.1%	-16.6	-4.3	5.1	7.0	3.1	7.8	2.9	0.1 p.p	-3.8
Investimento Não Residencial	13.1%	-14.3	0.5	0.3	3.3	-1.5	-2.3	4.6	0.0 p.p	0.6
Investimento Público	4.6%	7.0	0.4	-3.9	-12.9	1.5	-0.2	0.0	-0.2 p.p	-3.9
Exportações	15.3%	-24.2	24.2	0.0	6.4	-5.5	1.2	-1.7	0.0 p.p	4.3
Importações	-16.1%	-15.7	11.1	5.9	9.2	3.5	5.3	5.7	-0.8 p.p	3.2
PIB Real	100%	-5.5	4.4	-0.7	-0.3	-1.7	-0.4	-0.6	-0.7	0.7

Fonte: Japan ESR (Economic and Social Research Institute)

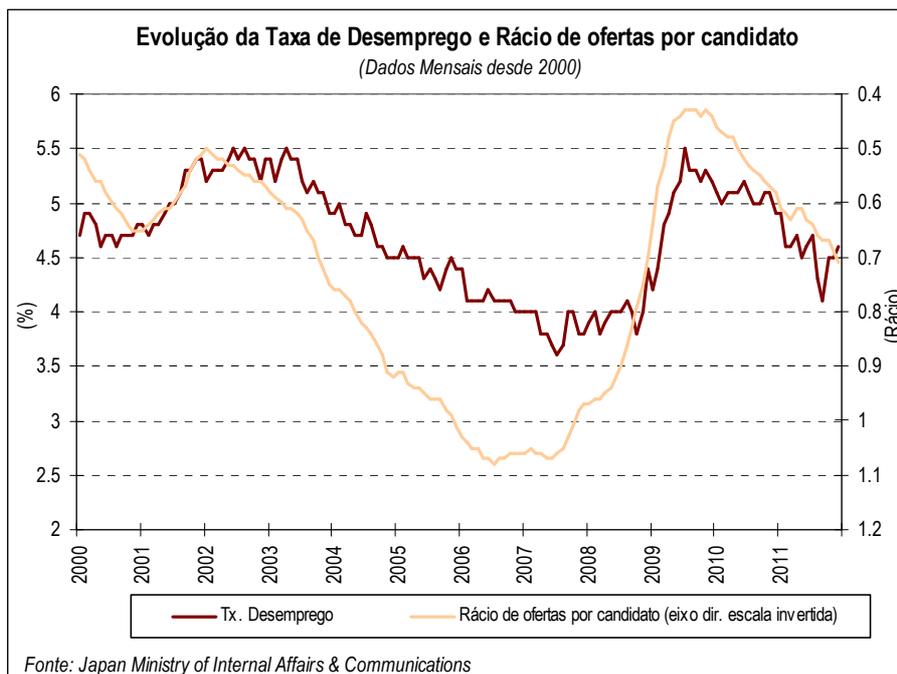
PIB Japão 2011 por componentes (Ótica da Despesa)

O consumo privado japonês foi extremamente penalizado no decorrer do primeiro semestre, atendendo ao efeito do terramoto. As famílias que já estavam a ajustar a sua propensão ao consumo devido ao fim dos estímulos fiscais de 2010, baixaram os seus níveis de confiança por força da incerteza económica gerada pelos acontecimentos, facto que desencadeou uma forte retração do consumo na primeira metade do ano. Depois disso, o percurso de progressiva normalização da situação motivou o reaparecimento das compras no segundo semestre, apesar de a um ritmo brando, dada a ausência de força no mercado de trabalho, por um lado, e a continuação de estímulos ao consumo que resulta da contínua deflação que o país estruturalmente vive, por outro lado.



Evolução dos Inquéritos às Famílias, Negócios e Emprego no Japão

Durante o ano, e apesar das paragens produtivas e da contração económica, a taxa de desemprego observou um percurso de ligeira baixa posicionando-se no final do ano em torno dos 4.6%. Parte da explicação para este fenómeno paradoxal parece encontrar-se no envelhecimento da população e na conseqüente saída líquida de pessoas da população ativa. Aliás, num ano em que o investimento empresarial cresceu apenas 0.3%, as intenções de contratação mantêm-se em níveis relativamente baixos, características de um mercado sem grandes perspectivas de crescimento do qual resultam crescimentos salariais incipientes.



Evolução da Taxa de Desemprego e Rácio “ofertas por candidato” Japão

Com a procura interna débil, a “válvula de escape” da economia japonesa jaz tradicionalmente na força da sua componente exportadora que, em 2011, apareceu francamente diminuída pelo terramoto de março, por alguma desaceleração económica nos países vizinhos, pelas cheias que assolaram a Tailândia no último mês do ano e, ainda, pelo movimento de apreciação da taxa de câmbio efetiva do JPY em cerca de 6%. As exportações registaram um crescimento nulo, enquanto que as importações cresceram 5.9%, facto que veio a resultar numa contribuição líquida negativa para o produto de 0.8 p.p.

Neste contexto de enorme fragilidade económica, apreciação do JPY, riscos em baixa para o crescimento motivados pela crise na Europa e ainda de ausência de pressões pelo lado dos preços, o Banco Central do Japão (BoJ) manteve durante todo o ano o reforço de um posicionamento acomodatório, com a manutenção da taxa de juro de referência num nível virtualmente de zero, reforçando as operações especiais de cedência de liquidez de 30 milhões de milhões (MM) para 35 MM de ienes e o seu programa de compra de ativos de 5 MM para 20 MM de ienes.

REINO UNIDO

Depois do ano de 2010 ter sido caracterizado pela confirmação da recuperação da economia britânica, ainda que mais tímida do que era esperado, o ano de 2011 ficou marcado pela continuação de uma evolução muito ténue da atividade económica. Durante este período retêm-se dados de atividade muito fracos em comparação com o ano de 2010, lançando dúvidas sobre a sustentabilidade da recuperação económica no Reino Unido, designadamente no que à procura interna diz respeito. A interpretação desta realidade à luz do atual posicionamento de política monetária deveria promover a continuação de um elevado grau de acomodação monetária, mas a constatação do forte aumento de preços tornou-se num dilema adicional para o MPC.

Componentes PIB (Ótica da Despesa)	Estrutura PIB 2011	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2011	Média 1995-2011
		2009	2010	2011	2011 Q1	2011 Q2	2011 Q3	2011 Q4		
Consumo Privado	60.5%	-3.5	1.3	-0.8	0.0	-1.2	-1.3	-0.6	-0.5 p.p	2.5
NPISH	2.4%	-3.5	1.3	-2.2	0.8	-1.7	-3.4	-4.1	-0.1 p.p	0.6
Gastos Públicos	22.8%	-0.1	1.5	0.3	0.2	0.0	-0.1	1.0	0.1 p.p	2.0
FBCF	15.1%	-13.2	2.6	-1.7	-2.8	0.9	-1.0	-3.7	-0.3 p.p	3.0
Exportações	30.7%	-9.4	7.4	4.8	11.3	4.3	2.9	1.1		4.3
Importações	-31.5%	-12.1	8.6	0.6	5.1	1.3	-1.4	-2.2	1.2 p.p	4.9
PIB Real	100.00%	-4.3	2.1	0.8	1.7	0.5	0.4	0.7	0.8	2.3

Fonte: ONS

PIB Reino Unido 2011 por componentes (Ótica da Despesa)

O consumo privado evoluiu de forma contrária ao ocorrido no ano anterior, contraindo mais do que o previsto, muito devido à continuação da erosão do rendimento disponível real das famílias, num contexto de crescimento de salários muito inferior ao crescimento dos preços, à evolução bastante desfavorável observada no aumento da taxa de desemprego, queda nos índices de confiança dos consumidores e continuação de austeridade fiscal.

Confiança Consumidores Reino Unido

(Dados mensais desde 2000)


Evolução da Confiança dos Consumidores no Reino Unido

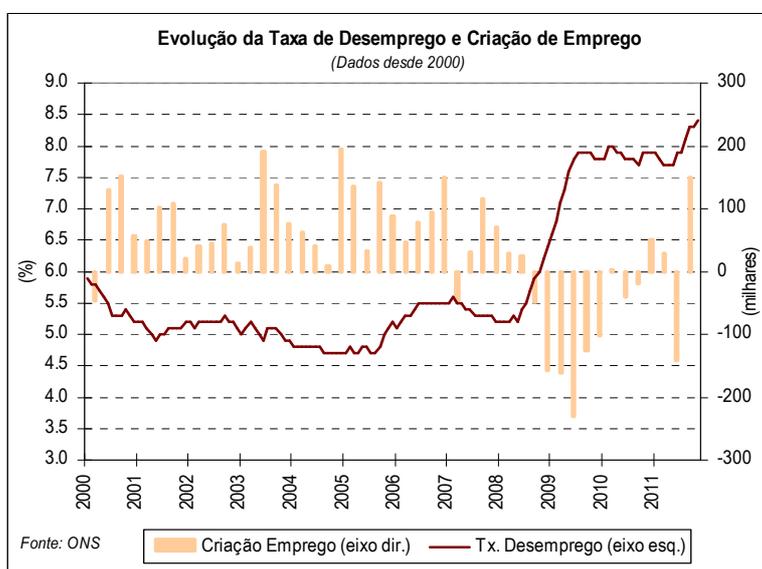
Em termos globais, verificamos que a confiança dos consumidores apresentou uma tendência de forte descida, depois da melhoria verificada nos primeiros meses do ano de 2011. No final do ano este indicador apresentou o valor mais baixo dos últimos 3 anos, ou seja, para valores apenas comparáveis com os meses da recessão de 2008/2009. Em termos de situação esta análise revela a enorme fragilidade em que se encontrou a confiança das famílias, devido à ausência de fatores que apontassem para a recuperação económica e à incerteza quanto ao possível contágio da ZE.

A evolução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou também uma contração ao longo dos trimestres de 2011. Esta queda ficou a dever-se sobretudo às expectativas de crescimento económico mais baixas e à influência da crise de dívida na Europa, com repercussões muito negativas nos inquéritos de atividade das empresas.

A procura externa líquida contribuiu positivamente, uma vez que o crescimento das exportações se sobrepôs sempre ao das importações. Assim, com a recuperação da procura global, no primeiro trimestre assistiu-se ao crescimento das exportações, que foi acompanhado por um aumento a um ritmo superior das importações, a anular o efeito de substituição decorrente da depreciação da libra observado no ano anterior, sendo que nos

trimestres subsequentes se verificou um atenuar desta tendência. Deste modo, ao longo do ano esteve presente a preocupação sobretudo com os dados das exportações, uma vez que estes são certamente indissociáveis do forte abrandamento da economia europeia, e que se espera continuar a verificar na ausência de uma resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro.

Depois de em 2010 se ter verificado uma estabilização da taxa de desemprego, ainda que em valores elevados, ao longo de 2011 (e mais concretamente na segunda metade do ano) as condições de mercado de trabalho deterioraram-se adicionalmente com a taxa de desemprego a aumentar, acompanhada ainda pelo aumento do número de desempregados com direito a subsídio. A perda de dinâmica da economia não permitiu o regresso à contratação por parte do setor privado, enquanto o setor público continuou a perspetivada redução de efetivos. O número de postos de trabalho considerados redundantes aumentou expressivamente em 2011. Adicionalmente, o Reino Unido continua a enfrentar o risco da forte exposição à economia da Zona Euro, que poderá intensificar as consequências negativas já existentes para o setor financeiro e para as expectativas de empresários. Assim, o mercado de trabalho manteve-se condicionado pelo dinamismo contido da recuperação económica e pela capacidade do setor empresarial privado para absorver a mão de obra excedentária.



Evolução da Taxa de Desemprego no Reino Unido

O ano de 2011 ficou marcado ainda pelo aumento da taxa de inflação para valores muito acima do objetivo definido pelo Banco de Inglaterra em 2%, atingindo um pico em setembro em 5.2%. Na base destes aumentos está uma inflação *core* mais resistente à queda da procura interna, uma menor sensibilidade do cabaz a alterações da componente energética e uma subida de impostos indiretos promovida no regime de contração fiscal em que o país se encontra.

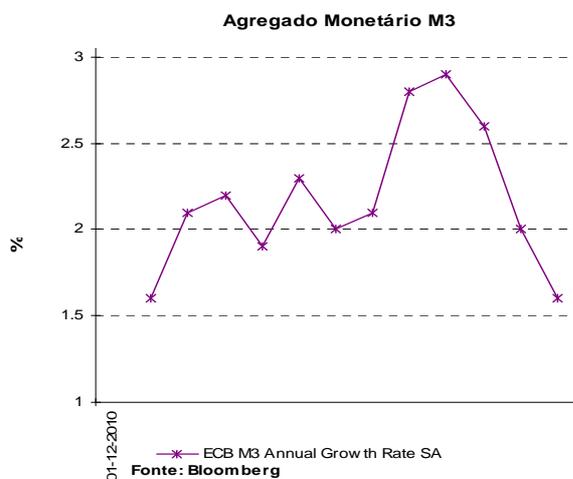
Apesar disso, o Comité de Política Monetária (MPC) não só manteve as taxas de juro de referência no mínimo histórico de 0.5%, como inclusive lançou no final do ano um novo programa de £75 biliões em compras de obrigações do tesouro, dando assim também suporte à política fiscal contracionista implementada pelo governo britânico, ao mesmo tempo que ajudam a criar condições para uma recuperação económica via procura externa. A justificação deste tipo de atuação é controversa, com a autoridade monetária a argumentar que o elevado nível de inflação verificado se ficou a dever a fatores temporários, e de que os efeitos de um crescimento muito contido dos salários, em conjugação com a existência de uma elevada folga no mercado de bens e serviços e no mercado de trabalho, deverão concorrer para um abaixamento pronunciado da inflação em 2012. À saída para o novo ano, era já notório algum desvanecimento dos efeitos temporários, restando dúvidas sobre se o nível de *output gap* negativo será de molde a permitir uma descida da inflação para níveis consistentes com o mandato do BoE.

XII.3.2. EVOLUÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

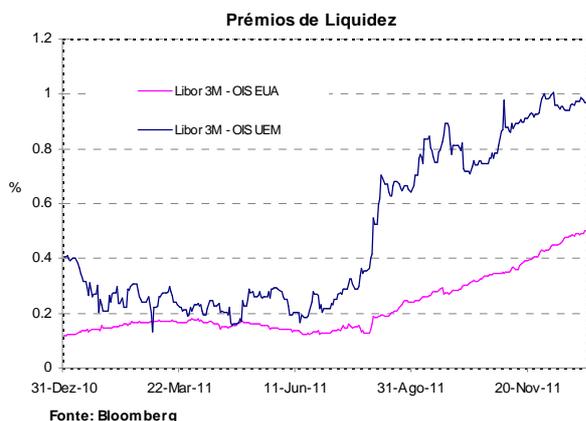
Mercado Monetário Europeu

A crise da dívida soberana europeia e o seu alastramento aos países da periferia da zona Euro (e respetivos setores financeiros) acabaram por marcar o ano de 2011, sendo os principais responsáveis pelo agravamento das condições do mercado monetário. Foi a combinação deste sentimento com a deterioração das perspetivas de crescimento global que conduziu à adoção/reforço de políticas monetárias expansionistas por parte dos diversos bancos centrais. No caso do BCE, destacam-se as operações extraordinárias de cedência de liquidez a várias maturidades (a um e pela primeira vez a três anos), assim como a reedição do programa de recompra de obrigações hipotecárias e o programa de compra de títulos governamentais. Durante o ano, em especial no último trimestre, foi também notória a escassez de fundos noutras moedas para além do euro, levando mesmo a uma operação de cedência de liquidez em US Dólares concertada entre vários bancos centrais (Fed, BoJ, SNB, BoE e BNC).

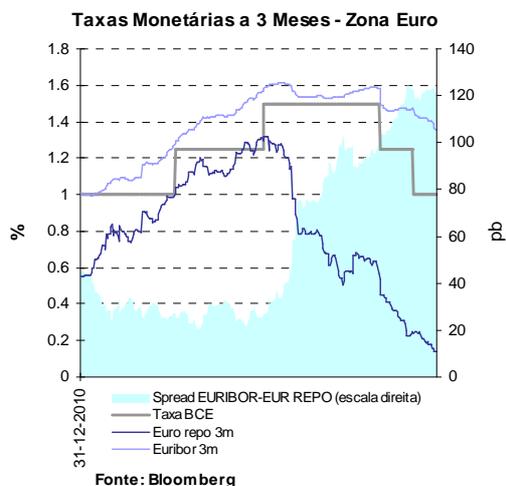
Em virtude deste clima de desconfiança assistimos a um aumento dos prémios de liquidez em virtude da redução da concessão de fundos entre instituições financeiras e à implementação de critérios mais exigentes ao nível de rácios de capital (core tier one de 9% até junho de 2012).



Apesar da volatilidade verificada, o agregado monetário M3 na zona Euro manteve-se praticamente inalterado durante o ano de 2011 (a taxa de crescimento homóloga durante o ano foi de -0.1%). Se por um lado a concessão de crédito aos setores governamentais e privados sustentou o indicador até agosto (a conjuntura financeira encorajou a procura de contrapartes centrais para a realização de transações seguras no mercado monetário), o agudizar do cenário de incerteza anulou por completo o movimento até então verificado, em especial nos empréstimos às administrações públicas (o crescimento diminuiu no último trimestre de 7% para -5,6%).



Também fruto das políticas monetárias expansionistas, as taxas de mercado monetário mantiveram-se pressionadas em baixa, com níveis de volatilidade bastante elevados, em especial depois de agosto, quando o nível de risco de crédito e liquidez medido pelo *spread* das taxas a 3m cresce de forma exponencial.



Desta forma o diferencial entre a Eonia e a taxa da operação principal de refinanciamento manteve-se negativo ao longo de 2011, que terminou com a taxa da facilidade permanente de depósito para 0.25% e as taxas das operações principais de refinanciamento e da facilidade permanente de cedência de liquidez para 1% e 1.75%, respetivamente. A EONIA refletiu também essa alteração, situando-se em 0.629% a 31 de dezembro.

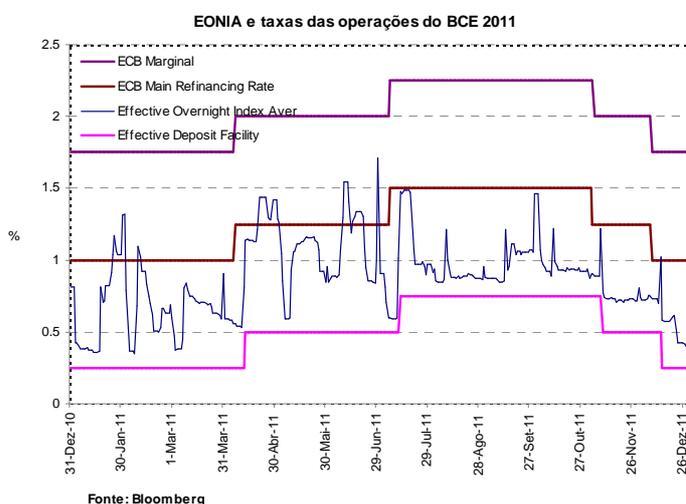
De referir que foi após a entrada de Mario Draghi como líder do BCE (outubro 2011) que foram adotadas um conjunto de medidas com vista ao aumento da liquidez no sistema financeiro. Para além da diminuição de taxas em 50pb, diminuição das exigências de margens e alargamento do universo de colaterais aceites, o BCE reintroduziu o LTRO (*Long Term Refinancing Operations*) a três anos, permitindo o acesso da banca europeia a EUR 489 mil milhões a taxas baixas.

Apesar de tudo as taxas de rendimento (*yields*) nos mercados de dívida soberanos continuaram a subir e foi sem grande surpresa que assistimos a um conjunto de corte de *ratings* de países na zona Euro. A tentativa de controlo efetuada pelo BCE passou por compras de títulos governamentais em mercado secundário e respetiva esterilização em operações de *open market*.

Nos EUA o ano terminou quase como começou, i.e., com grandes incertezas e também com elevada volatilidade. As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se em níveis (extraordinariamente) baixos, em resultado da atuação monetária acomodatória por parte da Fed: a Fed Funds Rate manteve-se no intervalo 0%-0,25% pelo terceiro ano consecutivo; um segundo pacote de *quantitative easing* (QE) injetou USD 600 mil milhões em liquidez no sistema financeiro e a operação *twist* alargou a maturidade da dívida no balanço do banco central.

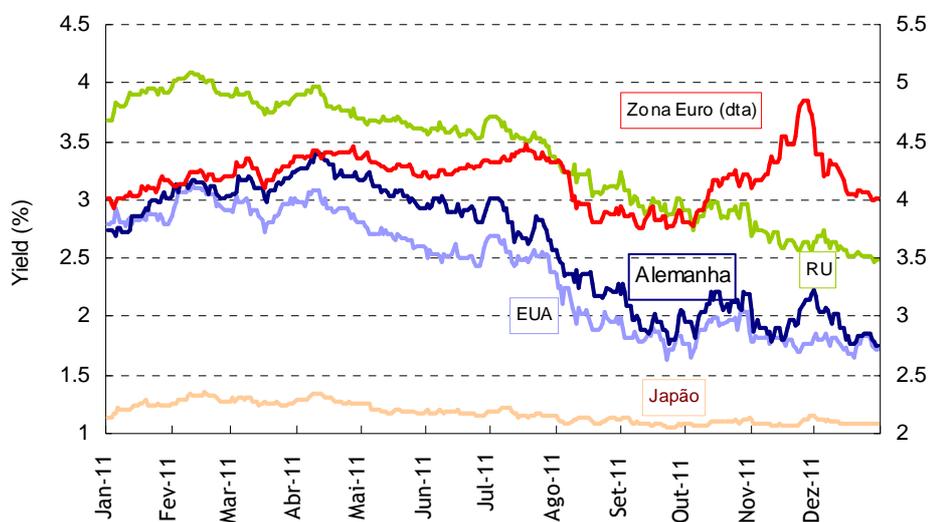
De notar que as taxas de juro implícitas nos preços dos contratos de futuros sobre a Euribor a 3 meses, refletiram menores expectativas quanto às taxas de política monetária, enquanto as volatilidades implícitas com prazos constantes calculadas a partir das opções dos contratos de futuros se mantiveram em níveis historicamente elevados nos últimos três meses, em particular, nos prazos mais curtos.

O excesso de liquidez no sistema decorrente do crescente recurso por parte da banca europeia às operações de cedência de liquidez (facilidade permanente de depósito), contribuiu para que também se verificassem níveis elevados de volatilidade na Eonia durante todo o ano.



Mercado de Dívida

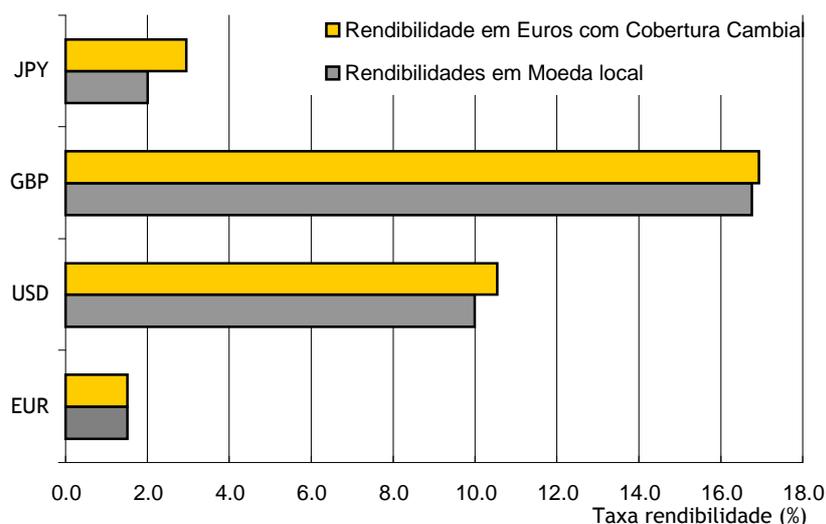
Os fatores que marcaram os mercados em 2011, particularmente os mercados de dívida, são recorrentes e terão tido a sua génese na crise financeira desencadeada nos EUA em 2008. Em virtude do grau de alavancagem que alguns emitentes começaram a apresentar, e num cenário de menor otimismo da economia a nível mundial (setor financeiro e alguns países da zona Euro), os investidores acabaram por se refugiar em ativos com menor risco, levando a um agravamento dos prémios de risco de alguns países da zona Euro (ZE). Adicionalmente, e em face da manutenção das taxas de referência e de políticas monetárias excecionalmente expansionistas por parte dos principais Bancos Centrais mundiais, as obrigações soberanas dos mercados mais líquidos e com melhor notação creditícia acabaram por registar performances em moeda local acima dos dois dígitos. A única exceção a esta postura de manutenção de política monetária foi o Banco Central Europeu, que, durante o primeiro trimestre, subiu em 50pb as taxas de referência na tentativa de controlar pressões inflacionistas, numa altura em que a economia mostrava sinais de algum dinamismo, embora tenha acabado por anular tais subidas, posteriormente, de modo a aliviar as pressões que entretanto se intensificaram na dívida soberana na ZE.



Fonte: Bloomberg

Evolução das taxas de rendimento 2011

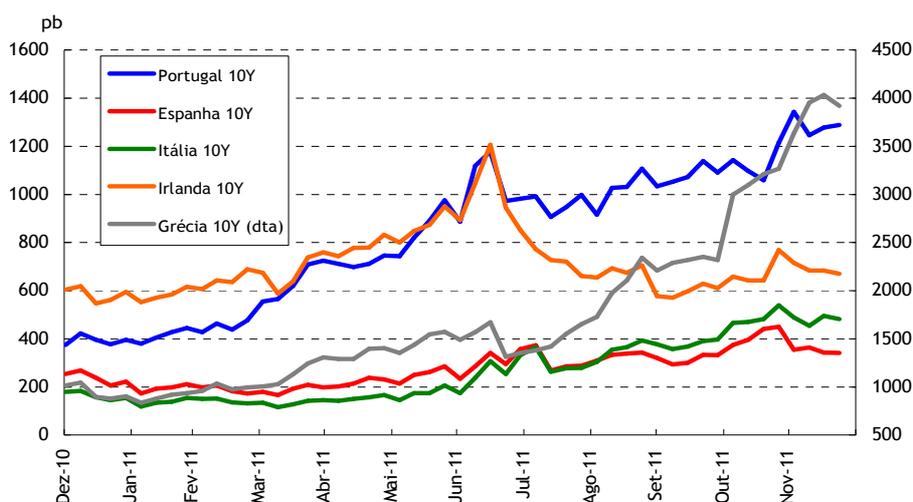
O início de 2011 parecia animador com as taxas de rendimento exigidas na dívida pública a registarem subidas nos principais blocos mundiais, mantendo a tendência observada desde setembro de 2010 altura em que atingiram níveis mínimos históricos. As taxas nos EUA foram as que registaram uma maior subida nesse período tendo o diferencial entre as taxas a 10 anos nos EUA e na ZE aumentado de -20 pb para cerca de 10 pb. Nesta fase as tensões dentro da dívida da ZE pareciam acalmar, devido ao dinamismo económico que a Alemanha e a restante ZE apresentavam e às expectativas existentes quanto a uma possível extensão do âmbito e da dotação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF). Os leilões da dívida em alguns mercados de dívida da periferia da ZE tiveram uma procura superior ao esperado, resultando igualmente num impacto positivo no sentimento do mercado. A dinâmica favorável foi ainda sustentada pela divulgação de dados económicos positivos nos EUA, que terão sido estimulados pelo prolongamento das isenções fiscais e extensão do subsídio de desemprego anunciados em finais de 2010. Ainda assim, apesar de todo este otimismo registado nos mercados, a dívida pública nacional manteve o diferencial das suas taxas face à Alemanha.



Rendibilidades dos Índices de Obrigações EFFAS

O sentimento de mercado em relação à dívida portuguesa parecia como que um prenúncio do que seria o resto de 2011. O momento de inversão foi precisamente em finais de março, altura em que se verificou uma reincidência das tensões nos mercados de dívida soberana da ZE, refletindo sobretudo as preocupações acerca do resultado das discussões sobre o EFSF. Este reacender dos riscos latentes no mercado, conjugado com as tensões políticas no Norte de África e no Médio Oriente, acabaram por desencadear um comportamento de aversão ao risco nos investidores, exercendo uma pressão descendente nas taxas de rendimento exigidas da dívida pública nos principais mercados de dívida da ZE, nos EUA e no Reino Unido. Esta descida das taxas, para além das incertezas causadas pela crise da dívida soberana na ZE, acabou por ser motivada também pelos fluxos para ativos seguros desencadeados pelo sismo e o acidente nuclear no Japão.

Adicionalmente, os dados económicos abaixo do esperado para a economia americana e asiática, fizeram antever cenários de uma nova recessão, gerando nova pressão sobre os mercados de dívida soberana na ZE que já se encontravam sob vigilância dos investidores, nomeadamente Bélgica, Itália e Espanha. A concretização do pedido de assistência de Portugal foi outro fator que suscitou o alargamento dos diferenciais nas taxas de rendimento exigidas da dívida europeia face à Alemanha. De salientar que ao longo deste período registaram-se ainda várias descidas na classificação atribuída pelas agências de notação à dívida soberana de alguns países da periferia, havendo ainda receios sobre a eventual reestruturação da dívida grega e a alteração da dimensão do EFSF. Este pessimismo que assolou o mercado de dívida europeu foi o suficiente para que o diferencial das taxas de rendimento exigidas entre a Alemanha e os EUA voltasse a ficar negativo, tendo inclusive o Reino Unido registado quedas das *yields* superiores às da Alemanha.



Fonte: Bloomberg

Diferenciais das taxas de rendimento face à Alemanha

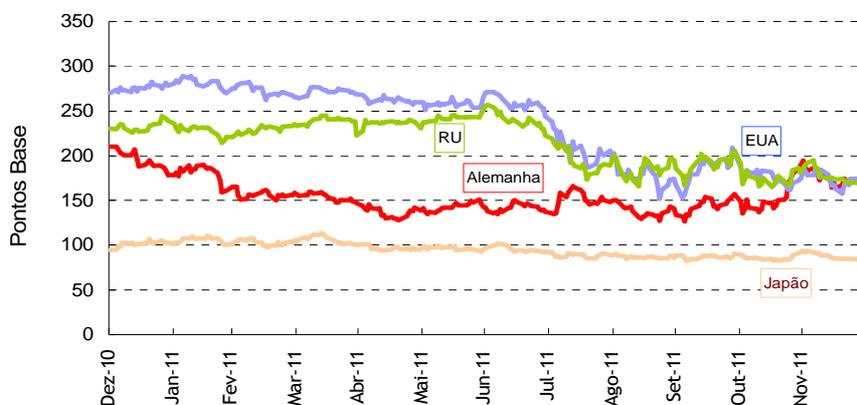
Foi a partir de inícios de julho que se verificou a maior aceleração da descida das taxas de rendimento das obrigações de dívida pública, sobretudo nas de longo prazo. Este movimento mais acentuado neste mercado ficou a dever-se ao início de uma nova fase na crise de dívida soberana na zona Euro, com o contágio da crise da dívida a países como Itália e Espanha.

Também a deterioração das perspetivas de crescimento económico mundial acabou por acentuar o aumento significativo de aversão ao risco por parte dos investidores, tendo beneficiado a dívida dos EUA, do Reino Unido e dos países com notação mais elevada na zona Euro, com destaque para a Alemanha, apesar da perda do estatuto de AAA da dívida dos EUA atribuído pela S&P. Ora, no seguimento desta instabilidade, induzida também em parte pela aproximação do limite de dívida do governo federal dos EUA, o BCE anunciou várias medidas de política monetária não convencionais (medidas de apoio ao financiamento bancário e reintrodução do programa de compras no mercado secundário de dívida pública (SMP)), que acabaram por, durante um certo período, mitigar o efeito de contágio à Itália e Espanha, embora também já se começara a sentir algumas repercussões deste ambiente na dívida da Bélgica e de França.

O efeito sobre a dívida francesa acabou por pesar na performance do mercado europeu, tendo as taxas de rendimento exigidas da dívida pública dos países da ZE com notação AAA aumentado, enquanto que as da dívida pública dos Estados Unidos e do Reino Unido diminuíram. Esta diminuição das taxas nestes dois blocos económicos ficou também associada ao anúncio de medidas de política monetária não convencional por parte dos respetivos bancos centrais, com o Banco de Inglaterra a aumentar o programa de compras de dívida pública inglesa em GBP 75 mil milhões, enquanto que a Reserva Federal americana optou por trocar obrigações de dívida pública de maturidades curtas por longas, fazendo baixar as taxas de rendimento na parte longa da curva, a que designou de *operation twist*.

Na ZE, o facto de ter havido alterações de liderança em alguns países, designadamente Grécia e Itália, a par de alguns anúncios surpresa, caso do pedido de moção de confiança ao governo grego, resultou na continuação da instabilidade vivida desde meados do ano na dívida soberana da Europa, ao que acresceram os cortes na notação

de risco de alguns países⁶⁹, assim como as sucessivas reuniões dos líderes da ZE, que ao invés do esperado, não conseguiram corresponder às expectativas criadas pelos investidores no sentido de ultrapassar a crise da dívida.



Fonte: Bloomberg

Nível de inclinação de rendimento
(Yield 10y – Yield 2y)

Em resumo, 2011 ficou caracterizado pela crise da dívida pública europeia e pela diminuição da inclinação da curva de rendimentos nos principais mercados de dívida pública em virtude da manutenção das políticas monetárias acomodáticas e medidas não convencionais por parte dos principais bancos centrais mundiais.

Mercado Ações

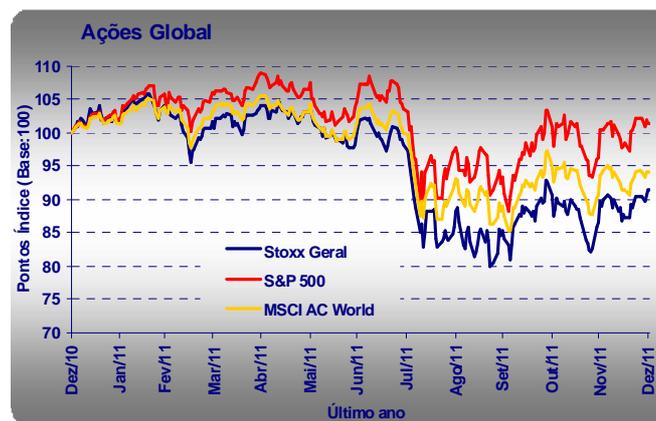
O ano de 2011 foi marcado por volatilidade em resultado, não só de alguns choques exógenos ao mercado de capitais, como da primavera Árabe e do terremoto Japonês, mas também com o eclodir em definitivo da crise da dívida que atingiu particularmente a Europa, embora afetando também os EUA.

As consequências económicas foram visíveis, principalmente na Europa, que terminou o ano próxima da recessão em resultado dos esforços de consolidação orçamental exigíveis à maioria dos governos. Assim sendo, a generalidade dos mercados acionistas apresentaram retornos negativos no ano, sendo uma das poucas exceções o índice norte-americano S&P500, que permaneceu inalterado em termos de preço.

⁶⁹ Espanha e Itália viram a sua notação de crédito revista pelas três principais agências, enquanto a Bélgica foi alvo de redução por parte de duas agências. Para além disso, a própria França esteve também no centro das atenções, tendo a Moody's e a Fitch avisado que o nível de AAA da França poderia estar comprometido. Por fim, a S&P baseada na crise sistémica que assolou a ZE referiu que 15 Estados-Membros, entre os quais França, se encontravam em risco de sofrer um corte na respetiva notação.



Fonte: Bloomberg



Fonte: Bloomberg

O primeiro semestre do ano foi positivo para o índice norte americano que apresentou um retorno total em moeda local próximo de 5.72%, mesmo considerando o pequeno choque petrolífero provocado pela primavera Árabe e o terremoto japonês que, apesar de ter afetado a cadeia produtiva mundial, não foi suficiente para descarrilar o processo de crescimento económico que, apesar de frágil, permanecia em curso.

O segundo semestre do ano foi mais turbulento nos mercados financeiros com o agudizar da crise europeia e com a diminuição da notação de *rating* da dívida americana por parte da S&P em agosto, numa altura que se começavam a observar algumas desilusões nos dados económicos. A diminuição do *rating* americano ocorreu na sequência dos EUA terem atingido o teto de endividamento, o que exigiu difíceis negociações entre democratas e republicanos que se prolongaram no tempo até ao ponto de ficar em risco o pagamento de responsabilidades assumidas pelo governo americano (*default*). Desta forma, o terceiro trimestre foi decisivo para o retorno dos mercados acionistas, já que se registaram quedas significativas destacando-se 9.44% do índice japonês Topix, 16.70% do europeu Stoxx Geral e 14.01% do S&P500.

A crise europeia da dívida, que se iniciou em países mais periféricos como Grécia, Irlanda e Portugal e alastrou para outros com maior peso no projeto europeu, nomeadamente Espanha e Itália, atingiu o seu auge em novembro. Como consequência, o mercado europeu interbancário e de crédito ficou totalmente disfuncional com os prémios de risco sobre a dívida das empresas financeiras a atingirem máximos históricos. O papel dos Bancos Centrais foi decisivo para a estabilização da situação.

Em resultado desta atuação, no último trimestre assistiu-se a uma recuperação dos principais índices, a qual foi ainda suportada por um ambiente económico mais favorável nos EUA, que contrabalançou as dificuldades observadas na Europa. Assim, os principais índices registaram valorizações no quarto trimestre que, na generalidade dos casos, não foi suficiente para recuperar das quedas previamente observadas. Neste caso, a exceção mais notória foi o S&P500 que recuperou 11.62% (incluindo dividendos) no último trimestre, para terminar com um retorno total de 1.47% no ano (inalterado em termos preço). Esta performance compara com o retorno total em moeda local do MSCI AC World de -5.96% no ano (-8.54% em termos preço).

O ano de 2011 foi ainda marcado por níveis de lucro recorde nas empresas americanas do S&P500 o que, conjugado com o comportamento do mercado acionista, resultou numa contração do múltiplo que relaciona o preço de mercado com os resultados, vulgarmente denominado PER. No final do ano, este indicador registava níveis mínimos dos últimos 20 anos, refletindo a elevada aversão ao risco por parte dos agentes de mercado. A incerteza vivida em termos económicos, financeiros e políticos durante 2011 afetou ainda os empresários, uma vez que os níveis de *cash* das empresas nos EUA, em percentagem do total de ativos, continuaram a tendência

ascendente do ano anterior e atingiram patamares máximos desde 1960. Se, por um lado, este indicador transmite uma imagem bastante saudável do setor empresarial dos EUA, por outro também reflete a falta de confiança na economia global, com impacto ao nível do investimento e criação de emprego. Ainda assim, durante o ano, e em particular no último trimestre, observou-se uma diminuição da taxa de desemprego americana, a par de sinais encorajadores no depressivo setor imobiliário americano, com um aumento da venda de habitações e consequente aumento dos níveis de confiança dos construtores (National Association of Home Builders Market Index) para os valores mais elevados dos últimos 5 anos.

Se os EUA terminaram o ano com boas perspetivas em termos económicos, o cenário na Europa dificilmente poderia ser mais problemático, em resultado da consolidação orçamental levada a cabo pela maioria dos governos europeus para responder à crise da dívida. Paralelamente, a crise afetou gravemente o mercado de crédito europeu com impacto económico evidente, principalmente nos países mais atingidos pela crise. Ao contrário do que aconteceu nos EUA, a taxa de desemprego da zona Euro aumentou de 10% para 10.40% a par com o consequente aumento das tensões sociais. À medida que a situação se foi agravando ao longo do ano, as consequências económicas começaram a afetar todos os países sem exceção, tendo a Europa terminado 2011 próxima da recessão.

Os mercados acionistas dos países emergentes também apresentaram uma performance negativa, tendo o MSCI *Emerging Markets* registado um retorno total em moeda local de -12.74%, comparando assim negativamente com o MSCI *AC World*. As economias emergentes e em particular China e Brasil, começaram 2011 num ritmo de crescimento elevado, com pressões inflacionistas e com os respetivos bancos centrais a adotarem políticas monetárias restritivas. A conjugação das políticas monetárias com a crise de dívida europeia, nomeadamente o impacto que teve nos bancos europeus, tipicamente importante fonte de financiamento para as empresas dos países emergentes, levou a um arrefecimento saudável do ritmo de crescimento económico e das pressões inflacionistas. No entanto, esta diminuição levantou ainda suspeitas quanto à existência de uma bolha imobiliária na China e ao risco de se assistir uma queda acentuada no ritmo do crescimento económico que originaria a uma espiral negativa (*hard landing*).

No final de 2011 já se observava uma inversão das políticas monetárias destes países, agora claramente expansionistas, exemplificadas pelo corte surpresa da taxa de juro de referência no Brasil ou a primeira diminuição desde 2008 da taxa de depósitos exigido aos bancos chineses junto do Banco Central. O receio de desaceleração económica destes países teve impacto direto sobre o comportamento de *commodities* como o cobre e as mercadorias agrícolas que registaram retornos significativamente negativos. Em contraciclo estiveram o petróleo (Nymex Crude Oil) que subiu 8.15% para 98.83, perante as tensões que afligiram o Médio Oriente, e o ouro que registou uma valorização de 10% em reflexo da elevada aversão ao risco e da liquidez disponibilizada pelas políticas monetárias expansionistas dos bancos centrais.

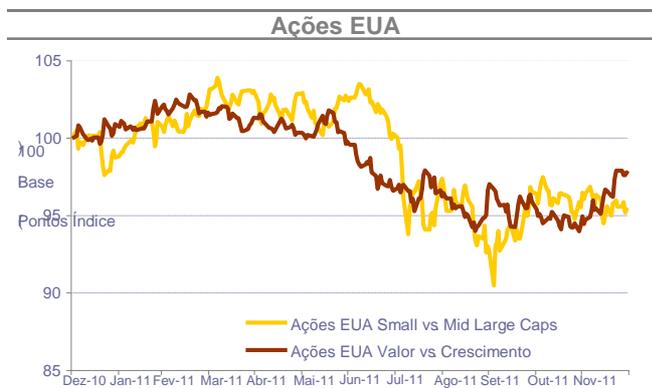
Stoxx Subíndices	Retorno Preço
Saúde	11.84%
Alimentação e Bebidas	5.39%
Petróleo e Gás	1.43%
Bens de Consumo Privado	0.53%
Telecomunicações	-6.21%
Retalho	-7.08%
Química	-9.68%
Media	-10.56%
Tecnologia	-12.77%
Seguros	-13.73%
Turismo e Lazer	-15.67%
Bens Industriais	-15.96%
Utilities	-16.59%
Construção e Materiais	-19.57%
Serviços Financeiros	-21.87%
Automóveis e Componentes	-24.08%
Recursos Básicos	-30.12%
Banca	-32.48%
Stoxx Geral	-11.34%
MSCI World Local Currency	-8.54%

Fonte: Bloomberg

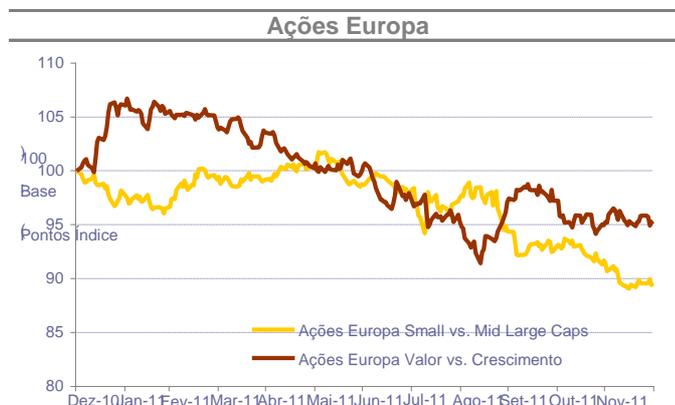
S&P500 Subíndices	Retorno Preço
Utilities	14.84%
Bens de Consumo Não Cíclicos	10.53%
Saúde	10.18%
Bens de Consumo Cíclicos	4.41%
Petróleo e Gás	2.77%
Tecnologia	1.33%
Telecomunicações	0.84%
Bens Industriais	-2.92%
Recursos Básicos	-11.64%
Banca	-18.41%
S&P 500	0.00%
MSCI World Local Currency	-8.54%

Fonte: Bloomberg

O ano de 2011 foi marcado não só pela volatilidade, mas também pela elevada correlação que dificultou a obtenção de retornos em excesso por via da escolha de títulos (*stock picking*), em consequência da preponderância dos temas macro. Ainda assim, observaram-se diferenças significativas em termos setoriais, com os mais defensivos a apresentarem os melhores retornos no ano, tanto nos EUA, como na Europa. Desta forma, os setores com menor *beta* ligados às áreas de Saúde e Bens de Consumo não Cíclico, como é o caso de Alimentação e Bebidas, apresentaram retornos positivos no ano, enquanto os setores mais expostos ao ciclo económico registaram comportamentos negativos, como os Recursos Básicos, Bens Industriais, Automóveis e Componentes, para além da Banca. Esta última viu a sua performance agravada pela crise de dívida europeia e consequente deterioração do mercado interbancário e de crédito. Refira-se ainda que, enquanto que nos EUA a maioria dos setores apresentaram retornos positivos, na Europa o cenário foi inverso



Fonte: Bloomberg



Fonte: Bloomberg

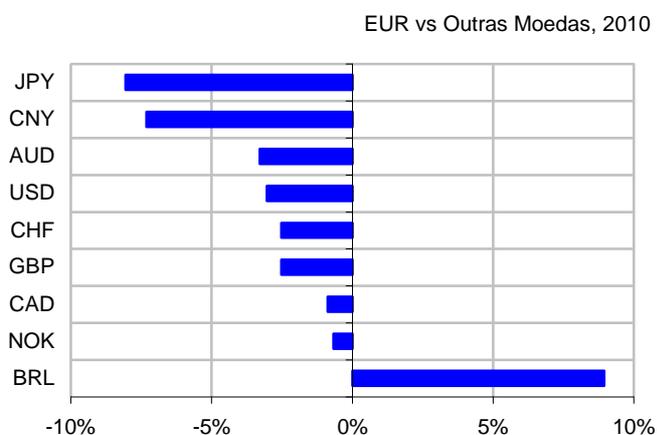
A maior exposição ao ciclo económico foi igualmente responsável pelo diferencial de comportamento entre empresas de maior e menor dimensão, em especial na Europa. O facto das empresas cíclicas terem maior expressão no segmento das empresas de menor dimensão, justifica a performance negativa neste segmento de mercado. Relativamente à performance relativa entre títulos/setores considerados “Valor” versus “Crescimento”, o contexto incerto em termos económicos e financeiros, mais favorável a posturas mais defensivas, sugeria uma performance relativa positiva do segmento “Valor”. No entanto, tal não se verificou na medida em que a economia, e apesar do arrefecimento sentido, ter continuado a registar um nível de crescimento generalizado. Adicionalmente, as empresas “Crescimento” apresentam, normalmente, níveis de alavancagem inferiores, tornando-as menos sensíveis às dificuldades que se sentiram no mercado de crédito, suportando o seu comportamento.

Valorização Preço 2011 (Moeda Local)			
STOXX 50	-8.39%	IRLANDA	0.58%
EUROTOP 100	-9.58%	REINO UNIDO	-5.55%
STOXX Geral	-11.34%	SUIÇA	-7.77%
EUROSTOXX 50	-17.05%	NORUEGA	-10.69%
EUROSTOXX Geral	-17.73%	HOLANDA	-11.87%
		ESPAÑA	-13.11%
DOW JONES	5.53%	SUÉCIA	-14.51%
S&P 500	0.00%	ALEMANHA	-14.69%
NASDAQ	-1.80%	DINAMARCA	-14.78%
CANADÁ	-11.07%	FRANÇA	-16.95%
		BÉLGICA	-19.20%
NOVA ZELÂNDIA	-1.04%	ITÁLIA	-25.20%
AUSTRÁLIA	-15.18%	LUXEMBURGO	-26.39%
SINGAPURA	-17.04%	PORTUGAL	-27.60%
TOPIX	-19.28%	FINLÂNDIA	-30.11%
HONG KONG	-19.97%	AUSTRIA	-34.87%
		GRÉCIA	-51.88%

Fonte: Bloomberg

Por fim, é de realçar que, ao contrário do que aconteceu no ano anterior, em 2011 os índices nacionais europeus registaram um comportamento mais alinhado, tendo a generalidade apresentado retornos negativos na casa dos dois dígitos, com exceção da Irlanda que apresentou um ganho residual de 0.58% (em termos preço). Ainda assim, os índices dos países no epicentro da crise da dívida, como Grécia, Portugal e Itália foram os mais penalizados. Os retornos negativos dos mercados dos países da Europa do Norte e Central justificam-se pela incerteza quanto ao projeto europeu, contágio económico provocado pelas medidas de austeridade de uma parte significativa dos países da região e pela disfuncionalidade do mercado de crédito. Estes fatores negativos mais do que compensaram a melhoria da sua posição competitiva na Europa e no Mundo, já que também se assistiu a uma depreciação da moeda única, com particular incidência no último semestre do ano.

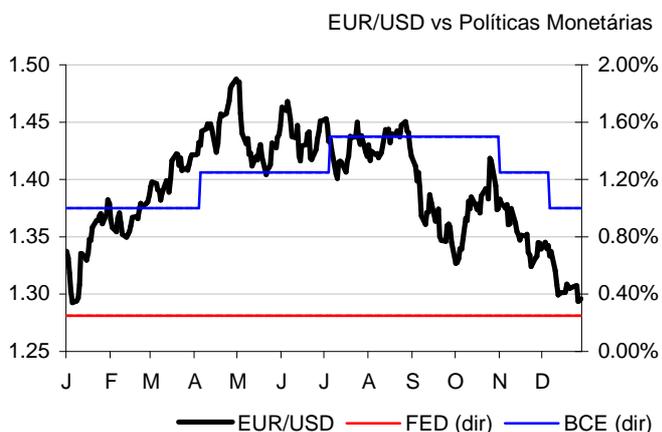
Mercados Cambiais



Fonte: Bloomberg

a moeda nipónica que, apesar das intervenções do governo e do Banco Central Japonês, beneficiou do seu forte carácter refúgio, e revelou-se mais contida contra o Dólar e a Libra Esterlina. Finalmente, o Euro perdeu algum valor face à generalidade das moedas dos países emergentes, com o Real Brasileiro a constituir-se como a principal exceção, em virtude das políticas expansionistas da autoridade monetária brasileira.

O EUR/USD registou uma variação relativamente contida, depreciando-se 3.1%, e um aumento ligeiro da volatilidade realizada, que passou de 10.0%, em 2010, para 10.9%, números que não refletem a amplitude considerável dos movimentos verificados ao longo do ano.



Fonte: Bloomberg

novas subidas das taxas diretoras da economia. Outros fatores apontados como suporte da apreciação da moeda europeia foram a necessidade de diversificação de alguns bancos centrais de países emergentes, e a venda de ativos denominados em USD resultante da urgência de adequação dos rácios de capital das instituições financeiras europeias, fortemente abalados pela crise de dívida soberana.

Em 2011, a evolução dos principais pares de moedas continuou marcada pela crise de dívida soberana europeia, observando-se o contágio dos receios dos investidores a países de maior dimensão, nomeadamente, Espanha, Itália e, em certa medida, França. Outros fatores que influenciaram o panorama nos mercados cambiais no ano foram as intervenções diretas no lene e no Franco Suíço, o receio de *default* dos EUA e a manutenção de políticas monetárias ultra-acomodatícias nas principais economias desenvolvidas. Assim, sem surpresas, o Euro foi a moeda que mais se depreciou contra a generalidade das divisas mais transacionadas.

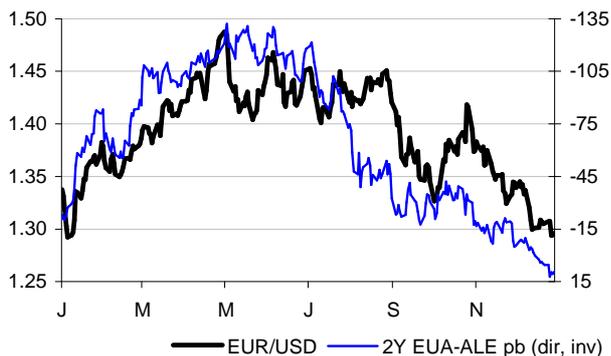
Esta depreciação foi especialmente sentida contra

Esta depreciação foi especialmente sentida contra a moeda nipónica que, apesar das intervenções do governo e do Banco Central Japonês, beneficiou do seu forte carácter refúgio, e revelou-se mais contida contra o Dólar e a Libra Esterlina. Finalmente, o Euro perdeu algum valor face à generalidade das moedas dos países emergentes, com o Real Brasileiro a constituir-se como a principal exceção, em virtude das políticas expansionistas da autoridade monetária brasileira.

Nos primeiros meses de 2011, após uma pequena queda inicial, o par encetou um movimento ascendente que duraria até inícios de maio, no qual o EUR se apreciou 16.11% face à moeda Norte-Americana, fixando o máximo anual em 1.4940. Este movimento, que beneficiou de uma aparente acalmia do sentimento dos investidores relativamente à sustentabilidade dos défices dos países periféricos da Europa, parece ter sido suportado, sobretudo, pelas políticas monetárias opostas em vigor nos dois blocos e as naturais repercussões ao nível das respetivas taxas de rendibilidade. Nesta fase, nos EUA, faziam-se sentir os ecos da segunda ronda de compra de obrigações do tesouro por parte da Reserva Federal e, na Europa, o BCE preparava-se para

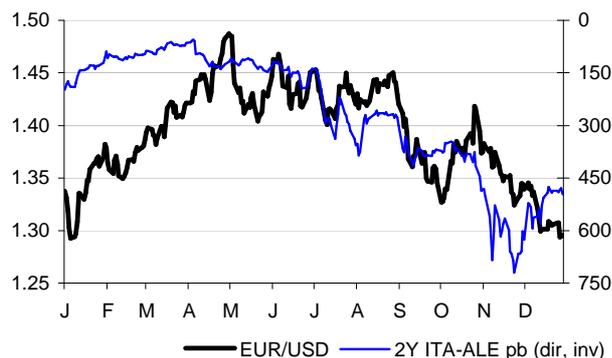
Depois de alcançado o máximo do ano, o EUR/USD iniciou um movimento de depreciação pouco acentuado mas sujeito a oscilações significativas. Estes valores mais elevados de volatilidade – que se prolongariam até perto do final do ano – deveram-se à desorientação dos investidores em virtude do alastramento da crise de dívida soberana à escala global. Neste período, o foco dos investidores deslocou-se dos pequenos países da periferia para países de maior dimensão dentro da zona Euro, e para os EUA. Os Estados Unidos acabariam por evitar a entrada em incumprimento após o Congresso ter acordado, *in extremis*, a extensão do teto de dívida do país, facto que não evitou a perda do rating tripla A atribuído pela Standard & Poor's, num processo que originou desvalorizações significativas nos ativos mais arriscados. Em resposta a esta turbulência, a autoridade monetária norte-americana anunciou que a principal taxa de referência da economia se manteria excepcionalmente baixa até meados de 2013, facto que contribuiu para serenar os investidores.

EUR/USD vs EUA-ALE 2Y



Fonte: Bloomberg

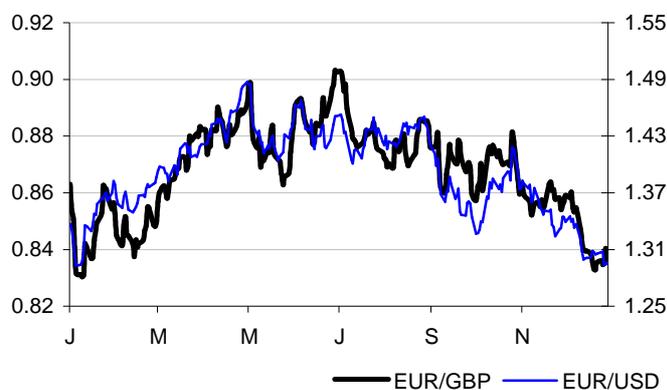
EUR/USD vs ITA-ALE 2Y



Fonte: Bloomberg

desempenho relativo das economias contribuiu adicionalmente para o movimento, com a economia norte-americana a mostrar sinais de recuperação, ao contrário da zona Euro onde os dados económicos apontavam no sentido da recessão. O par terminou o ano a 1.3366 depois de efetuar o mínimo anual a 1.2858.

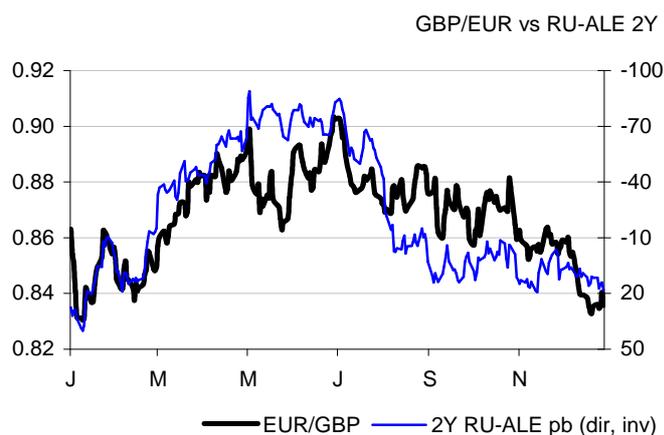
GBP/EUR vs EUR/USD



Fonte: Bloomberg

Digerida a situação nos EUA, o movimento depreciativo da moeda europeia intensificou-se a partir do final de agosto, altura em que a atenção dos investidores se centrou definitivamente nos problemas do bloco europeu e o USD readquiriu o estatuto de refúgio. Nesta fase, a par das medidas cada vez mais extraordinárias de cedência de liquidez, das quais se destacaria o leilão a 3 anos para quantidades ilimitadas realizado pelo BCE em dezembro, começou a ser percecionada uma alteração da política de taxas deste banco central, que desceriam 50pb até final do ano, factos que contribuíram decisivamente para o início do movimento referido. Nos últimos meses do ano, a zona Euro foi, ainda, atingida por uma série de cortes de *rating* que visou países de maior expressão e instituições financeiras de referência. Estas ações das agências de notação financeira colocaram Portugal num nível não recomendado para investidores institucionais e reduziram a qualidade creditícia de Espanha e Itália, fazendo disparar o *spread* entre as taxas de juro dos Governos destes países e dos países core, nomeadamente a Alemanha. Os receios relativamente à capacidade política da Europa para reverter a situação e sobre a viabilidade da moeda única avolumaram-se e mantiveram-na pressionada. O

O EUR/GBP, em 2011, observou uma performance ligeiramente negativa, depreciando-se 2.6%, com a volatilidade realizada a manter-se praticamente inalterada face ao ano anterior, situando-se sobre os 8%, nível historicamente elevado.

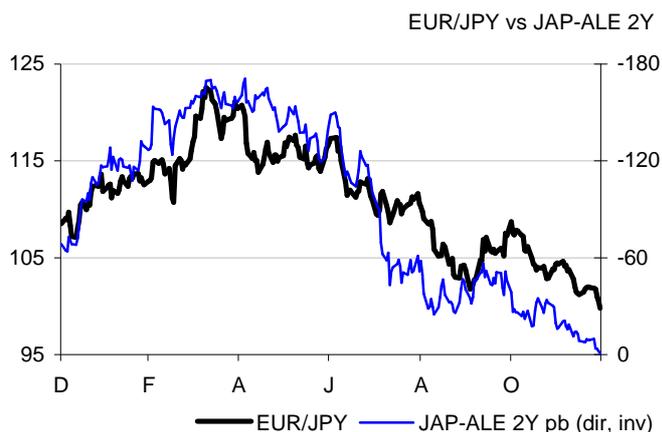


Fonte: Bloomberg

Os momentos da evolução do par encontram algum paralelismo com a evolução do EUR/USD, ainda que a sua amplitude tenha sido substancialmente mais reduzida. Assim, nos primeiros meses do ano, o par seguiu uma tendência apreciativa em regime de baixa volatilidade que o catapultou de 0.8296, mínimo do ano, até 0.9043. Este movimento, à semelhança do que foi descrito para o EUR/USD, foi suportado pela melhoria do sentimento relativamente ao problema da dívida soberana europeia, assim como, pelas perspectivas de que o BCE atuaria em contraciclo com o Banco de Inglaterra, subindo taxas. A partir de maio, e durante todo o verão, o par evidenciou um aumento significativo da volatilidade sem que adquirisse uma tendência definida, efetuando novo máximo no ano em julho, a 0.9084. Esta indefinição refletia, por um lado, o agravamento do sentimento relativamente à capacidade de os governos europeus encontrarem uma solução abrangente e compreensível para o problema da crise soberana, e, por outro, o cenário de estagflação que pairava sobre o Reino Unido, somado à exposição significativa do sistema financeiro britânico ao risco proveniente da Europa. A apreciação mais acentuada registada pela GBP face ao EUR a partir de finais de agosto, sempre num clima de volatilidade relativamente elevada, coincidiu com a inversão da política do BCE e a convergência das taxas de juro dos dois blocos económicos (figura 8). O par terminou o ano próximo do mínimo registado em janeiro, e nem o anúncio de mais *quantitative easing* por parte do Banco de Inglaterra na reunião de novembro foi suscetível de inverter a tendência instalada em virtude do agravamento do contágio da crise de dívida soberana a países europeus de maior dimensão.

Neste ano, a moeda nipónica foi a que mais se apreciou face ao Euro, variando 8.4%. A volatilidade fixou-se em 12.3%, nível inferior aos registados em 2010 e 2009, respetivamente, 13.3% e 16.4%, mas que, ainda assim, podem considerar-se relativamente elevados.

O comportamento do iene observou um padrão diferente dos descritos anteriormente, em consequência dos



Fonte: Bloomberg

fatores específicos que afetaram o Japão e a economia nipónica. O primeiro trimestre de 2011 ficou marcado pelas catástrofes naturais de 11 de março e subsequente crise nuclear, que originaram um aumento inusitado da procura de ienes e, naturalmente a sua apreciação. Esta situação viria a despoletar uma intervenção concertada das principais autoridades monetárias internacionais no sentido de restabelecer a normal evolução do par, desiderato que foi, à data, aparentemente conseguido. Suportado pela política restritiva do BCE e pelo alargamento do diferencial entre as rendibilidades esperadas nos dois blocos o EUR/JPY alcançou o máximo do ano em abril, a 123.33. A partir de então, à medida que a crise soberana se alastrava à escala global e, em particular aos EUA, o iene revelou-se um dos principais refúgios dos investidores encetando movimentos apreciativos contra a maioria das moedas mais importantes que durariam até ao final do ano. O EUR/JPY terminou o ano a fixar um novo mínimo a 99.76. Os principais fatores que corroboraram este movimento foram, mais uma vez, o efeito contágio sentido na crise europeia e a perceção da inversão da política de taxas do BCE. Este período

foi, ainda, marcado por intervenções unilaterais das autoridades nipónicas para contrariar a apreciação do iene, em particular contra o USD, que, contudo, se revelaram pouco eficazes.

Mercado Imobiliário

Os efeitos conjugados dos constrangimentos nacionais e internacionais descritos nos pontos anteriores tiveram naturalmente um forte impacto no mercado imobiliário. Este mercado acusou uma baixa generalizada de preços de rendas e de avaliações dos imóveis, a quase paralisação de novos projetos imobiliários em face da extrema dificuldade de acesso ao financiamento bancário, a diminuição dos arrendamentos por contenção de necessidades das empresas (as estatísticas das empresas com processos de insolvência não deixam margem para dúvidas) e a expressão das provisões nos balanços dos fundos (consequência da dificuldade no pagamento das rendas por uma grande parte dos inquilinos).

As estatísticas indicam uma forte diminuição da base de ativos dos fundos de investimento portugueses. No que respeita aos fundos de investimento imobiliário assiste-se a um lento processo de adaptação à desvalorização dos ativos imobiliários, às restrições do crédito, bem como à diminuição da base de investidores neste tipo de fundos.

Tem vindo a aumentar o endividamento do setor dos fundos de investimento imobiliário, largamente explicado pelo endividamento dos fundos abertos. O nível de investimento em 2011 foi muito abaixo do de anos anteriores, não tendo ultrapassado os 250 milhões de euros, o que significa uma quebra de cerca de 65% face ao ano anterior. O segmento de escritórios com cerca de 38% dos investimentos foi apesar de tudo a área mais ativa mas com um nível de absorção idêntico ao de 1998, seguido dos setores de retalho com 28% e industrial e logística com 11%.

XII.4. EVOLUÇÃO DO FEFSS

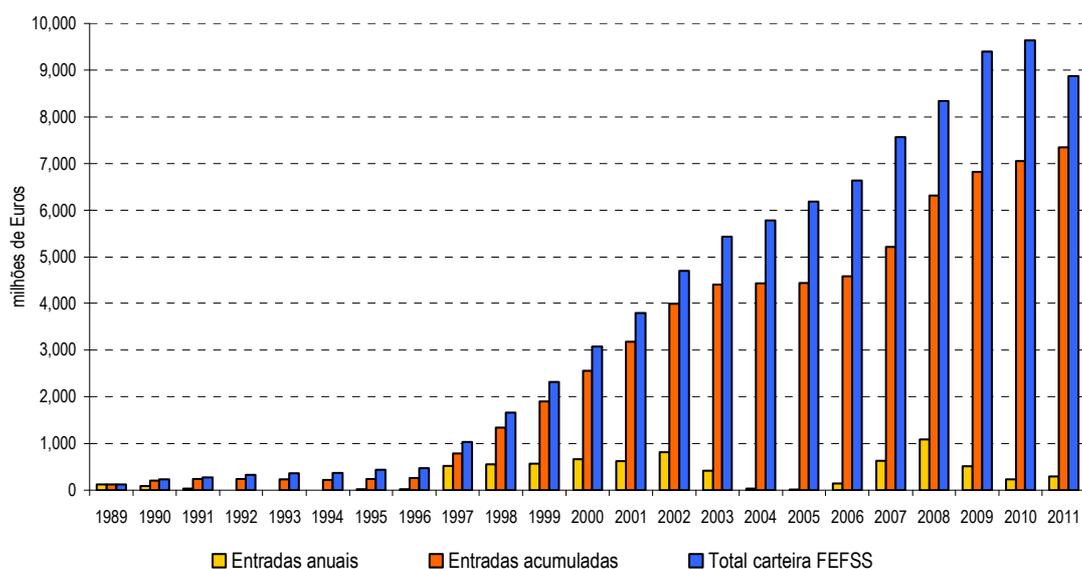
XII.4.1. VALOR DA CARTEIRA E DOTAÇÕES

A carteira do FEFSS ascendia em 31.12.2011 a 8,872,445,669.69⁷⁰ euros, correspondendo a cerca de 85.71% do gasto anual com pensões⁷¹ (10.29 meses em relação ao objetivo de 2 anos definido na Lei) e a cerca de 5.1% do Produto Interno Bruto Português⁷².

⁷⁰ A diferença face ao valor de balanço deve-se à especialização das rendas recebidas adiantadamente.

⁷¹ Dados fornecidos pelo ISS-CNP em Fev-11 referentes ao período: Jan-10 a Dez-10

⁷² Dados divulgados pelo INE referentes ao período: IVº Trim. 2010 ao IIIº Trim. 2011 (Base 2006) - preços correntes



Evolução do montante da carteira do FEFSS

O FEFSS foi criado em 1989 com uma dotação inicial de 216 milhões de euros, tendo as mais avultadas dotações ocorrido apenas mais tarde, no período de 1997 a 2003. Após 3 anos de reduzidas transferências, o ano de 2007 revelou-se de normalização do fluxo de dotações. Em 2008 ocorreu o maior montante anual destas transferências, cerca de 1,092 milhões euros, tendo-se observado no ano de 2009 uma redução para cerca de metade daquele valor. Esta tendência de descida, continuou em 2010, observando-se um decréscimo para um valor inferior a metade do valor de 2009. Estas dotações sofreram em 2011 um ligeiro aumento face ao ano de 2010, cifrando-se um pouco acima dos 297 milhões de euros.

Dotações recebidas pelo FEFSS

(milhares de euro)

Anos	Alienação Imóveis		Saldos Subsistema Previdencial e quotizações		Total	Valor acumulado
	Montante	% do total	Montante	% do total		
1989 a 2002	312.366,3	7,8%	3.676.019,5	92,2%	3.988.385,8	3.988.385,8
2003	6.000,0	1,4%	409.155,5	98,6%	415.155,5	4.403.541,3
2004	3.308,4	10,9%	26.907,4	89,1%	30.215,8	4.433.757,1
2005	6.101,1	100,0%	0,0	0,0%	6.101,1	4.439.858,2
2006	20.275,0	14,4%	120.349,3	85,6%	140.624,3	4.580.482,5
2007	15.925,9	2,5%	618.028,5	97,5%	633.954,4	5.214.436,9
2008	13.763,1	1,3%	1.078.115,7	98,7%	1.091.878,8	6.306.315,7
2009	5.138,4	1,0%	510.857,3	99,0%	515.995,8	6.822.311,5
2010	23.484,6	10,5%	200.000,0	89,5%	223.484,6	7.045.796,1
2011	4.022,1	1,4%	293.007,7	98,6%	297.029,8	7.342.825,9
Total	410.384,9	-	6.932.440,9	-	7.342.825,9	-

Nota: Quadro do relatório do FEFSS, reajustado relativamente à natureza das rubricas.

A gestão dos ativos permitiu, até 31.12.2011, acrescentar ao valor do FEFSS 1,529,619,750.08 euros. As transferências recebidas até esta data acumulavam 7,342,825,919.61 euros. O valor acrescentado de 1,529,619,750.08 euros corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 2.22%⁷³ desde o início.

XII.4.2. ESTRUTURA DA CARTEIRA

A estrutura da carteira do FEFSS, resultado das limitações regulamentares e da política de investimentos, tem uma elevada preponderância de ativos de rendimento fixo (62.55%) e, em particular, de títulos de dívida pública nacional (50.67% do total da carteira).

Assim, a exposição por classe de risco, em 31.12.2011, era a seguinte:

Estrutura da carteira do FEFSS

(milhares de euro)

	2011		2010		2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Reserva Estratégica^{a)}	129.980,9	1,46%	209.425,4	2,17%	213.605,9	2,27%
Rendimento Fixo^{b)}	5.549.761,3	62,55%	6.898.388,4	71,58%	7.327.045,5	77,89%
Europa ex-GBP	4.319.828,6	48,69%	5.136.467,6	53,29%	5.464.721,5	58,09%
EUA	1.083.207,8	12,21%	748.201,6	7,76%	722.731,7	7,68%
Japão ^{b)}	0,0	0,00%	838.485,7	8,70%	995.797,9	10,59%
Reino Unido	146.724,8	1,65%	175.233,4	1,82%	143.794,3	1,53%
Rendimento Variável a)	1.446.926,2	16,31%	2.239.807,4	23,24%	1.611.590,0	17,13%
Europa	115.589,7	1,30%	319.729,9	3,32%	290.937,1	3,09%
EUA	819.602,3	9,24%	1.308.985,4	13,58%	907.777,0	9,65%
Japão	279.305,6	3,15%	263.743,9	2,74%	193.241,0	2,05%
Reino Unido	232.428,6	2,62%	347.348,1	3,60%	219.634,8	2,33%
Imobiliário	205.349,1	2,31%	212.473,2	2,20%	246.073,3	2,62%
Liquidez c)	1.538.235,6	17,34%	76.637,8	0,80%	7.768,8	0,08%
Provisões e Imposto a Receber	2.192,6	0,02%	1.216,8	0,01%	575,0	0,01%
Total	8.872.445,7	100,00%	9.637.948,9	100,00%	9.406.658,5	100,00%

Por memória:

Dívida Pública Nacional ^{d)}	4.495.630,7	5.124.614,0	53,17%	4.756.259,5	50,56%
Futuros sobre obrigações (nocial)		680.661,9	7,06%	736.695,1	7,83%
Futuros sobre ações (nocial)	92.077,1	358.527,9	3,72%	280.838,1	2,99%

Notas:

a) Inclui o valor nocial dos futuros e as valias potenciais de forwards.

b) Inclui juros corridos e as valias potenciais de forwards

c) A percentagem correspondente a liquidez foi já deduzida dos depósitos em margens afetas à réplica de investimentos feitos através de contratos futuros

d) As emissões de Dívida Garantida mas não emitida pelas Adm.Públicas, os Bilhetes do Tesouro Nacional e os CEDIC no valor de 100.031.850,00 euros (403.938.378,01 euros em 31 de dezembro de 2010) fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Durante o ano de 2011, continuamos a verificar uma aposta mais forte na componente de Rendimento Fixo face à componente Rendimento Variável da carteira total do FEFSS. Dentro deste grupo, a opção centrou-se no mercado Norte-americano, com um aumento da exposição em quase 4.5 pontos percentuais. Neste ano, é de salientar um forte crescimento do peso da componente Liquidez, que passou de uns inexpressivos 0.8% da carteira, para um valor bem superior, 17.34%, ultrapassando até a componente Variável. No que diz respeito à carteira Reserva

⁷³ Taxa Interna de Rentabilidade (TIR)

Estratégica, e à semelhança do que já tinha acontecido em 2010, verificou-se uma deterioração das cotações de alguns ativos que compõem esta carteira, registando-se, por esse motivo a descida dos 2.17% para 1.46% do total da carteira.

XII.4.3. DETALHE DA CARTEIRA DE RENDIMENTO FIXO

A gestão da carteira de rendimento fixo é realizada por indexação a um benchmark de dívida global, sendo tomadas decisões sobre desvios de alocação geográfica, duration e níveis de rating dos emitentes.

Não obstante, as restrições regulamentares⁷⁴ que exigem a manutenção de um mínimo de 50% da carteira em dívida pública portuguesa (em 31.12.2011: 50.67%), condicionam fortemente a composição da carteira de rendimento fixo, justificando assim o peso que esta componente assume na carteira total (62.55%).

Carteira do FEFSS

(milhares de euro)

Rendimento Fixo ^{a)}	Valor	% carteira Rend. Fixo	% carteira FEFSS
Dívida Pública	5.536.243,9	99,76%	62,40%
Nacional	3.735.236,1	67,30%	42,10%
Estrangeira	1.801.007,8	32,45%	20,30%
<i>Europa</i>	574.174,7	10,35%	6,47%
<i>EUA</i>	1.080.108,3	19,46%	12,17%
<i>Japão</i> ^{c)}	0,0	0,00%	0,00%
<i>Reino Unido</i>	146.724,8	2,64%	1,65%
Dívida Privada	13.517,4	0,24%	0,15%
Nacional	5.287,0	0,10%	0,06%
Estrangeira	8.230,3	0,15%	0,09%
<i>Europa</i>	5.130,8	0,09%	0,06%
<i>EUA</i>	3.099,6	0,06%	0,03%
<i>Japão</i>	0,0	0,00%	0,00%
<i>Reino Unido</i>	0,0	0,00%	0,00%
Total	5.549.761,3	100,00%	62,55%

Por memória:

Dívida Pública Nacional ^{b)}	4.495.630,7	81,01%	50,67%
Dívida Privada Nacional	5.287,0	0,10%	0,06%
Dívida Estrangeira Europa	579.305,5	10,44%	6,53%
Dívida Estrangeira EUA	1.083.207,8	19,52%	12,21%
Dívida Estrangeira Japão	0,0	0,00%	0,00%
Dívida Estrangeira Reino Unido	146.724,8	2,64%	1,65%

Notas: a) Inclui o valor notional dos futuros e as valias potenciais de forwards; b) As emissões de Dívida Pública Garantida ans Não Emitida pelas Administrações Públicas fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional; c) Inclui os Bilhetes do Tesouro Nacional e os CEDIC

⁷⁴ Regulamento de Gestão aprovado pela Portaria n° 1273/2004 de 7 de outubro

XII.4.4. DETALHE DA CARTEIRA DE RENDIMENTO VARIÁVEL

A gestão da carteira de rendimento variável é realizada por indexação a um benchmark do mercado acionista que resulta de um compósito de índices bolsistas das três principais economias: Europa, EUA e Japão. As decisões tomadas referem-se a desvios de alocação geográfica, seleção de produtos financeiros e cobertura cambial. O investimento direto realiza-se apenas em ações de empresas europeias, sendo o investimento nas restantes regiões veiculado por produtos indexados e futuros.

Assim, em 31.12.2011, a carteira de rendimento variável estava alocada em 24.05 % na Europa, 56.64% nos EUA e 19.30% no Japão.

Repartição geográfica da carteira de rendimento variável do FEFSS

(milhares de euro)

Rendimento Variável ^{a)}	Valor (EUR)	% carteira Rend. Variável	% carteira FEFSS
Europa	348.018,2	24,05%	3,92%
Zona Euro	37.373,4	2,58%	0,42%
Reino Unido	232.428,6	16,06%	2,62%
Outros Países	78.216,2	5,41%	0,88%
EUA	819.602,3	56,64%	9,24%
Japão	279.305,6	19,30%	3,15%
Total	1.446.926,2	100,00%	16,31%
Futuros sobre ações (nocial)	92.077,1	6,36%	1,04%
Europa	-20.108,7	-1,39%	-0,23%
Zona Euro	-148.289,0	-10,25%	-1,67%
Reino Unido	128.180,3	8,86%	1,44%
EUA	35.277,7	2,44%	0,40%
Japão	76.908,1	5,32%	0,87%

a) Inclui o valor nocial dos futuros e valias potenciais de forwards.

A diversificação concretiza-se não só em termos geográficos, por referência ao benchmark estabelecido, mas também em termos de emitente. As posições mais avultadas são detidas em produtos indexados, por natureza diversificados, assumindo as maiores posições diretas, valores pouco expressivos no total da carteira. Simultaneamente, excluindo as participações da Reserva Estratégica, todas as participações são inferiores a 0.02% das ações emitidas pela respetiva entidade.

Título	País	% FEFSS
Nestle	Suiça	0.23%
Novartis	Suiça	0.16%
Roche	Suiça	0.14%
Total	França	0.14%
Sanofi	França	0.11%
Siemens	Alemanha	0.10%
Telefonica	Espanha	0.08%
Basf	Alemanha	0.08%
Banco Santander	Espanha	0.08%
Vodafone Group	Reino Unido	0.08%

Empresa	País	Participação
Societe Generale	França	0.015%
Intesa Sanpaolo	Itália	0.015%
Deutsche Boerse New	Alemanha	0.014%
Philips Electronics	Holanda	0.014%
Eon Ag	Alemanha	0.014%
Schneider Electric	França	0.014%
Air Liquide	França	0.014%
Groupe Danone	França	0.014%
Crh Plc	Irlanda	0.014%
Nestle Sa Reg	Suiça	0.014%

Nota: Não inclui as ações da Reserva Estratégica

Maiores posições diretas do FEFSS em 31.12.2011

Maiores concentrações por entidade emitente do FEFSS em 31.12.2011

XII.4.5. RESERVA ESTRATÉGICA

A composição da componente de Reserva Estratégica em 31 de dezembro de 2011 era a que se discrimina no quadro abaixo:

Títulos	valor (EUR)	nº ações	% FEFSS	% capital
PORTUGAL TELECOM	90,160,306.35	20,260,743	1.02%	2.31%
FINPRO	19,701,194.76	2,751,752	0.22%	10.01%
ZON - Multimedia	8,283,149.86	3,567,248	0.09%	1.15%
Transurban Group	7,949,397.58	1,787,398	0.09%	0.12%
Forwards (valias potenciais)	-469,228.87		-0.01%	
Pendentes a Liquidar	4,356,059.75		0.05%	
Total	129,980,879.43		1.46%	

O montante relativo a pendentes a liquidar corresponde a dividendos da “Portugal Telecom”.

No ano de 2011, não ocorreram operações de aquisição ou alienação direta de títulos que compõem a carteira de Reserva Estratégica.

XII.4.6. CUMPRIMENTO DOS LIMITES REGULAMENTARES

Os limites de composição da carteira do FEFSS estabelecidos pelo respetivo Regulamento de Gestão (Portaria 1273/2004, de 7 de outubro) estavam assegurados em 31.12.2011, com uma exceção relativa ao rating das instituições financeiras nacionais⁷⁵:

Cumprimento dos limites regulamentares da carteira do FEFSS

		Peso na carteira em 31.12.2011	Regulamento de Gestão ^{a)}		
			Mínimo	máximo	
Dívida Pública Nacional ou Garantida pelo Estado Português	Exposição directa / Valor FEFSS	50,67%	50%	100%	Cumpre
Dívida Privada	Exposição directa / Valor FEFSS	9,32%	0%	40%	Cumpre
	Rating < BBB-/Baa3	0,09%	BBB-/Baa3	Aaa/AAA	Não Cumpre b)
Acções	Exposição directa / Valor FEFSS	16,33%	0%	25%	Cumpre
Fundos de Investimento Mistos	Fundos Investimento Mistos/ Valor FEFSS	0,03%	0%	10%	Cumpre
Imobiliário	Exposição directa / Valor FEFSS	2,31%	0%	10%	Cumpre
Reserva Estratégica	Exposição directa / Valor FEFSS	1,46%	0%	5%	Cumpre
Moeda estrangeira	Exposição não coberta / Valor FEFSS	10,39%	0%	15%	Cumpre
Derivados	Valor nocional / Valor FEFSS	-17,05%	-100%	100%	Cumpre
	Operação fixação custo aquisições futuras/ Valor FEFSS	0,00%	0%	10%	Cumpre
Diversificação	Investimento em cada emitente / Capitais Próprios do Emitente		0%	20%	Cumpre
	Investimento em cada emitente / Valor do FEFSS		0%	5%	Cumpre

Notas:

a) Regulamento de Gestão aprovado pela Portaria 1273/2004, de 7 de outubro.

b) O não cumprimento nesta data deve-se ao facto dos bancos nacionais onde o FEFSS possui contas DO terem sido objeto de sucessivas avaliações negativas por parte das agências de rating

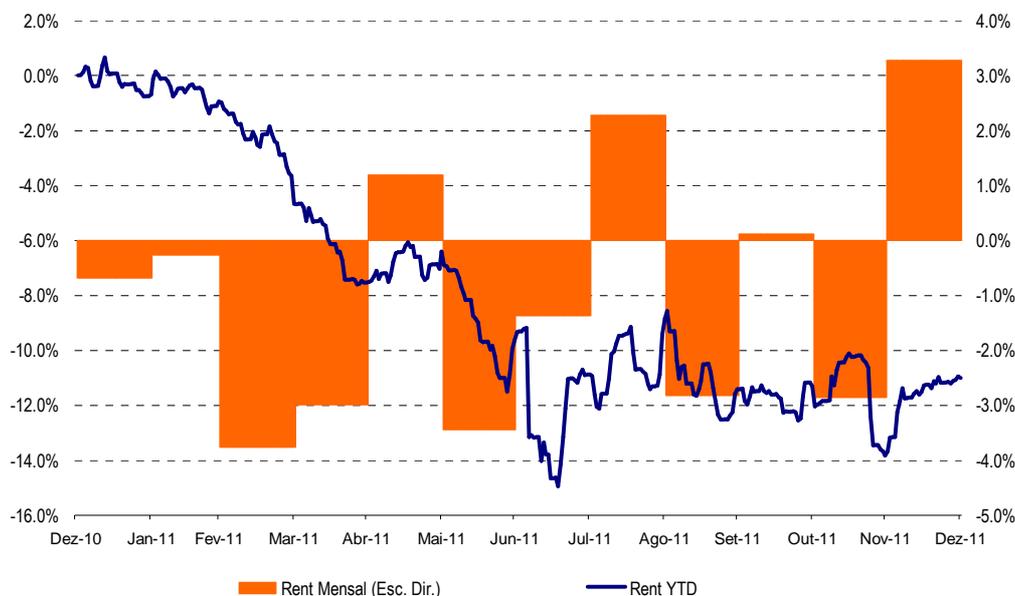
XII.4.7. RENTABILIDADE E RISCO

Em 2011 o FEFSS obteve uma rentabilidade negativa de -11%, para um nível de risco⁷⁶ de 8.30%. Como se pode verificar no quadro seguinte, este ano ficou, em particular no primeiro semestre, marcado por uma tendência clara de depreciação do valor de mercado dos ativos geridos, particularmente marcada no caso da dívida pública nacional, confirmando a elevada volatilidade dos mercados em 2011 e o significativo aumento do nível de risco (de 7.44% em 2010 para 8.30% em 2011).

⁷⁵ Foi aprovada, em 30 de dezembro de 2011, com efeitos a 1 de janeiro de 2012, legislação no sentido de acautelar esta situação (Portaria n.º 118/2012, de 30 de abril).

⁷⁶ Medido pelo desvio padrão anualizado da taxa de rentabilidade.

Evolução da rentabilidade do FEFS ao longo de 2011



A desagregação da rentabilidade de 2011, por classes de ativos, permite concluir que em todas as classes se verificaram quebras importantes na rentabilidade, com valores mais acentuados na Reserva Estratégica, e na componente de rendimento fixo – em particular na Dívida Pública Nacional, muito à custa da crise das dívidas soberanas. A componente de rendimento variável, inverteu a tendência positiva observada no ano anterior, fixando-se em 2011, numa rentabilidade negativa de -1.14%. Na componente Imobiliário observamos o único valor positivo da rentabilidade (0.86%), contudo, também este grupo não escapou a uma queda face ao ano anterior.

Ainda assim, a componente do FEFS não investida em títulos pertencentes ao índice EFFAS Portugal com maturidades superiores a 1 ano atenuou os efeitos daquele cenário, já que tal índice registou uma valorização negativa de 24.20%. Para tal contribuiu também a manutenção ao longo do ano de uma percentagem elevada de investimentos em liquidez (depósitos, fundos de tesouraria e títulos de maturidade inferior a 1 ano).

Desagregação da rentabilidade por tipos de ativo

	2011		2010	
	Rentabilidades	%	Rentabilidades	%
Reserva Estratégica ^{a)}	-29,48%	1,46%	13,29%	2,17%
Rendimento Fixo ^{a) b)}	-15,98%	62,55%	-2,13%	71,58%
Dívida Pública Nacional ^{b) c)}	-19,33%	50,67%	-7,57%	53,17%
Rendimento Variável ^{d)}	-1,14%	16,31%	13,87%	23,24%
Europa	-6,88%	3,92%	7,07%	6,92%
EUA	1,90%	9,24%	15,83%	13,58%
Japão	-2,37%	3,15%	15,42%	2,74%
Imobiliário ^{a)}	0,86%	2,31%	2,22%	2,20%
Liquidez		17,36%		81,00%
Total	-11,00%	100,00%	0,08%	100,00%

Notas: a) Inclui forwards; b) Inclui juros corridos e forwards; c) Os Bilhetes do Tesouro, incluídos em aplicações de curto prazo e as emissões de Dívida Garantida mas Não Emitida pelas Administrações Públicas, fazem parte do grupo Dívida Pública para efeitos de cumprimento dos rácios; d) Inclui futuros e forwards

Numa análise de mais longo prazo é necessário ter em conta a influência não apenas do comportamento dos mercados mas também das alterações de enquadramento legal e respetivas políticas de investimento, nomeadamente para prazos superiores a 5 anos.

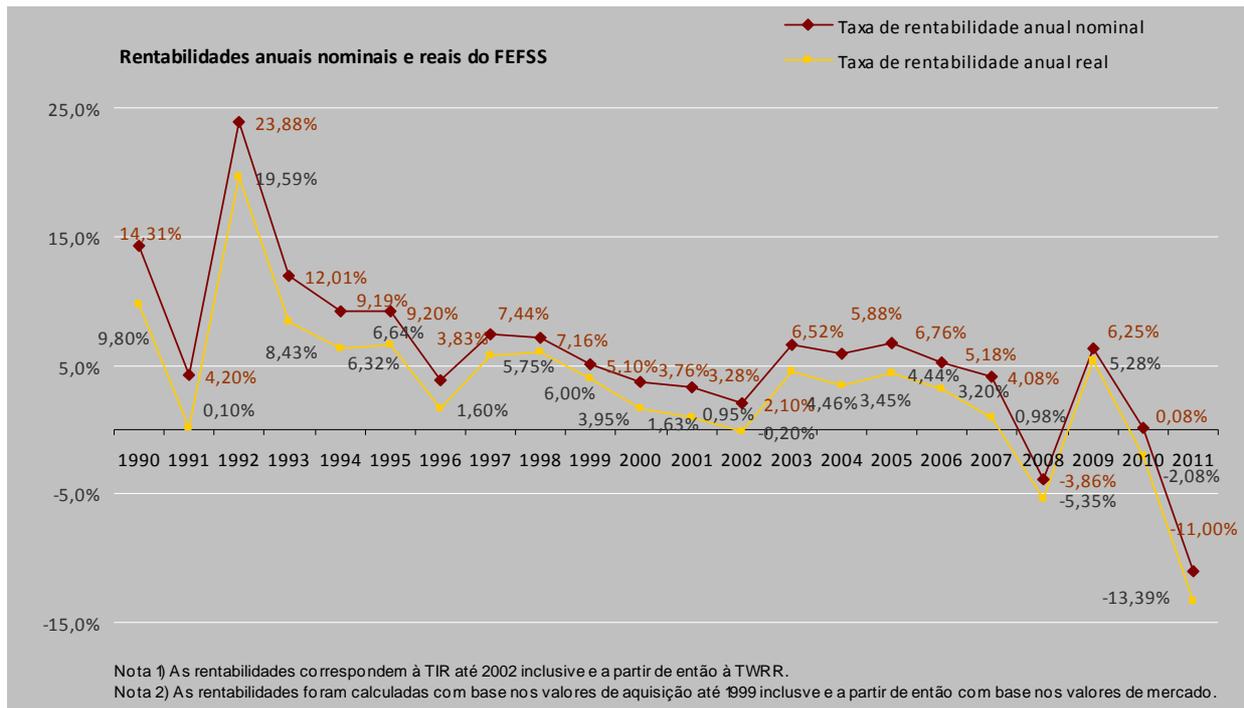
Taxas médias anuais de rentabilidade do FEFSS

	Taxa nominal ^{a)}	Taxa real ^{b)}	TWRR ^{c)}	TWRR
			Taxa nominal	Taxa real ^{b)}
Últimos 3 anos	-1,92%	-3,81%	-1,82%	-3,71%
Últimos 5 anos	-1,31%	-3,34%	-1,08%	-3,12%
Últimos 7 anos	0,37%	-1,69%	0,88%	-1,19%
Últimos 10 anos	1,46%	-0,65%	2,04%	-0,09%
Desde o início - 1989 ^{d)}	2,22%	-0,13%		

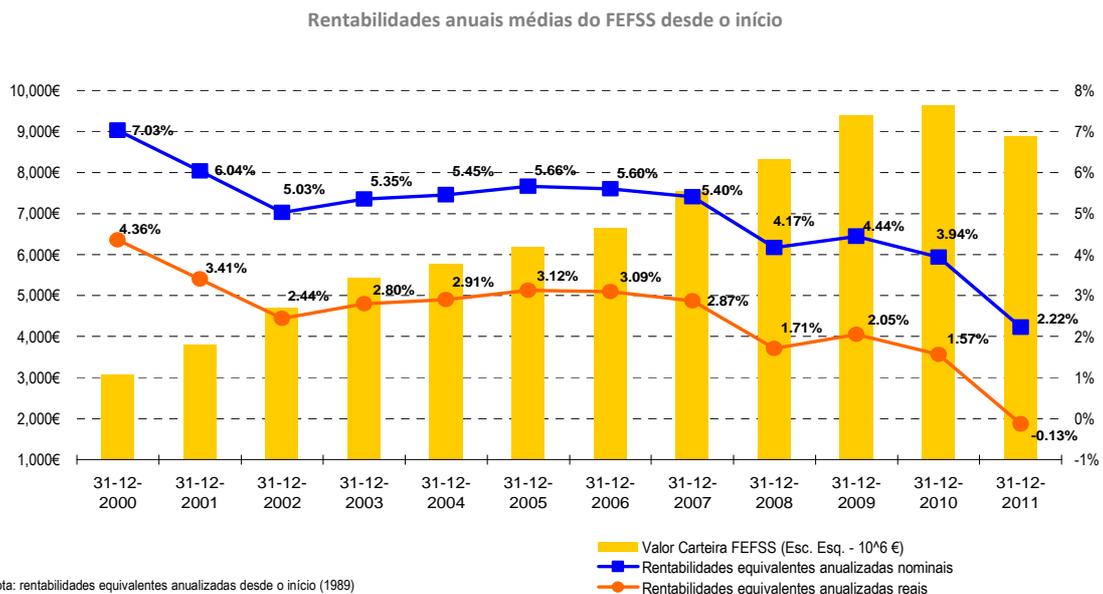
Notas:

- a) As rentabilidades correspondem à TIR;
b) Medida face à evolução do IPCH da zona euro;
c) Time Weighted Rate of Return
d) Até 31.12.2000 o FEFSS estava sujeito a retenção na fonte de imposto sobre os rendimentos de capitais.

O cenário de baixas rentabilidades observadas em 4 dos últimos 5 anos, resultado da crise financeira de 2008 e da crise das dívidas soberanas da zona Euro, traduz-se em taxas médias anuais de rentabilidade nominal dos últimos 3 e 5 anos (-1.92%; -1.31%) inferiores à observada desde o início do Fundo (2.22%).

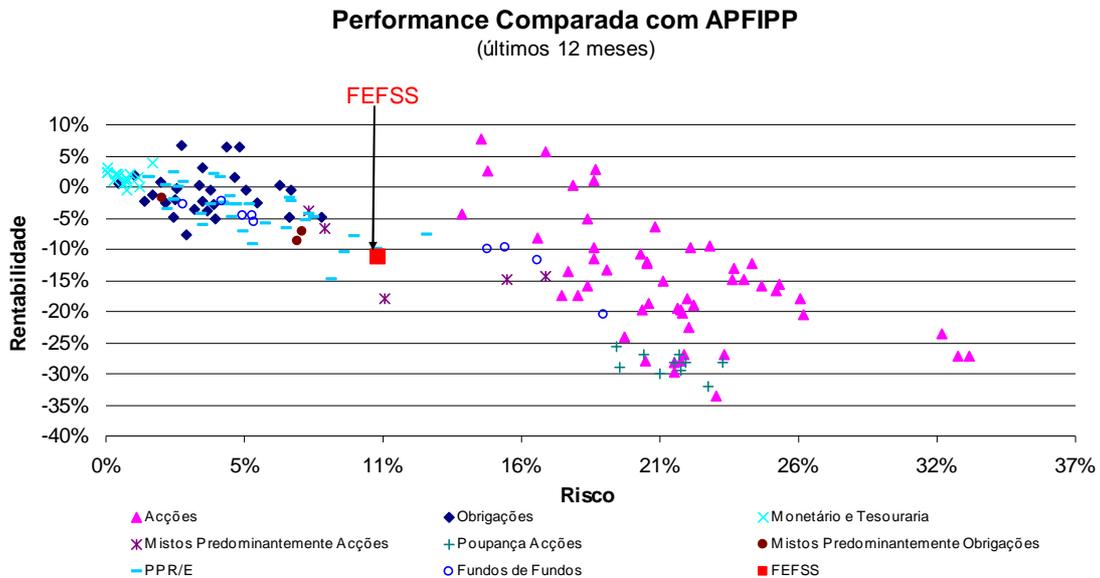


Pela análise do gráfico anterior está bem patente o avolumar, em 2011, das dificuldades observadas no ano 2010. De notar que neste ano (por força do comportamento da classe dívida pública nacional – em que o FEFSS tem, por imposição regulamentar, investida uma proporção significativa dos seus ativos) o valor da rentabilidade foi o menor valor de sempre, ultrapassando até o ano 2008 (auge da crise internacional). Uma referência ainda para o facto das taxas reais observadas antes de 1999 estarem muito influenciadas pelo diferencial da inflação da Zona Euro face à inflação Portuguesa que, nesse período, se refletia nas taxas de juro do escudo. Estas conclusões são reforçadas pela análise das taxas de rentabilidade equivalentes anualizadas desde a constituição do FEFSS.

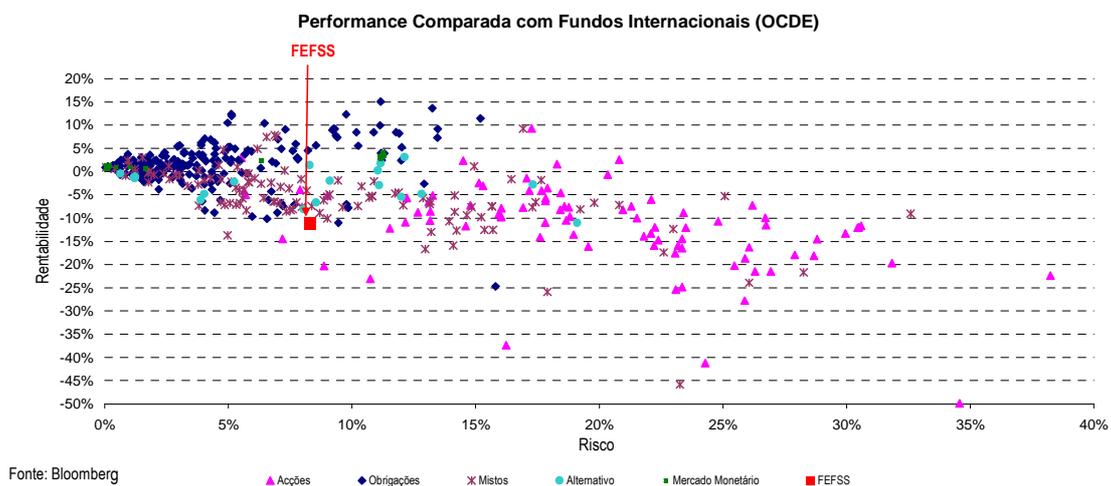


O nível de risco do FEFSS, com um desvio-padrão anualizado das rentabilidades diárias de 8.30%, foi ampliado no ano 2011 pela volatilidade observada na dívida pública nacional, mas compara, ainda assim, relativamente bem, quando analisado no contexto de outros fundos (nacionais e estrangeiros)⁷⁷, e no âmbito do binómio risco-retorno (recordamos, mais uma vez, a importância da imposição regulamentar de um mínimo de 50% em Dívida Pública Nacional que os outros fundos não têm):

Rentabilidade e risco de Fundos Nacionais



Rentabilidade e risco de Fundos Internacionais com investimentos nos países membros da OCDE



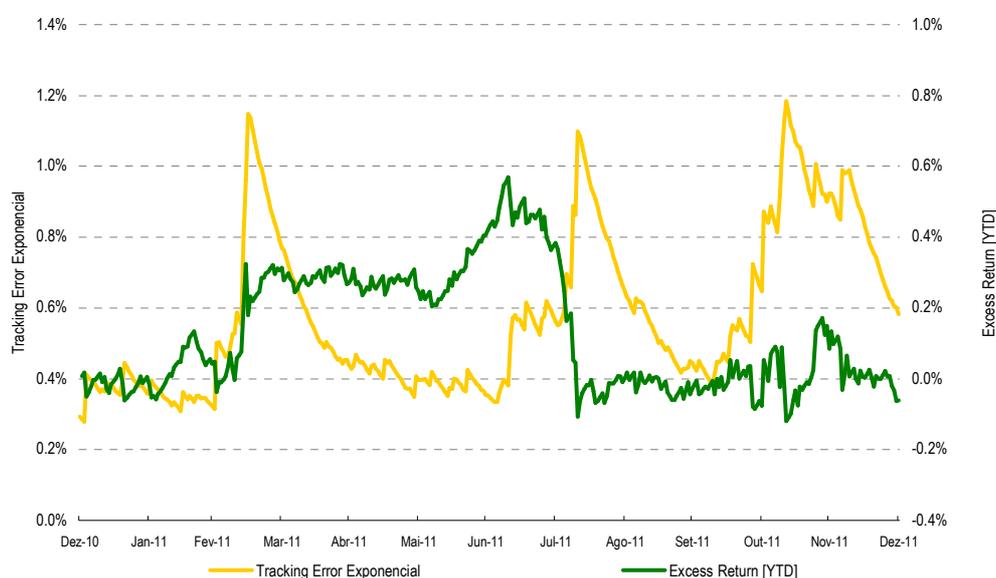
⁷⁷ O risco do FEFSS usado nestes gráficos é de 10.32%, calculado com base no desvio padrão dos 52 retornos semanais, de forma a poder ser comparável com os dos restantes fundos.

A performance dos investimentos de cada classe de ativos do FEFSS é medida contra um índice de aferição específico (benchmark). O benchmark global do FEFSS é a média ponderada (de acordo com a alocação estratégica) das rentabilidades obtidas pelos benchmarks de cada classe de ativos, conforme atrás indicado.

Em 2011 o FEFSS⁷⁸ obteve uma rentabilidade adicional negativa em relação ao respetivo benchmark (excess return) de -0.06% (6 pontos base negativos).

Em 2011 verificaram-se variações substanciais do excess return, traduzindo-se assim num aumento do tracking error, face ao ano anterior. No 1º semestre de 2011, foi possível observar um maior distanciamento entre a rentabilidade do benchmark e a rentabilidade do FEFSS, traduzindo-se então num excess return mais elevado (no período em questão, positivo). Na segunda metade do ano, e em particular a partir de julho/agosto (momento de agravamento significativo da crise de dívida soberana europeia) o excess return diminuiu, fechando o ano em terreno marginalmente negativo (-0.06% em 31.12.2011).

Tracking Error exponencial e Excess Return do FEFSS ao longo de 2011



No quadro seguinte, verifica-se que a componente *Opinião* contribuiu negativamente para o Excess Return em -49 pontos base (p.b.). Por outro lado a *Execução* teve um contributo positivo de 43 p.b..

Excess Return do FEFSS

	∪ p.b.
Excess Return Opinião	-49.0
Excess Return Execução	43.0
Excess Return Total	-6.1

⁷⁸ Excluindo a componente de Reserva Estratégica e Imobiliário

Analisando o quadro seguinte verifica-se que o FEFSS obteve um resultado negativo com os Forwards de cobertura de USD, JPY e GBP (obviamente compensado pela performance do subjacente). Regista-se, por outro lado, um resultado positivo com os Forwards de Exposição.

Forwards - Rentabilidades em 2011

Forwards de Cobertura ^{a)}	
USD	-6,99%
JPY	-13,80%
GBP	-3,95%
AUD	1,82%

Forwards de Exposição ^{b)}	
USD	10,61%
JPY	8,15%
GBP	3,19%
AUD	0,00%

a) Posições curtas em moeda estrangeira

b) Posições longas em moeda estrangeira

XII.4.8. FUNDING RATIO

Evolução do Funding Ratio do FEFSS

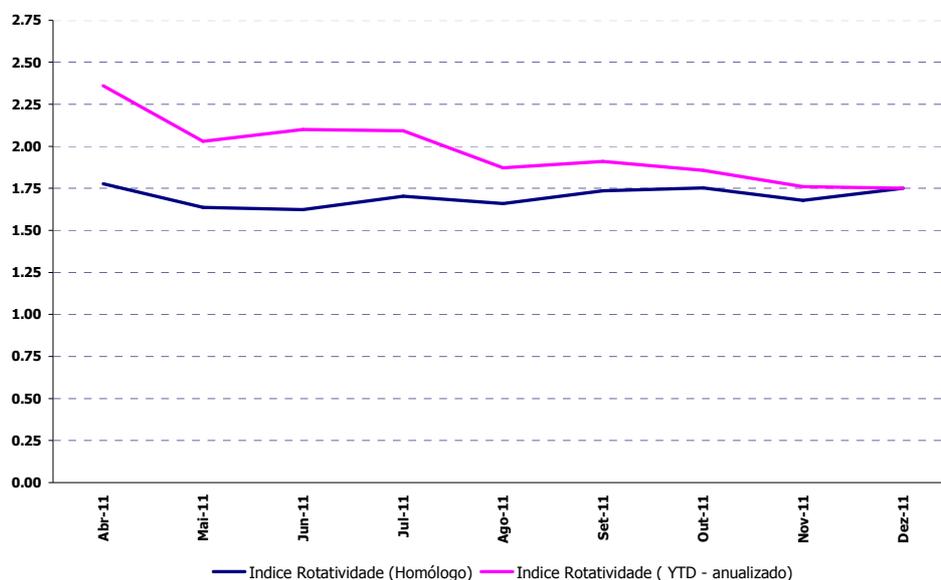


No gráfico anterior é possível verificar que ao longo do ano de 2011, a comparação do FEFSS com a performance do índice EFFAS Portugal continuou a apresentar resultados amplamente favoráveis. Nota-se que o diferencial de ganhos vai crescendo ao longo dos primeiros 7 meses do ano, sofrendo uma quebra no mês de agosto, após a qual recupera a tendência inicial, cifrando-se, no final do ano em 126.01%. De facto, a performance global do FEFSS acrescentou, em 2011, valor substancial por comparação com o referido portfolio de dívida pública nacional (EFFAS Portugal).

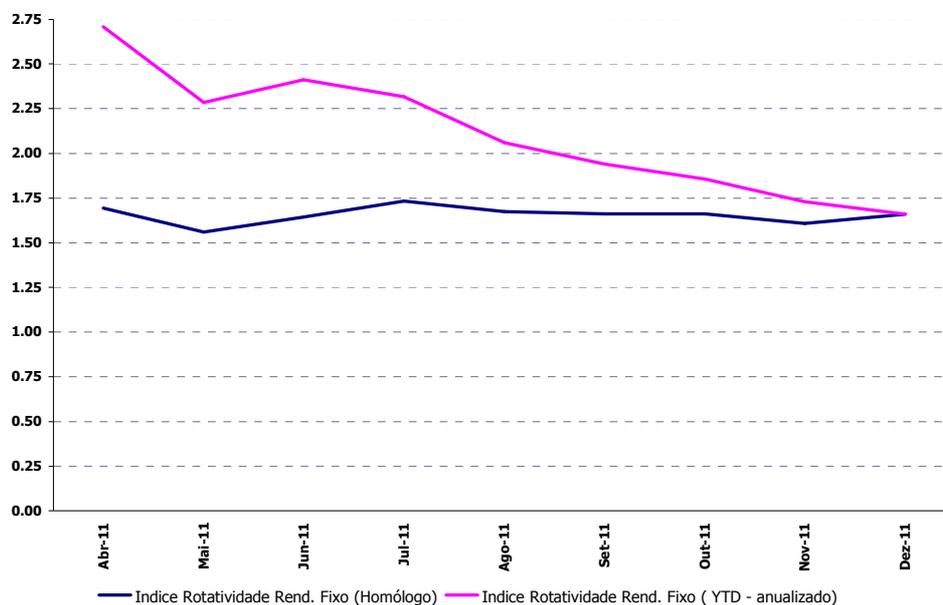
XII.4.9. ROTAÇÃO DE CARTEIRA

O índice de rotação da carteira do FEFSS em 2011 situou-se nos 1.75. Ou seja, o volume de transações levadas a cabo corresponde a 1.75 vezes o valor médio da carteira gerida ao longo de 2011.

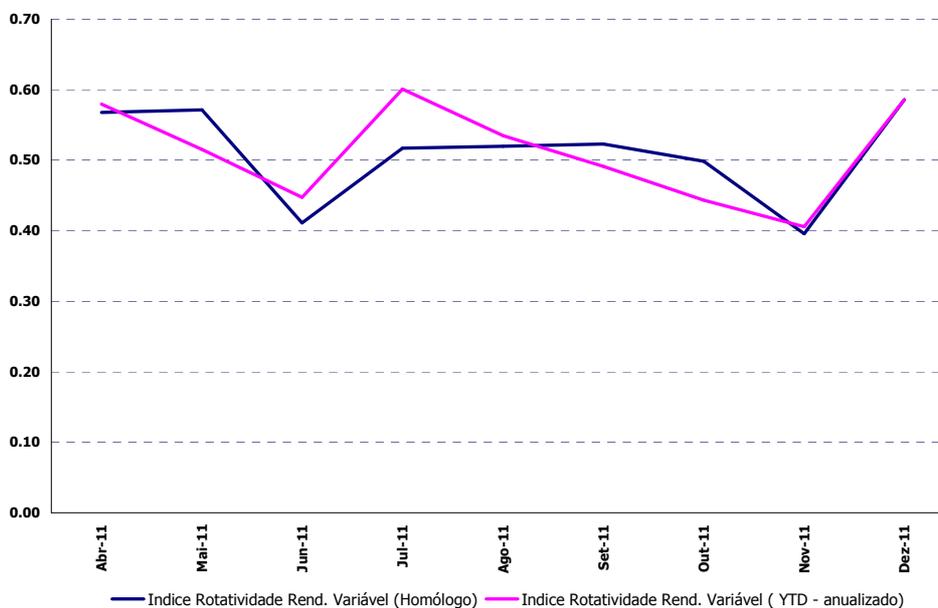
Índice de Rotação de Carteira do FEFSS



Índice Rotatividade da Carteira FEFSS – Rendimento Fixo



Índice Rotatividade da Carteira FEFSS – Rendimento Variável



XIII. CARTEIRA DE ATIVOS DO IGFSS⁷⁹

XIII.1. DETALHE DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

Estrutura da carteira de títulos

(milhares de euro)

	2008		2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ações	9.931,1	95,6%	3.915,4	89,6%	3.915,4	89,6%	3.913,5	89,5%
Consolidados	252,8	2,4%	253,1	5,8%	253,1	5,8%	253,1	5,8%
Obrigações	203,2	2,0%	203,2	4,6%	203,2	4,6%	203,2	4,6%
Total	10.387,1	100,0%	4.371,6	100,0%	4.371,6	100,0%	4.369,7	100,0%

O quadro acima apresenta a estrutura da carteira de títulos do IGFSS, representando a rubrica “ações” o peso relativo mais elevado na composição da carteira. Estes títulos são na grande maioria provenientes de dações em pagamento, na sequência de dívidas à Segurança Social por parte das Empresas. Existem também partes de capital associadas à revitalização e modernização do tecido empresarial, de que é exemplo o FRME – *Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, S.A.*

Pela análise ao quadro verifica-se que a estrutura da carteira de títulos do IGFSS sofreu alterações na rubrica das ações face ao ano de 2010. Esta alteração deveu-se ao facto de se ter procedido ao abate das ações da empresa Tunapesca atendendo a que a mesma foi liquidada e as suas ações dadas como não tendo valor.

O quadro abaixo apresenta o detalhe da carteira de títulos do IGFSS, para os anos de 2008 a 2011, com a indicação do número de unidades e respetivo valor associado.

⁷⁹ Capítulo elaborado pelo Departamento de Gestão Financeira do IGFSS, IP



Estrutura da carteira de Títulos do IGSS
2008 - 2011

(euro)

	2008		2009		2010		2011	
	Unidades	Valor	Unidades	Valor	Unidades	Valor	Unidades	Valor
Ações	1.903.019	9.931.083,38	814.278	3.915.385,54	814.278	3.915.385,54	813.903	3.913.514,29
Cª Pesc Algarve	250	2.495,00	250	2.495,00	250	2.495,00	250	2.495,00
Margueira SA	1.025	5.114,75	1.025	5.114,75	1.025	5.114,75	1.025	5.114,75
F.M.N. SA	18.438	92.005,62	18.438	92.005,62	18.438	92.005,62	18.438	92.005,62
FRME	534.428	2.666.795,72	534.428	2.666.795,72	534.428	2.666.795,72	534.428	2.666.795,72
Teviz SA	1.088.739	5.432.807,61						
Buciqueira,SA	3.607	18.035,00	3.607	18.035,00	3.607	18.035,00	3.607	18.035,00
Dilop,SA	128.190	639.668,10	128.190	639.668,10	128.190	639.668,10	128.190	639.668,10
Adrave	5.000	24.950,00	5.000	24.950,00	5.000	24.950,00	5.000	24.950,00
Cª Min Penedono	11.500	57.385,00	11.500	57.385,00	11.500	57.385,00	11.500	57.385,00
Hid-Elect Revué	54.265	268.069,10	54.265	268.069,10	54.265	268.069,10	54.265	268.069,10
Sonefe	57.200	138.996,00	57.200	138.996,00	57.200	138.996,00	57.200	138.996,00
Tunapesca	375	1.871,25	375	1.871,25	375	1.871,25		
Decoviz	1	164.089,54						
Tevitom	1	418.800,69						
Consolidados	33.247	252.831,57	55.693	253.056,03	55.693	253.056,03	55.693	253.056,03
Consolidado 2,75%	6.461	29.804,42	6.461	29.804,42	6.461	29.804,42	6.461	29.804,42
Consolidado 3%	9.935	49.436,76	32.381	49.661,22	32.381	49.661,22	32.381	49.661,22
Consolidado 3,5%	952	4.728,34	952	4.728,34	952	4.728,34	952	4.728,34
Consolidado 4%	15.899	168.862,05	15.899	168.862,05	15.899	168.862,05	15.899	168.862,05
Obrigações	40.732	203.170,36	40.732	203.170,36	40.732	203.170,36	40.732	203.170,36
Cª Min Penedono	25.000	124.699,48	25.000	124.699,48	25.000	124.699,48	25.000	124.699,48
H. ElecRevué 5%	3.032	15.123,55	3.032	15.123,55	3.032	15.123,55	3.032	15.123,55
H. ElecRevué 4%	12.700	63.347,33	12.700	63.347,33	12.700	63.347,33	12.700	63.347,33
Total	1.976.998	10.387.085,31	910.703	4.371.611,93	910.703	4.371.611,93	910.328	4.369.740,68

A carteira de títulos de rendimento fixo é composta por Títulos de Dívida Pública emitidos pela Administração Central, tendo os “Consolidados” taxas de rendimento de 2,75%, 3,0%, 3,5% e 4,0%.

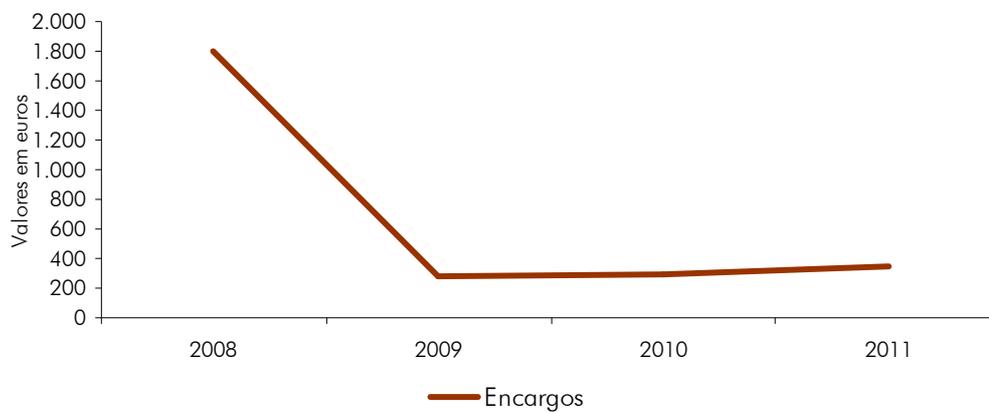
Rendimentos da carteira de títulos

(euro)

	2008	2009	2010	2011
Rendimento Fixo	8.883,34	8.886,72	8.890,10	8.890,10
Consolidado 2,75%	886,24	886,24	886,24	886,24
Consolidado 3%	1.486,64	1.490,02	1.493,40	1.493,40
Consolidado 3,5%	166,16	166,16	166,16	166,16
Consolidado 4%	6.344,30	6.344,30	6.344,30	6.344,30
Rendimento Variável	120.378,97	0,00	0,00	288,58
Unidades de Participação	120.378,97	0,00	0,00	0,00
Ações	0,00	0,00	0,00	288,58
Total dos Rendimentos	129.262,31	8.886,72	8.890,10	9.178,68
Encargos	1.802,90	281,77	291,41	340,90
Guarda de Títulos	72,31	81,85	91,09	73,84
IRC	0,00	0,00	0,00	62,04
Comissão Cobrança Rendimento	1.730,59	199,92	200,32	205,02

Analisando o quadro supra constata-se que quer em termos de receita, quer em termos de custos existiu um ligeiro aumento face ao ano de 2010, atendendo a que foram pagos dividendos das ações da Margueira.

Evolução dos Encargos da carteira de títulos do IGFSS



XIII.2. DETALHE DA RENDIBILIDADE DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Na gestão diária das disponibilidades de tesouraria, o IGFSS efetua diariamente aplicações financeiras junto das instituições bancárias que operam no mercado português.

Para o período em análise, o diferencial entre a rendibilidade média obtida pelo IGFSS no conjunto das aplicações efetuadas, face à rendibilidade média do Mercado Monetário Interbancário (MMI), foi sempre positivo e tem vindo a aumentar ao longo dos anos.

Os quadros seguintes apresentam a rendibilidade obtida pelo IGFSS para todas as aplicações constituídas no período em análise, com o detalhe por prazo, capital médio diário em aplicação, taxas de rendibilidade obtidas pelo IGFSS, as taxas do MMI referentes aos dias da constituição das aplicações para os diferentes prazos e o diferencial entre as taxas de juro ou spreads do MMI e as taxas de juro obtidas pelo IGFSS.

Caracterização da Rendibilidade Média obtida pelo IGFSS no conjunto das aplicações

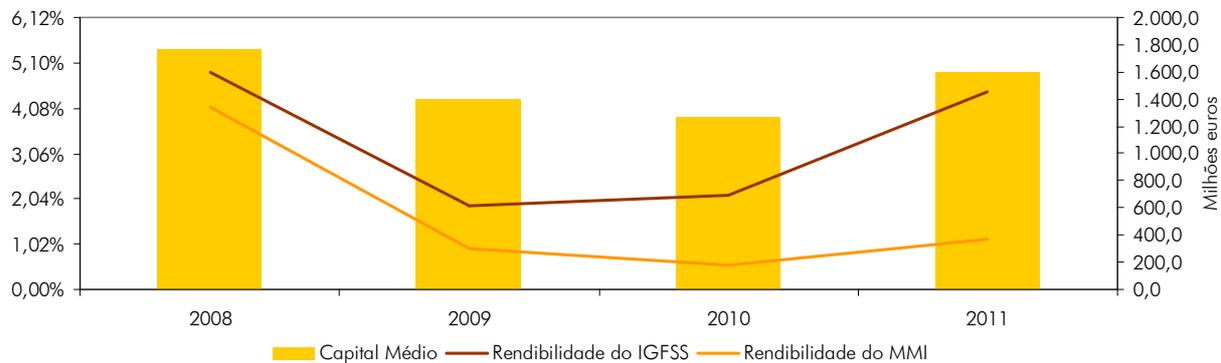
(milhares de euro)

Prazos	2008					2009				
	Capital Médio	Peso Relativo	Rendibilidade do IGFSS	Rendibilidade do MMI	Diferencial	Capital Médio	Peso Relativo	Rendibilidade do IGFSS	Rendibilidade do MMI	Diferencial
TODOS	1.766,5	100,0%	4,88%	4,11%	0,77%	1.392,4	100,0%	1,89%	0,92%	0,97%
Eonia	7,8	0,4%	3,79%	3,67%	0,12%	8,8	0,6%	0,79%	0,70%	0,09%
1 Semana	59,9	3,4%	4,10%	3,83%	0,27%	59,5	4,3%	1,39%	0,68%	0,71%
2 Semanas	374,5	21,2%	4,68%	3,94%	0,74%	580,1	41,7%	1,76%	0,73%	1,00%
1 Mês	410,0	23,2%	5,51%	4,10%	1,41%	398,4	28,6%	2,33%	1,09%	1,24%
2 Meses	253,1	14,3%	5,43%	4,68%	0,75%	234,2	16,8%	2,81%	1,58%	1,23%
3 Meses	532,3	30,1%	5,58%	4,74%	0,84%	108,9	7,8%	2,40%	1,42%	0,98%
6 Meses	128,9	7,3%	5,63%	4,91%	0,72%	2,5	0,2%	2,22%	2,29%	-0,07%

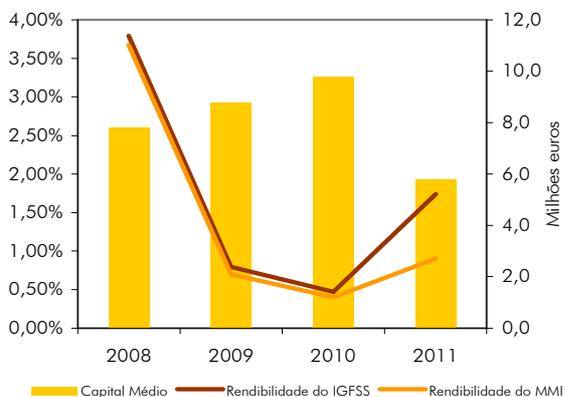
(milhares de euro)

Prazos	2010					2011				
	Capital Médio	Peso Relativo	Rendibilidade do IGFSS	Rendibilidade do MMI	Diferencial	Capital Médio	Peso Relativo	Rendibilidade do IGFSS	Rendibilidade do MMI	Diferencial
TODOS	1.262,2	100,00%	2,13%	0,55%	1,58%	1.600,3	100,0%	4,44%	1,14%	3,30%
Eonia	9,8	0,78%	0,47%	0,40%	0,07%	5,8	0,36%	1,74%	0,90%	0,84%
1 Semana	68,2	5,40%	1,49%	0,45%	1,04%	52,2	3,26%	3,02%	0,99%	2,03%
2 Semanas	672,2	53,26%	2,01%	0,51%	1,50%	315,9	19,74%	4,12%	1,05%	3,07%
1 Mês	286,4	22,69%	2,96%	0,61%	2,35%	916,0	57,24%	5,02%	1,21%	3,81%
2 Meses	80,0	6,34%	3,09%	0,70%	2,39%	108,2	6,76%	5,30%	1,29%	4,01%
3 Meses	48,1	3,81%	2,91%	0,79%	2,12%	55,7	3,48%	5,54%	1,06%	4,48%
6 Meses	97,4	7,72%	3,21%	1,08%	2,13%	146,5	9,15%	4,92%	1,41%	3,51%

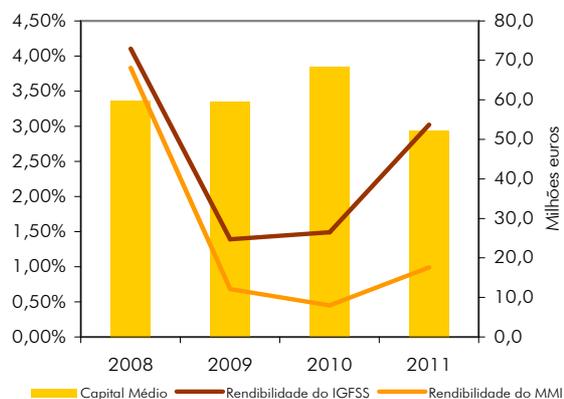
Aplicações Constituídas
(2008 - 2011)

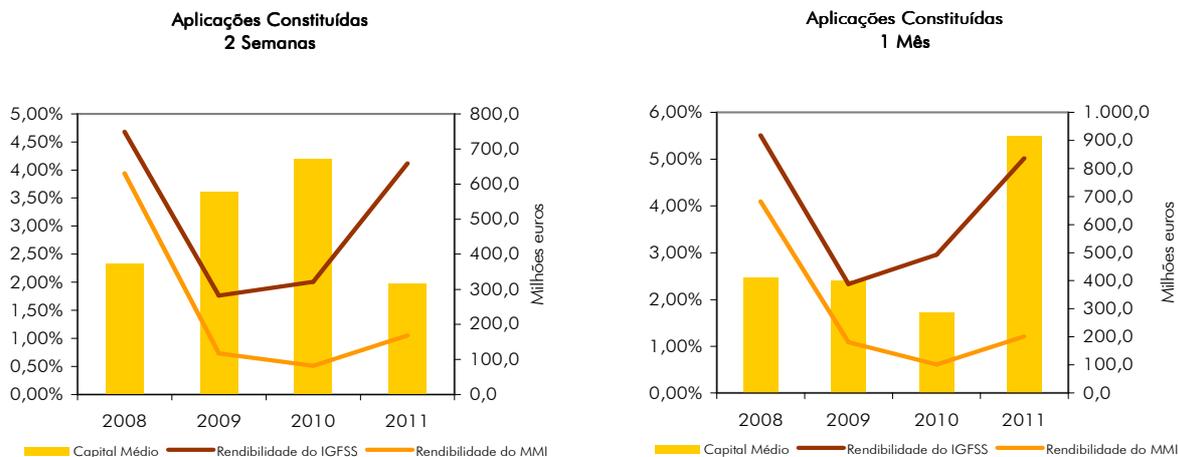


Aplicações Constituídas
Eonia



Aplicações Constituídas
1 Semana



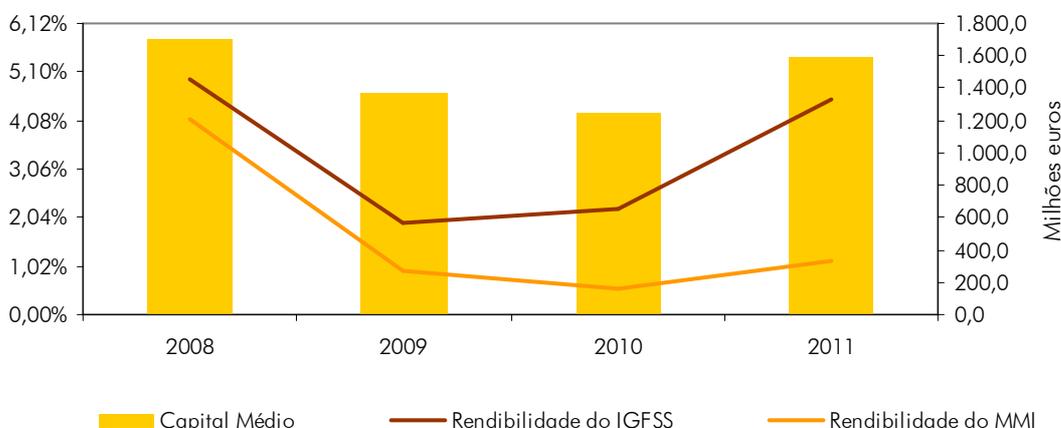


Pela análise dos quadros e gráficos acima, verifica-se que para o período em análise, a performance do IGFSS tem melhorado, uma vez que as taxas obtidas pelo IGFSS têm sido superiores às do MMI. Por sua vez, o diferencial entre as taxas também tem vindo a aumentar. As exceções a esta tendência ocorreram no ano de 2009 nos prazos Overnight, 1 Mês e 6 Meses onde o diferencial obtido foi inferior ao registado no ano de 2008 e no ano de 2010 no prazo Overnight onde este foi inferior ao verificado em 2009.

É nos prazos mais curtos, aplicações efetuadas em Overnight e 1 Semana, que o IGFSS obtém uma pior performance, atingindo taxas de rendibilidade mais reduzidas.

Por outro lado, o IGFSS obtém taxas de rendibilidade mais elevadas nos prazos de 2 Semanas, 1 Mês, 2 Meses e 3 Meses resultado da conjugação dos fatores das consultas realizadas junto das Instituições Bancárias e de prazos mais alargados. Com estas aplicações, o Instituto consegue melhorar a sua performance, obtendo junto das Instituições Bancárias que ganharam as operações diferenciais mais favoráveis face ao MMI, mantendo-se a tendência já verificada em anos anteriores.

Aplicações com Consulta (2008 -2011)



O peso relativo das aplicações efetuadas em operações em concentração de capital (aplicações com consulta às Instituições Bancárias) face ao conjunto das aplicações realizadas no ano de 2011 foi de 99,3%. Em 2010 o peso relativo destas aplicações foi de 98,6%, em 2009 de 98,3% e no ano de 2008 de 96,4%

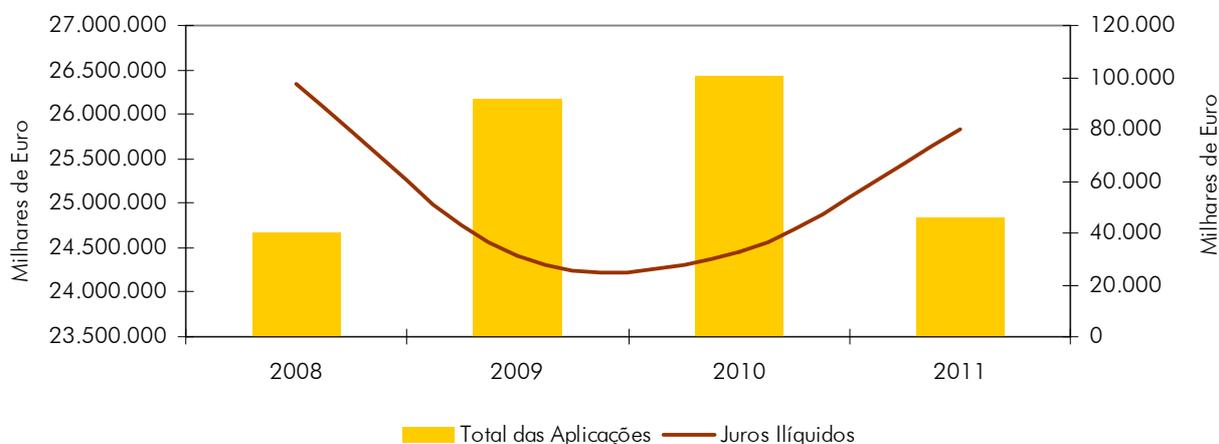
A performance atingida resulta da gestão diária de tesouraria, conducente a saldos de depósitos à ordem de menor dimensão e à possibilidade de concentração de valores para aplicação. Este último fator reforça a capacidade de negociação junto das Instituições Bancárias, proporcionando taxas mais elevadas.

O aumento do capital médio em aplicação, no ano de 2011, fez com que o IGFSS reforçasse o capital nas aplicações com prazos mais longos (um, dois e seis meses), onde tradicionalmente obtém diferenciais mais elevados face ao MMI.

A crise financeira que ocorreu no ano de 2008 e que se arrasta até aos dias de hoje, tem contribuído para que o Mercado Monetário Interbancário não funcione com tantas operações entre as Instituições Bancárias, o que faz com que se verifique uma grande falta de liquidez em muitas Instituições Bancárias onde o IGFSS efetua aplicações financeiras. A dificuldade das mesmas em obter financiamento, faz com que as taxas de rendibilidade oferecidas por estas sejam mais elevadas.

Como se pode observar no gráfico seguinte constata-se uma evolução positiva, no valor obtido em juros ilíquidos que se situou em mais 145% face a 2010. Este aumento é explicado pela taxa de rendibilidade obtida pelo IGFSS ter passado de 2,13% para 4,44%.

Montante total das Aplicações e dos Juros Ilíquidos Obtidos
-2008 a 2011-



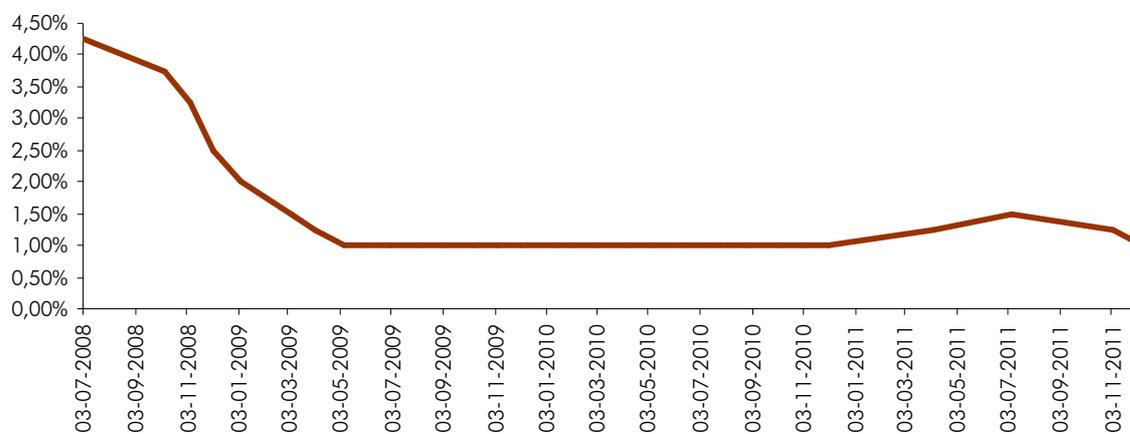
Em janeiro de 2008, a taxa mínima de proposta das operações principais de refinanciamento situava-se em 4,00% e em julho de 2008 a mesma ascendia aos 4,25%.

Em outubro de 2008, foi interrompido o ciclo de subidas da taxa de referência por parte do BCE. À data de 31 de dezembro de 2008, a taxa mínima de proposta das operações principais de refinanciamento situava-se nos 2,50%, tendo atingido em maio de 2009 o valor de 1%. A taxa manteve-se sem oscilações abril de 2011 altura em que o foi interrompido o ciclo de descidas da taxa de referência por parte do BCE.

Em abril de 2011 esta atingiu o valor de 1,25%, em julho 1,5%. Em novembro de 2011 o ciclo de subidas da taxa de referência foi interrompida e à data de 31 de dezembro de 2011, a taxa mínima de proposta das operações principais de refinanciamento situava-se nos 1,00%.

O gráfico seguinte apresenta a variação da “taxa mínima de proposta das operações principais de refinanciamento” do BCE, na sequência das decisões da política monetária, que visa, sobretudo, o controle da inflação nos níveis definidos por esta instituição, ou seja 2%.

**Taxa do Mercado Monetário Interbancário
(2008-2011)**



— Taxa mínima de proposta das Operações Principais de Refinanciamento

XIV. FUNDO CERTIFICADOS DE REFORMA (FCR) ^(*)

XIV.1. NÚMEROS CHAVE

XIV.1.1. Performance do FCR-A⁸⁰ comparada com APFIPP

O gráfico seguinte demonstra uma boa performance do FCR-A comparativamente com a informação veiculada pela APFIPP relativamente a outros fundos com uma finalidade similar à do FCR-A. Em 31 de dezembro de 2011 para uma rentabilidade de -1.48% o FCR-A apresentava um risco de 6.18% (desvio-padrão, anualizado, de rentabilidades semanais).



XIV.1.2. Aderentes

Em 31.12.2011 o regime contava com 8 084 aderentes, menos 129 do que em 31.12.2010, o que representa um decréscimo de cerca de 1.6%.

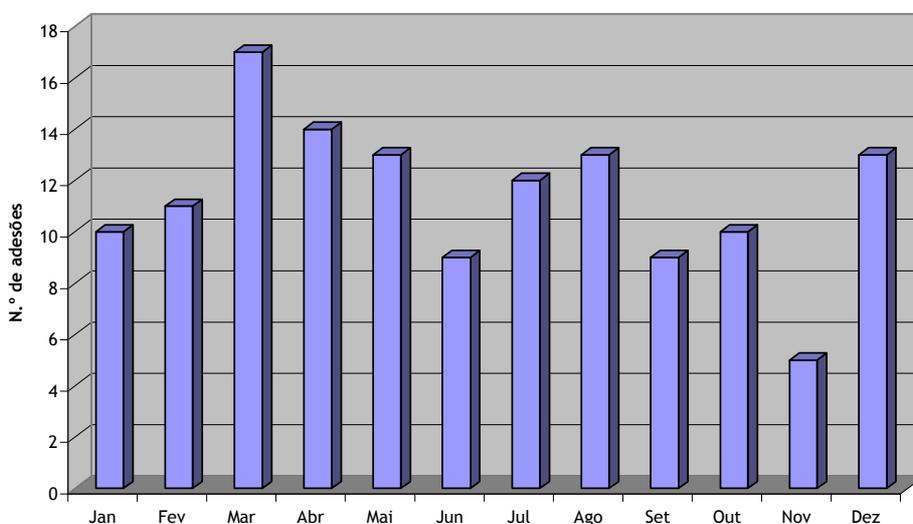
Este decréscimo resulta tanto de características intrínsecas ao produto financeiro subjacente ao Regime, como da atual conjuntura económica do país. Com efeito, visando exclusivamente a poupança para a reforma, o Regime Público de Capitalização constitui uma opção de longo prazo, destinada à afetação de poupança especificamente para o complemento da pensão, apenas sendo possível resgatar o valor acumulado no momento da reforma. Trata-se de um instrumento de programação antecipada do rendimento do futuro pensionista, correspondendo à

⁸⁰ FCR-A - Fundo de Certificados de Reforma Acumulação. O Fundo de Certificados de Reforma (FCR) contém duas carteiras autónomas, destinadas, respetivamente, à fase de acumulação e à fase de utilização.

evidência de quanto mais cedo se iniciam as contribuições, menor é o esforço para a aquisição de um plano de rendas vitalícias, por tirar partido do efeito capitalização dos rendimentos ao longo do período contributivo.

Por outro lado, a implementação de medidas de austeridade na sequência do Plano de Ajustamento Económico Financeiro negociado com a União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, condicionou fortemente o rendimento disponível das famílias e restringiu a sua capacidade de poupança, impacto que se fez sentir no Regime Público de Capitalização, à semelhança do que se verificou com outros instrumentos financeiros de planeamento da reforma.

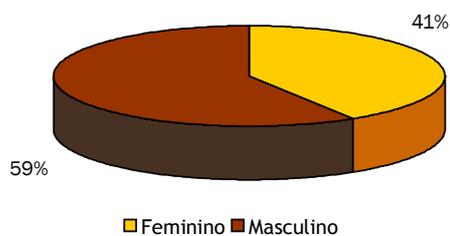
Evolução das adesões em 2011



A caracterização dos aderentes pode ser observada nos gráficos seguintes:

- 41% dos aderentes do Regime Público de Capitalização são do sexo feminino e 59% do sexo masculino.

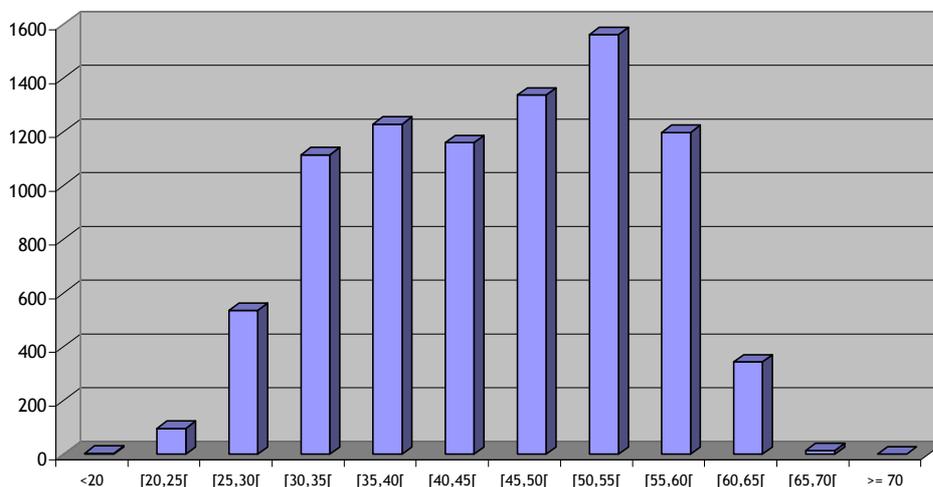
Aderentes por sexo



➤ 63% dos aderentes têm menos de 50 anos:

- 20% têm até 35 anos;
- 43% têm entre 35 e 50 anos;
- 36% têm mais de 50 anos.

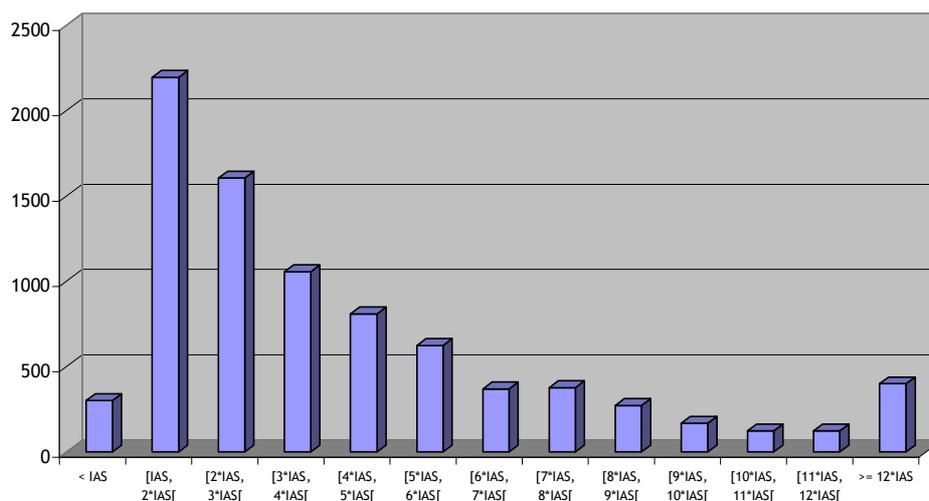
Distribuição dos Aderentes por Idade



➤ 71% dos aderentes apresentam rendimentos mensais brutos declarados, aferidos pela respetiva base de incidência contributiva (BIC)⁸¹, inferiores a 2,096.10€:

- 49% têm rendimentos inferiores a 1,257.66€;
- 30% têm rendimentos entre os 1,257.66€ e os 2,515.32€;
- 17% têm rendimentos entre os 2,515.32€ e os 5,030.64€;
- 5% têm rendimentos superiores a 5,030.64€.

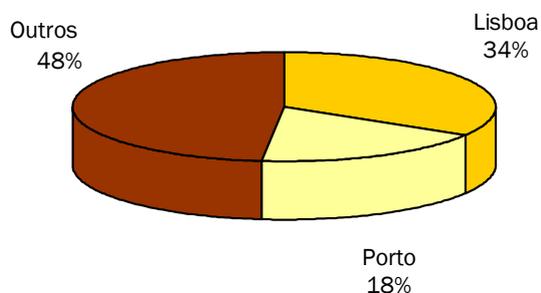
Distribuição dos Aderentes por rendimento



⁸¹ Média de remunerações brutas declaradas nos últimos 12 meses, com 2 meses de desfasamento.

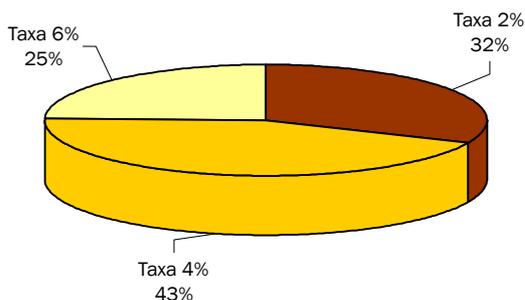
- 52% dos aderentes residem em Lisboa ou no Porto

Aderentes por distrito de residência



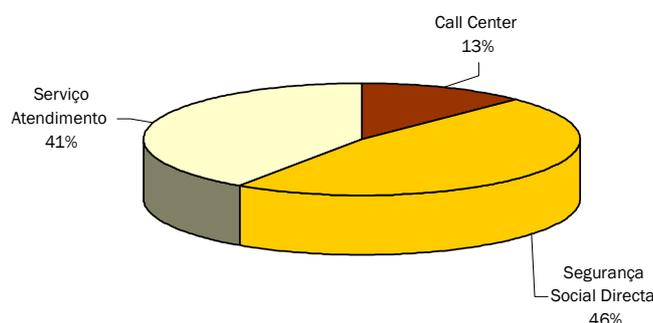
- O valor médio das contribuições mensais é de 71.51€;
- A distribuição por taxa de contribuição é relativamente uniforme:
 - 32% dos aderentes desconta 2% da sua base de incidência contributiva;
 - 43% dos aderentes desconta 4% da sua base de incidência contributiva;
 - 25% dos aderentes desconta 6% da sua base de incidência contributiva;

Aderentes por taxa de contribuição



- A adesão foi preferencialmente efetuada através de canais à distância:
 - 46% optaram pela Internet (Segurança Social Direta);
 - 41% aderiram nos serviços de atendimento;
 - 13% realizaram a sua adesão por telefone (Call Center);

Aderentes por canal de adesão



XIV.1.3. Plano de complementos mensais vitalícios

Nos termos do DL 26/2008, de 22 de fevereiro, que regula a constituição e funcionamento do Regime Público de Capitalização (RPC), o aderente, uma vez reunidos os requisitos legalmente exigidos para aquisição do direito ao complemento pode optar por um complemento sob a forma de renda vitalícia, pelo resgate do capital ou pela transferência do capital acumulado para plano de complemento de filhos e de cônjuge (artigo 5º).

Dispõe também o artigo 13º do regulamento de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma, publicado pela Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro, que, na sua qualidade de entidade gestora do FCR, "O IGFCS, I. P., deve celebrar contratos de seguro de planos de rendas vitalícias, procurando no mercado as condições mais favoráveis na perspetiva do beneficiário do regime público de capitalização" para assegurar o financiamento dos complementos sob a forma de renda vitalícia.

Nestes termos, o IGFCS, IP celebrou com uma seguradora (Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA), em 07.10.2010, um contrato de seguro de vida grupo de rendas vitalícias com garantia por morte, correspondente às condições previstas no RPC. Tal contrato prevê um capital acumulado de 23,419.55 euros necessário para a obtenção de um complemento mensal vitalício de 100 euros, pagos 12 vezes por ano, atualizado à taxa de 2% todos os meses de janeiro seguintes, para aquele beneficiário que perfaça 65 anos até ao dia 18 do mês de dezembro do ano anterior.

XIV.1.4. Beneficiários

Ao longo do ano de 2011, registou-se a cessação de 204 adesões, 195 das quais se ficaram a dever ao facto de os respetivos aderentes terem adquirido a condição de pensionistas por velhice ou aposentação.

Destes, 180 optaram pelo resgate da totalidade do capital acumulado, 14 optaram pela transferência do capital acumulado para um plano de filhos e/ou cônjuge e 1 optou pelo complemento mensal vitalício.

XIV.2. APRESENTAÇÃO DO FCR

XIV.2.1. Estatuto Legal

O Fundo de Certificados de Reforma (FCR) é um património autónomo destinado à concretização dos objetivos do regime público de capitalização e, como tal, único responsável pelo cumprimento das obrigações dele decorrentes (n.º 2, art. 1 do Regulamento de Gestão do FCR aprovado pela Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro).

A entidade gestora do FCR é, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.

Pelo Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de fevereiro, foi regulada a constituição e o funcionamento do regime público de capitalização bem como do respetivo FCR.

A Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro, constituiu o FCR, aprovou o respetivo Regulamento de Gestão e o normativo de valorimetria do património do fundo.

O Regulamento de Gestão determina as regras fundamentais do funcionamento do FCR, nomeadamente os princípios a que deve obedecer a sua gestão nas fases de acumulação e de utilização dos capitais, pretendendo-se otimizar a relação entre rentabilidade e risco na gestão dos recursos do FCR, bem como a minimização dos custos que lhe estão associados, com o intuito de obter os melhores resultados possíveis para os beneficiários do regime público de capitalização.

XIV.2.2. Limites de Investimento

O Fundo de Certificados de Reforma (FCR) contém duas carteiras autónomas, destinadas, respetivamente, à fase de acumulação (FCR-A) e à fase de utilização (FCR-U).

A carteira da fase acumulação destina-se à maximização do valor capitalizado das contribuições dos aderentes. A carteira da fase de utilização só será constituída quando começarem a ser pagas rendas vitalícias.

Os principais limites de investimento da carteira da fase de acumulação (FCR-A) são os seguintes:

- » Dívida Pública – mínimo 50%
- » Dívida Privada – máximo 40%
- » Ações – máximo 25%
- » Imobiliário ou infraestruturas – máximo 10%
- » Exposição cambial não coberta – máximo 15%

O perfil de risco é prudente e em conformidade com regras de segurança, rendibilidade, diversificação e liquidez previstas no artigo 7º do regulamento de gestão.

XIV.2.3. Objetivos da Política de Investimentos

Na sequência do início de novo mandato do Conselho Diretivo, em 2009, foi celebrado um Contrato de Gestão com a Tutela que define como objetivo “*uma gestão eficaz do perfil de risco conservador do Fundo de Certificados de Reforma na fase de acumulação*”. Para operacionalizar este objetivo foi definido como indicador do desempenho o rácio entre a valorização, ao longo do mandato, do FCR-A e do índice EFFAS Portugal (para os prazos entre 1 e 10 anos) que reflete a valorização da carteira de obrigações do Tesouro Português.

Nestes termos, o esperado da Política de Investimentos é obter uma rentabilidade superior à proporcionada por uma carteira de Dívida Pública Portuguesa, com maturidades entre 1 e 10 anos.

Para o efeito, foi implementado um modelo de alocação dinâmica, semelhante ao utilizado para o FEFSS. Trimestralmente, em função da expectativa da evolução da curva de rendimentos da zona euro, é fixado o nível de indexação ao índice EFFAS Portugal, o qual pode variar entre 50% e 100%.

Devido à evolução da crise das dívidas soberanas da Zona Euro, o mercado secundário de dívida pública Portuguesa sofreu, ao longo de 2011, uma progressiva e extrema redução de condições de transaccionabilidade. Por esta razão, o Conselho Diretivo decidiu a suspensão da utilização do modelo de gestão estratégica indexada ao índice EFFAS Portugal a partir de 30.06.2011 e iniciou, em dezembro, uma migração para uma política de gestão estratégica indexada a uma carteira de dívida pública Alemã, representada pelo índice EFFAS Alemanha, com maturidades entre 1 e 10 anos.

XIV.2.4. Processo de Tomada de Decisão

Em cada trimestre, em regra no seu início, o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimentos, fixa, em função da evolução expectável da curva de rendimentos da zona euro, o nível de indexação desejado ao índice EFFAS Portugal (1 a 10 anos), o qual pode variar entre 50% e 100% (70%-90% em condições normais). Utilizando um modelo de alocação core-satélite, entre o índice EFFAS Portugal e um portfolio diversificado de ativos com origem nos mercados da OCDE, e com base em estimativas de correlações de mercado bem como do *funding ratio*⁸² real, obtém-se uma composição de referência para a carteira do Fundo.

⁸² O rácio entre a valorização, do FEFSS e do índice EFFAS Portugal que reflete a valorização da carteira de obrigações do Tesouro Português.



Data	Nível de Indexação	Ações	Dívida EUROE Excluindo Div. Pública Portuguesa Inflation linked	Dívida EURO Excluindo Div. Pública Portuguesa em Euros Sem Inflation linked	Dívida Pública Portuguesa	Liquidez
30-Jun09	70%	12.50%	25.00%	11.50%	50.00%	1.00%
30-Set09	70%	15.00%	8.00%	22.00%	51.00%	4.00%
31-Dez09	60%	14.12%	17.36%	11.85%	47.63%	9.04%
31-Jan10	60%	14.50%	6.50%	24.00%	51.00%	4.00%
31-Mar10	60%	17.50%	9.00%	34.00%	37.50%	2.00%
30-Jun10	60%	17.50%	9.00%	34.00%	37.50%	2.00%
14-Dez10	60%	22.00%	9.00%	37.00%	30.00%	2.00%
28-Fev11	70%	22.00%	9.00%	38.00%	29.00%	2.00%
1-Abr11	70%	18.00%	9.00%	43.00%	28.00%	2.00%
30-Jun11 ^{a)}						

Nota:

^{a)} Em 30.06.2011 o Conselho Diretivo deliberou suspender a utilização do modelo de gestão estratégica dinâmica, atendendo à escassa liquidez do mercado secundário de obrigações do Tesouro Português e à instabilidade desta classe de ativos.

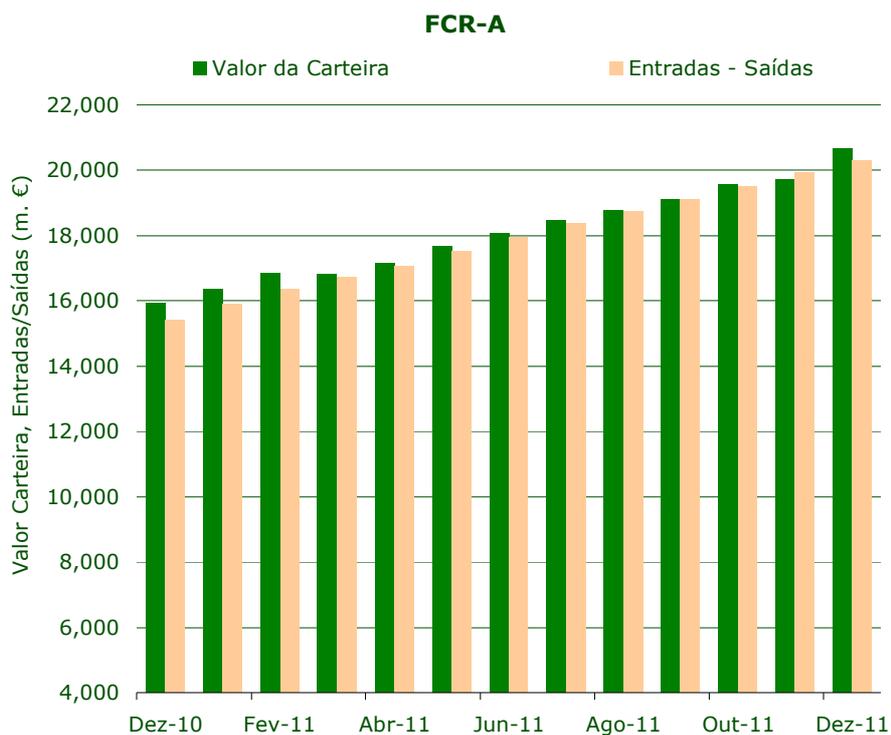
O CI é constituído pelos membros do Conselho Diretivo e pelos Diretores do Departamento de Investimento (DI) e do Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo (DEPC). Preside ao CI o Presidente do Conselho Diretivo.

XIV.3. EVOLUÇÃO DO FCR-A

XIV.3.1. Valor da Carteira e Dotações

A carteira do FCR-A ascendia em 31.12.2011 a 20,657,401.86 euros.

Evolução do montante da carteira do FCR-A



O FCR-A foi criado em abril de 2008 com um montante inicial de subscrições de 328,891.63 euros. A média mensal de subscrições líquidas durante o ano 2011 ascendeu a 410,176.90 euros, cifrando-se num total de 4,922,122.81 euros neste ano. Este valor adicionado às subscrições líquidas dos anos anteriores, totaliza o valor de 20,317,727.65 euros desde a criação do Fundo.

Subscrições líquidas de resgates no FCR-A (mensais e acumuladas)

		em €	
Ano	Mês	Entradas-Saídas	Valor acumulado
2008		2.941.465,94	2.941.465,94
2009		6.020.495,87	8.961.961,81
2010		6.433.643,03	15.395.604,84
	dez	535.164,75	15.395.604,84
	jan	499.946,95	15.895.551,79
	fev	456.681,57	16.352.233,36
	mar	374.942,41	16.727.175,77
	abr	349.098,28	17.076.274,05
	mai	423.671,25	17.499.945,30
	jun	451.259,96	17.951.205,26
2011	jul	432.776,98	18.383.982,24
	ago	360.750,03	18.744.732,27
	set	359.661,73	19.104.394,00
	out	406.938,95	19.511.332,95
	nov	412.261,50	19.923.594,45
	dez	394.133,20	20.317.727,65
		4.922.122,81	20.317.727,65

A gestão dos ativos permitiu, até 31.12.2011, acrescentar ao valor do FCR-A 339,674.21 euros. Este valor acrescentado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 2.63%⁸³ desde o início.

XIV.3.2. Estrutura da Carteira

A carteira do FCR-A, é constituída essencialmente por Dívida Pública Portuguesa, Outra Dívida de países da OCDE e por Ações. A componente liquidez tem perdido algum peso ao longo do tempo representando em 31.12.2010 apenas 1.17 % da carteira.

Assim, a exposição por classe de risco, em 31.12.2010, era a seguinte:

Estrutura da carteira FCR-A

Ativo	Valor	%
Dívida Pública Portuguesa	5.340.360,15	25,85%
Dívida OCDE Ex-DP Portuguesa *	10.742.387,24	52,00%
Ações*	3.528.988,66	17,08%
Liquidez	1.045.665,81	5,06%

* inclui valor nominal dos futuros e valias potenciais dos forwards

⁸³ Time Weighted Rate of Return (TWRR)

XIV.3.3. Cumprimento dos Limites Regulamentares

Os limites regulamentares estão descritos no artigo 8º da portaria nº 212/2008 de 29 de fevereiro. A seguir demonstra-se e verifica-se que a carteira cumpre aqueles limites:

Cumprimento dos limites regulamentares			
Informação com base em dados de 31 de dezembro de 2011			
Limites da portaria 212/2008 de 29 de fevereiro			
Descrição	Valor atual	Min	Max
	(V. Merc. e Juro) (em %)	(em %)	(em %)
Dívida Garantida pelo Estado Português	25,85	25	100
Dívida Pública	77,85	50	100
Dívida Privada	10,24	0	40
Ações	17,20	0	25
Fundos de Investimento Mistos	0,00	0	10
Imobiliário	0,00	0	10
Moeda estrangeira não coberta	10,64	0	15

Os limites de composição da carteira do FCR estabelecidos pelo respetivo Regulamento de Gestão estavam assegurados em 31.12.2011, com uma exceção relativa ao rating das instituições financeiras nacionais (nas quais existiam depósitos à data, no montante de 237.48€, apesar destas possuírem um rating inferior ao mínimo exigível).

XIV.3.4. Rentabilidade e Risco

Em 2011 o FCR-A obteve uma rentabilidade de -1.48%, para um nível de risco⁸⁴ de 3.92%.

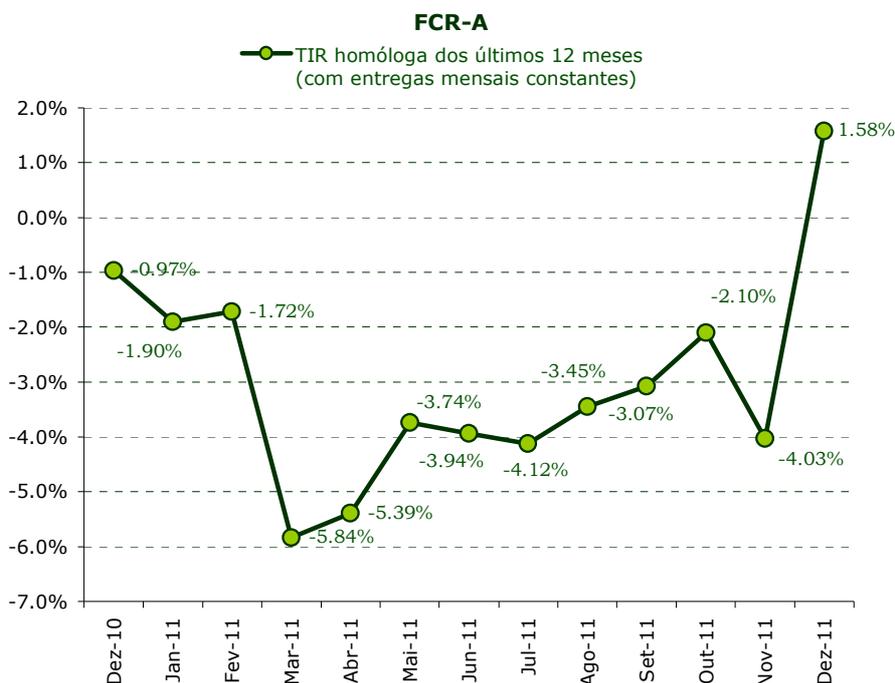
Rentabilidade e Risco FCR-A em 31-12-2011

	Rentabilidade YTD	Volatilidade anualizada
FCR-A	-1,48%	3,92%

Importa, porém, salientar que esta medida da rentabilidade reflete um investimento único no início do ano, comparado com o seu valor no final do ano. Atendendo à tipologia de contribuições mensais a que se encontra sujeito o RPC, é mais realista o cálculo de uma taxa interna de rentabilidade (TIR) de entregas mensais de montante constante ao longo dos 12 meses do ano. A TIR de entregas mensais constantes entre janeiro e dezembro de 2011 foi de + 1.58%.

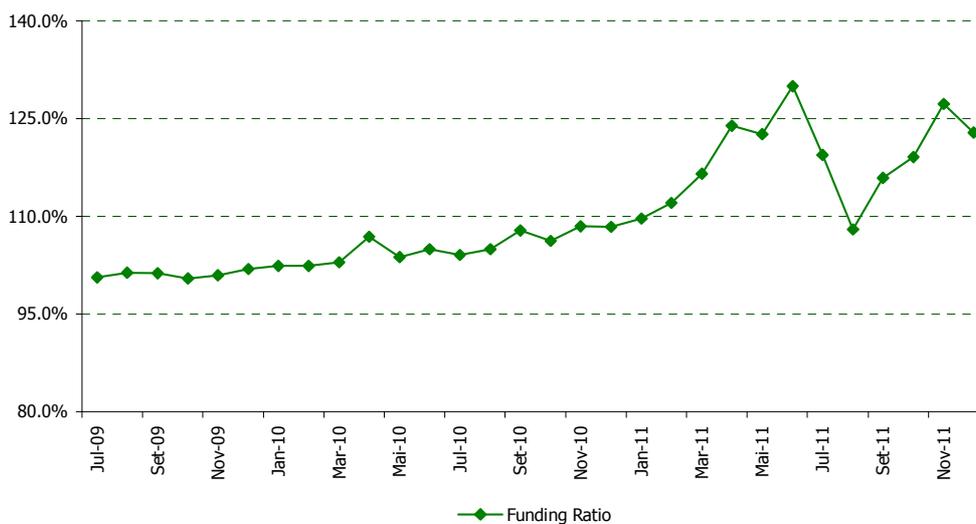
⁸⁴ Medido pelo desvio padrão anualizado da taxa de rentabilidade

Valorização do FCR-A nos últimos 12 meses



XIV.3.5. Funding Ratio

Evolução do Funding Ratio



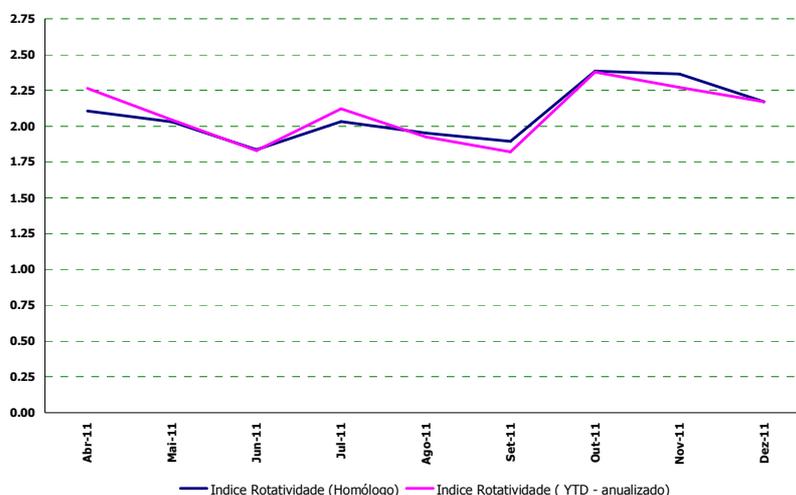
No gráfico anterior é possível verificar que desde sempre, a comparação do FCR com a performance do índice EFFAS Portugal (1-10 anos) continuou a apresentar resultados bastante favoráveis. Analisando em particular a

evolução ao longo do ano 2011, nota-se que o diferencial de ganhos vai crescendo ao longo dos primeiros 6 meses do ano, sofrendo quebras nos meses de julho e agosto, após os quais recupera a tendência inicial, cifrando-se, no final do ano, em 122.88%. Tal indica que a carteira do FCR-A acumulou, entre junho 2009 e dezembro 2011, uma rentabilidade 22.88% superior à que teria resultado de um investimento numa carteira de dívida pública Portuguesa medida pelo índice EFFAS Portugal (1-10 anos).

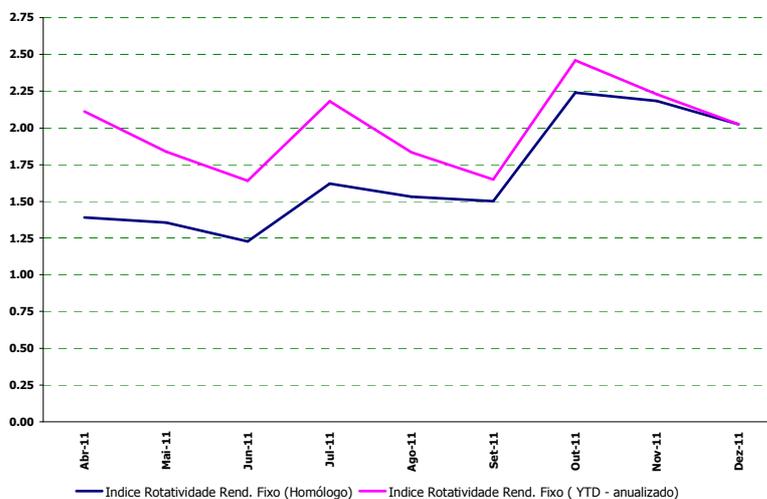
XIV.3.6. Rotação de Carteira

O índice de rotação da carteira do FCR em 2011 situou-se nos 2.17. Ou seja, o volume de transações levadas a cabo corresponde a 2.17 vezes o valor médio da carteira gerida ao longo de 2011.

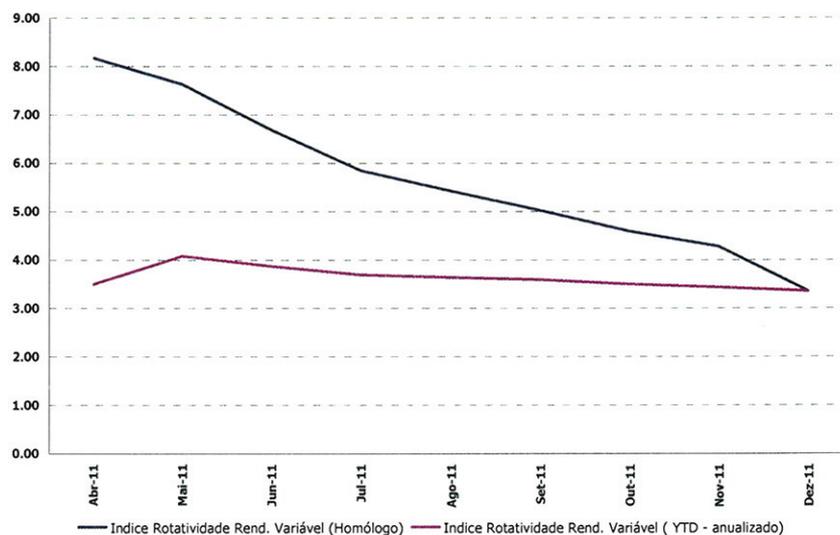
Rotação da Carteira



Índice Rotatividade Rendimento Fixo



Índice Rotatividade Rendimento Variável



XIV.3.7. FCR-U

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é entendimento do Conselho Diretivo do IGCSS que o FCR-U ainda não foi dotado formalmente uma vez que, conforme referido neste relatório (*vide* capítulo XIV.1.3), o Instituto contratou com a Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial um contrato de seguro destinado ao financiamento dos complementos sob a forma de renda mensal vitalícia, cessando desta forma qualquer responsabilidade do Instituto e do FCR relativamente ao pagamento dos referidos complementos de reforma.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, 12 de outubro de 2012

O Departamento de Orçamento e Conta

(Maria Isabel Duarte Barreiros)

(Maria de Jesus Amiano Marques)

O Conselho Diretivo,

(José Augusto Antunes Gaspar)

(Nelson da Silva Ferreira)

(Joaquina Maria Franco)

(Noémia Silva Goulart)

